

## 1415 – A CONQUISTA DE CEUTA

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO e ANTÓNIO MARTINS COSTA

A 21 de agosto de 1415, trinta anos depois do triunfo em Aljubarrota, os portugueses, novamente liderados por D. João I, conquistaram a primeira praça portuguesa no Norte de África. Seis séculos passados sobre a tomada de Ceuta, os historiadores João Gouveia Monteiro e António Martins Costa trazem-nos uma reconstituição empolgante desta operação militar, pela voz de quem a viveu e relatou.

Ao longo destas páginas, somos conduzidos por Gomes Eanes de Zurara, autor da Crónica da Tomada de Ceuta, pelo alferes-mor do rei, João Gomes da Silva (uma das figuras mais importantes da primeira corte avisina e uma testemunha presencial da expedição) e ainda pelo olhar de uma terceira personagem: o Infante D. Henrique, informador privilegiado de Zurara, seu amigo pessoal e, sem dúvida, o principal herói da Crónica da Tomada de Ceuta.

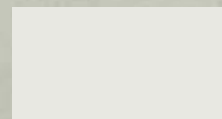
A partir das recordações destes três homens, acompanhamos a concentração da armada no Restelo, a 24 de julho de 1415, o período do cerco e da tomada da praça, vivemos as suas dificuldades, os seus receios, até à data do regresso da frota ao Algarve, já em setembro do mesmo ano, consumada que estava a conquista e decidida que fora, pelo rei, a manutenção da praça africana.




D. Nuno Álvares Pereira é, sem dúvida, um dos maiores heróis da História de Portugal. Condestável do reino, aprendemos nos bancos da escola a sua importância em episódios decisivos, como a Batalha de Aljubarrota. Mas será que conhecemos toda a história deste extraordinário homem que, tantos séculos depois da sua morte, continua a apaixonar os portugueses?

Baseando-se numa pesquisa documental exaustiva e na leitura de diversas fontes narrativas medievais, o historiador João Gouveia Monteiro apresenta-nos a primeira biografia completa de D. Nuno Álvares Pereira, que surge nestas páginas nos seus diferentes rostos: o guerreiro, o senhor feudal e o homem de religião. A sua carreira militar começa em 1381, com a terceira guerra fernandina contra Castela, e termina com a aventura de Ceuta, em 1415. Considerado um génio militar, conta com grandes vitórias no seu currículo: Atoleiros, Aljubarrota e Valverde. Como senhor feudal, fronteiro do Alentejo, Condestável, mordomo-mor do rei D. João I e triplo conde, acumula um património fundiário invejável e afirma-se como um ator político fundamental, numa altura decisiva da nossa história. Como religioso, devoto mariano e donato carmelita, foi o fundador do mosteiro do Carmo, onde viveu os seus últimos anos e veio a falecer em 1431, tendo sido canonizado em 2009.

Nesta biografia, o autor traça um retrato profundamente humanizado deste homem da Idade Média portuguesa, tentando compreender a relevância das suas ações, enquadrar os seus atos extraordinários e interpretar o arrojo das suas decisões e escolhas mais difíceis, em pleno Portugal dos séculos XIV e XV.



 ANUSCRITO

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO



NUNO ÁLVARES PEREIRA




JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

# NUNO ÁLVARES PEREIRA

GUERREIRO  
SENHOR FEUDAL  
SANTO

OS TRÊS ROSTOS DO CONDESTÁVEL

 ANUSCRITO



JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

É, desde 1982, professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde ensina História da Idade Média, História Militar Europeia, História da Antiguidade Clássica, História das Religiões e Cultura Medieval. Desenvolveu investigação científica no Campo Militar de São Jorge – Aljubarrota, com uma equipa pluridisciplinar da Universidade de Coimbra, e estudou longamente as campanhas de D. João I e Nuno Álvares Pereira entre 1383 e 1415. É investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra) e do Centro de História da Universidade de Lisboa, e correspondente da Academia Portuguesa da História. É membro fundador e Presidente da Associação Ibérica de História Militar (sécs. IV-XVI).









# NUNO ÁLVARES PEREIRA

GUERREIRO  
SENHOR FEUDAL  
SANTO

✠ OS TRÊS ROSTOS DO CONDESTÁVEL ✠



JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

# NUNO ÁLVARES PEREIRA

GUERREIRO  
SENHOR FEUDAL  
SANTO

✝ OS TRÊS ROSTOS DO CONDESTÁVEL ✝

 ANUSCRITO

## FICHA TÉCNICA

facebook.com/manuscritoeditora

© 2017

Direitos reservados para Letras & Diálogos,  
uma empresa Editorial Presença,  
Estrada das Palmeiras, 59  
Queluz de Baixo  
2730-132 Barcarena

Título original: *Nuno Álvares Pereira – Guerreiro, senhor feudal, santo:  
os Três Rostos do Condestável*

Autor: *João Gouveia Monteiro*

Copyright © João Gouveia Monteiro, 2017

Copyright © Letras & Diálogos, 2017

Revisão: *Ana Albuquerque/Editorial Presença*

Imagem da capa: *Arcangel Images*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN: 978-989-8871-24-4

Depósito legal n.º 432 591/17

1.ª edição, Lisboa, novembro, 2017

*À memória de Abílio Queirós e Hélder de Jesus  
Ribeiro, estes da grande família do Mocamfe Tempo  
Livre.*

*À memória de Luís Lopes da Conceição, pai da  
grande família da secção de natação da Académica nos  
anos 1960/70.*

*Por tudo o que me ensinaram, através da palavra,  
da imaginação e do exemplo. Por todo o seu carinho e  
incentivo.*





# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 – COMO CONTAR ESTA HISTÓRIA? .....	19
Historiografia, Romance e Hagiografia .....	19
A Crónica do Condestabre .....	38
As crónicas de Fernão Lopes .....	51
Outras fontes literárias relevantes .....	67
CAPÍTULO 2 – O GENERAL INVENCÍVEL E O SEU EXÉRCITO .....	70
Quando e onde nasceu Nuno Álvares Pereira? .....	70
A família restrita de Nuno .....	73
Retrato(s) de Nun'Álvares .....	75
O tirocínio militar e um casamento imprevisto .....	77
A morte do pai e a terceira guerra fernandina .....	79
Os primeiros passos da revolução e a adesão ao mestre de Avis .....	85
A grande oportunidade — o Alentejo .....	89
Atoleiros: o primeiro grande triunfo .....	94
Ficar em terra, com uma hoste em penúria .....	97
Um saboroso ardil em Monsaraz e um amargo de boca no Divor .....	99
Dias decisivos em Lisboa e Almada .....	102
A tomada de Portel e um revés em Vila Viçosa .....	104
Condestável e mordomo-mor do reino .....	105
A campanha do Minho .....	107
A caminho de Aljubarrota .....	108
Aljubarrota: A batalha real .....	110
Depois de Aljubarrota: Valverde .....	115
Os cercos de Chaves e de Coria .....	118
A melhor defesa é o ataque! .....	121
A nuvem negra de Braga .....	122

Entre a Vidigueira e Villanueva del Fresno .....	123
Concluir e comemorar .....	123
Os bravos do pelotão .....	124
O conflito com o rei .....	127
As sequelas da crise .....	130
A estranha doença de Nun'Álvares .....	132
De volta à guerra: os últimos episódios .....	134
O negociador da paz .....	138
A disputa pelo priorado do Crato .....	139
Alcântara (a fechar) e um cargo de pouca dura .....	140
O ciclo da morte e da vida .....	141
Em Ceuta, com a geração de ouro .....	144
Balanço de um chefe militar .....	145
CAPÍTULO 3 – O SENHOR FEUDAL E O SEU PATRIMÓNIO .....	160
Os de Pereira .....	160
Por trás de um grande homem... ..	163
A Ordem do Hospital e o Alto Alentejo .....	165
Outros rostos de Pereira .....	170
As primeiras mercês (c. 1360-1383) .....	171
Da morte de D. Fernando às vésperas de Aljubarrota .....	174
Do triunfo em Aljubarrota ao casamento do rei .....	178
Das cortes de Braga ao conflito com o rei (1387-1393) .....	183
O final do século e o casamento de Afonso e Beatriz (em 1401) .....	186
Do casamento de Beatriz às vésperas da entrada no Carmo (1401-1421) .....	189
As doações aos netos e a entrada no Carmo (1422-1423) .....	195
Os anos derradeiros e a grata memória .....	198
O Convento do Carmo .....	199
Comentário final .....	205
CAPÍTULO 4 – UM EREMITA DA «POBRE VIDA» NO MOSTEIRO .....	213
Vivência religiosa e transformação social .....	213
A Ordem do Carmo — fundação, percurso e instalação em Portugal .....	241
O Sul e o santoral guerreiro .....	250
Os eremitas em Portugal .....	268
A religiosidade de Nun'Álvares: uma reinterpretação .....	287
A morte do herói e o céu dos afetos .....	309
POSFÁCIO .....	329
ÁRVORES GENEALÓGICAS .....	333
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	337
NOTAS .....	353

## INTRODUÇÃO

Escrever uma biografia não é uma tarefa fácil. Em especial quando a personagem retratada faleceu há quase 600 anos (no caso de Nun'Álvares, há precisamente 586 anos), não podendo por isso proceder-se a uma reconstituição da sua vida, dos principais factos da sua carreira e dos traços mais marcantes do seu carácter ou da sua personalidade senão por meio de testemunhos indiretos e, em alguns casos, tardios.

Este é, portanto, um livro de arquitetura simples (uma história de vida não levanta demasiados problemas de organização do discurso), mas de execução muito complexa. Implicou, desde logo, uma releitura cuidadosa das fontes narrativas em que nos podemos apoiar para conhecer um pouco melhor essa personagem ímpar da história portuguesa que é Nuno Álvares Pereira; em especial, e como explicaremos mais adiante, a *Crónica do Condestabre* (de autor desconhecido), as grandes biografias régias de Fernão Lopes (D. Pedro I, D. Fernando e D. João I) e a *Chronica dos Carmelitas*, de frei José Pereira de Sant'Anna (esta última escrita em data pouco anterior ao terramoto de 1755). Esta revisão da literatura foi acompanhada por uma análise de cerca de 170 documentos (na sua maioria, oriundos das chancelarias de D. Pedro I, D. Fernando, D. João I e D. Duarte), que nos podem ajudar a reconstruir o percurso — sobretudo patrimonial — da personagem escolhida, e foi ainda completada por uma leitura atenta de uma percentagem não despreciable (cerca de 5000 páginas) da inúmera e muito desigual bibliografia que, desde a publicação de *A Vida de Nun'Álvares*, por Oliveira Martins (em 1893), se acumulou acerca do Santo Condestável, a qual recebeu um novo fôlego por ocasião da sua canonização, em abril de 2009.

Em momento algum me arrependi de ter deitado mãos a esta tarefa tão desafiante, acolhendo assim o convite amável da Dra. Sofia Monteiro para uma publicação na *Manuscrito*, chancela do prestigiado grupo Editorial Presença. Na verdade, Nun'Álvares é uma personagem tão extraordinária e tão multifacetada que se torna fascinante para qualquer historiador, em especial para quem tem na Idade Média o seu campo privilegiado de trabalho. Além disso, confesso que há muito tempo desejava escrever uma biografia, de resto um sonho partilhado por muitos historiadores. As biografias humanizam a História, conferem-lhe um sentido maior do concreto, interpelam-nos talvez mais como cidadãos do tempo e do mundo. O apelo tornou-se irresistível, e lembrei-me muito de uma frase atribuída a Oscar Wilde (Dublin, 1854 — Paris, 1900): «Posso resistir a tudo, menos à tentação.» Foi a minha vez de ceder e espero que o leitor, no final deste livro, aprecie a minha decisão.

A história das biografias perde-se na noite dos tempos. No mundo clássico, por exemplo, ficaram célebres as belíssimas *Vidas Paralelas*, escritas por Lúcio M. Plutarco (c. 46 — 120 d.C.), um autor grego que decidiu evocar as vidas de grandes personagens das histórias da Grécia e de Roma, com a particularidade de as reunir aos pares (por exemplo: «Alexandre e César», «Demóstenes e Cícero», «Lisandro e Sula») e de lhes conferir um carácter moralizante, de fino recorte psicológico e grande sensibilidade humana. Mais ou menos pela mesma altura, em Roma, outro grande escritor, Gaio Suetónio (nascido talvez no Nordeste da atual Argélia, entre 69 e 73 d.C.), compôs as *Vidas dos Doze Césares*, obra formada, na sua versão original, por oito livros e que deve ter sido publicada já depois de o autor ter caído em desgraça na corte do imperador Adriano, por volta do ano 120 d.C. Continua a ser delicioso reler, neste trabalho, as histórias de vida de personagens como Júlio César ou Otávio Augusto, devendo notar-se que a biografia suetoniana do ditador assassinado nos Idos de Março de 44 a.C. não deve ter sido desconhecida do público cortesão português dos finais da Idade Média: ela integrava (a par dos *Comentários sobre a Guerra da Gália*, de Júlio César, e da *Farsália*, de Lucano) uma compilação francesa da primeira metade do século XIII, intitulada *Li Fet des Romains*, que foi traduzida para a língua portuguesa, na primeira metade do século XV (talvez em Paris, por Vasco

de Lucena), sob o nome de *Vida e Feitos de Júlio César*, esta obra existia, aliás, na biblioteca do rei D. Duarte (sob o título «Julio cesar»)<sup>1</sup> e é provável que o *Eloquente* a conhecesse bem, uma vez que parece fazer uso dela em alguns passos dos seus próprios textos (Monteiro, 1998, pp. 192-193).

Do período medieval (séculos v a xv, *grosso modo*), datam sobretudo histórias exemplares e vidas de santos («hagiografias» em língua latina, algumas das quais referiremos mais à frente), onde se misturam narrativas fantasiosas, lendas e histórias autênticas (Branco, 1998, p. 14), como bem documenta a célebre *Légende Dorée*, de Jacques de Voragine (ou Giacomo da Varazze), uma obra de meados do século xiii<sup>2</sup>. Mas também se escreveram, em especial no período medieval tardio (séculos xiii a xv), crónicas de reis, de príncipes ou até de grandes chefes militares, como o lendário condestável francês Bertrand Du Guesclin ou o controverso Rodrigo Díaz de Vivar — o «Cid Campeador», que conquistou Valência aos Almorávidas em 1094.

Em 1974, Georges Duby ofereceu-nos um livro maravilhoso, intitulado *Guillaume le Maréchal ou la Mémoire Chevaleresque* (na versão portuguesa de 1986: *Guilherme, O Marechal. O melhor cavaleiro do Mundo*), onde encontramos «um testemunho raríssimo sobre o que era o sentido e o conhecimento da história entre os cavaleiros do seu tempo» (a primeira metade do século xiii, em Inglaterra) e a formalização de uma «memória cavaleiresca num estado quase puro» (Duby, 1986, p. 30). Em evocação do seu pai, que chegou a ser regente de Inglaterra na menoridade de Henrique III (no tempo das guerras da Magna Carta, que se prolongaram para além da morte de João «Sem Terra», em 1215), Guilherme, *o Jovem*, decidiu mandar compor uma canção destinada a ser recitada publicamente e na qual se evocassem os feitos extraordinários de um dos maiores especialistas de torneios cavaleirescos daquele período, e também um dos mais influentes atores políticos ingleses da época da chamada «Primeira Guerra dos Barões» (1215-1217). A canção foi composta, *et pour cause*, não em latim mas em dialeto normando, constituindo um dos primeiros monumentos da literatura francesa. Provavelmente, foi um trovador, de nome João, o autor da obra, que deve ter sido produzida com o apoio direto de um antigo companheiro de armas de Guilherme, *o Marechal*: o seu velho escudeiro e, depois, cavaleiro João d'Early (uma aldeia do Berkshire, próxima de Reading). Como observou Duby, que reconstitui uma parte do cantar e o comenta em pormenor, podemos



assim observar «a amizade viril no seu auge. Esta justifica o papel que aqui ocupa João d'Early. Ele é o informador por excelência. A matéria do poema é essencialmente constituída por aquilo que a sua memória reteve durante os trinta e um anos em que serviu o defunto» (Duby, 1986, p. 32). Ora aqui está uma biografia cavaleiresca em versão inteiramente laica, que nos conduz ao mundo maravilhoso da cavalaria do século XIII, dos seus sonhos, das suas conquistas e das suas fraquezas e pecados.

Também em Castela, na primeira metade do século XV (ou seja, justamente no tempo de Nun'Álvares Pereira), Gutierre Díez de Games, nascido cerca de 1378 e alferes de Don Pero Niño, conde de Buelna, compôs uma obra que ficou famosa, intitulada *El Victorial*. Provavelmente por encomenda do seu próprio senhor, Díez de Games celebra neste texto (integrado num grupo de obras que muitos consideram assinalar o início do género biográfico na prosa castelhana) as façanhas do conde de Buelna, um ilustre homem de armas, marinheiro e corsário que serviu o rei Enrique III de Castela (1390-1406), casado com D. Catarina de Lencastre (por sinal, irmã da nossa rainha D. Filipa). O *El Victorial* deve ter sido composto, na sua maior parte, entre 1431 e 1435, tendo o autor falecido em data desconhecida mas ligeiramente posterior a 1450. Trata-se, também aqui, de uma biografia cavaleiresca, escrita em língua vulgar (castelhano) e verdadeiramente apaixonante e eclética: reúne materiais muito diversos (lendários e históricos), prossegue objetivos moralizantes (de composição de um «espelho de cavaleiros»), mas também de afirmação inequívoca do autor, e configura uma síntese entre «uma crónica, um livro de viagens e um relato cavaleiresco», o que a torna um trabalho singular e original, ou mesmo, segundo o seu editor científico, Jorge Sanz, «uma das obras mais importantes do seu século» (*El Victorial*, XLV). Neste caso concreto, repare-se como um respeitado chefe de guerra teve o cuidado de acautelar a memória que dele ficaria para as gerações futuras, mandatando um servidor da sua especial confiança (o alferes era geralmente o guardião da bandeira da hoste) para compor uma deliciosa crónica de evocação dourada das suas façanhas e da sua pessoa.

Bebi também alguma inspiração e muito ânimo em trabalhos de grandes historiadores contemporâneos, que nos brindaram com bibliografias soberbas de personagens históricas de primeira grandeza do mundo antigo e medieval. Além do caso de Georges Duby, já referido,

lembrarei apenas — porque me marcaram mais profundamente — a extraordinária autobiografia (!) que Giovanni Brizzi dedicou, em 2003, a Aníbal Barca (o herói cartaginês da Segunda Guerra Púnica: 218-201 a.C.); as histórias de Júlio César (2006), de Marco António/Cleópatra (2010) e de Augusto (2014), elaboradas por Adrian Goldsworthy; o estudo completíssimo de Alessandro Barbero sobre Carlos Magno (publicado em 2000); a penetrante história de vida de Ricardo, *Coração de Leão*, escrita em 1978 por John Gillingham; as belas biografias do rei São Luís e de São Francisco de Assis assinadas pelo eterno Jacques Le Goff (em 1996 e em 2001, respetivamente); o estudo da figura de Frederico II Hohenstaufen (um dos mais competentes estadistas europeus do século XIII) produzido por Hubert Houben (em 2009); e, por fim, o grande livro que Christopher Allmand dedicou, em 1992, a Henrique V de Inglaterra, uma personagem épica e, ao mesmo tempo, trágica, que também apaixonou William Shakespeare.

Esta minha modesta biografia de Nuno Álvares Pereira é devedora de todos esses trabalhos e, em alguns casos, das relações de amizade que me ligam aos respetivos autores (Brizzi, Goldsworthy, Allmand), de quem recebi ensinamentos preciosos. Mas também em muitos historiadores portugueses recolhi inspiração e sabedoria, em particular junto daqueles que assinam as biografias dos monarcas da nossa primeira dinastia, editadas pela Círculo de Leitores, nos inícios deste século; aqui, salientarei, por todos, o notável estudo de José Mattoso (meu querido mestre de sempre, que inspira o subtítulo deste livro por via do seu célebre trabalho *As três faces de Afonso Henriques*) sobre D. Afonso Henriques; e, pela sua enorme qualidade e proximidade ao tempo de Nuno Álvares Pereira, as biografias que Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Duarte dedicaram, respetivamente, a D. João I e a D. Duarte. Delas farei bom uso ao longo deste trabalho, cuja estrutura formal apresentarei agora de uma forma muito sucinta.

No Capítulo 1, tentarei explicar *porque, como e com que limitações* é possível contar a história do Santo Condestável e que elementos e cuidados devemos ter presentes na leitura das fontes de que dispomos para a nossa tarefa. O Capítulo 2, que abrirá com uma identificação preliminar das coordenadas principais em que a nossa personagem deve ser situada (datas e locais do seu nascimento e decesso, enquadramento familiar, aspeto físico, marcos principais da sua história), será sobretudo

dedicado à carreira militar de Nuno Álvares, que se inicia por volta de 1380 (com a terceira guerra fernandina contra Castela) e que conhece o seu epílogo em 1415, com a aventura de Ceuta. No Capítulo 3, o palco será ocupado pelo «senhor feudal e conselheiro do rei»; tentarei aqui, com base sobretudo nos documentos que compulsei, reconstituir a forma como se deu a construção do vasto património fundiário do mais célebre dos Pereiras, relacionando estreitamente este facto com a sua carreira política e com a sua relação de grande cumplicidade com o rei D. João I. Por fim, o Capítulo 4 destina-se a observar a figura do devoto mariano, do construtor do imponente Mosteiro do Carmo, e também a comentar a sua opção religiosa como donato carmelita, vista no contexto da oferta espiritual da sua época e do ambiente mental existente no Sul do território português.

Desejo exprimir aqui toda a minha gratidão à Manuscrito e à Dra. Sofia Monteiro pela confiança em mim depositada. Quero ainda agradecer a todos os que escreveram antes de mim sobre D. Nuno, pelo muito que aprendi com eles, permitindo-me realçar, neste ponto, os estudos tão rigorosos e inovadores do Prof. Doutor Aires Augusto Nascimento sobre esta figura maior da nossa história. Pretendo igualmente deixar uma palavra de sentido agradecimento à minha estimada colega e amiga Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lurdes Rosa, que me guiou e iluminou intensamente na abordagem do tema tão complexo da religiosidade dos leigos no Portugal dos séculos xiv e xv; sem ela, este trabalho teria ficado amputado de uma das suas componentes nucleares. Ao meu velho amigo e companheiro de gabinete, Prof. Doutor António Resende de Oliveira, com quem me iniciei nos estudos medievais, agradeço a partilha de pontos de vista e a revisão de partes importantes do primeiro e do terceiro capítulos. Ao meu bom colega de ofício, Prof. Doutor João Luís Inglês Fontes, devo também uma ajuda preciosa para conseguir penetrar melhor no fascinante mundo dos «eremitas da pobre vida» que abundavam no Alentejo e na península de Setúbal ao tempo do meu biografado. Ao Doutor Miguel Gomes Martins, notável especialista em arte militar medieval e — digo-o com muito orgulho — meu primeiro orientando de mestrado e de doutoramento, liga-me uma cumplicidade inestimável, que se traduz numa permanente troca de opiniões, de informações e de materiais de trabalho, que muito enriqueceram o segundo capítulo deste

estudo. Ao senhor diretor da vetusta Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o meu querido amigo Prof. Doutor José Cardoso Bernardes, e à sua técnica superior, senhora D. Helena Sousa, sou devedor de inúmeras gentilezas e diligências eficazes, que me permitiram aceder a uma grande quantidade de obras relevantes, que de outro modo não teria podido consultar. Gostaria também de expressar o meu reconhecimento ao Museu Arqueológico do Carmo, nas pessoas do Dr. José Morais Arnaud (Presidente da Direção da Associação dos Arqueólogos Portugueses) e da senhora Dra. Célia Nunes Pereira, pela visita guiada ao principal monumento ligado à história de vida de Nun'Álvares e pelas sugestões de leitura e de interpretação do local. À Guarda Nacional Republicana, na pessoa do seu oficial, senhor João Merca, agradeço as facilidades de visita à cela do Santo Condestável. À senhora Dra. Maria de Fátima Lopes devo uma leitura e correção excepcionalmente escrupulosas do meu texto, e ao meu querido amigo Dr. José Morais devo igualmente muitas sugestões de enriquecimento deste livro, além de belas imagens que muito o valorizam. Finalmente, e não menos importante, à Leonor quero aqui agradecer publicamente toda a colaboração, acompanhamento científico, dedicação pessoal e carinho que tornaram possível esta ousadia de tentar escrever uma biografia digna daquele que é um dos mais reconhecidos heróis da secular história portuguesa.

Tenho consciência de que jamais conseguiremos conhecer profunda e completamente uma personagem histórica, captar a sua alma, em especial a de uma figura tão distante do nosso próprio tempo. Vivemos num *kairós* absolutamente distinto, recorremos a informações, relatos, seleções de factos que são simples mediações, por vezes até contraditórias. A História não é uma duplicação, uma fotografia da realidade, mas apenas uma sua representação. «Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia», escreveu um dia Eça de Queirós em *A Relíquia*. O mais que espero ter conseguido fazer, por via da recapitulação e inter-relacionamento dos factos essenciais, da eliminação de alguns anacronismos, mas também das sugestões — aqui e além um pouco ousadas, reconheço — que apresentarei, é ter ajudado a animar o debate sobre a figura do Santo Condestável e sobre o emocionante pôr do sol da Idade Média portuguesa em que lhe coube viver. Oxalá tenha valido a pena.

Cernache dos Alhos, janeiro de 2017.



# CAPÍTULO 1

## COMO CONTAR ESTA HISTÓRIA?

O contributo das fontes literárias (em especial as de carácter narrativo) para o conhecimento da figura de Nuno Álvares Pereira é absolutamente decisivo. A esmagadora maioria daquilo que sabemos acerca da vida do Condestável provém dessas *estórias*; causa até calafrio pensar naquilo que (não) saberíamos acerca de D. João I ou de D. Nuno sem os testemunhos dos cronistas! Dependemos de tal maneira deles que tenho obrigatoriamente de enquadrar e de apresentar essas fontes, de explicitar em que condições foram produzidas, que influências sofreram e de que forma me poderei servir eficazmente delas. Ocupar-me-ei sobretudo da *Crónica do Condestabre*<sup>3</sup> e das crónicas de Fernão Lopes sobre os reinados de D. Pedro, D. Fernando e D. João I (Primeira e Segunda Partes), mas convém que a minha averiguação comece um pouco mais atrás. Os objetivos são claros: perceber o ambiente cultural em que os cronistas viveram e trabalharam; identificar — ainda que de forma breve e simplificada — as principais influências a que devem ter estado sujeitos; entrever o sentido e o significado de algumas das suas analogias e estratégias narrativas. Numa palavra, criar condições para compreendermos um pouco melhor os seus relatos.

### Historiografia, Romance e Hagiografia

#### *Narrativas históricas:*

A historiografia medieval portuguesa começou por expressar-se em língua latina, sob a forma de «anais», ou seja, de registos de acontecimentos históricos relevantes inscritos segundo uma sequência cronológica,



ano a ano.<sup>4</sup> Os anais mais antigos remontam aos finais do século xi e inícios do século xii e foram produzidos nos mosteiros de Santo Tirso de Riba d’Ave (no condado portugalense) e de São Mamede de Lorvão (no condado de Coimbra); incluem notícias de eventos ocorridos desde o século ix e preocupam-se em comemorar os feitos da Reconquista da fronteira cristã ocidental associados aos reis das Astúrias e de Leão, ao mesmo tempo que recordam a sucessão dos abades (no caso de Lorvão) e que evocam as façanhas de nobres guerreiros regionais (no caso dos anais de Santo Tirso). Estes registos analíticos, parcialmente copiados e interpolados no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, estiveram na origem, na década de 1130, dos chamados *Annales Portucalenses Veteres* e, mais tarde (c. 1184), dos *Annales D. Alfonsi Portugalensium Regis*, onde se perspetiva o passado histórico «em função dos interesses do recém-fundado reino português» (Krus, 1993, p. 312). A ótica dos frades crúzios era a de que o novo reino configurava o resultado de uma reconquista empreendida de forma autónoma em relação à protagonizada pelos reis de Leão! Estas narrativas, nas quais se misturavam as memórias de Afonso Henriques com vidas de santos («hagiografias») da sua época, tiveram continuidade ao longo dos séculos xiii e xiv, em especial nos mosteiros de iniciativa régia, como Santa Cruz de Coimbra ou Santa Maria de Alcobaça; mas, ao mesmo tempo, outros mosteiros recolhiam notícias e tradições acerca dos seus antigos patronos e protetores de origem nobre.

Ora, foi justamente isso que criou condições para que a prosa narrativa de carácter histórico, agora em língua portuguesa, iniciasse um percurso ascensional de inegável pujança. O primeiro grande marco desta evolução corresponde à produção dos chamados «Livros de Linhagens»<sup>5</sup>, que são composições genealógicas centradas nas famílias nobres e nas quais, entre narrativas históricas e lendárias, se fornecem dados factuais e cronológicos sobre a nobreza, que são essenciais para as reconstituições dos investigadores que se debruçam sobre a história medieval portuguesa (Esteves, 2004, p. 52). O primeiro desses livros, conhecido como *Livro Velho de Linhagens*, deve ter sido produzido no mosteiro de Santo Tirso, na década de 1280; segundo os especialistas, constituiu uma forma de apoio às reações da nobreza senhorial contra as inquirições régias ordenadas por D. Dinis, em 1284, e também contra a intervenção do monarca no julgamento da herança da poderosa família dos Sosas,

ocorrido no mesmo ano (Mattoso, 1993, p. 419); nele se apresentam «as origens das principais famílias fidalgas portuguesas como anteriores à formação do reino, fazendo-as portadoras de uma genealogia recuada até aos tempos da Reconquista asturiana» (Krus, 1993, p. 313).

Em data que desconhecemos, mas anterior a 1315, surgiria um texto de natureza diferente, sem preocupações de natureza genealógica, mas igualmente revelador do interesse senhorial pelo período da Reconquista asturiana. Refiro-me à tradução portuguesa da *Crónica do Mouro Rasis*, que foi produzida na casa dos senhores de Portel, uma das maiores casas senhoriais do reino; aqui se aborda, de uma forma global, a geografia e a história peninsulares.

A partir da batalha do Salado, travada em outubro de 1340 e onde uma coligação de reis cristãos (que incluía o monarca português, Afonso IV, e o seu genro, Afonso XI de Castela) derrotou uma poderosa aliança muçulmana que juntava tropas do Norte de África (Benimerines) e de Granada, o gosto senhorial pela história aprofundou-se, sob o impulso da memória da velha unidade dos cristãos da Península Ibérica contra o inimigo muçulmano. Assim, sem prejuízo da composição, em Santa Cruz de Coimbra, em língua portuguesa, da *Crónica Portuguesa de Portugal e Espanha* (um texto que reescrevia o passado régio e que nos foi transmitido pelas *Crónicas Breves de Santa Cruz, IV*), assistimos, a partir de então, a um «desenvolvimento da leitura senhorial da história peninsular do reino» (Krus, 1993, p. 313).

Deste modo, em 1343, pela mão de Martim Anes e sob encomenda de um deão não identificado (possivelmente Martim Martins Zote, feito deão da Sé de Braga, em 1342, pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira, seu primo e avô paterno do nosso Nun'Álvares), surgiria o *Livro de Linhagens do Deão*, obra que, no entender de José Mattoso (1993, p. 420), estará decerto relacionada com as reivindicações da nobreza senhorial que se seguiram à guerra civil de 1319-1324, travada entre o rei D. Dinis e o seu filho e herdeiro, D. Afonso. No ano seguinte ao *Livro de Linhagens do Deão* (ou seja, em 1344), terá sido acabado de compor o *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*, expressamente atribuído ao filho bastardo de D. Dinis, Pedro Afonso, conde de Barcelos (e genro dos senhores de Portel, uma linhagem com fortes ligações à Ordem do Hospital). Conforme comentou Luís Krus, «oriundos de uma tal constelação senhorial, ambos os livros reconstróem, em função do prestígio fidalgo, uma história

genealógica da nobreza do reino, que não só remonta a épocas anteriores à da fundação de Portugal, como, no caso do texto do conde, recua até às origens bíblicas» (1993, p. 313).

A quase contemporaneidade daqueles dois trabalhos ajuda a explicar a íntima relação entre eles, atestada por evidentes paralelismos textuais e pela similitude da maioria das informações de natureza genealógica anteriores a 1340 (Mattoso, 1993, p. 420). O livro do conde D. Pedro não deve ter sido iniciado antes de 1340, tanto mais que já refere a ocorrência da batalha do Salado. Segundo José Mattoso, deve ser anterior a uma outra obra relevante para o nosso propósito: a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, também atribuída ao conde D. Pedro Afonso e objeto de uma refundição por volta do ano de 1400, a qual permitiu mitigar o registo de carácter genealógico em benefício da afirmação do «contributo regional português na construção da história peninsular», num espírito de «gesta hispânica» (Krus, 1993a, p. 190). Na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, o conde D. Pedro fundiu, sob a influência da historiografia castelhana, textos genealógicos e crónicas, tanto monásticas (como a *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal*) como de iniciativa fidalga (*Crónica do Mouro Rasis*). «Com este monumental empreendimento, o conde ensaiou uma nova leitura do passado e do devir do reino português» (Krus, 1993, p. 313).

É importante acrescentar que a versão que hoje conhecemos do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* não corresponde exatamente à sua formulação original. Embora se acredite que a estrutura fundamental do livro de Pedro Afonso se manteve (com a inserção das genealogias portuguesas num contexto universal e peninsular, num quadro geral de impressionante fiabilidade histórica), a verdade é que esta obra foi objeto de pelo menos duas refundições após a morte do conde, em 1354. A primeira terá ocorrido entre 1360 e 1365, sendo possível que tenha sido da autoria de «um clérigo imbuído de conhecimentos jurídicos ao serviço do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira», nada menos do que o pai de D. Nuno (Mattoso, 1993, p. 420)! Como demonstrou Bernardo Vasconcelos e Sousa (2000, pp. 31 e ss.), o objetivo principal dessa primeira refundição consistiu em acrescentar uma biografia encomiástica de Vasco Martins Pimentel, apresentado como o fundador desta linhagem. Na verdade, provavelmente por disputarem a herança dos fidalgos de Riba de Vizela e também por terem estado em campos opostos durante a guerra civil de 1319-1324, o conde D. Pedro registara uma

imagem bastante negativa de Vasco Martins Pimentel, que assinalava a sua bastardia e que maculava assim, irremediavelmente, a história da respetiva linhagem. Pois bem, o refundidor tratou de rever e de corrigir essa figuração, em benefício não apenas dos Pimentéis mas também dos próprios Pereiras...

Já anteriormente (pouco depois de 1340), como se percebe pelo *Livro de Linhagens do Deão*, o pai de Álvaro Gonçalves (o arcebispo D. Gonçalo Pereira) se empenhara em «forjar um passado linhagístico em conformidade com as suas aspirações de consagração nobiliária» (Sousa, 2000, p. 38). Mas agora o refundidor de 1360-1365 foi mais longe: articulando a história dos Pereiras com a dos Pimentéis, por via de enlances matrimoniais diversos, reforçou a noção da existência de uma cadeia que unia as antigas e poderosas famílias dos da Maia e de Riba de Vizela aos Pimentéis e aos Pereiras. Deste modo, procurou demonstrar que a família em que nascerá o Condestável remontava, «por via dos antigos condes galegos de Trastâmara e de Trava, ao tempo primordial dos reis das Astúrias» (*ibid.*, p. 38), aos putativos responsáveis pelo início da reconquista cristã da Península Ibérica. Ou seja, e em resumo, às cavalitas dos Pimentéis, «os Pereiras assumiam-se, nesta segunda metade do século xiv, como os lídimos e diretos herdeiros de tradições nobiliárquicas que remontavam ao período da fundação de Portugal e mesmo ao passado semimítico do reino e dos monarcas asturianos» (*ibid.*, p. 40). Reabilitada a memória de Vasco Martins Pimentel («mui bom cavaleiro e de grande fazenda», como escreveu o refundidor no título xxxv), era, afinal, a imagem dos Pereiras que se acautelava, projetando um passado glorioso num futuro que se adivinhava promissor. Não esqueçamos, neste ponto, que um filho de Vasco Martins Pimentel, chamado Estêvão Vasques, foi prior da Ordem Militar do Hospital, e foi justamente ele quem preparou a sua sucessão neste importante cargo em favor do seu sobrinho-neto, Álvaro Gonçalves Pereira... Não fora esta circunstância, e talvez a história do nosso Condestável tivesse sido muito diferente, como adiante perceberemos melhor.

A segunda refundição do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro*<sup>6</sup>, operada entre 1380 e 1385, interessa-nos ainda mais: promovida por alguém que preferiu valorizar o elemento narrativo relativamente às atualizações genealógicas, ela traduziu-se sobretudo na reformulação do vasto título xxi, com o objetivo claro de exaltar a família dos Pereiras, nomeadamente

por meio de relatos sobre os seus antepassados e, sobretudo, por via da inserção (justamente na biografia de Álvaro Gonçalves Pereira) de uma extensa narrativa da batalha do Salado, onde o pai de Nuno Álvares e o seu avô estiveram presentes, tendo alegadamente o primeiro desempenhado nela um papel decisivo (Mattoso, 1993, p. 420)! De facto, a vitória portuguesa no confronto direto com a hoste granadina, que se lhe opunha naquela parte do campo de batalha, terá — segundo a narrativa novamente refundida do *Livro de Linhagens do conde D. Pedro* — ficado a dever-se à exibição da Vera Cruz (um pedaço do lenho da Paixão de Cristo) aos combatentes lusitanos, que acusavam já um grande desgaste no combate e que pareciam estar prestes a soçobrar. Ora, a relíquia fora levada para a Andaluzia justamente por D. Álvaro Gonçalves Pereira, que a fora expressamente buscar ao mosteiro hospitalário alentejano do Marmelar, onde o cavaleiro beirão Afonso Peres Farinha a depositara no regresso de uma das suas viagens à Terra Santa, na segunda metade do século XIII. Além disso, antes da batalha, como que em jeito de profecia, o prior do Hospital prometera ao rei português, D. Afonso IV (que naquela campanha se aliara a Afonso XI de Castela), que a relíquia lhe garantiria a vitória no momento decisivo. Assim sucedeu de facto — na narrativa acrescentada ao livro do conde D. Pedro, bem entendido —, em resultado do efeito anímico que tão precioso símbolo provocou nos combatentes portugueses, que logo recobriram o alento e varreram os granadinos do campo de batalha.

No século XIV, terá ainda sido composta a *Crónica da Conquista do Algarve*, que realça os feitos de Paio Peres Correia, o célebre fidalgo português que chegou a ser mestre da Ordem Militar de Santiago na Península Ibérica, entre 1245 e 1275. Como admitiu Luís Krus, esta obra pode, no entanto, corresponder a uma secção entretanto perdida de uma *Crónica do Mestre Paio Peres Correia*, escrita ainda na década de 1340, o que remeterá a respetiva autoria para os *scriptoria* da Ordem de Santiago e «representa um dos mais importantes vestígios da actividade historiográfica desenvolvida pelas ordens religiosas militares na Hispânia de Trezentos, não sendo, portanto, de admirar o facto de perspectivar a *Reconquista* do Algarve de uma forma que diminui e subalterniza o protagonismo régio da iniciativa» (1993b, p. 176).

Da segunda década do século XV data um outro texto fundamental, conhecido como *Crónica de Portugal de 1419* (este título resulta do facto

de a obra conter a indicação expressa de ter sido composta a partir de julho de 1419). Trata-se de um conjunto de narrativas que, após alguns apontamentos relativos ao governo do conde D. Henrique, abrange os reinados de D. Afonso I, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis e D. Afonso IV. Esta obra é conhecida por intermédio de dois manuscritos identificados por Artur de Magalhães Basto (em 1942) e por Carlos da Silva Tarouca (em 1945), este último mais completo do que o anterior, o que justifica as designações comuns de «Crónica dos Cinco Primeiros Reis de Portugal» e de «Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal», respetivamente. Atendendo a que, em 1418, Fernão Lopes fora nomeado guarda-mor das escrituras da Torre do Tombo, em acumulação com o cargo de escrivão dos livros do infante D. Duarte, considera-se bastante plausível que a *Crónica de Portugal de 1419* seja o resultado de uma iniciativa do infante herdeiro (que, por esta altura, assumia já funções governativas bastante amplas) e que da nova tarefa tenha sido encarregado o próprio Fernão Lopes (Krus, 1993c, p. 186; Moreira, 2013, pp. 49-96). Esta possibilidade é tanto mais razoável quanto sabemos que, nas suas obras principais (a trilogia que inclui as crónicas dos reis Pedro I, Fernando e João I), Fernão Lopes parece aludir a histórias de reinados anteriores compostas por si. Parece também possível, na sequência das averiguações de Luís Lindley Cintra, que aquilo que conhecemos hoje não será a versão original da *Crónica de Portugal de 1419*, mas uma sua versão preparatória, talvez «um seu rascunho, (...) a que ainda faltava o prólogo e algumas notícias a copiar ou adaptar da sua principal fonte, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*» (Krus, 1993c, p. 186).

Como se percebe, a *Crónica do Condestabre* e as narrativas de Fernão Lopes não vão implantar-se em território virgem, no que à prosa histórica em língua portuguesa diz respeito! Quando foram compostas, já a nossa historiografia medieval tinha um respeitável passado (quer em latim, quer em vernáculo), que aqui evoquei sucintamente. É, aliás, oportuno recordar que do rol dos livros que possuiu o rei D. Duarte constam a «Coronica de Espanha em cadernos» e a «Coronica de Portugal»; isto além de exemplares de obras de história antiga (grega e romana), como o «Júlio cesar» e também uma «guerra da maçedonia em papel de marca grande», um «livro de aníbal per português» e uma «historia de troya per aragoes».



*Romances arturianos:*

Além dos grandes progressos da narrativa histórica em língua vernácula, os finais da Idade Média trouxeram também as versões portuguesas dos romances arturianos, essa espécie de simbiose entre as velhas canções de gesta e a lírica trovadoresca que cantava o amor cortês. O desenvolvimento dos relatos lendários acerca da corte do rei Artur (ancorados em contos inspirados por lendas celtas antigas introduzidos nos inícios do século XII por jograis bretões ou galeses) foi o resultado de sucessivas reformulações da história inglesa devidas a clérigos como Guilherme de Malmesbury, Godofredo de Monmouth ou mestre Wace (que, c. 1155, escreve já em língua vulgar e introduz as personagens dos cavaleiros da Távola Redonda). Daqui vieram a resultar, sob influência da corte do rei inglês Henrique II, *Plantageneta*, e da sua esposa francesa, Leonor da Aquitânia, os primeiros grandes romances em língua vulgar que exploram aquele património lendário, designadamente o *Tristan* (associado ao jogral normando Bérout e, pouco depois, ao autor anglo-normando Thomas) e, mais tarde, as obras do célebre Chrétien de Troyes, provavelmente um clérigo (m. c. 1190) que serviu nas cortes dos condes de Champagne e da Flandres.

Tal como assinalou Jacques Paul (1998, p. 210), com Chrétien de Troyes, «a matéria da Bretanha [inicialmente versificada] passa do nível de conto de aventuras e do relato romanesco para o de uma obra literária pensada, amadurecida e articulada». Nesta fase, porém, os reis dos romances de inspiração arturiana são simples senhores feudais que apenas dispõem de uma autoridade senhorial; mesmo Artur é forçado a competir com rivais e com inimigos que não reconhecem a sua soberania e que cobiçam a sua coroa. Manifestamente, Chrétien sustentava a causa de cavaleiros que eram eles próprios grandes senhores feudais, filhos de reis e que aspiravam a ser coroados. Com uma exceção chamada Lancelote, um cavaleiro de ascendência desconhecida. Em todo o caso, os romances de Chrétien de Troyes estão ainda repletos de cavaleiros errantes destinados à aventura, em busca de afirmação social e de uma ocasião amorosa capaz de os guindar a um estatuto superior no seio da nobreza (Miranda, 1996, *passim*).

Embora não se tenha conservado integralmente, o essencial da produção literária de Chrétien de Troyes pode ser identificado com os seguintes quatro romances: *Érec et Énide* (c. 1165-1170); o *Le Chevalier*

*de la Charrette* (c. 1177-1181, onde Lancelote, o cavaleiro perfeito, vence todos os obstáculos e obtém a vitória sobre todos os seus adversários para libertar e conquistar a rainha Genevra); o *Yvain, le Chevalier au Lion* (da mesma época); e *Li Contes del Graal* (uma obra inacabada, composta talvez a partir de um argumento fornecido por Filipe da Alsácia, conde da Flandres, e de interpretação extremamente complexa, com a primeira parte da narrativa a estar centrada em Perceval e a segunda em Galvão, o cavaleiro perfeito mas excessivamente mundano).

Como explica José Carlos Miranda (1996), cujas conclusões inovadoras sobre esta temática aqui seguimos, os continuadores de Chrétien de Troyes completaram o *Li Contes del Graal*, ora valorizando a personagem de Perceval, ora a de Galvão. A maior parte desses continuadores sofreu a influência da trilogia de Robert de Boron, na qual se identifica o Graal (símbolo e relíquia cristã, propriedade exclusiva de uma linhagem de que o cavaleiro Perceval será o derradeiro representante) com o prato da Ceia e o vaso sagrado contendo o sangue do Cristo crucificado. A construção da ideia de linhagem, já sugerida por Chrétien de Troyes, progride agora pelo recurso à santificação, claramente expressa no Santo Graal (que José de Arimateia, suportando inúmeros perigos, trouxera de Jerusalém até ao castelo de Corberic, em Inglaterra). Deste modo, os relatos bretões originais ligam-se à história cristã e ao seu simbolismo mais profundo, ao mesmo tempo que o rei Artur é investido de uma nova energia, graças à redação do *Merlin* da trilogia de Robert de Boron. Por volta de 1210, o aparecimento de um Lancelote em prosa completará esta evolução: reconstrói-se a função da realeza e aprofunda-se a ideia de linhagem, enquanto a figura referencial do pequeno cavaleiro errante em busca de aventura praticamente desaparece. Lancelote é agora o filho de rei, pontualmente empobrecido em resultado das falhas de comportamento do rei Artur (um aspeto que será corrigido numa fase posterior).

No primeiro quartel do século XIII, o conjunto da «matéria da Bretanha» foi finalmente reunido num primeiro vasto ciclo em prosa conhecido como «Les Romans de la Table Ronde» (ou «Vulgata»). Este ciclo incluía cinco romances: *Estoire del Saint-Graal*, *Merlin*, *Lancelot*, *Queste del Saint Graal* e *Mort Artu*. Em conjunto, formavam um relato continuado, ainda que sem unidade de estilo e de composição, talvez devido às condições particulares da transmissão manuscrita coeva

(Paul, 1998, p. 212). Segundo José Carlos Miranda (1996, p. 85), a base deste primeiro grande ciclo em prosa é a reelaboração da biografia de Lancelote, integrada no contexto de uma linhagem santa que encontra no Graal o seu signo de reconhecimento mais importante. A estrutura deste ciclo compreende pelo menos três etapas: i) a continuação cíclica de Lancelote até à entrada em cena de Galaaz; ii) a busca do Graal por este cavaleiro; iii) a queda do mundo arturiano. Trata-se de uma revisão da História, do tempo de Jesus Cristo até à atualidade. História essa que não é mais do que o relato da génese e do destino de uma linhagem, desde o seu fundador (Nascimento) até ao rei Bam de Benoic, a Lancelote e, finalmente, a Galaaz. O modelo terá sido fornecido pelos textos bíblicos, em especial pelos livros do Pentateuco (Antigo Testamento). É evidente o paralelismo entre David e Lancelote, ao mesmo tempo que o relato da queda do Graal permite estabelecer paralelos com o Novo Testamento, tornando-se Galaaz o «Cristo da cavalaria». Assim, a busca do Graal pelo filho de Lancelote assenta numa ideia renovada da cavalaria, na qual a turbulência dos jovens cavaleiros já não existe. Galaaz representa nitidamente a linhagem protegida por Deus: linhagem santa e purificação ética, eis os elementos indispensáveis à definição da função militar da nobreza, isto é, da cavalaria (Miranda, 1996, pp. 90-91; Monteiro, 2007, pp. 129-136).

O final do primeiro grande ciclo em prosa acrescenta uma série de razões explicativas do desabamento do mundo arturiano, nomeadamente a luta entre linhagens rivais após a descoberta da relação amorosa entre Lancelote e a rainha. Critica-se abertamente a cavalaria antiga, simbolizada por Lancelote, cujo comportamento se orientava demasiado pelo amor que dedicava à esposa do rei Artur. A conclusão passa também pela reabilitação da dignidade real, uma das estratégias mais importantes do conjunto deste ciclo. A herança celta é desvalorizada e substituída por uma intertextualidade que se articula bem com os textos da tradição cristã.

Por volta de 1230, a versão original do ciclo de Lancelote foi retomada e completada por uma série de textos organizados em torno da personagem de Tristão; desta forma, constituiu-se um vasto ciclo Lancelote-Tristão, e foi justamente este ciclo que acabou por passar para a Península Ibérica. Em Portugal, esta introdução deve ter ficado a dever-se ao regresso de França de D. Afonso, conde de Boulogne, que,

na seqüência da guerra civil de 1245-1248, acabaria por se tornar rei de Portugal; quando chegou a Lisboa, em 1245, deve ter trazido consigo o ciclo de Lancelote-Tristão, que incluía dois romances biográficos (*Lancelot* e *Tristan*), mas também um conjunto de outros romances que se articulavam em torno da problemática do Graal: *Estoire del Saint Graal*, *Merlin* (e a sua extensa «Suite»), e *Queste del Saint Graal*, seguida de uma *Mort Artu*.

Segundo José Carlos Miranda, este novo ciclo, a que alguns investigadores portugueses chamam «Post-Vulgata» (cf. Castro, 1993, pp. 448-449), apresenta características diferentes relativamente ao ciclo dos Romances da Távola Redonda, nomeadamente no que diz respeito ao papel desempenhado pelo *Tristan* em prosa, mas também devido à diluição das homologias bíblicas; à articulação entre Galaaz, a velha cavalaria e a santa linhagem; às rivalidades internas entre as linhagens de Perceval e de Galvão; ou mesmo à empresa do Graal, considerada como inútil e como a causa da *débâcle* do mundo arturiano!

Provavelmente, quando o conde de Bolonha chegou a Portugal, o ciclo de Lancelote-Tristão estaria ainda em francês, mas a geração seguinte sentiu a necessidade de o traduzir. Hoje em dia, resta-nos em português medieval uma tradução da *Estoire del Saint Graal* (sob o nome de *Livro de José de Arimateia*), um fragmento do *Tristan*, um fragmento da «Suite» do *Merlin* e, por fim, a versão portuguesa integral da *Queste del Saint Graal*, sob o título de *Demanda do Santo Graal*<sup>7</sup>. Desconhecemos o tipo de consumo a que esta literatura estaria sujeita nos finais do século XIII, mas é natural que o ciclo fosse ainda lido no seu conjunto. Mais tarde, essa unidade deve ter sido quebrada, como parece sugerir a composição da biblioteca de D. Duarte (r. 1433-1438), onde se regista a presença de um *livro de tristam*, de um *livro de galaaz* (provavelmente a versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal* — Amado, 1991, p. 51) e de um *Merlim*, que sugerem escolhas contraditórias e reveladoras da desarticulação da unidade primitiva deste novo ciclo.

É inegável a popularidade do imaginário arturiano nos meios cortesãos portugueses ao tempo de Nun'Álvares e dos cronistas que sobre ele escrevem e que lhe imputam mesmo uma grande recetividade moral aos romances de cavalaria, ao ponto de afirmarem que o Condestável, desde muito cedo, erigiu Galaaz, o cavaleiro casto, como seu paradigma de vida e de comportamento. Vale a pena lembrar que, de facto, a

*Demanda* se estruturou em torno da personagem central de Galaaz, o mais insigne paladino da «cavalaria de Cristo», que observava padrões de comportamento moralmente muito exigentes, que pressupunham, como escreveu Miranda, «a recusa do homicídio gratuito, a humildade, a contenção no uso das armas e a apologia da virgindade. A cavalaria de Cristo está de bem com Deus, recebe os sacramentos da Igreja com regularidade e pratica a penitência. Por isso, o poder que lhe é confiado, no exercício da justiça terrena, transforma-se, em muitos casos, no braço visível da vontade divina» (Miranda, 1999, p. 191).

Para legitimar a sua afirmação, essa nova cavalaria carece de símbolos, que a *Demanda* relaciona com o escudo de Mordaim, com a espada de David e com o Graal, todos eles, aliás, associados à filiação num grupo linhagístico, circunstância crucial e que confere à «cavalaria de Cristo» o direito à sua função. Enquanto Galaaz (descendente da linhagem de Nascimento, o primeiro cavaleiro apoiado pelo Salvador) ascende, dá-se a queda de Lancelote: maculado pela relação amorosa ilícita com a rainha Genevra, o herói do ciclo inicial fica agora afastado da «cavalaria de Cristo» e recai nos pecados do homicídio, da luxúria e do orgulho (*ibid.*, p. 192). Galaaz, pelo contrário, mantém-se fiel ao seu ideário e, se preza a sua virgindade (característica essencial do retrato romanesco da personagem), não é tanto pelo que isso representa de interiorização de uma virtude monástica, mas mais porque a afirmação da sua linhagem, «concebida como rígida estrutura de sucessão masculina e portadora de um património simbólico elevado e constante» merecedor de caução divina, se tornou incompatível com a antiga ambição de conquista de uma mulher como estratégia para alcançar terra, poder, nome e perenidade (*ibid.*, p. 184).

Entretanto, várias personagens da «matéria da Bretanha» marcam presença nas crónicas de Fernão Lopes, como Lancelote, Tristão, o senescal Queia, Galvão ou o rei Artur, entre outras (Monteiro, 1997/98, pp. 211-212). Como demonstrou Mário Martins (1977, *passim*), o grande cronista recorre também a alguns procedimentos narrativos que evocam as práticas correntes do romance arturiano. Além disso, e tal como já foi observado por Oliveira Marques (1987, p. 255), a onomástica masculina portuguesa desta época denuncia bem a popularidade do romance cortês, pois apresenta um número sugestivo de nomes originários da «matéria da Bretanha»: Lançarote, Lisuarte, Rolim, Tristão, Galaaz, e outros...

*Tradição hagiográfica:*

Convém, por fim, chamar a atenção para a importância de um outro género literário muito relevante na Idade Média: a hagiografia. A incursão pode parecer despropositada, mas não é: a cronística medieval portuguesa foi influenciada por diversos tipos de escritos e relatos, inclusive pelas «vidas de santos». E estas não eram simples literatura, mas, como bem observou Maria de Lurdes Rosa (2001-2002, p. 372), sobretudo instrumentos religiosos, de devoção e de culto, com uma enorme importância e influência sobre o contexto mental coevo; um grande número de pessoas alimentou-se espiritualmente do exemplo dos santos como se fosse «pão partilhado». No fundo, apresentar um santo era «narrar o encontro humano com Deus», pois não se consolidara o cristianismo, precisamente, com base no relato de uma vida — a vida de Jesus Cristo? No relato hagiográfico, não se trata só, nem sobretudo, de compor uma biografia: a santidade configura «o mais nítido lugar da inscrição do eterno no presente». Desse modo, não pode haver dúvidas de que as vidas de santos constituíram «uma tradição narrativa crucial ao Cristianismo medieval» (Rosa, 2001-2002, p. 371).

De acordo com Aires Nascimento (1993, pp. 307-308), as hagiografias medievais situam-se entre os extremos tipificados e cronológicos dos *Acta Martyrum* (que têm origem nos processos judiciais romanos) e os *Acta Sanctorum* (que a crítica historiográfica dos bolandistas estabeleceu a partir do século xvi). Entre as variantes hagiográficas mais importantes incluem-se as *Legendas* (que se destinavam ao culto, em especial ao ofício das matinas) e narrativas isoladas, que assumiam a forma de *Vidas*, de *Milagres* ou de *Transladações*.

O convencionalismo deste género literário e os panegíricos litúrgicos a que ele está intimamente associado nos primitivos *Acta*, conduziram à acentuação de alguns traços peculiares: «a santidade é dom de Deus e, como tal, o nascimento do santo é rodeado de sinais que o revelam; a actuação do santo manifesta o poder e a grandeza de Deus; o santo é exemplo acabado de virtudes, ou por continuidade ao longo da vida ou por conversão» (Nascimento, 1993, p. 307). A estes atributos associava o hagiógrafo alguns tópicos de referência, como, por exemplo, o «protesto de verdade» (quer em resultado do seu conhecimento pessoal do assunto, quer graças aos testemunhos que obteve), ou o tópico da «humildade» (pela declaração da falta de qualidades literárias

suficientes para lidar com matéria tão elevada), ou ainda o *topos da breuitas*, isto é, da «contenção da narrativa perante a grandiosidade ou abundância do material» (*ibid.*).

A primeira vida de santo que se conhece para o território português é a *Vida de São Frutuoso* (n. c. 600-610), bispo de Braga. Foi escrita em latim por volta do ano 670-680 e tem um carácter fortemente biográfico e panegírico. Não se identificou o autor, que conhecia bem não apenas o *Passionário Hispânico* mas também os modelos de Sulpício Severo e de Gregório Magno e que manifesta, tipicamente, o seu desejo de indagação da verdade e de contenção do discurso. O objetivo deve ter sido a promoção do santuário de Montélios e a perspetiva utilizada é a da «acção de Frutuoso como manifestação do poder divino no mundo» (Nascimento, 1993, p. 308). Segundo Maria de Lurdes Rosa (2001-2002, pp. 382-386), trata-se de um sinal da sobreposição a uma rede algo difusa de santos e de pequenos santuários locais, típica da tradição visigótica e moçárabe, por parte de grandes bispos-abades como São Martinho de Dume ou São Frutuoso de Montélios (neste último caso, mais o monge do que o bispo). A obra dedicada a São Frutuoso reflete o peso da atração pela vida isolada e contemplativa, exprimindo a mundividência de um homem auxiliado por poderes naturais e que, no deserto sírio, é servido por aves domesticadas, numa relação íntima com a natureza (em especial com a água) e em ambiente de vida eremítica (Rosa, *ibid.*).

A *Vida de São Rosendo* (907-977), também composta em latim, por Ordonho, um monge do mosteiro de Celanova, traduz a afirmação do monaquismo beneditino nas terras galegas e portucalenses, assim como a ascensão política de algumas famílias condaís da região e a consequente unificação de costumes, com o esboço de grandes abadias de tipo carolíngio e cluniacense (*ibid.*, pp. 386-389). O apelo monástico levou Rosendo a fundar o mosteiro de Celanova, onde viveu, tendo os textos hagiográficos a ele alusivos sido compostos no local, entre meados ou o último quartel do século XII (frise-se que São Rosendo foi canonizado em 1172) e, o mais tardar, 1229. O texto deve estar relacionado com a procura «de títulos ou de prestígio ou de garantias fundiárias de um mosteiro que o bispo de Dume/Mondonhedo havia fundado em vida» (Nascimento, 1993, p. 308).

Já a *Vita Geraldi*, redigida entre 1128 e 1146, exprime um tipo de santidade contrastante. Reporta-se a Geraldo de Moissac, arcebispo de Braga



(1096-1108), e foi composta pelo seu discípulo Bernardo, que Geraldo trouxera de França e que nomeara arcediogo na sua diocese. Neste caso, a intenção principal situa-se no plano da ação catequética (e não no plano histórico), visando a instrução espiritual dos menos esclarecidos. Segundo Aires Nascimento (*ibid.*), «a tónica está posta, pois, na hagiografia como *exemplum*, no duplo sentido de perfeição e de ensinamento». É tentador relacionar esta obra com a promoção da reforma gregoriana no Ocidente peninsular por parte dos monges de Cluny, companheiros de Bernardo de Toledo (Rosa, 2001-2002, p. 390).

Um pouco mais tardia (finais do século XII ou, mais provavelmente, inícios do século XIII) é a *Vida de Santa Senhorinha*, onde se fixa o modelo da virgem dedicada a Deus num contexto de vida cenobítica. A versão mais longa deste texto valoriza a dimensão hagiográfica de edificação relativamente aos aspetos mais factuais e de natureza biográfica. A redação poderá dever-se a um monge beneditino, provavelmente do mosteiro de Refoios de Basto. De acordo com Maria de Lurdes Rosa (*idem*, p. 394), esta obra propõe um modelo de santidade já muito diverso do dos finais do século X, podendo o texto ter tido o patrocínio da família Sousa, uma vez que o conde Mendo Gonçalves de Sousa, mordomo-mor de D. Afonso Henriques, descenderia da linhagem da santa. O autor recorre com frequência aos *Salmos* e proporciona-nos «um quase definitivo modelo de santidade beneditina do final do século XII» (*idem*, pp. 395-396). A Santa Senhorinha traduz o gosto das senhoras piedosas da nobreza condal pelo esplendor litúrgico; trata-se de uma figura ainda claramente inserida no mundo rural, que visita as suas igrejas e que se revela mais poderosa e destemida do que diplomática; após a sua morte, opera alguns milagres que exprimem um domínio mágico sobre a natureza (*idem*, pp. 396-397).

As primeiras décadas do século XII irão conferir a Coimbra uma nova centralidade política. Neste contexto — em que progressivamente se desliza do ambiente rural para o meio mais movimentado, animado e problemático das cidades —, surgirão novas produções hagiográficas, de que é exemplo a *Vida de São Martinho de Soure*, escrita por Salvado a requerimento de Mendo, o irmão e sucessor no acompanhamento pastoral dos sourenses do malogrado Martinho, aprisionado pelos muçulmanos na sequência de uma violenta incursão militar e morto no cativeiro, em Córdova, em 1145. Tal como o autor da *Vida de São Geraldo*,



também Salvado (que se formara na Sé de Coimbra, ou em Santa Cruz) privilegia a pastoral e a conversão das populações; «a caracterização moral sobrepõe-se assim às manifestações sobrenaturais, praticamente inexistentes» (Nascimento, 1993, p. 308).

Do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (cónegos regrantes de Santo Agostinho), ainda na primeira metade do século XII, sairão duas hagiografias muito relevantes: a *Vida de Dom Telo* e a *Vida de São Teotónio*. A primeira é da autoria do mestre Pedro Alfarde, e Aires Nascimento (*ibid.*) considera-a mais devedora da crónica do que da biografia. Tendo sido preterido a favor de Bernardo (monge cluniacense apoiado por D. Afonso Henriques) na candidatura ao episcopado de Coimbra, Telo, em 1135, à frente de um grupo de jovens eclesiásticos particularmente dinâmicos (incluindo Pedro Alfarde), fundou o mosteiro de Santa Cruz. A *Vida*, escrita nos vinte anos que se seguiram à morte de D. Telo (c. 1136), exprime, assim, a «superação da derrota pelo herói», surgindo a fundação do cenóbio sob o signo da profecia e do mistério (Rosa, 2001-2002, pp. 397-398). O texto inclui o relato da fundação, assim como os documentos (privilégios do papa, dos bispos e dos reis) que justificam os direitos do novo mosteiro.

Quanto à *Vida de São Teotónio*, não se conhece o autor, mas trata-se certamente de um crúzio que teria sido discípulo do biografado, o primeiro prior de Santa Cruz. É muito evidente o laço afetivo que une estas duas pessoas, e parece legítimo deduzir-se que esta hagiografia (uma das mais elaboradas do repertório português) não resultou de uma encomenda, mas sim de uma iniciativa individual, «um factor que altera de si a funcionalidade tradicional do texto hagiográfico» (Nascimento, 1993, p. 308). Eis um exemplo claro do sentido profundo da hagiografia medieval, que comentei um pouco atrás: Teotónio não era um simples biografado, mas um santo — *celestem uitam in terra positus agebat*, quer dizer, «colocado na terra, levava uma vida espiritual» (Rosa, *idem*, p. 371). Graças ao recurso aos salmos, que eram textos propícios à veiculação de ideias mais poéticas, místicas e messiânicas, fazia-se entrar Teotónio na galeria das figuras bíblicas; nos anos finais, ele é comparado pelo autor anónimo à figura de Job, mas também existem paralelos com José do Egito, com a «escada de Jacob» e com São Gregório Magno, em cujo *Liber Dialogorum* o biógrafo (que conhecia também a retórica e a cultura clássicas) terá buscado inspiração, ainda que a fonte principal desta *Vita* seja São Jerónimo (*ibid.*, pp. 373-380).

Em jeito de comentário, Maria de Lurdes Rosa (2001-2002, p. 398) chama ainda a atenção para as inovações introduzidas pelos crúzios nos domínios pastoral e cultural, relativamente ao «pesado e solene modelo religioso», que era próprio dos beneditinos de Cluny: «contacto com as classes vilãs, acompanhamento da pastoral em territórios fronteiriços, proclamação ideológica da guerra santa, atitude tolerante para com os moçárabes e cultura islâmica, transmissão de correntes de pensamento oriundas de Roma e de França, pregação no meio urbano».

O sucesso dos cónegos regrantes foi fulgurante e suscitou uma adesão quase imediata por parte dos grupos de cavaleiros de Coimbra e de Entre Douro e Vouga ao serviço de D. Afonso Henriques; a produção literária de Santa Cruz acompanhou a expansão afonsina para sul; «à força, juventude e autoconfiança dos cavaleiros afonsinos correspondeu o dinamismo dos Cónegos Regrantes» (*ibid.*, p. 399). Estes souberam ler os tempos. «O profetismo e evangelismo dos fundadores [Telo e Teotónio], próprio, de resto, das correntes radicais de renovação religiosa cristã, facilitam-lhes uma visão escatológica que se mostrará extremamente sedutora no meio de guerreiros jovens em que surge. Características como o conhecimento profundo da espiritualidade e devoção hierosolimitana [relativa a Jerusalém], a crítica à corrupção eclesiástica, o aceno da vida comunitária despojada, e a arrojada independência que perpassam nas *Vitae* de Telo e Teotónio — todas são de molde a seduzir um grupo afeiçoado ao imprevisto, ao arriscado e ao novo» (*ibid.*).

Em período posterior, o desvio dos favores régios para Alcobaça, e mais tarde para a Batalha, criou um novo quadro, que obrigaria os crúzios conimbricenses a trilhar outros caminhos, investindo no património simbólico e no poder sagrado do seu mosteiro, o que culminaria nas tentativas de canonização de D. Afonso Henriques iniciadas por D. Manuel I (Rosa, 2001-2002, pp. 403-404).

Um outro exemplo deveras interessante, neste caso saído do meio e do ambiente dos frades pregadores, é o da *Vida de Frei Gil de Santarém* (n. c. 1184-1190 e m. 1265), escrita no século XIII pelo seu condiscípulo frei Pedro Pais. A história está hoje perdida, mas foi utilizada por autores do século XVI (como André de Resende), o que nos permite saber tratar-se de uma extensa biografia de um homem de origem fidalga, que foi provavelmente clérigo secular em Coimbra antes de se juntar

aos dominicanos. Frei Gil exerceu Medicina e, em data ligeiramente anterior a 1223, foi cursar Teologia em Paris, tendo sido nesta cidade que professou na Ordem dos Frades Pregadores. Regressou a Portugal em 1229, foi pregador, provincial das Espanhas (1233) e deve ter continuado a exercer a sua atividade médica. A *Vitae Fratrum* (de Gérard de Frachet) apresenta-o como um frade humilde, austero e muito dado à caridade, mas também místico e iluminado, propenso a arrebatamentos súbitos e à interpretação das visões dos moribundos. A sua condição de teólogo, de médico, de pregador, de homem viajado e interveniente nos meandros políticos tornam-no um dominicano bastante conforme ao espírito da sua Ordem. Parece ter sido objeto de tentativas de canonização precoces, decerto em resultado da veneração que o povo lhe dedicava. Está também associado a um episódio intrigante, que envolve a companhia de nigromantes numa gruta de Toledo e um pacto com o Diabo. Maria de Lurdes Rosa interpreta este episódio como ilustração de uma conversão que implicou «radical mudança de vida, resgate e redenção»; a sua aventura será, enfim, uma fonte de ensinamentos, um aviso contra «o excessivo zelo e entusiasmo pela vida moderna e mundana em que se movimentavam os irmãos pregadores» e «um alerta contra os perigos do mundo universitário» coevo, com as suas ambições fundadas em valores não devocionais ou religiosos (Rosa, *idem*, p. 416).

Igualmente do ambiente mendicante, mas neste caso franciscano, sairia a *Lenda dos Mártires de Marrocos*, escrita (ou apenas transcrita) por frei Francisco de Sevilha por requisição do provincial frei João da Póvoa, em 1476. Repare-se como, desde o século XIII, num movimento que teve o seu sentido de rotura, a religiosidade das ordens mendicantes fazia «florescer os exemplos de piedade e devoção individualizadas, interiorizadas e acessíveis a todos, mesmo aos grandes excluídos de então, os leigos que viviam no século» (Rosa, *idem*, p. 373).

Como recorda Aires Nascimento (1993, p. 309), da hagiografia latina medieval de origem portuguesa fazem também parte — além dos livros de milagres — as *Paixões de São Veríssimo, Máxima e Júlia*, do século XIII, assim como o *Martírio e Gesta do Infante D. Fernando* (uma versão abreviada da obra escrita em português por frei João Álvares, companheiro do Infante Santo no cativeiro de Fez). Existe também uma hagiografia de origem romanesca, intitulada *Lenda de Santa Iria*, que tem o seu testemunho mais arcaico num breviário bracarense de 1470 (*ibid.*).

Quanto à hagiografia medieval em língua vernácula, Aires Nascimento admite que começou relativamente cedo, pois na *Vida de Santa Senhorinha* refere-se que esta dama promovia a leitura das vidas de santos em língua materna. Existe também um fragmento da *Compilação Valeriana* do século xv, e é muito provável que, desde cedo, tenham circulado traduções diversas. Uma delas permitiu passar para a língua portuguesa, ainda no século xiii, o *Livro de José de Arimateia*, que era então considerado como uma obra hagiográfica (Nascimento, *ibid.*). Mas não se traduzia apenas do francês: por exemplo, as *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, de Bernardo de Brihuega, foi vertido a partir do castelhano. Quanto à tradução da *Vida de Dom Telo*, foi concretizada por Álvaro da Mota, da Ordem dos Pregadores, em Santa Cruz de Coimbra. Já no século xv, seriam feitas as diversas traduções que integram os valiosos códices de Santa Maria de Alcobaça (*ibid.*).

No que diz respeito a obras originais, devemos realçar a *Vida e Milagres de Dona Isabel*, rainha de Portugal, produzida ainda no século xiv, sob os auspícios do confessor da Rainha Santa; no entanto, esta obra foi objeto de uma refundição tardia e chegou-nos tão-só por meio de uma cópia posterior. Testemunho muito mais direto é a já citada *Vida do Infante D. Fernando*, da autoria de frei João Álvares, escrita entre 1451 e 1460 pelo antigo secretário e companheiro de cárcere do desditoso infante, mais tarde membro da Ordem de Avis e da casa do Infante D. Henrique, além de abade comendatário do mosteiro de Paço de Sousa a partir de 1461 (frei João Álvares, ed. A. A. Calado: IX-X).

Segundo Clara Almeida Lucas (1984, p. 83), a *Vida do Infante Santo*, tal como a *Vida e Milagres de Dona Isabel* e mesmo o *Memorial da Infanta Santa Joana*, de Margarida Pinheiro (ou de sua irmã Catarina Pinheiro), companheira da princesa Santa Joana no Mosteiro de Jesus de Aveiro (obra composta já em inícios de Quinhentos para evocar de forma particularmente afetuosa a memória de uma senhora, filha do rei D. Afonso V, que se distinguiu pelas suas virtudes e compromisso religioso extremos), correspondem a hagiografias com uma marca biográfica ou cronística evidente: ao invés de transmitirem uma visão maravilhosa, preocupam-se mais com a verdade dos factos, configurando um paradigma daquilo a que a autora chama «*crónica hagiográfica*, mais história do que ficção, mais real do que imaginário». Reteremos esta ideia, com vista a comentários futuros.

Da livraria de D. Duarte, assim como de outras bibliotecas particulares (como, por exemplo, a livraria do infante D. Fernando), constavam também várias obras de natureza hagiográfica. *O Eloquente* possuía, pelo menos, uma tradução do *Livro dos Mártires* (talvez a obra de Bernardo de Brihuela posta em português [Nascimento, 1993, p. 309]), além de um *Livro dos Santos Padres*. Já o Infante Santo era proprietário de um *Flos Sanctorum* (coletânea de literatura hagiográfica medieval) e de um *livro da Vida dos Santos, em linguagem* (Nascimento, 1993a, p. 287), entre várias outras literaturas de cunho religioso, de que salientarei desde já: um *livro dos Moraes* [*Moralia?*], de *Sam Gregório*, que o seu antigo capelão Gonçalo Vasques (na altura da redação do testamento a viver já com os eremitas da serra de Ossa) lhe tinha dado; e, note-se, um «livro de linguagem» intitulado *Hermo Spiritual*, oferecido pelo seu escrivão da puridade, ou seja, pelo cronista Fernão Lopes...

Por fim, lembraremos ainda os *Livros de Milagres*, associados ou não à trasladação do corpo; como observa Aires Nascimento, estes textos complementam o texto hagiográfico de tipo biográfico ou tópico e «prolongam no tempo a ação sobrenatural e benéfica do santo» (Nascimento, 1993, p. 310). Voltarei ao tema no final deste estudo, ao tratar do culto de Nuno Álvares Pereira. Para já, reunidas que estão as condições para as compreendermos melhor, vou avançar para a apresentação das principais crónicas que nos permitem reconstituir a vida do Santo Condestável.

### A Crónica do Condestabre

A *Crónica do Condestabre* (ou *Estória de Dom Nuno Álvares Pereira*) é uma biografia anónima do Santo Condestável, escrita entre 1431 e, no máximo, 1443. Estas datas limite correspondem, por um lado, ao ano da morte de Nun'Álvares, mencionada no capítulo 79 da obra, e, por outro, ao ano em que sabemos que Fernão Lopes — que utilizou abundantemente a *Crónica do Condestabre* — estava a escrever o capítulo 163 da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*, dedicada à «sétima idade que se começou no tempo do mestre»<sup>8</sup>.

Posso, no entanto, tentar ser um pouco mais preciso, ainda que de forma conjectural. Atendendo a que Fernão Lopes demorou certamente algum tempo a compor aquela narrativa, e sabendo-se além disso que já na sua *Crónica de D. Fernando* (provavelmente escrita *antes* da *Crónica de*

D. João I) o grande escritor faz uso da estória de Nun'Álvares, é razoável supor que a *Crónica do Condestabre* [CC] tenha sido composta até 1436 ou 1437, como de resto tem sido admitido por vários autores (Calado, 1991, pp. LXXII-LXXV; Russell, 1941, p. 30).

A *Crónica do Condestabre* é uma obra de excepcional interesse, pois trata-se da primeira crónica senhorial conhecida escrita em língua portuguesa que chegou até nós; mesmo no conjunto do panorama ibérico, não é fácil encontrar um exemplo tão precoce de um trabalho deste tipo. António Guedes Branco, que dedicou à CC uma valiosa tese de doutoramento, admite que *El Victorial*, de Gutierre Díez de Games (que já mencionei anteriormente e que, de acordo com o seu editor, situei precisamente entre 1431 e 1435), possa corresponder ao caso castelhano conhecido mais antigo de uma biografia cavaleiresca (Branco, 1998, pp. 27 e 221). Em Portugal, o que temos até à CC, no domínio do registo histórico em prosa vernácula, são crónicas régias (designadamente as que constam da *Crónica de Portugal de 1419*), isto além da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, da *Crónica da Conquista do Algarve*, da tradução da *Crónica do Mouro Rasis* e dos três *Livros de Linhagens*, todos já mencionados. Pode ser que tenha existido também uma crónica do mestre de Santiago, D. Paio Peres Correia, ou uma crónica contendo os feitos do fidalgo Martim Afonso de Melo (assunto a que regressarei mais adiante), mas, porque se trata apenas de conjeturas, não o podemos dar por adquirido. Depois da CC, sim, assistiremos à produção das biografias senhoriais que Gomes Eanes de Zurara dedica ao conde D. Pedro de Meneses (1463), ao filho deste, D. Duarte de Meneses (1468), e ainda aos feitos do infante D. Henrique (*Crónica dos Feitos da Guiné*, de c. 1452-63, com acrescentos posteriores). Isto além da já referida obra de frei João Álvares, intitulada *Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso S.<sup>or</sup> Ifante D. Fernando*, que datará da década de 1450 e que, embora biográfica, entra necessariamente numa categoria diferente.<sup>9</sup>

Na sua dissertação de mestrado sobre *Nuno Álvares Pereira e a Casa de Bragança*, Eunice Esteves, retomando as palavras de Élisabeth Gaucher, recorda que a biografia cavaleiresca resultou de um esforço de promoção da aristocracia, assente numa laicização das técnicas literárias utilizadas pelo hagiógrafo para fazer o elogio das virtudes de um determinado santo. O objetivo não teria tanto que ver com a confirmação da veracidade do que era escrito (e que se baseava geralmente em

testemunhos orais como aqueles que o já citado trovador João, ao serviço de Guilherme, *o Jovem*, recolheu certamente da boca de João d'Early para construir o elogio de Guilherme, «o Marechal, o melhor cavaleiro do mundo»), mas mais «com a propaganda ao serviço de uma nobreza cujo nome e celebridade lhe servem de garantia social para o seu próprio estatuto e riqueza materiais» (Esteves, 2004, p. 66). Ao mesmo tempo, o género biográfico aplicado a grandes senhores ou cavaleiros recolhia também muita inspiração nas genealogias, «as quais parecem ter sido uma das suas formas de organização mais primitivas, juntamente com a laicização da tradição hagiográfica» (*ibid.*).

Não deixa de ser muito curioso o facto de, com apenas cerca de meio século de intervalo, se ter verificado uma segunda interpolação no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* altamente favorável aos Pereiras e ao prior do Hospital, Álvaro Gonçalves, e, depois, a produção de uma biografia que é toda dedicada ao filho deste, Nuno Álvares Pereira. Creio, porém, que não devemos estabelecer uma relação direta entre as duas situações, porque me parece que o meio e os objetivos com que foram desencadeadas não são comparáveis, como perceberemos melhor ao longo deste estudo. De resto, a *CC* nem sequer realça a presença de Álvaro Gonçalves Pereira na batalha do Salado (principal trunfo da interpolação de 1380-1385 no *Livro de Linhagens*); e Nun'Álvares não herdou o priorado do Hospital e a casa dos Pereiras: embora usasse as armas da família na sua própria bandeira e fosse aparentemente muito dedicado e obediente ao pai, construiu o seu próprio património e linhagem, assente em títulos que recebeu em resultado do seu próprio esforço e talento guerreiro, em especial os condados de Ourém, de Arraiolos e de Barcelos.

A biografia anónima do Condestável compõe-se de um brevíssimo prólogo (pouco mais de oito linhas para explicar que o objetivo é apresentar os feitos de D. Nuno como exemplo aos outros) e de 80 capítulos, dos quais o primeiro tem um carácter genealógico (identifica a linhagem de Nun'Álvares a partir do seu bisavô) e o último consiste numa extensa relação das obras praticadas pelo Condestável «por serviço de Deus». Quanto aos 78 capítulos intermédios, uma análise superficial da obra permite logo verificar que se encontram organizados em três grandes blocos temporais: i) desde o capítulo 2 até ao capítulo 14, a ação situa-se ainda no período de governo do rei D. Fernando; ii) entre o capítulo 15 e o capítulo 41, o cronista trata de acontecimentos que ocorreram entre



a morte d'*o Formoso* (em 22 de outubro de 1383) e a eleição do mestre de Avis como rei de Portugal nas cortes de Coimbra, a qual se realizou em 6 de abril de 1385 (no termo destas cortes, Nun'Álvares foi nomeado condestável do reino); iii) do capítulo 42 ao capítulo 79, evocam-se os acontecimentos mais importantes da vida de D. Nuno ocorridos durante o reinado de D. João I, até à morte do Condestável, sobrevinda em 1431.

Ao longo da obra, a atenção do cronista é sobretudo dirigida para os aspetos militares da carreira de Nun'Álvares. Mais de metade dos capítulos está situada em apenas quatro anos da vida do herói (de 1383 a 1386, precisamente quando ocorrem as principais peripécias guerreiras). São raros os «capítulos intermédios» (2 a 79) dedicados a acontecimentos da vida particular ou familiar do biografado, constituindo uma grave doença que afetou D. Nuno a grande exceção. Como observou António Branco (1998, pp. 67-70), a extensão dos capítulos da *CC* varia muito, sendo, no entanto, evidente que os que ocupam mais espaço correspondem precisamente aos principais eventos bélicos: o tirocínio guerreiro de Nun'Álvares em campo aberto, na praia de Santos, no verão de 1382 (cap. 12, 192 linhas); a sua primeira grande batalha, nos Atoleiros, em abril de 1384 (cap. 28, 280 linhas); a «batalha mãe» de Aljubarrota, em agosto de 1385 (cap. 51, 268 linhas); e o estranho combate de Valverde, em outubro de 1385 (cap. 54, 230 linhas). Nos restantes «capítulos intermédios», nenhum outro se salienta assim tanto, salvo o da referida enfermidade do Condestável, ocorrida no primeiro semestre de 1398 (cap. 67, 162 linhas).

O texto original da *CC* não chegou até nós. O que conhecemos é o que resultou da edição empreendida em 1526 por Germão Galharde (Germain Gaillard), um impressor francês ativo em Portugal entre c. 1519-1560. Admite-se que esta seja a primeira edição da *CC* (a chamada «edição princeps») e que o respetivo texto seja muito fiel à versão original, mas a verdade é que não possuímos nenhum manuscrito da *Crónica do Condestabre*: nem o que foi certamente produzido entre 1431 e 1443, nem qualquer outro...

Para complicar um bocadinho a situação, a edição de 1526<sup>10</sup> exhibe uma folha de rosto onde se apresenta Nun'Álvares como «princiador da Casa que agora é do Duque de Bragança», o que sugere claramente que a edição foi promovida e provavelmente patrocinada pelos herdeiros do Condestável, nomeadamente pelo duque D. Jaime, trineto



de Nun'Álvares; o facto de ter havido uma tiragem em pergaminho, que se conserva hoje nos Reservados da Biblioteca Nacional, adensa a convicção de ter existido um suporte financeiro da primeira edição da *CC* (Calado, 1991, pp. XXVI-XXVIII). Além disso, os capítulos 76 e 80 da estória foram objeto de interpolações em data claramente posterior à composição da obra, uma vez que fazem referência a títulos nobiliárquicos recebidos pelos netos de D. Nuno em data muito posterior a 1443. Alude-se, nomeadamente, ao marquesado de Valença, outorgado ao neto D. Afonso em 11 de outubro de 1451; ao marquesado de Vila Viçosa, atribuído ao neto D. Fernando em 25 de maio de 1455; e ainda aos títulos recebidos pelo mesmo D. Fernando (m. 1478) após o falecimento quer do irmão Afonso (o conde de Ourém, finado em 29 de agosto de 1460), quer do pai (o célebre conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança, D. Afonso, filho bastardo de D. João I, que morreu em dezembro de 1461).

Temos, assim, que as interpolações — se foram introduzidas em simultâneo, como parece lógico — só podem ter sido feitas em data posterior a 1461, quando D. Fernando, neto de Nun'Álvares e conde de Arraiolos desde 1422 por obra e graça do avô e do rei, se torna também duque de Bragança à morte do seu pai. Como observou Almeida Calado (1991, p. LXVI), os referidos acrescentos também não devem ter sido feitos em data posterior a 1481, ano em que morre D. Afonso V, a quem se faz menção sem, todavia, se indicar que já tivesse falecido, como seria natural se fosse esse o caso. Possivelmente, até poderemos encurtar ligeiramente o termo *ad quem* destas interpolações, uma vez que nelas se refere que D. Fernando «é conde de Arraiolos» (cap. 80), o que deixou de ser verdade em 1478, data da morte deste neto de Nun'Álvares.

Em conclusão, em data indeterminada, mas entre 1461 e 1478/1481, o manuscrito original (ou um seu sucedâneo) terá sido «atualizado» com aquelas interpolações, provavelmente devidas a gente da casa de Bragança, e deve ter sido com base nesse novo manuscrito, ou numa cópia sua, que Germão Galharde — porventura sob orientação de um assessor letrado — produziu a edição impressa de 1526 que chegou até nós (faria uma outra em 1554, bastante fiel à anterior e apenas com ajustamentos ligeiros).

A grande questão, claro, consiste em saber se houve lugar a outras modificações no putativo texto original ou apenas àquelas interpolações,

que traduzem a inequívoca preocupação da casa de Bragança em enfatizar a sua descendência de uma personagem tão ilustre quanto D. Nuno Álvares Pereira. Ao que parece — e aqui a última palavra é mais dos linguistas do que dos historiadores —, não corremos grande risco de o texto original ter sido desvirtuado entre a data da sua produção e a sua primeira edição impressa. Almeida Calado (1991, pp. LXVIII-LXIX) admite que o manuscrito dado à estampa por Germão Galharde terá sido um «manuscrito intermediário», que — além das citadas interpolações — conteria apenas modificações pontuais relativamente ao original de que Fernão Lopes dispôs. De resto, o editor francês, a quem muito ficámos a dever, teve o cuidado de deixar também gravado na folha de rosto que o trabalho fora feito «sem mudar da antiguidade das suas palavras nem estilo».

Dito isto, convém perguntar que tipo de imagem é que a *CC* constrói do seu biografado. Em meu entender — e os capítulos seguintes deste livro permitirão perceber isso um pouco melhor —, trata-se do retrato de um cavaleiro muito especial (caps. 2, 4, 9), constantemente envolvido na ação (à maneira novelesca arturiana), que se revela desde muito cedo como um predestinado para a guerra (caps. 12, 17, 52), movido por uma ânsia mal contida de bom nome e de protagonismo (caps. 10, 11, 12, 14); um fidalgo que coloca os interesses da sua terra natal acima dos da sua família (caps. 17, 19, 28), sempre desejoso de travar grandes combates e batalhas campais (caps. 24, 28, 34, 51, 54, 68), mas dotado também do dom da palavra e da persuasão (caps. 28, 71); um bravo que pelos seus méritos militares depressa se tornou uma lenda, que inspirava a admiração e a confiança dos seus e o respeito e o temor dos adversários (caps. 12, 24, 28, 35, 44, 59, 68, 69). Tudo isso, sim, mas ao mesmo tempo um homem surpreendentemente puro, frugal e devoto, que, sendo pouco dado a credices e superstições (caps. 36, 38, 43), embora não insensível a profecias, ouvia pelo menos duas missas diariamente (caps. 5, 34, 51), organizava romarias no seu arraial de guerra em dias santos (cap. 68), gostava de ir em procissão a lugares sagrados (caps. 29, 43/46, 51, 56, 71) e não combatia aos domingos (cap. 68); um cabo-de-guerra que protegia as mulheres, os fracos e as crianças (caps. 41, 43), que se sacrificava profundamente pelo rei e pelos seus homens, com quem repartia os ganhos e o pão (caps. 48, 59, 80), que protegia energicamente os templos e os que neles se refugiavam

(cap. 56) e que levou praticamente desde o início da sua idade adulta uma vida moralmente irrepreensível e piedosa (cap. 80), suscitando a viva admiração de todos os que com ele privaram, mesmo dos seus adversários (caps. 14 e 66).

O biógrafo anónimo de Nun'Álvares nunca apelida o Condestável de «santo». Por esse motivo, e também porque a crónica, tecnicamente, não preenche todos os requisitos do género hagiográfico (recorde-se o que sobre isto escrevi mais atrás) nem segue os procedimentos convencionais utilizados na construção das personagens sagradas, os especialistas da Literatura têm, em geral, considerado que a *CC* não deve ser classificada como uma hagiografia, ou sequer como uma «crónica hagiográfica» (Branco, 1998, pp. 76-81, e 168; Nascimento, 2010, pp. 195-196). Os seus argumentos parecem-me válidos e não vou questioná-los. Acrescentarei apenas que não podemos, ainda assim, deixar de reconhecer que os predicados morais atribuídos pelo biógrafo a Nun'Álvares traçam deste um perfil muitíssimo próximo do de «cavaleiro-santo», do guerreiro dotado de uma aura espiritual rara e muito própria. Sobre isto, creio que também estamos todos de acordo (Amado, 1991, p. 89; Branco, 1998, p. 366; Nascimento, 2010, p. 196), e esta constatação só vem, afinal, recordar-nos o quanto a crónica biográfica e a hagiografia se tocam e influenciam. O que não deve espantar-nos, tendo em conta a popularidade do género hagiográfico na Idade Média e a circunstância de muitas das primeiras biografias de personagens não santificadas se deverem a clérigos ou a letrados com uma densa formação clerical. Como escreveu Aires Nascimento, «a hagiografia caminha na fronteira da historiografia — como aspiração (nem sempre confessada), como tentação e como traição, mas nem sempre com lucidez para entender a marca evangélica que identifica e distingue a santidade cristã» (2010, p. 184). E, concretamente, no caso da *CC*: «No plano da santidade, a crónica não é hagiografia, mas não falta nela a dimensão superior/divina, à qual o herói reajusta os seus actos, muito embora a narrativa não se configure sobre o “assombro/espanto” (nota que o *mirabile* tem na origem). (...) A crónica apresenta o testemunho dos factos, mas aproxima-se também da configuração hagiográfica. (...) Não ousa o autor da *Crónica do Condestabre* colocar Nun'Álvares no número dos santos, mas adivinha-se: “Praza a Deus que em seu regno lhe dê glória e honra tanta como em este mundo lhe foy dada”» (Nascimento, 2010, pp. 195-196).

A *CC* constrói-se, assim, sobre o propósito de engrandecimento de uma figura que dá sentido a uma ação não estritamente individual, convertendo a personalidade de Nun'Álvares em «herói de uma gesta» que, todavia, por meio das suas esmolas e virtudes, anda associado ao santo e tem uma relação de caráter não místico com Deus (Nascimento, 2010, p. 190). Neste sentido, a *CC* parece uma obra situada no cruzamento entre três géneros literários contrastantes: o romance, o relato histórico e a hagiografia (sendo, neste último caso, possível que o autor conhecesse bem a *Vida de São Teotónio*, entre outras biografias de santos).

A *Crónica do Condestabre* não é uma obra de cunho político. O autor não cuida — como os cronistas régios — de enquadrar os acontecimentos no plano das preocupações ou das ações da monarquia, toda a sua atenção está centrada no herói senhorial, no cavaleiro, no devoto. O que existe lá fora apenas interessa na medida em que possa interferir com a sua atividade, com as suas opções e com a sua carreira. As tensões entre o condestável e o rei são quase sempre analisadas do ponto de vista de Nun'Álvares e dos seus interesses e motivações; por vezes, não se mencionam sequer as razões do monarca (como no caso da disputa pela sucessão de Álvaro Gonçalves Camelo no priorado do Crato, no cap. 73). Nesse sentido, a *CC* não é uma obra «politicamente correta», a sua intenção é fazer uma evocação afetuosa e convincente da grande personagem que foi D. Nuno Álvares Pereira, homem de linhagem distinta, guerreiro invencível, vassalo fiel, chefe militar generoso e senhor de rara devoção.

Do ponto de vista literário, tem sido salientado que a *CC*, não podendo comparar-se em grandeza e qualidade às crónicas de Fernão Lopes, também não é uma obra menor, canhestra. Segue um plano coerente e claro; ainda que sem nunca datar os eventos, mostra capacidade para gerir o dilema da definição das prioridades e dos encadeamentos narrativos quando lida com acontecimentos simultâneos (recorrendo até a técnicas comuns nos romances arturianos); não denuncia o domínio de uma cultura histórico-literária erudita, mas nem por isso deixa de nos oferecer um relato escorreito e asseado, até com uma certa riqueza vocabular (Calado, 1991, p. XCIX). Não foi certamente por acaso que Fernão Lopes lhe reconheceu valor suficiente para aproveitar quase todos os seus capítulos, por vezes com importações de texto quase *ipsis verbis*, circunstância que, a longo prazo, também ajudou a conferir à *CC* uma certa *auctoritas*.

Não sabemos que fontes utilizou o autor para compor esta biografia senhorial/cavaleiresca, mas é natural que tenha recorrido à sua experiência pessoal (a obra denuncia um conhecimento afetoso da personagem por parte do autor), ao testemunho oral de alguns companheiros de armas de Nun'Álvares e também a fontes e registos escritos coevos que, infelizmente, não chegaram até nós. Nos capítulos 68 e 69, são transcritas duas cartas do Condestável (uma para o mestre de Santiago de Castela, outra para o infante D. Dinis de Castro, ambas possivelmente de 1398), que podem ser-nos úteis para compreender os processos de produção da obra. Possivelmente, o manuscrito original não estaria assinado, nem ostentaria qualquer título, e a sua circulação terá sido relativamente restrita. Daí também a inexistência de espécimes sobreviventes, tornados ainda mais inúteis à medida que a estória foi sendo impressa, a partir de 1526 (à 2.<sup>a</sup> edição, de 1554, seguiram-se outras em 1623, em 1848, em 1911 e em 1972, além da valiosa edição de 1991 que aqui utilizamos).

Resta considerar o problema da autoria e do ambiente em que a *Crónica do Condestabre*, que muito provavelmente se deve a um único escritor, terá sido produzida. Desde o estudo de Hernâni Cidade dedicado a este assunto (1931, *passim*), quase ninguém insistiu na possibilidade de ter sido o próprio Fernão Lopes o autor da *CC*: o grande cronista régio serviu-se amplamente deste trabalho, como que o integra no oceano mais vasto das suas narrativas, mas nem sempre concorda com as respetivas enunciações e, por vezes, até as contesta (sem citar expressamente a obra, um procedimento comum na época). Também não parece provável, nem exequível, que o cronista que já tinha a seu cargo a monumental tarefa de escrever as crónicas dos reis de Portugal se ocupasse simultaneamente em compor a biografia do Condestável (que, de resto, não figura no rol dos livros que integravam a biblioteca do rei D. Duarte). Aliás, Zurara, logo no primeiro capítulo da *Crónica dos Feitos da Guiné*, diz que o infante D. Henrique o mandou compor esta obra e justifica a empresa explicando que «sem embargo de em todos os reinos [se] fazerem crónicas dos Reis deles, não se deixa porém de escrever apartadamente os feitos de alguns seus vassallos quando o grandor deles é assim notável, de que se com razão deve fazer apartada escritura; assim como se fez (...) em Castela dos feitos do Cid, Rui Dias, e ainda no nosso Reino dos do conde Nun'Álvares Pereira, da qual coisa

os príncipes reais não devem ser pouco contentes» (pp. 9-10)<sup>11</sup>. Esta é, de resto, a primeira referência expressa conhecida à existência de uma biografia do Condestável.

Mas se não foi Fernão Lopes o autor, então quem poderá ter sido? Discutiram-se muitas alternativas e, na edição que preparou em 1972 (no âmbito da Academia Portuguesa da História), António Machado de Faria analisou três outras possibilidades: Gil Airas, ou Aires (escrivão da puridade de Nun'Álvares); alguém da casa do Condestável (nomeadamente um seu companheiro de armas); ou um religioso do Mosteiro do Carmo. Em 1915, Francisco Maria Esteves Pereira aventou a hipótese de ter sido D. Duarte a encomendar a obra, logo após a morte de Nun'Álvares; esta possibilidade mereceu algum acolhimento por parte de Aires Augusto Nascimento (2009, p. 8), que exprimiu a opinião de que a *CC* foi produzida no círculo d' *o Eloquentes* e a pedido deste. Pelo seu lado, Teresa Amado (1991, p. 49; 1993, p. 187) mostrou inclinação pela ideia de o trabalho se poder dever à pena de um cavaleiro-clérigo, membro de uma Ordem Militar.

Nenhuma destas possibilidades colheu o consenso da comunidade científica, o que só demonstra que o assunto não é de fácil esclarecimento. Naquela época, não era raro os trabalhos não serem assinados, sobretudo se não se devessem a comanditários de grande prestígio. E nós nem sequer sabemos se a *CC* resultou de uma iniciativa pessoal, vinda de alguém muito próximo do Condestável, ou de carácter mais institucional (oriunda, por exemplo, do círculo da corte, onde Fernão Lopes trabalhava como cronista-mor do reino). Uma vez que a edição impressa de 1526 teve claramente o selo da casa de Bragança, é tentador imaginar que a biografia do fundador possa ter resultado da iniciativa dos seus descendentes diretos (Branco, 1998, p. 154), isto é, os netos Afonso, Fernando e Isabel, ou mesmo do genro D. Afonso, conde de Barcelos. No entanto, convém lembrar que a casa de Bragança apenas surge em 1442, na sequência da criação e atribuição do título ducal a este último, D. Afonso, pelo seu meio-irmão, o regente D. Pedro, duque de Coimbra. E, nessa altura, a *Crónica do Condestable* já estava quase de certeza escrita, como atrás referi. Ou seja, a intervenção da casa de Bragança parece-me corresponder mais a um aproveitamento *a posteriori* da obra, considerando a sua qualidade e a utilidade que poderia ter no engrandecimento da linhagem de Nun'Álvares (e daí

a folha de rosto e as interpolações que citei a propósito da edição de Germão Galharde), do que a uma iniciativa direta da biografia.

Adelino de Almeida Calado (1991, p. LXXXVIII) descartou a possibilidade de o autor ser um eclesiástico, porque a obra não fornece pormenores sobre a vida conventual de Nun'Álvares, nem aproveita a documentação arquivística do Convento do Carmo, onde ele residiu a partir de 1422; também não existem citações bíblicas ou teológicas que abonem esta possibilidade. Quanto à hipótese de ter sido um companheiro de armas do Condestável, foi também eliminada, porque seria demasiado idoso para cumprir esta tarefa (*idem*, p. XCVI). Já a possibilidade de o autor ter sido Gil Airas seduziu muito mais Almeida Calado (*idem*, pp. XC-XCV), mas não ao ponto de se comprometer com ela, para evitar extrapolações: uma coisa é o escrivão poder ter sido utilizado como fonte, outra é ter sido o autor material da obra.

Pela minha parte, desejo reavaliar a possibilidade de Gil Airas ter escrito a *Crónica do Condestabre*. O que sabemos acerca desta personagem? Braamcamp Freire, em *Brasões da Sala de Sintra* (1930, III, p. 50), afirma que ele era filho de um homem de Alegrete e de uma senhora chamada Maria Trabuca; estamos, portanto, no cenário alentejano, pelo qual Nun'Álvares nutria grande afeto, e relativamente perto do Crato e de Flor da Rosa (os lugares de referência da Ordem do Hospital, de que o pai de D. Nuno foi prior). É seguro que pelo menos desde 1404 (mas provavelmente desde bastante antes) foi escrivão da puridade (isto é, secretário pessoal, um cargo de grande confiança e intimidade) de Nun'Álvares, além de seu «criado»<sup>12</sup>. Aires Nascimento (2010, p. 266) refere mesmo que, de acordo com os genealogistas, Gil Airas seria parente do Condestável, uma possibilidade que ainda não consegui confirmar. Uma escritura de 28 de julho de 1423 apresenta-o também como cavaleiro e vedor para as coisas de Ceuta, um cargo que poderá ter começado a desempenhar após a entrada de D. Nuno para o Mosteiro do Carmo.<sup>13</sup>

A documentação da chancelaria de D. João I mostra muitas vezes Gil Airas a tratar de assuntos de Nun'Álvares (como, por exemplo, a requisição de traslados de cartas), deduzindo-se que agia como «procurador» ou representante acreditado do seu senhor. Entre pelo menos 7 de dezembro de 1387 e 28 de julho de 1396 — e este é um aspeto que não tem sido valorizado pelos investigadores —, Gil Airas surge



frequentemente como o próprio autor de cartas régias e, na esmagadora maioria dos casos, trata-se de diplomas relacionados diretamente com D. Nuno ou com pessoas que lhe são muito próximas (como, por exemplo, a mãe, D. Iria Gonçalves).<sup>14</sup>

Em recompensa pelos serviços prestados, Nun'Álvares fez, em datas que ainda ignoramos, várias doações a Gil Airas: a barca de Sacavém e o reguengo de Alviela, no termo de Santarém, enquanto fosse vivo<sup>15</sup>; a quinta de Murfacém, no termo de Almada, em 1422<sup>16</sup>; a capela de Nossa Senhora do Pranto (depois intitulada da Piedade), no Convento do Carmo, onde o próprio Gil Airas viria a ser sepultado (Freire, 1930, III, p. 51) e que se manteria como jazigo de família, aí tendo sido inumados vários descendentes seus, como, por exemplo, o neto Febo Moniz (*ibid.*, p. 66)<sup>17</sup>.

Na *CC*, Gil Airas é expressamente mencionado em momentos cruciais: no capítulo 67, que se ocupa longamente da grave doença do Condestável, ocorrida em 1398, ele já é referido como «seu escrivão da puridade» e é uma das raras pessoas que acompanham de perto o transe e a recuperação de Nun'Álvares, a par da mãe e da filha do doente; no capítulo 73, é ele quem representa o Condestável nas árduas negociações com o monarca acerca da sucessão no priorado do Crato, um assunto que não podia deixar de ser da maior relevância para Nun'Álvares, atendendo à ligação dos Pereiras aos hospitalários; as duas longas cartas integralmente transcritas nos capítulos 68 e 69 da *CC* dificilmente podem ter sido redigidas por outrem que não o escrivão da puridade do signatário das missivas.

Gil Airas, que faleceu antes de 1 de setembro de 1437<sup>18</sup>, casou com Leonor Rodrigues, que lhe sobreviveu e de quem teve vários filhos, alguns dos quais ocuparam posições de relevo: Diogo Gil foi escudeiro da casa do conde de Ourém (neto do Condestável), cavaleiro do infante D. Henrique e reposteiro-mor do infante D. Fernando (Freire, 1930, III, p. 52); Vasco Gil Moniz, que casou com a cipriota Leonor de Lusignan, foi vedor da casa do infante D. Pedro (ao lado de quem combateu na batalha de Alfarrobeira, em 1449) e viria a receber uma tença de D. Afonso V e de D. João II pelos serviços prestados à Coroa (*ibid.*, III, pp. 52-53); Rui Moniz foi cavaleiro fidalgo e tesoureiro da moeda da cidade de Lisboa (*ibid.*, III, pp. 53-54); e Isabel Moniz casou com Bartolomeu Perestrelo, de quem teve uma filha (Filipa), que veio a ser esposa de Cristóvão



Colombo (*ibid.*, III, p. 55). Um irmão de Filipa, chamado Bartolomeu, foi pai de D. Cristóvão Moniz (bisneto de Gil Airas), que se tornou frade carmelita e veio a ser prior do Convento do Carmo, em Lisboa, em 1510 (e provincial da Ordem, em 1522), encontrando-se sepultado à porta do claustro do Carmo (*ibid.*, III, p. 57).

Pela extrema proximidade (até intimidade) em relação a Nun'Álvares ao longo de um período de pelo menos um quarto de século (repare-se que foi Gil Airas quem redigiu o importantíssimo documento de 4 de abril de 1422, em que D. Nuno doa o seu mosteiro de Lisboa à Ordem do Carmo); pelo domínio perfeito da escrita, circunstância muito pouco corrente na época a que nos reportamos; pelo conhecimento pessoal que certamente tinha de muitos companheiros de armas do Condestável, junto de quem poderia recolher informações e pormenores sobre as campanhas militares, em que não deve ter participado; pelo facto de ter muito provavelmente sobrevivido a Nun'Álvares e de com ele ter possivelmente privado também no tempo em que este já vivia no Carmo (tal como sugere a doação da capela em que veio a ser sepultado); pelo bom conhecimento que tinha dos meandros da corte, nomeadamente do rei e dos infantes, o que decerto lhe facilitaria o trabalho de composição da obra e de eventual consulta de documentos ou relatos históricos hoje perdidos (por exemplo, há muitos pontos de contacto entre a *CC* e um «Sumário para a pregação sobre o Condestável», a que adiante me referirei e que é seguramente da autoria do infante D. Duarte); pela própria natureza da *CC*, que não parece ser obra de cronista profissional, nem de clérigo, nem de letrado erudito, nem de profissional da guerra; por todas estas razões, parece-me que a possibilidade de Gil Airas ter sido o autor da *Crónica do Condestabre* é bastante plausível e deve ser seriamente considerada.

Se Gutierre Díez de Games, alferes do conde de Buelna, compôs pela mesma altura *El Victorial* em memória de Don Pedro Niño, o escrivão da puridade Gil Airas também pode ter feito o mesmo em honra do seu companheiro de décadas. Única objeção conhecida: ser provavelmente já de idade avançada entre 1431 e 1436/1437. Almeida Calado (1991, p. XCII) estimou que ele teria de ter entre 58 e 63 anos nessa altura. Seria, de facto, bastante, mas, ainda assim, não me parece impeditivo; Vasco Fernandes de Lucena, por exemplo, que sucedeu a Zurara, foi cronista-mor do reino com muito mais idade do que essa, e

o próprio Fernão Lopes manteve-se no cargo até já ser bem idoso (cerca de 70 anos, ou mais) e estar debilitado, como adiante veremos.

Se a *CC* resultou de uma iniciativa individual ou de um pequeno grupo (por exemplo, os que visitavam Nun'Álvares no Carmo, embora não residissem neste cenóbio), podendo até ter sido planeada antes da morte do biografado<sup>19</sup>, e se o facto de o manuscrito poder não estar assinado, não ter tido título e ter circulado de forma inicialmente algo restrita decorrer dessa circunstância, então Gil Airas torna-se uma probabilidade ainda maior. Como observou Almeida Calado (1991, p. CXX), compreende-se bem que Nun'Álvares depressa tenha dado origem a uma biografia, tal era a força da personagem, que muitos já em vida sua consideravam como herói e como santo. Talvez o futuro nos permita recolher mais dados sobre esta autoria, pois para já não podemos ir além dos argumentos circunstanciais (ainda que bastante pertinentes, creio eu).

Uma palavra final sobre este tema para observar que valeria a pena tentar perceber melhor quem é exatamente o alferes de Nun'Álvares chamado Diego [Diogo] Gil que aparece repetidamente na *CC*. Gil Airas teve um filho precisamente com esse nome, mas este está excluído, porque não podia ter idade para ser alferes do Condestável em 1385. Tratar-se-á de um outro familiar do escrivão da puridade? A resposta não é simples: numa primeira averiguação, encontrei, só na *Chancelaria de D. João I*, para os anos compreendidos entre 1386 e 1411, catorze referências a (certamente mais do que um) «Diego Gil». A homonímia não ajuda, mas esta é uma outra pista que valeria a pena explorar no futuro.

### As crónicas de Fernão Lopes

Fernão Lopes é o maior cronista português de sempre, e um dos melhores da Europa do seu tempo. A sua obra é assombrosa, não só pelo volume da sua produção (sobretudo se admitirmos que foi também ele o autor, ou um dos autores, da *Crónica de Portugal de 1419*, e que pode também ter adiantado ainda um rascunho daquela que viria a ser a *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara), mas também pela sua qualidade historiográfica e ainda pela sua beleza literária. O que mais distingue Fernão Lopes dos restantes cronistas da sua época, além da sua capacidade de nos maravilhar com descrições de uma perspicácia psicológica notável, de uma grande sensibilidade humana e até de

um sentido de humor surpreendente (comparemo-lo com o seco Pero López de Ayala, o cronista castelhano à época de Aljubarrota), é a originalidade e profissionalismo dos seus processos de investigação histórica (Russell, 1941, *passim*). Lopes não lida apenas com fontes orais, com as grandes peças literárias e com relatos miúdos; ele trabalha sobre uma enorme diversidade de materiais que se percebe que reuniu e estudou pacientemente: «Ó com quanto cuidado e diligência vimos grandes volumes de livros de desvairadas linguagens e terras; e isso mesmo públicas escrituras de muitos cartórios e outros lugares nas quais, depois de longas vigílias e grandes trabalhos, mais certidão [certeza] haver não podemos da [do que a] conteúda em esta obra» (*CDJ, I, Prólogo*, p. 2). O cronista utiliza muitos desses materiais (cartas; tratados de guerra, de paz e de casamento; diplomas; atas de cortes e de outras assembleias; acordos diplomáticos; minutas de sermões) nas suas obras com evidente mestria e sábia organização, servindo-se também de uma grande variedade de crónicas e, seguramente, de relatos orais para reconstituir de forma minimamente fidedigna os acontecimentos a que se reporta. Possui, visivelmente, uma cultura acima da média, sendo abundantes as suas citações de padres da Igreja, mas também de autores clássicos, assim como o recurso a alguns reputados escritores medievais, como Gil de Roma (Egídio Romano) ou João de Salisbúria.

Não sabemos quando (nem onde) Fernão Lopes nasceu, mas presume-se que terá sido entre 1380 e 1390. Era, provavelmente, de uma família modesta, tendo casado com uma senhora chamada Mor Lourenço, que pertencia a uma família de mesteirais (uma sobrinha de Mor era casada com um sapateiro de Lisboa — [A. H. Marques, 1979, IV, p. 57]). A primeira referência documental a Fernão Lopes data de 1418, quando substituiu Gonçalo Gonçalves como «guardador das escrituras do Tombo» (*ibid.*, p. 56), um cargo de grande responsabilidade e que permite supor que já antes ele desempenhasse serviço nas secretarias régias, aí tendo recolhido a simpatia e proteção de altas figuras da corte joanina. Por isso, ainda em 1418, foi nomeado escrivão dos livros do infante D. Duarte; no ano seguinte, torna-se escrivão dos livros de D. João I e, desde 1421 ou 1422, escrivão da puridade do infante D. Fernando, então com apenas 20 anos (Monteiro, 1988, p. 72; Amado, 1993, p. 271; Duarte, 2007, p. 297). Nos inícios da década de 1430, é já tabelião geral do reino, uma «dignidade invejada e ao alcance de escassos eleitos: podia fazer

escrituras em qualquer cidade do reino; era uma espécie de supernotário» (Duarte, 2007, p. 297). Em 1431, cumpriu uma missão diplomática em Barcelona em nome do infante D. Duarte e como seu escudeiro (regularização da dívida do rei Afonso V de Aragão relativa ao casamento de D. Leonor com D. Duarte [*ibid.*, p. 165]). Em 1433, sabemos que já é vassalo do rei e, quatro anos mais tarde, redige o testamento do infante que viria a morrer no cativo de Fez. Mas o que mais nos importa é a sua nomeação, por carta régia emitida em Santarém, em 19 de março de 1434, para escrever as crônicas dos antigos reis de Portugal e a dos feitos de D. João I, recebendo em contrapartida uma tença anual de 14 000 reais.<sup>20</sup> Nesta carta, o rei D. Duarte (que subira ao trono apenas sete meses antes) reconhece que nesta tarefa Fernão Lopes «há muito de trabalhar», o que revela consciência plena da amplitude do encargo e elevada confiança no homem escolhido para o assumir.

Por todas estas razões, Lopes, cujo «percurso escolar» prévio desconhecemos, torna-se uma figura importantíssima da corte, um «alto funcionário público», um «valido da casa Real» (A. H. Marques, 1979, p. 56). Como guardião das escrituras, é ele que condiciona o acesso à documentação mais relevante, é um dos que melhor conhece as leis, e pode por isso emitir pareceres sobre o direito em vigor, ou sobre jurisprudência, em caso de conflito de interesse. Como cronista-mor do reino, cabe-lhe compor pela primeira vez «uma história estritamente nacional» (Amado, 1993, p. 272) e ser eco e consciência dos principais eventos que tiveram por palco o pequeno Portugal, ao longo de várias gerações. Esta missão consumiu-lhe anos e anos de vida; podemos bem dizer que ele envelheceu a escrever as crônicas dos monarcas de Portugal (já sabemos que, em 1443, estava a compor a Primeira Parte do relato do reinado de D. João I). Sem este esforço ingente, pouco saberíamos sobre a história política, militar e diplomática portuguesa, em especial no que diz respeito aos anos compreendidos entre 1357 (início do reinado de D. Pedro I) e 1411 (ano em que termina a Segunda Parte da *Crónica de D. João I*, a sua derradeira produção e também o seu *opus magnum*)<sup>21</sup>.

Sobre os últimos anos de vida de Fernão Lopes, sabemos relativamente pouco, sendo inegável a sensação de que a morte do regente D. Pedro em Alfarrobeira, em maio de 1449, não favoreceu a fase terminal da carreira do antigo e prestigiado valido da Casa Real (Monteiro, 1988, p. 73; Amado, 1991, pp. 53-56; Duarte, 2007, p. 298). Em 1450,

já foi substituído por Gomes Eanes de Zurara no lugar de cronista e, quatro anos mais tarde, é reformado do Tombo do castelo de Lisboa, por se achar «velho e fraco»<sup>22</sup>. A última referência que temos dele data de 1459, quando contesta com êxito a legitimidade de um seu alegado neto para herdar os seus bens<sup>23</sup>; deve ter falecido pouco tempo depois, já bastante idoso (talvez septuagenário). Nessa altura, já o filho que tivera de Mor Lourenço, que se chamava Martinho e que estudara Medicina, tendo-se tornado físico de D. Fernando, tinha falecido no cativo de Fez, ao lado do seu Infante Santo. Um final de vida provavelmente amargo para o grande cronista, que parece ter possuído alguns bens na zona do Montijo e ter vivido quase sempre em Lisboa, possivelmente na zona de Alfama, onde possuía casa, perto da Igreja de São Miguel (A. H. Marques, 1979, p. 57).

O fulcro da produção historiográfica de Fernão Lopes (além da sua provável intervenção na *Crónica de Portugal de 1419*, que em boa medida corresponderá a uma ampliação da parte relativa aos reinados portugueses constante da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, do conde D. Pedro de Barcelos) diz respeito a uma trilogia composta pelas crónicas de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I, esta última subdividida em duas partes. A *Crónica de D. Pedro I* cobre os dez anos do reinado de *o Justiceiro* (1357-1367), apenas com algumas incursões aquém daquela data; é formada por 44 capítulos e constitui uma narrativa sem importância para o nosso propósito, pois perto de metade do texto centra-se em Castela, na guerra entre D. Pedro, *o Cru*, e o seu meio-irmão Enrique de Trastâmara; atendendo às datas, Nun'Álvares não é ainda mencionado (tinha apenas sete anos quando D. Pedro I de Portugal faleceu). A *Crónica de D. Fernando* ocupa os anos de 1367 a 1383; consta de 178 capítulos e dedica-se largamente às três guerras contra Castela (1369-1371, 1372-1373 e 1381-1382) e respetivos contextos e consequências, nos campos político, militar e diplomático; aqui já nos aparece Nun'Álvares, no esplendor da sua juventude, desde 1373, mas sobretudo a partir da terceira guerra fernandina. Por fim, a *Crónica de D. João I, Primeira Parte* (193 capítulos), abrange o curto mas atribulado período que vai do assassinato do conde João Fernandes Andeiro, em 6 de dezembro de 1383, até à aclamação do mestre de Avis como rei de Portugal, em Coimbra, no dia 6 de abril de 1385. Quanto à *Segunda Parte* (204 capítulos), conduz-nos de abril de 1385 a finais de outubro de 1411, altura em que é assinado o

tratado de paz entre Portugal e Castela; inclui apenas breves referências a acontecimentos posteriores a 1411, como, por exemplo, a assinatura da paz perpétua por Juan II de Castela, em 1431.

Em conjunto, trata-se de uma obra coerente e minuciosa, com uma estratégia narrativa sofisticada, em que o cronista vai preparando progressivamente o leitor (ou o ouvinte, porque naquele tempo estas obras destinavam-se mais a leitura pública do que individual, de gabinete) para os acontecimentos seguintes e vai desenhando as personagens em conformidade com o rumo que pretende imprimir ao seu relato. Uma vez que sabemos que Fernão Lopes estava a redigir a parte final da *CDJ, I*, em 1443, podemos deduzir que escreveu a sua trilogia durante o reinado de D. Duarte (1433-1438) e a regência do infante D. Pedro (1438/39-1448). Daí resultou, seguramente, uma relação (ainda mais) afetuosa com os «infantes de Avis», em especial, creio, com Duarte (que deve ter definido a linha política geral das biografias que encomendou a Fernão Lopes) e com Fernando (de quem foi secretário e cujo testamento redigiu), mas também com Pedro. Este último caso é particularmente interessante, pois parece certo que Fernão Lopes escreveu a grande *Crónica de D. João I* durante os anos difíceis da regência do duque de Coimbra (que já em jovem tinha saído de Portugal em aparente rotura política com o seu régio pai). Já tive a oportunidade de comentar este assunto num trabalho de juventude (Monteiro, 1988, *passim*), e Teresa Amado, com mais prudência e sabedoria, opinou depois que deve de facto ter havido uma aproximação entre o cronista e o regente, após a morte d'*o Eloquentes*: «No conflito que opôs este à rainha viúva aragonesa, a seus irmãos e à maior parte da grande nobreza, a simpatia daquele não podia ir senão para a causa do filho de D. João I, que oferecia mais garantias de continuar a restaurar onde necessário as práticas políticas e sociais instituídas pelo seu pai. A componente popular de apoio a D. Pedro suscitou certamente o seu entusiasmo. Mais uma vez [em 1438-1439 tal como em 1383-1385] Lisboa assumia a iniciativa da oposição a possíveis interesses estrangeiros (ou supra-nacionais da parte da nobreza portuguesa) e da defesa da conservação do poder em mãos que oferecessem confiança do ponto de vista da defesa do povo e do reino» (Amado, 1991, p. 53).

Esta aproximação influenciou a representação do passado e até nos ajuda a compreender melhor algumas referências de Fernão Lopes (por exemplo: sobre a desvalorização da moeda, ou sobre o agravo odioso das

aposentadorias dos fidalgos) ou mesmo alguns pequenos equívocos do cronista (Monteiro, 1988, pp. esp. 117-118); sem a empolar, devemos ter esta circunstância sempre presente. E, perante isto, poderemos perguntar: foi o grande Fernão Lopes um cronista isento e imparcial? Considero que essa neutralidade nunca existe, nem mesmo entre os historiadores de hoje, muito menos no universo dos cronistas que trabalhavam sob encomenda régia ou senhorial e cujo futuro dependia estreitamente da possibilidade de satisfazerem os interesses daqueles que os contratavam. Os cronistas nunca dizem a verdade (toda), e é sempre a verdade que eles dizem, à sua maneira. Operam as suas escolhas, silenciam algumas matérias de forma muito estudada, promovem no leitor associações de ideias, dizem quase tanto nas linhas quanto nas entrelinhas. Mas um cronista da dimensão de Fernão Lopes, que vivia entre os documentos por ser simultaneamente o guarda-mor da Torre do Tombo (eis uma característica singular muito interessante da cronística ibérica), raramente falseia os factos de forma deliberada; admite errar, mas recusa-se a mentir: é uma fonte geralmente fiável e proba, embora nem sempre objetiva. Temos sobretudo de manter sempre presente o enquadramento cultural, político e ideológico em que ele escreveu, para não precipitarmos interpretações. E de agradecer aos céus o facto de ele ter existido e de nos ter oferecido um fresco monumental dos finais do século xiv lusitano.

Fernão Lopes utilizou fontes literárias diversas (Russell, 1941, *passim*): desde logo, a *Crónica do Condestabre*, de que apenas não aproveitou (parcialmente ou no seu todo) oito dos seus oitenta capítulos (Monteiro, 1989, *passim*, esp., p. 61). Como notou Teresa Amado (1991, pp. 91-92), a ordem da narrativa apenas sofre três desvios significativos de uma crónica para a outra, um indício poderoso de que ele acompanhou a sua escrita com a leitura da crónica biográfica de Nuno Álvares Pereira! Utilizou também bastante as crónicas de Pero López de Ayala, cronista e chanceler-mor de Juan I, feito prisioneiro na batalha de Aljubarrota, que não raramente rebate com alguma contundência. Serviu-se ainda de uma narrativa em latim que não chegou até nós e que desastrosamente nunca foi identificada, referida como sendo da autoria de um tal Dr. Cristoforus (Cristóvão?) e parecendo dizer respeito aos feitos de D. João I e aos assuntos do clero. Provavelmente, utilizou ainda uma crónica de Martim Afonso de Melo (personagem de identificação exata complexa, devido à homonímia entre vários candidatos [Branco, 1998,



pp. 141-147; Amado, 191, p. 48]), onde deve ter recolhido muitos elementos sobre a guerra no Alto Alentejo nos anos quentes de 1383-1398. Curiosamente, também a *CDJ, II*, (cap. 203) foi objeto de algumas interpolações tardias, que avançam até ao casamento do filho de D. Fernando (e bisneto de Nun'Álvares) com uma sobrinha de D. Afonso V, ocorrido em 1472 (Amado, 1991, pp. 73-75, 168). É natural que tenha havido, também aqui, uma intervenção da casa de Bragança, pelos mesmos motivos apresentados para as interpolações de que a *CC* foi alvo.

Ao assumir o encargo de cronista-mor do reino, Fernão Lopes deixou assentar sobre os seus ombros uma pesada responsabilidade: a de legitimar a nova dinastia, chegada ao trono de uma forma irregular, na sequência de uma convulsão social profunda, que implicara uma quebra na cadeia normal de transmissão do poder. Os letrados do seu tempo eram sensíveis a estas irregularidades (basta ler a *Virtuosa Bemfeitoria*, assinada pelo infante D. Pedro, para o confirmar), tanto mais que D. João I, maculado pela sua condição de bastardo, não pudera exibir quaisquer créditos especiais em matéria sucessória para reclamar a sua eleição nas cortes de Coimbra de 1385: foi eleito porque a composição da assembleia favoreceu a sua escolha, porque a argumentação do Dr. João das Regras suscitou dúvidas suficientes quanto à legitimidade das candidaturas concorrentes e porque a pressão do contingente militar com que o Condestável se apresentou na urbe mondeguinta foi dissuasora junto de outros rivais. O mestre de Avis, que era um filho ilegítimo de D. Pedro I, foi eleito rei e, confirmada a viabilidade desta escolha em resultado da estrondosa vitória obtida no campo de batalha de Aljubarrota, era agora necessário justificar a nova ordem estabelecida: afinal, todo o poder precisa de se legitimar a si próprio e aos olhos das populações. Fernão Lopes, escolha certa do infante D. Duarte, foi o homem encarregado dessa complexa missão e desempenhou-a de uma forma extraordinariamente bela, arrojada e eficaz.

O essencial da «arquitetura concetual legitimadora» de Fernão Lopes repousa nos capítulos 159 e 163 da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*. A construção é complexa, e não podemos aqui senão resumi-la de uma forma grosseira, mas a ideia de fundo é simples e está perfeitamente de acordo com o espírito da época: o cronista optou por inscrever a solução política resultante da «revolução de 1383-1385» nos desígnios



inquestionáveis da Providência divina. A nova dinastia não era um simples fruto de uma aventura político-militar, mas o início de um novo tempo, de uma nova ordem cósmica, de uma «sétima idade do mundo que se começou no tempo do Mestre» (título, precisamente, do cap. 163 daquela crónica, localizado pouco depois da notícia do levantamento do cerco castelhano a Lisboa, em setembro de 1384).

Segundo averiguou Luís de Sousa Rebelo, que ao tema dedicou um livro notável e de leitura obrigatória que aqui me serve de guia (Rebelo, 1983, pp. 61-89), Fernão Lopes exhibe nesta construção toda a gama das suas leituras e conhecimentos teóricos, em especial em matéria bíblica e patrística. Foi certamente em Beda, *o Venerável*, o famoso monge anglo-saxão dos mosteiros alto-medievos de Wearmouth e Jarrow, e em concreto no cap. 16 da obra *De Temporibus Liber Minor* (composta em 703), que o cronista encontrou inspiração direta para o conceito das seis idades do mundo, que explana na *CDJ, I*: a primeira idade, de Adão a Noé; a segunda, de Noé a Abraão; a terceira até David; a quarta desde este rei até ao cativo da Babilónia; a quinta entre este período terrível e a vinda do Salvador; e a sexta, a idade presente, que durava há 1443 anos. Inteligentemente, Fernão Lopes evitou comparar a sequência das seis idades do mundo com o processo de envelhecimento do corpo humano, à maneira aristotélica, assim se furtando a apresentar a sexta idade como um tempo de decrepitude. Seguindo Santo Agostinho e Santo Isidoro de Sevilha, sem deixar de pôr a hipótese de fim do mundo, o cronista também não caiu no logro de o datar. Em vez disso, e imprimindo assim ao seu pensamento um cunho bem mais otimista e moderno do que o de Beda, apresenta a ideia de uma «Sétima Idade», que coincide com «um período de quietude e repouso, a consumação da obra da criação e da história», à maneira do sétimo dia de natureza mística e interiorista de que fala Santo Agostinho no derradeiro livro da sua obra matricial, a *Cidade de Deus*, e que também está de algum modo presente na *Segunda Epístola* do apóstolo São Pedro (Rebelo, 1983, p. 65). No entanto, em Fernão Lopes, esta sétima idade não se situa na consumação dos séculos, mas já no tempo presente e vivido! Ou seja, não é um Dia do Juízo Final, que se sucede à (sexta) idade dos mártires e dos confesores e na qual alguma tradição cristã coeva aproveitara para inserir o advento de São Domingos e de São Francisco de Assis. Em Fernão Lopes, os mártires são os moradores da cidade de Lisboa (que suportaram durante meses

o tremendo cerco castelhano, derrotado pela peste) e os confessores são as outras cidades e vilas do reino que aderiram à mesma causa e que o cronista arrola cuidadosamente no vestibular capítulo 162 da *CDJ, I*.

Na opinião de Sousa Rebelo, a construção de Fernão Lopes sobre as sete idades do mundo bebeu também no *Apocalipse de São João* (4-8), onde é revelado o célebre «Livro dos Sete Selos». Dele se podem deduzir as ideias do aparecimento do Anticristo no fim da sexta idade e a abertura do sexto selo como o momento de revelação da chegada de um libertador, mensageiro da perfeição que haveria de chegar no tempo seguinte: o tempo da Sétima Idade, período de «folgança das espirituais almas que no Paraíso haveriam» (*CDJ, I*, cap. 163). A arquitetura é arriscada (do ponto de vista da ortodoxia religiosa), e o cronista tem consciência disso, apressando-se a explicar que a propõe «com ousança de falar, como quem jogueta» (*ibid.*)... A relação de tudo isto com o tempo de Fernão Lopes (meados do século xv) e com a realidade, o reordenamento e a mobilidade social resultantes da Crise de 1383-1385 é que não pode ser desmentida:

«(...) fazemos aqui a sétima idade, na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes; porque filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre de dizer, por seu bom serviço e trabalho neste tempo foram feitos cavaleiros, chamando-se logo de novas linhagens e apelidos. Outros se apegaram às antigas fidalguias, de que já não era memória, de guisa que por dignidades e honras e ofícios do reino em que os este Senhor, sendo Mestre, e depois que foi Rei, pôs, montaram tanto ao diante que seus descendentes hoje em dia se chamam dons, e são tidos em grande conta. E assim como o Filho de Deus chamou os seus Apóstolos, dizendo que os faria pescadores dos homens, assim muitos destes que o Mestre acrescentou pescaram tanto para si pelo seu grande e honroso estado que tais houve aí que traziam continuamente consigo vinte e trinta de cavalo; e na guerra que se seguiu os acompanhavam trezentas e quatrocentas lanças e alguns fidalgos de linhagem. Assim que esta idade que dizemos que se começou nos feitos do Mestre, a qual pela era de César por que esta crónica é compilada há agora sessenta anos que dura, e durará até ao final dos séculos ou quando Deus quiser, que a todas criou» (*CDJ, I*, cap. CLXIII, pp. 308-309).

De acordo com a averiguação minuciosa de Luís de Sousa Rebelo, a clarificação definitiva do pensamento de Fernão Lopes só se obtém por via de uma terceira articulação, neste caso com o pensamento de Joaquim de Fiore (c. 1135-1202), o abade do mosteiro calabrês de Fiore, que foi duramente contestado por São Tomás de Aquino em Paris, mas cujas ideias se difundiram na Península Ibérica e também em outros países da Europa, por intermédio da corrente dos franciscanos espirituais. Está bem demonstrada a presença do joaquimismo em Portugal, e até a sua importância para a compreensão do messianismo sebastianista, sendo de realçar neste processo a ação da Rainha Santa Isabel, esposa de D. Dinis, que, vinda de Aragão, trouxe consigo a corrente mais importante do pensamento do abade de Fiore e se terá empenhado em implantá-la entre nós (Rebelo, 1983, pp. 69 e 106, nt. 89). Ainda hoje temos vestígios dos cultos do Espírito Santo em Portugal, nomeadamente em Tomar (Festa dos Tabuleiros ou do Espírito Santo) e nos Açores (Impérios ou Irmandades do Divino Espírito Santo).

Joaquim de Fiore dedicou bastante da sua atenção à simbologia do *Livro dos Sete Selos* e admitiu, pelo seu lado, três grandes idades do mundo: a do Pai ou da Lei (anterior à Encarnação), a do Filho (o tempo de Cristo) e a do Espírito Santo, em que se corrigiriam as imperfeições e se concretizaria na sua plenitude a mensagem evangélica. «O *status* do Espírito Santo coincide, assim, com o abrimento do Sétimo Selo, atingindo-se a apoteose da História com o advento da Sétima Idade» (Rebelo, 1983, p. 70). Como se adivinha, os franciscanos espirituais reconheciam em São Francisco de Assis o libertador das provações por que passara a Igreja, causa de muitos dos seus desvios relativamente aos propósitos originais. Na cosmogonia joaquimita, São Francisco, visitado pelo Espírito Santo, empenhava-se na reforma da Igreja de Cristo, criando a ordem dos mendicantes, paralela à *ordo heremitarum* (a ordem dos eremitas) e produzindo uma obra que prenunciava, depois de um período de grandes tribulações, uma nova era.

A construção joaquimita não só não colidia com a arquitetura de Lopes como lhe proporcionava um novo impulso, tanto mais que a presença dos franciscanos em Portugal nesta altura, incluindo nos círculos cortesãos, era já fortíssima. Como lembrou João Dionísio<sup>24</sup> — e este é um tema que nos interessa também, sobremaneira, com vista ao último capítulo deste livro —, vários provinciais franciscanos assumiram o cargo de confesores de reis e de príncipes nos inícios da dinastia de

Avis. Frei Fernando de Astorga, frei Afonso de Alprão e frei João Xira foram confessores de D. João I; frei Vasco Pereira, de D. Duarte; frei Gil Lobo de Tavira (primeiro ministro da província de Portugal, legalizada em 1418 ou em 1421, e homem de assídua presença na corte) foi confessor de D. Duarte, do regente D. Pedro e de D. Afonso V<sup>25</sup>; a esposa de D. Duarte (Leonor de Aragão) dispôs de um observante, frei João de Santo Estêvão, como seu confessor; frei Aimaro de Aurillac, dos frades menores, serviu D. Filipa de Lencastre e foi, mais tarde, capelão-mor de D. Duarte; a duquesa D. Isabel de Borgonha (filha de João I e Filipa) apoiou a observância franciscana e a sua expansão nos Países Baixos; os principais pregadores da corte (como frei Pedro ou frei Rodrigo de Sintra, cujos sermões em momentos decisivos da guerra de 1383-1385 Fernão Lopes reproduz, no segundo caso alegadamente a partir de um resumo escrito) eram franciscanos; o infante D. Fernando legou grande parte da sua biblioteca ao Mosteiro de São Francisco de Leiria... Em síntese, e como resume Maria Helena Coelho (2005, p. 41), os franciscanos estiveram sempre com a causa joanina, aprofundando uma influência que já vinha de trás (repare-se que o desditoso rei D. Fernando quis que lhe vestissem o hábito franciscano quando morresse e fez questão de ser enterrado no Mosteiro de São Francisco, em Lisboa [*ibid.*, p. 32]).

Na alegoria de Fernão Lopes, o mestre de Avis surge como o libertador carismático que põe fim a um estado de desagregação social, em que um reino dilacerado pelo ódio combate contra si próprio («ó que forte coisa e mortal guerra de ver, uns Portugueses quererem destruir os outros! E aqueles que um ventre gerou e uma terra deu criamento desejarem de se matar de vontade, e esparger o sangue de seus diversos parentes» [*CDJ, I*, cap. 68]), como que definindo um cenário apocalíptico propício ao Anticristo e prenunciador da renovação do mundo, à boa maneira joaquimita. Os sinais da redenção final da História vão sendo interpretados pelos pregadores franciscanos logo após o levantamento do cerco a Lisboa, ou a seguir à batalha de Aljubarrota, ao mesmo tempo que o eremita castelhano frei João da Barroca, vindo de Jerusalém e emparedado em Lisboa, junto ao Mosteiro de São Francisco, funciona como conselheiro profético do mestre de Avis, um pouco à maneira de Amós no Antigo Testamento, profeta de Israel em tempo de convulsão social e política (Rebello, 1983, p. 75), dando assim um sentido à história e aos acontecimentos.

A sequência dos episódios — da profecia do alfageme de Santarém ao ordálio de Aljubarrota, passando por diversas outras «maravilhas» que os pregadores franciscanos evocam nos seus sermões, permitindo a Fernão Lopes, por interposta pessoa, avançar para linhas argumentativas um pouco mais ousadas — tem como objetivo principal inserir a vitória do partido do mestre de Avis nos desígnios da Providência divina. A chefia da insurreição por parte do bastardo de Pedro I, que desrespeitou o acordo luso-castelhano de Salvaterra de Magos, é assim legitimada, e, no sermão proferido pelo franciscano frei Pedro na Sé de Lisboa após a *batalha real* de São Jorge, o mestre é comparado pelo cronista a Moisés (*CDJ, II*, cap. 48). Os povos de Israel e de Portugal são colocados no mesmo plano e ao mestre são imputadas claras qualidades messiânicas<sup>26</sup>. A seguir ao sermão, a procissão — em plena semana da Assunção da Virgem — dirige-se ao Mosteiro da Trindade, depois ao Mosteiro de São Francisco (altar do Salvador) e, finalmente, a Santa Maria da Graça (no Mosteiro de Santo Agostinho)...

O arrojo da arquitetura concetual de Fernão Lopes conduziu-o ainda a uma outra homologia relevante: ele compara o mestre de Avis a Jesus Cristo e Nun'Álvares a São Pedro (*CDJ, I*, cap. 159)! Pisando de novo o risco laranja em matéria de ortodoxia religiosa, o cronista faz o mestre delegar no Condestável a autoridade do Sumo Pontífice, emanada de Deus (Rebelo, 1983, p. 82); Nun'Álvares e seus companheiros pregariam pelo reino o «evangelho português», que pressupunha também a crença e o apoio firme ao papa de Roma (Urbano VI), em tempo de Grande Cisma da Igreja. O efeito retórico é extraordinário e parece ter antecedentes em controversas obras de inspiração joaquimita, que se reportavam à «elaboração de um novo evangelho, como remate e superação das realizações prometidas na mensagem cristã» (Rebelo, 1983, p. 82). Independentemente da ousadia, o certo é que este recurso permitia articular facilmente as ambições igualitaristas presentes no imaginário popular com a causa triunfante de D. João I: «(...) desenha-se um complexo caleidoscópico ideológico, onde o comunitarismo cristão se mistura com o franciscanismo, que inicialmente dele se inspira, e se matiza de expectativas milenaristas de teor joaquimita» (Rebelo, 1983, p. 85). A cultura, o engenho e a intertextualidade praticada por Fernão Lopes permitem-lhe fazer sobressair no mestre de Avis/D. João I a aura de um libertador messiânico «que proporciona a entrada dos benefícios da Sétima Idade

no presente da História e vem satisfazer os clamores pauperistas, tantas vezes expressos pelos franciscanos, antecipando as graças prometidas do Espírito Santo» (*ibid.*, p. 87). A nova dinastia era, assim, solidamente assentada numa construção teológica legitimadora; e os anseios messiânicos porventura subsistentes eram eliminados, uma vez que, com o triunfo da nova dinastia, «o momento e a hora de uma grande viragem haviam finalmente desabrochado na vida portuguesa» (*ibid.*, p. 88).

Arrancará daqui o processo de mitificação da dinastia de Avis, que desaguará na de todos conhecida construção da ideia de «Ínclita Geração», cujo texto matricial é a carta escrita por D. Duarte aos seus cunhados, os infantes de Aragão, em 25 de janeiro de 1435; nesta missiva, que *o Eloquentes* acolheria no seu *Leal Conselheiro* (cap. 98), o monarca fala «Da prática que tínhamos com el Rei, meu Senhor e Padre, cuja alma Deus haja». Esta carta inspirou seguramente Fernão Lopes na escrita do capítulo 149 da *CDJ*, *l.<sup>o</sup> 7*; como comentou Luís Miguel Duarte (2007, p. 294), «nessa longuíssima carta, D. Duarte descreve o relacionamento que ele e os seus irmãos tinham com o pai, D. João I, para servir de exemplo aos cunhados, escreve ele — e a todos, dizemos nós. É um retrato idealizado, descrevendo comportamentos tão perfeitos que chegam a irritar, todos eles contidos no binómio amor-temor que pautava os laços entre pais e filhos». Estava em marcha uma «sólida operação de propaganda política» de que D. Duarte deve ter sido o principal estrategista (provavelmente foi por indicação sua que terá sido retardada em um dia a data oficial da morte de D. João I, de modo a fazê-la coincidir com o aniversário da batalha de Aljubarrota [A. Sousa, 1984, *passim*]), e as crónicas de Fernão Lopes configuraram, com a sua sofisticada organização concetual, um instrumento precioso nesse processo.

Esta arquitetura poderosa, eficaz e tão quatrocentista, condiciona obviamente a imagem que as crónicas (em especial a biografia de D. João I) nos transmitem acerca dos protagonistas. Em particular no que diz respeito ao primeiro monarca de Avis e ao seu «braço armado», o fronteiro-mor e, depois, condestável, Nuno Álvares Pereira. Eles formam uma dupla temível e, tal como observou Teresa Amado (1991, pp. 62-63), partilham uma empresa em que se tornam notáveis companheiros e, ao mesmo tempo, devedores um do outro (como procurarei mostrar documentalmente no capítulo terceiro deste estudo). É, aliás,

muito simbólico o elo que a *CC*, logo no capítulo 2, estabelece entre ambos, a propósito da investidura do jovem Nuno (que tinha apenas 13 anos de idade) enquanto cavaleiro: como não havia ali na corte nenhum arnês que lhe servisse, a rainha Leonor Teles mandou pedir ao mestre de Avis, que era três anos mais velho, que lhe mandasse o arnês que tinha usado «em sendo assim moço pequeno», coisa que ele fez de imediato e «com boa vontade» (fls. 3 e 3v.<sup>o</sup>)... Se não foi verdade, foi muito bem achado, e Fernão Lopes não desperdiçou a oportunidade de aproveitar a ideia (*CDJ, I*, cap. 33). Ligados pelas armas, unidos para sempre...

Fernão Lopes, enquanto cronista régio (e não senhorial ou cavaleiresco) é mais político e mais contido do que o autor anónimo da *estória* do Condestável; desvaloriza incidentes entre fidalgos, oculta ou minimiza deserções de tropas, atenua invejas e rivalidades, demarca-se de algumas situações inverosímeis que a *CC* emotivamente descreve (por exemplo: o jovem Nuno a combater sozinho contra 250 castelhanos na praia de Santos, na terceira guerra fernandina). O Nun'Álvares de Fernão Lopes é um cavaleiro menos solitário e feudal/senhorial do que o da *CC*, pois está integrado numa gesta coletiva «nacional». Em matérias controversas (como a grave doença psíquica do Condestável), opta quase pelo silêncio (dedica apenas sete incolores linhas ao assunto: *CDJ, II*, cap. 163). Não se sente à vontade para zurzir fidalgos com nomes de família que tinham peso na corte de meados do século xv (por exemplo, poupa bastante os Cunha, linhagem onde casaram o Dr. João das Regras e também Álvaro Vaz de Almada, o maior adepto do infante D. Pedro). Compreensivelmente, não está em posição de valorizar tanto os assuntos que envolvem os Pereiras ou os hospitalários. Salvaguarda sempre a posição de D. João I enquanto rei, mas o verdadeiro e único herói da sua narrativa chama-se Nuno Álvares Pereira. É ele, e não o monarca, que dá título à biografia, muito menos a famosa «arraia-miúda» (que, por vezes, se opõe a D. Nuno e aos seus companheiros e cujos excessos o cronista veladamente condena) quem ocupa o palco principal da sua história.

O Condestável, também aqui, não aparece referido como «santo» (designação talvez ainda polémica no tempo de Fernão Lopes, perante as invejas que a ascensão vertiginosa de Nun'Álvares causara entre os próprios conselheiros do mestre/D. João I), mas o cronista, no cap. 31 da *CDJ, I* — em que (re)apresenta o seu herói — começa por se lhe referir em termos que não deixam dúvidas: «Escrevendo em este passo, sem



constranger nenhum que ouça, entendemos ter nos feitos deste homem o modo que têm alguns pregadores que dentro no sermão enxertam a vida daquele de que pregam, e no fim dele concluem seu tema» (p. 55). Ora aí está, Nun'Álvares como *exemplum* de toda a história que se vai contar! De novo, a crónica e a hagiografia lado a lado, mostrando como a fronteira entre uma e outra é, neste tempo, muito ténue. No célebre trecho dedicado à batalha de Valverde (*CDJ, II*, cap. 57), em que o Condestável desaparece no auge da luta para rezar entre rochedos, Fernão Lopes deixa o seu entusiasmo explodir. Descrevendo o episódio de forma mais larga e comovente do que o autor da *CC*, pergunta:

«Qual foi o príncipe dos tempos passados de que se conte semelhante obra, ou o capitão de que tal coisa jaza escrito? Leixar o negócio da batalha na força do seu maior trabalho e apartar-se dos seus a orar, sem lhe ante dizendo nenhuma coisa! (...) Coisa divinal parece. Que apartamento foi aquele tão estranho, ser cercado de seus tão mortais inimigos, e não como guiador da sua hoste, mas como simples eremitação fora de todo o seu negócio, leixar suas gentes na pressa em que eram e partir-se pera ir rezar! (...) Onde era entoncez o seu espírito? Era com Deus, armado de virtudes, a que orava que lhe desse vitória, como e por que guisa nos é incerto: o Senhor Deus é disso sabedor» (pp. 140-141).

Na opinião de Teresa Amado (1991, p. 141), o modelo de Galaaz na *Demanda do Santo Graal* deve ter influenciado o cronista na elaboração desta passagem, que constitui um momento privilegiado de desempenho, em ação, do herói e santo. No entanto, como observou António Manuel Branco (1998, pp. 243-245), a personagem de Galaaz também apresenta diferenças significativas relativamente ao Nun'Álvares construído pelos cronistas, em especial pela *CC*: este último é mais sequioso de ação militar, por vezes implacável na guerra, e, até à sua opção derradeira de retirada do mundo, assumida já em idade muito avançada (mais de 60 anos), não enjeita os enormes proventos e honrarias que a guerra lhe proporciona.

De facto, os romances arturianos, nomeadamente a *Demanda*, integravam a bagagem literária de Fernão Lopes, que faz bom uso dela, incluindo pelo recurso a frases de ligação diegética (Martins,



1977, *passim*; Amado, 1991, p. 154), que permitem articular os blocos narrativos e que recordam as versões mais rudimentares utilizadas com frequência na *Demanda* (por exemplo: «Mas ora leixa o conto de falar dele e torna a Galaaz e a Persival»). Tal como na *CC*, Nun'Álvares é apresentado como tendo por modelo Galaaz, o cavaleiro casto e protetor dos fracos e dos indefesos. A presença decisiva do eremita frei João da Barroca na *CDJ, I*, aconselhando o mestre de Avis, é igualmente sugestiva, pois a literatura arturiana está povoada de eremitas que aconselham e acompanham cavaleiros; por vezes, surgem nela discursos algo misteriosos sobre túmulos e poços fundos (Hutchinson, 1995, p. 61), que lembram a fala de Nun'Álvares aos seus companheiros, quando lhes propõe aderirem à ainda incerta causa do mestre de Avis: «Assim é que eu vejo no meu entendimento um poço mui alto e mui profundo cheio de grande escuridão; e bem me diz a vontade que não há homem que em ele salte que dele possa escapar, salvo per grande milagre, querendo-o Deus livrar dele por sua mercê» (*CDJ, I*, cap. 37, p. 64). Os homens não perceberam, mas Nun'Álvares apressou-se a explicar: «Amigos, o poço mui alto e escuro que vejo ante os meus olhos é a grande demanda que o mestre dizem que quer começar por defensom destes reinos, contra el-Rei de Castela» (*ibid.*, p. 65). Era o início da temerária aventura do «pequeno Galaaz» de Iria Gonçalves e dos seus bravos.

O rei é sempre o rei. Mas o «cavaleiro-santo», enquanto ser humano, é outra coisa. E embora esta minha ideia não seja demasiado popular, não tenho dúvidas de que Fernão Lopes forçou o contraste e a separação das águas. Recordo apenas o trecho verdadeiramente assassino em que o cronista, ao descrever o trajeto da hoste anglo-portuguesa entre Salamanca e Ledesma, no regresso da malsucedida campanha de 1387 em Castela e Leão, explica como o conjunto do exército passava grande fome, devido à estratégia de «terra queimada» utilizada pelos adversários (a hoste era «tão minguada de carnes que parte dela o sentia muito»); para a seguir declarar, para quem o quisesse ler ou ouvir: «porém, de vaca nunca El-Rei errava três iguarias, desfeito, assado e cozido»... E mais adiante: «Outros passavam como podiam, entanto que, achando um dia ninhos de corvas por aquecimento [sorte], acudiu ali tanta gente que parecia que se queriam matar sobre elas; e quem podia haver escusada uma [corva] que a el-Rei em presente mandasse, cuidava que lhe fazia grande serviço» (*CDJ, II*, cap. 112, p. 234). É preciso acrescentar alguma coisa?

Resta dizer que o destino das narrativas de Fernão Lopes não foi, durante um longo período, muito generoso. Zurara refere o trabalho do cronista, mas a partir daí e durante muito tempo perde-se-lhe demasiado o rasto. Mediaram quase 40 a 50 anos entre os originais das suas obras e as cópias mais antigas que se conhecem, embora se deva lembrar que a segunda metade do século xv é um período avaro em cópias de manuscritos que chegaram até nós (Amado, 1991, p. 57). Os manuscritos das crónicas de Lopes do século xvi hoje conhecidos até são bastante numerosos: pelo menos dois em cada um dos anos da viragem de Quatrocentos para Quinhentos, e desta centúria existem cerca de 76 manuscritos das narrativas da trilogia de Fernão Lopes (*ibid.*). No entanto, aparecem quase sempre ou sem o nome do autor, ou (raramente) com o nome dele, ou então (em casos igualmente residuais) no nome de Zurara ou de Rui de Pina! Só em 1644 aparecerá a primeira impressão da *Crónica de D. João I* e quanto à primeira edição das outras duas crónicas, teremos de aguardar até 1816. A tendência parece, pois, ter sido para um certo apagamento da memória do cronista e para alimentar à custa dele o prestígio dos seus sucessores (em especial o de Rui de Pina). Coube, pelo menos em parte, a Damião de Góis (*Crónica de D. Manuel*) reabilitar a figura e a obra do maior cronista medieval português (Monteiro, 1988, pp. 83-84; Amado, 1991, pp. 57-58). Em muito boa hora o fez.

### Outras fontes literárias relevantes

Para concluir, vamos apresentar muito sucintamente quatro fontes literárias que, sem terem a relevância e o peso da estória do Condestável ou das narrativas de Fernão Lopes, são importantes para os capítulos seguintes.

*A Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observância nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios, de frei José Pereira de Sant'Anna:*

Trata-se de uma obra publicada em Lisboa, em 1745, por um religioso e provincial carmelita. Pretende ser uma história completa (inacabada) da Ordem do Carmo, em vários volumes, e dedica o seu Tomo I, Parte III, à «Fundação e Fundador» do «Real Convento do Carmo de Lisboa», ou seja, a D. Nuno Álvares Pereira. Utiliza numerosos documentos que nos interessam (boa parte dos quais publica no

final), não sendo alguns deles conhecidos por outra via, uma vez que não constam das chancelarias régias ou de outros arquivos. O autor alega repetidamente ter consultado muitos desses documentos no arquivo do próprio Convento do Carmo. A obra também é útil por evocar muita informação proveniente de estudos sobre os mesmos assuntos produzidos por outros religiosos, como, por exemplo, frei Jerónimo da Encarnação (que professou, em 1551, na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal), frei Simão Coelho (*Compendio das Chronicas do Carmo*, impresso em 1572), Jorge Cardoso (*Agiológico Lusitano*, a partir de 1652) ou frei Jorge Cotrim (que morreu em 1678 e a quem se deve o *Carmelo Lusitano*). De informação torrencial e, em muitos casos, preciosa para os historiadores atuais (até porque, dez anos após a respetiva publicação, o Convento do Carmo e o seu arquivo foram semidestruídos pelo terramoto de Lisboa de 1755), a crónica de frei José Pereira de Sant'Anna suscita bastantes reservas e tem de ser consultada com cautela, devido à sua falta de isenção e elevado grau de compromisso do autor com a Ordem do Carmo e a personagem de Nuno Álvares Pereira.

*O Sumario que o ifante deu a mestre Francisco pera pregar do condestabre dom Nuno alvarez pereyra:*

Provavelmente, por ocasião de um dos primeiros aniversários da morte de Nun'Álvares, ocorrida em 1431, o infante D. Duarte, que mantivera com o Condestável uma relação de grande cumplicidade e afeto (quando Nuno morreu, diz a *Chronica dos Carmelitas* que o príncipe comentou que tinha perdido «o seu maior amigo» [I, III, cap. 18, p. 461]), providenciou uma minuta de sermão para ser pregado por um franciscano em memória do saudoso conde, a qual chegou até nós por ter sido incluída no *Livro dos Conselhos* de D. Duarte (n.º 61, pp. 225-229)<sup>28</sup>.

Trata-se de um «sumário» em língua vulgar, provavelmente não muito anterior à *Crónica do Condestabre* (Nascimento, 2010, p. 190), relativamente extenso e que nos é útil por diversas razões, incluindo para a datação do dia da morte de Nun'Álvares. Ali se enunciam as principais virtudes do Condestável, a sua ascendência ilustre, o seu talento militar («nunca vencido»), a sua elevada condição social e económica e a forma como podia ser apresentado como «exemplo» aos diversos grupos sociais do reino, nomeadamente aos senhores e cavaleiros, e aos religiosos.

Segundo Aires Nascimento (2009, p. 9), este documento apresenta um retrato convencional de Nun'Álvares, cheio de afeto, mas com provável correspondência com a realidade.

*A carta de D. Duarte ao abade D. Gomes Eanes/João, de Florença:*

Trata-se de um documento fundamental, que consiste numa misiva dirigida, em 21 de julho de 1437, pelo rei D. Duarte ao abade camaldulense<sup>29</sup> D. Gomes Eanes (ou D. João Gomes), o beneditino português que era abade em Florença e que funcionava em Itália como encarregado de negócios de Portugal junto da Santa Sé, tendo mais tarde vindo a ser prior em Santa Cruz de Coimbra<sup>30</sup>. Nesta carta, o monarca queixava-se de ainda não ter recebido «o desembargo que saýo do calinozamento [canonização] do santo Condestabre per que se tire inquiriçom sobr'esto costumada». Ou seja, o papa Eugénio IV tinha ordenado a abertura do processo de canonização de Nun'Álvares, mas essa deliberação ainda não tinha chegado a Portugal, e D. Duarte urge o abade D. Gomes para que providencie uma certidão em segunda via.<sup>31</sup>

Aires Augusto Nascimento, em 2009 (p. 16), publicou uma fotografia do documento, cujo original foi encontrado por Domingos Maurício Gomes dos Santos na Biblioteca Medicea de Florença (Cod. 1792, fl. 20v.º); posteriormente, o mesmo autor ofereceu-nos a transcrição e fac-símile do precioso manuscrito (Nascimento, 2010, pp. 32-34).

*A Oração do infante D. Pedro em honra de Nun'Álvares:*

Juntamente com a carta anterior, D. Duarte enviou ao abade D. Gomes uma oração composta em latim pelo infante D. Pedro, que talvez se destinasse a fazer parte das peças reunidas pelo rei com vista ao processo de canonização de Nuno Álvares Pereira.

Nesta curta oração, que Domingos Maurício Gomes dos Santos também deu a conhecer em 1928 (republicada *apud* J. Gomes, 2009, p. 52) e que Aires Nascimento traduziu para a língua portuguesa (2009, p. 15; e 2010, p. 34, em versão bilingue), Nun'Álvares é apresentado como um modelo de príncipes, um exemplo para os senhores, um espelho para os contemplativos («speculum anacoretarum»: voltaremos a esta cambiante de tradução mais adiante), um firme e justo combatente, defensor da paz, obediente e devoto no claustro, que pela dignidade do seu comportamento e dos seus atos alcançou em vida honra e glória e, no céu, a bem-aventurança eterna.

## CAPÍTULO 2

### O GENERAL INVENCÍVEL E O SEU EXÉRCITO

#### Quando e onde nasceu Nuno Álvares Pereira?

Nuno Álvares Pereira nasceu em junho de 1360, em dia e local que não podemos indicar com absoluta exatidão. A *Crónica do Condestabre* não os refere, e Fernão Lopes, no cap. 193 da Primeira Parte da *Crónica de D. João I*, afirma que, quando o mestre foi «alçado assim por rei» nas cortes de Coimbra (em 6 de abril de 1385), «falou-se logo que fizessem condestabre para a guerra em que eram postos». O escolhido pelo novo monarca foi «o seu mui leal e fiel servidor Nuno Álvares Pereira, havendo naquele tempo vinte e quatro anos e nove meses e doze dias, conhecendo dele que era de honestos costumes e mui avisado nos autos da cavalaria» (p. 373).

Contas feitas, o resultado mais comum é situar o nascimento de Nuno em 24 de junho de 1360: teria doze dias em 6 de julho do mesmo ano, nove meses e doze dias em 6 de abril de 1361 e os tais vinte e quatro anos, nove meses e doze dias em 6 de abril de 1385, a data da eleição do mestre de Avis como décimo rei de Portugal. Muitos estudiosos aceitam, pois, o dia 24 de junho de 1360 como a data de nascimento do futuro Condestável. No entanto, partindo dos mesmos dados, pode haver outra maneira de fazer as contas, tal como propôs frei Manuel dos Santos (1662-1740), na *Monarquia Lusitana* e foi aceite por Aires Augusto Nascimento (2009, pp. 17-18, 31-33): se considerarmos os dias completos, a adivinha preparada por Fernão Lopes pode conduzir-nos ao dia 25 de junho do mesmo ano.

Se, de facto, Nun'Álvares tiver vindo ao mundo no dia 24 de junho, a data tem um significado especial: era o dia da festa de São João Baptista,

fixada em seis meses antes do Natal, uma data que correspondia ao (real) solstício de verão, o dia mais longo do ano, em que se celebrava o precursor de Cristo, a luz que anunciava uma luz maior, em conformidade com o Evangelho: «Importa que Ele cresça e eu diminua», garante Baptista, e de facto os dias começam a diminuir a partir dessa data (Nascimento, 2009, p. 32, nt. 18; J. Pinto, 2009, p. 33). A simbologia é tão forte que considero muito provável que Fernão Lopes tenha efetivamente querido sinalizar o dia 24 de junho de 1360 como o do nascimento de Nun'Álvares. Se realmente isso correspondeu à realidade ou se houve lugar a um ligeiro ajustamento (tal como no caso do dia da morte de D. João I) com vista à obtenção de um efeito simbólico muito impressionante e conveniente, isso, provavelmente, nunca o saberemos. Certo — para Fernão Lopes — é que nasceu em boa hora, pois na casa do prior do Hospital andava «um gram letrado e profundo astrólogo» chamado mestre Tomás, que tratou de informar o pai da criança de que um dos seus filhos haveria de ser «vencedor de batalhas, e que este era Nun'Álvares Pereira» (*CDJ, I*, cap. 33, p. 58). Como era popular a astrologia nos meios cultos portugueses dos finais da Idade Média, a exemplo do que sucedia no resto da Europa (D. Duarte e Gomes Eanes de Zurara que o digam também)!

Quanto ao local de nascimento, os estudiosos têm-se dividido entre duas possibilidades principais: o Crato (ou Flor da Rosa), sede da Ordem do Hospital e onde o prior Álvaro Gonçalves Pereira passava muito do seu tempo, ou Cernache do Bonjardim, próximo da Sertã. Inclino-me mais para esta última possibilidade, uma vez que existe na *Chancelaria de D. Pedro I* um precioso conjunto de quatro documentos datados de 1356, 1357 e 1359, que podem iluminar-nos a este respeito: trata-se de quatro cartas de concessão de benefícios, sob a forma de instituição de morgados, a favor de três filhos menores do prior do Hospital: Rodrigo, Pedro e Diogo; nestas cartas, alguns particulares (o escudeiro Álvaro Fernandes, que surge como «tutor» e administrador dos bens dos três jovens, João Afonso de Sevilha e Gomes Martins do Monte, possivelmente membros da pequena nobreza e vassalos do rei português, com exceção do andaluz) declaram pretender retribuir os benefícios que receberam de D. Álvaro Gonçalves Pereira, por via da doação de bens a três dos seus filhos.

Deste modo, em Bonjardim, no termo da Sertã, no dia 6 de setembro de 1356, Álvaro Fernandes doa a Rodrigo Álvares Pereira (filho do

prior e de Iria Vicente) as quintãs (propriedades) de Águas Belas e Vale de Oriães, mais o padroado da Igreja de Santa Maria de Águas Belas (no concelho de Ferreira do Zêzere, c. 30 km a sudoeste da Sertã); em 19 de outubro do mesmo ano, no alpendre do concelho da Sertã, foi a vez de João Afonso de Sevilha doar a Pedro Álvares Pereira (filho do prior hospitalário e de Marinha Domingues) a quintã de Castro de Erosa, na terra de Basto (no julgado de Celorico de Basto); por fim, no dia 5 de agosto de 1357, em Bonjardim, termo da Sertã, Gomes Martins do Monte doa a Diogo Álvares Pereira (também filho de Marinha Domingues) a quintã de Valherigues e as herdades de Ventosa, perto do termo de Quintela; este filho Diogo viria a receber ainda, do mesmo doador, a quintã de Lagumel, no termo de Abrantes, na sequência de uma doação que ocorreu no dia 1 de julho de 1359, na aldeia de Cernache. Todas estas doações (e é graças a isso que as conhecemos) foram confirmadas numa carta do rei D. Pedro I emitida em Elvas (onde decorria uma assembleia de cortes) no dia 20 de maio de 1361<sup>32</sup>. Entre as testemunhas das citadas doações, encontra-se uma personagem relevante: é frei João Fernandes (comendador de Flor da Rosa e homem da estrita confiança do prior), além de vários escudeiros de Álvaro Gonçalves Pereira, servidores diretos seus (por exemplo: um despenseiro, um carpinteiro) e alguma gente do Crato.

Fátima Regina Fernandes (2001, *passim*) estudou cuidadosamente estes extensos documentos, inter-relacionou-os e concluiu que eles permitem afirmar que Rodrigo (pela cronologia e volume das doações, pela relevância das testemunhas e pelos mecanismos sucessórios previstos) era o mais velho dos três filhos, seguido de Pedro e Diogo; de resto, ele é o único filho de Álvaro Gonçalves Pereira mencionado no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, a propósito do seu casamento com Maria Afonso do Casal (Pizarro, 1999, II, p. 308). A mesma investigadora sublinhou ainda que a instituição destes morgados é anterior à legitimação dos beneficiários (Rodrigo e Pedro só seriam legitimados em 26 de agosto de 1357<sup>33</sup>; quanto a Diogo não se encontrou a respetiva carta), o que sugere uma estratégia do prior no sentido da replicação do modelo régio: primeiro, dota-se o filho natural, depois trata-se de o legitimar. Nas cartas que cumprem este último objetivo, Álvaro Gonçalves Pereira teve o cuidado de eximir os beneficiados de qualquer legislação (canónica ou outra, inspirada no célebre *Código de Justiniano* revisto à luz da Escola de Bolonha e interpolado de acordo com os interesses régios e o costume da Hispânia)



que comprometesse a herança do seu património. Não por acaso, na confirmação de 1361, e contrariamente às doações originais, os «filhos» de Álvaro Gonçalves são apelidados de «criados» do prior, o que pode ter constituído uma manobra para disfarçar os laços de sangue, substituindo-os pela *creatio*, à boa maneira régia (Fernandes, 2001, pp. 46-48).

Ora, para o nosso propósito imediato, interessa sobretudo frisar que a geografia destas doações nos remete, não para o Crato, mas sim para a zona de Cernache do Bonjardim, onde Álvaro Gonçalves tinha construído uns paços, tal como refere a *CC* (cap. 1) e Fernão Lopes confirma, explicitando neste caso que se trata de «Bom Jardim a par da Sertã» (*CDJ, I*, cap. 32, p. 57)! Parece, portanto, que, nos finais dos anos 1350, aqui residiam três filhos menores do prior do Hospital, cuja guarda (ou pelo menos administração de bens) estaria a cargo do «tutor» Álvaro Fernandes, escudeiro e vassalo do rei. Tal como opinou Aires Augusto Nascimento (2009, p. 38), a sequência destes atos notariais presididos por uma autoridade real residente na Sertã sugere claramente que os filhos de Álvaro Gonçalves Pereira moravam nesta região, nomeadamente em Cernache do Bonjardim, onde foram consumados três daqueles quatro atos; ali se deslocaram os doadores e as testemunhas, uma delas proveniente do termo de Santarém. Devia, portanto, tratar-se do local de residência da família natural do prior e «não é inverosímil, mas muito provável, que aí estivesse Iria Gonçalves do Carvalhal [a mãe de Nuno] e que aí tivesse nascido Nuno Álvares Pereira» (*ibid.*). Na opinião deste autor, frei Álvaro Gonçalves terá optado por afastar os filhos de Flor da Rosa e por entregá-los a um tutor que os acompanhava em Cernache do Bonjardim; assim se evitava o desconforto que a presença, na sede da Ordem do Hospital, de vários filhos do prior, nascidos de várias mães, poderia provocar (Nascimento, 2009, p. 40). Acrescentarei apenas que, tal como veremos no início do capítulo terceiro deste livro, os paços de Cernache do Bonjardim devem ter sido construídos em 1356, precisamente a data das primeiras duas cartas de morgado, o que faz supor que possa ter existido alguma ligação entre a obra e o acomodamento dos filhos de Álvaro Gonçalves.

### **A família restrita de Nuno**

Quanto à filiação de Nun'Álvares, já sabemos que o seu pai (prior do Hospital) era uma personagem eminente da cena política portuguesa;

a *CC* (cap. 1) recorda que Álvaro Gonçalves Pereira era «nobre de condição e bom cavaleiro e mui entendido». Tinha fama de ser generoso (a magnanimidade era um atributo relevante da nobreza medieval), tanto para os que o serviam como para outros que o merecessem. Os seus ascendentes eram ilustres, tal como veremos no início do terceiro capítulo deste estudo. D. Álvaro viajou até Rodes, sede internacional dos hospitalários, com grande escolta de cavaleiros, escudeiros e montadas, e promoveu obras meritórias, como o castelo da Amieira, os paços de Bonjardim e o forte lugar de Flor da Rosa, onde também edificou uma igreja em honra de Santa Maria, na qual veio a ser sepultado (*ibid.*; e *CDJ, I*, cap. 32). Privou com três reis portugueses (D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando)<sup>34</sup> e terá tido nada menos do que trinta e dois filhos e filhas, de diferentes mães.<sup>35</sup>

Nuno, ao contrário de Rodrigo, de Pedro e de Diogo, era filho de Iria Gonçalves do Carvalhal, que a *CC* (cap. 1) apresenta como «cuvilheira» (isto é, camareira) da infanta D. Beatriz, filha do rei D. Fernando, e que Fernão Lopes informa ser natural de Elvas (*CDJ, I*, cap. 32). Pela análise da documentação das chancelarias régias, sabemos que o prior e Iria Gonçalves tiveram vários outros filhos, entre os quais um chamado Fernão, um Lopo, um Gonçalo, um Vasco e um Rui (ou Rodrigo?), provavelmente todos mais novos do que Nuno; conhecem-se também algumas filhas, por via dos seus matrimónios, como, por exemplo, Beatriz (que casou com o almirante Carlos Pessanha), Inês (que se ligou a Pedro Afonso do Casal, companheiro de armas de Nun'Álvares) ou Estefânia (que se tornou mulher de Álvaro Gil de Carvalho, grande amigo dos Pereiras).<sup>36</sup>

A impressão que as crónicas transmitem é a de uma forte ligação de Nuno aos seus pais e também ao seu tio materno, Martim Gonçalves do Carvalhal, como adiante veremos. Iria Gonçalves seria senhora de alguma nobreza e possivelmente filha de Álvaro Gil do Carvalhal, o senhor de Évora Monte (Nascimento, 2009, pp. 18-19), ou então de Pedro Gonçalves do Carvalhal, alcaide-mor de Almada (Sant'Anna, *Crón. Carmel.*, pp. 288-289). Pinharanda Gomes (2009, p. 22) repete que ela faleceu depois do filho Nuno, em 1441, mas isso parece-me difícil, pois precisaria de ter muito perto de cem anos. Terá sido sepultada no Convento do Carmo, mandado construir pelo filho.

### Retrato(s) de Nun'Álvares

Qualquer autor moderno gosta de descrever fisicamente o seu biografado. Porém, os cronistas medievais não procediam desse modo, em parte porque escreviam com finalidades mais imediatas, e as personagens sobre as quais redigiam eram conhecidas da maior parte dos seus ouvintes/leitores. Do mesmo modo, as descrições da paisagem e dos cenários naturais rareiam na literatura medieval (pelo menos na literatura laica). Assim, em vão procuraremos na *CC* ou nas crónicas de Fernão Lopes um retrato físico de Nuno Álvares Pereira; mesmo assim, vamos tentar aproximar-nos um pouco da sua fisionomia, para dar algum rosto a esta história.

A ideia que poderemos formar sobre esta matéria tem de ser composta com os elementos recolhidos na iconografia e nas descrições literárias tardias. Embora estes dois tipos de fontes apresentem algumas limitações, por se copiarem mutuamente e por existir uma certa tendência para reproduzir estereótipos, na ausência de fontes diretas será aí que teremos de ir buscar a essência das características distintivas e particulares da nossa personagem. Existe uma vasta iconografia nacional e até internacional, plasmada em diversos suportes (como, por exemplo, pinturas, gravuras, esculturas, azulejos, e outros), a qual retrata Nun'Álvares com maior ou menor fantasia, quer como guerreiro, quer como santo.<sup>37</sup>

Duas das representações iconográficas mais antigas de que dispomos são as gravuras impressas nas primeiras duas edições da *Crónica do Condestabre* (1526 e 1554), ambas da responsabilidade de Germão Galharde. A primeira é uma imagem de corpo inteiro, visto de frente, e representa Nun'Álvares ainda jovem, como um guerreiro: veste um arnés e segura a espada com ambas as mãos, tendo o elmo poisado a seus pés; esta xilogravura, representada quer na edição de 1526, quer na seguinte, «parece inspirada em modelos de lápides sepulcrais medievais» (Flor, 2006, p. 260), porventura na própria sepultura primitiva de Nun'Álvares. A outra gravura, apenas publicada na edição de 1554, corresponde a um busto terçado de D. Nuno, já idoso: com longa barba e ampla tonsura, com o hábito de carmelita<sup>38</sup>; mandada talhar por Germão Galharde, ter-se-á inspirado num original quatrocentista existente na sacristia do Convento do Carmo<sup>39</sup>, o qual teria desaparecido por ocasião do terramoto de 1755. Pedro Flor considera esta hipótese como plausível, não só pela inscrição que exhibe («Esta he a figura do Condeestabre, ao natural,

quando estava em religiam, no Carmo de Lixboa, onde iaz»), mas também pelas características formais, que «remetem para a retratística do século xv europeu» (Flor, 2006, p. 261).

O quadro do Convento do Carmo, cuja autoria já foi atribuída a mestre Jácome e ao pintor régio António Florentim<sup>40</sup>, inspirou muitas cópias e variações. A melhor cópia que chegou até nós pertence à coleção da casa de Pombal do conde de Oeiras e terá sido executada nos inícios do século xvi por Gregório Lopes<sup>41</sup>, sendo por sua vez reproduzida no selo lançado pelos CTT por ocasião da canonização de Nuno Álvares Pereira, em 2009 (Nascimento, 2010, p. 158). Esta tábua de Oeiras-Pombal, comparada com a xilogravura de 1554, é mais exata, pois a pintura, até por ser colorida, viabiliza uma maior riqueza de pormenores. Quanto à simetria que se observa entre a gravura e o quadro, deve-se provavelmente ao facto de aquela ter sido talhada no sentido da imagem e, depois, a impressão ter gerado uma inversão, situação muito comum na abertura de gravuras. Note-se que, por sua vez, a própria gravura aberta por Germão Galharde inspirou vários retratos de pintura (Flor, 2006, p. 260), o que dificulta a determinação da cadeia de cópias.

Estas duas imagens quinhentistas, reproduzidas nas duas edições primeiras da *CC*, representam Nun'Álvares com um certo convencionalismo, mas um retrato mais humano foi descoberto por Avelino de Jesus da Costa (1961/2008), numa iluminura em cores num tombo do cabido de Évora iniciado em 1542. A primeira folha do *Livro Novo das demarcações* das terras pertencentes ao cabido de Évora (CEC 3-VIII) exhibe uma iluminura com o busto de um homem em fundo dourado; o retrato não tem nome, mas é de supor que represente uma personagem eclesiástica ou leiga importante para o cabido eborense, e até relacionada com bens descritos no tombo. Avelino de Jesus da Costa apresenta duas ordens de razões para identificar o retratado com o Santo Condestável: desde logo, pela estreita ligação de Nuno Álvares ao cabido — basta ter em conta que, em 1470, o chantre e cónego da Sé de Évora, Martim Vasques (seu antigo criado e capelão-mor do duque de Bragança, D. Fernando, neto de Nun'Álvares), instituiu uma série de «aniversários» anuais por Nuno Álvares Pereira e pelo seu neto, tendo para isso legado ao cabido uma quantia de dinheiro para ser aplicada na compra ou na melhoria de herdades. Ora, uma parte do rendimento das herdades descritas no tombo destinava-se a este fim, não sendo pois de estranhar que o livro abrisse com o retrato do Condestável. Por

outro lado, a própria fisionomia da gravura, que mostra um rosto cândido e um olhar contemplativo, que indiciam uma vida espiritual intensa, corresponde bastante ao retrato quinhentista da tábua de Oeiras-Pombal e às descrições (não inteiramente concordantes, diga-se) feitas pelos carmelitas frei Simão Coelho e Jerónimo da Encarnação na centúria de Quinhentos (Costa, 1961/2008, pp. 255/256).

O primeiro, em 1572, no *Compendio das Chronicas do Carmo*, descreve Nun'Álvares como «homem envolto em carnes, de estatura que mais ia a grande do que a pequena: tinha o aspecto varonil, o rosto comprido e fermoso, era alto e louro, tinha os olhos pequenos, mas mui resplandecentes, pouca barba e caída para baixo» (Nascimento, 2010, p. 152). Já segundo a descrição de frei Jerónimo da Encarnação, o Condestável era «de meã estatura, teve o rosto comprido, cor branca, o nariz afilado e agudento, os olhos pequenos mas mui viventos, as sobrançelhas arqueadas e ruivas, e assim era o seu cabelo não só da cabeça mas também da barba, com algumas ruguezas na testa e nos cabos dos lacrimais, a boca pequena com o seu semblante mui amesurado» (*ibid.*, p. 152).

Avelino de Jesus da Costa considerou que a iluminura eborense constitui um retrato genuíno de Nun'Álvares Pereira, já com alguma idade mas ainda antes de entrar para o Convento do Carmo (o que fez com 62 anos de idade), uma vez que não tem a tonsura monacal. Pelo seu lado, Aires Augusto Nascimento (2010, p. 152), que aceita a interpretação do padre Avelino, sublinha a sobriedade deste retrato, que mostra as marcas do tempo na calvície e na barba, as quais também são símbolo de sabedoria de vida, realçando ainda o seu olhar e o rosto iluminado.

Em síntese, Nuno Álvares Pereira seria homem de estatura média ou ligeiramente acima disso, com um rosto comprido e pele clara, cabelo e barba arruivados, olhos pequenos e expressivos, sobrançelhas arqueadas, nariz afilado e uma boca pequena. A estes traços poderemos acrescentar que, segundo Fernão Lopes, que ainda o terá conhecido pessoalmente, Nuno era homem «de pouca e branda palavra» (*CDJ*, I, p. 61), mas nem por isso menos enérgico e forte nas suas convicções, acrescentaria eu.

### **O tirocínio militar e um casamento imprevisto**

Nada sabemos acerca dos primeiros anos de vida do nosso biografado. A única informação de que dispomos até ele atingir a idade de 13 anos é a que consta da *CC* (cap. 2) e limita-se a dizer que ele foi «criado a

gram viço em casa de seu padre», ou seja, entre Cernache do Bonjardim e o Crato/Flor da Rosa. Nessa altura — em 1373, portanto — grassava a terceira guerra fernandina e, um dia, o pai (que estava em Santarém com o monarca português e com alguns dos cavaleiros da Ordem do Hospital e alguns dos seus filhos) ordenou a Nuno que cavalgasse com o irmão Diogo e com outros homens para observarem os movimentos dos castelhanos que circulavam entre Santarém e Lisboa, assediada pelo rei Enrique II. O grupo foi, assim, «descobrir terra», mas não conseguiu avistar o inimigo e regressou a Santarém; aqui, quando lhes perguntaram o que tinham conseguido observar, Nuno adiantou-se e, diante do rei e da rainha, inventou que tinham avistado um grupo grande mas mal comandado de castelhanos, que facilmente poderia ser desbaratado (*CC*, cap. 2).<sup>42</sup> Leonor Teles achou-lhe graça e decidiu tomá-lo como seu escudeiro, armando-o pela sua própria mão (tal como Lancelote foi armado pela Dama do Lago, recorda Amélia Hutchinson [1995, p. 58, nt. 11]), com a ajuda do já referido arnês do mestre de Avis<sup>43</sup>. Assim, Nuno passou a residir na corte, tendo o prior seu pai conseguido que o monarca o tomasse como «morador» da casa régia. Ao que parece, ficou entregue aos cuidados do seu tio materno, Martim Gonçalves do Carvalhal, um bom escudeiro que ali vivia e que se tornou seu aio (*CC*, cap. 2). Tempos felizes, presumo, para o jovem adolescente, que, atendendo ao prestígio e à influência do progenitor, ali dispunha de «boa casa, assim de homens e bestas como das outras cousas» (*ibid.*) e que era estimado por todos.

Quando alcançou a idade de 16 anos (estamos, portanto, em 1376, no intervalo entre a segunda e a terceira guerras fernandinas), o prior soube do falecimento do abastado fidalgo minhoto Vasco Gonçalves Barroso e vislumbrou a possibilidade de um bom matrimónio para o seu filho; a viúva, D. Leonor de Alvim, era rica e tinha boa fama (a *CC* assegura mesmo que ela ainda era virgem, pois então), e D. Álvaro mandou até ela uma pequena embaixada liderada pelo nosso já conhecido João Fernandes, comendador de Flor da Rosa e de São Brás de Lisboa<sup>44</sup>. Leonor aceitou a proposta, o rei concordou e só o noivo é que foi difícil de convencer: além de ter sido o último a saber, não tinha vontade de casar, o que me parece compreensível para um adolescente de 16 anos e meio, que gostava muito mais de «cavalgar e ir a monte e à caça, nom entendendo em amor de nenhuma mulher» (*CC*, cap. 4). Mas as crónicas adiantam outro motivo, bem mais «arturiano»: Nuno Álvares «havia

gram sabor e usava muito de ouvir e ler livros de estórias, especialmente usava mais ler a estória de Galaaz em que continha a soma da Távola Redonda. E porque em ele achava que, por virtude de virgindade que em ele houve, e em que perseverou, Galaaz acabara muitos grandes e notáveis feitos que outros nom puderam acabar, ele desejava muito de o parecer em alguma guisa» (*ibid.*, p. 8; também na *CDJ, I*, cap. 34, p. 60)... Se o raciocínio é mais da personagem ou é mais dos cronistas, nunca o saberemos ao certo, mas inclino-me para a segunda possibilidade, pelos motivos já expendidos.

Nuno pediu ao pai um pouco de tempo para pensar, foi pressionado pela mãe, que muito o amava, e respondeu que não; mas depois, perante as insistências do prior e de dois emissários especiais que este lhe enviou (o primo Álvaro Pereira e o amigo Álvaro Gil de Carvalho, que viria a ser seu cunhado), acabou por obedecer ao pai (que respeitava muito e que estimava mais do que os irmãos, avisa a *CC*) e aceitou o projeto de casar com Leonor de Alvim. Após um tempo com o pai no Crato, encontraram-se todos na corte, em Vila Nova da Rainha (Azambuja), e concretizaram um matrimónio discreto (afinal, ela era viúva), a que se seguiu uma noite de núpcias em Cernache do Bonjardim (Fernão Lopes repete que a noiva ainda era donzela [*CDJ, I*, cap. 34, p. 61]).

Nuno foi então viver para o Minho (em terras de Basto, suponho<sup>45</sup>), onde a própria esposa (e, decerto, os seus fatores) lhe ensinaram os segredos da administração rural. Vida doce para o jovem, que tinha um séquito permanente de uma dezena e meia de escudeiros e vinte a trinta homens de pé, todos de boa valia. É interessante notar como os cronistas, atendendo à fase inicial de vida do herói, consentem em apontar-lhe aqui, discretamente, alguns defeitos, sugerindo a *CC* que «por ser homem novo, às vezes fazia na terra das suas, segundo os seus vizinhos» (cap. 5), uma ideia que Fernão Lopes converte em «por a terra assim ser azada, às vezes passava além do razoado» (*CDJ, I*, cap. 35). Contudo, era temente a Deus e ouvia sempre as suas missas<sup>46</sup>, vivendo «honestamente e bem» com a sua mulher, que rapidamente lhe deu três filhos: dois varões que morreram à nascença e uma filha que houve nome Beatriz.

### **A morte do pai e a terceira guerra fernandina**

Nisto, sobreveio a notícia da morte de Álvaro Gonçalves Pereira, na Amieira, em data que não posso precisar mas que se situa certamente



em finais de 1379 ou, mais provavelmente, em agosto ou inícios de setembro de 1380, como explica Miguel Gomes Martins (2013, p. 195), com base numa procuração que o prior emitiu em nome do filho Fernão para o representar nas cortes de Torres Novas, marcadas para essa altura. Nada menos do que 18 filhos (nove rapazes e outras tantas raparigas) terão estado nas exéquias de D. Álvaro, que se realizaram na Amieira e em Flor da Rosa, em cuja Igreja de Santa Maria ainda hoje se encontra o seu belo túmulo, que merece uma visita. Assinala a *CC* que o Senhor ali «fez e faz muitos milagres e grandes, e é igreja de gram romagem e de muitas perdoanças que lhe o dito prior em sua vida ganhou dos padres santos de Roma por privilégios que deles houve» (cap. 6, p. 13). Fernão Lopes, mais contido, omite esta passagem milagreira.

Pedro Álvares Pereira (meio-irmão de Nuno) foi então feito prior do Hospital, por pressão do rei D. Fernando, ainda que Álvaro Gonçalves Camelo, que era comendador de Poiares e de outras comendas, a isso tivesse mais direito, dispondo até de uma «letra» do grão-mestre de Rodes nesse sentido (*CC*, cap. vii). É compreensível esta defesa da posição de Álvaro Gonçalves Camelo por parte do biógrafo anónimo de Nun'Álvares, uma vez que ele fora criado em casa de Álvaro Gonçalves Pereira e tinha um bisavô em comum com Nun'Álvares: era filho de Aldonça Rodrigues (uma prima coirmã do prior) e de Gonçalo Nunes Camelo, bisneto do nosso já conhecido Vasco Martins Pimentel<sup>47</sup>.

Em maio de 1381, principiou a terceira guerra fernandina, numa altura em que, em Castela, reinava já D. Juan I.<sup>48</sup> O monarca português organizou a defesa das suas fronteiras, em especial no Alentejo (Elvas, Arronches, Campo Maior, Olivença, Portalegre e Beja), por onde a penetração inimiga era mais fácil. Em Portalegre, ficou por fronteiro Pedro Álvares, o novo prior do Hospital, e D. Fernando mandou vir Nun'Álvares Pereira do Minho, para ajudar o seu meio-irmão; o jovem lá veio do Norte, ansioso por combater; trazia consigo 25 homens de armas e 30 homens de pé, «todos bons homens e para feito» (*CC*, cap. 8). Perante as cavalgadas e razias praticadas pelo mestre de Santiago, D. Fernando Açoires, na planície alentejana, o monarca ordenou aos fronteiros que retaliassem, atacando o adversário em Badajoz. Para capitão supremo dos seus fronteiros, o rei enviou o seu grande privado Gonçalo Vasques de Azevedo, uma escolha que parece não ter caído muito bem, sinal de que as rivalidades entre os nobres eram, como

sempre, muito grandes. Juntaram mil lanças (homens de armas bem equipados e a cavalo) e quatro ou cinco mil peões e besteiros e depois avançaram, preparando o ataque a Badajoz.

Na coluna de marcha portuguesa, os homens de pé e a «carriagem» (trem de apoio) seguiam destacados mais à frente, uma vez que o inimigo ainda não estava à vista. A certa altura, Nun'Álvares afastou-se da coluna e, quando olhou para «umas ladeiras altas», na zona de Vila Boim, cuidou avistar o adversário. Na realidade, tratava-se tão-só de carriagem portuguesa, mas o reflexo provocado pelo sol enganou o jovem Nuno, que logo lançou um falso alarme; Gonçalo Vasques, com pouca vontade de combater, aproveitou o ensejo e, cobardemente, mandou a tropa recuar. O plano de ataque ficou, assim, comprometido, tanto mais que, entretanto, o infante D. João de Castro (filho de D. Pedro I de Portugal e de Inês de Castro, ou seja, um meio-irmão d'*o Formoso*, que se exilara em Castela) surgiu em Badajoz com um contingente de socorro ao mestre de Santiago (*CC*, cap. 9, *CDF*, cap. 120). Em 13 de julho de 1381, com a ajuda do mestre de Alcântara, poriam cerco a Elvas (*CDF*, cap. 120).

Não foi uma estreia auspiciosa para Nun'Álvares, desejoso de combater e que, por isso, ficou «mui anojado» com a decisão de Gonçalo Vasques e logo tratou de engendrar uma alternativa, tal era a sua vontade de «servir el-rei dom Fernando que o criara e de ser conhecido e haver nome de bom» (*CC*, cap. 10). Assim, decidiu desafiar João de Açores, o filho do mestre de Santiago, para um duelo mortal entre dois grupos de dez homens de armas. O repto foi aceite, e Nuno escolheu a dedo os seus nove companheiros: Martim Anes de Barvudo (comendador de Pedroso e futuro mestre de Alcântara em Castela), Gonçalo Anes de Abreu (senhor de Castelo de Vide e que seria um dos grandes *compagnons de route* de Nuno), Vasco Fernandes, Afonso Pires, Vasco Nunes (ou Martins) do Outeiro e outros quatro cujos nomes se desconhecem (*CC*, cap. 10; *CDF*, cap. 121). Todavia, por ordem de D. Fernando, o prior do Hospital, Pedro Álvares Pereira, proibiu o combate mortal; Nuno foi chamado à corte e ainda tentou persuadir o monarca, que contudo se mostrou irredutível, não sem antes agradecer ao jovem a sua disponibilidade para tamanho risco e predizer que «para mais vos tenho e para maior coisa de vossa honra do que entrar em tal requesta», prometendo-lhe, na devida altura, «fazer mercês e acrescentar» (*CDF*, cap. 123).

Generalizada a guerra, Pedro Álvares e os seus irmãos foram colocados em Lisboa, para defesa da capital e dos seus arredores. Um dia, Nuno, «desejando de ser em coisa que el-rei se houvesse dele por servido, e ele conhecido» (*CC*, cap. 12), combinou com o cunhado Pedro Afonso do Casal um ataque aos homens que, de vez em quando, abandonavam a frota biscainha ancorada ao largo de Lisboa, em frente à ponte de Alcântara, para colher uvas e outra fruta («porque era então em tempo dela») e também para devastarem os arrabaldes de Palmela e Almada. Sem dizer nada a Pedro Álvares, juntam 24 cavaleiros e 30 besteiros e peões, avançam na direção de Campolide e organizam de madrugada uma cilada nas vinhas de Alcântara; esconderam-se muito bem e, a certa altura, lá avistaram vinte homens de armas castelhanos saídos de um batel e que vinham pelas uvas; atacaram-nos de rompante e eles fugiram, alguns deles a nado, até alcançarem o batel que lhes permitiu regressar à frota; Nun'Álvares recolheu os seus homens e foi então colocar-se junto à porta do mosteiro de Santos. Nisto, os inimigos, despeitados, organizam um contra-ataque em força pela praia, com 250 homens de armas e muitos peões, com o que Nuno «foi muito ledo porque para tal jogo não havia ele menos vontade», apesar da desproporção numérica; exortou os seus a combater e prometeu-lhes que seria o primeiro a atacar os adversários, certo de que a agressividade dos portugueses depressa afugentaria os inimigos e com isso alcançariam «gram fama e muita honra que vos para sempre durará» (*CC*, cap. 12); porém, os seus homens não acreditavam em facilidades e puseram-se em fuga. Nuno decidiu então atacar sozinho os 250 inimigos e arremeteu contra eles a cavalo (esta é a versão da *CC*, pois Lopes guarda as suas distâncias [*CDF*, cap. 138]); quebrada a lança nos primeiros embates, sacou da espada, liquidando muitos adversários; contudo, o «seu bom fazer nom prestava nada, porque os castelhanos eram muitos e ele só, e os golpes das lanças eram tantos com ele e isso mesmo os virotões [projéteis de besta] e pedras, que era maravilha grande podê-las sofrer» (*CC*, cap. 12, pp. 29-30).

Valeu-lhe ir armado com umas solhas (uma couraça), o que evitava que o corpo fosse atingido, mas a certa altura o seu cavalo foi alvejado e tombou; queria continuar, mas ficou preso do lado esquerdo, debaixo da montada; continuou a defender-se, *in extremis*, com a espada, até que o seu exemplo contagiante e a vergonha de alguns dos seus homens que,

ao longe, assistiam à cena, levaram estes a acorrer em seu socorro. Vasco Eanes do Couto, que até era clérigo, foi o primeiro a chegar e cortou a cilha do cavalo, libertando Nun'Álvares (o que lhe valeria uma bela recompensa); a seguir, vieram os irmãos Diogo e Fernão Álvares Pereira, mais o cunhado Pedro Afonso; este correu também risco de vida, por causa de uma lançada de um peão que lhe trespassou as solhas, mas Nun'Álvares acorreu, e «o castelhano, como o viu sobre si, rendeu-se-lhe logo». Os homens de D. Juan I puseram-se em fuga, e o saldo final do combate foi muito favorável aos portugueses, não tendo morrido nenhum deles (houve, contudo, muitos feridos e nove cavalos abatidos). Apesar de «mui pisado e mal tratado dos muitos golpes que houve», Nuno regressou a Lisboa em triunfo, sendo recebido «com mui grande prazer, assim do prior, seu irmão, como de todos os da cidade» (CC, cap. 12, pp. 32-33). Estava consumada, no verão de 1381, a primeira grande aventura militar de Nuno Álvares Pereira! Como observou Fernão Lopes, esta história da *Crónica do Condestabre* «mais parece milagre que natural aquecimento [acontecimento]», e se ele sobreviveu foi porque «o poderoso Deus (...) àquela hora o quis livrar de entre tantos contrários, tendo-o guardado para maiores cousas»... (CDF, cap. 138, p. 484)

Em meados de julho desse ano, chegou a Lisboa a vasta frota (48 velas, diz Fernão Lopes) do conde de Cambridge (Edmundo de Langley, filho do rei de Inglaterra), que vinha auxiliar D. Fernando na guerra contra Castela (Russell, 1955/2000, pp. 335-378). Trazia a bordo diversos exilados galegos e castelhanos (entre os quais João Fernandes Andeiro) e cerca de 3000 homens de armas e arqueiros, a maior parte dos quais foi colocada no Alto Alentejo, onde, aliás, provocou graves distúrbios, devido aos atrasos no pagamento do soldo. Muitos destes mercenários eram homens com experiência militar adquirida na Guerra dos Cem Anos (França *versus* Inglaterra, 1337-1453); alguns devem ter estado na célebre batalha de Poitiers, em 1356, ou até na de Nájera (em Navarra), em 1367, sempre ao lado do lendário Príncipe Negro (Eduardo de Gales, filho de Eduardo III de Inglaterra, era um dos melhores capitães do seu tempo), e esse facto deve ter provocado alguma reciclagem tática no modo de combater dos portugueses, em geral, e de Nun'Álvares, em particular.

Em final de julho e inícios de agosto de 1382, na fronteira do Caia (entre Elvas e Badajoz), esteve iminente uma grande batalha campal entre o exército anglo-português e a hoste de D. Juan I, que estiveram

acampados frente a frente durante cerca de quinze dias. Porém, *o Formoso*, talvez porque não tivesse podido contar também com o esperado auxílio do duque de Lencastre (outro filho do monarca inglês), optou por negociar um acordo com o seu homólogo castelhano. Enquanto isso não sucedeu, Nun'Álvares, retido em Lisboa (na frontaria do irmão), ardia de impaciência e de desgosto por não poder participar na previsível batalha. Não convenceu o irmão a deixá-lo partir, mas acabou por forçar a saída da cidade com um pequeno grupo de companheiros, pela calada da noite, e juntou-se a D. Fernando no Caia, tendo sido recebido «mui bem» pelo rei, que louvou «perante todos sua bondade e grande façanha, e ainda muito mais o louvou depois que soube as maneiras que tivera com o prior seu irmão, e como se foi sem sua licença, contra sua vontade» (*CC*, cap. 13, pp. 35-36). A disciplina não parece ter sido o forte d'*o Formoso*, mas a bravura dos fidalgos também contava quase sempre mais do que o resto.

Pouco depois, D. Fernando adoeceu gravemente (tuberculose?), e a rainha Leonor Teles e o seu principal valido, o galego João Fernandes Andeiro, conde de Ourém, reorientaram subitamente a política externa portuguesa, no sentido de uma aproximação a Castela. Quando Juan I enviuvou (1382), uma embaixada foi-lhe propor o casamento com a filha única de Fernando e Leonor, chamada Beatriz, que contava então apenas nove anos de idade; o rei castelhano acolheu bem a ideia, tanto mais que a estratégia da casa de Trastâmara há muito que passava por colocar membros seus em todas as casas reinantes ibéricas, de modo a facilitar a hegemonia castelhana na península (e, dessa forma, uma futura absorção dos restantes reinos peninsulares). Em março de 1383, celebrou-se um acordo, que seria ratificado em 2 de abril, em Salvaterra de Magos: caso Fernando morresse sem filho varão legítimo, a regência caberia a Leonor, até que um filho resultante do matrimónio de Juan e Beatriz atingisse os 14 anos de idade e pudesse governar Portugal. Em maio (no dia 14, em Elvas, e no dia 17, em Badajoz), realizaram-se as bodas, a que D. Fernando nem sequer compareceu (por doença? por ressentimento?). Em Elvas, conta a *CC* (e Fernão Lopes repete [*CDF*, cap. 166]) que Nun'Álvares protagonizou, com o irmão Fernão, um incidente premonitório: quando entraram na «sala» (certamente uma tenda grande), encontraram ocupado o lugar que lhes estaria destinado pelo protocolo; sem mais, Nuno, «em presença d'el rei e de sua vista, alçou

a mesa e, com a perna, tirou o pé da mesa e caiu a mesa em chão» (*CC*, cap. 14, p. 37); a seguir, abandonou o banquete com o irmão. A altivez e ousadia dos irmãos Pereira não passaram despercebidas ao noivo, que logo quis saber quem era aquele que tal atitude tivera e que afirmou «que eles o fizeram bem, e que quem ali tal coisa cometia em tal lugar, sentindo a desonra que lhe era feita, que para mais seria seu coração» (*ibid.*). O cenário vai-se construindo pouco a pouco!

### Os primeiros passos da revolução e a adesão ao mestre de Avis

D. Fernando faleceu em 22 de outubro de 1383, e a regente Leonor Teles mandou vir Nun'Álvares do Minho para assistir às exéquias de trigésimo dia pelo monarca<sup>49</sup>. Nuno compareceu acompanhado do séquito da sua casa, ao todo uns trinta homens de armas («bons escudeiros e bem armados»), fora os homens de pé; foi, segundo consta, o único a comparecer armado na cerimónia! Visitou a rainha (que, recorde-se, o armara cavaleiro e acolhera na corte como seu escudeiro), e esta mandou-o aposentar-se em Lisboa. Ao que parece, não correu bem; por qualquer motivo, o corregedor Gil Eanes e o aposentador-mor tiveram de acorrer ao bairro para mandar «desaposentar certos escudeiros de Nun'Álvares», quiçá por incidentes que haviam provocado, o que era comum nestas situações, que o povo detestava: no fundo, consistia na ocupação legal da casa de terceiros por um grupo de fidalgos, utilizando-a como se fosse sua, com direito a cama, mesa e roupa lavada, pelo menos... Os escudeiros de Nuno reagiram com violência e escorraçaram os oficiais régios, que foram queixar-se à rainha. Esta ficou «assaz de anojada» e — como a altura não era favorável a escândalos — jurou vingar-se mais tarde. Nuno Álvares pouco se importou com isso, «ainda que ele mostrasse o contrário, porque era bem certo que lho faziam por o desonrar, e nom por outra cousa razoada» (*CC*, cap. 15, p. 39). Este episódio, que — frise-se — não consta da narrativa de Fernão Lopes, parece cumprir na *CC* o objetivo de cortar o elo entre Nuno e Leonor, fornecendo um antecedente justificativo do futuro posicionamento político do jovem Pereira.

Rei morto, rei ainda não posto. Largos setores da nobreza, em especial aqueles que haviam sido preteridos nos favores da corte durante o reinado fernandino, não viam com bons olhos a regência de Leonor Teles, muito menos a perpetuação da influência dos exilados galegos e castelhanos (como o conde Andeiro) em Portugal.<sup>50</sup> Por isso, começaram

a pensar numa alternativa, tanto mais que se dizia que D. Juan I prendera em Castela o infante D. João de Castro (seu provável rival na disputa pela Coroa portuguesa) e se preparava para entrar com um forte exército em território lusitano (*CDJ, I*, cap. 4). De acordo com a biografia anónima, Nun'Álvares era dos mais inconformados com a solução assumida em Salvaterra de Magos (o incidente no banquete nupcial pode ter tido um valor simbólico), e foi a ele que, «por espírito de Deus», terá ocorrido a ideia de avançar com a candidatura do mestre de Avis ao trono de Portugal e de se matar o conde João Andeiro (*CC*, cap. 16). Fernão Lopes confirma esta (muito conveniente) história e diz também que ele falou sobre isso com o tio, Rui Pereira, que apresentou o propósito ao mestre de Avis; este acolheu a ideia de planear o assassinato do conde, mas depois adiou o projeto, para desgosto de Nuno. Note-se que os cronistas imputam muitas vezes a D. João este comportamento hesitante e volúvel, que é mais próprio de um político mas que contrasta fortemente com o estilo convicto e decidido de Nun'Álvares. Este foi então ter com o irmão Pedro a Pontével, precisamente no momento em que o prior recebeu uma mensagem da rainha mobilizando-o para o seu serviço. Começam aqui as clivagens entre os dois irmãos, com Pedro decidido a obedecer à regente e Nuno a servir o mestre, caso este quisesse avançar com o temerário projeto.

Foi por esta altura que Nun'Álvares passou por Santarém e, à porta de um alfageme, avistou uma espada tão bem «limpa e bem guarnida de seus guarnimentos» que teve vontade de fazer o mesmo à sua. Se bem o pensou, melhor o fez e, no dia seguinte, voltou à tenda do armeiro e achou a sua espada tão bem corregida que mais não podia ser. Quis pagar, mas o alfageme recusou, dizendo-lhe que esperaria até que ele o revisitasse, mas nessa altura já como conde de Ourém (*CC*, cap. 17; *CDF*, cap. 36)! É claro que esta é uma bela história, própria dos romances de cavalaria e com elevado valor simbólico, que deixa «no ar a ideia da predestinação do herói» (Esteves, 2004, p. 70). A espada, no imaginário cavaleiresco, era comparável ao lenho da cruz de Cristo (cf. os textos de Raimundo Lulo, o filósofo maiorquino de c. 1235-1315 que influenciou o *Leal Conselheiro* de D. Duarte), e — como bem observou António Branco — a imagem do ferreiro, da espada e da profecia apontam para um sobrenatural cósmico, que recorda Hefesto, o deus do fogo e dos metais, o fabricante das armas de Aquiles, a pedido de Tétis (*Ilíada*:



XVIII); a espada era o símbolo da coragem, da força do guerreiro, da própria condição militar; é inevitável pensar em *Excalibur*, a espada do rei Artur, forjada em Avalon e associada também a uma profecia (Branco, 1998, pp. 273-274).

Foi então que Nun'Álvares recebeu a notícia de que o conde João Fernandes Andeiro tinha sido assassinado em Lisboa, em 6 de dezembro, por um grupo de fidalgos liderado pelo mestre de Avis e em que se incluía também o seu tio, Rui Pereira. Informou logo o irmão Pedro, avisando-o de que «isso era obra de Deus, que se queria lembrar desta terra, que não fosse sujeita a Castela» (*CC*, cap. 17); Pedro não se deixou impressionar e recusou colocar-se do lado do mestre. Então, Nuno avançou para Lisboa com o irmão Diogo, que acabaria por se arrepender a meio da viagem, regressando à companhia do irmão mais velho. Na capital, Nuno receava ser preso pela rainha, que hesitou na decisão mas acabou por desistir da ideia, sob conselho de alguns que tinham seguido com ela para Alenquer e que estimavam Nun'Álvares<sup>51</sup>, em quem a regente, apesar de tudo, ainda depositava uma réstia de esperança; porém, em Lisboa, Nuno foi muito bem recebido pelo mestre e colocou-se ao seu serviço, tendo logo integrado o respetivo conselho. A mãe ainda terá tentado demovê-lo, segundo a *CC* (cap. 19), prometendo-lhe mesmo, em nome de Juan I, o condado de Viana (Lopes não acredita nesta possibilidade); todavia, acabou por ser o filho a convencer Iria Gonçalves da justeza da sua causa, ao ponto de esta lhe enviar o irmão Fernão para o acompanhar.

Nesta fase, cresciam os receios do mestre de Avis, que, depois de uma tentativa de reconciliação fracassada com Leonor Teles, pensou em partir para Inglaterra, de forma a recolher ali os apoios necessários à sua causa. A generalidade dos conselheiros do mestre (como Rui Pereira, Nun'Álvares, Álvaro Pais, o Dr. João das Regras, o Dr. Martim Afonso, entre outros) opôs-se à ideia; «a mim parece que bom Londres é este», comentava Rui Pereira... (*CDJ*, I, cap. 22) A hesitação do mestre acabaria por ser desfeita depois de uma consulta ao eremita frei João da Barroca, que já apresentei atrás: este emparedado animou D. João a avançar, profetizou que ele e os seus filhos haveriam de reinar em Portugal e exortou-o a atacar o castelo de Lisboa, de que era alcaide o poderoso conde de Barcelos, D. João Afonso Telo, irmão da rainha; para tanto, deveria utilizar um engenho de guerra a que chamavam «gata» — um

apendre de madeira munido de rodas, que permitia uma aproximação segura às muralhas por parte dos assaltantes. O mestre seguiu o conselho e, sob o comando de Nun'Álvares, a fortaleza rendeu-se em menos de dois dias (30 de dezembro). Este sucesso elevou Nuno na consideração do líder da revolução, mas também criou anticorpos significativos ao jovem Pereira no seio do conselho do mestre: «havia grande despeito de Nun'Álvares e com grande inveja falavam todos em segredo e juraram que sempre fossem contra os conselhos que Nun'Álvares desse» (*CC*, cap. 20, p. 48).

O mestre e o seu fiel companheiro avançam depois para o cerco de Alenquer, onde a rainha se tinha inicialmente refugiado com muitos apoiantes, mas têm notícia da chegada de D. Juan I a Santarém (janeiro de 1384), onde Leonor Teles já se encontrava, e mudam de planos. Neste ponto, a *CC* (cap. 21) afirma taxativamente que as tropas do mestre se puseram em fuga, mas Fernão Lopes, sempre mais político, nada diz sobre o assunto. Como quer que seja, regressam a Lisboa e Nuno decide então desafiar o conde de Mayorga [Valladolid], o poderoso D. Pedro Nuñez de Lara, que acompanhava o seu monarca em Santarém, para um duelo de trinta por trinta, o qual foi aceite e que o mestre de Avis começou por autorizar, para logo de seguida mudar de ideias e proibir o combate (*CC*, cap. 22). Neste ponto, é curioso notar que Fernão Lopes, depois de apresentar a versão da *CC*, adianta uma outra, na qual diz confiar mais: segundo esta, foi Lara que tomou a iniciativa de desafiar o mestre (por intermédio de um jogral), tendo-se Nun'Álvares interposto e pretendido assumir o risco em nome de D. João; perante esta atitude, o conde recusou o combate, uma vez que não desejava lutar contra um desconhecido (*CDJ*, I, cap. LXX). Esta passagem de Fernão Lopes é bem reveladora dos seus processos de trabalho, da forma como está a seguir de perto a *CC* e também da existência de outras fontes narrativas coevas que não chegaram até nós.

Pouco depois (inícios de fevereiro), Nun'Álvares organizou uma expedição a Sintra, que, sob a tutela do conde D. Enrique Manuel de Vilhena (outro exilado), estava por Juan e Beatriz. A ideia era recolher alimentos e forragens para a defesa de Lisboa, pois já se percebera que iria ser cercada pelo rei castelhano, que em Santarém acabara de retirar a regência à sua sogra e de a mandar internar num mosteiro de Tordesilhas. A operação terá envolvido cerca de 300 lanças de escudeiros

e cidadãos da capital, além de um número indeterminado de homens de pé (a que os cronistas, geralmente, dão pouca importância). Correu bem, embora a certa altura tenham chegado notícias de reforços castelhanos, o que terá levado — na versão do biógrafo anónimo — a uma fuga de muitas tropas de Nun'Álvares (só ficaram 60 com ele!), um episódio que Fernão Lopes, mais uma vez, desvaloriza (*CDJ, I*, cap. 71).

Durante esta operação, Nun'Álvares fez os possíveis por provocar os adversários e correu os riscos do costume, a ponto de lhe ser enviado socorro por intermédio de Rui Pereira; trouxe muitos mantimentos para Lisboa e escapou à perseguição do mestre de Santiago e de dois outros grandes capitães castelhanos, Pero Velasco e Pero Sarmiento. Esta força castelhana acabaria por se lançar depois no Lumiar, e Nun'Álvares viu aí uma grande oportunidade para a acometer, com 300 lanças e poucos homens de pé. Na zona do antigo Hospital de São Lázaro (ou seja, perto do atual Hospital de São José), a batalha esteve iminente, mas quando os fidalgos castelhanos viram o dispositivo português tão bem organizado optaram por bater em retirada, deixando o campo e a honra por conta de Nun'Álvares (*CC*, cap. 24). Na versão de Fernão Lopes (*CDJ, I*, cap. 74), é curioso verificar que este episódio (em que o mestre também está presente) é precedido por um grave revés das tropas de D. João, comandadas por João Fernandes Moreira, que acabou morto na ocasião (e poderia ter sido ainda pior, se não fossem as vinhas por onde se deitaram e pelas quais os cavalos castelhanos não conseguiam romper).

### **A grande oportunidade — o Alentejo**

Até aqui, a prestação de Nun'Álvares fora vistosa e invulgar, mas ainda não decisiva. Nuno esperaria decerto por uma melhor oportunidade para mostrar todo o seu valor. E a ocasião surgiu pouco depois, talvez em inícios de março de 1384, quando chegaram ao mestre recados da comarca de Entre Tejo e Guadiana (o Alentejo), com notícia de que muitos castelhanos se estavam a concentrar no Crato, junto do prior Pedro Álvares, e se preparavam para atacar aquela região e o Campo de Ourique. O mestre tomou então uma decisão que seria crucial, tanto para ele como para Nun'Álvares: nomeou-o fronteiro da comarca em risco (apesar da oposição de alguns conselheiros, como João das Regras, que receava a sua inexperiência e a ligação dos irmãos ao partido de Juan e Beatriz [*CDJ, I*, cap. 87]) e enviou-o para o Alentejo com um pequeno

exército de 200 lanças com soldo para um mês (*CC*, cap. 27). Nuno foi levantar o dinheiro na Rua Nova (por aqui se vê como havia mercados a apoiar a causa do mestre) e, na ocasião, travou mais uma violenta discussão com Pedro de Castro, filho do conde de Arraiolos, D. Álvaro Peres de Castro (irmão de Inês de Castro), um exilado castelhano que D. Fernando nomeara como primeiro condestável do reino em 1382, sob influência da presença do conde de Cambridge em Portugal.<sup>52</sup> Os Castros hesitavam no seu apoio ao mestre, e os cronistas acentuam as suas ambiguidades, tanto mais que eles configuram uma das famílias que protagonizaram maior antagonismo relativamente a Nun'Álvares.<sup>53</sup>

Na primavera de 1384, já perto de completar 23 anos, o novo fronteiro, resolvidas algumas operações menores na zona de Almada (onde usou o poder persuasivo da sua palavra junto dos moradores locais [*CC*, cap. 26]) e também na zona de Cacilhas (neste caso, numa arriscada missão naval não reportada por Fernão Lopes e em que contou com a colaboração de João Vaz de Almada e de Pedro Anes Lobato [*CC*, cap. 27]), pôde então avançar com todo o seu entusiasmo para o Sul, para uma região que não era nada estranha aos tempos prazenteiros da sua meninice. Antes disso, porém, tratou de escolher o núcleo duro da sua hoste, composto por quarenta escudeiros, a maior parte dos quais haveria de o acompanhar durante largos anos. O cronista recorda os nomes de muitos deles, e até informa, já quase no final da Segunda Parte da *Crónica de D. João I*, que a escolha se ficou a dever a um bom conselheiro:

«(...) Sendo-lhe estranhas e fora de usança as sagezarias [artimanhas] a tal negócio pertencentes, não curou de levar consigo número de muita gente, em que os capitães costumam de confiar; mas escolheu Pedro Anes Lobato, que dos bons homens de armas havia conhecimento, aqueles a que prouve de ir em sua companhia, que lhe em tal obra foi fiel alcoviteiro. E assim era depois seu costume, que tomando algum escudeiro ou homem de pé para viver com ele, sempre inquiria que fosse tal que por obras e nome merecesse de ser chamado homem.» (*CDI*, II, cap. 199, p. 444)

O próprio Pedro Anes Lobato foi um dos que o acompanharam e, entre os restantes, incluíam-se João Vaz de Almada e o irmão Antão Vasques, Rui Cravo, Afonso Pires da Charneca, Vasco Leitão, João

Álvares, Mice Manuel (da família dos almirantes Pessanhas), Álvaro do Rego, João Lobato, Estêvão Anes Borboleta, Lopo Afonso da Água e seu irmão Lourenço Afonso, Lourenço Martins Pratas, Diogo Durães, Diogo Domingues (filho de Domingos de Santarém) «e outros bons escudeiros, assim de Évora como de Beja, que em esta sazom [época] estavam em Lisboa e se vieram pera o Mestre, porque os lançavam fora dos lugares os povos miúdos, pondo em eles dúvida, foram em companhia de Nun'Álvares quando partiu» (*CDJ, I*, cap. 87, p. 147).

É interessante realçar o cuidado que Nuno pôs nesta escolha, a circunstância de serem — pelo menos em boa parte — alentejanos, e também o facto de estarem na capital por terem sido afastados das suas terras pela «arraia-miúda», que desconfiava da fidelidade destes escudeiros à causa do mestre de Avis!

Por esta altura, terá Nun'Álvares mandado fazer uma bandeira própria, que viria a ficar famosa: campo (fundo) branco com uma grande cruz vermelha no meio; no quarto superior, mais próximo da haste, Cristo crucificado, com a Virgem Maria e São João ajoelhados a seus pés, um de cada lado; no outro quarto superior, Maria como mãe de Deus (com o menino ao colo); em baixo, do lado da haste, São Jorge, armado e de joelhos, «com as mãos juntas orando pera cima»; no último quarto inferior, mas na ponta da bandeira, São Tiago, em posição semelhante; tanto São Jorge como São Tiago têm um bacinete (peça metálica de proteção da cabeça) poisado no chão, perto de si, sublinhando a sua vocação guerreira; nos cantos da bandeira, «quatro escudos pequenos» com as armas dos Pereiras, formadas por uma «cruz branca em campo vermelho, aberta pela metade» (*CDJ, I*, cap. 88, p. 147). A grande cruz vermelha que divide a bandeira em quatro partes está relacionada com as cruzadas, sendo também associada a São Jorge e à Ordem de Cristo. Amélia Hutchinson (1995, p. 65) observou a ressonância arturiana da imagem, pois a bandeira de Galaaz consistia numa cruz vermelha sobre campo branco (símbolo de pureza de vida e de intenções, como realça Aires Nascimento [2010, p. 205]). Nesta figuração, a Sagrada Família e os santos peninsulares (a que regressaremos no capítulo quarto) como que representam os costados do nobre legitimado (Fernandes, 2009, p. 425).

Em Coima, segundo a *CC* por pedido expresso de Nun'Álvares (o que faz todo o sentido), surgiu o mestre de Avis, que falou em voz alta ao jovem fronteiro, de modo que todos o ouvissem: lembrou-lhe que a

missão que ele levava consistia em travar os castelhanos que danavam a comarca alentejana e em socorrer as populações, e sublinhou a confiança que tinha em Nun'Álvares e naqueles que o acompanhavam, «que são verdadeiros portugueses, e parte deles de minha criação», rogando-lhe ainda que «os tratasse bem e lhes desse de si bom gasalhado como ele esperava que ele faria, e que lho teria em serviço» (*CC*, cap. 27, p. 58). Penso ter-se tratado de uma operação de reforço da autoridade de Nun'Álvares e de exortação dos ânimos daqueles que com ele seguiam rumo ao Sul. Nesta mesma linha, devo notar que, segundo o relato de Fernão Lopes, o fronteiro pediu ao mestre que lhe conferisse poderes para confiscar e atribuir a outrem os bens daqueles que não tomassem «sua voz»<sup>54</sup>, para dar dinheiros «de graça» e para fazer «quaisquer mercês e acrescentamentos, como cada um merecedor fosse» (*CDJ, I*, cap. 88, p. 148).

Em Setúbal, os grandes da vila optaram por não acolher o grupo de Nun'Álvares (para não se comprometerem com o partido do mestre), e a hoste teve de acampar nos arrabaldes. Nuno providenciou guardas e escutas noturnas no arraial, como recomendava o cânone militar, e logo nessa noite surgiu o primeiro incidente, ou talvez não... Diz a *CC* (cap. 28) que uma sentinela, chamada Lourenço Fernandes (de Beja), que supervisionava a vigilância, acordou o fronteiro dizendo-lhe que avistara fogos que deviam corresponder a um exército inimigo de cerca de 300 lanças, comandado por Pero Sarmiento, que, vindo de Santarém, se preparava para cair sobre ele. Nuno mandou logo «dar às suas trombetas» e todos se armaram e juntaram em ordem de batalha, seguindo depois «em regimento, por ordem, com suas batalhas a pé até além de Palmela, contra onde Lourenço Fernandes dizia que viram os fogos» (p. 60). Porém, quando amanheceu, verificaram que se tratava apenas de um grupo de almocreves... Curiosamente, Fernão Lopes acolhe este episódio, mas afirma que tudo não passou de uma «sajaria» (um ardil) intencional de Nun'Álvares para testar a capacidade de reação dos seus homens (*CDJ, I*, cap. 90).

No dia seguinte, conta o cronista (*CDJ, I*, cap. 91), o fronteiro chamou os homens em quem mais confiava e falou com eles longamente, explicando que precisavam de organizar um serviço de informações eficiente, de assegurar a comunicação permanente com o mestre, de manter segredo sobre as decisões que tomassem e, por via disso, de eleger um pequeno conselho de guerra; para não ser ele a forçar a escolha,

mandou que os de Lisboa escolhessem os seus representantes, o mesmo devendo fazer os homens de Évora, os de Beja e os de outros lugares. Ao mesmo tempo, foi avisando que não permitiria excessos nem admitiria que alguém maltratasse as populações alentejanas como se fossem seus inimigos. Então, os homens de Lisboa elegeram João Vasques de Almada, Afonso Pires da Charneca, Vasco Leitão e Pedro Anes Lobato, os de Évora optaram por Diogo Lopes Lobo, João Fernandes da Arca e Lopo Rodrigues Façanha, e dos outros nada sabemos porque o cronista não adianta mais nomes. Explica é que começaram a tratar Nun'Álvares por «Senhor».

Formado o conselho de guerra, o fronteiro encarregou-se então de nomear os oficiais de comando da sua pequena hoste: para alferes da sua bandeira, escolheu o escudeiro Diogo Gil (um eventual parente de Gil Airas?); nomeou também um meirinho (executor das decisões judiciais), um ouvidor (para recolher as queixas), um «cadeia» (para guarda dos presos) e um tesoureiro (para receber os dinheiros que o mestre lhes fosse enviando); estes além de «capela e pregador», pois Nun'Álvares ouvia duas missas todos os dias, coisa que «nenhum Rei nem senhor até ali tinha em costume» (*CDJ, I*, cap. 92). Penso que este nível elevado de organização e de disciplina favoreceu bastante o desempenho militar do seu pequeno exército, e ajuda também a explicar a aceitação de que ele acabaria por ser objeto entre a população alentejana.

Chegados a Montemor-o-Novo, o fronteiro falou com os homens-bons do lugar para os convencer a aderir ao partido do mestre, no que parece ter tido algum sucesso; a seguir, avançou para Évora e, aproveitando o facto de ter junto de si Fernão Gonçalves da Arca, «que havia o regimento da cidade e ainda da comarca», começou a enviar cartas de mobilização militar por toda a região, ordenando aos homens que «viesses a ele percebidos [munidos] de suas armas, e os besteiros de suas bestas e almazéns [munições], e os homens de pé de suas lanças e dardos, por serviço do mestre», sem todavia lhes explicar que missão lhes caberia cumprir (*CC*, cap. 28, p. 61). A resposta foi desoladora, pois apenas conseguiu reunir mais trinta lanças (a juntar às duzentas que o mestre lhe tinha fornecido em Lisboa) e perto de um milhar de peões e de besteiros. O problema era tanto maior quanto neste preciso momento (estamos em inícios de abril de 1384) chegaram a Estremoz — onde já se encontrava Nun'Álvares — notícias que confirmavam a presença no



Crato de um grande e bem equipado exército castelhano; de imediato, o fronteiro mandou «apalancar» (fortificar) o seu acampamento, «para ser ouvido se a ele alguma gente de noite viesse» (CC, cap. 28).

Desgostoso perante as dificuldades de recrutamento que estava a sentir, desejava ainda assim dar batalha aos inimigos, mas primeiro teria de ganhar os seus homens para esta ideia; fez-lhes então um discurso em que lhes confirmou a participação de alguns portugueses (como o irmão Pedro, prior do Hospital, ou Martim Anes de Barvudo) na hoste adversária e lançou-lhes o desafio de «os ir buscar antes que entrem, e pelejar com eles» (*ibid.*). Receosos, os homens pediram tempo para refletir e acabaram por dar uma resposta negativa, tendo em conta a desproporção de efetivos e a presença de Pedro Álvares Pereira na hoste inimiga. Pesaroso, Nun'Álvares reagiu com empolgação e falou-lhes de novo, lembrando-lhes que já muitas vezes acontecera «os poucos vencerem os muitos, porque o vencimento em Deus é todo, e não nos homens» (*ibid.*, p. 63). Assim, quem quisesse ir à luta que atravessasse um regato que ali havia; quem não quisesse, que se deixasse estar onde estava... Metidos em brios, todos avançaram, ainda que alguns deles contrariados, com vergonha de fazer má figura à frente de todos. De noite, houve dois (Gil Fernandes e Martim Rodrigues, de Elvas) que selaram os cavalos para desertar, mas foram detetados pelo bravo escudeiro Álvaro Coitado e, depois, persuadidos por Nun'Álvares a ficar na hoste. É curioso este incidente com Gil Fernandes de Elvas, que Fernão Lopes elogia muito na *Crónica de D. Fernando* (cap. 37) e que protagonizara já diversas cavalgadas aparatosas e bem-sucedidas em Castela, durante as guerras fernandinas.

### **Atoleiros: o primeiro grande triunfo**

Avançaram então para Fronteira (c. 20 km a norte de Estremoz), vila que os castelhanos se preparavam para cercar. Depois de percorrerem uns 12,5 quilómetros, chegou até eles um escudeiro chamado Rui Gonçalves, que em tempos vivera em casa do prior do Hospital, com uma mensagem dos capitães inimigos: que Nun'Álvares pensasse melhor naquilo em que se estava a meter e que aderisse enquanto era tempo ao partido de Juan e Beatriz! Nuno respondeu com altivez que o melhor era eles prepararem-se para combater, pois já ia no seu encaço. Rui Gonçalves levou a mensagem de retorno e, cerca de 5 quilómetros

mais à frente, Nun'Álvares parou o seu exército e dispô-lo num «lugar bem convinhável para a batalha, onde chamam os Atoleiros», situado a apenas uma «meia légua pouco mais ou menos aquém de Fronteira» (*CDJ, I*, cap. 95, p. 158). Julgo tratar-se de um terreno de inclinação suave, que tinha na sua parte inferior uma linha de água conhecida como a ribeira do Carvalho ou das Águas Belas (Monteiro, 2012, p. 120); não era um obstáculo profundo, mas poderia ser muito útil para travar a arrancada castelhana, quando ela ocorresse. Além disso, a nascente e a poente corriam dois pequenos afluentes, o que tornava o local, taticamente, assaz interessante. O cabeço onde Nuno se instalou tinha um topo aplanado e não seria muito amplo: talvez uns 200 metros de frente (no sentido E-O) e não mais do que 100 metros de profundidade; dali até às linhas de água não distariam mais do que 15 a 20 metros, em linha reta, um desnível pequeno mas que poderia ser decisivo para rentabilizar a capacidade de tiro dos besteiros e dos fundibulários (os homens que arremessavam pedras com fundas) ao serviço do fronteiro do Alentejo. O conjunto do terreno devia ser bastante alagadiço (daí o topónimo «Atoleiros»), e Nun'Álvares deve ter disposto a sua hoste uns 150 metros a nascente da travessia da ribeira das Águas Belas (cf. Monteiro [2012, pp. 120-121], onde se descrevem os importantes trabalhos de estudo do terreno levados a cabo por António Coelho da Rocha e Paulo Morgado, em 2006, os quais merecem continuidade e aprofundamento com recurso a uma intervenção arqueológica).

Os castelhanos chegaram e avaliaram a situação. Vendo o dispositivo português todo apeado (com vanguarda, alas e retaguarda) ordenado pela encosta acima e aguardando o embate, optaram por combater a cavalo, confiando decerto no seu maior número e na superioridade do seu armamento. Avançaram em várias linhas de esquadrões de cavaleiros, mas, durante a progressão, foram sendo crivados de virotões (uma parte deles arremessada por um pequeno corpo de besteiros, que terá permanecido no topo do cabeço), de dardos e de pedras, que faziam empinar as montadas e provocavam o derrube de muitos cavaleiros, semeando a confusão nas primeiras linhas castelhanas; o estrago deve ter sido enorme, e os cavalos, sentindo-se feridos, «queriam dar volta e tornando atrás e topando em outros caíam em terra» (*CDJ, I*, cap. 95, p. 159); muitos castelhanos, derrubados, entontecidos e enfiados nas suas pesadas armaduras, ficaram à mercê de quem os quisesse matar.

O terreno pesado e o *volley* de projéteis tinham quebrado o ímpeto da arrancada castelhana, e aqueles que ainda chegaram ao contacto com os homens de armas da vanguarda portuguesa, comandada por Nun'Álvares, fizeram-no já em esforço e foram duramente recebidos por uma infantaria coesa, munida de lanças compridas e afiadas. Dizem as crónicas que a tropa portuguesa respondeu de forma cerrada e firme, as lanças rebaixadas, «cada um ao seu», ou seja, com os contos das lanças apoiados no solo e as extremidades aguçadas apontadas aos peitos dos cavalos inimigos: assim, «os cavalos topando em elas, alguns deles caíram logo em terra com seus donos». Não parece provável que a reserva portuguesa tenha chegado a avançar no terreno, pois o pânico ter-se-á generalizado rapidamente no seio da hoste castelhana, que bateu em retirada, sobretudo quando o mestre de Alcântara, Diego Martins, foi abatido. Nun'Álvares, apercebendo-se disto, ordenou uma perseguição intensiva, assegura Fernão Lopes, ainda que Pero López de Ayala garanta que os castelhanos se retiraram em boa ordem do campo de batalha.<sup>55</sup>

A perseguição terá durado apenas uma légua e meia (cerca de 7,5 km), pois Nun'Álvares não quis comprometer a vitória, sobretudo devido à aproximação do cair da noite. Regressados ao campo de batalha, contabilizaram 117 mortos castelhanos, incluindo o mestre de Alcântara, o craveiro da mesma ordem militar e Pero Gonçalves de Sevilha; também o escudeiro mensageiro Rui Gonçalves perdeu a vida no combate; entre os feridos, constavam os nomes do almirante de Castela, do prior do Hospital e de Garcia Gonçalves de Grisalva, entre outros cavaleiros de nomeada. Do lado português, os cronistas não assinalam baixas, o que é totalmente inverosímil...

Nessa noite de 6 de abril de 1384, Nun'Álvares, já em Fronteira, saboreou decerto o seu primeiro grande sucesso militar. Agora sim, tinha tido verdadeiramente início a fulgurante carreira do filho de Álvaro Gonçalves, a quem o astrólogo, mestre Tomás, predissera êxitos arrebatadores como este. Atoleiros constituiu uma espécie de ensaio geral para Aljubarrota, com a tática escolhida a seguir o padrão militar inglês, decerto já familiar para quem tinha tido contacto com os mercenários do conde de Cambridge durante a terceira guerra fernandina, e para quem — além disso — crescera no seio de uma ordem religiosa e militar como os hospitalários. Comenta Fernão Lopes, no termo do seu relato sobre Atoleiros, que «este Nun'Álvares foi o primeiro que da memória dos homens até

este tempo pôs batalha pé terra em Portugal e a venceu» (*CDJ, I*, cap. 95, p. 161). A conclusão parece-me exagerada e não deve ser levada à letra; o cronista percebia pouco de arte militar e conheceria mal a tradição de combate apeado das gerações anteriores. Mas percebe-se a ideia e a intenção de realçar a espetacularidade de um sistema que permitia a exércitos mais pequenos, mais mal armados, combatendo todos a pé em terrenos bem escolhidos e protegidos por obstáculos naturais (onde podiam também tirar bom partido da sua capacidade de tiro neurobalístico), derrotar exércitos de cavalaria pesada muito mais bem equipados e treinados. A lição ficou e mostrava que os castelhanos não eram invencíveis e que a causa do mestre de Avis e do seu «braço armado», o fronteiro alentejano Nun'Álvares, tinha condições para triunfar.

Nuno aproveitou o embalo e tratou de atacar Monforte (defendida pelo seu ex-companheiro Martim Anes de Barvudo), mas sem sucesso. A seguir, optou por fazer uma romaria a Santa Maria de Assumar, pois ficava muito perto e era Quinta-Feira Santa (7 de abril de 1384), explica Fernão Lopes; foi a pé e descalço, com todos os seus, e empenharam-se na limpeza da igreja, que estava toda suja das montadas dos castelhanos, que ali se tinham recolhido. Nos dias seguintes, suponho que até 10 de abril, tomou Arronches à força e ocupou Alegrete, que se lhe ofereceu. Em ambos os lugares, deixou «regimento e guarda qual cumpria» (*CC*, cap. 29), posto o que regressou a Évora.

### **Ficar em terra, com uma hoste em penúria**

Parece ter sido em Évora que Nun'Álvares recebeu a notícia de que o mestre de Avis, cercado em Lisboa (por terra e por mar), tinha ordenado a organização de uma frota no Porto, para vir desbloquear a capital pelo lado do mar. O fronteiro, com o acordo dos seus bravos, decidiu integrar a armada (segundo Fernão Lopes, fê-lo por ordem expressa do mestre, mandada por carta [*CDJ, I*, cap. 125]); repartiu entre todos o ouro que D. João Ihe tinha enviado e endereçou cartas ao conde D. Gonçalo Telo (irmão de Leonor Teles) e ao tio Rui Pereira, que tinham responsabilidades especiais na operação, para que esperassem por ele no Porto. Todavia, estes, «com corrupta [in]tenção, se partiram logo com a frota e não o quiseram atender» (*CC*, cap. 30).

Nun'Álvares, pesaroso (ainda mais porque tinha prescindido das terras que haviam sido de Leonor Teles, e que o mestre já Ihe tinha

outorgado, para convencer o conde D. Gonçalo a comandar a armada), ficou em terra e passou por Tomar, onde conversou com o mestre de Cristo (D. Lopo Dias de Sousa), que tinha muitas dúvidas sobre o que estava a acontecer no reino. Depois, esteve em Coimbra (onde a mulher do conde D. Enrique Manuel conspirou contra ele, valendo-lhe então a lealdade de oitenta dos seus homens) e aí tomou conhecimento de que a frota estava já em Buarcos. Escreveu outra vez aos capitães para que o aguardassem, mas de novo a frota zarpuou sem ele, rumo a Lisboa.

Nesta altura, comentam ambos os cronistas que a penúria na hoste de Nun'Álvares (cerca de 200 lanças) era enorme, razão pela qual falou com os homens-bons (os notáveis) de Coimbra «e lhes rogou que lhes acorressem com alguns dinheiros para a sua partida, e a eles prouve e acorreram-lhe com certos dinheiros, porém não muitos, do que mandou dar a cada um dos seus sete libras daquela moeda para o caminho» (*CC*, cap. 30, p. 72). De regresso ao Sul, ainda passou por Torres Novas, onde tentou seduzir o seu amigo Gonçalo Vasques de Azevedo para a causa do mestre, mas em vão. Na ocasião, conta Fernão Lopes que Gonçalo Vasques, tendo em conta o estado lastimável da hoste de Nun'Álvares e a sua penúria financeira, combinou com D. Juan enviarem ao fronteiro, em Tomar, um judeu chamado David Alguaduxe, que era irmão de D. Juda (o antigo tesoureiro de D. Fernando), com uma proposta para que Nun'Álvares se passasse para o partido de Juan e Beatriz, em troca de mil dobras, fora o mais que a seguir viria. Ele ouviu, tal como os tratadistas recomendavam, discutiu o assunto com os homens do seu conselho (alguns dos quais queriam aceitar a tentadora oferta), mas acabou por recusar, «pois eles andavam por serviço do Mestre e defensão do reino de Portugal» e, por isso, «de outro nenhum deviam de tomar dinheiro» (*CDJ*, I, cap. 127, p. 218).

Ainda em Tomar, de acordo com a *CC* (final do cap. 30), Nun'Álvares terá proposto ao seu conselho atacarem Lisboa em ação militar concertada com o mestre de Avis, que segundo Fernão Lopes teria escrito ao fronteiro nesse sentido<sup>56</sup>; porém, os seus companheiros não aprovaram a ideia (acharam que era demasiado cedo para o «tudo ou nada»), e a hoste decidiu mesmo regressar ao Alentejo. Pelo caminho, nas imediações de Punhete (atual Constância), ainda armaram uma cilada aos castelhanos, na estrada onde estes costumavam circular entre Santarém, o Crato e Castela (*CC*, cap. 31; *CDJ*, I, cap. 128). A operação, concretizada na cumeada de

uma charneca com descida para a estrada, foi preparada com os cuidados habituais (escutas, atalaias e outros) e deu-se junto à ribeira de Alperreão; apesar de os inimigos não serem muitos (oito cavaleiros e cem batedores de terreno andaluzes e besteiros, com fraco equipamento defensivo), constituiu um sucesso saboroso, que rendeu, além de 86 mortos e presos castelhanos, uma boa quantidade de ouro, de prata, de dinheiros, de roupas de vestir, de azémolas e de outras bestas. Estava provado que valera a pena dizer que não ao judeu e encontrar alternativas de subsistência baseadas na imaginação e na boa espionagem militar!

### **Um saboroso ardil em Monsaraz e um amargo de boca no Divor**

Regressado ao Alentejo, Nun'Álvares decidiu tentar a conquista de Monsaraz, onde estava o alcaide pró-castelhano Gonçalo Rodrigues de Sousa. Tinha informação de que a praça estava mal abastecida de alimentos e mal defendida e que havia lá dentro alguns que «eram verdadeiros portugueses» e tinham vontade de servir o mestre. Arquetou então um plano com um escudeiro em quem confiava e deu-lhe por companheiros uma dezena de homens; combinaram que o pequeno grupo se emboscaria de noite nas proximidades do castelo e que Nun'Álvares, da outra parte da fortaleza, mandaria lançar cinco ou seis vacas para atrair a atenção do alcaide. Os escudeiros meteram-se numas casas muito próximas do castelo e nuns penedos e barrancos vizinhos; quando o fronteiro, de manhã cedo, lançou as vacas, o alcaide não resistiu e saiu a elas, esquecendo-se de fechar e guardar a porta... Nesse momento, ele e os seus homens avançaram: estava tomada, por ardil, mais uma praça alentejana, particularmente valiosa «por ser no extremo» da comarca (*CC*, cap. 32; *CDJ*, I, cap. 143). Esta operação deve ter ocorrido em finais de julho de 1384.

Depois disto, Nun'Álvares recebeu, em Évora, uma carta de desafio do fidalgo castelhano Juan Rodríguez de Castañeda, que chegara a Badajoz com 300 lanças e que dizia que «o queria vir buscar» (*CC*, cap. 32). Nuno adorava estes reptos e avançou logo para Elvas, com uma força que Fernão Lopes quantifica em 400 lanças, mais os peões e besteiros, a quem caberia enfrentar os 500 homens de armas, 300 ginetes (cavalaria ligeira) e muitos peões ao serviço de Castañeda (*CDJ*, I, cap. 144). Trocaram-se desafios por meio de arautos e Nun'Álvares acelerou na direção de Badajoz, onde ainda queria apanhar o adversário; este saiu da cidade e travou-se ali uma dura escaramuça, posto o que o capitão castelhano, «nom podendo

mais sofrer, se lançou dentro na cidade, mau seu pesar, e mandaram cerrar as portas da cidade, indo peça [uma boa parte] deles mal feridos» (*CC*, cap. 33, p. 78). Nun'Álvares ainda os aguardou um tempo cá fora, mas, como não quiseram sair mais, regressou a Elvas.

Por esta altura, chegou um novo aviso: a aproximação de Pero Sarmiento e do prior do Hospital, com 600 lanças vindas de Lisboa. Mal soube disto, Nun'Álvares deixou Elvas e, num só dia, avançou sete léguas (c. 35 km), até alcançar a zona do Cano. Acampou com os cuidados habituais, mas um trombeteiro menos zeloso afastou-se do arraial e resolveu lançar, durante a noite, um rebate falso que pôs a hoste em polvorosa, obrigando os homens a avançar de tochas na mão e em ordem de batalha até ao local da trombeta, o que muito indignou Nun'Álvares, que a partir dali determinou que nenhum se poderia afastar do acampamento. Para agravar o desgosto de Nuno, verificaram depois que os castelhanos que vinham de Lisboa para o Crato já tinham passado por Ponte de Sor, há um dia, pelo que falharam a interceção dessas tropas. Com o Cano desabitado e a hoste sem mantimentos, a tropa alimentou-se só de figos, porque os havia em quantidade no local.

Regressado a Évora, Nun'Álvares teve notícias do mestre de Avis, que o avisava de que 600 lanças tinham saído de Lisboa sob o comando do grande capitão Pero Sarmiento (adiantado-mor da Galiza), com o objetivo de — em articulação com os castelhanos que estavam no Crato junto do prior do Hospital — vingarem a morte do mestre de Alcântara e capturarem Nun'Álvares, morto ou vivo; ao todo seriam agora 2500 lanças, 600 ginetes e muitos peões e besteiros, precisa a *CC* (cap. 34), prontos para devastar o Alentejo até o Campo de Ourique (uns 60 km a sudoeste de Beja). O fronteiro alegrou-se com o recado (os cronistas representam-no sempre ávido de batalha) e tratou de recrutar tropas (julgo que o grosso das mobilizações ia sendo feito *ad hoc* para cada campanha), tendo conseguido reunir 530 lanças e cerca de 5000 peões e besteiros. Ferido na sua honra (parece ter sido desafiado em termos arrogantes por Pero Sarmiento, por intermédio de um emissário) e sabendo já que os inimigos tinham tomado ou ocupado Arraiolos, decidiu assumir ele a iniciativa.

Como de costume, Nuno queria antecipar-se no ataque aos que pretendiam atacá-lo a ele, para o que dependia sempre muito da recolha de informação inteligente. Ouvida a missa e com uma hoste quase sem



provisões, avançou em menos de nada até Oliveira, a pouco mais de 5 quilómetros de Évora. Aqui, esperou longamente pelo adversário, que optou por não se apresentar para a batalha, decerto apostado em desgastar os portugueses; em vez disso, mandaram o marechal castelhano, Garcia Gonçalves de Ferreira, ao acampamento de Nun'Álvares, com novas propostas para mudar de partido. Tinham decerto a noção de que haviam conseguido encurralar o fronteiro e esperavam tirar bom partido disso, mas ele insistiu no combate e avançou mais uma légua a sua posição; queria atacá-los, mas havia um regato pelo meio que dificultaria a operação; desta vez, Nun'Álvares não tinha escolhido o terreno! E os castelhanos, sendo muitos, até poderiam contornar a linha de água e atacá-lo de outra parte: assim, foi obrigado a aguardar ali, no Divor, dois dias e uma noite, sem sequer ter de comer, além de «um pão encetado e um pequeno de rábao [alimento da família do rabanete] e um pouco de vinho que um homem de pé levava numa cabacinha» (*CDJ, I*, cap. 46). Embora em posição de batalha, estavam cercados e isolados da sua base em Évora, ali tão perto...

Este foi um dos momentos mais difíceis da carreira militar de Nun'Álvares, e percebe-se que não tenha acabado bem. Compreendendo que o arдил castelhano consistia em vencê-los pela fome, o fronteiro ordenou a retirada e o regresso a Évora, na esperança de, no dia seguinte, «tornar à batalha»; porém, a manobra foi um fiasco, pois os homens, esgotados e famintos, espalharam-se e adormeceram pelas vinhas durante a noite, enquanto outros, sem o quererem, iam dar ao arraial dos castelhanos... Fernão Lopes (*CDJ, I*, cap. 146) alega que uma «tempestade de água e de cerração [nevoeiro espesso]» é que complicou a retirada para Évora; mas o certo é que muitos dos homens de Nun'Álvares foram presos ou abatidos, «achados pelas vinhas» (*CC*, cap. 34), o que inviabilizou qualquer reagrupamento no dia seguinte, tanto mais que muitos dos combatentes, exaustos, «nom vieram dormir à cidade [e] se foram para suas terras, do que Nun'Álvares foi muito anojado» (*ibid.*, pp. 82-83). O fronteiro, com a sua tropa reduzida a metade, ficou sem possibilidade de atacar os castelhanos, que seguiram na estrada para Viana, destruindo a terra o mais que podiam. Depois, escaparam para Arraiolos, para o Crato e para Santarém, ou regressaram a Lisboa, sob o comando de Rodríguez de Castañeda, que terá sido repreendido por D. Juan I por não ter tido coragem de dar batalha a Nuno Álvares Pereira (versão da *CDJ, I*, cap. 146, p. 263, ansiosa por mitigar o falhanço do herói).

### Dias decisivos em Lisboa e Almada

A partir daqui, e durante uns bons dias naquele quente agosto de 1384, o centro de gravidade da ação de Nun'Álvares vai deslocar-se do Alto Alentejo para o triângulo Lisboa-Almada-Palmela. Julgo que houve dois fatores principais que contribuíram para isso: por um lado, o agravamento da situação na capital, que sentia cada vez mais dificuldade em suportar o assédio castelhano (em inícios de agosto, torturada pela sede, Almada rendera-se já a Juan e Beatriz)<sup>57</sup>; parece-me, por isso, verosímil a informação da *CC* (cap. 35), segundo a qual o mestre escreveu ao seu fronteiro e lhe pediu que se aproximasse de Lisboa para combinarem uma ofensiva conjunta contra o rei de Castela. Por outro lado, Nun'Álvares ficara com o sabor amargo da campanha no Divor e desejava desferrar-se de Pero Sarmiento e de Juan Rodríguez de Castañeda, que atuavam entre Lisboa e Almada.

Assim, o fronteiro alentejano reuniu 300 lanças e avançou até Palmela, onde preparou um ataque a Almada. A *CC* (cap. 35) afirma que, nesta ocasião, ele tomou o castelo de Palmela, mas Fernão Lopes (*CDJ, I*, cap. 147) contesta com veemência esta afirmação, alegando que os lugares da Ordem de Santiago «sempre tiveram voz por Portugal» desde a chegada do mestre Fernando Afonso de Albuquerque, que D. João enviara a Inglaterra para recrutar tropas. Tal como era seu timbre, Nuno'Álvares planeou um ataque de surpresa, fulminante, e para isso saiu de noite de Palmela e circulou com a sua pequena hoste por estradas secundárias, evitando passar por Coina (onde tinha informação de estar um piquete de 30 ginetes castelhanos) e preferindo avançar pela charneca de Azeitão e Sovereda. Depois de andarem umas sete léguas, convencidos de que já estavam muito perto do seu objetivo, pararam e dormiram um pouco; porém, quando o sol nasceu, perceberam que os guias tinham errado o caminho e que faltava mais do que pensavam para alcançar Almada! Mesmo assim, o fronteiro insistiu na marcha e, dando ordens aos seus para avançarem «a trote e a galope», lá chegaram a Almada quando «toda a terra já era cercada e coberta de sol, [mas] ainda eles chegaram a tempo, que muitos dos Castelhanos jaziam na cama, a que mal prestou o sol da manhã» (*CDJ, I*, p. 265). Travou-se uma violenta escaramuça, e os homens de Nun'Álvares tomaram conta do arrabalde da praça, mas os adversários conseguiram refugiar-se no castelo, alguns ainda «vestindo um gibão pouco a seu prazer», como foi

o caso de Rodríguez de Castañeda. Sem meios para assaltar o castelo, o fronteiro limitou-se a saquear intensivamente a vila, de onde trouxeram «muitos e bons cavalos e azémolas, e outras muitas boas coisas» (CC, cap. 35).

Ocorreu isto em 31 de agosto, e o feito foi celebrado por Nun'Álvares com trombetas, bandeiras e apupos dirigidos dos morros vizinhos para o arraial castelhano estabelecido em Santos. Pero Sarmiento, que era o responsável por Almada e que estava com o rei castelhano, ainda acorreu à pressa; porém, quando chegou, já Nun'Álvares estava a almoçar em Coina; parece que o rei não gostou, mas o capitão castelhano respondeu-lhe que se desse por contente, porque «se o mar nom fosse que fazia empacho passar, que [Nun'Álvares] a seu arraial o viria visitar» (*ibid.*, p. 87)... À noite, já em Palmela, lugar mais seguro, a hoste de Nuno acendeu grandes «almenaras de fogo, de guisa que o viam os de Lisboa por saberem os da cidade que estava ele ali, e tomarem algum esforço» (CDJ, I, cap. 147, p. 267). Pelo seu lado, o mestre, ao ver tais fogueiras, «bem entendeu que era Nun'Álvares que ali estava com suas gentes, e houve muito prazer, ele e todos aqueles que o viam; e mandou acender muitas tochas no grande eirado dos Paços d'el-Rei, onde então pousava, por as verem de Palmela e lhe dar a entender que vira suas almenaras; e que lhe respondia com aqueles lumes, pois outra fala entre eles haver nom podia» (*ibid.*). Uma cena maravilhosa, de comunhão de esforços e de objetivos entre os dois companheiros principais desta aventura.

Logo no dia 4 de setembro, o rei castelhano, flagelado pela peste (em menos de quatro meses, tinham morrido 2000 homens de armas, entre os quais três mestres de Santiago!), foi obrigado a levantar o cerco a Lisboa. Os cronistas dão ambos conta da intenção de Nun'Álvares e do mestre de Avis de atacar a coluna de marcha castelhana, que se retirava pesorosamente para o seu reino, intersetando-a em Chão de Couce (CDJ, I, cap. 154); a ocasião era propícia e seria decerto uma presa relativamente fácil. As versões, porém, não são coincidentes, sendo possível que o projeto se tenha gorado porque D. Juan I, contrariamente ao esperado, decidiu fazer a viagem de regresso a casa por via marítima, rumando a Sevilha (Martins, 2013, p. 234). Certo é que, logo que o exército castelhano desistiu do cerco, Nun'Álvares avançou para o Montijo, para atravessar o rio Tejo e se juntar ao mestre em Lisboa. Ao que parece, passou ostensivamente pelo meio dos barcos castelhanos (a frota de Juan I só zarpou de Lisboa

em finais de outubro), fazendo soar as trombetas e anunciando assim a sua passagem! Na capital, alojou-se uns dias em casa de João Vaz de Almada e conversou largamente com o mestre sobre o futuro do processo. Foi por esta altura que, além do célebre sermão de frei Rodrigo de Sintra no Mosteiro da Trindade (em que o franciscano afirmou que «por nossos pecados, Portugal contra Portugal peleja, ficando tão pouca parte dele que quase nu e desamparado pareceu de todo» [*CDJ, I*, cap. 151]), se realizou a importante assembleia no Mosteiro de São Domingos (2 de outubro), na qual D. João foi aclamado como regedor, defensor e governador do reino; quatro dias mais tarde, nos Paços do Rei, muitos fidalgos prestaram preito e menagem ao mestre e, entre eles e os prelados e as gentes dos concelhos que comungavam do mesmo espírito e vontade política, decidiu-se convocar uma reunião de cortes para Coimbra; no imediato, pela estoica resistência que oferecera, a cidade de Lisboa foi recompensada com diversos privilégios (*CDJ, I*, caps. 153-154).

### **A tomada de Portel e um revés em Vila Viçosa**

Nun'Álvares regressou então a Évora, acompanhado de alguns fidalgos que tinham estado no cerco. Com a situação estabilizada na planície alentejana, a operação seguinte apenas ocorreu em novembro, ou já em dezembro, e consistiu na tomada do importante castelo de Portel. A manobra foi muito curiosa, pois Nuno contou com a cumplicidade de um clérigo da vila, chamado João Mateus, «que de abrir portas tinha maior cuidado que de rezar as matinas»: com um pouco de cera aplicada numa fechadura, fabricou o molde para uma «chave feitiça»; depois, combinou com Nun'Álvares que este e a sua gente viriam num certo dia de madrugada para assaltar a praça; acordaram com as sentinelas portuguesas favoráveis ao mestre uma senha para sinalizar a partir de dentro o movimento das roldas castelhanas («Eis a raposa vai! Ei-la raposa vai!») e, na hora certa, o clérigo abriu as portas da vila e Nun'Álvares irrompeu com toda a sua gente. De nada valeu a reação do alcaide Fernão Gonçalves de Sousa, que se refugiou com os que pôde no castelo, «deles em camisa e outros mal vestidos», mas que acabou por ter de negociar a rendição (*CDJ, I*, cap. 157; *CC*, cap. 37).

Os castelhanos de Portel foram postos a salvo no reino vizinho, e Nun'Álvares virou-se para Elvas, onde tinha notícias de grassar um levantamento contra o mestre; foi lá sossegar os ânimos (expulsando

aqueles que considerou indesejáveis) e, já nos finais de dezembro, seguiu para Vila Viçosa, onde contava ter novamente o apoio de uma «quinta coluna» para tomar — em dia de boda, sempre mais propício a ataques de surpresa — a praça de que era alcaide o traidor Vasco Porcalho. Porém, a operação foi um desastre, talvez porque as cartas que lhe tinham feito chegar informando do bom momento para acometer fossem forjadas pelo próprio alcaide, em nome de três ou quatro homens-bons do lugar! O certo é que, logo no primeiro ataque, ao passarem debaixo do passadiço de uma torre albarra<sup>58</sup>, morreram Fernão Pereira (irmão de Nuno) e o escudeiro Vicente Esteves, e foi ferido e preso Álvaro Coitado, que era um dos mais bravos homens do pelotão. O fronteiro vinha mais atrás e, quando soube do ocorrido, desesperado, quis lançar-se a qualquer preço dentro da vila, disso sendo impedido pelos seus companheiros. Retirou-se para Borba e ainda mandou vir mais tropas e um engenho de Elvas, com o qual assediou Vila Viçosa durante algum tempo, atacando de noite e de dia, mas acabou por desistir. Quanto ao infeliz Fernão, foi sepultado no Convento de São Francisco, em Estremoz. Ambos os cronistas relacionam o infausto acontecimento com um grave pecado de Fernão em Portel: violara o juramento de nada roubar aos castelhanos e apoderara-se de uma cota e de uma espada que pertenciam a D. Garcia Fernandes. O decesso é, assim, apresentado pelo biógrafo anónimo e pelo cronista de D. João I como um (pesado) castigo divino aplicado a quem rouba e não tem ética na guerra (*CC*, caps. 38 e 39; e *CDJ*, I, cap. 172). No que toca a Álvaro Coitado, seria libertado pouco depois, numa noite em que estava a ser transferido para Olivença, graças a uma genial emboscada organizada por Nun'Álvares (*CC*, cap. 39); curiosamente, este é um dos raros capítulos da *Crónica do Condestabre* que Fernão Lopes não aproveita de todo na sua narrativa, sem que saibamos porquê.

### Condestável e mordomo-mor do reino

Com a situação militar razoavelmente bem encaminhada, o partido do mestre avançou então para a batalha política. Depois de Nuno se juntar a D. João em Torres Vedras, que o futuro rei tentava capturar armando um penoso cerco em que foi sucessivamente traído (meados de dezembro de 1384 a meados de fevereiro de 1385), avançaram ambos para Coimbra. O autor da *CC* descreve aqui um gesto de caridade

particularmente terno de Nun'Álvares, que durante quatro léguas transportou nas ancas da sua mula um pobre cego («Ó que humano e caridoso senhor!», exclama o cronista, no cap. 41).

Como é sabido, as cortes elegeram o mestre de Avis como rei de Portugal, no dia 6 de abril de 1385, e Nun'Álvares teve a sua quota-parte de responsabilidade neste desfecho: quando a situação ameaçava cair num impasse, com os fidalgos da Beira (em especial Martim Vasques da Cunha) a defenderem a candidatura do infante D. João de Castro, ele surgiu no «Paço do Mestre» com «trezentos escudeiros, com cotas e braçais e espadas cintas, e dagas» (*CDJ, I*, cap. 188, p. 362), dissuadindo os concorrentes de persistirem na sua causa. Isto não diz a *Crónica do Condestabre* (cap. 42), mas o relato que esta faz da reunião de cortes mais célebre da História de Portugal é muito sucinto e não inclui sequer uma referência ao Dr. João das Regras e ao seu decisivo desempenho.<sup>59</sup> No termo da assembleia, Nun'Álvares foi nomeado condestável (o segundo a desempenhar este ofício, depois do conde D. Álvaro Peres de Castro, que falecera entretanto) e mordomo-mor do reino (um dos mais importantes ofícios palatinos, vocacionado para a superintendência da Casa Real); ao mesmo tempo, o primo Álvaro Pereira (filho de Rui Pereira, o que morrera na batalha naval do rio Tejo) foi feito marechal e, para alferes-mor, o novel rei escolheu Gil Vasques da Cunha (um sinal, talvez, de unidade e de reconciliação com os fidalgos beirões).

A partida, no entanto, estava apenas meio ganha (a *CC* até refere, ao contrário da imagem transmitida por Fernão Lopes, que os adversários políticos do mestre nem sequer lhe quiseram prestar «seus preitos e menagens» [cap. 42]) e, do ponto de vista militar, havia ainda muito trabalho pela frente. No imediato, D. João I ordenou ao Condestável que fosse atacar a frota castelhana que estava de novo sobre Lisboa. Nun'Álvares seguiu então para o Porto, para preparar a operação; ali encontrou a sua mulher, D. Leonor de Alvim, e a filha Beatriz, as quais haviam estado retidas em Guimarães (que tinha voz por D. Juan I) e haviam sido «furtivamente» postas a salvo no Porto por Gonçalo Pires Coelho, que era parente de D. Leonor. O anónimo não dedica mais de dez linhas a este reencontro familiar, pois logo situa de novo o herói em ação.

### A campanha do Minho

Como os do Porto não aceitaram participar no projeto de combate à frota castelhana, Nuno decidiu rumar à Galiza, por um lado, porque queria «servir Deus em sua romaria», por outro, porque desejava submeter algumas praças que não tinham voz por D. João I; além disso, precisava de mais cavalos para os seus homens e, no Norte, era mais fácil obtê-los. Na sequência desta viagem, rodeada de presságios e de maus agoiros que ignorou, o Condestável tomou Darque (na altura, levava já 400 lanças a cavalo, equipadas com bacinetes de viseira) e o castelo de Neiva (uma fortaleza tão poderosa que a *CC* até lhe chama «dos fortes castelos do mundo»), neste caso, na sequência de um combate bastante duro e em que o alcaide foi morto por um virotão de besta, tendo Nun'Álvares tido o cavalheirismo de proteger a viúva antes do saque da praça (*CC*, cap. 43). Em Neiva, ficou por alcaide Pedro Afonso do Casal, que era cunhado do Condestável. A seguir, tomou Viana (num combate onde foi ferido o seu alferes Diogo Gil), que era defendida por Vasco Lourenço de Lira, irmão do poderoso Lopo Gomes (outro antigo exilado em Portugal), que mantinha Ponte de Lima e Braga por D. Juan I de Castela.

Com vontade de peregrinar a Santiago de Compostela, Nuno prosseguiu depois para Caminha e Vila Nova de Cerveira, que se lhe entregaram espontaneamente. Mais a norte, percebeu que não conseguiria passar o rio Minho com a sua hoste e as respetivas montadas<sup>60</sup> e acabou por ocupar também Monção, que se lhe ofereceu. Tudo isto terá ocorrido ainda no mês de abril de 1385.

Nesta ocasião, já D. João I tinha chegado ao Porto, onde encontrou também D. Leonor de Alvim. A *CC* (cap. 45) afirma que foi nesta altura que o rei fez uma série de doações a Nun'Álvares e à esposa, versão que Fernão Lopes (*CDJ*, I, cap. 14) contesta, mas que a documentação da chancelaria régia parcialmente confirma, como adiante veremos. Certo é que os dois protagonistas desta aventura decidiram então juntar forças e, de uma forma muito bem articulada, durante o mês de maio e primeiros dias de junho, conseguem tomar Braga, Ponte de Lima e Guimarães. A intervenção de Nun'Álvares parece ter sido particularmente decisiva na tomada do castelo de Braga, tendo combatido com quatro engenhos que disparavam ininterruptamente de dia e de noite (*CC*, cap. 46). A descrição que Fernão Lopes faz da tomada de Ponte de Lima, em que



intervieram o rei e o Condestável, além de alguns arqueiros ingleses que haviam chegado na Páscoa a Portugal (Russell, 1955/2000, pp. 410 e ss.), é particularmente saborosa, pois recorre a imagens da literatura arturiana para nos oferecer um suposto diálogo entre um apoiante do alcaide Lopo Gomes de Lira (o castelhano Gonçalo López de Goiães) e um escudeiro português ao serviço de D. João:

«Ah, Gonçalo López, que mal aconselhaste Lopo Gomez de se nom vir à mercê del-Rei meu senhor e de se trabalhar de se defender dele!

E ele respondeu, dizendo: E quem sois vós que me isto dizeis?

A mim chamam Lançarote, disse ele.

O do Lago, ou qual? Disse o outro.

Mas servidor d'el-Rei meu senhor, disse o escudeiro.

Se vós sois Lançarote do Lago, eu sou Queia, o derribado.»<sup>61</sup>

### **A caminho de Aljubarrota**

Nisto, chegam a Guimarães notícias da iminente invasão castelhana, liderada pelo próprio D. Juan I. O rei e o Condestável — os cronistas concordam nesse ponto — decidem logo oferecer batalha campal ao inimigo e organizam-se nesse sentido. Deslocam-se de imediato para sul e, perto de Santarém, na zona da ponte de Muge, travam uma dura escaramuça com um contingente castelhano, na qual se distinguem Vasco Martins de Melo, *o Moço*, e seu irmão Martim Afonso de Melo (que acabam por ser salvos por Nun'Álvares). A hoste já está acompanhada por uma quantidade indeterminada de auxiliares ingleses (na sua maioria arqueiros, mercenários com experiência adquirida na Guerra dos Cem Anos) e sente muitas dificuldades de abastecimento, sobretudo nas zonas mais controladas por partidários de Juan e Beatriz, como era o caso de Santarém. A *CC* afirma mesmo que «diziam que em todo o arraial nom havia senão um pão, salvo se o el-rei levava ou o condestabre» e conta a história de uma refeição que Nun'Álvares se preparava para tomar, com cinco pães em cima da mesa, que acabaram por ser distribuídos por cinco cavaleiros ingleses que chegaram até ele «dizendo que morriam de fome e que queriam com ele beber. (...) E assim não ficou ao condestabre pão nenhum nem o comeu aquele comer, senão carne sem pão, e isto com gram sabor» (cap. 48, p. 109).

Os dois líderes seguem para Alenquer e o rei ordena então ao seu condestável que marche para o Alentejo, com o fim de recrutar tropas para a batalha decisiva. Diz a *CC* (cap. 49) que, à passagem pelo porto de Muge, onde deveriam atravessar o rio Tejo, os homens de Nun'Álvares (que levaria então umas 300 lanças) entraram em pânico devido à proximidade das tropas castelhanas que estavam em Santarém, não restando ao Condestável mais do que 35 lanças, incluindo o bravo Antão Vasques! Fernão Lopes, porém, rebate contundentemente esta versão, dizendo que as lanças que voltaram para trás eram aquelas que o monarca ordenara que, por segurança, acompanhassem Nun'Álvares somente até onde ele quisesse e achasse necessário — aparentemente, até ter cruzado o rio Tejo (*CDJ, II*, cap. 24).

Chegado a Montemor-o-Novo, o Condestável recebeu a má notícia de uma derrota militar de gente sua, liderada por Vasco Gil de Carvalho, em Arronches: é que, além do mais, isso comprometia a possibilidade de um bom recrutamento no Alentejo, no preciso momento em que tal era mais necessário; por isso, enviou muitas cartas a partir de Évora, mas parece que os que apareceram, embora em boa quantidade, vinham muito mal armados, devido ao revés que tinham sofrido recentemente. Em Estremoz, já na segunda quinzena de julho, o Condestável contava com 500 homens de armas e cerca de 2000 besteiros e peões (*CC*, cap. 49), mas desejava engrossar ainda um pouco mais a sua hoste (a *CDJ, II*, conta que ele acabaria por reunir 600 homens de armas, 2000 peões e 300 besteiros [cap. 25]). Contudo, o tempo urgia, e o rei enviou uma mensagem mais dura para o Condestável, de que foi portador Martim Afonso de Melo, avisando-o de que D. Juan I já estava perto de Coimbra pelo que era imperioso que viesse juntar-se a ele em Abrantes.

Nun'Álvares assim fez, e os dois chefes acabam por reencontrar-se em Abrantes, talvez ainda nos últimos dias de julho (o rei fez uma grande doação de bens a Iria Gonçalves no dia 30 deste mês, como veremos) ou logo nos primeiros dias de agosto.<sup>62</sup> Num dos dias seguintes, decerto tendo em conta a informação inteligente que ia sendo recebida dos batedores de terreno, o conselho régio reúne-se e decide evitar a batalha e fazer, em vez disso, um ataque à Andaluzia, como manobra de diversão. O Condestável é frontalmente contra, mas está isolado e abandona o conselho em sinal de protesto; possivelmente, no dia 7, retira-se para Tomar, sem dizer nada ao rei (*CC*, cap. 51), o que suscitou um coro

de críticas. D. João I, em situação muito delicada, tenta contemporizar e envia mensageiros ao Condestável para que regresse à base; todavia, este recusa e promete avançar sozinho com a sua hoste contra o inimigo. Então, o monarca cede e acaba por ser ele próprio que vai juntar-se-lhe em Tomar, onde, no dia 9, fazem um alardo conjunto às tropas.

Nesta fase, circulavam notícias alarmantes sobre o potencial do exército de Juan I, que vinha acolitado por um número elevado de tropas francesas (uns 800 a 1200 cavaleiros bem equipados enviados pelo rei Carlos VI [Monteiro, 2009]). O Condestável, no dia 10, obriga os espões a deturpar a realidade, para manter os ânimos dos portugueses em alta. No dia 11, o exército anglo-português, que contaria com uns 10 000 homens, avança de Tomar para Ourém; no dia seguinte (sábado, 12 de agosto de 1385), D. João I acampa com os seus em Porto de Mós, enquanto o rei de Castela e o seu exército alcançam Leiria na mesma noite. A batalha tornara-se, agora, inevitável.

### **Aljubarrota: A batalha real**

No dia 13, domingo, o Condestável, acompanhado por uns 100 homens de armas (incluindo muitos auxiliares ingleses e gascões), faz uma operação de reconhecimento do terreno na região compreendida entre Porto de Mós e Leiria. Na zona de São Jorge, ligeiramente a sul de onde está hoje o Mosteiro da Batalha, encontram um local propício para o combate: um planalto estreito, ladeado por duas linhas de água afluentes da ribeira da Calvaria, que corre para o rio Lena. No dia seguinte (14 de agosto), logo ao nascer do sol, levantam o acampamento de Porto de Mós e percorrem escassos quilómetros até se implantarem no extremo norte do planalto de São Jorge. Formam ali uma vanguarda, sob o comando do Condestável, duas alas repletas de atiradores (uma delas com os arqueiros ingleses munidos do famoso *longbow*, o arco de longo alcance fabricado em madeira de teixo) e uma retaguarda liderada pelo rei, todos apeados. Ali aguardam a chegada dos inimigos, que marcham para Santarém com intenção de voltar a pôr cerco a Lisboa. Tanto D. João I como Nun'Álvares sabem que só têm uma opção: forçar a batalha e derrotar o inimigo; ou seja, para o exército anglo-português, conhecedor de que Lisboa (minada pela fome e por deslealdades encovertas) não suportaria um segundo assédio castelhano, a escolha era simples — vencer ou morrer.

A cabeça da coluna castelhana, que teria um potencial de uns 30 000 homens, chega à região da Jardeira, ao final da manhã, e avista a hoste portuguesa no cimo do planalto; percebe que, para chegar ao contacto com ela, teria de ultrapassar um declive empinado, com o sol de frente, e expor-se aos tiros dos besteiros portugueses e dos arqueiros ingleses. Como nem sequer têm interesse em dar batalha, optam por declinar o convite e decidem contornar a posição inimiga pelo lado poente, que era mais suave. Fazem, assim, um corta-mato que os leva a passar pela região da Calvaria, até reencontrarem a estrada de onde vinham alguns quilómetros mais abaixo, na zona da esplanada de Chão da Feira. Esta manobra, cansativa e executada debaixo de uma temperatura escaldante, durou algumas horas, não sendo provável que a testa da coluna castelhana tenha começado a entrar em terreno plano e transitável antes das 16 horas. A partir dali, poderiam continuar a marchar para sul, até Santarém, fosse seguindo a estrada que passa em Porto de Mós, quer a que passa por Alcobaça.

Ao ver que o adversário se furtava ao combate, D. João I e Nun'Álvares ordenaram de imediato à sua hoste que fizesse meia-volta e avançasse cerca de dois quilómetros para sul. Na parte meridional do planalto de São Jorge, existia uma outra posição favorável, que deverá também ter sido estudada na véspera pelo Condestável e pelos seus conselheiros, na presunção de que os adversários se poderiam recusar a lutar na primeira posição que lhes era oferecida. Virados agora para sul, já não dispunham da vantagem do sol, nem do declive frontal; porém, aquele era um ponto de estrangulamento natural do terreno, e continuava a haver duas linhas de água que, com os respetivos barrancos, dificultariam qualquer tentativa de envolvimento por parte do exército adversário; assim, fixaram-se desde o início da tarde nesta «segunda posição» e aguardaram a reação dos inimigos. Enquanto estes iam concluindo, pouco a pouco, o seu corta-mato e chegando a Chão da Feira, o exército de D. João I e Nun'Álvares tratou de reforçar a sua posição natural, com a escavação de centenas de covas de lobo e de fossos, que disfarçaram com ramagens; nos flancos, empilharam troncos de árvores com as pontas afiadas viradas para fora (os chamados «abatisses»). Enquanto as covas e os fossos, colocados maioritariamente à frente da segunda posição portuguesa, travariam o ímpeto da carga da cavalaria adversária, os abatisses protegeriam os atiradores nas alas (um pouco avançadas relativamente às pontas da vanguarda, como também era comum no modo de lutar dos ingleses). A armadilha estava pronta, restava saber se o inimigo iria cair nela.

Perto do final da tarde, ainda havia muitos castelhanos em marcha, entre a Jardoeira e Chão da Feira; mesmo assim, D. Juan I (que viajava doente, transportado numa liteira) reuniu o seu conselho de guerra. Aqui, alguns (como o cronista Pero López de Ayala diz ter feito, após uma breve visita, decerto periférica, ao arraial português para conferenciar com Nun'Álvares) chamaram a atenção do monarca para a dificuldade que as alas teriam em envolver-se no combate, por causa dos vales laterais e das linhas de água; outros, incluindo alguns cavaleiros franceses mais experientes, sugeriram que se aguardasse o dia seguinte, para desgastar e esfaimar os adversários, tal como tinha sido feito no Divor. Porém, a opinião prevalecente, porventura tirando partido da fraca capacidade de comando de Juan I, foi a de que se deveria aceitar batalha: teriam a ilusão de ter obrigado o inimigo a deslocar-se para uma posição de recurso; não suspeitariam do que lhes estava reservado no terreno, que não reconheceram previamente; teriam também a convicção da sua superioridade numérica e de equipamento militar; sentiriam igualmente receio de continuar a marcha para sul com um forte exército adversário na sua peugada; quereriam ainda, sem dúvida, evitar ser considerados cobardes por não terem ousado acometer uma hoste potencialmente inferior e que, por duas vezes, lhes oferecera batalha. No século XIV, estes aspetos também contavam, e parecem ter estado bem presentes numa intervenção do conde de Barcelos, D. João Afonso Telo (irmão de Leonor Teles), e no conselho que, em conformidade, ele deu ao monarca castelhano: «mas tê-los ante os olhos que vos aguardam com bailhos [danças] e com cantigas, e não ousar de os ir tomar às mãos (...), isto me parece estranho escárnio e vergonha de dizer» (*CDJ, II*, cap. 37, p. 80).

E, por tudo isso, a batalha aconteceu. Já ao final da tarde, os cavaleiros franceses avançaram e foram surpreendidos pelos obstáculos rasgados no terreno (como se fossem minas na guerra moderna); muitas montadas tombaram e os seus donos foram presos e levados para a retaguarda portuguesa. O batalhão real castelhano, posicionado mais atrás e ainda em estado incompleto de formação (o que reduzia a desproporção numérica de efetivos), arranca então de Chão da Feira, disposto a virar a sorte do jogo. Porém, devido à estreiteza do terreno (não mais do que 300 a 400 metros de largo), aos barrancos, às linhas de água e aos abatizes, não só as alas castelhanas não conseguem entrar

na luta (tal como López de Ayala previra), como os restantes homens começam a aglutinar-se de uma maneira informe no veio central do planalto. A progressão é muito vagarosa e errática, o que beneficia muito o desempenho dos besteiros portugueses e dos arqueiros ingleses. Sem espaço para manobrar, muitos castelhanos desmontam e cortam as suas lanças, para se adaptarem melhor ao combate a pé.

Do outro lado, a hoste anglo-portuguesa permanece firme no terreno, sustendo as suas posições iniciais. Enquanto as alas disparam um chuvaireto intenso de flechas, a vanguarda de Nun'Álvares espera o choque dos homens de armas castelhanos; lá mais atrás, a retaguarda real observa a cena, pronta para intervir em caso de necessidade. Porém, antes que fosse tarde de mais, o monarca manda executar os prisioneiros franceses, que já se julgavam a salvo: decisão rara na guerra medieval (até por causa do valor dos resgates), mas não única (cf. Agincourt, 1415), e compreensível, pois D. João I teria receio de que os franceses viessem a ser libertados durante a segunda fase da batalha e pudessem atacá-lo por trás.

Os homens de armas castelhanos que conseguiram percorrer o «corredor da morte» gizado pelo exército anglo-português (o efeito de funil fora bem calculado no veio central do planalto) chegaram, por fim, ao contacto com os lanceiros da vanguarda de Nun'Álvares, equipada como em Atoleiros. O choque ainda deve ter sido intenso, uns gritando por «Castilha! Santiago!» e outros por «Portugal! São Jorge!», e é possível que uma fração da vanguarda tenha cedido em parte, abrindo «um grande e largo portal». Nessa altura, porém, as alas portuguesas, sem adversários diretos, rodaram para trás, ao mesmo tempo que D. João I (de acha de armas na mão!) avançava a sua vanguarda e completava a tenaz em que foi encerrado e comprimido o «dedo de luva»<sup>63</sup> que tinha conseguido romper as primeiras linhas portuguesas. Apesar da luta intensa (o monarca português correu risco de vida e terá sido salvo *in extremis* por um homem de armas de Macedo de Cavaleiros), muitos castelhanos terão morrido por esmagamento e/ou por insuficiência cardíaca, pois Fernão Lopes afirma que, no dia seguinte, muitos foram encontrados sem vida no campo de batalha sem apresentarem «ferida nenhuma» (*CDJ, II*, cap. 45, p. 108)! O que nunca foi encontrado foi o corpo de Pedro Álvares Pereira, o prior do Hospital e meio-irmão de Nun'Álvares; contudo, é certo que morreu neste combate (tal como o

irmão Diogo), e a *CC* (cap. 51) até nos oferece um episódio de grande valor simbólico, que Fernão Lopes, aliás, não desperdiça (*CDJ*, II, cap. 46):

Durante a batalha, o Condestável (e só ele) avistou uma «grande maravilha», a saber, «da parte dos castelhanos andava um homem mui bem encavalgado e armado, e em seu trazer e na maneira dos outros que com ele andavam, parecia ao condestabre, e assim o tinha, que era o mestre de Calatrava, seu irmão; e, andando assim entre os outros, o condestabre viu vir uma lança da parte dos portugueses que lhe parecia que vinha pelo ar, não muito levantada da terra, e veio assim pelo ar cerca de um tiro de besta [200 m] e foi dar àquele homem que ele cuidava que era seu irmão, e caiu logo em terra e nunca jamais apareceu, nem souberam dele parte depois da batalha.» (*CC*, p. 40)

Concordo com a interpretação de António Branco (1998, p. 292) para este episódio, quando admite que a misteriosa morte de Pedro Álvares e o desaparecimento do seu corpo naquela a que chamei a «mãe de todas as batalhas portuguesas» pode significar, simbolicamente, a extinção do ramo traidor da família dos Pereiras (e a consequente valorização, acrescentaria eu, da futura linhagem de Nun'Álvares).

A bandeira de Castela caiu (Antão Vasques apareceria depois embrulhado nela na tenda do rei português, na hora da festa) e o rei enfermo foi atirado para cima de um cavalo e obrigado a percorrer, nessa mesma noite, dezenas de quilómetros até alcançar Santarém, exausto e desesperado. Com a jornada decidida, a ala direita castelhana, chefiada pelo mestre de Alcântara, ainda atacou o trem de apoio português, estacionado lá mais para norte; contudo, Nun'Álvares foi avisado e, juntamente com João Rodrigues de Sá e outros companheiros, montado num cavalo que lhe foi emprestado pelo comendador de Cristo, João Botelho, chegou a tempo de evitar males maiores.

Terminava em glória a batalha mais importante da carreira de Nun'Álvares, que alcançava aqui a sua consagração militar. Do enorme saque, o Condestável apenas se interessou por um relicário que tinha sido tomado na tenda do rei de Castela e que guardou cuidadosamente. Alguns milhares de castelhanos e franceses, e também muitos portugueses pró-Juan e Beatriz (como os dois Pereiras que referimos, ou Gonçalo Vasques de Azevedo, além do conde D. João Afonso Telo),



caíram mortos no campo de batalha ou foram trucidados nas imediações, durante a fuga (é aqui que entronca a história da «padeira de Aljubarrota»), com o auxílio do abade de Alcobaça, D. João de Ornelas, cujo apoio ao seu régio amigo D. João I muito importante foi em toda a campanha (escolha do local, abastecimento da hoste durante a espera ao sol pelo ataque inimigo, colaboração na perseguição noturna).

Em 17 de agosto (três dias depois do ordálio, como mandava a tradição), o exército vencedor deixou São Jorge e seguiu para Alcobaça, onde sepultou os seus mortos mais ilustres (incluindo Vasco Martins de Melo, *o Moço*, que tentara capturar o rei de Castela) e alguns auxiliares ingleses e gascões; ao todo, é possível que tenha havido umas cinco ou seis centenas de baixas na hoste anglo-portuguesa, mas é sempre muito difícil estimar isto nas batalhas medievais, devido à escassa fiabilidade dos cronistas nesta matéria, que de resto quase só referem os fidalgos abatidos. Em Lisboa, na própria tarde da batalha, um «homem vestido em roupa vermelha», que circulou de casa em casa sem ninguém o identificar ou reter (!), lançou o rumor da boa nova, que seria oficialmente confirmada no dia seguinte e provocaria uma enorme alegria, uma procissão e o sermão do franciscano frei Pedro na sé (*CDJ, II*, cap. 47).

### Depois de Aljubarrota: Valverde

Na sequência da sua estrondosa vitória, D. João ocupou uma série de praças que desistiram de ter voz por Juan e Beatriz (entre elas, Santarém e Vila Viçosa). Nun'Álvares foi feito conde de Ourém, não sem antes ter imposto como condição ao rei «em sua vida não fazer outro nenhum conde» (*CDJ, II*, cap. 52). Recebeu a extensa doação que referirei adiante e tratou de ir pagar a sua dívida ao alfageme João de Guimarães, que entretanto, por ser considerado pró-castelhano e «cismático» (adepto do antipapa de Avinhão), tinha sido preso e tinha visto os seus bens confiscados; o novo conde, alertado pela mulher do armeiro, promoveu a sua libertação e saldou assim o seu débito, com o que se cumpriu a profecia do ano anterior (*CC*, cap. 111). Depois, regressou a Évora e, no início de setembro, começou a preparar uma incursão por Castela; juntou tropas em Estremoz (1000 lanças e 2000 besteiros e peões, afirma a *CDJ, II*, cap. 53), passou por Vila Viçosa e cruzou o Guadiana perto de Badajoz. Fernão Lopes interroga-se sobre os motivos desta campanha, que não parece ter sido ordenada pelo rei, mas terá correspondido antes a uma

intenção do hiperativo Condestável de tirar partido do desânimo castelhano a seguir a Aljubarrota (note-se que houve luto real em Castela até ao Natal de 1387).

Nun'Álvares levava consigo o agora prior do Hospital (Álvaro Gonçalves Camelo), Gonçalo Anes de Abreu e outros bons companheiros. O moral era elevado, a hoste numerosa e competente, a jornada prometia. Porém, do outro lado, o mestre de Alcântara, o mestre de Santiago, o conde de Medinaceli, o conde de Niebla (D. Juan Alfonso de Guzmán) e muitos outros notáveis de Castela e alguns portugueses (como Fernão Gonçalves de Sousa, o de Portel, e Gonçalo Rodrigues de Sousa, o de Monsaraz, que já conhecemos) foram rapidamente informados e trataram de organizar um enorme exército para enfrentar o condestável português e castigar a sua ousadia. Depois de numerosos episódios (que incluem alvoroço no arraial português por causa do consumo excessivo dos bons vinhos do Almendral ou a troca de desafios cavaleirescos entre os líderes dos dois lados), a campanha acabou por desaguar na ainda algo misteriosa batalha de Valverde (na região de Mérida), travada já em outubro de 1385.<sup>64</sup>

Com os adversários sempre a observá-lo à distância, Nun'Álvares foi fazendo o seu dano pela comarca inimiga, circulando por Parra, Zafra, Fonte do Mestre, Vila Garcia (onde tomou uma grande caldeira para a sua cozinha, que devolveu dezasseis anos mais tarde por lhe terem dito que pertencera a uma confraria de São Pedro), Magazela e Vila Nova de Serena, entre outros lugares. Aqui, recebeu notícias alarmantes acerca da proximidade e do número dos adversários, que estavam alojados em Valverde.

Nun'Álvares pensou atacá-los logo, de surpresa, como gostava, mas já estava demasiado escuro. Avançou na direção de um porto algo perigoso, para cruzar o Guadiana e reentrar em Portugal, mas os inimigos já lá estavam à espera dele... Ficaram, assim, praticamente cercados, e o Condestável teve de dar o seu melhor para atravessar o rio, com a carriagem no meio; passou primeiro a vanguarda e depois voltou atrás para buscar a retaguarda, as alas e o trem de apoio, tudo isto debaixo de muitas setas, pedras e lanças que os adversários lhes lançavam, de uma margem e da outra!

Ultrapassada a linha de água, Nun'Álvares refugiou-se num primeiro cabeço (de onde expulsou os castelhanos) e depois num outro,

certamente mais acima e mais seguro; avançou depois para um terceiro cabeça, com os combates a intensificarem-se gradualmente e as dificuldades a serem cada vez maiores; com a retaguarda em perigo, teve de vir atrás protegê-la, assim como à carriagem e às alas (Gil Fernandes de Elvas bem lhe verberou a demora no auxílio!). A hoste tornou a avançar (o que só sucedia quando a bandeira da vanguarda, empunhada pelo alferes Diogo Gil, se movia para diante) até um quarto cabeça, que estava povoado de inimigos, entre os quais o mestre de Santiago. A situação atingia uma gravidade extrema, ao fazer-se a escalada deste último outeiro debaixo de uma chuva de projéteis (a *CC* refere que Nun'Álvares terá sido ferido num pé, por uma seta), obrigando o Condestável a vir novamente atrás, auxiliar a retaguarda; voltaram a avançar, mas foi justamente neste momento que ele desapareceu de cena, vindo a ser encontrado mais tarde por Gonçalo Anes de Abreu (que levava a retaguarda com o prior do Hospital) a rezar entre penedos, não respondendo a nenhuma coisa... Por fim, Nun'Álvares voltou à ação, deu ordens a Diogo Gil para mover de novo a bandeira e foram direitos aos inimigos, provocando a morte do mestre de Santiago (seria decapitado) e de outros grandes de Castela, e garantindo assim a vitória neste estranho combate faseado, que a *CC* diz que «durou dois dias de sol a sol».

Restava reagrupar as tropas e, depois do repouso, continuar pelas regiões de Mérida e de Badajoz, até reentrar, triunfalmente, em Elvas; explica Fernão Lopes que havia «dezoito dias que entrara em Castela, muito de seu vagar (...) com grande roubo de gados, bestas e prisioneiros» (*CDJ, II*, cap. 58, p. 143). Tradicionalmente, situa-se esta batalha (em que Nun'Álvares combateu não apenas pela vitória, mas também pela vida) na segunda ou mesmo na terceira semana de outubro, mas creio que a lógica da documentação régia me permite sugerir que ela se tenha, afinal, travado entre 5 e 7 de outubro de 1385, como explicarei melhor no capítulo seguinte deste livro.

Na altura da batalha de Valverde, D. João I estava no Porto e Fernão Lopes narra que Nun'Álvares lhe escreveu a contar o sucedido e a pedir-lhe «por mercê que lhe perdoasse porque assim entrara sem sua licença»; mas o monarca não se zangou, antes «houve gram prazer com tais novas. Dizendo que bem digno era tal erro de lhe outorgar gracioso perdão, deu-lhe o condado de Barcelos com sua jurisdição e direitos, e isto era no mês de outubro» (*CDJ, II*, cap. 63, p. 152). Esta passagem

ênfatisa o grau de autonomia do exército do Condestável, que, numa conjuntura política ainda muito delicada, invadira Castela sem conhecimento do rei, e ajuda-nos também a recuar um pouco a data da batalha de Valverde, uma vez que sabemos que D. João I só esteve no Porto até dia 14 de outubro de 1385 (Moreno, 1988, p. 234).

### Os cercos de Chaves e de Coria

As últimas semanas do ano devem ter sido tranquilas, porque os cronistas não referem nenhuma movimentação militar relevante de Nun'Álvares, agora também já conde de Barcelos. Logo que se entrou em 1386, todavia, o monarca mobilizou o seu condestável para uma operação complexa e que se prolongaria de meados de janeiro até finais de abril: trata-se do cerco da praça de Chaves, onde Martim Gonçalves de Ataíde insistia em manter voz por Juan e Beatriz. Foi um assédio que implicou uma mobilização muito vasta (de Lisboa, por exemplo, seguiu um forte contingente miliciano, comandado pelo anadel-mor Estêvão Vasques Filipe e incluindo 700 homens equipados com librés), meios aparatosos (por exemplo, a utilização de uma «bastida» ou torre móvel) e onde foi visível a dificuldade de abastecimento nos meses de inverno, em que era ainda mais perigoso ir «às forragens»; explica Fernão Lopes que, para obterem vitualhas em quantidade suficiente, tinham de entrar «per Galiza a oito e dez léguas», com 2000 azémolas guardadas por «bons capitães», as quais vinham «carregadas de pão e de carnes e de castanhas e nozes e de outros mantimentos, e de algum pouco de vinho, ca [porque] nom é terra em que haja muito» (*CDJ, II*, cap. 65, pp. 155-156).

A participação de Nun'Álvares ficou marcada por um conflito grave (omitido por Fernão Lopes) com um dos seus companheiros de primeira hora, Antão Vasques, um bom capitão por quem sentia alegadamente muita estima e que até havia liderado uma espetacular incursão em Castela já depois de Valverde, tendo sido feito alcaide de Lisboa e, mais tarde, de Torres Vedras. A *CC* (cap. 55) conta que, no caminho para Chaves, a hoste de Antão Vasques cometeu alguns excessos (arrancaram a barba a um homem bom e roubaram vinho da sua adega), o que terá levado Nun'Álvares a indemnizar o lesado à custa dos bens do prevaricador, com quem parece ter-se incompatibilizado. A campanha permite também perceber a importância que o tio de Nuno, Martim Gonçalves

do Carvalhal, seu antigo aio, tinha neste exército, pois, à chegada a Chaves, foi ele quem ficou a tomar conta da hoste, enquanto o sobrinho ia conferenciar com o rei no local onde este estava acampado.

Também foi no cerco de Chaves que se agravaram as rivalidades entre Nuno Álvares Pereira e os chamados «fidalgos da Beira» (como Martim Vasques da Cunha e João Fernandes Pacheco, entre outros). Fernão Lopes minimiza o facto, sem no entanto o desmentir (*CDJ, II*, cap. 74).

Tomada a grande praça transmontana, Nun'Álvares tentou persuadir João Afonso Pimentel (recorde-se a ligação entre Pereiras e Pimentéis) a deixar a causa de Juan I e Beatriz, mas sem sucesso. Foi também por esta altura, já em terra de Bragança e após uma romaria a Santa Maria do Azinhoso, que tomou uma atitude drástica e que geraria um enorme alvoroço na sua própria hoste: decidiu «lançar fora todas as mulheres que em sua hoste vinham, que não ficou nenhuma; que eram já tantas que nenhum não andava na guerra sem mulher; e dali adiante se cavidaram [preveniram-se] e, posto que algumas andassem, andavam ocultamente» (*CC*, cap. 55, p. 136). Este ponto é interessante e tem sido entendido sobretudo como uma medida de natureza moral por parte de Nun'Álvares. Todavia, julgo tratar-se também de uma questão de disciplina, e o protesto dos combatentes não deve ter tido apenas que ver com razões de natureza sentimental ou sexual: como bem observou John Gillingham (1984/1992, p. 203, nt. 49), no seu mais aclamado artigo, nos exércitos medievais «as mulheres que seguiam os acampamentos desempenhavam tantos serviços essenciais que é difícil imaginar uma hoste sem mulheres; recorde-se, por exemplo, a referência aos seus trabalhos ao nível do lavar, do limpar e do despioilhar das tropas». O Condestável ignorou os lamentos e, a seguir, convenceu o rei a aplicar a mesma medida, para ficarem as duas hostes em igualdade de circunstâncias (*CDJ, II*, cap. 70). Segundo Fernão Lopes, ele impôs também proibições sobre «o jogo dos dados», com tal severidade que o monarca comentava depois muitas vezes que «todos os bons costumes que em Portugal havia, que o Condestabre os pusera todos» (*ibid.*, p. 166)...

Em junho de 1386, já depois de ocuparem Bragança (o Pimentel mudara de ideias) e de tomarem Almeida, D. João I e Nun'Álvares, contando agora com uma hoste poderosíssima (um alardo feito na ribeira

da Valariça, em Torre de Moncorvo, registara a presença de 4500 lanças, um verdadeiro recorde!), passaram à ofensiva contra Castela e puseram cerco à praça leonesa fronteiriça de Coria. Esta é uma operação que interessa muito ao nosso propósito, uma vez que mostra bem a reserva que o Condestável tinha relativamente a este tipo de soluções táticas.

Além de recheada de mais incidentes com os fidalgos da Beira (que a *CC*, no seu cap. 56, alega conspirarem abertamente contra o Pereira e fazerem os possíveis por o tirar do sério e pôr em mau caso)<sup>65</sup> e de se ter registado mais um castigo exemplar de Nun'Álvares (desta feita a um escudeiro que roubara um cálice de uma igreja, o qual esteve quase a ser queimado vivo), o assédio a Coria ficou marcado por uma dura discussão entre o condestável e o seu rei acerca das vantagens e desvantagens das operações de cerco.

Nuno (e muitos outros fidalgos) não apreciava ter de combater dias ou semanas a fio contra as muralhas, correndo riscos enormes e sujeitando-se a ser morto por um qualquer vilão, à distância e sem sequer perceber como. E, além do mais, eram operações caras (sobretudo quando implicavam engenhos sofisticados e um tempo prolongado de permanência no local, com o que isso representava de acréscimo nos soldos) e propícias a epidemias (grande concentração de homens e animais, falta de água potável, fracas condições sanitárias) e doenças, em virtude da fome, da sede e da falta de assistência médica; como se não bastasse, eram pouco eficazes, pois «de dez [praças] que cerque, não tomará três». Pelo contrário, o «correr da terra» e o dar batalha tinham outra honra e proveito, como se vira em Aljubarrota: quem triunfasse na batalha campal, dominaria as praças-fortes («Pois assim é, cujo foi o campo, suas sejam as vilas», *CDJ, II*, cap. 77, p. 179). Mas o rei não pensava da mesma maneira e argumentava que o controlo de um território pressupunha o domínio das fortificações, trazia maior prestígio a um monarca e tinha mais consequências políticas, acarretando a rendição de outras cidades e vilas (*CDJ, II*, cap. 77).

O certo é que Coria não foi conquistada, e a hoste portuguesa teve de se retirar, por falta de engenhos de cerco e porque, ao fim de três semanas, «mais eram já os doentes que os sãos» (*CDJ, II*, cap. 78, p. 180). É óbvia a forma como Fernão Lopes toma partido pelas razões de Nun'Álvares, que faz subscrever «por muitos dos que as ouviam», reduzindo os apoiantes do rei a um pequeno grupo de oportunistas,

que apenas «louvavam as [razões] que o el Rei dizia por lhe comprazer». Também deve ser realçado que o grande cronista aproveita esta ocasião para mais uma metáfora arturiana, com o rei a queixar-se de que lhe estavam a fazer falta em Coria «os bons cavaleiros da Távola Redonda, ca certamente se eles aqui foram nós tomáramos este lugar» e Mem Rodrigues de Vasconcelos (um dos homens da «ala dos namorados») a responder que não senhor, que os que ali estavam eram tão bons como D. Galvão, D. Tristão ou Lancelote e, portanto, o que realmente estava a fazer ali falta era «o bom Rei Artur, senhor deles, que conhecia os bons servidores, fazendo-lhes muitas mercês, por que aviam desejo de o bem servir»... (*CDJ, II*, cap. 76, pp. 175-176).

### **A melhor defesa é o ataque!**

Terminada a campanha, Nun'Álvares regressou ao Alentejo, fazendo caminho pela Sertã, onde foi em romaria a Santa Maria do Meio. Por esta altura, já tinha sido assinado em Windsor (em 9 de maio) o famoso tratado de aliança luso-britânico, que, no imediato, trouxe até à Península Ibérica a hoste do duque de Lencastre, John of Gaunt. O rei e o Condestável avistaram-se em Ponte da Barca com o duque, negociaram e daí resultou, desde logo, o casamento de D. João I com a filha do duque, Filipa, celebrado no Porto em 2 de fevereiro de 1387, tendo a boda sido realizada no dia 14<sup>66</sup>; diz a *CC* (cap. 57) que Nun'Álvares tinha ido recrutar tropas ao Alentejo, mas Fernão Lopes (*CDJ, II*, cap. 96) garante que ele já estava de volta e terá sido até o «mestre-sala da boda»<sup>67</sup>.

Seguiu-se uma desinteressante aventura de algumas semanas em Leão e Castela (fins de março a inícios de junho de 1387), encetada a partir de Babe (Bragança) e que passou por Alcañices, Benavente de Campos, Roales, Valderas e Villalobos. Do ponto de vista militar, esta campanha anglo-portuguesa foi um fiasco, em boa parte porque os castelhanos se recusaram a combater e optaram pela tática da terra queimada (Monteiro, 1995, *passim*), mas valeu pelo seu objetivo estratégico, largamente conseguido: obrigar D. Juan I a remeter-se à defensiva (tanto mais que o duque de Lencastre tinha pretensões ao trono de Castela, por ter casado com uma filha de D. Pedro I, *o Cru*: Constança) e, dessa forma, impossibilitando-o de pensar num novo ataque contra Portugal. Durante a operação, Nun'Álvares nunca aceitou ceder o comando da vanguarda



a John of Gaunt e geriu como pôde os atritos entre os fidalgos, sendo curioso notar como a *CC* (cap. 57) realça Gonçalo Vasques Coutinho enquanto a *CDJ, II* (cap. 108), salienta Martim Vasques da Cunha.

Se a campanha foi dura (na ponta final, registou-se o episódio de fome generalizada que já comentei no capítulo anterior) e taticamente ineficaz, o pior foi a doença do rei, que sobreveio a seguir: prostrado nos Paços do Curval (na zona de Santa Maria da Feira), viu a sua vida por um fio e chegou a fazer o seu testamento. Nun'Álvares foi chamado de emergência e, com alguns outros fidalgos, «esteve com el rei até que foi são e em bom ponto» (*CC*, cap. 57). Fernão Lopes relata a enfermidade régia com elevado dramatismo, pois alega que «Portugal por sua morte de todo ponto era perdido» e suspira de alívio com a cura, escrevendo que «el-Rei começou de convalescer e melhorar pera saúde, coisa que nom foi em menos conta tida como se ressuscitara da morte à vida» (*CDJ, II*, cap. 116, p. 239).

### **A nuvem negra de Braga**

Recuperado, D. João I convocou cortes para Braga, as quais se realizaram entre 3 de novembro e 14 (ou, no máximo 18) do mesmo mês (A. Sousa, 1990, I, pp. 298-299). Este foi um dos piores momentos da carreira política de Nun'Álvares, que aceitou ser porta-voz das reivindicações de um grupo de fidalgos da alta nobreza e acabou malvisto pelo rei e isolado por aqueles que o haviam mandatado: «e como quer que todos os fidalgos aí estavam, nenhum não falou a el-rei em ajuda do conde só uma coisa, por a qual razão o condestabre, por então nem depois, nunca jamais tal procuração quis aceitar» (*CC*, cap. 58, p. 143); razão tinham os antigos, acrescenta o cronista anónimo, quando diziam que «quem serve comum, não serve nenhum» (*ibid.*)... Infelizmente, nem a *CC* nem a *CDJ, II* explicam os motivos da reclamação dos fidalgos, embora eu admita que possam já estar relacionados com o debate que surgiria em 1393-1394 e a que me referirei mais à frente.

Durante estas cortes, Nun'Álvares recebeu a infeliz notícia do falecimento da sua esposa, a condessa D. Leonor de Alvim, no Porto; acorreu de imediato ao local e promoveu as exéquias adequadas, enviando depois a filha Beatriz para junto da avó Iria, em Lisboa. Em seguida, regressou a Braga, onde o rei e a rainha já tinham uma nova proposta de casamento para lhe apresentar: era com D. Beatriz de Castro, filha do

falecido conde de Arraiolos, D. Álvaro Peres de Castro. Mas Nun'Álvares recusou, mostrando a sua incompatibilidade com a família dos Castros e tendo, talvez, presente a fama menos boa daquela formosa donzela da casa de D. Filipa<sup>68</sup>: decisão lógica para o adepto de Galaaz e do seu ideal de castidade, ao menos na pena dos cronistas<sup>69</sup>. Para já, o melhor era abalar de Braga e deixar para trás aquela «nuvem negra» que «sempre em cima dele andara» enquanto lá estivera. (CC, cap. 58)

### **Entre a Vidigueira e Villanueva del Fresno**

De regresso a Évora, o Condestabre (também mordomo-mor do rei e conde de Ourém, de Barcelos e de Arraiolos<sup>70</sup>) soube que o mestre de Santiago de Castela se preparava para atacar os arrabaldes de Estremoz e da Vidigueira; reuniu tropas e preparou-se para intervir, até porque de Beja e de Serpa chegavam outros pedidos de socorro, por causa de um ataque iminente do conde de Niebla contra o Campo de Ourique.

Nun'Álvares acorreu com um contingente modesto, mas não conseguiu evitar o ataque à Vidigueira (c. 15 km a sul de Portel), que se traduziu num enorme roubo de gado e de bestas, além de um elevado número de prisioneiros, incluindo mulheres e crianças. Ainda assim, reagiu e foi em perseguição dos inimigos, sem sequer esperar pela mobilização da gente das suas frontarias. Marchando a noite toda e recorrendo a batedores, apanhou os assaltantes em Villanueva del Fresno, que atacou ao alvorecer.

O combate foi duro e Nun'Álvares foi atingido de esguelha por um «canto» (um pedregulho), que lhe foi arremessado da torre de menagem e que até lhe esfarrapou uma parte da sela da mula em que ia montado. No entanto, valeu a pena, porque os castelhanos foram destroçados e o vultuoso saque obtido na Vidigueira foi recuperado, assim como os prisioneiros. De volta a Portugal, repartiu o esbulho tomado aos castelhanos e aos seus aliados gascões, abdicando, como sempre, da sua quota-parte (regra geral, o comandante da operação retinha um quinto para si).

### **Concluir e comemorar**

Em meados de setembro de 1388, D. João I — que, no primeiro trimestre do ano, havia tomado Melgaço, num dos mais espetaculares cercos da história medieval portuguesa — chamou Nun'Álvares para o ajudar no assalto a Campo Maior, em pleno Alentejo. Esta seria a derradeira grande operação de cerco (em território nacional) da guerra luso-castelhana

iniciada em finais de 1383, e nela faleceu o bravo Antão Vasques, durante uma escaramuça de segunda classe<sup>71</sup>. O Condestável participou nas manobras e o cerco até correu bem, terminando com uma «preitesia» (um acordo de rendição) negociada com o alcaide pró-castelhano Gil Vasques de Barbudo (um primo do mestre Martim Vasques).

Explica a *CC* (cap. 60) que, depois da ocupação de Campo Maior — que Fernão Lopes situa em 1 de dezembro (*CDJ*, II, cap. 139) e cujo castelo foi entregue pelo rei a Martim Afonso de Melo —, Nun'Álvares seguiu para Évora e, daqui, para Ourém e São Jorge. Foi o regresso do Condestável ao campo de batalha que o immortalizou e onde «mandou edificar uma igreja de Santa Maria e de São Jorge em aquele lugar mesmo onde a sua bandeira esteve o dia da batalha real» (*CC*, cap. 60, p. 147).

Devo explicar que a lápide original que se encontra nesta capela refere que o pequeno templo, de 1393, é dedicado à Virgem; todavia, como o culto de São Jorge se intensificou em Portugal por esta época, o nome deste santo acabou por se associar ao orago original (talvez ainda em vida de Nun'Álvares), o que levou alguns autores dos séculos xvii e xviii a considerarem que a dedicação original era tanto à Virgem Maria como a São Jorge (o que não consta da inscrição). É interessante verificar que a *Crónica do Condestabre* (e, depois, também Fernão Lopes: *CDJ*, II, cap. 139, p. 282), numa época ainda tão próxima do evento, faz já esta associação. Aos poucos, acabou mesmo por ser o nome de São Jorge a predominar, numa evolução que estaria já consumada antes de meados do século xvii (Barroca, 2000, II, 2, pp. 1936-1944).

Na mesma altura, segundo ambos os cronistas, Nun'Álvares «mandou edificar e fazer o mosteiro de Santa Maria do Carmo de Lisboa, que é um gentil e formoso mosteiro, no qual fez grandes despesas em muitos anos que durou a obra dele» (*CC*, cap. 60, pp. 147-148). Como veremos no último capítulo deste livro, a primeira pedra desta construção terá sido colocada em 1389, mas o templo apenas ficaria pronto oito anos mais tarde.

### Os bravos do pelotão

Com a guerra praticamente terminada (em meados de maio de 1393, firmaram-se, em Lisboa, tréguas luso-castelhanas por quinze anos)<sup>72</sup>, Nun'Álvares entendeu que chegara o momento de recompensar aqueles que melhor o haviam servido e que tantas vezes haviam

arriscado a vida por ele, nas sucessivas campanhas militares em que haviam sido companheiros: assim, «partiu com eles as terras e rendas de que Ihe el-rei havia feito mercê». A lista de tais doações apenas nos é transmitida pelos dois cronistas, pois não deixou qualquer vestígio até hoje detetado na chancelaria régia ou em qualquer outra documentação. Aqui vamos, por isso, apresentá-la.

A Gonçalo Anes de Abreu o Condestável entregou Alter do Chão, com o seu castelo e todas as suas rendas; a Martim Gonçalves do Carvalhal, seu tio, doou Évora Monte, com suas rendas; Lopo Gonçalves recebeu as rendas da alcaidaria de Estremoz (porque o castelo não era de Nun'Álvares), com algumas outras rendas do mesmo lugar; a João Gonçalves da Ramada foram atribuídas as rendas de Borba; Rodrigo Álvares Pimentel teve direito a Monsaraz; uma parte das rendas de Portel mais as rendas todas de Vila de Frades ficaram nas mãos de Fernão Domingues, que era o tesoureiro do Condestável; já Afonso Esteves Perdigão, um bom e extremoso escudeiro, recebeu uma parte das rendas da Vidigueira; Vila de Alva e Vila Ruiva ficaram para Rodrigo Afonso de Coimbra; as rendas de Montemor-o-Novo tocaram em sorte a Rodrigo (ou Lourenço, na versão de Fernão Lopes) Eanes Azeiteiro, um outro seu bom escudeiro e que ali residia; para o nosso já bem conhecido Pedro Anes Lobato, reservou as rendas de Almada, enquanto o barco de Sacavém coube ao contador João Afonso (de Alenquer, que mais tarde seria vedor da Fazenda do rei e um dos possíveis inspiradores da expedição a Ceuta, em 1415); Estêvão Anes Borboleta, de Lisboa, outro «soldado» de primeira hora, recebeu o reguengo de Alviela, ao passo que o cunhado de Nun'Álvares, Pedro Afonso do Casal, que já vimos ter sido feito alcaide de Neiva em 1385, ficou com as rendas de Porto de Mós e de Rio Maior; Álvaro Pereira recebeu Alvaiázere, enquanto Mem Rodrigues de Vasconcelos (outro dos «namorados» de Aljubarrota) ficou com o Rabaçal; para Martim Gonçalves Alcoforado, reservou a terra de Baltar, no Entre Douro e Minho, um lugar que dizia bastante aos Pereiras, como veremos mais adiante; pelo seu lado, o seu fiel meirinho-mor, João Gonçalves, obteve como recompensa Arco de Baúlhe, com três ou quatro «quintãs» que o conde tinha naquela comarca; ao vedor Afonso Pires couberam certas rendas que havia em terras de Basto e de Pena, enquanto um forte escudeiro que o bem servira, chamado Gil Vasques Freão (ou Faião) ficou com as rendas de Barcelos; quanto ao seu

alferes, o nosso já conhecido Diogo Gil d'Airo (Fernão Lopes chama-lhe Diego Gil d'Ayrão, o que reforça a nossa suspeita de parentesco com Gil Airas), teve direito a Montalegre e à terra de Pena; na mesma comarca, Chaves ficou, com todas as suas rendas, para Vasco Machado, um seu criado que teria sido seu pajem «no começo das guerras» (*CC*, cap. 61, pp. 149-150; *CDJ*, II, cap. 152, pp. 319-320).

Frise-se que ambos os cronistas referem que estas doações foram feitas «em préstamo, e cada um por elas havia de ter certos escudeiros para serviço d'el-rei e seu, como seus vassalos» (*CC*, p. 150). Ou seja, tratava-se de doações precárias, revogáveis pelo doador a qualquer momento (ao contrário das terras doadas «de juro e herdade», que apenas careciam de confirmação no início de cada novo reinado) e que percebemos por documentos posteriores terem sido feitas a título vitalício (enquanto os beneficiados fossem vivos). Quem as recebeu, não ficou obrigado a pagar por elas qualquer renda ou a prestar qualquer serviço, a não ser o serviço militar ao rei e ao seu condestável com um determinado número de escudeiros, «quando cumprisse», na condição de vassalos de Nun'Álvares Pereira e de súbditos de D. João I. Com estas condições, e como observou Rosa Pereira (2002, p. 43), o Condestável criou uma rede de vassalos, replicando o modelo de atuação régio e afirmando-se como um grande senhor feudal. Aparentemente, fez as doações sem reserva de quaisquer direitos para si sobre os bens em causa, isto é, doou-os nas mesmas condições em que os recebera da Coroa (Pereira, 2002, p. 64), eventualmente com a concessão de alguns direitos associados à exploração económica, como, por exemplo, os direitos jurisdicionais; porém, não podemos estar certos disso e devemos admitir que pudesse tratar-se apenas do usufruto de rendas, mantendo-se Nun'Álvares na posse do respetivo senhorio (*ibid.*, p. 44).

Provavelmente, esta enorme doação do Condestável aos seus principais companheiros de armas terá ocorrido no segundo semestre de 1393, já depois da celebração das tréguas luso-castelhanas (Pereira, 2002, p. 40, nt. 141). Ambos os cronistas comentam os efeitos deste ato na diminuição dos seus rendimentos, mas sublinham também que o Condestável, com isto, «era sempre muito ledado [alegre], porque lhe parecia que era descarregado daqueles que o serviram» (*CC*, cap. 61).

Logo a seguir, a *CC* relata uma invasão pelo mestre de Alcântara, Martim Anes de Barvudo, da região de Castelo Branco e comenta que

Nun'Álvares teve dificuldade em fazer-lhe frente, porque os capitães que o acompanhavam iam «de más vontades, porque ele não tinha nem pôde haver dinheiros de que lhe pagasse o soldo». Passou pelo Crato, «onde recolheu todos os que não iam de boas vontades, que iam de trás», abalou para Nisa, cruzou o Tejo com a barca de Ródão e acelerou o mais que pôde, perfazendo nove léguas (c. 45 km) num só dia! Em vão, porque lhe chegaram então novas de que o mestre se tinha retirado para Castela, com o que «o condestabre e sua gente foram anojados e mui quebrantados» (*CC*, cap. 62). Curiosamente, este é outro dos raros capítulos da *CC* que Fernão Lopes não aproveita de todo; e a questão das «más vontades» dos capitães, logo a seguir à notícia da grande doação de bens por Nun'Álvares, também não deixa de me intrigar: viriam elas da parte daqueles que tinham ficado de fora? Faltaria tão-só o soldo de campanha? Ficara o Condestável, momentaneamente, sem meios para assegurar esse pagamento, tendo em conta que se tratava de uma situação de emergência (um ataque inesperado, em tempo de tréguas)?

### O conflito com o rei

As doações de Nun'Álvares e a constituição da referida «rede de vassallos» não passaram incólumes no escrutínio de muitos dos conselheiros de D. João I. Se, desde o início da guerra, D. Nuno tinha gerado muitos anticorpos entre os mais influentes colaboradores do rei (a começar pelo Dr. João das Regras), a sua progressiva ascensão só pode ter agravado esse sentimento de crítica das ambições do triplo (e único) conde de Portugal.

Assim, provavelmente ainda em finais de 1393 ou, mais provavelmente, já nos inícios de 1394 (Wermers, 1960/1961, pp. 63-66; Pereira, 2002, p. 48), o monarca, espicaçado pelos seus conselheiros (em especial pelo prior do Hospital e, sobretudo, pelos legistas mais empenhados no reforço do poder da realeza e que viam com maus olhos a afirmação de grandes poderes senhoriais concorrentes), convocou os fidalgos e cavaleiros para uma reunião nos Paços da Serra (Atouguia). Aqui, comunicou-lhes a intenção de lhes retirar algumas das terras e rendas que lhes tinha dado no tempo da guerra, mais concretamente, de reaver as terras que lhes tinha concedido a título de préstamo e de lhes comprar algumas das que lhes outorgara de juro e herdade. A notícia deve ter caído como uma bomba entre os fidalgos, que não se terão deixado

comover pelo argumento de que o monarca precisava de montar casa aos infantes que estavam a nascer (o quarto filho varão de Filipa, Henrique, viria ao mundo pouco depois, no dia 4 de março de 1394). Nun'Álvares, sendo o mais rico, era o mais atingido e mostrou o seu desagrado, tanto mais que tinha acabado de distribuir muitos dos seus bens pelos seus companheiros de armas e, com todas as perdas, «ele se não podia bem manter com sua honra» (*CC*, cap. 63). Porém, o rei mostrou-se irredutível.

Neste ponto, é curioso recordar que Fernão Lopes evoca um possível acordo entre D. João, ainda mestre de Avis, e Nun'Álvares, acabado de ser nomeado fronteiro do Alentejo; nessa conversa, o mestre terá prometido ao jovem Nuno que, se fossem bem-sucedidos, «partiria [dividiria] com ele» o reino. O cronista acrescenta logo a seguir que «isto não é muito certo» e constitui «opinião a que não damos fé», embora também reconheça que «bem podia ser, ca ligeira cousa é prometer homem da honra que deseja cobrar com aquele que lhe em tal feito pode ser boa ajuda» (*CDJ*, II, cap. 153, p. 320): ou seja, a história não está confirmada, mas a possibilidade fica no ar... Na continuação, o cronista lembra que, «como quer que fosse», Nun'Álvares teve, em Portugal, três condados e «teve a seu mandar dezoito lugares do reino», a saber: Braga, Guimarães, Chaves, Montalegre, Porto de Mós, Ourém, Almada, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Évora Monte, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Sousel, Alter do Chão, Monsaraz, Portel e, no Algarve, Loulé; apesar disso, nas suas cartas nem sequer se intitulava «Dom», mas tão-só «conde de Barcelos e de Ourém, Condestabre por el-Rei meu Senhor nos reinos de Portugal e do Algarve ... e mais não» (*CDJ*, II, cap. 153, pp. 320-321).

O certo é que Nun'Álvares, desafiando a autoridade régia, abandonou o paço e retirou-se para Estremoz. Convocou os seus homens (parentes, criados, amigos), contou-lhes o sucedido e comunicou-lhes que estava na disposição de deixar o reino e «buscar sua vida, todavia servidor d'el-rei e com guarda de seu nome onde quer que fosse» (*CC*, cap. 63); pediu-lhes que o acompanhassem e todos disseram logo que sim (com exceção de Antão Martins, de Lisboa, que tinha assuntos de outras pessoas em mãos e pediu tempo para pensar). Repartiu «dinheiros e pão» com os seus fiéis e seguiram todos para suas casas, a fim de fazerem os preparativos para deixar Portugal.



Abriu-se, pois, aqui um conflito gravíssimo e do qual o monarca teve nítida consciência. Por isso, enviou logo a Portel, onde o Condestável se encontrava, três emissários, com o objetivo de o demoverem: o deão de Coimbra (Rui Lourenço), o mestre de Avis (Fernão Rodrigues Sequeira, homem da especial confiança do rei) e o bispo de Évora (D. João). Mas Nun'Álvares recusou ceder e enviou dois mensageiros ao monarca (o tio Martim Gonçalves do Carvalhal e Lopo Gonçalves de Estremoz), «para com ele falarem mais largamente» (CC, cap. 63).

Na sequência destas negociações, chegou-se finalmente a um acordo que se pode resumir deste modo: i) Nun'Álvares reaveria dos seus companheiros as terras que lhes doara (o que fez «muito contra sua vontade», sublinham os cronistas); ii) manteria as terras que o rei lhe tinha concedido de juro e herdade e devolveria ao monarca as que tinha em regime de préstamo<sup>73</sup>; iii) o rei tomava para si todos os vassallos do conde (assim como os dos outros fidalgos), ao abrigo do princípio de que apenas o monarca poderia ter vassallos próprios; iv) em compensação, a Coroa atribuiria a esses homens «contias» (rendimentos) anuais, em substituição das terras que lhes tinham sido retiradas, de modo que todos se dessem por contentes.

Aparentemente, e como notou Rosa Pereira (2002, p. 56), foi a autoridade régia quem saiu por cima neste braço-de-ferro. A vontade do monarca prevaleceu e até sabemos, por Fernão Lopes, que D. João I comprou efetivamente terras a Martim Vasques da Cunha («terra de Sul e de Gultar», pelo equivalente a 7000 dobras), a João Fernandes Pacheco (a quem deu 8000 dobras por Penela e pelo reguengo de Campores), a Lopo Fernandes Pacheco (que recebeu 1500 dobras pela vila de Monção), a Egas Coelho, a João Gomes da Silva e a outros fidalgos «que não faz minguia nomear» (CDJ, II, cap. 153, p. 322). Assim, e como remata o grande cronista, «el-Rei levou seu feito adiante»<sup>74</sup>.

No entanto, a posição especial de Nun'Álvares deve ter sido salva-guardada, pois não temos notícia de que tenha sido forçado a vender quaisquer terras à Coroa (já antes o rei avisara os seus conselheiros de que «ele ao Conde não pediria nenhuma coisa de quanto lhe dado havia» [CDJ, II, cap. 153]). Além disso, como veremos no capítulo seguinte, aparentemente vários dos bens que Nun'Álvares tinha doado aos seus homens, em 1393, mantinham-se na posse deles em 1422, altura em que faz uma grande doação de bens aos netos, Afonso, Fernando e Isabel,

mas com a reserva de que deles pudessem continuar a usufruir, enquanto fossem vivos, os seus antigos companheiros de armas! Outros teriam, entretanto, falecido, e os respetivos bens devem ter voltado à posse do Condestável. Compreende-se, portanto, a interrogação feita por Rosa Pereira (2002, p. 65) e retomada por Maria Helena da Cruz Coelho (2005, p. 221, nt. 5): saber se a Coroa recuperou realmente algumas das terras em posse do Condestável ou se, na prática, a situação não terá sofrido senão uma alteração ligeira, que nos ajuda a compreender o acordo entre D. João I e ele. Talvez o monarca tivesse querido dar um sinal de autoridade, em especial no que diz respeito à questão dos vassalos e dos seus séquitos armados. Mais do que a instalação das casas dos infantes, a minha interpretação é a de que seria sobretudo o risco de exércitos privados poderosos que preocupava D. João I e os seus conselheiros.

### **As sequelas da crise**

Apesar das tréguas, por vezes ocorriam ainda incidentes militares, especialmente nas zonas fronteiriças. Alegando que os castelhanos não estavam a respeitar escrupulosamente o acordo, D. João I decidiu atacar Badajoz. Esta praça foi tomada de surpresa por Martim Afonso de Melo, guarda-mor do rei e homem muito próximo de Nun'Álvares (que concebeu com ele o plano do assalto), em 12 de maio de 1396 (dia da festa da Ascensão, precisa Fernão Lopes [*CDJ*, II, cap. 158]). Tomado este importante bastião castelhano na Extremadura, o Condestável chamou Martim Afonso de Melo a Elvas e deu-lhe instruções pormenorizadas sobre a maneira de guardar a praça.

Os castelhanos começaram logo a preparar uma retaliação, mas enquanto ela não se concretizava deu-se a deserção para o reino vizinho de alguns fidalgos portugueses, como Martim Vasques da Cunha e seu irmão Lopo Vasques, decerto sentidos com a política da Coroa. Em 1397, estes homens acompanham já o condestável castelhano numa incursão pela Beira que chegou até Viseu, cidade que foi saqueada e incendiada. O rei, aflito, mobilizou a fidalguia para responder, mas esta mostrou-se indisponível; o próprio Nun'Álvares terá enviado uma resposta insolente ao monarca, que Fernão Lopes reproduz no cap. 160 da *CDJ*, II<sup>5</sup>: as feridas abertas pelas deliberações dos Paços da Serra continuavam por cicatrizar... A não resposta ao chamamento régio para a guerra desgostou o rei, mas finalmente Nun'Álvares apareceu em seu

socorro, perto de Santarém; vendo-o equipado com cotas e de braçais, terá exclamado: «Ora posso eu dizer que este é o primeiro homem de armas que eu em esta terra vi» (*CC*, cap. 65, p. 156)!

Como os castelhanos já se tinham retirado da Beira, o rei e o Condestável urdiram o plano de fazer uma incursão em Castela, mas acabam por desistir, devido a uma investida do mestre de Santiago contra o Campo de Ourique; acorrem então ao Alentejo (região de Montargil), mas sabem que o mestre já se retirou para Castela. Foi nesta ocasião que o monarca terá tido conhecimento de cartas que comprometiam politicamente o prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Camelo; Nun'Álvares defendeu-o como pôde, mas o prior acabou mesmo por ser preso. Era mais um sinal do mal-estar entre a fidalguia, que de resto levou também a bandearem-se para Castela, em finais de 1397 ou em inícios de 1398, nobres como João Fernandes Pacheco e seus irmãos, Gil Vasques da Cunha ou João Afonso Pimentel, o que acarretou para D. João I a perda das vilas e castelos de Bragança, Vinhais, Mogadouro e Vilar Maior.

Também por isso, as operações sucediam-se outra vez a bom ritmo, com reações aos ataques castelhanos a Moura, a Serpa, e aos termos de Beja e do Campo de Ourique. Uma das operações mais animadas deste período e em que Nun'Álvares participou, em dezembro de 1397, levou-o até Cáceres, na companhia do mestre de Avis, que conduzia a retaguarda. O Condestável estava furioso com o mestre de Santiago de Castela, porque este, contrariamente ao prometido, não o prevenira dos seus ataques ao Alentejo, onde Martim Afonso de Melo não poderia acorrer a tudo só com as suas 250 lanças...

Saíram de Vila Viçosa, passaram pelo Alandroal (onde o Condestável esteve a ordenar e a ensaiar as suas tropas, completamente armadas e a cavalo) e entraram depois em Castela, por Albuquerque, com 700 lanças e poucos homens de pé. Chegadas a Cáceres, travaram duras escaramuças junto ao arrabalde, mas desta vez apanharam os adversários bem prevenidos; conhecedores dos hábitos matutinos de Nun'Álvares, os castelhanos refugiaram-se no «palanque» que tinham instalado previamente e gritaram-lhe: «Não vos valeu vosso madrugar, Nuno Madruga!» (*CC*, cap. 66). Mesmo assim, a operação rendeu um volumoso despojo, tendo ainda ficado marcada por dois episódios pitorescos, relatados pelos dois cronistas: a chegada ao arraial português que se retirava já na zona de Arroyo del Porco, ao final do dia («entre lobo e cão»), de um

grupo de dez escudeiros castelhanos que se arriscaram apenas para ver o Condestável e falar um pouco com ele (*CC*, cap. 66; *CDJ*, II, cap. 162); e a história de uma caldeira roubada numa igreja, que suscitou um castigo divino ruidoso, com as bestas todas do arraial a soltarem-se de noite, tendo-se perdido muitos cavalos como «exemplo» para todos (*ibid.*); foi também no final desta operação que Nun'Álvares mandou libertar todas as mulheres castelhanas que seguiam na sua hoste. À chegada a Vila Viçosa, teve a compensação de encontrar a sua mãe e a filha, Beatriz.

### A estranha doença de Nun'Álvares

Em 1398, provavelmente entre março e maio, o Condestável viveu um dos períodos mais decisivos da sua vida. Estando em Évora, sentiu-se gravemente doente, de uma dor profunda, e teve mesmo de avisar o rei de que estava incapacitado para gerir a sua «frontaria»; por conselho dos «físicos», foi para Lisboa, mas não teve melhoras. A *CC* descreve a maleita como «humor menencorico», que «lhe privava o comer e a afeição dos homens», de tal maneira que «não os podia ver, especialmente homens que traziam cartas», os quais produziam nele um efeito tremendo: «era tão anojado como os via que, posto que estivesse aliviado e ainda em pé, logo era em terra e a quentura com ele» (*CC*, cap. 67, p. 162).

Devo esclarecer que a melancolia não era uma maleita rara nos meios aristocráticos medievais. Foi até cantada por poetas famosos, como Eustache Deschamps (1346-1406), muito apreciado e até presente na corte do pai de Filipa de Lencastre (Silva, 2008, p. 253), em versos esclarecedores: «Toda a alegria se esvai, todos os corações são tomados de assalto pela tristeza e pela melancolia» (Huizinga, 1924/1978 [tradução minha]). Portugal não constituiu exceção, e Luís Miguel Duarte (2007, pp. 118-127) dedicou alguma da sua atenção ao tema quando compôs a biografia de D. Duarte, o rei que também foi possuído por essa doença, tal como confessa no capítulo XIX do *Leal Conselheiro*: «Da maneira que fui doente do humor menencorico, e d'el guareci»<sup>76</sup>. Nesta obra (no cap. xx), *o Eloquent* diz também que Nun'Álvares lhe contara que, quando tinha de receber pessoas importantes e de tratar com elas de assuntos graves, já por mais do que uma vez se tinha sentido mal e «estivera em ponto de cair em terra»; do mesmo modo, o seu velho pai, D. João I, desde que fora mordido por uma «cadela danada», sentira durante cinco anos muitas dificuldades quando estava em despacho<sup>77</sup>;

um dia, recebeu um bilhete com uma informação: «D. João I não sabia o que era mas adivinhou chatices, o coração disparou, ficou alagado em suor, não conseguia segurar o papel na mão, deixou-se cair numa cama e perdeu os sentidos» (Duarte, 2007, p. 126). Talvez o diagnóstico psiquiátrico, hoje, fosse um ataque de pânico, sugere o autor. No caso de D. Duarte, que, de resto, foi estudado por especialistas como Carlos Amaral Dias, Daniel Sampaio ou António Lobo Antunes, as pistas apontam mais para «depressão por esgotamento e receio de não corresponder às expectativas dos outros» (*ibid.*, p. 127).

Nun'Álvares, sempre acompanhado pela mãe, pela filha e por Gil Airas, o seu fiel escrivão da puridade que não deixava ninguém aproximar-se (em especial homens com cartas!), foi levado em andas (isto é, numa liteira assente sobre varais) até uma quinta na região de Palmela, em «Alfarrara, que é lugar mui saboroso e em que há muitas águas e árvores». Desceram-no da liteira «à porta de uma mui formosa e bem assentada quinta onde havia de pousar». Melhorou quase instantaneamente e ficou logo tão «ledo e aliviado que parecia ser são» (CC, cap. 67).

Ainda ele não tinha entrado pela porta da quinta adentro, chegou uma delegação de «homens bons, ricos e honrados de Setúbal», entre os quais Afonso Anes de Évora, Lourenço Anes Cordovil, Gomes Anes de Montemor e alguns outros, até uns sete ou oito. Vinham desejar-lhe as melhoras e tiveram uma conversa divertida, com «grande sabor e ledice», com o que Nuno muito folgou. O pior foi à despedida, quando o volumoso Lourenço Cordovil lhe bradou já de longe: «Senhor, seja vossa mercê que sempre hajais em vossa encomenda a vila de Setúbal, que é para vosso serviço, e vos lembreis sempre dela» (CC, cap. 67, p. 163). Ao ouvir isto, Nun'Álvares foi-se outra vez abaixo, com «tão grande sanha e tão grande quentura que parecia que queria morrer»... Levaram-no para dentro e sentaram-no à mesa, mas não quis almoçar; tinha perdido o apetite e estava pálido como um morto. Iria Gonçalves ficou aflita e começou a abaná-lo; a filha Beatriz também ajudou. Trouxeram-lhe água para as mãos e uma iguaria de «pássaras assadas». Nada feito. Nuno só se lembrava do «vilão inchado que lhe falara de Setúbal, em lhe dar carregos de Setúbal». Gil Airas tentou desculpar o vilão, que não tivera intenção de o ofender, mas Nuno reagiu mal, como homem «fora de seu poder». Então, o escrivão da puridade fingiu que ia lá fora dar uma tarefa no Cordovil; quando regressou, contou a sua história, e Nun'Álvares

pareceu acalmar; mas logo perdeu de novo o apetite, arrependido pelo castigo injusto que autorizara; em lágrimas, disse que preferia estar morto e que mais valia nem ter tido tantas mercês do rei como aquelas que tinha recebido. Gil Airas repôs a verdade dos factos, e «disto foi o conde tão ledo que mais nom podia ser. E logo se levantou e foi folgar per um pomar da quinta, por onde corria muita água» (*ibid.*, p. 167).

Apesar disto, a dor acometia-o ainda, de vez em quando, pelo que D. João I lhe enviou alguns dos seus médicos, a um dos quais «proveu a Deus de lhe conhecer a dor e o curou dela». Recuperado, regressou a Évora, via Alcácer, de barco, numa viagem acidentada devido a uma tormenta. Estava de novo cheio de projetos. Com um moço de câmara, testou as suas forças com um cutelo, com que desatou a cortar mato e árvores. A energia estava de volta e, por isso, era altura de não adiar mais a entrada em Castela que tinha prometido a si próprio (e ao mestre de Santiago).

Fernão Lopes resume em sete linhas a história desta estranha doença, tema em que manifestamente não se sente à vontade (*CDJ, II*, cap. 163). Confirma, no entanto, que foi em Palmela que Nun'Álvares começou a sentir-se melhor e a recuperar. O assunto não é de fácil interpretação; deixo a questão neste ponto, mas prometo voltar a ela no capítulo final deste livro.

### De volta à guerra: os últimos episódios

A última grande campanha militar de Nun'Álvares em terras de Castela ocorreu logo a seguir (meados de 1398, portanto), e Fernão Lopes (*CDJ, II*, cap. 166) afirma que a incursão durou quinze dias, durante os quais os invasores percorreram um total de 20 léguas (cerca de 100 km). Parece tratar-se do cumprimento de uma promessa que o Condestável havia feito ao mestre de Santiago de Castela, seu adversário favorito nesta fase da guerra, por ocasião de uns desafios secretos que tinham trocado antes de Nun'Álvares adoecer (cf. *CDJ, II*, cap. 162, p. 342).

Desta feita, o Condestável mobilizou todas as tropas que pôde, não apenas na comarca de Entre Tejo e Guadiana, mas também no Algarve e numa parte da Estremadura. De acordo com um alardo que fez à beira do Guadiana, levou consigo 1800 lanças, 200 ginetes, 300 besteiros de cavalo e 5000 peões (*CC*, cap. 68), o que constituía uma força muito

poderosa para a época, tendo em conta que não se tratava de uma hoste régia. Na coluna de marcha seguiam, por insistência de Nun'Álvares, Mem Rodrigues de Vasconcelos (que era agora mestre de Santiago), Lourenço Esteves (o futuro prior do Hospital), o almirante e muitos outros bons capitães, incluindo Martim Afonso de Melo e Gonçalo Anes de Abreu. Pelo seu lado, o mestre de Santiago de Castela conseguiu reunir 2000 lanças, 800 ginetes e muitos besteiros e peões.

Nun'Álvares começou por enviar uma carta ao seu adversário, que a *CC* transcreve integralmente no capítulo 68; deve ter sido escrita por Gil Airas e tem data de Évora, 17 de junho (de 1398). Nela, explica que esteve doente e que só por isso teve de adiar a ofensiva; afirma estar radiante por poder combater e avisa o mestre de que não precisará de o vir buscar a Portugal, «porque outrossim esta terra é muito quente, e por vos escusar de trabalho, vos rogo quanto posso que vos sofrades e não cureis de vir trabalhar, porque, prazendo a Deus, eu entendo de ser onde quer que vós fordes, tão toste [depressa] e mais do que vós podeis vir» (*CC*, cap. 68, pp. 168-169)!

E assim foi. A coluna de marcha portuguesa avançou por terras castelhanas disposta em ordem de batalha, com a vanguarda a encabeçar (conduzida por Nun'Álvares e Lourenço Esteves de Góis), seguida pela retaguarda (que o mestre de Santiago levava) e pelas alas (a da esquerda com o almirante, a outra com Martim Afonso de Melo e outros bons capitães). Suportando uma temperatura abrasadora e os efeitos da tática da terra queimada, passaram por diversas povoações inimigas, como Vila Alva (onde houve uma grande escaramuça com os da vila e onde o Condestável teve de repreender os seus batedores, para que fossem mais diligentes) e outros locais.

A certa altura, a batalha pareceu estar iminente, e o conselho de guerra de Nun'Álvares, para evitar combater no domingo da Trindade, apontou-a para o dia a seguir; trocam-se mensagens, promovem-se operações de espionagem de parte a parte (com os mensageiros bem prevenidos para não se deixarem enganar, nem envenenar), ouvem-se missas, mas os castelhanos mostram-se inseguros e não aparecem para combater; apenas se travam escaramuças, em que se distingue Martim Afonso de Melo. Em dias consecutivos, Nun'Álvares oferece batalha, mas nada, os adversários evitam o combate e refugiam-se nuns cabeços altos. A certa altura, alega a *CC* que a vergonha era tanta que o mestre



castelhano enviou uma mensagem ao Condestável pedindo-lhe que «o não quisesse mais desonrar, que assaz eram encornelhados, e se tornasse para a sua terra como honrado e valente cavaleiro». (*CC*, cap. 68, p. 172)

E, de facto, nada mais de notável aconteceu, com ressalva para um novo episódio de embriaguez («era terra de muitos e bons vinhos») no arraial de Nun'Álvares (provocado pelo escudeiro Afonso Pires Sarrazinho, que seria expulso da hoste [*CDJ*, II, cap. 354]) e para uma procissão organizada no arraial português (!), à vista dos adversários, em Burguilhos, porque era quarta-feira e dia de véspera do Corpo de Deus, uma cerimónia que surpreendeu e humilhou muito os castelhanos. Após mais umas escaramuças em que foi ferido Gonçalo Anes de Abreu, fez-se o regresso por Jerez de los Caballeros, Villanueva de Barcarrota e Olivença, até se chegar a Vila Viçosa, com muito para contar a Iria Gonçalves e a Beatriz Pereira, que aqui aguardavam o seu familiar.

Nun'Álvares, por esta altura, tencionava descansar uns dias em Montemor-o-Novo, mas recebeu um pedido de urgência do monarca, que estava na Galiza a cercar Tui e que temia uma ofensiva castelhana em força contra ele. O Condestável mobilizou logo tropas em Évora, mas entretanto também lhe chegaram rumores de deslealdades de alguns «homens grandes» de Lisboa, o que era muito perigoso devido à presença da frota castelhana, que D. Juan I tinha entretanto mandado bloquear de novo a capital. Logo de seguida, foi Gonçalo Vasques Coutinho quem pediu ajuda contra a invasão do infante D. Dinis de Castro (o filho de Pedro e Inês que se intitulava «rei de Portugal»), que, na companhia de Martim Vasques da Cunha, João Afonso Pimentel e outros fidalgos portugueses (a quem Fernão Lopes chama «vergomteas direitas, cuja nascença trouxe seu antigo começo da boa e mansa oliveira portuguesa, esforçando-se de cortar a árvore que os criou, e mudar seu doce fruto em amargoso licor» [*CDJ*, I, cap. 160]), tinha atacado a Beira. Como se não bastasse, Nun'Álvares recebeu ainda, na mesma altura, notícia certa de que o seu arquirrival, o mestre de Santiago de Castela, juntava de novo tropas para entrar em Portugal!

Sem saber a que fogo acudir, até «porque não tinha nenhuns dinheiros d'el-rei nem seus, per que pudesse pagar nenhum soldo à gente» (*CC*, cap. 69), o Condestável rogou ao almoxarife de Évora que lhe valesse; este cedeu-lhe alguns dinheiros que tinha de lado para qualquer eventualidade, e Nuno decidiu avançar para a Beira, deixando o socorro ao

monarca para mais tarde. Porém, muitos dos principais que com ele estavam recusaram o projeto, «dizendo que o conde queria o que Deus não queria, em cada um dia lhe dar trabalhos e perseguições com mui poucas mercês, e que lhe não abundava [chegava] cada dia gastar-lhes os corpos em grandes trabalhos e ainda gastarem os bens que lhes el-rei nem ele não deram». (*ibid.*, p. 176) O mal-estar continuava a grassar entre os homens de armas, e valeu a Nun'Álvares a solidariedade de Martim Afonso de Melo (personagem que os cronistas têm óbvio interesse em realçar e sobre cujos feitos no Alto Alentejo haveria provavelmente uma história de que se serviram), que se dispôs a pagar o soldo aos seus com dinheiros da sua própria casa. Os dois fidalgos abraçaram-se, e isso serviu de exemplo a alguns outros, que se arrependeram do que haviam dito no conselho de guerra.

Foi então pago soldo por alguns (poucos) dias, e o Condestável partiu de Évora com umas 15 a 20 lanças apenas, mais a coluna de Martim Afonso de Melo. Recolheram alguma gente no Crato, onde Nun'Álvares reencontrou o prior Álvaro Gonçalves Camelo, que fugira da prisão, tendo decidido levá-lo consigo para o reconciliar com o rei. As tropas concentraram-se em Nisa e avançaram para Castelo Branco, onde tiveram notícia de que D. Dinis estava na Covilhã. Foi então que Nun'Álvares decidiu enviar a este uma carta, que a *CC* (cap. 69, pp. 177-178) transcreve e que deve também ter sido escrita pelo seu escrivão da puridade, Gil Airas; nesta missiva, mostra-se indignado por o infante ostentar o título de «rei», afirma que ele anda mal aconselhado e promete ir dar-lhe batalha dentro de três dias (Fernão Lopes arredonda para «dentro de breve espaço» [*CDJ*, II, cap. 173]). Todavia, ainda o mensageiro não tinha avançado duas léguas e já o conde recebia um novo recado da Covilhã, dizendo que D. Dinis de Castro, logo que soubera da sua aproximação, se retirara para Castela. Claramente, os cronistas acentuam a reputação de invencibilidade do braço armado de D. João I e a sensação de terror que a sua simples aparição em cena inspirava entre os adversários.

O Condestável decidiu avançar para Tui, para socorrer D. João I. Por precaução, ordenou antes a Martim Afonso de Melo que regressasse ao Alentejo para defender a comarca; ele seguiu para a Covilhã com 1200 lanças, e depois para a Guarda, onde foi aconselhado a ocupar Castelo Bom, que Diego Peres tinha abandonado, plano que todavia

não concretizou. Nessa altura, soube que o monarca já tomara Tui (em 26 de julho de 1398) e regressara ao Porto, onde os dois companheiros se reencontraram num momento feliz que coincidiu também com a reconciliação do rei com o prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Camelo (*CC*, cap. 70; *CDJ*, II, cap. 174).

No Porto, surgiu um mensageiro com recado de uma possível defeção de Álvaro Gonçalves de Moura, terra de fronteira na margem esquerda do Guadiana, o que alarmou Nun'Álvares e o fez regressar à pressa ao Alentejo, mas não sem aproveitar a sua passagem por Ourém para fazer uma romaria a Santa Maria de Seiça, o que parece ter inquietado D. João I, que tinha a operação por urgente. Chegado a Moura, terra que lhe devia ser particularmente querida, Nun'Álvares conversou com o alcaide e, pelo que nos conta a *CC* (este é outro dos raros capítulos da biografia anónima que Fernão Lopes não aproveita na sua narrativa, o que me parece sugestivo), bastou o poder da sua palavra para Nun'Álvares persuadir Álvaro Gonçalves a manter-se fiel ao rei, «com sua honra e de seu linhagem e nom foi cercado como fora se o conde quisera» (*CC*, cap. 71).

### O negociador da paz

O que sucedeu a seguir na carreira de Nun'Álvares mostra uma sua faceta que nos é menos familiar: a de negociador da paz com Castela, integrado numa pequena delegação portuguesa, que, na sequência de uma mediação assegurada pelo genovês Mice Ambrósio (vassalo do rei Enrique III de Castela), se encontrou com uma sua homóloga castelhana na fronteira do Alentejo, a meio caminho entre Olivença e Villanueva de Barcarrota. Do lado português, como «juízes», participavam o Condestável e o bispo de Coimbra (D. João, futuro cardeal); em representação de Castela, estavam o mestre de Santiago (Lourenço Soares de Figueroa) e Rui López Dávalos (fronteiro de Múrcia e camareiro-mor do rei).

O ambiente era muito tenso, apesar de se ter acordado numa trégua de seis semanas para permitir as negociações sem sobressaltos de maior. A *CC* (cap. 72) até explica que Nun'Álvares ia montado num grande cavalo ruço, de cor queimada, e equipado com cota de malha e braçais, jaqueta preta, arnês de pernas de malha e botas, levando um cutelo solto à cintura. Ao longe, ficaram cinquenta dos seus melhores homens

de armas liderados por Martim Gonçalves do Carvalhal, prontos para qualquer emergência; do lado oposto, a situação era semelhante. Como se tinha entretanto acordado que os dois juízes de cada parte se podiam fazer acompanhar por dois cavaleiros, Nuno escolheu Gonçalo Anes de Abreu e Pedro Anes Lobato, seus velhos companheiros de armas, que se apresentaram também equipados a rigor.

As negociações não correram bem, e os oito «embaixadores» não conseguiram senão concordar numa trégua pelo espaço de um mês, durante o qual cada parte deveria contactar a sua Coroa para avaliação do processo e novas instruções. Voltaram a encontrar-se em Olivença e aí firmaram um prolongamento de tréguas por nove meses, porque mais não foi possível acordar (*CC*, cap. 72). Assim, o projeto inicial de uma paz prolongada (à maneira da acordada anteriormente, por quinze anos) saiu completamente gorado. Para Nun'Álvares, não parece ter sido uma boa experiência, e a impressão que as crónicas transmitem é a de que se sentiu sempre como um «peixe fora de água»; Fernão Lopes, que relata largamente todo este processo (*CDJ, II*, caps. 177-183), observa que o que mais aborreceu o conde foi «não terem nada feito daquilo por que ali foram juntos, andando já em nove meses que em elo despendiam tempo»<sup>78</sup>! E nisto se consumiu grande parte do ano de 1399.

### A disputa pelo priorado do Crato

Durante estas tréguas, surgiu a questão da vacatura do priorado do Crato, uma vez que, confirmando a volubilidade do seu posicionamento político, Álvaro Gonçalves Camelo se bandeou para Castela (mais tarde, regressaria a Portugal e até integraria a frota que conquistou Ceuta em 1415). Gerou-se, por este motivo, um novo conflito entre o rei (que pretendia atribuir o priorado a Fernão de Álvares, o aio dos seus filhos) e o Condestável, a quem aparentemente o monarca prometera que entregaria o cargo a Lourenço Esteves de Góis, comendador de Santa Vera Cruz (Marmelar, Portel) e seu dedicado amigo e companheiro de armas.

D. João I mandou um emissário (o seu escrivão da puridade, Gonçalo Lourenço de Gomide) a Almada, onde se encontrava Nun'Álvares, para dar a conhecer a sua intenção. O Condestável não esperava por isto e ficou apreensivo, tendo prometido uma resposta para o dia seguinte; quem levou essa resposta foi Gil Airas (tanto a *CC* como a *CDJ, II* o afirmam), que argumentou largamente em defesa do ponto de vista do seu

senhor. Basicamente, o escrivão da puridade pedia ao monarca que não voltasse com a sua palavra atrás e que, ao menos, deixasse os freires da Ordem do Hospital escolherem quem queriam ter como prior. D. João I resistiu durante algum tempo (os cronistas dizem que ele não queria Lourenço Esteves por este ser «mui pequeno de corpo e não vistoso» [*CDJ*, II, cap. 183]), mas acabou por aceder. Realizou-se então, no seio dos hospitalários (uma das «quatro dignidades honradas» do reino [*CC*, cap. 73]), a eleição para o priorado, e os freires optaram por Lourenço Esteves de Góis, o candidato de Nuno Álvares. Ao que se percebe, os Pereiras continuavam a ter a última palavra no que à cabeça do priorado do Crato dizia respeito.

### **Alcântara (a fechar) e um cargo de pouca dura**

A viragem de século trouxe ainda uma entrada conjunta do rei e do Condestável em Castela, julgo que sempre com o objetivo de manter a pressão, não deixar o adversário respirar e, dessa forma, forçar a assinatura de uma paz de longa duração. Cercaram Alcântara (junto ao rio Tejo) em maio de 1400; a operação prolongou-se durante umas escassas semanas, mas não foi bem-sucedida, possivelmente porque se revelou impossível bloquear a praça completamente; serviu, ainda assim, para que o novo prior do Hospital evidenciasse as suas capacidades militares, tal como o inevitável Martim Afonso de Melo. Registo também para as dificuldades de abastecimento da hoste sitiadora e para a fome que chegou a grassar no seu arraial (*CC*, cap. 74; *CDJ*, II, cap. 184), como que dando razão à aversão de Nun'Álvares a este tipo de campanha.

Chegou então o momento de pôr a casa um pouco mais em ordem. Fernão Lopes explica que o rei tinha consciência de que a guerra dos anos anteriores servira para perdoar indiscriminadamente, ou pelo menos para fazer vista grossa a crimes e abusos de todo o tipo cometidos pelos grandes; mas, como ele próprio dizia, «posto que eu entendesse que bem não fazia, convinha-me de outorgar [de o consentir] em tais tempos, por comprazer aos fidalgos que mos pediam». (*CDJ*, II, cap. 201)

Agora, com a guerra terminada, o monarca pretendia repor firmeza e sentido de justiça no reino. E, para tal, nada tão bom como confiar a Nun'Álvares esse encargo na comarca de Entre Tejo e Guadiana. Ele aceitou mais esta missão, segundo Fernão Lopes, com a autoridade moral de quem nunca se aproveitara da sua influência junto do monarca

para interceder pelos da sua casa em matéria judicial. Assim, ouviu as instruções de D. João I, que de resto se estendiam a todo o reino e presumiam muitas pesadas para quem encobrisse malfeitores, revertendo esse dinheiro a favor das obras concelhias de muralhas e castelos. Entre outras matérias, decidiu-se ainda que passaria a haver apenas três coutos de homiziados (pontos fronteiriços de concentração de criminosos a cumprir penas pesadas), a saber, em Noudar, no Sabugal e em Freixo de Espada à Cinta, isto para evitar a disseminação dos malfeitores.

Nun'Álvares parece ter assumido a tarefa com entusiasmo e com rigor; a *CC* afirma mesmo que ele, «sabendo que a terra era minguada de justiça, por serviço de Deus e d'el-rei tomou delo carregado e pôs em ela mão tão de rijo que, com a ajuda de Deus, tostemente a terra foi assentada e a justiça sentida, porque ele nom havia lei com grande nem com pequeno, nem parente nem criado nem amigo, senão todavia fazer direito sem nenhuma afeição» (cap. 74, p. 190). Deste modo, aos poucos, «os grandes e bons que com ele acompanhavam em serviço d'el-rei se afastavam dele». Mas o decisivo, na versão de Fernão Lopes, foi o rei ter-lhe um dia escrito «sobre um cavaleiro, seu criado, que mandava justiça, que [Nun'Álvares] se houvesse com ele por outra maneira, posto que merecedor fosse» (*CDJ, II*, cap. 201, p. 453). Sentindo-se isolado pelos fidalgos e, agora, desautorizado pelo próprio monarca, Nuno demitiu-se do cargo «e não quis dele mais usar».

### O ciclo da morte e da vida

Em 22 de dezembro de 1400 (Coelho, 2005, p. 120), faleceu, com apenas 10 anos de idade, o infante herdeiro D. Afonso, primogénito de João e Filipa, que seria sepultado na Sé de Braga. O Condestável ordenou que se guardasse o luto oficial e organizou umas exéquias solenes pelo defunto, em Montemor-o-Novo, às quais não pôde, todavia, comparecer por se encontrar doente. No entanto, já conseguiu corresponder ao chamamento régio para Leiria, onde, em março ou abril de 1401, se fizeram as menagens ao novo herdeiro, o futuro rei D. Duarte (um ano mais jovem do que o falecido irmão). Parece ter sido também em Leiria que se negociou o casamento do bastardo régio, D. Afonso, com D. Beatriz Pereira de Alvim, a filha única de Nun'Álvares (*CC*, cap. 75).

Beatriz, que deve ter nascido muito perto de 1380, era uma noiva muito cobiçada, e Fernão Lopes refere mesmo que vários senhores e

fidalgos de Castela tinham enviado cartas a D. João I para obter a mão da herdeira do homem mais rico de Portugal (a seguir ao rei). O monarca foi adiando uma decisão, sempre lembrado de que «não prouve aos antigos que os senhores e fidalgos de seus reinos casassem com as grandes pessoas das terras a elas comarcãs [vizinhas] sem sua licença e consentimento» (*CDJ, II*, cap. 203).

António Caetano de Sousa, nas suas *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Tomo V, Livro VI, p. 9), afirma que o monarca propôs primeiro a Nun'Álvares o casamento da sua filha com o infante herdeiro D. Duarte, mas ele, «não por cortesão, mas [como] político recusou, com o justo motivo de estabelecer [fazer] do seu opulento Estado uma grande Casa». Ou seja, segundo esta versão (que não traz abonação suficiente), o Condestável terá assim evitado a absorção dos seus extensos bens pela Casa Real. Em alternativa, aceitou casar Beatriz com o bastardo régio nascido entre 1370 e 1377<sup>79</sup> do ventre de Inês Pires (uma senhora alentejana), o qual seria legitimado pelo pai em 20 de outubro de 1401<sup>80</sup>; o matrimónio foi celebrado ainda no mesmo ano, talvez em 8 de novembro de 1401, que é pelo menos a data em que o monarca confirma uma vasta doação de bens que Nun'Álvares fizera ao genro uma semana antes.

Neste último ato, o Condestável faz doação ao «conde» D. Afonso, filho do rei, em casamento com a sua filha, a «condessa» Beatriz, da vila e castelo de Chaves, com seus termos, da terra e julgado de Montenegro, do castelo e fortaleza de Montalegre e das terras de Barroso, Baltar, Paços e Barcelos com seus termos, coutos, honras, jurisdições cíveis e criminais, padroados das igrejas, direitos e pertenças. Além disso, doa também as quintãs de Carvalhosa, Covas, Canedo, Sarrãos, Gondinhães, Sanfins, Temporã e Casais de Bustelo, com todas as suas entradas, saídas, direitos e pertenças, e com suas honras, coutos e tomadias que há nessas vilas, lugares, julgados, terras e quintas. Quanto às quintãs de Moreira e Pousada, «que ora de mim tem João Gonçalves meu meirinho», são também doadas ao genro, mas — realçando o que eu comentei mais atrás — sob condição de que ele «haja as ditas quintãs em sua vida» e, à sua morte, fiquem «isentamente» para o conde D. Afonso e para a condessa D. Beatriz. O documento prevê também os mecanismos sucessórios adequados, em caso de morte de um dos cônjuges (consoante deixem ou não filhos legítimos)<sup>81</sup>. A *CC*, além de confirmar a doação do condado



de Barcelos ao jovem casal, adianta que Nun'Álvares doou à filha e ao genro a terra de Penafiel de Bastos, Montalegre, Piconha, Portelo (com terra de Barroso), Chaves, Baltar, Arco de Baúlhe e «certas quintãs que o conde havia [em] Entre Douro e Minho e outras rendas» (cap. 76); Fernão Lopes acrescenta Guimarães ao dote e não menciona Portelo, ligando a terra de Barroso a Montalegre, o que faz mais sentido (*CDJ, II*, cap. 203). No essencial, as fontes concordam, mas a documentação da chancelaria merece maior crédito.

As bodas de Afonso e Beatriz foram celebradas em Lisboa, com pompa e circunstância, tendo havido lugar a «justas e torneios e muito prazer de matinadas e outros jogos, assim da parte d'el-Rei como do Condestabre» (*CDJ, II*, cap. 203). A ascensão de D. Afonso à condição de conde foi feita por pedido expresso ao rei formulado por Nun'Álvares, que assim abdicou do seu direito a ser o único homem com esse estatuto em Portugal. Os filhos que resultaram deste matrimónio foram três: D. Isabel (que viria a casar com o próprio tio, o infante D. João, irmão de D. Duarte); D. Afonso, que, em 1422, viria a tornar-se conde de Ourém por graça do seu avô (Nun'Álvares); e D. Fernando, que se tornou, primeiro, conde de Arraiolos (por mercê do avô, em 1422) e depois, à morte do irmão e do pai, duque de Bragança. É justamente nesta parte das suas narrativas, quando referem pela primeira vez os três netos de Nun'Álvares, que as versões com que trabalhamos tanto da *CC* (cap. 76) como de Fernão Lopes (*CDJ, II*, cap. 203) apresentam as interpolações — muito provavelmente devidas à casa de Bragança — a que fiz referência no primeiro capítulo deste estudo.

O casamento de D. Beatriz com D. Afonso conheceria um fim abrupto com a morte da filha de Nun'Álvares (de parto, em Chaves), em data que desconhecemos, mas que julgo dever situar-se em 1412 ou, no máximo, em 1413. Segundo a *CC* (Fernão Lopes já não refere o triste episódio, pois a sua narrativa termina em 1411), o Condestável estava em Vila Viçosa, «fazendo uma igreja de Santa Maria», quando recebeu a notícia que o devastou: «foi tão anojado que se houvera de perder com nojo se o Deus não guardara, e grande e bom juízo que lhe Deus dera» (cap. 77). Foram feitas grandes exéquias por D. Beatriz, julgo que em Chaves, onde foi «muita gente junta de homens e de mulheres de toda a terra e feito mui grande dó, ao qual o conde quisera ir sem discrição [retidão de juízo] se não lhe acorreram cavaleiros que aí estavam» (*ibid.*,

pp. 192-193)<sup>82</sup>. Viúvo, o conde de Barcelos, D. Afonso, viria a casar uma segunda vez, cerca de dez anos mais tarde, com outra noiva acordada com o rei: uma sua sobrinha-neta, D. Constança de Noronha, filha de D. Afonso (conde de Gijón e Noronha, fruto da relação de Enrique II de Castela com Elvira Íñiguez de La Vega) e de D. Isabel, uma filha bastarda de D. Fernando de Portugal (Cunha, 1990, p. 32).

### **Em Ceuta, com a geração de ouro**

Em finais de setembro ou inícios de outubro de 1402, em Segóvia, uma delegação portuguesa composta pelo arcebispo D. João, pelo Dr. Martim do Sem e por João Vaz de Almada (cidadão de Lisboa e cavaleiro muito honrado, que acompanhara Nun'Álvares desde a primeira hora) conseguiu negociar uma trégua luso-castelhana por dez anos (*CDJ, II*, caps. 185-187), a qual seria ratificada por D. João I em Santarém, no dia 18 de novembro do mesmo ano. Em 1406, faleceu o rei Enrique III de Castela, o que, atendendo à menoridade de D. Juan II, conduziu a uma regência partilhada entre a rainha viúva, D. Catarina de Lencastre, e o tio do novo monarca, o infante D. Fernando (filho segundo de D. Juan I). Este enquadramento, ou seja, a circunstância de as rainhas de Portugal e de Castela serem irmãs, favoreceu as pretensões diplomáticas portuguesas de negociação de uma paz prolongada. Tal viria de facto a ser conseguido (apesar de D. Beatriz, a filha de D. Fernando, permanecer viva e congregar em torno de si um forte partido antilusitano) com a assinatura da paz luso-castelhana de Ayllón (Segóvia), em 31 de outubro de 1411.

A partir daqui, D. João I podia respirar de alívio e equacionar outros projetos. Por razões que já desenvolvemos noutra trabalho (Monteiro e Costa, 2015), esta conjuntura conduziria à conquista de Ceuta, em 21 de agosto de 1415. Foi esta a última campanha militar de Nun'Álvares e de D. João I; ainda lado a lado, juntamente com outros companheiros do campo de batalha de São Jorge-Aljubarrota, mas agora todos já com idades compreendidas entre os 50 e os 60 anos, o que é verdadeiramente enternecedor.

A participação do Condestável na aventura de Ceuta teve alguma relevância (Duarte, 2015, pp. 206-211) e disso dão conta, não apenas o cronista anónimo (*CC*, cap. 78), mas também Gomes Eanes de Zurara, na sua monumental *Crónica da Tomada de Ceuta*<sup>83</sup>: o rei não quis avançar com o projeto sem consultar primeiro Nun'Álvares; este terá sido

essencial no conselho reunido em Torres Vedras por D. João I, talvez no verão de 1414; nas manobras entre Algeciras e Ceuta, antes do ataque decisivo, o Condestável teve um papel relevante, suportando no mar — durante duas noites e um dia inteiro — uma tempestade violenta, enquanto o rei e os infantes se punham a recato (*CC*, cap. 78); terá sido a ele que os últimos ocupantes do castelo de Ceuta (uns genoveses) entregaram a fortaleza (*ibid.*); três dias mais tarde, registando-se duros combates junto à porta de Fez, coube-lhe socorrer *in extremis* D. João I e o infante D. Duarte e recolhê-los no castelo, uma vez que «aquele carregamento não era seu, que a outrem o deveram de mandar fazer» (*ibid.*, p. 195); e, por fim, alguns dias mais tarde, na mesma porta de Fez (onde agora o Condestável se alojava, para maior segurança da zona), aparece ainda a travar rijas escaramuças com os muçulmanos e a planear uma surtida que o monarca acabaria por refrear (*ibid.*).

Quando a frota preparava o regresso a Portugal, em inícios de setembro de 1415, foram o infante D. Henrique e Nun'Álvares que o rei encarregou de darem instruções precisas ao conde D. Pedro de Meneses, o primeiro capitão e governador da praça, sobre a forma como deveria proceder na defesa da cidade. Tal era a autoridade do Condestável, que terá, aliás, sido a primeira escolha de D. João I para fronteiro de Ceuta (Monteiro e Costa, 2015, p. 85); porém, para a última fase da sua longa vida, ele já tinha outros planos, a que dedicarei o último capítulo deste livro.

### Balanço de um chefe militar

Perante o percurso que descrevemos, como podemos avaliar a prestação de Nuno Álvares Pereira enquanto chefe militar? Vejamos o que se considerava ser, nos finais da Idade Média, um bom chefe militar.<sup>84</sup> De acordo com os preceitos do tratado militar com mais influência na cultura medieval (o *De re militari*, de Flávio Vegécio Renato, escrito c. 400 d.C.<sup>85</sup>), um bom general (a nomear em função das suas qualidades marciais e não do seu nascimento ou condição social) devia acautelar seis vertentes: i) não dar batalha a não ser em condições vantajosas, ou em circunstâncias em que não lhe fosse possível evitá-la (melhor era vencer o inimigo pela fome do que pelo ferro); ii) apostar em operações de desgaste, espalhando a discórdia no seio do adversário e apanhando-o de surpresa, através de movimentos repentinos ou em momentos delicados; iii) manter os seus homens bem treinados e equipados, prontos para

enfrentar com confiança qualquer adversário; iv) garantir o espírito de corpo e a disciplina no seio da hoste, gerindo bem os recursos humanos e mantendo sempre o moral em alta, com discursos persuasivos e com a força inspiradora do seu próprio exemplo; v) recolher o máximo de informação acerca do adversário e dos seus planos, para poder avaliar com conhecimento de causa a situação, aconselhando-se com poucos e decidindo depois sozinho, mantendo os seus projetos em segredo; vi) assegurar uma boa gestão dos recursos logísticos, evitando ruturas no abastecimento e nas comunicações e cuidando de uma boa organização e vigilância dos acampamentos e das praças-fortes.

Em caso de confronto em campo aberto, Vegécio recomendava que o general ocupasse previamente o terreno, isto é, que o escolhesse de acordo com as suas conveniências e com a composição do seu exército (mais à base de cavalaria ou de infantaria) e que tirasse partido da natureza: quer da orientação do sol e do vento, quer de eventuais obstáculos naturais que pudessem proteger os flancos ou a retaguarda. Estas recomendações constam do Livro III de Vegécio, dedicado à tática; particularmente famoso ficou o capítulo xxvi, «Regras Gerais da Guerra», no qual, em jeito de máximas muito breves, se sintetizam cerca de trinta princípios gerais da arte militar, que têm interesse e validade para praticamente todas as épocas.<sup>86</sup>

Como demonstrou Christopher Allmand (2011, *passim*), os leitores medievais e renascentistas do *De re militari* (obra que, entre os séculos xii e xvi, foi largamente copiada e traduzida para pelo menos seis línguas, tendo sido das primeiras a ser impressas na Europa) deliciaram-se com os preceitos táticos de Vegécio, inscrevendo numerosos comentários nas margens dos manuscritos. Muitos dos mais célebres autores europeus, de Afonso X, rei de Castela e Leão em meados do século xiii, a Maquiavel (1469-1527), passando por Petrarca (1307-1374), por Philippe de Mézières (1327-1405, conselheiro militar de Carlos V de França), pela tratadista Cristina de Pisano (inícios do século xv), ou pelo duque da Borgonha, Carlos, *o Temerário* (autor das célebres «Ordenações» dos anos 1470 e neto de D. João I), incorporaram numerosas recomendações de Vegécio nas suas próprias obras. Ao fazê-lo, foram adaptando alguns dos velhos preceitos romanos às circunstâncias específicas da guerra nos finais da Idade Média; por exemplo, a experiência mostrava que era mais prudente o rei delegar o comando de uma batalha no condestável, ou então,

tendo mesmo de estar presente, dirigir o combate a partir de trás e não na primeira linha, para não correr o risco de ser morto ou aprisionado (como sucedeu a João II de França na batalha de Poitiers, em 1356).

O bom general era visto como o leme de um grande navio, como aquele cuja sabedoria e sagacidade permitiam antecipar os acontecimentos e colocar o adversário numa situação sem alternativa, graças a uma atitude proativa (e não apenas reativa); a vitória numa batalha começava na cabeça de um *dux* capaz de transportar boas ideias para o campo de batalha. A partir do século XII, época em que se privilegiou uma abordagem mais intelectual, «científica», da guerra, o sucesso numa campanha foi encarado como o resultado de um bom planeamento, de muita observação inteligente (Mézières recomendava ao rei que investisse em espionagem cerca de um terço do orçamento da guerra), de um treino intensivo (que permitia uma grande rapidez de execução) e de uma disciplina rigorosa, mais decorrente da motivação dos soldados do que uma obediência cega e imposta pela força.

Ora, à luz destes preceitos, dominantes na sua época, como podemos avaliar a prestação de Nun'Álvares como chefe militar? A primeira verificação é de que se trata de um general muito ativo: em 35 anos de carreira (de 1381 a 1415), tomou parte em três batalhas campais, o que não era nada comum na sua época, e por pouco não entrou em mais duas ou três; isto além da intervenção na tomada de Ceuta e do seu envolvimento em algumas operações de cerco e em muitas cavalgadas e razias. Já D. João I esteve apenas numa batalha, tendo gastado uns 600 dias em catorze grandes operações de assédio...

Significa isto que Nun'Álvares, líder impaciente, proativo e atrevido (recorde-se como surgiu bem armado e escoltado nas exéquias de D. Fernando), homem que gostava do risco, de saltar para o «poço escuro» e do desafio (como vimos, algumas vezes, desafiou adversários para se baterem com ele até à morte, em combate singular ou em pequenos grupos), não foi um intérprete escrupuloso de uma estratégia de evitar o mais possível a batalha campal. Pelo contrário, não só não a receava como a procurou com frequência. Em 1382, fugiu à vigilância do irmão para se juntar ao rei nas margens do rio Caia; tanto em Atoleiros como em Aljubarrota, forçou a ocorrência do ordálio, mas também tratou de acautelar as suas probabilidades de sucesso, escolhendo uma posição favorável e convidando o inimigo a atacar para

depois ser surpreendido e desbaratado. Num caso, ocorrido no Divor, no verão de 1384, viu-se obrigado a recusar a batalha e teve de se retirar com baixas pesadas, durante uma noite chuvosa; noutra, em maio de 1398, na campanha de Badajoz, não conseguiu desalojar o mestre de Santiago da posição vantajosa em que este se encontrava e optou por não o acometer: em ambas as situações, revelou-se um líder audaz mas também prudente. Podemos, portanto, concluir que Nun'Álvares apreciava muito a batalha campal, mas só a concretizava quando tinha reais possibilidades de a vencer. A exceção a esta regra (vegeciana) será o combate de Valverde: aqui, sim, Nun'Álvares foi ele próprio forçado a combater, e em circunstâncias muito ingratas, quando a hoste atravessava o rio Guadiana e procurava regressar a Portugal; talvez isto ajude a explicar as rezas que os cronistas lhe atribuem, no meio da penedia, em pleno combate: só um milagre lhe permitiria e aos seus escapar com vida e reentrar triunfalmente no Alentejo.

O que Nun'Álvares não apreciava nada eram as operações de cerco. A discussão que teve com o rei, em Coria, é muito elucidativa: o Condestável considerou que aquela operação, além de tudo empreendida sem engenhos adequados, mais era «morte de homens» do que «honra e proveito» de alguém. Os cercos — argumentava — eram operações dispendiosas e arrastadas, que exigiam um planeamento e uma logística complexos: grandes quantidades de vitualhas (sob pena de os homens ingerirem algo que lhes provocava depois muitas dores) e engenhos sofisticados e difíceis de transportar. Assim, poucas vezes o encontramos a atuar em operações de assédio, a não ser na companhia do rei e por decisão deste. E quando tenta, por conta própria, o assalto a uma praça, fá-lo geralmente porque tem esperança de dispor de uma «quinta coluna» (caso de Vila Viçosa, em 1384, desgraçadamente não confirmado), ou então na sequência de um ardid de guerra, como vimos suceder em Monsaraz ou em Portel, casos em que ludibriou os alcaides e penetrou na praça com pouco esforço. A sua impaciência, revelada logo na tomada do castelo de Lisboa, em dezembro de 1383, não se compadecia com grandes insistências, sempre que — como em Monforte — a roda da fortuna não lhe era, desde cedo, favorável.

Como alternativa aos cercos, o conde defendia (além da batalha) o «correr a terra», ou seja, preferia a execução de operações de desgaste do adversário: grandes razias ou ciladas ardilosas. A sua primeira ação

militar relevante foi uma emboscada na praia, na zona de Santos, a umas tropas biscainhas que haviam deixado a frota e que circulavam pelo vale de Alcântara; Nun'Álvares ficou subitamente isolado e a combater contra um elevado número de opositores e quase morreu preso debaixo do seu próprio cavalo! Um batismo de fogo, mas que parece tê-lo animado a praticar este tipo de guerra. Como aconteceu em Sintra, dois anos depois, de novo de forma algo temerária, fruto da sua juventude; ou em Constância, no verão de 1384, quando, no regresso de Buarcos, optou por armar uma bem-sucedida cilada aos castelhanos, na cumeada de uma charneca. De certa maneira, embora a uma escala muito diferente, este mesmo espírito esteve presente em Aljubarrota: no planalto de S. Jorge, o exército anglo-português, de certo modo, preparou uma emboscada ao seu adversário, atravessando-se literalmente no seu caminho...

A predileção de Nun'Álvares por estes «golpes de mão», típicos de uma guerra vegeciana, acentua outra faceta do seu estilo: ele era adepto da *blitzkrieg*, jogava na antecipação e na surpresa, na proteção da noite, e a sua hoste tinha uma notável capacidade de movimentação. Vimos como, em 1384, quando seguia na peugada de Pero Sarmiento, a sua companhia avançou sete léguas (35 km) numa só noite, entre Palmela e os arredores de Almada; para a época, isto constituía uma proeza! Poucos dias depois, efetuou um raide relâmpago contra a mesma força castelhana estacionada em Almada, e os inimigos mal tiveram tempo para se vestir e para aguentar com sucesso a investida matinal dos portugueses. Em 1385, após recrutar tropas no Alentejo, organizou uma marcha forçada, que lhe permitiu chegar a Abrantes em apenas três dias. Este género de atuação, que recorda Alexandre ou Aníbal, deve ter ficado famoso na época, e por isso os de Cáceres lhe chamaram «Nuno Madruga».

Um tal estilo de guerra (que Vegécio também recomendava) pressupunha muita atenção à recolha de informação inteligente. Quando persegue Pero Sarmiento, vemos Nun'Álvares receber notícias sobre a hoste castelhana e as defesas de Almada; em 1398, quando vai no encalço do mestre de Santiago, envia batedores seus em busca dos adversários e, decerto, também com a intenção de reconhecer os itinerários mais seguros e os melhores locais para acampar.<sup>87</sup> Claro que as informações podiam, por vezes, não ser fiáveis: foi o que supomos ter sucedido em 1388 (alegado ataque do mestre de Santiago contra Estremoz e Monsaraz); em outros casos, embora verídicas, as informações poderiam



não ser boas, e então o chefe deveria acautelar o equilíbrio emocional das suas tropas: antes de Aljubarrota, o Condestável procurou informar-se sobre o inimigo; quatro batedores seus obtiveram um prisioneiro, que lhe descreveu o potencial da hoste castelhana; as notícias eram terríveis, mas Nuno ordenou ao detido que, junto do rei e das tropas portuguesas, declarasse que o exército que o rei de Castela trazia era desprezível e estava minado pela discórdia...<sup>88</sup>

Estes jogos psicológicos são interessantes, pois na guerra medieval os recursos materiais eram escassos e tudo dependia da organização e da disponibilidade dos combatentes (como dizia Vegécio, nas suas *Regras Gerais da Guerra*, «a coragem ajuda mais do que o número»). Por isso, Nun'Álvares procurou moldar desde cedo o caráter da sua companhia, incutindo-lhe identidade e confiança, que mais não eram do que o resultado de um treino regular, da habituação à visão do inimigo e do grande respeito pelo seu líder. Este desejo de «temperar os homens como aço» (Saraiva, 1988, p. 208) deteta-se desde cedo, por exemplo, quando o jovem fronteiro apresenta aos seus a parábola do «poço escuro»; ou quando, antes de Atoleiros e perante a notícia que dava como certa a presença de grandes capitães na hoste castelhana, os confronta com uma escolha que poria a nu a sua coragem ou cobardia, convidando os bravos a atravessarem o regato que tinham à sua frente.

Todavia, não bastava estar disponível, também era preciso ser eficaz em combate. Nun'Álvares parece ter acautelado também este aspeto. Em numerosas ocasiões, efetuou revistas (alardos) às suas tropas, como, por exemplo, antes da investida contra o arrabalde de Cáceres, em 1398; em finais de 1397, antes de atacar a mesma cidade, treinou as suas 700 lanças nos arredores de Vila Viçosa, pois há algum tempo que não combatiam, e o ócio próprio do tempo de paz amolecia os homens: fez desfilar a sua gente, completamente armada e com os bacinetes na cabeça, todos a cavalo e com as lanças na mão, e assim os andou a reger, para que ficassem aptos a enfrentar o perigo (*CDJ*, II, cap. CLXI; e *CC*, cap. LXVI).

Esta maneira de lidar com os homens, que lembra muito o jeito de Júlio César comandar as melhores legiões romanas de sempre, aumentava a confiança no chefe. Tanto mais que, em batalha, contrariando os preceitos coevos, Nun'Álvares gostava de encabeçar as tropas na primeira linha, tal como sucedeu em Atoleiros e em Aljubarrota, ou, de

forma menos convencional, em Valverde (e, neste caso, apesar de ter sido ferido num pé). Além disso, não se esquivava a tarefas «menores», como nos cercos de Chaves, em 1386, ou de Alcântara, em 1400, onde liderou algumas operações para obtenção de forragens e de mantimentos.

Claro que esta disponibilidade e exemplo tinham depois o seu retorno, em matéria de disciplina, de dedicação e até de algum afeto dos guerreiros. E isso era essencial, pois estamos a falar de uma época em que ainda não havia exércitos permanentes, treino conjunto regular, casernas, uniformes ou regulamentos de disciplina militar! Por esse motivo, controlar as tropas era quase sempre uma tarefa muito ingrata: sobretudo quando faltava o soldo para pagar aos homens, como aconteceu no regresso de Buarcos (em 1384), na missão a Castelo Branco (em 1389, contra o mestre de Alcântara, momento em que muitos se recusaram mesmo a acompanhar o Condestável) ou, em 1398, na campanha contra o infante D. Dinis de Castro na comarca da Beira. O facto reforça a nossa convicção de que a hoste de Nun'Álvares funcionava como uma «companhia de homens de armas», com forte sentido de autonomia e com uma organização muito própria.

Toco aqui num ponto crucial, que consiste em saber se o exército de Nun'Álvares era ou não um contingente mercenário, comparável às «companhias de aventura» que grassavam na Europa de finais do século XIV, em grande parte por obra e graça da Guerra dos Cem Anos. Embora em trabalhos anteriores me tenha inclinado para uma resposta positiva, hoje julgo sinceramente que não. Os mercenários eram, por definição, soldados sem Estado, que combatiam por dinheiro, não sendo súbditos da Coroa que serviam — pensemos nas guerras anglo-normandas do século XII ou no conflito anglo-francês de Trezentos (Prestwich, 1996, p. 147). Ora, não é isso que vemos no contingente de Nun'Álvares, no qual são todos portugueses e súbditos de D. João I; é certo que o problema do pagamento do soldo é recorrente, e vimos como a sua ausência comprometeu por vezes a disponibilidade dos seus homens para lutar; numa ocasião, num contexto de penúria extrema (em 1384), hesitaram mesmo antes de recusarem o suborno do judeu David Alguaduxe, ao serviço de Juan I de Castela. No entanto, devemos distinguir entre soldados remunerados e soldados profissionais (como os mercenários), que não se preocupavam com a origem do dinheiro que

recebiam. Os homens de Nun'Álvares, na sua maior parte, conservavam as suas atividades profissionais e eram reconvocados de cada vez que o seu líder organizava uma nova campanha; mesmo alguns dos homens do seu núcleo duro, muitos dos quais eram alentejanos de origem, podem ter atuado nessas condições.

Além disso, na «companhia de Nun'Álvares» serviam (sempre ou de forma mais pontual) muitos homens da pequena, média ou mesmo grande nobreza: desde um número elevado de escudeiros (alguns dos quais podiam ter origem fidalga, outros foram nobilitados em Aljubarrota e em diferentes campanhas militares) até personagens como o prior do Hospital, o mestre de Santiago, Martim Afonso de Melo (que comandava 200 lanças) e, de um modo geral, todos os fidalgos de Entre Tejo e Guadiana e do Algarve, exceto o mestre de Avis, que servia diretamente o rei (mas que ainda assim foi mobilizado por Nun'Álvares para um ataque a Cáceres). Isto é expressamente referido por Fernão Lopes (*CDJ, II*, cap. 199, p. 445) e não vejo razões para duvidar. Ora, também esta circunstância não favorece uma leitura mercenária da hoste do conde; como lembra Michael Prestwich (1996, p. 150), a etiqueta «mercenário» não se aplica bem a gente de condição social elevada, independentemente da volubilidade do seu posicionamento político, que constitui um assunto distinto.

De resto, os mercenários, se ofereciam bastantes vantagens a quem os contratava (experiência na arte militar, destreza no manejo das armas, repositório grande de ardis e de soluções táticas), também acarretavam alguns problemas, acima de tudo o da sua sempre latente infidelidade, caso alguém lhes pagasse melhor e mais depressa. Que eram eficientes e letais, não há dúvida, de tal maneira que o Concílio de Latrão, de 1179, no seu cânone 27, condenou a existência destes *routiers* pela sua crueldade (e pela forma impiedosa como saqueavam as igrejas, é claro); ao abrigo desta condenação, organizaram-se até movimentos populares (como os capuchinos, no Sul da Gália, em 1182-1184), para exterminar com verdadeiro espírito de cruzada os mercenários da região (France, 2010, *passim*). Não temos dúvida de que a Hispânia dos anos posteriores à assinatura do tratado anglo-francês de Brétigny-Calais (1360/1361) constituiu (até por causa da guerra civil castelhana entre Pedro I e Enrique II) um cenário muito apetecível para os soldados ingleses e gascões treinados nas guerras de França, que queriam continuar

a lucrar com os proventos da guerra; os mercenários eram filhos da guerra endémica e tendiam a aparecer onde esta grassasse. No entanto, não creio que isto possa ser diretamente relacionado com o exército de Nun'Álvares Pereira, quer enquanto fronteiro do Alentejo, quer já depois como condestável do reino. O que, só por si, não engrandece nem diminui a sua capacidade marcial, pois, como tem sido assinalado, os mercenários, pese embora a sua proficiência bélica, não revolucionaram a arte militar medieval, mostrando uma capacidade limitada para renovar os modelos táticos e estratégicos em vigor; já o aparecimento do arco longo inglês (o *longbow*), ou a utilização recorrente da cavalaria desmontada em formação defensiva, entre outras soluções, isso sim, ajudou a mudar a face da guerra (Prestwich, 1996, pp. 156-157).

A minha atual hipótese de trabalho é, portanto, outra. Julgo que a convivência de Nun'Álvares com os mercenários ingleses do conde de Cambridge, numa fase decisiva da sua formação militar (tinha cerca de 20 anos) e poucos anos mais tarde com os que combateriam em Aljubarrota, o ensinou a organizar e a reger eficazmente uma companhia de homens de armas. Aqueles mercenários ingleses eram gente muito experiente, conforme Peter Russell, a partir de documentos do *Public Record Office* de Londres, claramente demonstrou no seu extraordinário livro, ainda hoje indispensável, sobre a intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos (1955/2000, esp., pp. 335 e ss.). Nun'Álvares, bom aluno em matéria castrense, aprendeu bem a lição e, depois, aplicou alguns desses princípios organizativos básicos ao grupo — razoavelmente estável — que comandou entre 1384 e o final de Trezentos. Recorde-se que, logo após a sua nomeação como fronteiro de Entre Tejo e Guadiana (em março de 1384), ele fez questão de que a sua hoste tivesse bandeira própria, conselho de guerra (eleito pelos seus pares) e oficiais com funções específicas (alferes, meirinho, ouvidor, cadeia, fora os ofícios religiosos); depois, aproveitou bem as suas oportunidades para os equipar, para os treinar, para os reger em armas e para os familiarizar com as diversas cambiantes da guerra; tornou-os uma máquina de combate eficiente, com uma liderança estável e procedimentos mecanizados, que pôde atuar durante anos e anos com bastante autonomia, relativamente ao rei. Sabemos que os homens o tratavam por «Senhor» e que tinha poderes para os punir e para lhes confiscar e doar bens. Compôs, assim, a sua «companhia de guerra», mas

não uma «companhia de aventura» à maneira mercenária: estes homens tinham uma causa, um propósito e uma autoridade política reconhecida acima deles — o fronteiro/condestável e, por todos, o monarca; não serviam só por dinheiro, embora este não fosse desprezável ou indiferente; lucraram com a guerra, foram pagos para a fazer, mas não subordinaram completamente a sua vida a ela, nem serviram fora de Portugal (apesar de terem chegado a admitir fazê-lo, em 1393).

O que aconteceu neste ano, quando Nun'Álvares decidiu recompensar duas dezenas dos seus homens com doações de terras e rendas, tornando-os simultaneamente seus vassallos, e a forma como a Coroa reagiu a isto, conduz-me a uma outra conclusão, que me parece hoje bastante mais razoável: o que o Condestável criou (ou pelo menos tentou criar) foi um exército de tipo senhorial privado, muito provavelmente o único que existiu em Portugal entre o final da Reconquista e o termo da Idade Média, pelo menos fora da órbita da Casa Real. Não uma força militar de um *condottiere* que liderava mercenários apátridas, mas sim uma hoste senhorial (no sentido de dependente de um senhor, e não tanto de corpo orgânico de uma casa senhorial) poderosa e eficaz, com a qual se dispôs até a oferecer batalha ao rei de Castela, em agosto de 1385. Não seria, bem entendido, sobretudo de início, um exército composto apenas por homens dos seus senhorios, uma vez que é manifesto que a carreira de Nun'Álvares em Entre Tejo e Guadiana tirou largo partido da sua condição de fronteiro, mais tarde reforçada com o estatuto de condestável do reino. Por outro lado, embora as crónicas não nos forneçam muitos dados nesse sentido, admito como possível que, sobretudo nas zonas mais próximas da raia, a existência de uma tradição de mobilização municipal, de tipo miliciano, possa ter sido importante para a formação dos contingentes militares que ele foi reunindo. Entretanto, com a sucessão das campanhas (e das mobilizações a que estas davam origem), com a acumulação de títulos e de terras (muitas delas no Alentejo, como adiante se verá) por parte de Nuno Álvares Pereira, a natureza mais privada, senhorial, das suas tropas deve ter-se acentuado e justificou o passo que quis dar, no sentido da constituição de vassallos próprios.

A Coroa sentiu o perigo da eventual caução de um exército particular deste tipo e atalhou o problema, com o chamamento régio dos Paços da Serra e com as deliberações que daí resultaram e que já comentei. Em matéria de transferência de bens (nomeadamente terras), os resultados

são um pouco nebulosos, como vimos, mas — para o propósito que aqui mais nos interessa — a conclusão parece clara: Nun'Álvares, condestável do reino, conde de Ourém, Barcelos e Arraiolos, mordomo-mor do rei, detentor de uma casa senhorial poderosa, continuou a atuar de forma militarmente semelhante e em paralelo à hoste real; os seus bravos não se tornaram seus vassallos, mas continuaram a chamar-lhe «Senhor» e a servi-lo em armas; muitos podem, afinal, ter até conservado em vida as terras que ele lhes havia doado, e que o monarca pretendeu recuperar. Se não conseguiu ver consagrada pela Coroa a natureza feudo-vassálica da sua hoste privada, nem por isso deixou de poder continuar a dispor dela nos anos que se seguiram, até ao final da guerra contra Castela: com a mesma autonomia e proficiência de sempre. Não como um capitão mercenário (desse lado terá aproveitado apenas os ensinamentos sobre organização, disciplina e treino), mas sim como um senhor poderoso que moldou a sua própria máquina bélica, beneficiando para tanto de uma complacência excepcional da Coroa, que só as circunstâncias políticas e militares delicadíssimas de 1383-1400 permitem explicar.

Regressando agora à *vexata quaestio* da indisciplina, devo frisar que esta também podia resultar de outros fatores, que não a falta de identidade da hoste ou a debilidade do respetivo comando: por exemplo, quando havia sede e vinho a mais (como na campanha de Valverde, em 1385, ou em Zafra, em 1398), as rixas e os tumultos grassavam mais facilmente; ou então quando Nuno, líder devoto e com preocupações éticas (próprias, aliás, do seu modelo cavaleiresco), tomava decisões tão impopulares (cf. cerco de Chaves, em 1386) como as de proibir a presença de mulheres na hoste ou a prática de jogos de azar no arraial, onde porventura se arriscariam a perder algum do seu armamento, por via de apostas infelizes.

Nun'Álvares tinha de ter pulso firme para controlar todas estas adversidades e, por vezes, terá exorbitado, como naquela situação após a tomada de Almeida, em 1386, em que mandou queimar um escudeiro que tinha roubado um cálice numa igreja; os protestos foram tantos que ele foi obrigado a reduzir a pena, banindo o jovem Gonçalo Gil de Veiros da sua hoste (*CDJ*, II, cap. LXXIV; e *CC*, cap. LVI). Ainda assim, as crónicas também nos dão a ver um lado seu mais humano, sensível e razoável, como quando implorou (em vão) ao rei que não mandasse decepar os

seis moços que tinham ido «tomar erva» sem autorização do monarca, em Villalobos, durante a campanha anglo-portuguesa de 1387 em Leão e Castela. Fernão Lopes mostra-nos aqui o Condestável «com vulto triste e choroso» a refugiar-se na sua tenda e a deitar-se «de bruços em cima da cama», sem conter as lágrimas e tentando que «o não ouvissem chorar muito e dar grandes soluços por tal justiça como aquela» (*CDJ, II*, cap. 109, p. 226). Disciplina, sim, mas não a qualquer preço e por qualquer motivo, insinua o biógrafo régio, que aqui sugere mais um claro contraste entre Nun'Álvares e D. João I.

Ao que dizem os cronistas, o roubo em igrejas e o incêndio de searas eram «crimes de guerra» que desagradavam profundamente a Nun'Álvares, homem devoto, atento ao tratamento conferido aos prisioneiros e praticante regular da sua religião. Mesmo quando entravam em território inimigo, o conde «mandava que nenhum não pusesse fogo a pães [campos semeados de trigo], nem a aldeias, nem arrabaldes, nem outros edifícios»; e se alguém prevaricava, «descavalgava e ajudava-o a matar»; mas o pior, mesmo, era quando «entravam nas igrejas, por tomar delas alguma coisa» (*CDJ, II*, cap. 199, p. 446). Os templos eram locais sagrados, e Nun'Álvares, para proteger as mulheres e as crianças que levava presas, mandava-as meter numa igreja, «se a aí havia», caso contrário, escondia-as no mato e punha alguém em guarda delas.

Um dia, no regresso de Alcântara, o fronteiro do Redondo, Fernão Lopes Lobo, armou uma cilada em Villanueva del Fresno, para conseguir apanhar o alcaide da torre do lugar e os seus homens quando estes saíssem para a cerimónia do oitavo dia da morte do pai do alcaide, enterado na igreja vizinha da barbacã da torre. «E por não se fazer aquele dia, não saiu ele fora, mas saiu sua mulher e irmã dele, e três filhos dela; e tomaram todos dentro da igreja, e de outros até quarenta e levaram-nos presos.» O Condestável, porém, quando soube disto, «mandou logo que quantos foram tirados da igreja que os tornassem a ela, com todas as coisas que de dentro tomaram». Bem argumentavam os seus homens que «aquela igreja era cova de ladrões», donde saíam de vez em quando uns cinquenta moradores para devastar o termo de Évora! Mas, «pero lhe assim mostravam per direito mestres em teologia, [o Condestável] nunca em elo quis consentir» (*CDJ, II*, cap. 99, pp. 447-448).

Em minha opinião, o episódio mais comovente dos que, a este respeito, Fernão Lopes relata, ocorreu por ocasião de mais uma entrada



em Castela, durante a qual um dos capitães de Nun'Álvares chegou de surpresa com os seus homens a uma aldeia onde estava a decorrer uma boda; ato contínuo, «prenderam o noivo e a noiva, onde [quando] iam para os levar à igreja a lhe fazer seu ofício, e [prenderam também] alguns dos que andavam em a festa»; o Condestável não gostou, repreendeu o seu capitão, mandou logo «soltar o noivo e a noiva e os que vinham presos» com eles e ainda fez questão de visitar a aldeia, em jeito de desagravo; aqui, garantiu que a boda continuaria e não só: «E tornando-lhe a fazer sua festa e ofício, cantando os seus em ela [!], leixou os noivos com os outros em paz e tornou a seu alojamento, dizendo que assim cumpria de se fazer, pois que o casamento era um dos sacramentos da Santa Igreja.» (*CDJ, II*, cap. 199, p. 447)

Admito que uma parte destas histórias corresponda a uma «reconstrução dourada» feita pelo cronista, numa época em que sabemos que os filhos de D. João I se empenhavam em obter a canonização de Nun'Álvares. No entanto, não vejo razão para não aceitar que o Condestável tenha exibido um padrão de comportamento na guerra que contrastava com a violência dominante na época e que explica a comparação que Fernão Lopes dele faz com Cipião, *o Africano*, que combateu «no tempo que ele e os outros capitães eram cheios de nobres costumes, e aformosentados de naturais virtudes, como se acha largamente escrito»<sup>89</sup>.

No plano logístico, o estilo de guerra de D. Nuno não permite grandes comentários. Ao evitar as operações de cerco, ele privilegiava uma guerra mais móvel, que não implicava o transporte de materiais pesados. O abastecimento era feito sobretudo com base no que a terra dava, em especial durante as incursões em Castela, e os problemas só surgiam quando os inimigos recorriam à «terra queimada» e esvaziavam os campos e os celeiros (como na campanha aliada de 1387, ou aquando do raide do Condestável na região de Badajoz, em 1398); também no cerco de Coria houve problemas de abastecimento, mas neste caso porque a chuva intensa inutilizou uma grande quantidade de vitualhas. Ainda assim, merece referência o esforço de Nun'Álvares para ajudar a abastecer Lisboa, que se preparava para o cerco castelhano de 1384: recorde-se a sua operação de saque de mantimentos na região de Sintra, com o que deu um forte contributo para viabilizar a causa do mestre de Avis.

Mais digno de nota é o esforço de Nun'Álvares para recrutar constantemente tropas para as campanhas que tinha pela frente (e para evitar as deserções, um flagelo a que não conseguiu escapar completamente). Embora contasse com um pequeno «núcleo duro» bastante estável, ele tinha de o reforçar para cada operação; e fazia-o com eficácia, quase sempre no Alentejo, onde tudo lhe era mais fácil e familiar: em 1398, recuperado da sua estranha doença, conseguiu reunir em Estremoz perto de 7500 homens, incluindo 1800 cavaleiros! Esta era também uma forma de um líder ousado se precaver de dissabores amargos, dos quais não havia recuperação possível (como dizia Vegécio, citando Catão, os erros em combate não admitem emenda); e Nun'Álvares, sendo um chefe que não gostava nada de deixar escapar uma oportunidade favorável, também não era propriamente um líder imprudente, sobretudo depois de ultrapassar a fase da sua «mocidade de armas»; aliás, no verão de 1384, vimos até o seu conselho de guerra rejeitar uma proposta escrita do mestre de Avis para um ataque desesperado contra o arraial castelhano que sitiava Lisboa: nessa altura, Nun'Álvares talvez tivesse vontade de concretizar a ofensiva, mas soube ouvir os seus e guardou o seu parecer.

Se D. Nuno era sobretudo um tático, D. João I era um estratega; no entanto, nem sempre a relação entre ambos foi fácil e, se as coisas funcionaram bem, foi em parte porque os objetivos principais eram os mesmos e porque a autonomia de atuação era grande: durante as várias fases da guerra que atrás recordei, o partido do mestre de Avis/D. João I teve sempre dois exércitos a operar separadamente e em simultâneo, convergindo apenas quando o momento o exigia (casos de Aljubarrota, da campanha anglo-portuguesa em Castela e de algumas operações de cerco de maior envergadura). É visível, em muitas ocasiões, a tensão entre o rei e o seu condestável: no conselho de Abrantes (em agosto de 1385), este bateu com a porta e forçou a batalha; organizou depois a campanha de Valverde (outubro de 1385) sem conhecimento do monarca; em 1389, avançou para Castelo Branco, contra o mestre de Alcântara, antes de se dispor a socorrer D. João em Tui; em 1396, começou por recusar acudir à violenta incursão de Martim Vasques da Cunha e outros capitães contra Viseu; em 1398, optou por auxiliar a Beira, assolada pelo infante D. Dinis, antes de ajudar o monarca, em dificuldades na Galiza... Eis o grande senhor a pensar e a decidir pela sua própria

cabeça quais os movimentos mais adequados do seu exército. São muitos exemplos para se tratar de uma mera construção dos cronistas.

O progressivo afastamento de Nun'Álvares da corte, a partir de 1402, também sugere alguma frieza. Desde então, e excetuando Ceuta, os percursos de ambos são distintos: D. João consolida a sua autoridade, tornando-se um rei incontestado e vitorioso, o monarca de «boa memória»; Nuno retira-se praticamente da cena política, seguindo um outro rumo, a que dedicarei o último capítulo deste livro.

Nun'Álvares: chefe prestigiadíssimo, que teve a argúcia necessária para introduzir em Portugal o modelo tático inglês, que em Trezentos dava cartas na Europa; chefe carismático e tremendamente eficaz, quer a vencer batalhas campais, quer a armar emboscadas, quer a comandar operações de forragem ou a penetrar arditamente nos castelos; chefe que viveu sobretudo *no e para* o seu Alentejo e que, à sua morte — também porque combatera sobretudo contra forças militares castelhanas e «cismáticas», o que favorecia a sua fama (Nunes, 1986, p. 58) — logo se tornou um herói sem rival na história militar portuguesa.

## CAPÍTULO 3

### O SENHOR FEUDAL E O SEU PATRIMÓNIO

Este capítulo tem como objetivo principal reconstituir e comentar a formação do património de Nuno Álvares, verificando até que ponto ele pode ou não ser estreitamente relacionado com a sua transbordante atividade militar, que foi objeto de extensa análise no capítulo anterior.

Para uma melhor compreensão do problema, precisarei, entretanto, de aprofundar os nossos conhecimentos acerca da família dos de Pereira, a que pertenceu o Condestável: a sua entrada em Portugal, a evolução da sua presença na corte, a constituição geral do seu património e a sua vinculação ao serviço do rei. Dedicarei, neste contexto, uma especial atenção à figura do enérgico Álvaro Gonçalves Pereira, pai de D. Nuno, e à forma como ele reorientou os destinos da Ordem do Hospital em meados do século xiv, tanto do ponto de vista material como no plano ideológico.

A análise da formação e evolução do património de Nun'Álvares será feita com base numa centena e meia de documentos, na sua grande maioria incluídos nas chancelarias régias, em especial na *Chancelaria de D. João I*.

#### Os de Pereira

A origem remota da família dos Pereiras conduz-nos à primeira metade do século xii e, mais concretamente, à figura de Gonçalo Rodrigues da Palmeira, quinto avô paterno de Nun'Álvares e representante de um ramo galego dos Trastâmaras que se estabeleceu no Entre Douro e Minho.<sup>90</sup> Gonçalo Rodrigues era senhor do couto de Palmeira (perto de Santo Tirso), que, segundo Anselmo Braamcamp Freire, terá

doado ao mosteiro de Landim na segunda ou na terceira década do século XII. É possível que Gonçalo Rodrigues tenha ainda recebido de D. Teresa as terras de Lanhoso, de Basto, de Refoios, de Paiva e de Baltar, embora não se conheçam as condições precisas dessas doações nem disponhamos de indicação segura acerca da permanência dessas terras nas mãos da mesma linhagem, com exceção da referência à posse de Baltar e de Paiva por Vasco Gonçalves Pereira, nos inícios do século XIV (Cunha, 1990, p. 229).

Um filho de Gonçalo Rodrigues da Palmeira, chamado Rui Gonçalves de Pereira (tetravô de Nun'Álvares), além de ter confirmado, em 1177, a carta de couto concedida pelo irmão ao mosteiro de Landim, fundou a quintã e honra de Pereira, localizada na freguesia de Esmeriz, em terra de Vermoim, a nordeste de Vila Nova de Famalicão (Pizarro, 1999, II, pp. 294-295; Côrte-Real, 2009, p. 199). Foi provavelmente a aquisição desta quintã, nas margens do rio Ave, que esteve na origem do apelido da família «Pereira».

Do casamento de Rui Gonçalves de Pereira com Sancha Henriques de Portocarreiro resultou o nascimento de Pero Rodrigues de Pereira (trisavô de Nun'Álvares). Estas duas primeiras gerações dos Pereiras, que coexistem ainda com os outros ramos dos Trastãmaras (os Travas, os Tougues e os Palmeiras), deixaram sinal claro da sua presença na corte portuguesa, onde Pedro Rodrigues está documentado até 1183. Segundo José Augusto Sottomayor Pizarro, cuja sólida tese de doutoramento aqui sigo de perto, por essa altura, é possível que algum litígio com o rei D. Afonso Henriques (m. 1185) ou, mais provavelmente, já com D. Sancho II, tenha ditado o afastamento de Pero Rodrigues de Pereira (rico-homem e tenente de Trancoso e de Viseu entre 1180 e 1183) dos meios cortesãos (Pizarro, 1999, II, pp. 294 e 299). Nesta época, porém, a ascensão de novas linhagens — como era o caso dos de Riba de Vizela, dos de Lima ou dos Soverosas — deve também ter ajudado a criar um cenário propício ao apagamento dos Pereiras na corte, até porque as alianças matrimoniais que os filhos de Pero Rodrigues e Maria Pires Gravel estabeleceram (com Redondos, Velhos, Teixeiras e Pimentéis) não foram de molde a permitir-lhes rivalizar com essas linhagens emergentes, contrariamente ao que os Travas, os de Tougues e até os de Palmeira iam conseguindo fazer (por via de alianças mais valiosas, com os Sosas, os Barbosas ou os de Valadares [*ibid.*]).

Deste modo, os Pereiras desaparecem da corte régia portuguesa ao longo da centúria de Duzentos, não tendo sequer beneficiado da extinção dos outros ramos dos Trastâmaras durante esse período; ainda assim, regista-se algum alargamento do seu património fundiário para as terras vizinhas de Braga, de Refoios de Riba de Ave e de Faria. Tal foi o tempo de Gonçalo Pires Pereira (filho de Pero Rodrigues Pereira e do seu casamento, em primeiras núpcias, com Maria Pires Gravel), que é o bisavô paterno de Nun'Álvares e que foi comendador de Límia, Toronho, Távora e Faria, além de «grão-comendador do Hospital nos cinco reinos de Espanha» desde 1268 ou 1269.<sup>91</sup> Fernão Lopes evoca a fama deste fidalgo, que tinha influência e geria bens em ambas as margens do rio Minho, dizendo que «era de gram casa e estado, acompanhado de muitos e bons parentes e criados, muito grado [notável] e prestador assim aos seus como a estrangeiros» (*CDJ, I*, cap. 32, p. 57)!<sup>92</sup>

Gonçalo Pires Pereira, que faleceu antes de 1298, casou uma primeira vez com Urraca Vasques Pimentel, que era meia-irmã do prior do Hospital, Estêvão Vasques Pimentel (tio-avô de Álvaro Gonçalves Pereira). Percebemos que, com a sua entrada em cena, a sorte começou a mudar para os de Pereira. Com efeito, com a aproximação da viragem para o século xiv, eventualmente em resultado das ligações que os descendentes de Gonçalo Pires foram conseguindo construir com as famílias dos Portocarreiros, dos Cunhas e dos Barretos<sup>93</sup>, os horizontes da implantação geográfica dos Pereiras vão-se estendendo a terras mais a sul, como, por exemplo, aos vales do Sousa e do Douro, e até mesmo ao rio Vouga (Pizarro, 1999, II, p. 295). Além disso, logo no primeiro quartel de Trezentos, assistimos à (re)entrada dos Pereiras na corte<sup>94</sup>; é o caso de D. Gonçalo Gonçalves Pereira (filho de Gonçalo Pires e de Urraca Pimentel), que chegou a arcebispo de Braga (1326-1348) depois de ter sido educado na corte de D. Dinis e de ter estudado na Universidade de Salamanca (Côrte-Real, 2009, p. 198); antes de ser arcebispo de Braga, este avô paterno de Nun'Álvares foi prior da Igreja de São Nicolau da Feira, cônego de Tui (1296), deão do Porto (a partir do mesmo ano) e bispo de Lisboa (1322), além de coadjutor do arcebispo de Braga (1323)!<sup>95</sup> Dois dos seus irmãos (Vasco Gonçalves e Rui Gonçalves II) foram vassallos do conde D. Pedro de Barcelos, filho natural de D. Dinis e autor do mais importante dos *Livros de Linhagens*, sendo possível que — como admite

José Augusto de Sottomayor Pizarro — tenham sido «os veiculadores de algumas das tradições familiares dos Pereiras» (1999, II, p. 296, nt. 7).

Compreendemos, assim, que o progressivo ressurgimento dos Pereiras no século XIV teve que ver não apenas com o reforço das suas alianças matrimoniais (nomeadamente com Berredos e com Pachecos, na geração seguinte à do arcebispo de Braga<sup>96</sup>), mas também com um outro fator que se revelaria decisivo: a sua forte ligação às carreiras eclesiásticas, seja no âmbito do clero secular (como no caso do arcebispo de Braga, que foi homem de confiança de D. Dinis, tendo mediado o conflito deste rei com o filho herdeiro, e que lhe serviu de embaixador em Avinhão), seja no seio das ordens religiosas militares, em especial nos hospitalários. Na verdade, em resultado de uma ligação amorosa, em Salamanca, ainda enquanto estudante, entre Gonçalo Gonçalves Pereira e Teresa Pires Vilarinho, deu-se o nascimento do pai de Nun'Álvares, o nosso já conhecido Álvaro Gonçalves Pereira. Foi precisamente este bastardo, provavelmente nascido pouco depois de 1314 e seguramente antes de 1321, quem substituiu o tio-avô Estêvão Vasques Pimentel (falecido em maio de 1336) como prior do Hospital<sup>97</sup>; este título seria reconhecido pelo grão-mestre hospitalário, Hélión de Villeneuve, em outubro de 1337, e obteria confirmação após a visita de Álvaro Gonçalves a Rodes, à frente de uma lustrosa comitiva que incluía a oferta de vinte e cinco cavalos, provavelmente organizada entre 1346 e 1347.<sup>98</sup>

### Por trás de um grande homem...

Álvaro Gonçalves Pereira é uma figura relevantíssima na vida de Nun'Álvares. Não apenas por ter sido o seu pai (o que já não seria pouco), por ter assegurado a sua legitimação pelo rei D. Pedro I (em 1361), por ter patrocinado o seu ingresso na Casa Real em 1373 (aos 13 anos) e, escassos três anos mais tarde, o seu casamento com a rica viúva Leonor de Alvim, mas também por razões de natureza política e estratégica, relacionadas com a Ordem do Hospital e com o Alentejo.

Álvaro Gonçalves, beneficiando certamente da proximidade e parentesco existente entre os Pereiras e os Pimentéis, deve ter sido colocado desde muito cedo sob a proteção do seu tio-avô, Estêvão Vasques Pimentel. Como observou Bernardo Vasconcelos e Sousa (2000, p. 167), este acompanhara o arcebispo de Braga (pai de Álvaro) em importantes missões diplomáticas na corte pontifícia, ao serviço de D. Dinis, e foram



ambos executores testamentários deste monarca. Portanto, é natural esta proximidade entre o pai de Nun'Álvares e o seu tio-avô, que cedo deve ter planeado a sucessão no priorado do Hospital em benefício do jovem Álvaro; este facto constituía, além do mais, uma retribuição pela proteção e pelos favores que Estêvão Vasques recebera anteriormente dos de Pereira (*ibid.*).

Assim, compreendemos melhor a passagem do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (21G15), onde se lê que «este dom Gonçalo Pereira, arcebispo, sendo escolar mui novo, sem ordens, e estando no estudo de Salamanca, filhou aí uma dona que chamavam dona Teresa Pires Vilarinha, filha de dom Pero Gonçalves Vilarinho, e fez em ela um filho que chamaram dom Álvaro Gonçalves de Pereira, e foi metido na ordem do Hospital muito moço. Este fez-se aí tão bem ensinado e conversador com os cavaleiros da Ordem que o elegeram em prior depois [da] morte do prior dom Estêvão Vasques Pimentel, sendo ele de idade de 18 anos» (p. 239).

Com tal enquadramento, a carreira de Álvaro Gonçalves (caso curioso de um homem que chegou a prior da Ordem sem ter sido comendador) tinha tudo para ser bem-sucedida. Tornou-se um grande vassalo de D. Afonso IV (ultrapassada a frieza do monarca por causa da não participação dos hospitalários portugueses na guerra luso-castelhana de 1336-1338), teve — conforme já expliquei — uma participação relevante na batalha do Salado (tal como o *Livro de Linhagens* a relata) e é possível que tenha intervindo também no cerco posto por Afonso XI de Castela a Algeciras, entre agosto de 1342 e finais de março de 1344 (Martins, 2013, p. 180): de acordo com o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (21G15), o rei Pedro I de Castela (1350-1369) requisitou a D. Afonso IV de Portugal a sua colaboração, levando-o para Castela: «E el-rei dom Pedro pôs em ele gram fiúza [confiança], e fê-lo do seu conselho, e durou gram tempo com este rei» (p. 239).

Ativo no plano externo — a sua visita a Rodes foi feita num quadro de campanha internacional dos hospitalários contra os Turcos —, viria a ter um papel decisivo também no plano interno, em especial durante a guerra civil que opôs D. Afonso IV ao seu filho e herdeiro, o infante D. Pedro: neste conflito, em que atuou em favor do rei, serviu como fronteiro do Porto em 1355, ali sustendo, durante quinze dias, os ímpetus ofensivos do jovem Pedro, revoltado com o assassinato de Inês

de Castro, em inícios do mesmo ano. Após a morte d'*o Bravo* (que o nomeara executor do seu testamento), decerto receoso de uma eventual retaliação de D. Pedro I, refugiou-se nos seus domínios do Alto Alentejo, mas acabou por estabelecer uma boa relação com o novo monarca, de quem veio a tornar-se também privado e a quem ficou a dever diversas mercês, incluindo a legitimação de Nun'Álvares e dos seus irmãos.

Já no reinado de D. Fernando (1367-1383), participou na primeira guerra contra Castela (1369-1371), enquadrado nas tropas dos infantes D. João e D. Dinis de Castro e dos fronteiros de Entre Tejo e Guadiana; na guerra seguinte, esteve ao lado d'*o Formoso* e deve mesmo ter sido um dos intervenientes na rocambolesca assinatura do Tratado de Santarém, em 1373. Conselheiro legislativo de D. Fernando (foi uma das personalidades auscultadas pelo monarca para a elaboração da famosa *Lei das Sesmarias*), participou na celebração de sponsórios na Casa Real (por exemplo: o da infanta D. Beatriz) e foi decisivo na concessão do perdão do monarca ao infante D. João de Castro, acusado de ter matado D. Maria Teles (irmã da rainha Leonor), com a qual tinha uma relação amorosa. Sedutor, razoavelmente culto, amante da astrologia (recorde-se a presença de mestre Tomás na sua casa e o hábito de fazer cartas astrais para cada um dos filhos recém-nascidos), bem-parecido e bem-falante, Álvaro Gonçalves Pereira foi uma das personagens principais da cena política portuguesa (e até ibérica) entre os anos de 1340 e 1380. Os seus filhos beneficiaram disso, e Nun'Álvares não constituiu exceção.<sup>99</sup> No entanto, e como observou Fátima Regina Fernandes (2009, pp. 424-425), a asa protetora da sua casa no Crato, repleta de jovens criados, estendeu-se também a outros membros da alta nobreza, como, por exemplo, a Pedro Rodrigues (filho natural de Rodrigo Eanes Redondo, que contraiu matrimónio sob influência do prior, de quem viriam a ser criados dois dos filhos daí resultantes), a Guiomar Lopes Pacheco (meia-irmã de Diogo Lopes Pacheco, que foi criada na casa de D. Álvaro até ser casada com o poderoso conde de Ourém e Barcelos, D. João Afonso Telo), ou ao nosso já conhecido Álvaro Gonçalves Camelo, que Álvaro Gonçalves Pereira, seu parente, desejou em vão que lhe sucedesse no lugar de prior do Hospital.

### **A Ordem do Hospital e o Alto Alentejo**

Há pouco tempo, Paula Pinto Costa escreveu um artigo muito interessante sobre a estratégia patrimonial e de consolidação familiar de

Álvaro Gonçalves Pereira<sup>100</sup>; esse estudo ajuda-nos a perceber melhor a relação de Nun'Álvares com o Alentejo e algumas das suas opções de fundo. Com efeito, embora, quando aceceu ao priorado, a sede dos hospitalários estivesse localizada em Leça do Balio, onde Estêvão Vasques Pimentel tinha até feito obras de vulto entre 1306 e 1336 (data da sua morte), Álvaro Gonçalves deslocou autenticamente o centro de gravidade dos hospitalários portugueses para o Sul, ao ponto de ter transferido a respetiva sede de Leça para o Crato, em 1356 (um ano crucial na carreira do pai de D. Nuno<sup>101</sup>). É muito sugestiva esta estratégia, tanto mais que o núcleo original dos Pereiras estava situado a norte (na região de Vermoim/Vila Nova de Famalicão, como expus atrás) e a própria Ordem do Hospital possuía muitos bens nas regiões acima do Mondego.

O fulcro da intervenção de Álvaro Gonçalves coincide com um território relativamente pequeno (não mais do que 100 km), compreendido entre a Sertã e o Crato e atravessado pelo rio Tejo; uma área restrita mas muito especial, uma vez que separava os dois núcleos patrimoniais mais importantes da Ordem do Templo (Ordem de Cristo a partir de 1319): o da Beira Baixa e o da região de Tomar. O ponto axial daquele território hospitalário era Belver, na margem norte do Tejo, que a ordem já tinha em seu poder desde 1194, data em que D. Sancho I doara a estes freires a herdade de Guidimtesta com a contrapartida de aí construírem um castelo; sabemos que este já estaria pronto em 1210, altura em que era considerado como a mais importante fortificação dos hospitalários portugueses e como um dos castelos mais avançados do reino (Barroca, 2002, p. 538). Nesta época, o núcleo fortificado de Belver servia para ajudar a travar as incursões muçulmanas (dinastia dos Almóadas), mas interessava igualmente à Coroa para impedir que os templários dominassem também a margem norte do rio Tejo, o que seria excessivo. Na mesma ocasião (1194), o território da Amieira deve ter ficado igualmente sob o domínio hospitalário (mas neste caso não houve lugar à construção imediata de um castelo), enquanto o núcleo de povoamento do Crato entraria na órbita da Ordem cerca de 1232.

O programa estratégico de D. Álvaro Gonçalves Pereira, sustentado por uma capacidade empreendedora e uma energia assombrosas, consistiu basicamente na construção de duas estruturas castelares e de dois paços fortificados. Desta forma, pretendeu reforçar e potenciar o domínio senhorial da Ordem sobre um território que lhe era vital, tirando o

melhor partido da extinção dos templários e dando igualmente expressão a uma certa rivalidade existente no seio dos próprios hospitalários, nomeadamente entre a família dos Pimentéis-Pereiras e a dos de Góis-Farinha. Muito provavelmente, a «via verde» para a execução deste programa chegou pouco depois da vitoriosa participação portuguesa (com larga intervenção hospitalária) na batalha do Salado, ferida em outubro de 1340.

Assim, em 28 de outubro de 1341, D. Álvaro recebeu autorização régia para comprar algumas herdades, que se destinavam a assegurar a manutenção dos capelães de um pequeno templo que ele fundara, em honra de Santa Maria, em Flor da Rosa, no termo do Crato. A partir desta pequena capela, o pai de Nun'Álvares acabaria depois por dar expressão a um conjunto arquitetónico muito mais complexo, que incluiu mesmo a construção de um paço residencial fortificado; segundo Paula Pinto Costa (2015, p. 50), esta opção exprimia uma dimensão simbólica da vocação guerreira dos freires-clérigos (reinterpretada num contexto pós-reconquista) e também uma dimensão material, ligada ao reforço do poder senhorial da Ordem no Sul do território. Flor da Rosa, apesar da sua extrema proximidade do Crato, onde já havia um castelo desde pelo menos 1270, afirmou-se como um lugar de referência dos hospitalários portugueses no tempo de D. Álvaro, que aí fez questão de ser sepultado, depois de ter residido no respetivo paço.

A seguir, o pai do futuro Condestável avançou para outros dois projetos, numa zona mais setentrional do seu território de eleição, em data que podemos situar muito perto do ano de 1356: na Amieira, na margem sul do rio Tejo (atual concelho de Nisa), mandou construir, entre aquela data e 1362, um forte castelo, que não parece ter resultado de qualquer urgência militar, mas sim de um desejo de afirmação da linhagem dos Pereiras no seio da Ordem e no espaço alto-alentejano, em meados de Trezentos; também em 1356, deu-se a construção do paço de Cernache do Bonjardim, onde já vimos que pode muito bem ter nascido Nuno Álvares Pereira, quatro anos mais tarde. Ao mesmo tempo, D. Álvaro, aproveitando provavelmente estruturas castelares dos séculos X e XI, promoveu importantes obras de refortificação da Sertã, no limite norte do pequeno território que identificámos, provavelmente com intenção não apenas de ocupação do território, mas também de rentabilização da sua exploração económica e de desenvolvimento de alguma atividade evangelizadora e pastoral (P. Costa, 2015, p. 52).

Temos, portanto, dois castelos (Amieira e Sertã) e dois paços acastelados (Flor da Rosa e Cernache do Bonjardim) a darem expressão a um programa de edificações arrojado e certamente muito dispendioso, que parece ter arrasado as finanças da Ordem do Hospital, ao ponto de o papa ter excomungado e destituído o prior D. Álvaro, por causa das dívidas acumuladas pelos hospitalários portugueses ao grão-mestrado da Ordem, sediado em Rodes; o problema resolver-se-ia, e D. Álvaro seria reintegrado no priorado, mas foi necessário estabelecer um plano de pagamento da dívida em prestações<sup>102</sup>. As notícias sobre as obras levadas a cabo pelo pai de D. Nuno no seu território preferido prolongam-se até 1358, com o (re)fazimento das cavas e barbancas dos castelos da Amieira e do Crato (Monteiro, 1999, pp. 124-125), sendo natural que tenham sido concluídas escassos anos depois, por causa do esforço financeiro que implicavam.

Curiosamente, este descentramento de prioridades territoriais e políticas da Ordem do Hospital parece ter sido feito com bastante diplomacia, uma vez que Leça do Balio foi conservada como uma comenda importante e, no mosteiro local, Álvaro Gonçalves teve mesmo a preocupação de colocar uma lâmina de bronze em homenagem ao seu antecessor, o tio-avô Estêvão Vasques Pimentel. Deste modo, ao mesmo tempo que exaltava o nome dos fidalgos de Pereira, homenageava o seu antepassado e recompensava Leça do Balio pela sua relativa marginalização. Bernardo Vasconcelos e Sousa (2000, pp. 168-169), no seu valioso estudo sobre os Pimentéis, recorda os termos desta lápide funerária de provável origem flamenga (que tem quase um metro e vinte de comprimento por meio metro de largura), onde, em versos leoninos redigidos em latim, se traça um panegírico monumental de Estêvão Vasques, que «tal como a rosa é a flor das flores», também ele foi «o prior dos priores»...

Resta sublinhar que a estratégia construtora e patrimonial de Álvaro Gonçalves Pereira deve também ser inscrita no quadro de recrudescimento do espírito cruzadístico na Europa de Trezentos. Perante a ofensiva dos Mamelucos, os Estados Latinos da Terra Santa tinham soçobrado definitivamente em 1291 (data da queda de São João de Acre, o último bastião), e havia um receio generalizado da ameaça turca. Na Península Ibérica, a vitória obtida no rio Salado sobre a coligação merínido-granadina, em outubro de 1340, inflamara esses ânimos, e

a segunda refundição do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* articula claramente a Coroa, os Pereiras e o ideal de cruzada, sob o signo da Vera Cruz, que evocava a Terra Santa<sup>103</sup>. A relíquia do Santo Lenho, que inebriara os combatentes portugueses no Salado, estava depositada na igreja de Marmelar (Portel), onde teria sido colocada por Afonso Peres Farinha (c. 1218-1282), um antigo e famoso prior do Hospital<sup>104</sup>; por tradição, a comenda de Marmelar ficara desde então submetida à gestão da família dos senhores de Góis-Farinha. Ora, a partir de D. Álvaro Gonçalves, os Pereiras vão disputar a ligação à relíquia que este terá levado para o campo de batalha do Salado, e não é por acaso que, no espólio da igreja de Marmelar, tanto um fragmento do Santo Lenho, conservado num relicário, como uma cruz processional ostentam — ainda hoje — as armas dos Pereiras, que assim trataram de «expressar a apropriação do território» perante os interesses da família rival dos de Góis-Farinha (Costa, 2015, pp. 49-50).

Símbolo da articulação entre a estratégia de D. Álvaro e o ideal cruzadístico pode ser também o nome escolhido para designar a pequena capela mariana fundada no termo do Crato: Flor da Rosa pode querer dizer «Flor de Rodes», uma vez que, em grego antigo, *ρόδον* (*ródon*) significa precisamente «rosa»; tal como «Belver» pode derivar de «Belvoir», o castelo que os hospitalários tinham (re)construído na Galileia, a partir de 1168, num cabeço achatado que dominava o vale do rio Jordão.<sup>105</sup>

Com o pai de Nuno Álvares Pereira iniciou-se uma fase de recriação da identidade da Ordem do Hospital em Portugal; foi a reconfiguração de uma organização que teve durante muito tempo uma função meramente assistencial (de resto gravada no seu próprio nome) e que apenas se «militarizou» a partir de finais do século XII, com a conquista de Silves, em 1189. A experiência cruzadística do Salado contribuiu bastante para esta reconfiguração, que se entrelaça também com a mística cavaleiresca e com a nova função (um pouco menos militar e mais de modelação da identidade dos seus detentores) atribuída aos castelos. Álvaro Gonçalves não atuou em região fronteiriça, como fizera, por exemplo, Afonso Peres Farinha nos primeiros vinte anos da sua carreira (passada na margem esquerda do Guadiana, entre Moura, Serpa e Mourão). O seu espaço privilegiado de intervenção é interior, não periférico, o que constitui uma marca distintiva da Ordem do Hospital relativamente a todas as outras ordens militares portuguesas (Barroca, 2002, p. 540). Esta

estratégia não deixaria indiferente o nosso Nuno Álvares Pereira, que teve no seu pai uma figura inspiradora e a quem, como diz a *Crónica do Condestabre*, «amava mais que a nenhum de seus irmãos, e era-lhe muito melhor mandado e mais obediente» (cap. 4, p. 8).

### Outros rostos de Pereira

Para concluir, gostaria de frisar que a presença dos Pereiras na corte régia portuguesa de finais do século xiv e inícios do século xv não se resume a Nuno Álvares e aos seus irmãos. Como muito bem demonstrou Rita Costa Gomes (1995), que aqui acompanho, a existência de diversos ramos desta grande família provoca alguma dispersão da sua árvore genealógica, e já no capítulo anterior encontrámos familiares do Condestável em ação na guerra de 1383-1385 (por exemplo: Rui Pereira, seu tio, ou o descendente deste, Álvaro Pereira, seu primo). De um filho de Vasco Gonçalves Pereira e Inês Lourenço da Cunha, chamado Rui Vasques (que terá servido o rei D. Pedro I de Castela), descenderão várias figuras mencionadas por Fernão Lopes; penso, nomeadamente, em João Rodrigues Pereira, que em tempo de D. Fernando integrava a clientela do irmão da rainha (o conde D. Gonçalo Telo) e cujos filhos (Gonçalo Pereira «das Armas» e Rui Vasques Pereira II) ocuparão «posições de grande relevo na corte joanina, de certo modo análogas às dos seus antepassados do início de Trezentos» (Gomes, 1995, p. 77).

De um outro ramo dos Pereiras, resultante de uma já citada ligação extraconjugal de Gonçalo Pires Pereira (o bisavô de Nun'Álvares) com Maria Vasques, nasceu o bastardo Rui Gonçalves Pereira, contemporâneo de D. Afonso IV, vassalo do conde D. Pedro de Barcelos e cujos filhos (Álvaro, Gonçalo e Rui) testemunham atos solenes nas cortes de D. Pedro e de D. Fernando e recebem «contias» no período das guerras fernandinas; dois deles (Álvaro e Rui) serviram na defesa de Lisboa com Pedro Álvares Pereira, durante a terceira guerra fernandina, e Rui viria até a morrer na batalha naval do rio Tejo, em 1384, depois de ter ajudado a planejar o assassinato do conde João Fernandes Andeiro. O seu filho Álvaro chegaria a marechal, mas morreria muito jovem, em combate; no entanto, os respetivos filhos continuarão na corte, em especial as filhas Leonor e Beatriz (que integraram o séquito de D. Filipa de Lencastre) e o filho João Álvares Pereira, que, juntamente com os seus descendentes Fernão e Gonçalo, marcou presença junto de D. Duarte (Gomes, 1995, p. 77).



Um último ramo dos Pereiras com presença na corte de Portugal no século xv, mas neste caso difícil de filiar com exatidão em alguma das linhas de descendência anteriores, é formado por homens como Diogo Pereira (morador da corte de D. João I e depois vedor do infante D. João, comendador de Santiago), Duarte Pereira (também morador da casa de D. João I no início de Quatrocentos), Henrique Pereira (ligado à Ordem de Santiago e frequentador da corte de D. Duarte e de D. Afonso V), ou ainda Lisuarte e Afonso Pereira, que desempenharam o ofício de reposteiro-mor na corte afonsina a partir de meados do século xv, integrando igualmente o Conselho Régio (Gomes, 1995, pp. 80-81).

### **As primeiras mercês (c. 1360-1383)**

A documentação régia alusiva aos primeiros vinte e três anos da vida de Nun'Álvares (ou seja, desde o seu nascimento até à morte de D. Fernando) fornece já algumas informações interessantes, que — se considerarmos aqui também a sua família mais próxima e os anos imediatamente anteriores — podemos dividir em quatro secções.

Por um lado, existe uma série de documentos das chancelarias de D. Pedro I (1357-1367) e de D. Fernando (1367-1383) que contém privilégios concedidos pela Coroa à Ordem do Hospital, chefiada por Álvaro Gonçalves Pereira. Estou a pensar em confirmações gerais de privilégios, liberdades, foros e bons costumes à Ordem ou — mais frequentemente — em cartas de privilégio a lavradores das suas terras, para que não sejam obrigados a pagar ou a servir em encargos (fintas, talhas, anúduvas e outros tributos e servidões) nos respetivos julgados<sup>106</sup>. Esta chuva de privilégios tem naturalmente que ver com a dinâmica imposta pelo pai de Nun'Álvares às atividades dos hospitalários e à sua energia construtora; num dos casos, D. Pedro I confirma mesmo a isenção a todos os que viverem nas terras desta Ordem de pagarem em encargos relacionados com a manutenção de pontes, fontes, calçadas ou mantimento de juízes régios, ou de servirem em trabalhos de reparação dos castelos e muralhas, ordenando-lhes, contudo, que vão servir às obras do Crato e da Amieira «que o dito prior faz»<sup>107</sup>. De entre todos estes privilégios outorgados a rogo de D. Álvaro Gonçalves, gostaria de salientar diversas doações de padroados de igrejas (por exemplo: de Santa Maria de Marvão, de Santa Maria de Mação ou de Santa Maria de Castelo de

Vide) à capela de Flor da Rosa, que o prior «fizera e fundara» no termo do Crato, em honra de Santa Maria, e na qual se mantinham pobres (realço este pormenor) e se diziam e cantavam missas.<sup>108</sup>

Em segundo lugar, temos diversas cartas de legitimação de filhos de Álvaro Gonçalves: as de Rodrigo e Pedro Álvares Pereira, a que já fiz referência no capítulo anterior (ambas emitidas por D. Pedro I logo no início do seu reinado, em 1357); a do próprio Nun'Álvares, «filho de dom frei Álvaro Gonçalves, prior do Hospital, e de Iria Gonçalves, mulher solteira ao tempo da nascença do dito Nuno Álvares», carta outorgada pelo mesmo monarca em Portalegre, em 24 de julho de 1361<sup>109</sup>; as de Fernando e Lopo Álvares Pereira, filhos dos mesmos pais de Nuno e legitimados numa única carta, não datada mas provavelmente também de 1361 (foi inserta no livro da *Chancelaria de D. Pedro I* logo a seguir à anterior)<sup>110</sup>; a de Gonçalo Pereira, também filho de D. Álvaro e D. Iria e legitimado por D. Fernando em 1367<sup>111</sup>; a de Vasco Pereira, com os mesmos progenitores e legitimado na mesma data e local pelo mesmo rei<sup>112</sup>; e ainda a de Rui (Rodrigo?) Pereira, talvez o filho mais novo de D. Álvaro e de D. Iria, legitimado só em 1375, pel' *o Formoso*<sup>113</sup>. Recordo ainda que foi em 1361 que D. Pedro I confirmou as já referidas cartas de morgado emitidas em Cernache do Bonjardim e na Sertã, entre os anos 1356 e 1359, a favor de Rodrigo, de Pedro e de Diogo Álvares Pereira<sup>114</sup>.

Uma terceira secção, e a mais importante, corresponde às duas primeiras doações régias de bens concedidas a Nuno Álvares Pereira. A primeira acontece logo em 5 de março de 1373 e julgo que deve coincidir com o momento da chegada do jovem Nuno (então ainda um adolescente com 13 anos de idade) à corte régia, por obra e graça da influência política do seu pai. Localizei esta doação por meio de uma carta emitida por D. João I, em 1390, na qual, precisamente num momento em que a guerra luso-castelhana começava a abrandar, o rei vitorioso confirmou, a pedido do seu condestável, as doações que D. Fernando lhe fizera: Alter do Chão e seu termo; Vila Formosa, Chancelana e Assumar com seus termos; mais as jurisdições dos ditos lugares e as rendas e direitos deles.<sup>115</sup> Um documento muito posterior, da coleção da chamada «Leitura Nova» (uma carta de sentença entre D. Vasco de Ataíde, prior do Hospital, e o procurador dos feitos reais, com data de 1487), permite precisar que, em 5 de março de 1373, em Santarém, D. Fernando fizera de facto doação a Nun'Álvares e aos seus descendentes da vila e

castelo de Alter do Chão, da vila, castelo e lugar de Assumar e da vila e lugar de Vila Formosa, prevendo-se que, em caso de morte de todos os descendentes por linha direta de Nuno Álvares, essas vilas ficassem para a capela de Santa Maria de Flor da Rosa; ora, com a execução do terceiro duque de Bragança, D. Fernando II, em 22 de junho de 1483, o prior Vasco de Ataíde achava-se com direito àquelas vilas, que estavam na posse do rei D. João II; e foi por essa razão que, na disputa com o rei, exibiu a carta fernandina em que se fazia doação daqueles bens a Nuno Álvares, devido aos muitos serviços prestados pelo seu pai a D. Afonso IV, a D. Pedro I e ao próprio D. Fernando<sup>116</sup>. Com estes dados, passamos a dispor de um primeiro testemunho da constituição do património de Nuno Álvares Pereira, até hoje pouco valorizado.

A segunda doação coincide com o ano do casamento de Nun'Álvares Pereira e julgo que estará diretamente relacionada com este matrimónio: trata-se da doação da terra de Pena, com todos os seus termos, rendas e frutos novos, a título de préstamo, outorgada por D. Fernando em Salvaterra, em 29 de maio de 1376<sup>117</sup>. O jovem Nuno partia da corte aos dezasseis anos de idade, em direção ao Entre Douro e Minho, mas assim já seguia um pouco mais reconfortado...

Por fim, temos uma quarta secção, que corresponde aos últimos meses da governação de D. Fernando (entre fevereiro de 1382 e outubro de 1383), período durante o qual localizei quatro cartas contendo privilégios a irmãos de Nun'Álvares: é o caso da entrega do castelo de Elvas a Fernão Álvares Pereira, que por ele prestou menagem, em 1382<sup>118</sup>; ou o caso da isenção de pagamento de peitas, talhas, fintas, anúduvas ou outros serviços aos que trabalharem nas quintãs, casais e herdades, ou que viverem continuamente com Rodrigo Álvares Pereira, *o Moço* (em 1383)<sup>119</sup>; precisamente na mesma data, *o Formoso* emitiu uma carta muito semelhante a favor de Fernão Álvares Pereira, em que ordena que os que viverem permanentemente com ele e o servirem, assim como os que lavrarem as suas terras, sejam escusados daquele tipo de encargos, salvo se auferirem «quantias» (isto é, se tiverem fortuna avaliada) que os obriguem a ter cavalos e armas para serviço do rei<sup>120</sup>; um derradeiro caso é o da ordem dada ao alcaide do castelo de Marvão, o vassalo Fernão Álvaro de Queirós, para que entregue esta fortaleza nas mãos de Pedro Álvares Pereira, que por ela também prestara menagem ao rei<sup>121</sup>.

### Da morte de D. Fernando às vésperas de Aljubarrota

O *rei formoso* faleceu em 22 de outubro de 1383. Com este decesso prematuro (tinha menos de quarenta anos), abriu-se a crise sucessória e iniciou-se um ciclo completamente novo na vida de Nun'Álvares, durante o qual a sua adesão ao mestre de Avis e o seu talento militar como fronteiro darão um impulso decisivo na constituição do respetivo património.

Para atalhar razões, começarei logo pelas mercês feitas pelo mestre de Avis ao seu mais entusiástico apoiante. Em inícios de março de 1384, muito provavelmente coincidindo com a sua nomeação como fronteiro de Entre Tejo e Guadiana, Nun'Álvares recebeu os bens móveis e de raiz que tinham pertencido a David Negro, um judeu rico que fora almoxarife de D. Fernando e que aderira ao partido de Leonor Teles e de sua filha Beatriz<sup>122</sup>; o documento não discrimina os bens em causa, mas posso tentar uma aproximação ao problema, uma vez que é sabido que, quando quis tomar posse deles, Nun'Álvares esbarrou na oposição da família, nomeadamente da mulher, Dona Cinfa, e dos filhos, Gadelha Negro e Judas Negro, que declaravam não terem sido cúmplices do comportamento do antigo almoxarife fernandino; Nuno queixou-se e D. João I confirmou a doação em março de 1389, numa carta feita pelo próprio Gil Airas, escrivão da puridade.<sup>123</sup> Porém, a família (e algumas justiças, aparentemente) continuou a reagir, e o litígio arrastou-se e acabou por desaguar numa «composição» amigável entre as partes, celebrada em 1393; nesta, estabeleceu-se que Dona Cinfa e os filhos ficariam com as fazendas e bens que David Negro possuía em Almada e nos seus termos, enquanto a Nun'Álvares tocariam as três casas de morada de Lisboa, mais a quintã de Camarate (com as rendas anexas) e ainda os foros de Sacavém, de Catujal, de Unhos, de Frielas, de Apelação e de Póvoa de Santo Adrião.<sup>124</sup> Deve, portanto, ser destes bens que se trata quando se alude à doação feita em março de 1384, imediatamente antes de Nuno seguir para o Alentejo com os seus bravos.

A batalha de Atoleiros, travada em 6 de abril de 1384, não teve reflexos imediatos na documentação da chancelaria régia joanina, talvez porque nesta altura o mestre estivesse cercado em Lisboa (até inícios de setembro) e a comunicação direta entre ele e o fronteiro alentejano não fosse possível. Admito, no entanto, que tenha sido ainda em 1384 que Nun'Álvares tenha recebido o condado de Arraiolos (pelo menos o

título), beneficiando do falecimento do conde D. Álvaro Peres de Castro (durante o verão) e da aura que tinha começado a criar em torno de si com a espetacular vitória obtida junto a Fronteira; na verdade, pela documentação régia, não consegui identificar o momento preciso em que se tornou conde de Arraiolos, mas, pela lógica do que se segue, parece-me bem possível que esta mercê esteja relacionada com uma recompensa (algo tardia, é certo) pelo triunfo em Atoleiros.

No dia a seguir às cortes de Coimbra, ou seja, em 7 de abril de 1385, o (agora) rei D. João I doou ao seu condestável os reguengos que havia no termo de Lisboa, a saber, Frielas, Unhos, Camarate, Sacavém (com seus termos) e Ribeira do Sal, da mesma maneira que os havia possuído D. Leonor Teles, com todas as rendas, frutos novos, direitos e dinheiros associados a esses reguengos (abrangendo os que fossem «apanhados em nome do conde D. Gonçalo», irmão da antiga rainha). Esta doação (que deve articular-se com os citados bens confiscados ao judeu David Negro) foi feita a pedido de Nun'Álvares, que a fundamenta no facto de lhe ter sido já feita mercê e «pura doação» de vilas e lugares do reino, incluindo de alguns reguengos situados no termo da cidade de Lisboa, mas sem menção expressa aos termos e às ribeiras do sal e suas rendas, o que levava a que lhe fossem postos alguns entraves ao respetivo usufruto.<sup>125</sup>

Na ressaca imediata das cortes de Coimbra, no momento do encontro entre D. João I e D. Leonor de Alvim, no Porto, em 28 de abril de 1385, o monarca doou ao seu condestável e à sua esposa o castelo de Montalegre, com sua terra, Barroso, terra de Pena, reguengo de Basto e Arco de Baulhe, com suas terras, termos, direitos, frutos novos e pertenças, e também com todas as suas jurisdições e direitos reais (reservando apenas a alçada das apelações)<sup>126</sup>. Segundo sugere um capítulo especial apresentado pelos procuradores do concelho do Porto nas cortes de Évora de 1436 (ao tempo do rei D. Duarte), quando Nun'Álvares e a mulher chegaram à cidade, o concelho portuense deu-lhes uma verba de 1200 libras de afonsins<sup>127</sup>; contudo, ignoramos se o ato se reporta à mesma ocasião, ou seja, também a finais de abril de 1385.

Estas são as grandes doações de bens a Nun'Álvares de que temos registo para o período compreendido entre 22 de outubro de 1383 e 14 agosto de 1385. No entanto, ao longo destes vinte e dois meses, diversos familiares do fronteiro/condestável receberam mercês de D. João, e devemos considerá-las como parte integrante da política de recompensas

a D. Nuno; muitas delas tocaram a Fernão Álvares, o irmão que mais aparece referido na documentação régia, certamente por ter aderido ao mestre e por ter servido na «companha» do fronteiro do Alentejo até ao seu trágico decesso debaixo da torre albarrã de Vila Viçosa, em dezembro de 1384. Em finais de maio deste ano, Fernão Álvares recebeu os bens móveis e de raiz que Paio Rodrigues Marinho (alcaide de Campo Maior e partidário de D. Beatriz) tinha em Évora e no seu termo<sup>128</sup>; três meses mais tarde, recebeu (para si e para os seus descendentes), por serviços que prestara na guerra, as vilas e os lugares de Arraiolos<sup>129</sup>, Pavia e Vila Nova de Alvito, com todos os seus termos, entradas, saídas, rendas, foros, tributos, frutos novos e pertenças, com plena jurisdição<sup>130</sup>; em finais de setembro, também devido aos seus serviços militares, recebeu os quartos, os quintos, os oitavos e os direitos de Tavira e seu termo, do pão e do vinho, além dos moinhos da Ribeira da Aceca e todos os fornos aforados e arrendados na vila, mais os fornos e figueirais do Soio<sup>131</sup>; além disso, na mesma altura, diversos escudeiros e criados de Fernão Álvares Pereira receberam bens confiscados a adversários do mestre e/ou outras mercês: lembro os casos de Rui Lourenço, seu escudeiro, que recebeu em préstamo alguns moinhos e hortas em Arronches<sup>132</sup>; e de Rodrigo Álvares de Morais, a quem foram entregues os bens de um criado do conde D. Henrique Manuel localizados no termo de Cascais<sup>133</sup>.

Pelo seu lado, Iria Gonçalves, mãe de Nun'Álvares, foi também agraciada com algumas benesses ao longo do mesmo período, nomeadamente com três doações feitas dias antes da decisiva batalha de Aljubarrota, já com o monarca (e talvez também o Condestável, acabado de chegar do Alentejo com uma grande quantidade de tropas) em Abrantes. Iria recebeu «os quintos» dos prisioneiros e presas feitos ao inimigo, em Portalegre e Alegrete<sup>134</sup>; a portagem de Marvão com todas as suas rendas, direitos e pertenças (caso o rei ainda não tivesse dado esses bens a outra pessoa, explícita a carta!)<sup>135</sup>; e ainda todos os bens móveis e de raiz que ficaram por morte do seu filho Fernão Pereira (os tais que haviam pertencido ao alcaide traidor de Campo Maior, Paio Rodrigues Marinho)<sup>136</sup>.

Devo também notar que estes vinte e dois agitados meses permitiram a Nun'Álvares (tal como sucedera com o seu irmão Fernão) beneficiar alguns companheiros e servidores seus, levando o monarca a doar-lhes bens confiscados a apoiantes de Juan e Beatriz, ou a confirmar

doações que, ao abrigo dos poderes que o mestre lhe tinha dado quando o nomeou fronteiro de Entre Tejo e Guadiana, lhes tinha concedido. Foi o caso de Vasco Vicente, seu criado, que recebeu os bens móveis e de raiz de um escrivão da correição da Estremadura, chamado Álvaro Gonçalves<sup>137</sup>; ou de Fernão Pais, a quem D. Nuno doara uma quinta em Ançã «que foi de sua herança»<sup>138</sup>; ou de João Gonçalves de Basto, seu escudeiro, que pelos muitos serviços que já prestara recebeu para todo o sempre (com possibilidade de transmissão aos seus descendentes) a terra de Calvos e os reguengos de Santiago de Faião e da freguesia de Santa Senhorinha de Basto (no julgado de Cabeceiras de Basto)<sup>139</sup>; ou ainda de Estêvão Rodrigues Sanfallo, um escudeiro de Serpa que — em plenas cortes de Coimbra de 1385 — recebeu confirmação de uma herdade ali situada e que antes pertencera a Álvaro Gonçalves de Moura (salvo se o rei já tivesse feito mercê dessa terra a outrem, antes da carta de doação de Nun'Álvares!)<sup>140</sup>; sorte igual teve, no dia seguinte, o escudeiro de Elvas chamado Gomes Airas, que recebeu uma herdade de um antigo almoxarife fernandino e umas casas à Madalena, que não estavam a deixá-lo ocupar, desrespeitando assim a carta de doação de D. Nuno<sup>141</sup>; do mesmo modo, uma semana depois da sua eleição, o rei confirmou a doação de uma herdade em Beja feita pelo Condestável a Vasco Rodrigues Carvalho (que tinha outra propriedade a ligar com esta)<sup>142</sup>; finalmente, dias mais tarde, mas ainda em Coimbra, foi um morador de Elvas, chamado Gomes Airas Tinoco, a quem Nun'Álvares tinha doado umas casas na zona da Madalena Velha, que no tempo de D. Fernando haviam pertencido a Rui Gonçalves, que obteve confirmação régia<sup>143</sup>. Como se vê, o fronteiro-condestável esforçava-se por recompensar e encorajar aqueles que melhor o serviam.

Um realce especial merece o caso do vassalo Álvaro Pereira (julgo que se tratará do primo de Nun'Álvares, que veio a ser marechal do reino), o qual, por serviços prestados, recebeu as terras de Santa Maria, de Cambra e de Refoios, com os seus julgados, rendas e jurisdições criminais e cíveis, tal como as tinha tido o poderoso conde de Barcelos, D. João Afonso Telo<sup>144</sup>. Esta doação foi feita dois dias após a eleição do mestre nas cortes de Coimbra e, também neste caso, a carta ressalva a possibilidade de o novel rei já ter dado aqueles mesmos bens a outra pessoa. Fica, pois, absolutamente claro o que se fez em matéria de aliciamento de partidários durante a guerra de 1383-1385; aliás, é bem



famoso o conselho destinado ao mestre de Avis e que Fernão Lopes (*CDJ, I*, cap. 27, p. 49) coloca na boca de Álvaro Pais: «Dai aquilo que vosso não é, e prometei o que não tendes, e perdoai a quem vos não errou, e ser-vos-á de grande ajuda para tal negócio em qual sois posto»...

Uma derradeira referência para o alferes de Nun'Álvares, Diogo Gil, a quem foi doada, quatro dias antes da batalha de Aljubarrota (com o exército anglo-português já todo em Tomar e com notícias alarmantes a chegar dos parlamentários-espiões enviados ao acampamento inimigo), a vila de Redondo, com os respetivos termos, direitos, pertenças, rossios, rendas, frutos novos e demais coisas; neste caso, a carta manda que Diogo Gil tenha o lugar com as alcaidarias, os julgados, as honras e as liberdades inerentes (tal como se se tratasse do rei), e que possa nomear e depor alcaides, ouvidores e juízes habilitados para ouvir todos os feitos criminais e cíveis (com exceção das apelações, que deveriam ir à corte régia); isto sem prejuízo das competências dos meirinhos e dos corregedores régios, na posse dos quais se mantinha a correição da vila.<sup>145</sup>

### **Do triunfo em Aljubarrota ao casamento do rei**

Os dezoito meses compreendidos entre a vitória no campo de São Jorge (14 de agosto de 1385) e o enlace matrimonial de D. João I com D. Filipa de Lencastre (2 de fevereiro de 1387, com a boda a realizar-se no dia 14) assinalam a consagração de D. Nuno Álvares Pereira como o homem mais rico e mais poderoso do reino, a seguir ao rei; o detonador para este novo salto qualitativo foi, sem dúvida, o triunfo no combate de Aljubarrota. Como já adiantei, só no dia 17 o exército anglo-português se retirou do campo de batalha, procedendo ao enterramento dos seus mortos mais ilustres no claustro de D. Dinis (ou do Silêncio), no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Três dias volvidos, já em Santarém (a segunda praça mais poderosa do reino, acabadinha de ocupar), D. João I fez uma avultada doação de bens ao seu condestável, que, na mesma altura, se tornou conde de Ourém; a doação incluiu diversas vilas e lugares, com os seus castelos, no Alentejo, na Estremadura, na região de Lisboa e no Entre Douro e Minho, designadamente: Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Évora Monte, Portel e Montemor-o-Novo; o condado de Ourém (com todas as terras, vilas e lugares que João Fernandes Andeiro tinha ao tempo da sua morte), Porto de Mós, Rabaçal, Bouças e Alvaiázere; Almada, Sacavém (com seus reguengos), Frielas, Unhos,

Camarate e Colares, com os seus termos e reguengos e com o serviço real dos judeus de Lisboa e seu termo; terra de Pena, terra de Basto com Arco de Baúlhe e terra de Barroso. Como se percebe pelo que se disse antes, esta doação (que é feita com toda a jurisdição crime e cível, salvo as alçadas, que ficam para o rei, e a correição, que permanece com os corregedores dessas terras) reforça, alarga e acrescenta (muito) àquelas que já tinham sido feitas anteriormente a Nun'Álvares; na mesma carta, são-lhe doadas em préstamo todas as rendas e direitos de Silves e de Loulé, com seus termos; o documento ordena ainda às autoridades que entreguem de imediato os castelos em causa ao seu novo titular. Como justificação, a carta invoca «os muitos e extremados serviços que recebemos de Dom Nuno Álvares Pereira, nosso Condestável, em esta guerra, em nos ajudar a livrar e defender estes reinos de sujeição do rei de Castela»<sup>146</sup>.

Curiosamente, no mesmo dia e local, D. João I confirmou a transição de diversos bens — ordenada por Nun'Álvares — da posse de Fernão Álvares Pereira (que falecera) para a de Martim Gonçalves do Carvalhal, tio de ambos, seu antigo aio na corte fernandina e um dos seus principais companheiros, desde os tempos de fronteiro. Os bens em causa eram os seguintes: os quartos, quintos, oitavos e direitos régios do pão e do vinho, em Tavira e seu termo; os foros e rendas de todos os moinhos régios na ribeira da Asseca; os foros e hortas (aforados e arrendados) da vila de Tavira; e os foros do figueiral do Arroio, pelo qual dez homens-bons pagavam cada qual cem libras. Martim Gonçalves, que «fez e faz extremados serviços e anda em serviço destes reinos por não serem subjugados a el-rei de Castela», tendo recebido esta doação de Nun'Álvares, fora a Tavira tomar posse dos bens, mas sem sucesso, porque lhe disseram que pertenciam à Coroa...<sup>147</sup> Como se vê, a articulação entre as mercês do Condestável e as do rei deixava muito a desejar: por vezes, por desconhecimento ou por mero oportunismo político, davam-se os mesmos bens a pessoas diversas, ou não se informavam as justiças régias da transição de proprietários, gerando desse modo muitos conflitos e apelos para a corte. Aliás, e a título meramente exemplificativo, logo em 21 de agosto, o rei doa uma quinta em Sesimbra ao escudeiro Lourenço Martins, dizendo no final da carta de mercê que faz isso «não embargando que [a quinta] a outrem seja dada per nós ou per Nuno Álvares»...<sup>148</sup>

Em 23 de agosto, o Condestável recolheu mais um prêmio pelo seu desempenho militar, neste caso a título de préstamo: recebeu todas as rendas e direitos que o rei tinha em Guimarães, em Ponte de Lima, em Valença, em Vila Real, em Chaves, em Bragança e em Atouguia, com todos os seus termos.<sup>149</sup> Como disse anteriormente, julgo que foi sobretudo este «pacote» de bens, recebido do monarca a título precário («enquanto sua mercê fosse»), que Nun'Álvares teria de entregar aquando do grave conflito que opôs o rei aos grandes do reino, em finais de 1393 ou inícios de 1394. No entanto, já mostrei neste capítulo que D. Nuno obteve outras mercês a título de préstamo, que podem também ter estado envolvidas no acordo resultante do musculado chamamento régio dos Paços da Serra.

O clima pós-Aljubarrota era extremamente propício a mercês aos Pereiras e, dois dias mais tarde, o marechal Álvaro Pereira recebeu do rei os bens de um tal Gil Martins de Outel, com uma curiosa explicação: este homem perdera os seus haveres «porquanto, estando nós na batalha que houvemos com el rei de Castela, o dito Gil Martins fugiu dela e nom quis ajudar em ela, nem percalçar [alcançar] da honra que todos os portugueses em ela houveram!»<sup>150</sup> Percebe-se que a guerra, no século XIV, continuava a ser um fator importantíssimo de redistribuição da riqueza.

No final do mês de agosto, estando ainda o monarca em Santa-rém, surgiu um conflito de interesses entre Nun'Álvares e um outro vassalo e conselheiro do rei, Vasco Martins, da poderosa família dos Melos. Alegava este que o monarca lhe tinha feito doação de todos os bens móveis e de raiz do conde D. Pedro de Castro e da sua mãe (a viúva do nosso já conhecido D. Álvaro Peres de Castro, que fora conde de Arraiolos); entre esses bens estava a quinta de Palma. Todavia, o Condestável, por poder que tinha do rei para esse efeito, dera a dita quinta a outras pessoas, que até já tinham tomado posse dela... O monarca analisou o assunto e concluiu que a sua doação a Vasco Martins de Melo era anterior à de Nun'Álvares, pelo que mandou entregar a propriedade ao reclamante.<sup>151</sup>

O outono de 1385 trouxe ao Condestável a cereja no topo do bolo dos favores régios. Em 8 de outubro, D. João I, «olhando e considerando os muitos e grandes e extremados serviços que nós e estes reinos recebemos e entendemos de receber de Nuno Álvares Pereira,

nosso Condestável, pondo por nós e por eles muitas vezes o seu corpo em grandes aventuras», tornou-o conde de Barcelos (o título nobiliárquico mais antigo e prestigiado do reino) e autorizou-o a tomar posse do senhorio desta vila e do seu termo, com todos os direitos, rendas e jurisdições associados.<sup>152</sup> No meu entendimento, esta fabulosa mercê só pode ter uma explicação: a informação recebida pelo rei, que estava então no Porto (onde permaneceu até dia 14 de outubro), da vitória de Nun'Álvares em Valverde. Como disse na altura própria, segundo Fernão Lopes, foi o Condestável quem enviou uma missiva ao monarca nesse sentido, pedindo perdão por ter feito aquela «entrada em Castela» sem autorização régia. Ora, ele não só recebeu o perdão como ainda teve direito a uma magna recompensa, que o tornou triplo conde (de Arraiolos, de Ourém e de Barcelos) e, sem dúvida, o único fidalgo que poderia ombrear minimamente com o rei em matéria de riqueza e de dignidade. De acordo com este raciocínio, a batalha de Valverde (que os cronistas não datam) não pode, portanto, ter-se travado depois do dia 8 de outubro de 1385; conjugando isto com a narrativa de Fernão Lopes sobre as várias fases daquela incursão em Castela (*CDJ, II*, caps. 54 e ss.), a minha conclusão pessoal é de que o mais arriscado combate da vida de Nun'Álvares ocorreu em inícios de outubro, provavelmente entre o dia 5 e o dia 7, o mais tardar.

As benesses seguintes ao Condestável e aos seus familiares e apaniguados transportam-nos de novo para um cenário militar operacional, o que não permite duas interpretações acerca dos motivos do engrandecimento patrimonial de Nun'Álvares: trata-se, agora, do cerco de Chaves, uma campanha que durou de 15 de janeiro a 30 de abril de 1386. A *Chancelaria de D. João I* apresenta diversos documentos emitidos no «arraial de sobre Chaves», dos quais realçarei apenas os mais relevantes. Logo no dia 15 de janeiro, ao abrir das hostilidades (o que também é sugestivo), D. Iria Gonçalves recebeu em tença a dízima da lenha e do carvão que abasteciam a cidade de Lisboa.<sup>153</sup> Em 27 do mesmo mês, o monarca teve de dirimir um conflito que opunha o seu vassalo João Rodrigues Nabais aos procuradores de Nun'Álvares, por causa da posse da terra de Calvos Queimada, no julgado de Cabeceiras de Basto (recorde-se que o monarca tinha feito mercê e doação de todos os reguengos deste julgado ao Condestável); o rei acabou por determinar que vissem em que termos tinha sido feita a doação de D. Fernando

àquele vassalo e, caso fosse a título de juro e herdade, que metessem o vassalo em posse daquela terra e que lhe devolvessem todo o pão e as outras coisas que lhe tivessem sido tomadas.<sup>154</sup>

Em inícios de fevereiro, o rei confirmou a doação fernandina de diversas azenhas e do lugar de Sousel a Rodrigo Álvares Pereira<sup>155</sup>, e cinco semanas mais tarde doou a este mesmo vassalo, irmão de Nun'Álvares, devido aos serviços por ele prestados, Vila Nova de Cerveira, com seus termos, rendas, direitos, tributos, foros, pertenças e jurisdição crime e cível (tal como os houvera Fernão Gomes da Silva, que se bandeara para Castela).<sup>156</sup>

Já perto do final da dura mas bem-sucedida campanha flaviense, foi de novo a vez de o Condestável ser agraciado com uma mercê, neste caso relativa às rendas dos tabeliães da comuna de judeus de Lisboa.<sup>157</sup> Nos últimos dias desta operação, o monarca procederia ainda a diversas confirmações de doações de Nun'Álvares a escudeiros e servidores seus, dentro de uma geografia bem centrada no Alentejo e Algarve<sup>158</sup>; o esplendoroso alardo militar da Valariça, a que me referi em capítulo anterior, foi uma outra ocasião para a confirmação de doações suas, neste caso a um Afonso Anes de Évora, que recebeu numerosos foros nessa cidade e no seu termo, num valor calculado em 66 libras (o documento inclui uma descrição pormenorizada de diversos ferragiais, casas, vinhas, chãos e até de um curral).<sup>159</sup> Chamo a atenção para a possibilidade de este Afonso Anes de Évora ser um dos homens que, na primavera de 1398, integrou a delegação de Setúbal que visitou Nun'Álvares na quinta de Alferrara, na zona de Palmela, por ocasião da sua estranha doença; se assim for, vale especialmente a pena reter a informação, que nos será útil no quarto capítulo deste estudo.

Em julho de 1386, quando a hoste régia regressava do polémico cerco de Coria, deu-se a morte do marechal Álvaro Pereira, primo de Nun'Álvares. Compreende-se, por isso, que o rei tenha doado as terras que pertenciam a este fidalgo ao respetivo filho, João Álvares Pereira, logo no mês seguinte.<sup>160</sup>

Chegamos, por fim, ao casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre (2 de fevereiro de 1387), também uma ocasião especial e muito propícia à concessão de benesses (já sabemos que Nun'Álvares pode ter servido como mestre-sala nesta boda, realizada no dia 14). Assim, não nos surpreende a doação (em 5 de fevereiro) dos padroados e apresentações

das igrejas que D. Nuno tinha nas suas terras<sup>161</sup>, nem tão-pouco a doação do montado de Campo de Ourique (nas terras da Ordem de Santiago)<sup>162</sup>. Por fim, mas não menos importante, um documento de 15 de fevereiro de 1387 outorga a Nuno Álvares Pereira um privilégio judicial relevantíssimo: o rei determina que os seus corregedores, ouvidores e sobrejuízes não tomem conhecimento das apelações e agravos (ou seja, das queixas) que existirem nas terras do Condestável sem irem primeiro perante este ou perante os seus próprios ouvidores!<sup>163</sup> Parece clara a intenção de subordinar a atuação dos oficiais régios a uma prévia intervenção de Nun'Álvares ou dos seus representantes.

### **Das cortes de Braga ao conflito com o rei (1387-1393)**

Ao longo deste período de cerca de seis anos, uma vez que a guerra com Castela estava já praticamente ganha, o que a documentação nos oferece acerca do património de Nun'Álvares Pereira diz sobretudo respeito a confirmação de doações, gestão de conflitos, jurisdições e, por fim, alguns escambos de terras.

As cortes de Braga (que não deixaram boa recordação ao Condestável, como já disse) terminaram, o mais tardar, no dia 18 de novembro de 1387. Logo no dia 1 de dezembro, o rei decidiu a favor do concelho e homens-bons de Loulé um conflito que os opunha a Nun'Álvares relativamente à jurisdição da vila<sup>164</sup>; talvez em jeito de compensação, cerca de duas semanas mais tarde, D. João I confirmou-lhe a doação da dízima dos pescados de Almada, que os oficiais régios estavam a comprometer, desviando a descarga do peixe para Lisboa.<sup>165</sup> No mesmo dia, e ainda em Braga, o rei deferiu uma reclamação de Nun'Álvares sobre o comportamento de algumas justiças e de outras pessoas relativamente à cobrança dos quintos e dízimas das cidades de Silves e de Loulé e dos quintos de Estremoz, Vila Viçosa, Borba, Évora Monte, Alter do Chão e de outras terras de que ele tinha mercê.<sup>166</sup> Mais importante é, sem dúvida, a concessão pelo monarca, «a rogo do dito Condestável», do ofício de almirante do reino a Carlos Pessanha (irmão de Mice Manuel e filho de Mice Lançarote), embora D. João I tivesse dúvidas sobre o direito que este homem teria a tal cargo. Faço notar que Mice Carlos Pessanha era cunhado de Nun'Álvares Pereira, por via do seu casamento com Beatriz Pereira (O. Martins, 1893/2009, p. 14, nt. 4 [chama-lhe Joana]); e a doação, que parece um pouco «a contragosto», é feita apenas enquanto

Carlos Pessanha for vivo (ou seja, sem possibilidade de transmissão do ofício aos seus descendentes).<sup>167</sup> Aí está um outro caso que nos interessa reter, tendo em conta o papel de Carlos Pessanha na fase final da vida de Nun'Álvares.

Entre meados de janeiro e inícios de março de 1388, decorreu o aparatoso cerco de Melgaço, um dos assédios mais espetaculares da história medieval portuguesa (o monarca até mandou chamar a rainha para que assistisse à operação decisiva!). Nun'Álvares não esteve presente, e talvez por isso o rei tenha decidido a favor do concelho e homens-bons de Chaves uma disputa que havia relativamente à eleição dos juízes: apesar de o Condestável ter mercê do rei para pôr juízes, escrivães e oficiais na vila, o concelho alega que sempre elegeu os seus responsáveis judiciais em dia de Páscoa e pede que se respeite o costume, ao que D. João I acede.<sup>168</sup> Muito curiosamente, já no arraial de Campo Maior (a última grande operação de cerco em território nacional desta guerra, concretizada entre 15 de setembro e 1 de dezembro de 1388), o monarca concede a jurisdição ampla («mero e misto império»<sup>169</sup>) de Chaves a Nun'Álvares Pereira (que desta feita participava no assédio), em escambo com jurisdições em outras vilas; e ordena que o concelho guarde este privilégio e deixe o Condestável assumir de facto o comando jurisdicional da vila<sup>170</sup>. Não havia nada como estar ao lado do rei, sobretudo em momentos especiais, na altura da emissão dos diplomas... Logo após o termo do cerco a Campo Maior, D. João I, já em Évora, acede ainda a um pedido do Condestável para que seja guardada pelas justiças régias (neste caso, os juízes de Alcácer) uma carta de coutada por si dada ao seu escudeiro Pero Rodrigues.<sup>171</sup>

No contexto das tréguas por seis meses assinadas com Castela em fevereiro de 1389, o monarca confirma todas as doações (vilas, castelos, reguengos, terras, julgados, quintas, casais, herdades e outros quaisquer bens, rendas e direitos) que tinha feito a Nun'Álvares enquanto fora «regedor» do reino (ou seja, como mestre de Avis, antes da sua eleição em Coimbra, em abril de 1385)<sup>172</sup>. A minha interpretação pessoal é a de que, com a aproximação do fim das hostilidades, diminuía a capacidade de pressão do Condestável sobre a pessoa do rei; assim, D. Nuno tratou de garantir aquilo que já tinha recebido, acautelando em especial os bens que lhe tinham sido concedidos na fase mais «revolucionária» do processo, quando D. João ainda não era rei.



Dentro desta linha de raciocínio se pode enquadrar também o pedido que o conde fez ao rei, no ano seguinte, para que lhe confirmasse igualmente as doações feitas por D. Fernando em 1373, quando ainda era muito jovem (tinha acabado de chegar à corte régia): refiro-me às doações de Alter do Chão, Vila Formosa (entre Alter e Ponte de Sor), Chancelana e Assumar, que já referi atrás<sup>173</sup>. Dois dias mais tarde, o rei decidiria a favor do Condestável uma disputa entre este e o almoxarife de Estremoz, acerca de umas azenhas que tinham pertencido a Rodrigo Álvares Pereira (desconheço se este irmão de D. Nuno faleceu ou se deixou o reino em qualquer momento).<sup>174</sup>

Por esta altura, saliento ainda a confirmação pelo rei de uma doação a foro (isto é, contra o pagamento de um censo) feita por Nuno Álvares Pereira a João Gonçalves de Basto (e respetiva mulher, filhos, netos e descendentes), relativa a Arco de Baúlhe (no julgado de Cabeceiras de Basto), com todas as suas rendas, pertenças e portagens; a carta explica que o rei fizera mercê de juro e herdade destes bens ao Condestável contra o pagamento de 100 libras da moeda antiga em cada ano.<sup>175</sup> Realço este documento porque João Gonçalves era nada menos do que o meirinho-mor de Nun'Álvares, tendo professado depois no convento carmelita de Moura e vindo a ser um dos primeiros monges daquela ordem que o Condestável trouxe para o «seu» Convento do Carmo, em Lisboa, em 1397!

Na mesma altura (em fevereiro de 1391), Nun'Álvares recebeu um reforço do privilégio judicial que há pouco descrevi: os seus almoxarifes ganharam direito a tomar conhecimento prévio dos feitos dos almoxarifes régios (agentes fiscais encarregados da cobrança de rendas), para poderem sobre eles dar o despacho mais conveniente.<sup>176</sup>

Um novo conflito jurisdicional surgiu pouco depois, envolvendo Nuno Álvares Pereira e o concelho de Lisboa e dizendo respeito aos reguengos de Camarate, Unhos, Sacavém, Charneca e Frielas. É uma situação interessante, porque o monarca decidiu a favor da capital, que era certamente uma das poucas urbes que podiam aspirar a vencer este género de braços-de-ferro com o fidalgo mais poderoso do reino. Aliás, na sua sentença, o monarca evoca os muitos serviços que a cidade lhe prestou na guerra contra Castela.<sup>177</sup> Na memória de D. João I continuava, seguramente, a épica resistência ao cerco castelhano de 1384 e a sua aclamação como regedor e defensor do reino.

Neste período, resta assinalar mais um privilégio concedido a Iria Gonçalves (neste caso, a concessão de autorização para coutar uma herdade no termo de Évora)<sup>178</sup> e, sobretudo, uma sequência de escambos de terras que envolveu Nuno Álvares Pereira, o rei e o seu primo (em segunda geração) João Rodrigues Pereira (filho do falecido marechal). Primeiro (em outubro de 1391, curiosamente nos seus paços de Barcelos), o Condestável começou por dar a terra de Basto ao primo, recebendo em troca a de Baltar (um património associado, recorde-se, à origem dos Pereiras), com a respetiva jurisdição, rendas e direitos<sup>179</sup>; a seguir (em maio de 1392), o conde fez um outro escambo, agora com o monarca, a quem deu a jurisdição crime e cível da terra de Baltar (a par do Porto), recebendo em troca a jurisdição (nos mesmos termos) de Vila Nova de Anços (na zona centro, perto de Soure)<sup>180</sup>. Refira-se que Nuno Álvares recebeu Vila Nova de Anços (juntamente com Pereira, outro património altamente simbólico, Moura e Reguengo de Alviela) das mãos do fidalgo Lopo Dias de Azevedo, a quem deu em troca as terras de Pena e de Bouças.<sup>181</sup>

Nos finais de 1393 ou em inícios de 1394, deu-se então o confronto entre D. João I (animado por alguns dos seus conselheiros, como João das Regras) e a alta nobreza, sobre a recuperação, pela Coroa, de terras concedidas aos fidalgos, confronto este que já descrevi e comentei atrás.

### **O final do século e o casamento de Afonso e Beatriz (em 1401)**

O reordenamento da política patrimonial da Coroa, em finais de Trezentos e inícios de Quatrocentos, só possível graças à autoridade acrescida de D. João I após a vitória sobre Castela e o esmagamento das últimas bolsas de resistência interna, torna a documentação dos anos 1394-1401 menos interessante. Realçarei, ainda assim, algumas situações.

Em 1395, o rei anulou um aforamento de uns pardieiros em Loulé, que tinha sido feito pelo almoxarife do Condestável, o qual teria exorbitado as suas competências, coisa que o reforçado monarca não deixou passar em claro.<sup>182</sup> No ano seguinte, decidiu restituir a um morador em Faro, chamado Lourenço Gil, homem que Nun'Álvares garantiu que o servira bem na guerra, os bens (uma herdade, umas casas de morada e uma adegas) que haviam sido tomados ao pai dele, um antigo rendeiro daquele almoxarifado algarvio ao tempo de D. Fernando.<sup>183</sup> No mesmo ano de 1396, concedeu uma vasta isenção de pagamentos e de encargos

concelhios aos oficiais de Nun'Álvares que atuavam no Campo de Ourique<sup>184</sup>. No ano seguinte, foi outorgada ao Condestável a possibilidade de alguns judeus das suas terras não pagarem no serviço real, ao contrário do que acontecia com todos os outros judeus do reino.<sup>185</sup>

Poucos meses depois da grave doença relatada pela *Crónica do Condestabre* (1398), o monarca doou ao conde as terras de Paiva, de Tendais e de Lousada, com todas as suas rendas, direitos, foros, tributos, direituras, pertenças e jurisdições crime e cível (mero e misto império, sem prejuízo de reserva para o rei de correição e alçada), com possibilidade de transmissão aos seus descendentes legítimos por linha direta<sup>186</sup>. Suponho que esta doação poderá estar relacionada com a campanha de Nun'Álvares em Castela, contra o mestre de Santiago, em maio-junho de 1398, assim como com todo o esforço por ele desenvolvido durante esse verão, para estancar os diversos desafios militares que lhe surgiram pela frente, dos quais dei conta no capítulo anterior. Na verdade, trata-se da única doação significativa de terras ao conde ao longo do período que estou agora a considerar e coincide precisamente com um pico de atividade guerreira, sobre o pano de fundo de um conflito que estava praticamente decidido.

No mesmo dia (1 de setembro de 1398), foi feita doação a Nun'Álvares dos bens do vassalo Gil Vasques da Cunha, «que traudou [negociou] com o nosso adversário de Castela em nosso desserviço e destes reinos havendo nós com ele guerra»; este caso é especialmente significativo, pois Gil Vasques da Cunha tinha sido nomeado alferes-mor do reino no encerramento das cortes de Coimbra! O documento afirma que, apesar disso, ele foi para Castela e se levantou contra o rei português com fortalezas que dele recebera e pelas quais prestara menagem, chegando a vir «fazer guerra crua à nossa terra, as quais maldades são notórias e sabidas». Assim, o monarca doou ao Condestável, para todo o sempre, os bens móveis e de raiz que pertenciam ao irmão de Martim Vasques da Cunha, com exceção da quinta de Ferreiros, na comarca de Viseu, que já tinha sido doada a Rui Gonçalves Alcoforado; quanto aos bens que Gil Vasques tinha da Coroa (certamente a título de préstamo), escapam à doação, deduzindo-se que regressaram à posse do monarca.<sup>187</sup> Devo frisar que, num documento emitido quatro anos mais tarde, D. João I mandou devolver todos os bens próprios e de raiz a Gil Vasques da Cunha, independentemente de quem os tivesse...<sup>188</sup> Portanto, este fidalgo beirão

regressou a Portugal, após uma curta experiência em Castela; talvez por isso Fernão Lopes tenha incluído este Cunha no rol dos leais servidores de D. João (*CDJ, I*, cap. 161); Oliveira Martins (1893/2009, p. 14, nt. 4) afirma que Gil Vasques casou com uma irmã de Nun'Álvares, chamada Isabel, mas não pude confirmar esta informação, muito menos a data do suposto enlace. Certo é que, com o regresso deste filho pródigo e com a devolução dos respetivos bens, o património do Condestável na região da Beira foi afetado.

Antes do matrimónio de Afonso e Beatriz, temos ainda um escambo de casas em Lisboa, entre Nun'Álvares e o almirante Carlos Pessanha (com sua mulher, Beatriz, irmã do Condestável). A operação ocorreu em Lisboa, no dia 28 de agosto de 1399, e consistiu na troca de umas casas que D. Nuno tinha na rua da Ferraria, na Judiaria Velha de Lisboa, por um terreno que pertencia ao almirante junto ao Convento do Carmo, que em parte estava ainda a ser construído; como nesse terreno havia algumas casas que precisavam de ser demolidas para viabilizar o resto da obra conventual, D. Nuno compromete-se a construir outras (tantas e tão boas) no mesmo bairro, no local que Carlos Pessanha lhe vier a indicar.<sup>189</sup>

Três meses depois, o Condestável consegue também uma série de isenções a favor dos moradores de Vila Formosa, para melhor povoamento desta sua localidade<sup>190</sup>; e, em abril de 1401, obtém a legitimação do seu criado Aires Gomes de Tavares, que era filho do deão da Guarda, Diogo Lourenço, e de Catarina Gonçalves, mulher solteira.<sup>191</sup>

Foi nesta altura que se começou a preparar mais ativamente o casamento do filho bastardo do rei, D. Afonso, com a filha única de Nun'Álvares, Beatriz. Em data que desconhecemos, mas muito próxima de 1401 (se tivermos em conta o alinhamento da documentação da chancelaria régia), D. João I beneficia o seu descendente natural com os bens confiscados ao conde D. Gonçalo Telo: as terras e julgados de Viana, Aguiar de Viana, Darque, Perelhal, Faria, Rates e Vermoim, com seus termos e coutos; trata-se de uma doação irrevogável e ampla, em que o monarca reserva para si somente as apelações, alçadas e correições; na mesma ocasião, doa também ao filho a terra de Penafiel de Bastuço e o couto da Várzea, com as respetivas jurisdições e com todos os foros e tributos costumeiros.<sup>192</sup> Em 20 de outubro de 1401, legitima o seu bastardo, que tinha sido gerado enquanto D. João era mestre de Avis e professo da Ordem de Cister, juntamente com D. Inês [Pires], mulher

solteira; a legitimação é feita «o mais compridamente que o nós podemos fazer e o ele pode ser», sem prejuízo dos infantes Duarte, Pedro, Henrique, João, Isabel e Branca (os filhos já nascidos do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre).<sup>193</sup> Como era boa prática, primeiro dotava-se o bastardo e, depois, assegurava-se a sua legitimação; como vimos no início do segundo capítulo deste livro, foi também assim que Álvaro Gonçalves Pereira procedeu com os seus filhos Rodrigo e Pedro.

Esta história fica completa com a já citada doação feita por Nun'Álvares aos noivos, no dia 1 de novembro de 1401, em Frielas (termo de Lisboa); trata-se de uma doação em casamento, que inclui algumas terras, castelos, vilas e lugares que pertenciam ao Condestável. Recordo: a vila e o castelo de Chaves, com os seus termos; a terra e julgado de Montenegro; o castelo e a fortaleza de Montalegre; as terras de Barroso, Baltar, Paços e Barcelos (em Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes), com seus termos, coutos, honras, jurisdições criminais e cíveis, padroados das igrejas, direitos e pertenças; as quintas de Carvalhosa, Covas, Canedo, Sarrãos, Gondinhães, Sanfins, Temporã e Casais de Bustelo, com todos os proventos inerentes; e as quintas de Moreira e de Pousada, mas neste caso salvaguardando o direito de usufruto vitalício por parte de João Gonçalves, meirinho-mor de Nun'Álvares (o que professara em Moura e que julgo que já se encontrava no Convento do Carmo). O documento regulamenta as cláusulas sucessórias, em favor do cônjuge sobrevivente, dos respetivos herdeiros ou, em última análise, do próprio Nuno Álvares Pereira; a pedido do conde D. Afonso, esta doação foi confirmada na semana seguinte, em 8 de novembro, por D. João I<sup>194</sup>, o que talvez corresponda à data da boda. Lembro que a doação implicou que o Condestável tivesse requerido ao rei a outorga do título de conde de Barcelos ao genro, anulando-se o compromisso régio de não haver outro conde em Portugal senão ele. Com estas doações iniciou-se, por parte do Condestável, uma fase de alienação do seu vasto património, política essa que terá sequênciã nos anos seguintes.

### **Do casamento de Beatriz às vésperas da entrada no Carmo (1401-1421)**

A documentação relativa aos inícios do século xv permite entrever uma outra faceta de Nuno Álvares Pereira: a de gestor dominial, nomeadamente em certas zonas pelas quais parece ter tido um interesse

particular, como sucede com Almada, talvez devido à sua proximidade da capital. Coube a José Augusto Freitas de Oliveira, no âmbito de um estudo recente e muito interessante acerca da península de Setúbal em finais da Idade Média, chamar a atenção para este aspeto. Em Almada, o Condestável não se limitou a gerir o seu património à distância: edificou mesmo um paço na vila, a partir do qual emitiu alguns dos documentos com os quais já nos cruzámos neste capítulo; além disso, estabeleceu uma rede de clientes que absorveu elementos locais como Vasco de Moura, que o conde nomearia como procurador e administrador do Convento do Carmo, ou Diogo Gil, que exercia o cargo de procurador do mesmo convento e do conde, em 1429; tanto um como o outro eram moradores em Almada, vila onde residiam igualmente os seus criados Rodrigo Afonso (tesoureiro), Aires Peres e Afonso Esteves (contador). Na região de Almada, o Condestável investiu em algumas aquisições de maior vulto, além de ter agraciado os seus mais próximos com bens patrimoniais: foi o caso de João Álvares (um dos quarenta escudeiros eleitos para acompanhar o jovem fronteiro de Entre Tejo e Guadiana, em março de 1384) e também o de Gil Airas, o seu escrivão da puridade, feito cavaleiro e a quem foi vitaliciamente atribuída a quinta de Murfacém, embora a propriedade tenha permanecido na posse do seu filho Diogo Gil; também Pedro Anes Lobato (outro dos companheiros de primeira hora de Nun'Álvares, e dos mais importantes) veio a ser proprietário de uma quinta em Amora, onde ergueria uma aparatosa construção, bem como de terras mais a sul (uma quinta em Calhariz e uma azenha e outros bens em Maçã, além de um casal na Azoia). E, claro, não podemos esquecer o caso da família dos Almadás (João Vaz de Almada, Antão Vasques), que devem ter acedido à fidalguia já depois de se terem tornado proprietários de territórios a sul do rio Tejo. Muitos anos mais tarde (entre 1468 e 1474), Beatriz Pereira, filha do almirante Carlos Pessanha e sobrinha do Condestável, depois de enviudar do almirante Rui de Melo, veio a adquirir duas quintas no Seixal, circunstância que reforça a ligação dos Pereiras de Quatrocentos a toda esta região<sup>195</sup>.

Um documento que traduz bem este envolvimento de Nun'Álvares na comarca almadense é o «preito e demanda» que o rei teve de dirimir em 1403 e que opunha um procurador do monarca (Álvaro Mendes) ao procurador e ouvidor do réu e Condestável (Pedro Afonso); o assunto dizia respeito a umas azenhas e edifícios que Nun'Álvares tinha

mandado construir nuns esteiros e abras que existiam no termo de Almada (em Corroios, Algenoa, Amora e Arrentela). O procurador do rei achava que isso era ilegal, mas o representante do conde acreditava que não, uma vez que o seu senhor tinha recebido da Coroa a vila de Almada, com todos os seus direitos, proveitos e pertenças. Analisado o assunto (inclusive com o seu conselho, com o chanceler e com os infantes), D. João I, considerando as vantagens comunais que resultavam daqueles equipamentos, autorizou a respetiva construção, desde que o Condestável pagasse anualmente, por cada roda de azenha com as suas mós correntes, um sesteiro de trigo (isto é, oito alqueires), de acordo com a medida em vigor. Este interessante documento estabelece ainda que, em caso de guerra, terramoto ou outra calamidade ou motivo que levasse a que as azenhas, num determinado ano, nada moessem, o foro não seria pago. Também é curioso verificar que esta carta régia admite já a possibilidade de alienação (por legação testamentária, doação, venda, escambo ou outra qualquer forma) de todo este equipamento ao Mosteiro de Santa Maria do Carmo, que o conde ainda estava a acabar de construir em Lisboa.<sup>196</sup>

De facto, logo no ano seguinte (em julho de 1404), Nun'Álvares, nos seus paços de Almada, fez a sua primeira grande doação de bens ao Convento do Carmo. Nela se incluem não apenas as azenhas de Corroios e os esteiros de Amora, Algenoa, Arrentela e Corroios, mas igualmente os bens do judeu David Negro (que já conhecemos), a quinta de Alcaldaria (no termo de Ourém) mais os bens de Pombal, Leiria, Tomar e Ourém.<sup>197</sup> Este documento inclui uma provisão especial de D. João I que acautela uma ordenação em contrário de D. Dinis, e Nun'Álvares indica nele as quatro condições em que faz esta primeira grande doação ao seu cenóbio: i) impossibilidade de os religiosos do Carmo alienarem os ditos bens, que deveriam servir para a manutenção do Convento do Carmo e para o sustento dos seus religiosos (ainda que no futuro se pudessem vir a arrendar, aforar ou emprazar, mas apenas por três vidas e em benefício do convento); ii) que o prior do Carmo mandasse rezar diariamente três missas pela alma de Nun'Álvares e dos seus pais, uma em honra de Deus e duas em honra da Virgem Maria (estas missas deveriam ficar a cargo dos «três freires de melhor vida que no dito mosteiro viverem»); iii) que, em vida de D. Iria Gonçalves, fosse ela a beneficiar dos bens de David Negro e, à morte desta, eles revertessem para o convento;



iv) que, enquanto fosse vivo, Nun'Álvares tivesse a administração de todas aquelas rendas e direitos e o usufruto deles, para os despende (por si ou por quem ele indicasse, laico ou eclesiástico) onde entendesse que seria melhor; só depois da sua morte é que a administração de tais bens passaria para o prior ou para um religioso do convento. Entre as testemunhas desta crucial doação conta-se Gil Airas, o omnipresente escrivão da puridade e companheiro de Nun'Álvares.

Em finais de setembro do mesmo ano (1404), o Convento do Carmo tomou posse efetiva daquele património, na pessoa de Vasco de Moura (morador em Almada), procurador e administrador do convento, numa escritura realizada no interior do próprio cenóbio e conduzida por Gil Airas, que para o efeito dispunha de uma procuração de Nun'Álvares.<sup>198</sup> Neste ato, o Condestável (por intermédio do seu escrivão da puridade) delegou em Vasco de Moura, homem da sua confiança, poder para, em seu nome, administrar os bens que tinham sido doados dois meses antes. Foram depois todos à Judiaria Velha, com o tabelião Afonso Dinis, para porem Vasco de Moura em posse das casas que tinham pertencido a David Negro; e, do mesmo modo, puseram-no em posse dos outros bens doados, requerendo de cada um «instrumento público» com três cópias do mesmo teor (uma para o cartório do Carmo e as outras para as câmaras Eclesiástica e Secular de Lisboa).<sup>199</sup>

No verão de 1405, voltamos a ter notícia das azenhas do esteiro de Corroios, uma vez que existe um documento régio que dispensa o Convento do Carmo do pagamento do foro anual de oito alqueires de «pão» a que o conde (e, depois, o cenóbio carmelita) tinha ficado obrigado. O monarca argumenta que assim procede para «fazer graça e mercê» ao Mosteiro do Carmo.<sup>200</sup>

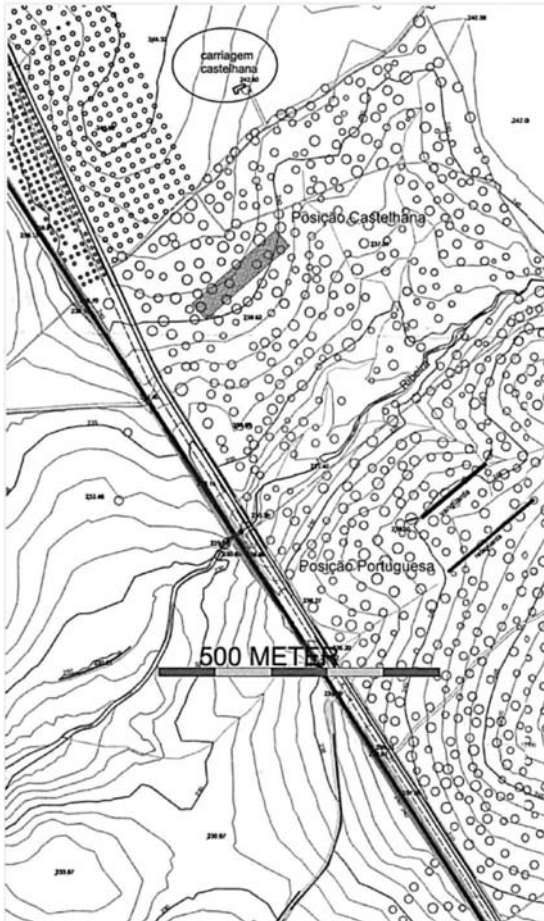
Tudo parecia bem encaminhado quando, em 1406, surgiu um sobressalto: o benfeitor descobriu que, afinal, não poderia ter doado a Quinta da Alcaidaria (e os bens a ela anexos), uma vez que pertenciam à Capela de Flor da Rosa, mandada construir pelo seu próprio pai e cuja propriedade era da Ordem do Hospital! Por isso, o Condestável teve de revogar esta parte da doação, com grande pena dele (pois constituía o melhor quinhão do dote que atribuíra ao convento); para ressarcir o cenóbio, passou para este os bens de David Negro, cujo usufruto vitalício atribuíra à mãe (que foi compensada com outros bens de valor equivalente).<sup>201</sup> Seja como for, o valor dos bens entregues ao convento



O Mosteiro de Flor da Rosa (Crato), mandado construir por Álvaro Gonçalves Pereira, pai de Nun'Álvares, que aí se fez sepultar c. 1380. (© Shutterstock)



Fresco da Batalha de Atoleiros pelo pintor Jaime Martins Barata, no Palácio da Justiça de Fronteira. (Fotografia: © Johan Schelfhout)

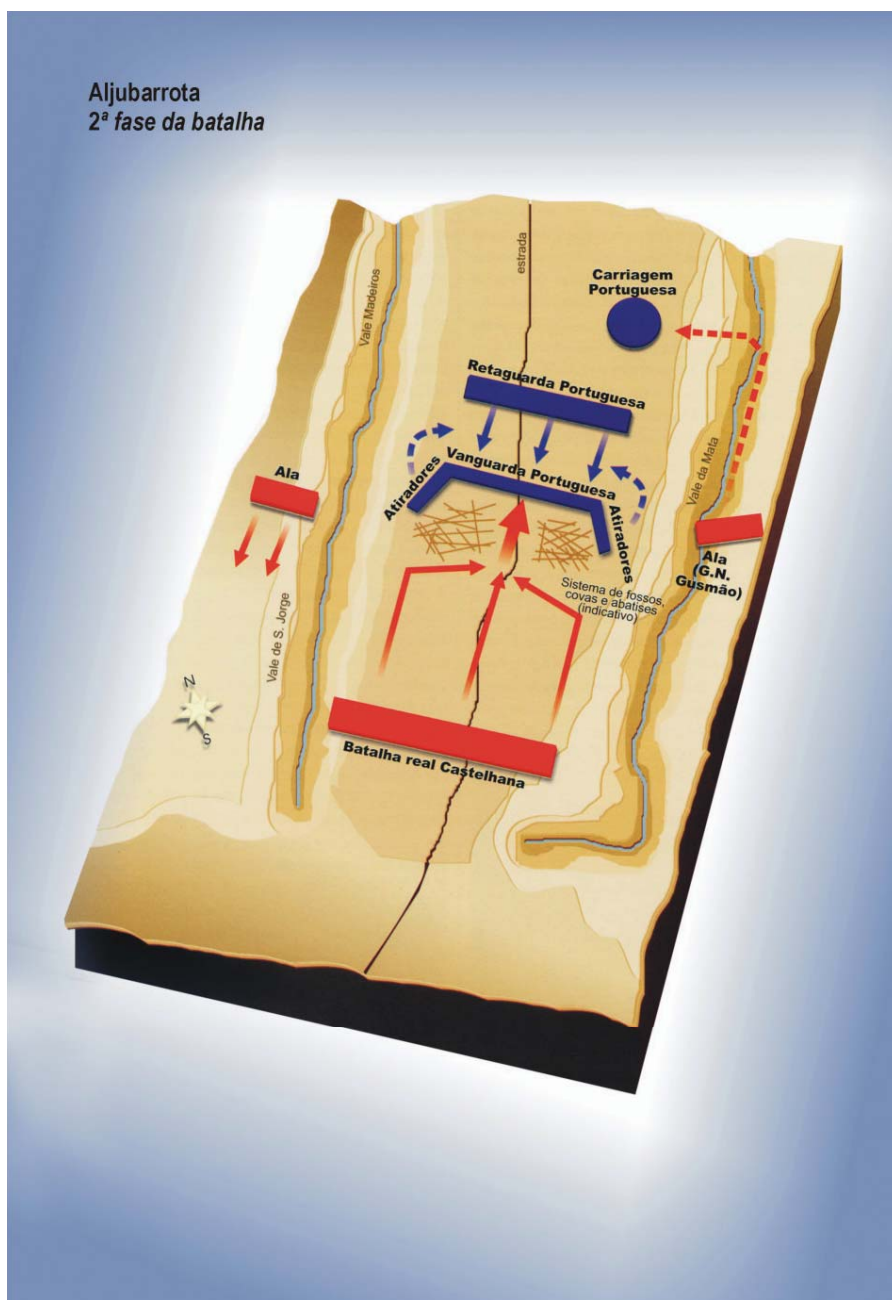


Batalha de Atoleiros (1384), posições iniciais. (© A. Coelho da Rocha)

Ermida da Virgem Maria/  
/São Jorge, no campo de  
batalha de Aljubarrota, man-  
dada erguer por Nun'Álvares  
Pereira. (© José Morais)



**Aljubarrota**  
**2ª fase da batalha**



**Batalha de Aljubarrota (1385): esquema da fase crucial do combate.** (© João Gouveia Monteiro, *Aljubarrota - 1385*, Tribuna da História, 2003)

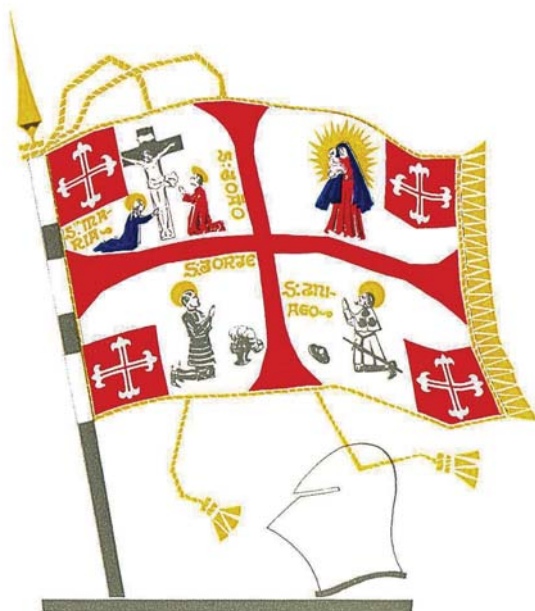




Inauguração da estátua equestre de Nun'Álvares Pereira, em frente do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha), em 1967. (© Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa)



Vila e castelo de Portel, tomado por Nun'Álvares em 1384. (© Shutterstock)



A bandeira de Nuno Álvares Pereira (in Bernardo Xavier Coutinho, *Iconografia Condestabriansa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 280).



Inauguração da Igreja do Santo Condestável, em Lisboa, em 1951. (Fotografia: Firmino Marques da Costa. © Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa)



Retrato de Nuno Álvares Pereira na *Crónica do Condestabe de Portugal* (edições de 1526 e 1554). (© Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra)



Retrato - iluminura de Nuno Álvares Pereira no Tombo do Cabido de Évora iniciado em 1542 (in Bernardo Xavier Coutinho, *Iconografia Condestabrians*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 280). (© Sé de Évora)



Selo comemorativo da canonização de Nuno Álvares Pereira, em 2009. (© Reprodução autorizada pelos CTT)

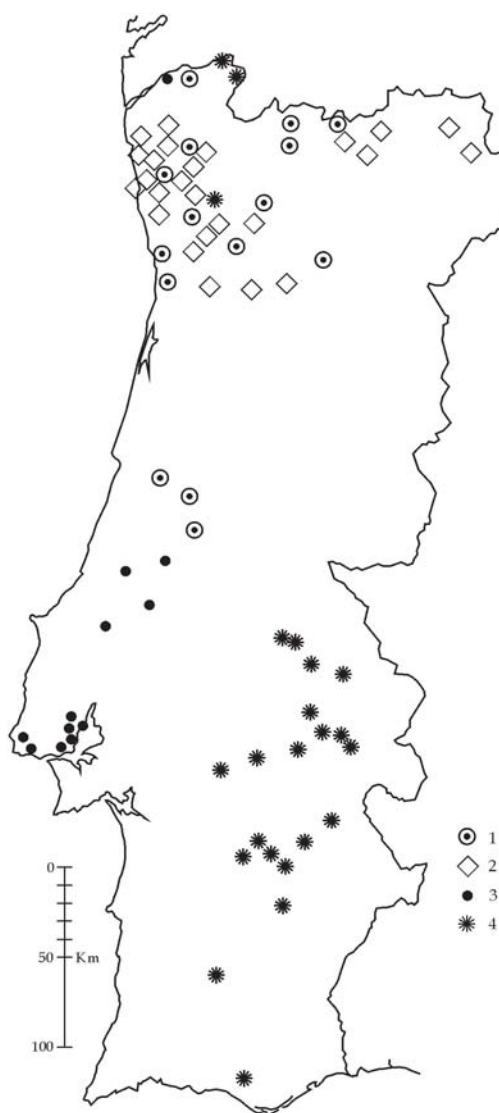




Ruínas do Convento do Carmo, em Lisboa. (© Shutterstock)



Igreja do Santo Condestável, em Campo de Ourique, Lisboa. (© Shutterstock)



- 1+2+3+4 - Senhorio primitivo de D. Nuno Álvares Pereira  
 1 - D. Nuno Álvares Pereira somente  
 2 - D. Afonso, 8º conde de Barcelos e 1º marquês de Bragança  
 3 - D. Afonso, 4º conde de Ourém e 1º marquês de Valença  
 4 - D. Fernando, 3º conde de Arraiolos e 1º marquês de Vila Viçosa

O património senhorial de Nun'Álvares Pereira e seus descendentes (in A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Presença, 1987, p. 85.)  
 (© Presença)

devia ser muito elevado; frei José Pereira de Sant'Anna diz que, para tornar as suas doações mais valiosas, Nun'Álvares fê-las confirmar pelo (anti)papa João XXIII, por meio de uma bula de 17 de julho de 1413, onde se indica que tais bens rendiam em cada ano a vultuosa soma de 300 coroas de ouro.<sup>202</sup>

Por esta altura, a documentação oferece-nos ainda outros elementos interessantes acerca do património de Nun'Álvares e da respetiva gestão, mas neste caso não relacionados com o Convento do Carmo. Sabemos, por exemplo, que, em 1408, o rei, tendo escambado certos lugares e rendas com o conde, a quem foram outorgadas as rendas das vilas de Beja e de Loulé, autoriza-o a ter, em cada uma destas vilas, um almoxarife (escolhido entre os homens-bons do lugar) para arrecadar as rendas e os direitos que lhe pertenciam<sup>203</sup>; no mesmo ano, D. João I concedeu poder aos sacadores de Nun'Álvares para penhorarem, constrangerem, venderem e arrematarem os bens dos que tinham dívidas para com ele, tal como se fosse uma dívida ao rei<sup>204</sup>.

Mais estimulante é, sem dúvida, o escambo de bens realizado entre o monarca e o seu condestável, em finais de agosto de 1408. No acordo, este entregou ao rei os lugares de Alvaiázere, Rabaçal, Vila Nova de Anços (incluindo o padroado), Pereira (!) e as terras da Nóbrega, tudo bens que dele recebera anteriormente. Em contrapartida, Nun'Álvares recebeu (por intermédio de Fernão Domingues, seu criado e procurador) a vila de Sousel e seu termo (com jurisdição crime e cível e com as ressalvas habituais para a autoridade régia), todos os direitos na comuna dos mouros de Beja e o serviço real da comuna dos judeus de Beja, de Ferreira, de Alviste (?), de Alvalade, de Messejana, de Panoias, de Casével, de Torredãos, de Castro Verde, de Entradas, de Padrões, de Ourique, de Almodôvar, de Mértola, de Alcária Ruiva e de Garvão, lugares de Campo de Ourique; recebeu igualmente todos os direitos de portagem, açougagem, mordomado, salário (?), fangas e todos os foros dos ferragiais, casas e vinhas que o rei tinha na vila de Beja e nos seus termos (com exceção do foro da vinha que trazia Álvaro Mendes de Beja); o rei entregou também ao conde 10 libras da moeda antiga correspondentes a uma herdade em Castro Verde, assim como as pensões de vinte e quatro tabeliães que havia em Beja, os direitos dos mouros de Loulé, a renda do moinho de Alte, juntamente com o reguengo de Algiba (?) e a herdade que fora de Fernão Sanches, no termo da vila

de Loulé; por fim, o Condestável recebeu o padroado da Igreja de São Salvador de Elvas, ficando autorizado a tomar posse de todos estes bens a partir de 1 de outubro de 1408 e a pôr não só almoxarifes, mas também escrivães e outros oficiais em Beja e em Loulé.<sup>205</sup>

Se me demorei um pouco mais neste documento é porque ele me parece assinalar uma viragem importante na distribuição geográfica do património de Nun'Álvares. Neste escambo, ele cedeu bens na Estremadura e alguns (poucos, mas incluindo o lugar matricial de Pereira) no Norte; em troca recebeu numerosos bens no Alentejo, que assim se afirma como um núcleo verdadeiramente precioso do seu património. Esta reorientação pode ter decorrido da vontade da Coroa de afirmar o seu poder numa zona tão crucial quanto era a Estremadura, mas pode também ter resultado do desejo de Nun'Álvares de ir ao encontro daquela que fora a estratégia de seu pai, Álvaro Gonçalves Pereira, que claramente elegera o Alentejo (e, em especial, o Alto Alentejo) como área de influência prioritária dos Pereiras e da Ordem do Hospital.

No outono de 1408, temos notícia de um conflito entre os ourives da Adiça (Almada) e Nun'Álvares, dirimido pelo rei a favor dos primeiros; estes alegavam que tinham privilégio de não responderem por nenhuns feitos salvo perante o seu juiz, o que os ouvidores do Condestável contestavam.<sup>206</sup> A guerra ficara para trás, e nota-se uma menor disponibilidade do monarca para ir ao encontro dos interesses do seu condestável. Ainda assim, havia autênticos «veteranos» que recordavam os anos difíceis da luta contra Castela e que invocavam (ou as suas famílias por eles) o seu heroico passado para obterem benefícios régios; foi o caso de Catarina Martins Morena, viúva de Estêvão Lourenço Valada, moradora em Évora, que alegou que o seu marido tinha estado nas batalhas de Atoleiros, de Aljubarrota, de Valverde e no cerco de Alcântara (!), servindo «com bestas e armas» na companhia de Martim Lopes Lobo (irmão de Diogo Lopes Lobo, um dos membros do primeiro conselho de guerra de Nun'Álvares).<sup>207</sup> Por estes, o rei tinha um carinho especial, e D. João I equiparou o falecido combatente aos vassallos com «contias» anuais, em matéria de privilégios, honras e liberdades, que se estendiam às respetivas viúvas. Um caso bonito, no fundo, de agradecimento a título póstumo de um dos «bravos do pelotão».

Outro dos indefetíveis de Nun'Álvares fora, como bem sabemos, o seu tio Martim Gonçalves do Carvalhal. Não sei precisar quando terá

falecido, mas seguramente antes de 1412, uma vez que a *Chancelaria de D. João I* inclui diversos documentos alusivos à sucessão dos respetivos bens (localizados em Tavira) por parte dos seus filhos (todos primos de Nun'Álvares): Lopo Martins, que era o primogénito e que foi arcediago de Évora, o qual renunciou à herança a favor do irmão Vasco; este Vasco Martins, falecido depois da tomada de Ceuta; e Fernão Martins, a quem coube finalmente, em finais de 1415, o património do antigo aio do jovem Nuno.<sup>208</sup>

### **As doações aos netos e a entrada no Carmo (1422-1423)**

Ao preparar a sua entrada no Convento do Carmo (onde terá passado a residir em meados de 1422, como veremos), Nun'Álvares decidiu desfazer-se de grande parte do vasto património que ainda lhe pertencia, a favor dos seus netos, Afonso, Fernando e Isabel.

Em 4 de abril de 1422, por meio de uma carta feita por Gil Airas em Borba, o Condestável doa ao seu neto primogénito, Afonso, os seguintes bens: a judiaria de Lisboa, os paços da capital, todos os reguengos do termo de Lisboa (Charneca, Sacavém, Camarate, Catujal, Unhos e Frielas); a ribeira do Sal; o lugar e reguengo de Colares (mas com reserva de usufruto vitalício para a mãe Iria); o barco de Sacavém e o reguengo de Alviela, no termo de Santarém (em ambos os casos com reserva semelhante a favor de Gil Airas); as rendas e direitos de Rio Maior (após a morte de Pedro Afonso do Casal e de sua mulher Inês Pereira, irmã de Nun'Álvares); e — mais importante de tudo — Porto de Mós e o condado e vila de Ourém! A doação inclui a jurisdição crime e cível, os castelos com suas menagens e os padroados das igrejas. Em caso de morte de D. Afonso sem descendência legítima (o que veio de facto a suceder), estes bens passariam para o irmão Fernando (e depois para Isabel).<sup>209</sup>

No mesmo dia, Nun'Álvares doou ao neto D. Fernando estes bens: o condado e a vila de Arraiolos; as rendas e direitos de Montemor-o-Novo (com reserva de usufruto vitalício para Nuno Fernandes da Arca, seu sobrinho); a vila de Évora Monte com suas rendas e direitos (após a morte do primo Lopo Martins do Carvalhal); as rendas e direitos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa (exceto as doadas ao sobrinho Álvaro Pereira, enquanto este vivesse); a vila de Sousel, com suas rendas e direitos; a vila de Alter do Chão, com suas rendas e direitos (mas só após a

morte de Gonçalo Anes de Abreu, um dos seus melhores amigos); Vila Formosa e Chancelana, com suas rendas e direitos; Assumar, com os mesmos complementos (depois da morte do primo Fernão Martins do Carvalho); Lomegal (?); Monsaraz e Portel (com reserva de usufruto vitalício das rendas de Portel a favor do seu criado Fernão Domingues e do seu vedor Nuno Gonçalves); Vidigueira, com suas rendas e direitos; Vila de Frades, nas mesmas condições (exceto as rendas e direitos que pertenciam a Fernão Domingues, enquanto este vivesse); Vila Alva; Vila Ruiva; as rendas e direitos de Beja; e as rendas e montados de Campo de Ourique. Também aqui, a doação inclui a jurisdição crime e cível, os castelos e suas menagens e os padroados das igrejas, incluindo o da Igreja de São Salvador de Elvas. Em caso de morte de D. Fernando, estes bens passariam para o irmão Afonso ou para D. Isabel.<sup>210</sup>

Conclui-se, portanto, que o neto mais velho (Afonso) recebeu os bens mais prestigiantes — os da Estremadura (incluindo o condado de Ourém, com o respetivo título) e os da região de Lisboa. Já o segundo neto, Fernando, ficou com o condado de Arraiolos e com a grande fatia alentejana do património do avô. Quanto a Isabel (que viria a casar com o tio, o infante D. João, filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre), recebeu os seguintes bens: as terras e julgados de Lousada; a terra de Paiva e de Tendais, com suas rendas e direitos; a vila de Almada, com suas rendas e direitos (exceto os direitos da quinta de Murfacém, que foram dados a Gil Airas para seu usufruto enquanto fosse vivo); e as rendas e direitos de Loulé e seus termos. O mecanismo sucessório prevê, também aqui, a sucessão a favor dos irmãos.<sup>211</sup>

Logo em agosto do mesmo ano (1422), Nun'Álvares fez um pedido aos netos, que tinha acabado de dotar de um amplo património: requereu-lhes que, entre si, assegurassem algo de que ele tinha desejo há muito tempo (eventualmente desde o momento em que perdera a Quinta da Alcaldaria); ou seja, pediu-lhes que entregassem todos os anos dez moios de trigo e cinco tonéis de vinho ao convento e frades do Carmo de Lisboa. O pedido foi escutado e Fernando comprometeu-se logo a conceder seis moios de trigo (pagos anualmente na vila de Estremoz) *in perpetuum*, com a curiosa indicação — dada ao almoxarife de Estremoz e ao seu escrivão — de que não entregassem «pão» nenhum diretamente aos frades do Carmo, mas apenas a Nun'Álvares, que reservara para si a administração das rendas que doara ao cenóbio (*Crón.*



*Carmel.*, I, III, pp. 385-387). Pelo seu lado, Afonso doou para sempre ao convento, a título de esmola anual, quatro moios de trigo e cinco tonéis de vinho, a pagar no reguengo de Santarém, também diretamente a Nun'Álvares (*ibid.*, pp. 387-389)<sup>212</sup>. No dia 24 de agosto, D. Afonso libertou os foreiros do Convento do Carmo de pagarem um quarto dos bens que traziam arrendados e que tinham pertencido ao judeu David Negro, nos lugares de Sacavém, Catujal, Unhos, Frielas, Apelação, Camarate e Póvoa de Santo Adrião (*Crón. Carmel.*, I, III, pp. 389-390).

Escasso tempo após as grandes doações aos netos (por meio das quais praticamente se despiu de todos os seus bens remanescentes, cenóbio lisboeta à parte), Nun'Álvares foi viver para o Convento do Carmo, que ainda lhe pertencia *de jure*. Em fevereiro de 1423, temos notícia de que os judeus de Lisboa viram uma reclamação sua acerca dos abusos dos ouvidores do Condestável ser atendida pelo rei.<sup>213</sup> Mas, depois disto, resta-nos uma última carta (muito) relevante: aquela em que Nun'Álvares doa o convento que mandou erguer em Lisboa à Ordem do Carmo; sucedeu isto no dia 28 de julho de 1423, e a *Crónica dos Carmelitas* evoca minuciosamente todo o processo.<sup>214</sup> Cinco dias antes (segundo frei Pereira de Sant'Anna, coincidindo com o último dia do primeiro capítulo provincial português dos carmelitas<sup>215</sup>), depois de celebrada a missa, o vigário-geral (e também primeiro provincial eleito, frei Afonso de Alfama), convocou toda a comunidade para a Sala do Capítulo, de acordo com o que tinha sido combinado com Nun'Álvares e com as testemunhas (incluindo um tabelião). O Condestável declarou então pretender doar o Convento de Santa Maria à Ordem do Carmo e aos respetivos religiosos, segundo determinadas condições, que seriam registadas em escritura solene; em resposta, frei Afonso de Alfama disse aceitar a doação e as cláusulas e condições impostas pelo benfeitor; mostrou, depois, uma carta patente selada, assinada por si e pelos quatro definidores da Ordem, onde se constituía «o senhor Condestável D. Nuno Álvares Pereira» como perpétuo e geral administrador, enquanto vivesse, de todas as rendas dos conventos carmelitas do Carmo e de Moura, dando-se-lhe «plenário poder» sobre «todos os religiosos daqueles conventos», aos quais se mandava que lhe obedecessem, sob graves penas. A carta patente foi lida perante todos e entregue a Nun'Álvares, que a recebeu com alegria (explica frei Sant'Anna), pois traduzia a grande confiança dos carmelitas na sua pessoa.<sup>216</sup>



No dia 28 de julho de 1423, celebrou-se a prometida escritura de doação, nas instalações do Convento do Carmo, com a participação de Gomes Martins, *o Moço*, como tabelião do rei em Lisboa, e na presença dos religiosos conventuais e de algumas pessoas seculares que assinaram como testemunhas (a primeira foi, adivinhe-se, Gil Airas, aqui apresentado como «cavaleiro e vedor para as coisas de Ceuta»<sup>217</sup>). Neste controverso documento (Aires Nascimento considera-o suspeito [2010, p. 241, nt. 172; e pp. 264-265]), diz-se que há muito tempo que Nun'Álvares decidira mandar edificar o Mosteiro de Santa Maria da cidade de Lisboa, com intenção de o dotar para a Ordem do Carmo. Há anos que o edifício estava acabado e que nele viviam religiosos desta ordem; todavia, Nun'Álvares nunca lhes declarara que o mosteiro seria deles, para incentivar que vivessem sempre «como era razão»<sup>218</sup>. Satisfeito com o que observara, o Condestável decidira agora fazer a doação, de forma irrevogável e com todas as rendas e direitos com que o mosteiro fora por si dotado. As quatro condições que impôs foram as seguintes: i) que o prior escolhesse anualmente cinco religiosos dos mais «reformados», para rezarem diariamente cinco missas: três por ele, uma pela alma do pai e outra pela alma da mãe (tal como constava da doação de bens de 1404); ii) que se acontecesse, em sua vida, morarem no convento ou virem a ele frades que não vivessem exemplarmente, que ele os pudesse expulsar sem para tal carecer de autorização do padre geral ou de outro prelado; do mesmo modo, reservava-se o direito de admitir no convento outros frades da Ordem do Carmo que lhe parecessem adequados; iii) que, enquanto vivesse, administrasse todas as rendas e bens do convento, não se podendo despender coisa alguma sem sua autorização e conselho (quer para a «fabrica» da igreja, quer para o mantimento e vestuário dos religiosos); iv) que Nun'Álvares, em vida sua, pudesse permanecer «com seus companheiros e familiares» no convento, em serviço de Deus e da Virgem Maria, dentro das casas e câmaras que ele mandara fazer para sua morada, isto sem que ninguém lho contradissesse ou embargasse.

### Os anos derradeiros e a grata memória

Em finais de 1424, dois dos netos de Nun'Álvares (Fernando e Isabel) promovem um ligeiro ajustamento à doação da primavera de 1422, com o acordo do rei, do conde de Barcelos (seu pai) e do neto mais velho (Afonso): Fernando cede à irmã todos os direitos, rendas e

jurisdições que tem no montado de Campo de Ourique, e recebe de Isabel as terras de Paiva, Tendais e Lousada, com todas as suas entradas, saídas, foros, rendas, pescarias, montados e jurisdições.<sup>219</sup>

Nun'Álvares faleceu em 1431, e aquilo que a documentação nos mostra para os meses e anos subsequentes tem sobretudo que ver com o esforço da Coroa (em especial D. Duarte) para acautelar as suas vontades. Darei apenas um exemplo evidente dessa preocupação. Em finais de 1433, escassos quatro meses após a sua subida ao trono, o herdeiro de D. João I e amigo pessoal do Condestável, alegando «termos carregado [encargo] do Mosteiro de Santa Maria do Carmo e nos havermos por padroeiro dele», atribui uma série de privilégios ao cenóbio, assim tomando «em nossa singular guarda, subsídio e proteção o provincial da dita ordem e frades do dito mosteiro e seus servidores, apaniguados, herdamentos, possessões e lavradores delas»; em concreto, D. Duarte ordenou que dispensassem de servir por mar ou por terra, de aposentadoria, de comparência em alardo e de outros encargos um servidor do mosteiro que «peça para as candeias e círios» e outro «que lhe procure seus feitos»; determinou igualmente (na linha de um documento específico sobre este assunto emitido no dia anterior<sup>220</sup>) que os caseiros da quinta de Camarate fossem escusados das servidões e encargos concehios, tal como o eram no tempo em que o Condestável tinha doado esta propriedade ao convento; tais caseiros deveriam responder apenas perante o almoxarife do conde de Ourém, D. Afonso, conforme era costume fazerem no tempo do avô deste, Nuno Álvares Pereira; por fim, o rei confirma «todas as honras, privilégios, liberdades, graças e mercês» que D. João I tinha outorgado ao Condestável para o dito mosteiro.<sup>221</sup>

### O Convento do Carmo

Resta-me considerar, neste capítulo, aquele que é o legado material mais imponente da existência do Santo Condestável: o Convento do Carmo, sem dúvida alguma a obra da sua vida e uma parte importantíssima do seu património.

Não sabemos exatamente quando é que Nun'Álvares tomou a decisão de mandar edificar o mosteiro, embora já tenhamos visto no capítulo anterior que tanto a *Crónica do Condestabre* como Fernão Lopes relacionam a ordem de início da construção com a sua visita ao campo de batalha de São Jorge, após o cerco de Campo Maior (praça que foi

ocupada em 1 de dezembro de 1388); a tradição relaciona a decisão com os votos que terá proferido por ocasião da batalha de Aljubarrota ou da batalha de Valverde. O certo é que, em 8 de dezembro de 1386, depois de o Condestável ter obtido licença do monarca para o efeito (*Crón. Carmel.*, I, III, pp. 343-344), o papa Urbano VI emitiu, em Génova, um Breve intitulado *Piis fidelium votis*, dirigido ao bispo de Viseu, D. Vicente (que se estabelecia como seu executor), onde se autorizava a construção de um templo em Lisboa, dedicado à Virgem Maria, o qual seria confiado a uma Ordem religiosa aprovada pela Santa Sé (*ibid.*, I, p. 804).

No ano seguinte, em 26 de novembro, o mesmo Sumo Pontífice terá emitido mais dois Breves a favor de Nun'Álvares, um com a confirmação da dispensa de parentesco para o seu casamento com D. Leonor de Alvim e o outro (intitulado *Dilecto filio nobili viro Nuno Comiti*) para que este pudesse mandar celebrar missa a qualquer hora que fosse conveniente depois da meia-noite, a fim de que ele, a mulher e os respetivos familiares a ouvissem particularmente, mesmo nas ocasiões de «interdito» (e desde que para tal não tivessem contribuído)<sup>222</sup>; frei José Pereira de Sant'Anna indica que, no seu tempo (isto é, em meados do século XVIII, poucos anos antes do terramoto), este último Breve existia ainda nos arquivos do Convento do Carmo (*ibid.*, I, III, pp. 344-345).

Os alicerces foram rasgados e a primeira pedra do grandioso convento terá sido colocada em julho de 1389, possivelmente no dia 16, coincidindo com a celebração solene da N. Sra. do Carmo. O local escolhido foi uma colina alta, na parte ocidental de Lisboa, perto do Mosteiro da Trindade (sob padroado régio a partir de D. Afonso II e muito protegido pela Rainha Santa Isabel). Como observa Aires Nascimento, é muito natural que Nun'Álvares tenha procurado um lugar que não estivesse ainda rodeado de habitações, situado no limite da zona habitada da urbe e olhando de viés para o Rossio, a partir de cima (Nascimento, 2010, p. 277); aliás, todas as grandes casas monásticas coevas implantadas nas colinas da parte ocidental de Lisboa, com exceção dos dominicanos (os únicos localizados na parte baixa da urbe), tinham optado por posições elevadas (veja-se o caso dos franciscanos, situados no morro sudoeste, em frente ao Tejo e não longe dos cónegos regrantes de Santo Agostinho, em São Vicente de Fora). Uma tal distância do bulício citadino permitiria a Nun'Álvares dar expressão ao seu desejo de afastamento e desprendimento/desprezo do mundo (*contemptus mundi*),

configurando um cenário propício à sua meditação (*ibid.*). Segundo parece, o monumento seria originalmente dedicado a Santa Maria do Vencimento, o que de imediato recorda a construção, pelo rei, na mesma altura, do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, ligeiramente a sul do campo de batalha de São Jorge/Aljubarrota: «é verosímil que os dois títulos se correspondem e o monumento pretendia dar a Lisboa uma contrapartida do monumento da Batalha» (*ibid.*, p. 270).

Segundo frei Pereira de Sant'Anna, a primeira planta do edifício, conforme o desejo inicial de Nun'Álvares, previa a fachada principal virada ao Rossio, para onde se descia por uns degraus que iam diminuindo até à planície do vale (curiosamente chamado de «Vale Verde», por estar então coberto de arvoredos); no entanto, as dificuldades de execução do projeto original foram de tal ordem que aceitou modificá-lo, lembrando-se também de que era mais próprio das igrejas cristãs terem a porta principal virada a poente, para que os fiéis adorassem a Deus virados para leste, «donde recebemos o incomparável benefício da Redenção» (*Crón. Carmel.*, I, III, p. 345). Com efeito, as «areias mortas» existentes no local, assim como as «argilas muito friáveis» e os «estratos de calcarenitos ilusoriamente sólidos» revelados pelas escavações ali realizadas recentemente por Rodrigues Ferreira e Machado Neves (Arnaud e Fernandes, 2005, pp. 583-584), levaram por duas vezes à ruína dos alicerces e da parte já construída do templo! Nun'Álvares acorreu e, apercebendo-se da repetição dos erros dos mestres, despediu-os e contratou outros, com bastante nome na praça: Afonso Eanes, Gonçalo Eanes e Rodrigo Eanes, a quem terá prometido que, se as coisas se passassem mal uma terceira vez, mandaria construir os alicerces em bronze... Para que tudo, desta feita, corresse bem, contratou também quatro dos melhores canteiros de Lisboa (Lourenço Gonçalves, Estêvão Vasques, Lourenço Afonso e João Lourenço) e ainda dois judeus para amassarem a cal (Judas Acaron e Benjamim Zagas); segundo Sant'Anna, que nos dá todas estas informações com base na documentação que compulsou nos arquivos do convento e nos relatos de cronistas carmelitas anteriores, os homens foram contratados à jorna, em regime de exclusividade, recebendo os servidores 10 reais por dia, o oficial-mestre 30 reais por dia e os restantes 13 reais (na época, um alqueire de trigo custaria cerca de 5 reais). Para acompanhar permanentemente a obra, Nun'Álvares escolheu como «mandador» o seu escudeiro Álvaro Pires,

que foi secundado por um «pagador» chamado Pedro Gonçalves, que era também seu escudeiro (*Crón. Carmel.*, I, III, pp. 346-347).

Nesta terceira tentativa, de acordo com o conselho dos mestres, a obra começou do lado do vale e os alicerces não foram levados «direitos a fundo», tendo-se acordado, em vez disso, fazê-los enviesados com os degraus e iniciando-se «um bom salto atrás do vale», para que não apenas tivessem terra que não deslizesse, mas também para que, quando as paredes fossem erguidas, «não lhes pudesse a terra fazer alguma rapazia» (*ibid.*, p. 347). Rodrigues Ferreira e Machado Neves mostraram que os mestres, para evitarem uma nova derrocada, terão tentado fazer «uma ancoragem do morro (...), com as colunas do transepto, solidárias, pela extensão das próprias paredes laterais, com a muralha de nascente. Por sua vez, a muralha nascente, com os seus contrafortes e profundas fundações, eventualmente em cunha, “tapariam” definitivamente o morro e as suas areias movediças» (Arnaud e Fernandes, 2005, p. 584). A Arqueologia moderna mostrou que as fundações das colunas que sustentam as arcarias das capelas da cabeceira são de facto enormes, com três metros de lado e cinco metros de altura; já as restantes colunas da nave central do templo apresentam fundações até dois metros, rasgadas num estrato de argila dura (*ibid.*).

Com todos estes trabalhos, conseguiu-se aquilo que se pretendia, embora à custa de uma despesa considerável por parte de Nun’Álvares e de muito tempo investido nesta complexa operação: até 1397 (ou seja, durante oito anos) ter-se-á trabalhado apenas na obra dos alicerces e do cruzeiro da igreja! Depois, continuaram-se as paredes do corpo da igreja, que ainda seriam acabadas em vida do Condestável. Porém, quando assentaram as paredes, por defeito da terra, o frontispício entre o pórtico e o cunhal sul cedeu (diz-se que «se a frontaria não fosse tão forte de pedra liz» teria desabado); para resolver este problema, reforçou-se a parede sul com uns arcos (botaréis) que a suportassem, e foi justamente por isso que — como referi atrás — o conde negociou (em 1399), com o cunhado Carlos Pessanha, a demolição de algumas casas situadas no «bairro do almirante». Segundo Sant’Anna, também se terão feito uns arcos do mesmo tipo do lado norte, mas estes já tinham ido abaixo em meados do século XVIII, porque nessa parede se veio a acrescentar grossura à parte do claustro, tornando supérfluos tais botaréis. Só quando a igreja ficou bastante adiantada é que Nun’Álvares mandou fazer as acomodações para os religiosos que viriam habitar o convento (*Crón. Carmel.*, I, III, p. 348).

Entretanto, em 1392, o Condestável terá escrito ao vigário geral dos carmelitas de Moura, frei Afonso de Alfama, convidando-o — na sequência de conversas anteriores — a enviar alguns religiosos seus para Lisboa, a fim de ocuparem o Convento do Carmo. Pereira de Sant’Anna, sem mencionar onde a encontrou, transcreve integralmente esta carta (*Crón. Carmel.*, I, III, pp. 351-352), na qual Nun’Álvares pede ao vigário que lhe envie de Moura religiosos «hábeis» para administrar os ofícios divinos dentro do convento que estava a construir e onde queria que se iniciasse o culto; prometia, pelo seu lado, assegurar o sustento e o vestuário desses religiosos e deu a entender que tanto ele como o rei gostariam que o prior do novo convento viesse a ser frei Gomes de Santa Maria, um homem de grande reputação pelas suas virtudes e letras; quanto ao número de religiosos a transferir para Lisboa, a carta (que tem data de 1 de janeiro de 1392) diz apenas «até o número que vos antes o tempo disse».

Significa isto que os carmelitas não vieram logo em 1389, mas apenas mais tarde, quando já havia um mínimo de acomodações para eles; da citada missiva, deduz-se ainda que a transferência dos religiosos de Moura já estaria meio apalavrada entre Nun’Álvares e frei Afonso de Alfama. Entretanto, há alguns anos, Balbino Velasco Bayón, o carmelita que, em 2001, dedicou um importante estudo à história da Ordem do Carmo em Portugal, põe em causa a autenticidade desta carta transcrita por Sant’Anna, designadamente devido à referência que nela se faz ao «boso santo escapulare (...) para defendimento dos seus frayres», uma vez que lhe parece muito improvável que, em finais do século XIV, houvesse já uma alusão tão explícita ao escapulário do Carmo, «que não aparece na documentação da Península Ibérica até à segunda metade do século XVI» (Velasco Bayón, 2001, pp. 38-39, nt. 24).

Segundo Sant’Anna, a carta terá sido lida no capítulo (reunião dos monges) de Moura, tendo-se nomeado frei Gomes de Santa Maria como futuro prior e selecionado para irem para Lisboa os conventuais «mais reformados» daquela comunidade alentejana: frei Luís de Serpa, frei Gonçalo de Santa Maria, frei Vasco Pinto, frei João do Espírito Santo, frei Álvaro da Mota, frei João de Guimarães, frei João de Talavera (castelhano?) e frei João Gonçalves (o ex-meirinho-mor de Nun’Álvares). Quanto a frei Afonso de Alfama, como prelado-mor e especialmente convidado, explica Sant’Anna que se dispôs a seguir a ordem «na forma que à sua pessoa respeitava» (*Crón. Carmel.*, I, III, p. 353); este cronista de Setecentos admite que possam

ter vindo logo mais carmelitas de Moura, mas afirma que só daqueles oito se conhecem os nomes. Terão vindo para Lisboa em 1397 e começaram a «exercitar os atos da comunidade», conforme deixou escrito frei Diogo Gil, que viria a ser o segundo provincial da Ordem em Portugal (*ibid.*, p. 354). Nessa altura, já o papa Bonifácio IX tinha emitido uma bula (com data de 9 de setembro de 1395 e dirigida ao arcebispo de Lisboa) em que confirmava as autorizações anteriores e a possibilidade de o Condestável fundar e entregar o mosteiro a uma comunidade de carmelitas.<sup>223</sup>

A tradição diz também que frei Gomes de Santa Maria terá permanecido no cargo de prior do Carmo, em Lisboa, até ser nomeado bispo da diocese de Évora, mas também aqui não nos podemos sentir seguros, uma vez que — como notou Aires Nascimento (2010, p. 257) — frei Gomes foi bispo de Évora entre 1385 e 1404... Neste último ano, já sabemos que Nun'Álvares doou uma parte dos seus bens ao convento e aos frades do Carmo, para seu sustento, por ter verificado que estes não podiam viver apenas da caridade dos outros e precisavam de possuir fundos próprios (Kallenberg, 1993, p. 262); esta doação é indiscutível, mas parece demasiado tardia, se atendermos à data tradicionalmente indicada para a chegada dos primeiros frades de Moura à capital (sete anos antes, em 1397). Em 1407, grande parte da Igreja do Carmo estava pronta, mas não havia ainda acomodação completa no edifício do claustro para os frades (Kallenberg, 1993, p. 262). Nesse ano, ter-se-iam, ainda assim, realizado os primeiros atos de culto no Convento do Carmo, o que também me parece demasiado tarde, a acreditar na presença dentro do cenóbio, há já vários anos, dos frades escolhidos por Nun'Álvares e frei Afonso de Alfama. Concorro, pois, plenamente, com a conclusão de Aires Nascimento acerca de toda esta reconstituição: «O encadeamento dos factos é verosímil», mas falta-nos alguma «confirmação por testemunhos certos»; assim, «temos de nos socorrer da tradição, escrutinando nela intencionalidades que deixem perceber eventuais interesses ou pressupostos, determinantes da forma e condicionantes do conteúdo» (Nascimento, 2010, p. 259).

Em 1413, o papa João XXIII emitiu a bula a que já fiz referência e onde instruía o arqui-diácono de Santarém para executar a carta de 1386 e receber a doação aos carmelitas, estimando as rendas associadas em 300 coroas anuais. Nove anos depois, a obra estava concluída (ao todo, terão sido precisos trinta e três anos: de 1389 a 1422!), e o Condestável, entre 5 de julho (data em que ainda faz, em Vila Viçosa, a doação da



Sagrada Relíquia do Santo Lenho, que pertencera ao rei de Castela<sup>224</sup>) e 17 de agosto (dia em que «já assistia neste convento») vai viver para o seu Convento do Carmo, acompanhado de alguns amigos que o imitavam na devoção e que sempre haviam estado ao seu lado, recolhendo-se num quarto que mandara fazer para si junto à portaria do cenóbio.<sup>225</sup> Nessa altura, já a parte interior do cruzeiro da igreja estaria acabada e, apesar de se trabalhar ainda no corpo do templo, isso não impedia os ofícios divinos na capela-mor (*Crón. Carmel.*, I, III, pp. 403-404).

No ano seguinte, ano da ratificação da paz com Castela por parte do rei Juan II (em 30 de abril de 1423), deu-se, como já mostrei, a doação formal do templo e do mosteiro aos Carmelitas, por parte de Nun'Álvares (28 de julho). Por fim, em data que desconhecemos mas que a tradição gosta de situar, simbolicamente, em 15 de agosto de 1423, dia da Assunção da Virgem (Kallenberg, 1993, p. 263), Nuno tomou o hábito carmelita das mãos de frei Afonso de Alfama, mas como simples donato: «túnica talar com escapulário comprido e capa curta, que parecia murça, tudo de um pano escuro, chamado naquele tempo grizé e hoje estamenha» (*Crón. Carmel.*, I, III, p. 416); explicou frei Jerónimo da Encarnação, em meados do século XVI, que, ao contrário do que diz a *Crónica do Condestabre*, não se tratava de pano de Gales, mas sim de um grise pardo de Inglaterra, como bem se podia então confirmar pela análise dos róis de despesas e receitas do cartório do Carmo (*ibid.*, pp. 416-417).

Seria neste convento, por si laboriosamente mandado construir, que o Condestável viveria os derradeiros anos da sua vida. Mesmo parcialmente em ruína, o *ex libris* do seu património ainda hoje impressiona pela sua imponência e beleza. Como afirmou Paulo Pereira, o edifício tem uma «escala de empreendimento notável para os padrões e cabedais da época», não existindo em Lisboa nenhuma obra que se lhe pudesse comparar em «grandeza» e em «novidade»<sup>226</sup>.

### Comentário final

A viagem que organizei a pretexto da formação e evolução do património de Nuno Álvares Pereira justifica um derradeiro comentário, como visão de conjunto. Penso que o mais interessante será distinguir-mos entre o período de «construção» e a fase de «desconstrução» desse património, devendo sublinhar-se o curtíssimo intervalo cronológico que existiu entre o termo da primeira fase e o início da segunda.

Mostrei já que a primeira peça da construção do acervo patrimonial de Nun'Álvares consistiu na doação que lhe foi feita por D. Fernando em 1373, por ocasião da sua chegada à corte régia pela mão do pai. Três anos mais tarde, esse pecúlio seria reforçado com uma segunda doação fernandina, que relacionei com o seu matrimónio com Leonor de Alvim. A partir daqui, o jovem fidalgo (com apenas 16 anos de idade) seguiu para o Minho e, naturalmente, passou também a usufruir da riqueza e do património da sua esposa na região. Este encadeamento de situações, só por si, garantia o futuro de um filho segundo como ele era, e creio que ficou a dever isto essencialmente ao seu pai, que mostrei ter também acautelado o destino de outros filhos seus (como Rodrigo, Pedro ou Diogo) pela instituição de morgadios a favor deles, entre 1356 e 1359. No entanto, só por si, nada disto o transformava ainda num grande senhor feudal, poderoso e rico, com influência nacional e capacidade de pressão política junto dos centros de decisão. Este estatuto chegaria depois, paradoxalmente pouco tempo após a morte do pai e do rei que tanto o tinham protegido.

Na verdade, foi entre 1384 e 1388 que o património deste filho de Álvaro Gonçalves Pereira conheceu um reforço esmagador. E é óbvio que isso se ficou a dever, por um lado, às circunstâncias políticas da época e, por outro, ao talento militar do próprio. Como bem observou Mafalda Soares da Cunha no seu estudo seminal acerca da Casa de Bragança (1990, p. 86), foi a guerra iniciada em inícios de 1384, foi a indefinição dos poderes legítimos a ela associados (com o assassinato do conde Andeiro, a fuga da rainha para Alenquer, a entrada de D. Juan I em Portugal, a retirada da regência à rainha viúva, as ocorrências revolucionárias em diversas cidades e a aclamação de D. João em Lisboa como regedor, defensor e governador do reino), foi a conseqüente necessidade de uma chefia militar eficaz e foi ainda a necessidade de aliciar e fidelizar adeptos a qualquer preço que criaram as condições para a afirmação de Nun'Álvares como estrela maior da cena política portuguesa.

Se olharmos com atenção, perceberemos facilmente que existe uma estreita relação entre os principais acontecimentos político-militares de 1383-1385 e as maiores mercês feitas pelo mestre de Avis/D. João ao seu braço armado. Este tornou-se condestável e mordomo-mor no reino no momento do encerramento das cortes de Coimbra de 1385; subiu a conde de Ourém e recebeu um vasto património distribuído por todo o reino (do Minho ao Algarve) seis dias após o grande triunfo em

Aljubarrota (agosto de 1385); foi consagrado como conde de Barcelos logo após a vitória obtida em Valverde (outubro de 1385); obteve (para si, para a sua mãe e para o seu irmão Rodrigo) mercês não despidiendas (por exemplo: as rendas dos tabeliães das comunas de judeus de Lisboa) durante o difícil cerco de Chaves, em 1386; recebeu benesses importantes (como os padroados e a apresentação de igrejas, além de privilégios especiais para os seus ouvidores) aquando do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre (em 1387); ganhou direito a senhorio com «mero e misto império» da vila de Chaves durante o assédio real a Campo Maior, em 1388, naquela que foi a última grande campanha militar interna da guerra iniciada em 1384. Admito também, como expliquei antes, que o condado de Arraiolos tenha chegado às suas mãos em resultado dos seus enormes triunfos no Alentejo, obtidos a partir da batalha de Atoleiros (abril de 1384) e confirmados nos meses seguintes, em sucessivas campanhas. Portanto, a conclusão só pode ser uma: foi pela guerra e por causa da guerra que Nun'Álvares se evidenciou, se distinguiu dos irmãos e se tornou o senhor mais poderoso e rico do reino, a seguir ao monarca.

Pagou, é claro, um preço por isto: criou adversários políticos no seio do conselho de D. João, os quais invejavam os seus sucessos e as regalias que eles iam rendendo e criticavam as suas exigências (por exemplo, a de ser o único homem em Portugal com o estatuto de conde); e também rompeu com uma parte significativa da sua família, a começar pelo irmão Pedro, que — por pressão de D. Fernando — sucedera ao pai no cargo de prior dos hospitalários. No entanto, nos domínios patrimonial e de influência política, os dividendos da sua corajosa opção (recordo a imagem do «poço mui alto e mui profundo cheio de grande escuridão») de alinhar ao lado do mestre de Avis (isto é, contra a alternativa favorável a Castela), quando a causa de D. João era ainda um projeto tão arriscado e tão incerto, foram de tal maneira avassaladores que podemos estar convictos de que Nun'Álvares nunca se terá arrependido da escolha que fez.

A partir de 1389-1390, entramos numa terceira fase de constituição do património do nosso herói. Corresponde a um período de progressiva estabilização política e militar e traduz-se sobretudo, do ponto de vista documental, em cartas de prudente confirmação de doações de bens e de outorga de privilégios (designadamente daqueles que tinham sido concedidos em época revolucionária ou pelo rei anterior). Nesta fase, que se prolonga até 1391-1392, encontramos também sentenças régias

sobre conflitos de interesses entre o Condestável e alguns concelhos do reino, ou entre o conde e outros fidalgos beneficiados pelo monarca, a par da concessão de alguns privilégios judiciais que permitiam regalias diversas a oficiais seus ou que autorizavam Nun'Álvares a associar, à exploração económica dos bens que já detinha, o exercício da justiça, por vezes abrangendo quer os feitos cíveis, quer os feitos criminais. É ainda desta terceira fase que datam algumas trocas de propriedades ou de direitos, dentro da sua própria família (por exemplo, com o jovem primo João Rodrigues Pereira) ou com o rei.

Embora, em bom rigor, devêssemos considerar ainda uma quarta etapa na construção do património de Nun'Álvares (correspondente aos anos 1395-1401, em especial no que diz respeito ao ano de 1398, em que — pela sua ação militar particularmente esforçada e em múltiplas frentes ao longo desse verão — foi agraciado com a doação de Paiva, de Tendais e de Lousada e ainda, episodicamente, com os bens confiscados a Gil Vasques da Cunha), julgo que terá sido em finais de 1392 que o património detido diretamente por Nuno Álvares Pereira atingiu a sua maior expressão. A partir desta data, entraremos no ciclo a que podemos chamar da «desconstrução».

Antes de aí chegarmos quero, no entanto, recordar que Mafalda Soares da Cunha (1990, pp. 93-96) fez um exercício muito interessante de análise da distribuição geográfica do conjunto do património de Nun'Álvares, e julgo que merece a pena recuperá-lo neste momento da nossa exposição. Segundo aquela investigadora, o senhorio do Condestável impressiona pela sua extensão e acentuada dispersão geográfica, sobressaindo três grandes núcleos de concentração de bens:

i) um primeiro núcleo na faixa central do Norte do território, assumindo uma forma compacta, ao longo da fronteira comum entre as comarcas de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes: as terras de Pena, Bastos, Barroso e Chaves, das quais apenas as duas últimas se manteriam na posse de Nun'Álvares (como vimos, Pena e Basto foram escambadas nos inícios da década de 1390). Como explica Mafalda Cunha, a terra de Barroso era uma região pobre, de clima rigoroso, com escassas áreas cultiváveis e uma população muito dispersa (10,2 hab./km<sup>2</sup>); as montanhas constituíam um obstáculo à comunicação com a Galiza, porque, se dificultavam as invasões, também travavam o comércio raiano; já Chaves constituía um bastião defensivo relevante, conforme as dificuldades sentidas por D. João no cerco de 1386 bem documentam. Ainda dentro

deste primeiro núcleo, mas numa posição excêntrica, temos o condado de Barcelos, que até 1448 (altura em que absorveu os julgados de Neiva, Aguiar de Neiva, Faria e Vermoim) agrupava somente a vila de Barcelos, Barcelinhos, Esposende e Vila Nova de Famalicão. Trata-se, neste caso, de um concelho geograficamente descontínuo, o que também contribuiu para mitigar a ideia de Nun'Álvares como um grande senhor teratenente do Entre Douro e Minho, apesar de Barcelos dispor de uma população numerosa (e, portanto, de muitas rendas) e desfrutar de um grande valor simbólico, não só por ser a sede do mais antigo condado português (entregue por D. Dinis a D. João Afonso Telo I, em 1298), mas também por se inserir no Entre Douro e Minho, que constituía um viveiro da nobreza tradicional do reino (Cunha, 1990, pp. 93-95).

ii) o núcleo da Estremadura, que correspondia basicamente aos concelhos de Porto de Mós e de Ourém, regiões relativamente pobres e de fraca concentração populacional (9,6 hab./km<sup>2</sup>), mas, em compensação, bem situadas e decisivas no que dizia respeito à defesa em profundidade de Lisboa (sobretudo porque os castelhanos optavam muitas vezes por invadir Portugal pela Beira Alta: Almeida, Pinhel, Celorico...). Tratava-se também de uma região por onde a corte régia circulava bastante, e incluía Ourém, que tinha igualmente um elevado valor simbólico (o título de conde de Ourém fora pela primeira vez atribuído por D. Fernando, em 1370, a D. João Afonso Telo II, tendo passado posteriormente para as mãos do exilado João Fernandes Andeiro). Neste segundo núcleo, podemos incluir também Alvaiázere, ainda que esta povoação tenha saído da posse de Nun'Álvares em 1408, devido a uma troca com o rei (Cunha, 1990, pp. 95-96).

iii) finalmente, o núcleo da comarca de Entre Tejo e Guadiana, na sua maioria composto por terras cuja jurisdição Nun'Álvares apenas obteve na sequência do grande escambo que fez com o monarca em 1408. Os concelhos em causa distribuíam-se sobretudo pela zona interior, sem tocar a fronteira, e podem dividir-se, por sua vez, em três faixas: uma a norte, no Alto Alentejo, no sentido sudeste-sudoeste; e as outras duas em paralelo, separadas apenas por Évora e estendendo-se no sentido sudoeste-nordeste. Estes bens ocupavam uma parte das áreas realengas alentejanas, mas também uma parte daquelas que tinham sido anteriormente doadas ao conde de Arraiolos (D. Álvaro Peres de Castro), ficando «encaixadas entre a mole imensa de terras das ordens militares» (Cunha, 1990, p. 96).

Em complemento destes três grandes núcleos, devemos recordar que Nun'Álvares possuía ainda outras terras sob a sua jurisdição, ou das quais extraía rendimentos; estas, no entanto, eram «muito exíguas e descontínuas, salpicando a região do Douro Litoral (Baltar, Paiva, Tendais e Lousada) ou a zona envolvente de Lisboa (Almada, Colares e os reguengos de Lisboa: Unhos, Frielas, Camarate e Sacavém)» (Cunha, 1990, p. 97).

A etapa da «desconstrução» iniciou-se logo no segundo semestre de 1393, quando Nun'Álvares procedeu à distribuição pelos seus principais companheiros de armas, que desejava tornar seus vassallos, de uma série de terras que tinha recebido da Coroa, em regime de juro e herdade. É clara a sua intenção de reproduzir o modelo régio, tentando recuperar os direitos feudais de criação de vassallos (Cunha, 1990, p. 132). Já sabemos que o rei não lho consentiu e também já referi que ele reagiu de forma muito contundente a essa decisão, circunstância que esteve na origem de um conflito que — aparentemente — o poderia ter levado ao abandono do reino (a exemplo do que fariam mais tarde vários outros fidalgos). A questão acabou por ser solucionada pela celebração de um acordo que também já evoquei, mas cujas consequências práticas, em matéria patrimonial, me parece não estarem ainda completamente esclarecidas; esse acordo terá implicado a entrega ao monarca, por parte do Condestável, das terras que dele tinha recebido em regime de préstamo (isto é, a título precário, enquanto fosse mercê do soberano), assim como a recuperação (neste caso mais duvidosa) de terras de juro e herdade que já tinha entregado aos seus potenciais vassallos. Nesta fase, torna-se clara uma menor dependência do monarca relativamente aos anseios e preferências do seu condestável: a guerra estava praticamente ganha, a Coroa tinha agora outras condições para enfrentar os fidalgos e para fazer valer as suas próprias opções e impor uma política de reordenamento social e patrimonial consentânea com as intenções centralizadoras recomendadas pelos legistas do Conselho Régio.<sup>227</sup>

Em 1401, deu-se a segunda fase da alienação do património de Nun'Álvares Pereira, coincidindo com o casamento da filha Beatriz e Afonso. Trata-se, neste caso, da cedência de terras situadas no núcleo de Entre Douro e Minho (com pontual salvaguarda de usufruto vitalício para o seu ex-meirinho-mor João Gonçalves), incluindo Barcelos e o título condal associado. Foi uma forma de o Condestável — que terá

enjeitado previamente a possibilidade de a filha desposar o herdeiro D. Duarte — assegurar a constituição de uma casa senhorial autónoma, capaz de perpetuar a sua linhagem e memória, ainda que articulada com a Casa Real; por outro lado, com a realização deste casamento, o monarca recuperava algum controlo sobre os bens que prodigamente dispensara ao Condestável nos anos difíceis da guerra e prosseguia a sua política de «colocar nas mãos dos seus filhos os mais importantes senhorios e cargos militares do reino» (Cunha, 1990, p. 31).

Três anos mais tarde (1404), o Condestável fez a sua primeira doação de bens ao Convento do Carmo, que envolveu as azenhas de Corroios, os esteiros e abras de várias localidades do termo de Almada, os bens do judeu David Negro e a quinta da Alcaidaria (neste último caso, revogada dois anos depois). Em 1408, o grande escambo com o monarca (que valorizava politicamente a Estremadura) provocou uma reorientação importante na configuração do seu património, por via de uma maior concentração de bens no Alentejo — uma terra sem dúvida inspiradora para as gerações dos Pereiras a que pertenciam Álvaro Gonçalves e seus filhos.

A última grande fase de alienação do património do Condestável ocorreu em 1422 e coincidiu com as doações feitas, em abril desse ano, aos seus três netos, Afonso, Fernando e Isabel (ainda que com muitas reservas de usufruto a favor dos bravos de Nun'Álvares que permaneciam vivos, ou de familiares seus). Mafalda Cunha considera a forma de transmissão do património aos seus descendentes (primeiro à filha Beatriz, agora aos netos) escolhida por ele como bastante atípica: revelou a intenção de criar casas senhoriais (as dos netos) paralelas ao ramo principal da linhagem (o do genro Afonso), de acordo com uma estratégia de segurança destinada, talvez, a prevenir uma eventual extinção do tronco principal da família; trata-se de uma forma «decididamente arcaica» de transmissão de bens, preocupada com uma repartição igualitária entre os netos, mais em conformidade com um modelo de estrutura familiar cognático do que com aquilo que os novos tempos previam: a valorização da primogenitura e da indivisibilidade do património familiar. É certo que Afonso, o neto mais velho, ao receber o núcleo estremenho e o título do conde de Ourém, foi de certo modo valorizado nesta transmissão, mas D. Nuno não foi além desta distinção (Cunha, 1990, p. 62). Para a Coroa, a solução (algo excecional para a época) escolhida pelo Condestável não só não



tinha inconvenientes de maior como oferecia uma grande vantagem: promovia a desagregação de um senhorio demasiado extenso que estava concentrado nas mãos de um único e todo-poderoso senhor e conduzia à constituição de «três casas, poderosas seguramente, mas de dimensão mais compatível com o reino e em situação mais equilibrada com os “apanágios” dos infantes» (*ibid.*, p. 63).

Restava doar o convento de Lisboa à Ordem do Carmo, o que já sabemos ter acontecido em finais de julho de 1423. A partir de então, vivendo dentro do cenóbio, Nun'Álvares já não dispunha de bens próprios, embora tivesse reservado os direitos de administração sobre todos aqueles que diziam respeito ao extraordinário edifício sagrado em cuja construção investira muita da sua riqueza, no decurso de mais de três décadas. A perda dos bens materiais, contudo, suscitaria outras compensações e riquezas, de que tratarei no capítulo seguinte. Para já, gostaria apenas de registar a forma como — de acordo com a investigação de Mafalda Soares da Cunha — as três primeiras gerações dos Braganças preservaram a memória do fundador material e figura tutelar da sua linhagem, incluindo a nível patrimonial: a maioria dos novos senhorios que obtiveram ao longo desse período, «não entrando evidentemente em conta com os que foram obtidos pelas sucessivas alianças matrimoniais nem com os comprados, recuperaram áreas que estiveram na posse do Condestável. Senhorios que lhe haviam sido concedidos em préstimo e que a Coroa “recuperara”, ou que o rei havia reivindicado através de escambo, tudo nos inícios de quatrocentos» (Cunha, 1990, pp. 104-105). Como se percebe, a memória do fundador revelava-se «fulcral para a identidade do grupo familiar» a que o matrimónio de Beatriz Pereira com o bastardo Afonso dera origem (*ibid.*). Foi também à custa desse capital simbólico que os Braganças se afirmaram de forma fulgurante em Portugal, ao ponto de, no tempo do seu terceiro duque (D. Fernando II, o bisneto de Nun'Álvares executado por D. João II em 1483) e dos seus irmãos (D. João, marquês de Montemor-o-Novo, D. Afonso, conde de Faro e de Odemira, e D. Álvaro, senhor do Cadaval), dominarem uma área que correspondia a 17,3% do reino e serem senhores de 17 dos 89 concelhos que tinham assento em cortes (*ibid.*, pp. 102-103). A famosa bandeira de Nuno Álvares Pereira facilmente se entrevê por detrás desta realidade.

## CAPÍTULO 4

### UM EREMITA DA «POBRE VIDA» NO MOSTEIRO

Depois de recordada a longa carreira militar de Nuno Álvares Pereira e de reconstituído o processo de formação do seu abundante património, resta-me considerar o seu «terceiro rosto»: o do *homo religiosus*, que, aos sessenta e dois anos, decide ir viver para o convento que tinha mandado construir em Lisboa, onde entrará em vida religiosa um ano mais tarde e onde virá a falecer, em 1431.

Esta derradeira faceta da personalidade e da vida do Santo Condestável é, seguramente, a mais complexa e a mais desafiante para qualquer historiador. Para a considerarmos de uma forma digna, torna-se necessário situar a figura de Nun'Álvares no seu tempo próprio, recordar os modelos de prática religiosa que tinha ao seu dispor, evocar até algumas experiências individuais que ele terá conhecido de perto, ou que o poderão ter sensibilizado de uma forma muito especial.

#### **Vivência religiosa e transformação social**

##### *A abrangência do religioso, na Idade Média:*

Como escreveu José Mattoso (2010, p. 14), o historiador contemporâneo que mais poderosamente contribuiu para a reinterpretação do Portugal medieval, para compreendermos a Igreja, as crenças e as práticas religiosas da Idade Média somos obrigados a uma espécie de movimento de «conversão intelectual», tal é a diferença que separa o nosso tempo, o nosso mundo, os nossos valores, do universo de referências culturais e interpretativas do homem daquele período. Na verdade, é preciso perceber que, nessa época, a religião era um guia e um filtro

insubstituível para ler e para compreender o mundo; ela enformava todas as representações da vida e condicionava todas as formas de apreensão da realidade, em especial até ao século XIII. Numa palavra, a religião desempenhava «um papel holístico», constituía o fundamento de uma «visão confessional do mundo» (Rosa, 2010, p. 376).

A força do elemento religioso e a maneira abrangente como este impregnava a nossa perceção da realidade eram de tal ordem que grandes historiadores destes temas (como Jean-Claude Schmitt) consideram mesmo que, tratando-se da Idade Média, se deve desconfiar da utilização do termo «religião»! É que ela «era sobretudo a participação em rituais e, ainda mais geralmente, em uma organização social, em um conjunto de práticas simbólicas, de relações dadoras de sentido entre os homens, entre eles e a natureza, entre eles e o divino»<sup>228</sup>.

Bem sei que não é fácil — sobretudo para quem vive num tempo e numa parte do planeta (o Ocidente) em que a «grande separação»<sup>229</sup> entre religião e política se consumou há séculos — imaginar um mundo que funcionava assim, mas é justamente por isso que vale a pena insistir nesta ideia estruturante, que um ilustre modernista como Michel de Certeau comentou em termos particularmente sugestivos: «ao longo da Idade Média, e ainda no século XVI, continua a admitir-se que a moral e a religião têm uma mesma fonte: a referência ao Deus único organiza simultaneamente uma revelação histórica e uma ordem do cosmos; ela faz das instituições cristãs a lisibilidade de uma lei do mundo. A sociedade articula-se nos termos de uma crença integrativa. Ao nível da prática que se explicita à superfície visível da sociedade (...), a vida privada e a vida profissional e pública movem-se num quadro cristão: a religião envolve as condutas.»<sup>230</sup>

Dito isto, suponho que compreenderemos melhor a acutilância de certos problemas existenciais do homem medieval, como, por exemplo, a questão da relação com Deus e, por arrastamento, a da salvação da alma, assim como o papel absolutamente central e ordenador que a Igreja desempenhou na civilização medieval: por ela passava a conjugação entre o espiritual e o temporal (algo que era importantíssimo para o equilíbrio do sistema), ela pode ser definida — na bela expressão de Jérôme Baschet — como «uma vasta máquina de espiritualizar o corporal»<sup>231</sup>.

*Os mediadores do sagrado e os outros:*

A importância da *Ecclesia* no mundo medieval tinha como consequência inelutável a valorização da figura e da ação dos mediadores do sagrado, ou seja, dos clérigos: só eles detinham as chaves do céu e conheciam os caminhos da salvação. Eles corporizavam o triunfo da pureza (a castidade, a obediência, a pobreza) sobre as tentações mundanas (o desejo carnal, a acumulação de riqueza, os pequenos pecados do quotidiano), eles evocavam a superioridade dos valores espirituais sobre a dimensão precária, comezinha e vil do mundo material e ilusório. E, por tudo isso, os clérigos guiavam espiritualmente os leigos e conduziam-nos através de um conjunto de cerimoniais e de ritos bastante especializados, com normas rigorosas de organização do tempo e do espaço que só eles dominavam, na sua prestigiosa e insubstituível condição de intermediários do sagrado. Perante eles, os leigos mais abastados, mesmos os mais poderosos (como os reis), surgiam numa condição desvantajosa; o seu modo de vida opulento, viciado e violento, o seu perfil distorcido pelas intrigas palacianas tornavam improvável a salvação das suas almas; como se pode ler no Novo Testamento, «é mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus» (Mateus, 19: 24). A detenção de riqueza e de poder acarretavam uma responsabilidade acrescida (como se reconhece facilmente numa outra leitura bíblica: a da famosa parábola dos talentos), mas esta apenas se cumpria seguindo o caminho da devoção religiosa: caminho pedregoso e exigente, mas essencial para quem pretendesse percorrer a sua «estrada de Damasco». Como observou Maria de Lurdes Rosa — a cujos estudos preciosos sobre a religiosidade dos leigos na Idade Média estas modestas reflexões devem a sua inspiração —, nos textos produzidos pelos clérigos de Santa Cruz de Coimbra, Afonso Henriques é uma figura grandiosa apenas enquanto guerreiro vigoroso e devoto... (Rosa, 2000, p. 450)

São, pois, evidentes as distâncias que a Igreja medieval manteve relativamente ao mundo dos leigos, em especial o dos poderosos, aqueles que se distinguiam quer pela sua riqueza, quer pela sua capacidade para fazer a guerra e dominar fisicamente os outros. O discurso eclesiástico sublinhava a relação entre «ter poder» e «perder a alma», condicionava o seu apoio e proteção aos poderes bélicos organizados (geralmente os das monarquias), procurava santificar a cavalaria (como vimos pela própria

evolução do romance arturiano), desprezava os pequenos bandos e as proezas individuais dos guerreiros ao serviço das hostes privadas dos senhores feudais. São claras as tensões entre o modelo pio e o modelo guerreiro, sempre cioso da sua generosidade e disponibilidade para o sofrimento: para os que faziam da violência a sua forma de vida, o corpo do guerreiro era «o local por excelência de inscrição e imanência do sagrado inerente à função que representavam» (Rosa, 2010a, p. 110); mas essa era uma lógica, certamente de inspiração pagã, que a Igreja não podia subscrever: para ela, havia, isso sim, que santificar a vida dos leigos poderosos pela prática das virtudes monásticas.

Este desencontro de perspetivas gerava não poucas angústias, num mundo profundamente marcado pela religião e pela guerra. Isso refletia-se, por um lado, na relação de amor e ódio dos *bellatores* relativamente à Igreja institucional, que os temia, mas antes de mais desprezava e procurava controlar, o que não era fácil: com a sua mística de fundo pagão, a relação do guerreiro com o sagrado era muito mais difícil de moldar do que a do comerciante ou a do pequeno camponês; ela era extremamente resistente e perene, porque assentava num campo coerente de significantes (ainda que estes tenham sido sucessivamente reinterpretados, quer pelos próprios, quer pela Igreja). Por outro lado, sem nunca terem renunciado a controlar a Igreja (sobretudo aquela que era financiada por eles), os guerreiros viviam dilacerados por dicotomias radicais com forte implicação religiosa: situados num mundo de furor organizado e quotidiano, eles viviam obcecados com a salvação e com a pureza, aspiravam à sacralização da violência (que o seu próprio *ethos* condenava, sempre que gratuita), tendiam a relacionar a morte que os espreitava em cada esquina com a salvação por que todos ansiavam.

*Sob o impulso da Reforma Gregoriana:*

Na segunda metade do século XII, a Igreja de Roma iniciou um processo de reorganização interior e de afirmação externa que ficou conhecido como «Reforma Gregoriana», certamente porque o seu texto-detonador (o *Dictatus Papae*, de 1075) foi produzido no seio da corte pontifícia de Gregório VII (o antigo cardeal Hildebrando, de origem lombarda).

Com esta reforma, a Igreja procurou alcançar sobretudo dois objetivos: por um lado, subtrair-se à alçada do poder temporal (nomeadamente recuperando a capacidade para nomear os seus próprios bispos,

sem dependência da decisão imperial) e, a partir daí, afirmar a superioridade do poder espiritual sobre o poder dos reis e dos príncipes (um século mais tarde, o papa Inocêncio III comparará o primeiro poder ao Sol, e o segundo à Lua); por outro lado, combater os abusos clericais, que tinham conduzido a práticas inaceitáveis, como a simonia (o negócio das coisas sagradas: cargos, indulgências) ou o nicolaísmo (a corrupção dos costumes do clero: concubinato).

A partir destas bases, a Igreja, logo nos finais do século xi, por intermédio do papa Urbano II (concílio de Clermont, 1095), lançaria o movimento das Cruzadas na Terra Santa, que serviria também para canalizar para oriente a energia destruidora da nobreza feudal e para edificar um novo ideal, muito mais digno, para a cavalaria medievá: o do *miles Christi*, o soldado ou guerreiro de Deus, vocacionado para a libertação dos Lugares Santos associados à vida de Jesus. Como é sabido, este ideal seria especialmente bem interpretado pelas primeiras ordens religiosas militares, surgidas justamente na Terra Santa em inícios do século xii: os templários e os hospitalários.

Ao mesmo tempo, porém, a reforma gregoriana — que se impôs com grande vigor e que conduziria a um período de sensível afirmação do poder da Igreja: o tempo da «teocracia papal» (séculos xii-xiii) — também implicou um espírito de controlo e de regulamentação da sociedade medieval com um lado persecutório, de exclusão do diferente, de clericalização e de masculinização do social, assente no pressuposto de que os laicos eram «almas a salvar e corpos a vigiar» (Rosa, 2016, p. 567). Este projeto de disciplinação de uma sociedade que, desde os inícios do século xii, se tinha vindo paulatinamente a afirmar como mais aberta e plural, no âmbito religioso, culminou no IV Concílio de Latrão, realizado em 1215 e em cujos termos se procurou fazer coincidir a sociedade com a *Ecclesia* (*idem*, p. 518). A identificação entre «sociedade», por um lado, e «Igreja», por outro, contou com o apoio da importante congregação monástica de Cluny, que, tendo sido fundada em 910, na Borgonha, acabaria por se tornar a casa-mãe de uma vasta rede de abadias distribuídas por quase todo o Ocidente europeu, incluindo a Península Ibérica. O projeto cluniacense não incluía apenas os monges, mas também o mundo leigo, através de redes de assistência, de esmola em larga escala, de aconselhamento político aos grandes (é conhecida a sua influência nos primórdios do Condado Portucalense), de proximidade entre

mosteiros e grandes famílias senhoriais, com reflexos importantes nos planos da educação, do apoio aos idosos, da realização dos sufrágios por aqueles que partiam. Porém, quem não aceitasse os pressupostos em que assentava este modelo era posto à margem, e os séculos XII e XIII foram também um tempo de reaparecimento dos movimentos heréticos no Ocidente (Rosa, 2010, pp. 394-397).

Deve-se também, *et pour cause*, ao papa Inocêncio III — um dos mais brilhantes clérigos-juristas da história da Igreja medieval, formado na Universidade de Bolonha — o estabelecimento da exclusividade papal na fixação da santidade, e foi ainda no seu tempo (o tempo de Latrão IV) que se introduziu a confissão auricular, autêntico «ponto de chegada» da reforma gregoriana, em ambiente de vivência de dois blocos complementares, mas por vezes também antagónicos: o mundo dos clérigos e o mundo dos laicos. É crucial termos, desde já, noção clara da existência destas tensões.

*O impacto das transformações civilizacionais dos séculos XII-XIV:*

O processo da reforma gregoriana e da teocracia papal que dela, em boa medida, resultou desenvolveu-se já num enquadramento civilizacional em profunda mutação (Monteiro, 2006, pp. 17-32). A partir de finais do século XI, mas com especial evidência na centúria seguinte, a melhoria das capacidades técnico-produtivas e o aumento demográfico combinaram-se para produzir (até inícios ou meados do século XIV) um efeito global de crescimento económico, que teve reflexos importantíssimos em múltiplos domínios: renascimento urbano, aparecimento de novas atividades profissionais (mercadores especializados), reativação do comércio marítimo, aparecimento das primeiras instituições bancárias e de crédito, generalização das feiras e dos mercados, entre outros.

Esta animação da paisagem europeia acarretou consequências culturais decisivas: por exemplo, o reaparecimento de escolas abertas à população laica (escolas catedrais, escolas urbanas, universidades), o aumento da escolaridade e da literacia e, com tudo isso, uma certa laicização da cultura, em resultado natural da maior instrução da população não clerical, sobretudo nas cidades, e da tendência para a racionalização de algumas das categorias culturais mais diretamente implicadas nas suas novas atividades profissionais: conceitos de tempo e de espaço, cálculo mercantil, cartas de navegação (que não podiam mais assentar



em representações fantasistas do mundo), entre outras. Claro que esta mudança introduziu dimensões sociais muito complexas, relacionadas com a superpopulação de grandes cidades (uma situação que podemos reconhecer também no mundo de hoje e que evidencia as desigualdades e as manchas de miséria), com a desorganização do ordenamento social tradicional (pense-se no êxodo dos campos para as cidades), com o risco que algumas das novas profissões implicavam (por exemplo: o comércio a longa distância, por terra ou por mar), numa palavra, com a afirmação de uma pobreza nua e crua, em especial nos maiores centros urbanos.

A partir de meados do século xiv, com a crise frumentária e da poderosa «indústria» têxtil flamenga, com o aparecimento da terrível epidemia da Peste Negra (1347/48 a 1350/51, fora as recidivas cíclicas) e com o arrastamento da Guerra dos Cem Anos (1337-1453, entre as duas maiores potências europeias: a França e a Inglaterra), o cenário ocidental cobriu-se de um manto suplementar de incertezas e de angústias, a que a Igreja teve muita dificuldade em dar resposta; para mais, entre 1378 e 1417, ela própria esteve a braços com um grave dilema — o Grande Cisma do Ocidente, ou seja, um fenómeno de «bicefalia papal», com um Sumo Pontífice em Roma (reconhecido pela Inglaterra e pelos seus aliados) e outro em Avinhão (apoiado pela França e pelos seus satélites políticos, como Castela).

Os reflexos religiosos desta evolução foram muito intensos e significativos: reavaliação da oferta espiritual existente (que parecia incapaz de responder aos novos desafios); reapreciação do problema da salvação individual, que surgia agora iluminado por uma luz diferente; busca de outras soluções e caminhos, mais adequados às novas condições sociais vigentes e às novas angústias existenciais. Entre outros aspetos, isto conduziu a uma revalorização do Novo Testamento e da figura de Jesus Cristo, que corporizava uma dimensão mais vivida, sofredora e real da condição humana, em que se espelhavam melhor as dificuldades e interrogações salvíficas da segunda metade de Trezentos e de inícios da centúria seguinte — precisamente o tempo de Nuno Álvares Pereira. Em associação com Jesus Cristo, deu-se uma evidente revalorização da figura da sua mãe, a Virgem Maria, expressa na difusão de hinos e de orações como a *Ave Maria* ou a *Salve Regina*. Basta pensar nas diferenças que existem entre a decoração interior de um templo românico e de uma catedral gótica para percebermos toda a diferença: o Cristo crucificado

que tomba, sangrando, sobre os braços de sua Mãe já pouco tem que ver com o Deus pantocrata, distante e justiceiro que inspirava a mensagem divina do Antigo Testamento, que fora muito útil para facilitar, na Alta Idade Média (séculos vii-xi) a conversão dos povos germânicos (guerreiros e mágicos) ao cristianismo, mas que agora provava estar claramente menos adequada ao novo ambiente civilizacional da Idade Média tardia (Monteiro, 2006, pp. 61-67). Como comentou Georges Duby (1979, *passim*), os laicos partiram então em busca de uma figura de Deus que se lhes assemelhasse, e mais facilmente a reconheceram em textos que contavam a vida concreta de uma figura histórica como Jesus; textos esses que, acrescente-se, liam agora com acentuado literalismo — e não da forma simbólica e figurativa que fora própria da exegese monástica alto-medieval —, sempre na esperança de encontrarem respostas para as suas aflições e caminhos para a sua salvação.

Como afirmou Maria de Lurdes Rosa, são as «dores de parto» de um mundo em mutação, de um tempo novo; é o início do fim do «modelo holístico» medieval tradicional. A partir do século xiv, deixa de ser tão viável uma sociedade exclusivamente consolidada a partir do elemento religioso (Rosa, 2000, p. 492). Desde o século xii, com todas as mutações que assinalámos, o triunfo do indivíduo (coletivamente simbolizado por esse laicado urbano que se afirma um pouco por todo o Ocidente) pôs na ordem do dia a primeira fase do questionamento da visão religiosa do mundo. E abre terreno para outras participações e contributos.

*Os leigos querem participar!*

É dentro deste enquadramento que melhor poderemos perceber a intenção de muitos leigos dos finais da Idade Média de, dando continuidade a um processo iniciado em finais do século xii e inícios do século xiii, participarem de forma mais ativa na vida espiritual das suas comunidades. Eles acreditam que têm uma palavra a dizer em matéria da sua própria salvação. «As elites leigas devotas e cultas preconizam um modelo de religião que não passe só pelas propostas da Igreja institucional, antes tenha em conta os seus anseios e respostas» (Rosa, 2000, p. 477).

Ora, esta ânsia de protagonismo religioso e de participação acabaria por revelar que — e isto abre um continente de estudo fascinante aos historiadores dos nossos dias — por detrás da *Ecclesia* existia um

mundo religioso variado e heterogéneo, que desabrochou agora em toda a sua pujança. Não se trata — devo sublinhá-lo — de afirmar uma religiosidade concorrente conflitual, antagónica da religiosidade oficial, institucional e canónica; falo, isso sim, do desenvolvimento de uma religiosidade laica (isto é, dos leigos) com motivações e uma configuração próprias, capaz de (re)ssuscitar tensões e de exigir respostas diferenciadoras. No fundo, como resume Maria de Lurdes Rosa, os leigos queriam falar de algo de que a Igreja era a guardiã e a mestra: a alma humana, a salvação, o interior de cada um de nós (Rosa, 2010, p. 397).

As respostas eclesiásticas a estas novas interpelações variaram muito, oscilando entre a incorporação e o controlo repressivo, de que constituem bons exemplos a difusão da confissão auricular com guiões, da contrição padronizada ou dos manuais de confessores. Ou seja, a tendência foi, muitas vezes, para «encerrar e dominar as vozes do interior», a quem era negada uma fala própria graças à imposição de um sistema de discernimento do íntimo feito com a orientação do padre e assente na noção de pecado (*ibid.*, pp. 397-398). No entanto, o processo era irreprimível e acabou por cristalizar em diversas manifestações que imprimem um colorido muito especial ao ambiente religioso dos finais da Idade Média.

*Manifestações da religiosidade dos leigos:*

Por todas as razões que sucintamente invoquei, os séculos xiv e xv são, também em Portugal, um tempo de afirmação de uma piedade fortemente afetiva, mas nem por isso menos construída sobre os fundamentos tradicionais. Nos meios mais cultos e abastados — e aqui penso, sobretudo, na corte dos primeiros reis de Avis, em especial a partir do casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre e do matrimónio da filha deles, Isabel, com o duque Filipe da Borgonha —, desenvolveu-se o hábito da leitura de livros espirituais em círculos cortesãos; utilizaram-se os célebres *livros de horas*, alguns sumptuosamente iluminados e onde se podiam registar interpolações pessoais, como aquelas que D. Duarte introduziu, com orações sobre os seus próprios progenitores; abriu-se à elite leiga a prática da oração e da meditação piedosa, antes reservada aos mediadores do sagrado. Isto de modo algum representou, só por si, heterodoxia (pelo contrário, a submissão às normas e valores

eclesiásticos tendia até a ser maior, em resultado de uma melhor literacia litúrgica), mas apenas o desejo ardente de alguma autonomia na organização e vivência do sagrado.

Nas grandes cortes europeias, desde os finais do século xiv, este processo conduziu à chamada *devotio moderna*, uma expressão que — como explica Luís Miguel Duarte — foi criada por um cónego regrante de Santo Agostinho de Windesheim e que traduz uma nova forma de espiritualidade desenvolvida inicialmente nos Países Baixos, mas que depressa irradiou por toda a cristandade. Em síntese, e tendo em conta que *devotio* significa «o serviço e o sentimento que leva o homem a servir», tratava-se de, fugindo à especulação engenhosa e à iluminação mística, procurar moldar a vida de cada um às virtudes que o Evangelho aponta como próprias de um bom cristão; nos textos do nosso rei D. Duarte (por exemplo, no *Leal Conselheiro*), encontramos o entendimento da ascese e do domínio das paixões, não como um fim em si mesmos, mas como um meio para submeter as pulsões e para disciplinar o caráter, de modo a servir melhor os outros, no quadro de uma espiritualidade bastante afetiva, prática e pedagógica (Duarte, 2007, p. 253). Nesta mesma linha, Aires Nascimento (2010, p. 197) acentua as dimensões de contemplação, de santificação da vida comum, de imitação da vida monástica, de afetividade e familiaridade com os mistérios das vidas de Cristo e da Virgem Maria, que estão intimamente associados à *devotio moderna*, lembrando também o contributo de D. Isabel da Borgonha para a sua disseminação em terras lusitanas (designadamente, por meio da possível oferta ao seu irmão Duarte do famoso *Vita Christi*, de Ludolfo da Saxónia, que o rei, ou alguém a seu mando, terá traduzido para a língua portuguesa).

Quero, no entanto, sublinhar que o florescimento de uma religiosidade dos leigos nos finais da Idade Média não pode ser reduzido aos meios cultos e cortesãos. Se é certo que sobre estes dispomos de uma informação privilegiada, não é menos verdade que também se desenvolveu, na mesma altura, o associativismo religioso laical, expresso, por exemplo, nas confrarias ou em novas modalidades confraternais de que constituem bom exemplo as misericórdias do século xv. Como lembrou Maria de Lurdes Rosa, «todas estas associações funcionavam a partir de um vínculo substancialmente gregário e unificador, que além disso as unia ao restante corpo da Igreja — a caridade» (Rosa, 2010, p. 391).

Do mesmo modo, também as romarias e as feiras francas desta época ajudaram a dar expressão a uma vivência religiosa com uma forte participação da população laica, com um sentido muito mais comunitário e público do que privado.

*Estratégias para uma «economia da salvação»:*

Se os leigos, em especial os mais abastados, se preocupavam com a morte e com a salvação, é natural que tenham desenvolvido estratégias, muitas vezes em articulação com as respetivas paróquias e municípios, para acautelar a memória da sua linhagem e, sobretudo, a salvação da alma do seu promotor. Reconhecendo o *handicap* do seu ponto de partida — a sua excessiva riqueza —, essas estratégias de salvaguarda das preocupações religiosas e salvíficas dos não clérigos inspiraram-se na ideia geral de que era possível remir os pecados através da dádiva. Ou seja, tratava-se de anular a riqueza, ou melhor, de a revalorizar por via da sua aplicação numa fundação religiosa.

Esta ideia de «espiritualização da riqueza» traduziu-se de diversas formas, a mais espetacular das quais será, talvez, a fundação de capelas fúnebres, muitas vezes associadas aos morgadios; aqui se aliava a celebração da linhagem e o sufrágio das almas daqueles que já tinham partido; ou seja, honra e prestígio na terra, recompensa espiritual no céu (Rosa, 2000, pp. 481-483). As capelas familiares, quase sempre erguidas em torno do túmulo do instituidor, configuravam elementos agregadores da família, ao mesmo tempo que asseguravam a reciprocidade entre os vivos e os mortos de uma mesma linhagem: os primeiros recordavam e sufragavam os segundos, e estes — na linha de tradições religiosas que vêm do fundo dos tempos — intercediam pelos vivos junto de Deus. Entre vários exemplos possíveis de capelas deste tipo, marcadas com os sinais familiares, gostaria de citar o dos Sequeiras (1436), pela sua ligação ao Convento do Carmo de Moura e também pela circunstância de Nuno Afonso Sequeira ser filho do antigo aio de D. João, Fernão Rodrigues de Sequeira, que ascenderia mais tarde a mestre de Avis.

No fundo, o mundo das capelas fúnebres traduz uma certa privatização do espaço eclesial e da religião por parte daqueles (os leigos abastados) que se viam excluídos das elaborações e cerimónias simbólicas especializados reservados aos mediadores oficiais do sagrado (nomeadamente com as práticas eucarísticas e a transubstanciação);

essas capelas, no expressivo dizer de Maria de Lurdes Rosa, eram como que «pequenas sucursais da máquina de espiritualizar», mas inseridas na linhagem, na família, na comunidade paroquial, na confraria; elas conferiam um poder alargado aos leigos e permitiam-lhes, ao mesmo tempo, ultrapassar aquele que era o principal óbice à sua salvação: a pertença a um mundo de materialidade, do qual a Igreja se demarcava. Assim, utilizando os seus recursos materiais para alcançar a salvação e organizando pessoalmente os bens com vista a esse objetivo supremo, as capelas deram suporte ao «corpo social das almas», e os sufrágios perpétuos que nelas tinham lugar configuravam um verdadeiro «combustível da salvação» (Rosa, 2010b, pp. 415-417).

Outro elemento muito importante deste maravilhoso mundo da religiosidade dos leigos dos finais da Idade Média é proporcionado pelos testamentos. Aqui, trata-se de organizar a morte, de assumir a capacidade para dispor com autonomia dos seus próprios bens com vista a contribuir para a salvação da alma. Esses textos forneciam normas de conduta social e religiosa para os vindouros, além de ajudarem poderosamente na identidade dos diversos grupos (os parentes, os amigos, os confrades) e de permitirem conservar no seio do coletivo a memória (e a vontade) do antepassado fundador (Rosa, 2010b, p. 412). Quase sempre, nos testamentos medievais, figuram primeiro as prescrições acerca da alma e só depois vêm as recomendações com o corpo da pessoa; eles são a expressão do desejo de «transformar a noite em dia», ou seja, de converter a morte de um corpo físico, perecível, em nascimento da alma destinada à vida eterna: «o corpo à terra, a alma ao criador» (*ibid.*, p. 410).

O testamento de um dos principais amigos de Nuno Álvares Pereira, o nosso já muito falado Pedro Anes Lobato (a quem coube, na primavera de 1384, ajudar o recém-nomeado fronteiro de Entre Tejo e Guadiana a escolher os seus primeiros quarenta companheiros de armas), revela bem a conceção da morte, não como um fim em si mesma, mas antes como um meio para alcançar a verdadeira vida; neste documento, de 1438, Pedro Lobato contrapõe o serviço que agora pode fazer a Deus, com os seus bens temporais, àquele que não lhe ofereceu antes com o seu corpo, porque não o quis fazer. Também Gonçalo Lourenço de Gomide, escrivão da puridade de D. João I, ordena no seu testamento o necessário para o desaparecimento do seu corpo, ao mesmo tempo que prescreve as cerimónias de sufrágio da sua alma com a clara

consciência de que a vida terrena é provisória e vil, dela nada restando senão «a criação da alma». De igual modo, o testamento do condestável D. Pedro (filho do infante que foi regente de Portugal) contrapõe bens temporais e bens espirituais, encarando estes últimos como tesouros dos céus, «onde não entra caruncho nem traça» (Rosa, 2010b, pp. 410-411). Note-se que os sufrágios regulares previstos nos testamentos, por vezes revestidos de alguma pompa, eram práticas familiares domésticas mais públicas do que privadas; como demonstrou Maria de Lurdes Rosa, na Lisboa dos finais da Idade Média, cerca de três quartos das pessoas não se mandavam sufragar sozinhas, podendo por isso ser incluídos grupos alargados de sufragados (*ibid.*, pp. 412-413).

Um último sinal, muito interessante, da religiosidade dos leigos dos séculos XIV e XV que eu não quero deixar de referir prende-se com o esforço feito com vista à obtenção de autorizações superiores para ter altares portáteis e capelães que pudessem celebrar o ofício divino (mesmo em período noturno e em lugares sujeitos a interdito) e ministrar algum aconselhamento espiritual. No capítulo anterior, já expliquei que o próprio Nun'Álvares obteve, em novembro de 1387, do papa Urbano VI, um Breve com uma autorização nesse sentido, a favor dele, da sua esposa e dos demais familiares. Às licenças sobre altares e capelães podemos ainda associar as autorizações para possuir capelas domésticas, livros litúrgicos (por exemplo, os tais *livros de horas*) e alfaias religiosas, algumas das quais de elevado valor.

Tudo isto, juntamente com a já referida prática da confissão auricular, contribuiu para uma certa privatização da religião nos círculos da elite nobre. No entanto, deve-se salientar que, por vezes, as relíquias e as indulgências papais ajudaram a transformar as capelas privadas num local de oração comunitária. Um caso conhecido é o de João Rodrigues de Sá (que vimos em ação em Aljubarrota, ajudando Nun'Álvares a salvar a carriagem portuguesa, e que seria mais tarde alcaide-mor do Porto), o qual obteve do papa, em 1391, indulgências para a capela que queria fundar num convento franciscano ou dominicano (Rosa, 2010, pp. 392-394). A intercessão de um conjunto alargado de fiéis, em especial se neste grupo se incluísse gente pobre e sem recursos, ajudava a potenciar as possibilidades de salvação, pois facilitava o processo de espiritualização da matéria e da riqueza a que me tenho referido.



*Os mendicantes e a renovação religiosa:*

A mutação social, mental e espiritual da Baixa Idade Média levou também a alterações profundas no seio da Igreja, nomeadamente à floração de novos movimentos monásticos. De entre estes, os mais significativos foram os que conduziram ao aparecimento das ordens mendicantes, em especial a Ordem dos Frades Menores (franciscanos) e a Ordem dos Frades Pregadores (dominicanos).

Não cabe aqui historiar o processo constitutivo destas organizações, mas é impossível não realçar a sua enorme relevância e sucesso na reorganização da oferta espiritual dos séculos XIII a XV. Em Portugal, os franciscanos surgiram logo na década seguinte à conversão de São Francisco (1205), enquanto os dominicanos fundaram o seu primeiro convento em 1217, em Montejunto, apenas um ano volvido sobre a aprovação papal da Ordem. Os frades menores começaram por fundações eremíticas nas vizinhanças de centros urbanos, em oratórios bastante humildes, mas a partir de 1230 evoluem para posições mais citadinas ou próximas dos mais carenciados (por exemplo, pobres, leprosos ou marginais). Estes movimentos revelam, ao longo da sua trajetória (que, no caso dos dominicanos, teve um brilho muito especial no século XIII), a capacidade monástica para ir ao encontro dos novos anseios da população e para incorporar algumas das práticas simbólicas da aristocracia laica, como o culto dos antepassados, a memória do grupo (família, linhagem) ou a crença no valor da dádiva voluntária e generosa (Rosa, 2000, pp. 423-424).

Logo em 1220, com a chegada a Coimbra dos restos mortais dos Cinco Mártires de Marrocos, os franciscanos revelaram capacidade para impressionar um jovem culto e voluntarioso como Fernando Martins de Bulhões (o futuro Santo António), então cónego regente de Santa Cruz. No entanto, isto não significa que tenha havido um movimento generalizado de adesão imediata dos leigos às novas propostas religiosas, tanto mais que elas surgiam (sobretudo do lado franciscano) ainda tingidas de algum radicalismo exemplar, que demoraria o seu tempo a suavizar e que não se compaginava bem com as tradições familiares e com as práticas tradicionais das paróquias e da rede de serviços eclesiais. Além disso, o século XIV trouxe algumas divisões e cisões internas, sobretudo no seio da Ordem dos Frades Menores, as quais contribuíram para criar uma certa perplexidade entre os fiéis. Em síntese, sucesso mendicante em grande escala, sim, mas não imediato e generalizado.

Os finais de Trezentos (a partir de 1392) assinalaram a entrada dos primeiros conventos portugueses na chamada Observância, fenómeno que se acentuou no século seguinte, ao ponto de, no final de Quatrocentos, cerca de um quinto do total dos conventos ter essa filiação. Como explicou Luís Miguel Duarte (2007, p. 254), a «regular observância» foi um movimento reformador profundo, que se iniciou ainda nos meados do século xiv e que tinha como objetivo combater o relaxamento de costumes e a permissividade das várias ordens religiosas, procurando reconduzi-las à sua pureza original. Aos poucos, muitas das ordens tradicionais foram-se dividindo em dois ramos, o dos «conventuais» e o dos «reformados» ou «observantes». Como é fácil de adivinhar, dada a sua natureza e propósitos, os franciscanos e os dominicanos contaram-se entre os primeiros adeptos da Observância, que se reforçou significativamente a partir da adesão, cerca de 1400, dos dois grandes conventos de frades menores (o de Alenquer e o de Leiria) ao novo regime reformador. A partir desta altura, a maior parte dos conventos mendicantes que se criou era já de obediência observante, e isso apenas foi possível porque essas fundações contaram com o forte apoio e com a proteção da nobreza e da própria Coroa, a começar pela família real joanina (Rosa, 2000, pp. 494-496). Como tive a oportunidade de salientar no primeiro capítulo deste livro, grande parte do pessoal eclesiástico de primeira linha nas cortes de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, incluindo os capelães dos monarcas e os seus principais pregadores, era composto por franciscanos.<sup>232</sup>

Não é despiciendo registar também que, embora tendo começado pela fundação de eremitérios no Norte do reino, a maior parte dos polos lusitanos de afirmação das observâncias situou-se no Centro e, em especial, no Sul, onde, aliás, algumas ordens novas (como, por exemplo, os Loios ou os Jerónimos) se vieram juntar aos ramos reformados das ordens que já existiam (Rosa, 2000, pp. 494-496). Curiosamente, os franciscanos (quer os «conventuais», quer a variante das «ordens terceiras», que possibilitava a manutenção do estado laico) parecem ter tido uma aceitação muito especial junto do público feminino, no qual a cultura devocional era bastante intensa, com alguma inclinação para o ascetismo e para uma espiritualidade afetiva e piedosa. Caso bem conhecido é o de Mor Dias (m. 1302), que tomou a decisão de romper com as donas de Santa Cruz de Coimbra e fundou o mosteiro das clarissas, onde

professou e que em breve viria a contar com a cumplicidade e com o mecenato da Rainha Santa, D. Isabel de Aragão. Conhecem-se, para os séculos xiv e xv, em toda a Europa, diversos exemplos de figuras femininas comprometidas com esta nova religiosidade de cunho social mais marcado, como Clara de Assis, Catarina de Siena ou Isabel da Hungria (a tia-avó da nossa Rainha Santa e inspiradora do célebre milagre das rosas). Como observou Maria de Lurdes Rosa (2001-2002, p. 422), muitas devotas optaram por um estado intermédio, em que se votavam a Deus mas não professavam solenemente, mesmo que se movessem continuamente nos meios clericais e não chegassem a contrair matrimónio (foi esse, precisamente, o caso de Santa Catarina de Siena, falecida em 1380). No caso das clarissas portuguesas, deve-se notar o grande empenho de senhoras da família real e da casa de Bragança (resultante do casamento de Beatriz Pereira com o bastardo régio D. Afonso), que impulsionaram uma reforma profunda no Sul do País (o principal território de atuação do Condestável), reforma essa que se iniciou com o Convento da Conceição de Beja e que afetou também os mosteiros de Estremoz e de Vila Viçosa, entre vários outros (Rosa, 2000, p. 496).

Enquanto os dominicanos mantiveram, regra geral, uma atitude moderada, os franciscanos deslizaram desde cedo para opções mais radicais, assentes num despojamento rigoroso, muito crítico da concentração de riqueza e de poder, e defensor da castidade conjugal e de uma sociedade «pura»; evoluíram, no século xv, para uma atitude mais moderada, promovendo a chamada «via mixta» junto dos grandes senhores leigos mais sensibilizados pelos ideais da reforma religiosa. Nos termos desta solução, e com o objetivo de precaver os excessos e de estancar a fuga às famílias nobres e ao serviço régio para ingresso em ordens religiosas (regra geral nas mais reformistas, claro está), recomendava-se a conversão dos ímpetus de fuga numa «permanência mortificada» ou «virtuosa», sabiamente guiada por um confessor ou diretor espiritual e/ou por alguma figura desses «santos vivos», que começavam a aparecer frequentemente associados às cortes com uma vivência devocional mais intensa; esta «via mixta» (propícia à «afirmação do Eu religioso como diferente do divino mas podendo unir-se-lhe através de processos de recolhimento e relação íntima desligados de preocupações com o real») podia mesmo incluir retiros com práticas de ascetismo, de mortificação e de anulação de superioridade social, junto dos mais desfavorecidos.<sup>233</sup>

Tratava-se, no fundo, de conseguir um equilíbrio entre o esgotado modelo trecentista de empenho religioso dos leigos (um modelo mais conciliatório, em que o/a grande senhor/a recebia na sua corte os religiosos reformistas, mas entendia que «os apoiaria melhor se se mantivesse no século» [Rosa, 2000, p. 497]) e os movimentos de *fuga mundi*, isto é, de abandono do mundo. Estes últimos configuravam, como o nome indica, formas mais radicais de lidar ou de responder à pressão religiosa e tocaram a sensibilidade dos meios nobres e cortesãos, além de terem animado grupos como os capuchos da província da Piedade (da observância franciscana), adeptos de uma espiritualidade austera e radical, que seduziu figuras como o duque D. Jaime de Bragança, trineto do Santo Condestável e provável promotor da versão impressa da *Crónica do Condestabre* dada à estampa em 1526 pelo impressor Germão Galharde.

Não podendo demorar-me nestes temas tão sedutores, resta-me insistir na ideia de que a corte de D. João I e de seus filhos foi particularmente sensível a toda esta ambiência religiosa, muito provavelmente reforçada pela chegada da rainha inglesa D. Filipa, que era aliás filha do duque de Lencastre, conhecido apoiante e protetor de alguns reformistas radicais, como o célebre John Wycliffe. Se olharmos com atenção para os escritos e/ou traduções produzidos por D. Duarte, pela sua filha D. Catarina (que se recolheu no mosteiro dominicano de São Salvador, em Lisboa), pelos infantes D. Henrique e D. Pedro, ou pelos filhos deste último (a infanta D. Filipa, que se retirou até à morte no mosteiro cisterciense de Odivelas, e o condestável D. Pedro), notaremos facilmente que — confirmando a evolução que desenhei desde o início deste capítulo — os textos moralizantes deixaram de ser monopólio de redatores eclesiásticos e se alargaram a uma elite culta e bastante devota, posicionada numa corte disciplinadora e moralizadora, com clara influência mendicante e cartuxa<sup>234</sup>. No caso do infante regente D. Pedro, deve-se ainda evocar o seu matrimónio com D. Isabel de Urgel, princesa de Aragão, oriunda de uma corte onde a maioria dos temas que identificámos foi trabalhada com especial carinho (Rosa, 2014, p. 448).

*Fuga mundi — histórias de vida exemplares:*

E já que falei de abandono do mundo, está na altura — para finalizar esta primeira grande rubrica — de evocar alguns casos concretos, que dão rosto à ideia da sedução que as correntes religiosas radicais e

ascéticas podiam exercer sobre os meios nobres e cortesãos e sobre a aristocracia guerreira medieval. São cerca de uma dezena de histórias de vida que resumirei de forma muito breve, mas suficiente para demonstrar a contundência das angústias suscitadas por uma vida de conforto e de satisfação material; exemplos de tensões capazes de provocar a rotura com os laços afetivos pessoais mais importantes e com a própria família biológica, para abraçar uma família espiritual que garantisse a salvação da alma. Considerarei aqui apenas os casos que me parecem relevantes para enquadrar melhor a opção religiosa de Nuno Álvares Pereira e deixarei para já de lado os exemplos que se traduziram em experiências eremíticas, uma vez que esse aspeto será analisado de forma autónoma um pouco mais à frente.

De acordo com os estudos recentes de Maria de Lurdes Rosa, que aqui continuo a seguir de perto, o primeiro surto de *fuga mundi*, em Portugal, ocorre após a crise de 1383-1385, não lhe sendo decerto alheio o ambiente de divisão, de instabilidade política e de incerteza quanto ao futuro que lhe esteve intimamente associado. Na década de 1440, está documentado um segundo surto de *contemptus mundi*, para, no último quartel do século xv, assistirmos a um terceiro ímpeto, que envolveu diversas figuras ligadas à família real (Rosa, 2014, *passim*). Interessam-nos sobretudo as duas primeiras fases e, no pequeno rosário de histórias de vida que elegi, procurei reunir exemplos diferenciados: casos de uma decisão que tocou apenas um indivíduo, casos em que toda a família (e por vezes até a criadagem) foi envolvida, casos que puderam materializar-se de forma relativamente pacífica e outros em que existiu uma clara oposição familiar ou mesmo alguma violência física.

O primeiro exemplo que gostaria de evocar diz respeito a um companheiro de armas de Nun'Álvares: **Pedro Rodrigues de Moura**, falecido em 1412 e filho do alcaide de Moura, Álvaro Gonçalves, que tive a oportunidade de mencionar no segundo capítulo deste estudo, a propósito das suas hesitações políticas e de uma conversa dissuasora que o Condestável terá mantido com ele. Este homem foi senhor da Azambuja, e as crónicas dominicanas e outros textos (como o *Agilógio Lusitano* de Jorge Cardoso, de meados do século xvii) apresentam-no como um bravo guerreiro e um homem muito religioso e «apartado», que desprezava as mercês e as honras a que teria direito, para agradar aos céus. Fernão Lopes inclui Pedro Rodrigues de Moura na ladainha

dos heróis que ajudaram o mestre de Avis a conquistar o trono (*CDJ, I*, cap. 151), mas o que aqui me importa salientar é a sua vocação espiritual: impossibilitado, em resultado do seu matrimónio, de seguir as pisadas do Condestável, Pedro Rodrigues de Moura (uma terra da raia alentejana muito cara a Nun'Álvares) retirou-se da corte com a sua casa (isto é, com os seus servidores) e com a sua família para viver na Azambuja, num solar dos seus antepassados; este retiro ocorreu em data que se ignora, mas situada entre 1399 e 1412. Foi aqui que Pedro Rodrigues viveu os derradeiros anos da sua vida, e sabe-se que, quando vinha a Lisboa, ficava quase sempre instalado no Convento de S. Domingos de Benfica, onde se sentiria especialmente bem integrado — ao que consta, os temas da sua conversação versavam sobretudo matérias de natureza religiosa (Rosa, 2014, p. 425).

Também **Estêvão Esteves**, um rico proprietário de terras que foi criado, mordomo e vedor do comendador de Sesimbra da Ordem de Santiago, protagonizou, cerca de 1440, um caso aparatoso de *fuga mundi* que envolveu diversas pessoas. Na verdade, tendo doado muitos bens ao convento dominicano de Santa Maria da Piedade de Azeitão, acabou por decidir ingressar nele com os dois filhos, ao mesmo tempo que a mulher (Maria Lourenço, de uma abastada família de proprietários sesimbrenses) e as duas filhas entravam no mosteiro lisboeta de São Salvador, também da Ordem dos Frades Pregadores. Estêvão Esteves doou também uma grande quinta que possuía em Azeitão aos frades de São Domingos de Benfica. Em 1434, instituiria como beneficiários do seu testamento os dois cenóbios em que mais tarde ele e a família iriam ingressar. No ano seguinte, foi colocada a primeira pedra do Convento de Santa Maria da Piedade (com missa e procissão solene), e, nos anos seguintes, Estêvão Esteves acompanhou a construção, detendo uma grande capacidade administrativa na matéria, num contexto de aquisições fundiárias e de reação à crise política aberta na sequência da morte de D. Duarte. Este é um caso muito especial, que levou um casal com os seus filhos a abandonar tudo e a ingressar, separados, em mosteiros observantes. Desconhecem-se os motivos exatos da decisão, que pode ter resultado da influência de um irmão de Maria Lourenço, frade em São Domingos de Benfica, ou do próprio comendador espatário, Diogo Mendes de Vasconcelos, que procurara instalar uma instituição religiosa rigorista no santuário do Cabo, de que era padroeiro (fizera uma

tentativa gorada com a Ordem do Carmo, em 1414, e recorreu mais tarde aos dominicanos de Benfica, com o apoio ativo do seu servidor). Fica a dúvida sobre se Estêvão Esteves seria simpatizante da Observância (sendo referenciado com esse estatuto aos monarcas: recorde-se que D. Duarte e D. Leonor protegeram o convento do Salvador) ou se seria pessoa dos próprios círculos cortesãos (Rosa, 2014, pp. 429-431).

Um outro caso, igualmente apaixonante, é o de **Diogo de Ataíde** (m. 1453) e de sua mulher **Beatriz Leitão**, ambos pertencentes à casa do infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente de Portugal entre 1438/39 e 1448. Ao que se sabe, Diogo terá tentado escapar ao matrimónio planejado para ele por D. Pedro, tendo-se para o efeito escondido no convento dominicano de Benfica; não teve, porém, sucesso e continuou ao serviço do duque, que viria a morrer na batalha de Alfarrobeira, em maio de 1449. Depois desta ocorrência trágica, e apesar de ele ter ficado incumbido de zelar pela viúva do duque, Diogo e Beatriz, saturados das intrigas palacianas, decidiram abandonar os círculos cortesãos e ajudar os pobres num eremitério que se tinha formado em propriedades suas, na região de Aveiro; ali se dedicavam à agricultura e davam apoio e alojamento a peregrinos e a estrangeiros, tanto leigos como religiosos. Diogo e um dos filhos morreram de peste (1453), e Beatriz Leitão, após um período de errância (durante o qual visitou a rainha, mas recusou casar de novo ou dar a filha mais velha em matrimónio), enviou a filha mais nova para um mosteiro de clarissas e decidiu manter-se na quinta da Ota com a sua outra descendente, cumprindo o testamento do marido (que deixara todos os seus bens para a fundação de um hospital para peregrinos e religiosos) e levando uma vida de recolhimento e de serviço aos pobres; para a sua causa, atraiu outras senhoras de origem nobre, algumas das quais contra a vontade das respetivas famílias. Porém, após algumas hesitações entre aderir a uma ordem religiosa ou manter-se na condição de beguina, Beatriz, sob influência do seu confessor (um frade do mosteiro dominicano de Aveiro), optou por entrar no Mosteiro de Jesus de Aveiro, cerca de 1461 (ou um pouco depois desta data). Eis um magnífico exemplo de uma experiência religiosa radical feminina, que foi objeto de enquadramento institucional por parte dos dominicanos e que levaria mesmo ao início da história de um dos mosteiros mais emblemáticos da região do Vouga.<sup>235</sup>

Um caso cronologicamente muito próximo do de Nun'Álvares Pereira é o do célebre **Gonçalo de Lagos**, falecido em 1422 e feito beato



em 1798. Trata-se de um eremita de Santo Agostinho, que faleceu numa tal fama de santidade que a sua confraria de nobres em Torres Vedras, assim como a comarca do Algarve, depressa trataram de aproveitar o seu exemplo para «territorializar» a respetiva santidade. Convém explicar que os cónegos regrantes de Santo Agostinho configuravam uma ordem mendicante um pouco especial, tendo sido criada pelo papa Alexandre IV em 1256, a partir de diversos grupos eremíticos. Posteriormente objeto dos favores da Santa Sé, em especial a partir de Bonifácio VIII (1294-1303), afirmaram-se pelo seu exemplo de pobreza, de dedicação ao estudo teológico e de original conciliação entre vida eremítica e vida cenobítica; tinham uma espiritualidade bastante própria e, talvez, menos conflitual do que a das outras ordens mendicantes. Segundo Lurdes Rosa, Gonçalo de Lagos inaugurou a derradeira grande etapa da santidade medieval portuguesa; sensível a vozes interiores e ao Espírito Santo, que lhe terão revelado a vocação religiosa e indicado a ordem em que deveria ingressar, distinguiu-se como pregador ativo em Torres Vedras e, simultaneamente, como um verdadeiro mestre nos exercícios espirituais (Rosa, 2001-2002, pp. 429-432).

Mais espetacular (e muito impressionante) é certamente o caso de **Gonçalo da Silveira** (c. 1415-1442), o primogénito do fidalgo ebo-rensense Nuno Martins da Silveira. Gonçalo foi nomeado morgado logo aos dezasseis anos (em 1431, a data da morte do Santo Condestável) e teve uma carreira fulgurante nos anos posteriores, em especial a partir de 1434; cursou Direito no Estudo Geral, tornou-se clérigo de ordens menores (o que não comprometia o seu estatuto de morgado e herdeiro dos Silveiras), foi um alto funcionário régio e, por via disso, recebeu diversos benefícios e cargos: o canonicato, a prebenda e arcediagado da Sé de Évora (1435), os canonicatos de Lisboa, Porto e Silves, o estatuto de «familiar» de D. Duarte, tesoureiro da Sé de Lisboa (1436), proto-notário apostólico (1437), secretário de D. Duarte (1438), secretário do Conselho de Regência (1438/39) e secretário de D. Afonso V (1439), entre outros. Em 1437, participou na trágica expedição a Tânger, mas regressou com vida a Portugal. Subitamente, algures entre junho de 1439 e abril de 1440, no contexto da disputa pela regência do reino aberta após a morte de D. Duarte, Gonçalo decidiu largar tudo e ingressar no convento franciscano de Alenquer, conhecido pela sua austeridade. O pai, todavia, não se conformou e ali o foi arrancar à força das mãos

dos mendicantes, ao fim de dez dias de assédio! Após a rendição da rainha viúva, D. Leonor, Gonçalo seguiu-a no seu exílio em Castela, onde aproveitou para entrar na Ordem de São Francisco, perdendo então todos os seus cargos eclesiásticos. Viria a morrer logo em 1442, em Zamora, possivelmente envenenado (tal como a desditosa viúva de D. Duarte e outros acompanhantes seus), tendo sido enterrado como franciscano num convento desta ordem. Quanto ao pai, Nuno Silveira, seria perdoado pelo papa pelo assalto ao convento de Alenquer, doze anos mais tarde. Resta referir a possibilidade de a opção religiosa de Gonçalo da Silveira ter sido influenciada pela experiência eremítica de um seu parente, que fora «pobre de espírito» na serra de Ossa e ao qual se refere a luxuosa capela familiar (instituída em 1431), assim como o testamento de Nuno da Silveira (de 1453).<sup>236</sup>

Um outro caso que envolveu oposição familiar violenta à opção de *fuga mundi* de um jovem é o de **João Vicente**, que faleceu em 1465, depois de ter sido médico do infante D. Duarte. A sua história de vida é-nos dada a conhecer pelo cronista loio Paulo de Portalegre, que logo em 1468 escreveu o *Novo memorial do estado apostólico*, onde afirma ter ouvido esta história da boca do próprio, no Convento de Santo Elói. João Vicente entrou muito jovem, e às escondidas, no Convento de S. Domingos de Benfica, logo nos inícios do século xv. Na altura, era estudante de Medicina no Estudo Geral de Lisboa, pertencendo a uma família com algumas posses, provavelmente domésticos do grande fidalgo D. João de Castro. O pai reagiu mal à sua opção religiosa e foi tirá-lo à força do convento, apesar da sua resistência (ao que parece, os frades, receando o escândalo, não ofereceram grande oposição). Na sequência deste acontecimento, João foi afastado de Lisboa, mas, apesar da oposição do pai e do próprio D. João de Castro, que teriam planos mais ambiciosos para ele, acabou por tomar as ordens sacras, de maneira a evitar que o forçassem a contrair matrimónio... A família conformou-se e acabou por obter para ele um benefício, tentando desviá-lo de ingressar em alguma ordem religiosa, ou seja, de concretizar uma opção espiritual de maior radicalidade; assim, João Vicente prosseguiu os seus estudos e acabou por se tornar lente de Medicina, tendo sido convidado pelo infante D. Duarte para ser o seu médico pessoal. Apesar de esta função o obrigar a frequentar ambientes mundanos e cortesãos que não mereciam a sua preferência, nunca deixou de visitar e até de prestar

assistência médica (e mesmo espiritual) no Convento de S. Domingos de Benfica. Graças à sua influência na corte, levou os príncipes a proteger este cenóbio, embora nunca tenha entrado e professado nele, uma vez que viria finalmente a conseguir fazer vingar (c. 1420) a nova congregação de clérigos com que sempre sonhara — a Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, mais conhecidos por Loios. Refira-se ainda que o multifacetado e dinâmico João Vicente foi também bispo de Lamego.<sup>237</sup>

Também no seio da Casa Real surgiram, no período em apreço, casos emblemáticos de *fuga mundi*. No século xiv, o mais conhecido é o da **Rainha Santa Isabel**, que Maria de Lurdes Rosa considera como a grande figura (e quase a única) de santidade no Portugal de Trezentos. Isabel corporiza uma santidade feminina que brota da sensibilidade à pobreza e ao ascetismo, mas que, ao mesmo tempo, evolui para uma postura mística que nem sempre se mostra disponível para acolher a mediação eclesiástica. Em vida do seu marido (D. Dinis, 1279-1325), teve um grande envolvimento com os frades franciscanos, empenhando-se em ações de esmolas e jejuns secretos (evoque-se o milagre das rosas), na fundação de hospitais e na assistência aos pobres. Depois de enviuar, realizou uma peregrinação a Santiago de Compostela e, no regresso, decidiu deslocar a sua residência para os paços situados nas proximidades do Mosteiro de Santa Clara («a Velha»), a que Mor Dias dera origem; animou então, em torno da sua carismática figura, uma corte especialmente devota e piedosa, bastante comprometida com as práticas franciscanas das clarissas. Por isso, quando morreu (em 1336), os mendicantes erigiram-na em modelo de santidade ativa das grandes senhoras seculares (cf. a crónica hagiográfica *Livro que fala da boa vida que fez a Rainha de Portugal, dona Isabel, e dos seus bons feitos e milagres em sua vida e depois da morte*, escrita logo após o seu falecimento, provavelmente pelo seu confessor, o mendicante frei Salvado Martins) e promoveram o culto da santa rainha em benefício próprio. Devo sublinhar, entretanto, que, situado na primeira metade de Trezentos, o seu modelo é ainda moderado, próprio de uma via intermédia que não preconiza um abandono radical do mundo, mas sim uma atitude conciliatória (de «dupla conduta», como lhe chamou Maria de Lurdes Rosa, 2000, p. 478): Isabel é a pacificadora, a moderada, a tutelar da paz linhagística, que concilia o marido Dinis com o filho rebelde Afonso;

cumpra a sua função de rainha, mas, ao mesmo tempo, empenha-se (com especial afínco e autonomia depois de enviudar) na piedade quotidiana, conservando sempre a prática da oração das horas canónicas, das idas à capela, dedicando também uma atenção especial às mulheres (por exemplo: dar esmola às pobres envergonhadas), ao casamento das jovens, ao ensinamento das donzelas. Comprovando a especial ligação afetiva dos mendicantes ao mundo feminino, o processo de canonização de Isabel, iniciado em 1576, revelou que a maioria das beneficiadas pela rainha foram mulheres. Resta lembrar que Isabel era oriunda de Aragão, em cuja corte existia uma forte bolsa de influência franciscana, bem expressa, nomeadamente, na figura de D. Jaime I (avô da Rainha Santa), que foi talvez o primeiro promotor da canonização dos Mártires de Marrocos.<sup>238</sup>

Há outras figuras femininas posteriores, igualmente ligadas à Casa Real, que podemos associar à Rainha Santa Isabel, embora num registo já claramente diferenciado; referirei, muito brevemente, apenas dois casos. O primeiro diz respeito à **princesa Santa Joana** (1452-1490), filha de D. Afonso V e de D. Isabel (filha do infante D. Pedro) e conhecida pelo seu percurso do convento cisterciense de Odivelas para o Mosteiro de Jesus de Aveiro, recentemente fundado por Beatriz Leitão. É um caso muito interessante e bem conhecido, graças sobretudo ao *Memorial da muito excelente Princesa*, composto provavelmente por Margarida Pinheiro, freira do Mosteiro de Jesus e que conviveu, serviu e muito admirou a «santa senhora». A entrada de Joana no Mosteiro de Jesus parece ter sido feita contra a vontade do irmão e do monarca, seu pai, que tinha preferência pelas clarissas de Coimbra (mais um sinal da ligação dos reis de Avis aos franciscanos). Neste cenóbio, Joana recebia alegadamente mensagens divinas (como a que a informava sobre a morte do marido que D. João II, seu irmão, lhe queria impor) e desenvolveu uma tal atividade espiritual que transformou o ambiente conventual, afirmando uma proposta de vida religiosa e de devoção individual destinada às mulheres que decidiam «deixar o mundo», mesmo contra a vontade das suas famílias, por mais poderosas que estas fossem. Segundo Maria de Lurdes Rosa, a história de vida da princesa Santa Joana confronta-nos com uma grande lutadora pela liberdade de prosseguir uma experiência religiosa pessoal, de cariz afetivo e místico, centrada em três vertentes nucleares: i) a paixão de Cristo (com flagelação, dor,

agonias, choros, quedas, gemidos); ii) uma consciência aguda do pecado e um forte empenhamento na redenção dos pecadores (com penitências dolorosas, listas de pecados, confissões frequentes e orações); iii) a procura de uma relação direta com Deus, por via de conversas, de sonhos, de visões e de dotes proféticos.<sup>239</sup>

O outro elo feminino desta cadeia corresponde a **D. Constança de Noronha**, a segunda esposa do conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança, D. Afonso (o genro de Nun'Álvares, que, após a morte de Beatriz Pereira, contraiu um segundo matrimónio). Esta senhora faleceu em 1480 (dezanove anos após o marido) e procurou viver em penitência o casamento faustoso que lhe tinha tocado em sorte por razões políticas (a aliança dos primeiros Braganças com os Noronhas foi fortíssima). Constança, tal como Isabel de Aragão, dava esmolas disfarçadas e, além disso, consultava um eremita chamado João, *o pobre*, possivelmente um homem de origem catalã ligado à família dos condes de Urgel (onde casou o infante D. Pedro). Quando enviuvou (em 1461), Constança recolheu-se aos paços ducais de Guimarães e professou mesmo na Ordem Terceira de São Francisco (uma opção que lhe permitia conservar a sua condição de leiga); assim, manteve-se sempre ligada aos frades menores, mas nunca ingressou num convento. Deu esmolas e praticou curas pela vila e, com isso, a sua casa vimaranense tornou-se um «hospital de penitentes». Trata-se de uma figura marcante pela independência das suas escolhas religiosas e pelos seus dons curandeiros (com mezinhas que ficaram conhecidas, como a «erva da duquesa»). Depois de falecer, terão ocorrido milagres na sua sepultura, o que levava os fiéis a transportar ao pescoço pedacinhos da terra milagrosa da sua campa em saquinhos. O cronista franciscano frei Manuel da Esperança, na *História Seráfica*, transcreve mesmo sete prodígios relatados numa inquirição de testemunhas realizada em 1488. Sensibilizados, os fiéis rodearam o seu sepulcro de ex-votos, uma prática heterodoxa, completando assim o retrato de uma figura que Lurdes Rosa considera situar-se numa «autonomia de fronteira», entre a santa, a profetisa, a curandeira e a bruxa (Rosa, 2001-2002, pp. 441-442).

Um caso que aprecio particularmente e que considero relevantíssimo, atendendo à cronologia e à sua ligação a D. João I, a D. Duarte, a Fernão Lopes e ao conjunto do universo cortesão que enquadrou grande parte da carreira política de Nun'Álvares Pereira, é o do infante

D. Fernando, conhecido como o **Infante Santo**<sup>240</sup>. Graças à já citada obra do seu biógrafo, frei João Álvares, que o acompanhou ao longo de todo o cativo magrebino (até à morte do infante em Fez, em 1443), conhecemos bem os últimos e desditosos anos da vida deste filho de Filipa de Lencastre e D. João I; no entanto, o que mais me interessa aqui salienta é o seu percurso espiritual até ao seu embarque na frota que partiu à conquista de Tânger, no verão de 1437.

Fernando nasceu em Santarém, em 29 de setembro de 1402, e desde muito cedo se revelou extremamente sensível ao ambiente da *devotio moderna* que inundava a corte dos seus pais e irmãos. Frei João Álvares conta que, desde os catorze anos, ele rezava todas as horas canónicas, segundo o costume inglês de Salisbúria, facto bem revelador da influência espiritual materna.<sup>241</sup> Grande entusiasta da liturgia, Fernando era extremamente escrupuloso na maneira de gerir a vida espiritual da sua casa, tinha a sua capela sempre ricamente ornamentada de vestimentas e alfaias religiosas, servida por muitos sacerdotes e cantores, e teve sempre a ambição de receber da Santa Sé graças espirituais para si e para os seus familiares e servidores. Há muitos anos, Domingos Maurício Gomes dos Santos deu a conhecer uma carta enviada pelo infante ao abade florentino D. Gomes (de quem já falei em capítulo anterior e que estava então em Portugal), que considero muito reveladora do ambiente espiritual da corte joanina. A missiva de D. Fernando foi escrita em Fronteira, em 11 de outubro de 1436, tendo sido redigida pelo seu secretário, frei João Álvares; nela, o futuro Infante Santo anexa um rol ou memorial de graças que desejava muito receber do papa Eugénio IV e pede a D. Gomes que elas sejam «bem despachadas», dispondo-se a cobrir todas as despesas. Ao todo, são dezena e meia as mercês por que D. Fernando anseia: pede relíquias de santos (para juntar às que já tinha e que incluem um lenho da Vera Cruz); requer indulgências para aqueles que assistirem aos ofícios religiosos na sua capela, nomeadamente em certas datas especiais da sua particular devoção; solicita uma «letra» para que o seu confessor o possa absolver em cada ano de culpa e de pena (a somar à graça que já recebera de Martinho V: absolvição uma vez na vida e outra em artigo de morte); requer diversas mercês para o serviço de capelães na sua casa (rezarem segundo o costume de Salisbúria, ouvirem em confissão os seus servidores, fazerem ofício divino na sua capela mesmo na ausência do infante, entre outras); roga autorização para trazer em sua casa confessor,

pregador e esmoler<sup>242</sup>; implora legitimações e dispensas para alguns dos seus servidores e benefícios para poder recompensar os seus capelães que não tiverem igrejas para tal; e, por fim, pede a concessão de uma «letera» para que absolvam de culpa e de pena em artigo de morte todos os que com ele viverem e servirem continuamente e que morarem na sua casa (Santos, 1930, *passim*). Impaciente, em 15 de fevereiro de 1437, o infante reiterou o pedido a D. Gomes, ao mesmo tempo que lhe solicitava o envio de uma cópia de um tratado de Teologia, copiado em Florença pelo seu confessor, Martim Lourenço. O bom abade D. Gomes (m. 1442) não descuroou os pedidos de D. Fernando e as mercês acabariam por chegar, na sua quase totalidade, dada a grande influência daquele precioso agente de negócios português (que, recorde, viria a ser reformador das ordens religiosas do reino e prior de Santa Cruz de Coimbra em 1441) junto da cúria pontifícia (Santos, 1930, pp. 26-27).

Como resume Maria de Lurdes Rosa, o Infante Santo mostrou ser «um grande senhor devoto, um leigo que planeia extensamente sobre a vida religiosa do universo a que preside, dominando bem os meandros institucionais da vida religiosa»; situar-se-á num «estado intermédio entre os grandes senhores ligados ao primeiro franciscanismo e uma vivência religiosa já claramente autonomizada, neste caso subjacente à lógica do reforço espiritual da sua corte» (Rosa, 2001-2002, pp. 439-440). Resta acrescentar que este cortesão empenhado em seguir os ofícios religiosos na sua capela, em frequentar igrejas, procissões e confrarias, em dar esmola com muita humildade e em tratar justamente e educar espiritualmente todos os que o serviam, deixou-nos um precioso testamento, onde, além de serem inventariados muitos livros da sua biblioteca (com grande percentagem de obras espirituais), deixa a Fernão Lopes, «meu escrivão da puridade, um livro de linguagem que ele me deu, que chamam *Hermo Espiritual*» e a Gonçalo Vasques, que foi seu capelão e «que está na Serra de Ossa», o «meu livro dos *Moraes* de São Gregório, em toda a sua vida, e depois entreguem-no a el rei meu senhor»<sup>243</sup>. Considero assaz expressiva a referência à troca de uma obra com o sugestivo título de *Hermo Espiritual* entre Fernão Lopes e D. Fernando, assim como a partida da corte do seu antigo capelão-mor, Gonçalo Vasques, com destino ao eremitério principal do reino, na serra de Ossa. Voltarei a este assunto um pouco mais à frente.



O último exemplo que escolhi diz respeito ao quarto **duque de Bragança, D. Jaime** (1479-1532). Devido à sua cronologia tardia, não lhe farei senão uma breve referência, que se justifica pela densidade do seu caso e pela sua origem familiar (era trineto de Nun'Álvares Pereira). Quando o pai, Fernando II, duque de Bragança, foi executado por D. João II, ele tinha apenas quatro anos. Exilado com a família em Castela, acabaria por fugir para se juntar aos frades capuchos, que tinham ligações familiares a D. Jaime e junto de quem já tinha por hábito passar grandes temporadas, com orações conjuntas, acompanhamento no rezar das matinas (à meia-noite) e mortificações. Subido ao trono em 1495, D. Manuel I reabilitou os Braganças e mandou buscar o primo, D. Jaime, que era herdeiro do trono, tendo mesmo proibido os capuchos de o acolher e notificado o papa nesse sentido. D. Jaime fundou o convento da Piedade, nas terras ducais de Vila Viçosa; além disso, estabeleceu uma grande amizade com frei João de Ataíde, o herdeiro do condado de Atouguia, que fora tirado à força do convento de Alenquer e forçado a casar na corte de D. João II, tendo-se depois ligado aos mais pobres oratórios da Estrita Observância (Santo António da Castanheira e Santa Catarina da Carnota); a intensidade desta relação e da respetiva influência espiritual foi de tal ordem que frei João de Ataíde acabou por viver, a pedido de D. Jaime, no eremitério da Piedade, em Vila Viçosa, entre 1503 e 1507 (data da sua morte). Num outro registo, devo lembrar que D. Jaime se distinguiu em campanhas militares no Norte de África (especialmente em Azamor, em 1513) e promoveu uma corte ducal de forte sabor humanista e renascentista (Cataldo Sículo, que dedicou à rainha viúva de D. João II um poema de consolação, elogiou-o muito). D. Jaime mandou traduzir para latim a *Crónica do Condestabre*, de que deve ter patrocinado a primeira edição impressa, em 1526. Exaltado pelos cronistas franciscanos (de quem foi um piedoso patrono), este trineto do Santo Condestável chegou a pensar pedir dispensa matrimonial para ingressar na vida conventual. Seria homem de muitas virtudes e que teve pelo menos a coragem de trocar as ostentações do mundo por um projeto de vida de santidade. É também a ele que, por vezes, se atribui o mausoléu de alabastro que veio a acolher os restos mortais de Nuno Álvares Pereira.<sup>244</sup>

## A Ordem do Carmo — fundação, percurso e instalação em Portugal

### *Os primórdios:*

A Ordem do Carmo nasceu na Terra Santa, em inícios do século XIII. Foi, portanto, tal como as ordens militares do Templo e do Hospital de São João de Jerusalém, um produto das cruzadas na Síria-Palestina. Na altura da sua fundação, os Estados Latinos do Oriente passavam já por várias dificuldades, devido ao crescimento avassalador do poder muçulmano na região, estimulado pela estrondosa vitória obtida por Saladino sobre o rei de Jerusalém (Guido de Lusignan) na batalha de Hattin, travada perto do lago Tiberíades, em 1187 (Monteiro, 2015, pp. 13-111). A partir dessa data, e mau grado os esforços ocidentais e a realização da Terceira Cruzada, liderada pela fina flor dos príncipes europeus (Ricardo, *Coração de Leão*, monarca de Inglaterra; Filipe II, *Augusto*, rei de França; e Frederico I, *Barba Ruiva*, o titular do Sacro Império Romano-Germânico), as possessões cristãs na Terra Santa ruíram como um castelo de cartas, ficando reduzidas a uma estreita faixa costeira dominada pelo porto de São João de Acre.

Assim, foi já em tempo de grandes dificuldades e temíveis ameaças físicas que surgiram os carmelitas. A breve trecho, sobretudo devido ao progressivo envolvimento dos Mamelucos do Egito na região (tomariam Acre em 1291, pondo fim à presença latina na Terra Santa), a situação tornar-se-ia insustentável, e os membros da ordem que sobreviveram aos massacres perpetrados contra os cristãos foram obrigados a fugir para a Europa. Numa rubrica de um concílio celebrado já em Londres, em 1281, reafirmou-se a lenda das origens dos carmelitas: dizia esta que, desde os tempos dos profetas Elias e Eliseu, que tinham habitado a região do Monte Carmelo (não longe de Jerusalém), alguns religiosos, seduzidos pelo exemplo de vida despojada daquelas figuras do *Livro dos Reis* (Antigo Testamento), tinham procurado abrigo junto à gruta e fonte de Elias e formado aí uma pequena comunidade de eremitas. Esta é uma história bonita, tanto mais que o Monte Carmelo é um local de sonho, terra de amendoeiras e de oliveiras, evocada várias vezes na Bíblia, como, por exemplo, no *Cântico dos Cânticos*, onde se elogia a sua beleza e fecundidade. Como recorda o padre Pascoal Kallenberg, foi nesse morro, no Vale do Cedro, defronte do rio Jordão, que o profeta Elias se retirou, a mando do Senhor; foi também no cimo dessa

montanha que ele se prostrou e que adorou a Deus; foi ainda no Monte Carmelo que as suas preces possibilitaram que se erguesse no horizonte uma pequena nuvem (onde estaria uma figura difusa de Maria, que o profeta reconheceu), que anunciou aos homens que a fecundidade da terra de Israel regressaria em breve; por fim, e sobretudo, foi naquele mesmo local que Elias, com a força da sua fé, durante a sua disputa com os quatrocentos e cinquenta sacerdotes de Baal, conseguiu fazer descer dos céus, na presença do ímpio rei Acab e da sua esposa Jesabel, o fogo que salvaria o culto ao único Deus verdadeiro.<sup>245</sup>

No Monte Carmelo, a fonte e a gruta solitária de Elias preservavam a memória dessa história bíblica, ao mesmo tempo que a beleza natural do lugar — que dominava a paisagem desde os cumes da Galileia até às águas azuis do Mediterrâneo — inspirava os religiosos de vocação mais contemplativa para imitar o exemplo do eremita Elias, que ali meditara de dia e de noite na lei do Senhor (Kallenberg, 1960/2009, pp. 90-91). E foi assim que, após o relativo fracasso da Terceira Cruzada (concluída em 1192, com um acordo entre Ricardo e Saladino que permitiu a sobrevivência de alguns Estados latinos, mas que não proporcionou a recuperação da cidade três vezes santa), alguns anacoretas começaram a instalar-se, de forma ainda bastante informal e espontânea, no Monte Carmelo; nesta fase, orientava-os sobretudo o exemplo de Elias, mas, por volta de 1210, sentiram a necessidade de se organizar um pouco melhor. Sob a liderança de um homem que apenas conhecemos pela inicial «B.» (que alguns convertem em Brocardo e outros em Bertoldo, um calabrês que seria primo do patriarca de Antioquia), procuraram o patriarca de Jerusalém, Alberto de Vercelli, para que lhes impusesse uma regra. Ora, Alberto de Jerusalém era um homem experiente e sábio, que viveu na Terra Santa entre 1206 e 1214; sensível às aspirações dos eremitas da gruta de Elias, enviou-lhes de Acre (onde residia: o Carmelo estava ainda sob a jurisdição da diocese de Cesareia) uma carta em que se definia a norma de vida que eles deveriam levar. Foi deste modo que nasceu a *Regra de Santo Alberto*, em data que não sei precisar mas certamente anterior a 1214, o ano da morte do patriarca hierosolimitano (Velasco Bayón, 2001, pp. 19-20).

Tratava-se, no essencial, de uma adaptação da *Regra de Santo Agostinho* (de finais do século xi) às condições concretas da Terra Santa, e veio a ser aprovada pelo papa Honório III (carta *Ut vivendi norman*, de

1226) e, depois, confirmada por Gregório IX (bula *Ex officii nostri*, de 1229). Registe-se que a aprovação não se fez sem algum ruído, pois, em 1215, o IV Concílio de Latrão tinha determinado que não se aprovariam novas ordens e que todo o movimento religioso que surgisse a partir do fecho daquela assembleia deveria ser enquadrado numa das regras já existentes... Os carmelitas, porém, conseguiram provar que a sua origem era anterior a 1215 e contornaram dessa forma a deliberação conciliar.<sup>246</sup>

A *Regra de Santo Alberto* estipulava a obediência a um superior e um espírito de serviço por parte de um prior; cada eremita teria de ter a sua própria cela, onde deveria ficar durante o dia e a noite, meditando na lei do Senhor e vigiando em oração (Velasco Bayón, 2001, p. 21); todos os dias, os eremitas deveriam reunir-se para assistir à missa, num oratório que haveria de ser erguido no meio das suas celas (antigamente, explica Velasco Bayón, os anacoretas das grutas juntavam-se apenas uma vez por semana, ao sábado ou ao domingo, para celebrarem a missa e para receberem instrução do seu «superior»). Desconhece-se se os eremitas do Carmelo recitavam o ofício canónico, mas a Regra apenas prescreve a leitura dos salmos, em cada hora, de acordo com o costume eclesiástico. Como comenta Velasco Bayón, a quem se deve o melhor estudo recente sobre a história da Ordem do Carmo, «para o eremita, o saltério era suficiente, conhecia-o em toda a sua riqueza e enchia-lhe o coração» (2001, p. 21).

Deve-se também frisar que o modo de vida dos primeiros Carmelitas impunha não apenas a pobreza, mas também a execução de trabalho manual para assegurar o seu próprio sustento (pelo que julgo que o tempo recomendado de permanência na cela deveria corresponder ao período remanescente do dia e ao período noturno). Um outro aspeto fulcral da religiosidade destes pioneiros era a sua cultura de paz e uma fortíssima devoção a Nossa Senhora: um testemunho da década de 1220 revela-nos que existia no Monte Carmelo uma capela em honra de Maria. Como hábito, vestiriam uma «túnica com cinto, escapulário e capucho, sobre o qual se trazia um manto de franjas pretas e brancas, as famosas capas ou barras listadas, de onde os frades serem vulgarmente chamados “Frades listrados”» (Velasco Bayón, 2001, p. 22).

É esta, em pinceladas muito breves, a história das humildes origens da Ordem do Carmo. Retenho, sobretudo, a sua forte vocação eremítica,

a sua religiosidade de fundo místico e contemplativo e a sua remota inspiração no exemplo bíblico do anacoreta Elias, homem zeloso do culto divino e muito confiante em Deus, que João Cassiano (um dos fundadores do monaquismo europeu: São Vítor de Marselha, c. 410) considerava, aliás, como o paradigma do monge (Nascimento, 2010, p. 237, nt. 159). Um outro aspeto essencial, insisto, é a sua devoção à Virgem, confirmada pelo célebre Jacques de Vitry, bispo de Acre, na sua obra *Historia orientalis* (c. 1216-1228), onde explica que os carmelitas viviam a espiritualidade ao modo do profeta Elias, tido como prefiguração da devoção a Maria (*ibid.*, p. 236).

*A chegada à Europa — uma adaptação dolorosa:*

Muitos cristãos foram assassinados pelos muçulmanos na Terra Santa na década de 1240, e isso obrigou os carmelitas sobreviventes a equacionar o seu regresso à Europa (a maioria dos que optaram por ficar foi supliciada). Como resumiria Inocêncio IV (1243-1254), no seu escrito *Paganorum incursus*, em grande aflição, os «queridos filhos, os eremitas do Monte Carmelo» tiveram de «passar a terras de cá do mar» (Vechina, 2000, p. 298). Muito perto de 1240 surgem, assim, as primeiras fundações carmelitas no Ocidente, situadas no deserto de Frontraine (no Chipre, um lugar que permanece por identificar), em Messina (na Sicília), em Aylesford e Hulne (na Inglaterra) e em Aygalades (na Provença francesa, não longe de Marselha). Estas primeiras fundações europeias, localizadas fora das cidades, devem ter preservado o modelo de vida da fase palestina, assim como a devoção a Nossa Senhora, agora sob a invocação do Carmo, devido à raiz do Monte Carmelo — por isso, eram conhecidos como Irmãos de Nossa Senhora do Monte Carmelo (*ibid.*). No entanto, pouco a pouco, percebeu-se que seria inevitável introduzir uma adaptação no perfil da ordem.

O papa Inocêncio IV daria uma ajuda preciosa a essa transformação, por via de quatro documentos emitidos entre 1245 e 1247 (um deles já acima citado), nos quais se recordam os privilégios das bulas de Gregório IX e se autorizam os carmelitas a pedir esmola para o seu próprio sustento; estava aberto o caminho para uma nova etapa de vida da jovem congregação. Esta seria consumada, do ponto de vista formal, em 1 de outubro de 1247, com a promulgação da bula *Quae ad honorem conditoris*; nesta, o mesmo Sumo Pontífice — a pedido dos freires do

Carmo reunidos em capítulo e postos perante o dilema de replicar nos seus estabelecimentos europeus um estilo de vida idêntico ao da Terra Santa — incluiu já um texto modificado e corrigido da regra carmelita, estipulando o seguinte: os religiosos desta ordem não teriam de criar as suas novas fundações obrigatoriamente em lugares desertos; as refeições deveriam ser feitas em comum; a recitação do ofício divino tornava-se obrigatória, assim como o silêncio rigoroso em período noturno (desde as completas até à hora de prima); e a abstinência passava a ser mitigada, em favor da itinerância e da mendicância (Velasco Bayón, 2001, p. 26). Tratou-se, portanto, de uma mudança profunda, que reorientou a fisionomia da ordem e que nos ajuda a compreender o rápido aparecimento de conventos carmelitas em cidades culturalmente muito relevantes, como Cambridge (1247), Oxford (1253), Paris (1259) ou Bolonha (1260).

Esta transformação ficou muito ligada à ação do prior-geral Simão Stock (eleito no capítulo-geral de Aylesford, em 1254) e esteve na origem de roturas graves, uma delas interpretada pelo segundo geral da ordem, o francês Nicolau, que tentou reverter a situação, mas que, sem apoios para tanto, acabou por se demitir e por se retirar para um lugar solitário, onde escreveria a obra *Sagitta Ignea* (de 1272), em que convida todos os seus confrades a regressar à vida contemplativa no isolamento dos eremitérios (Lourenço, 2000, p. 294). Ainda assim, devo notar que, apesar desta reorientação no sentido da mendicância (uma evolução confirmada pelo papa Bonifácio VIII, em 1298), a memória da identidade primitiva da ordem nunca se perdeu completamente nos finais da Idade Média, vindo ainda a estar na origem, no século xvi, do aparecimento do ramo dos «Carmelitas Descalços» (Rosa, 2013, p. 285).

Graças às Constituições de 1281 e de 1294 (em grande parte inspiradas nas da Ordem dos Frades Pregadores), a organização interna da Ordem do Carmo foi sendo progressivamente melhorada e aprofundada. Estabeleceu-se que deveria haver um prior em cada convento, com um capítulo (reunião geral) todas as semanas (onde cada um devia confessar as suas faltas), e que se elegeriam conselheiros para assessorar o prior e o vice-prior (ou o vigário, em vez deste último); determinou-se também que os conventos de uma dada região formariam uma «província» governada por um «provincial», havendo lugar a um «capítulo provincial» em cada ano e à eleição de quatro «definidores» para conduzirem os vários assuntos da comarca; de três em três anos, deveria

realizar-se um «capítulo geral», com representação de dois membros de cada província, eleitos em capítulo local. Os priores (provinciais e gerais) deveriam permanecer longamente nos seus cargos, prestando contas de tudo no final e assumindo os seus erros; aparentemente, os priores provinciais não eram eleitos pela sua comunidade, salvo em caso de vacatura por morte, e podiam ser mudados, quer no capítulo provincial, quer em sede de capítulo geral. Sobre o rito litúrgico, as constituições carmelitas de finais de Duzentos mandam observar o rito do Santo Sepulcro (uma memória importante das origens da congregação), conforme a codificação que dele fizera Siberto de Beka e que viria a ser aprovada no capítulo geral de Londres, em 1312, tendo sobrevivido até ao Concílio do Vaticano II. Composta, na sua versão original, essencialmente por leigos, a Ordem do Carmo evoluía deste modo para um estado claramente clerical. No capítulo geral reunido em Montpellier, em 1287, o hábito foi simplificado e as capas listadas foram substituídas por capas de cor branca (Velasco Bayón, 2001, pp. 28-29).

Por volta de 1270, na mesma altura em que Nicolau, *o Francês*, renunciava ao cargo de prior geral e partia para o deserto, a Ordem do Carmo chegava à Península Ibérica; os primeiros conventos hispânicos foram erigidos em cidades, nomeadamente no reino de Aragão. Os seus fundadores não deveriam, por isso, ser partidários da «linha rigorosa», isto é, eremítica da ordem e terão procurado definir uma identidade própria ancorada sobretudo no trabalho apostólico e no estudo (*ibid.*, p. 30).

#### *Os Carmelitas em Portugal:*

O melhor é dizer o principal logo desde o início: desconhece-se o momento e as condições exatas da chegada da Ordem do Carmo a Portugal... Não há dúvida de que o primeiro convento carmelita neste reino (e o único até à fundação do Carmo de Lisboa por Nun'Álvares Pereira) foi o de Moura, mas também é verdade que a primeira referência documental segura que temos sobre ele data apenas de 1354, provindo do capítulo geral de Perpignan.

Por palavras simples, direi que há duas grandes teses sobre a entrada dos carmelitas em terras lusitanas. A primeira foi defendida por frei José Pereira de Sant'Anna, em meados do século XVIII (e, depois dele, por muitos que a assumiram como boa), e diz-nos que o convento de Moura começou a ser edificado pouco depois de 1251 pelos «Cavaleiros de São



João Hierosolimitano», ou seja, pelos Hospitalários. Fugidos também da Terra Santa, estes refugiaram-se em Malta e em outras partes da Europa, incluindo na Península Ibérica. Em Moura, escolheram um «proporcionado sítio» onde existia uma devota ermida, que, depois de ampliada e reluzente, veio a merecer a designação de «Templo»; por detrás desta ermida haveria uma história maravilhosa de resistência cristã à ocupação muçulmana, com um sino escondido numa fonte e uma imagem sacra (de Nossa Senhora da Luz) guardada dos invasores e, mais tarde, reencontrada, o que valorizava o *genius loci* e justificaria a escolha do lugar pelos freires do Hospital para ali construírem um templo.

No entanto, nos termos desta primeira reconstituição, os hospitalários não terão vindo sozinhos do Oriente, fazendo-se acompanhar de frades carmelitas para os acolitarem na administração das coisas do espiritual. A certa altura, decidiram entregar o templo de Moura aos seus coadjutores sagrados, ou ter-lhes-ão mesmo construído o convento que ainda hoje existe e onde parecem ser visíveis algumas «cruzes de Malta» gravadas na pedra (por exemplo, no pórtico de acesso à Sala do Capítulo, ou debaixo do dormitório antigo, no teto de uma divisão que serve de aula), um assunto que merece uma mais completa averiguação.

Os primeiros carmelitas a chegar a Portugal terão, assim, sido portugueses vindos diretamente da Palestina, com «o emprego de missionários e de coadjutores dos cavaleiros [do Hospital] no espiritual» (*Crón. Carmel.*, I, II, p. 137); um deles chamar-se-ia José Britiade e seria o prelado e «presidente» dos demais. Os hospitalários terão deixado o convento de Moura com património suficiente, e o resto foi-se conseguindo à custa dos príncipes e da devoção dos fiéis. Em relativamente pouco tempo, este cenóbio da margem esquerda do Guadiana tornou-se célebre como seminário de virtudes e letras e como alfobre de talentos que saíam depois para ensinar nas universidades ou para presidir às dioceses, entre outros cargos de relevo. A fama do convento de Moura cresceu, e algumas pessoas opulentas decidiram mesmo renunciar ao século para ingressar no mosteiro; com os subsídios destes professos e com as esmolas dos afeiçoados, as rendas do convento aumentaram muito (só de trigo, colhiam 146 moios por ano) e a família carmelita alargou-se, chegando a ultrapassar os 60 conventuais. Quando Nun'Álvares os chamou para Lisboa, ainda ficaram em Moura 42 professos do coro, além

dos irmãos leigos, dos noviços e dos serventes. Tudo isto, explica Pereira de Sant'Anna (*ibid.*, p. 138), consta de uma carta de um religioso (aparentemente andaluz) chamado frei Rodrigo de Aya, escrita no próprio convento de Moura em 20 de junho de 1421 e que constava ainda do cartório do Carmo de Lisboa no momento em que frei Sant'Anna redigiu a sua *Crónica dos Carmelitas* (de facto, o documento é reproduzido no final do Tomo I, nas pp. 799-800).

Em relação a esta tese, que tem a seu favor a eventual marca dos hospitalários inscrita nas paredes do convento carmelita de Moura, mas que, por outro lado, não é convincente na hipótese explicativa da associação dos malteses aos carmelitas (as ordens militares tinham o seu pessoal religioso próprio, não precisavam de assessores espirituais externos)<sup>247</sup>, convém recordar o seguinte: os hospitalários detiveram de facto os castelos de Moura, Mourão e Serpa, entre 1232 e 1281; perto desta última data, escambaram-nos com o rei de Leão e Castela, Afonso X, *o Sábio*, recebendo alguns bens na zona de Covelas do Douro (nesta época, o coração da ordem estava a norte, com a sede em Leça do Balio). Poucos anos passados (março de 1283), todavia, aquelas três fortalezas reentrariam na Coroa portuguesa, no âmbito das «arras» (contrato nupcial) de D. Beatriz de Castela, que casou com D. Afonso III de Portugal (Barroca, 2002, p. 539).

A segunda tese também é muito antiga, remontando pelo menos ao século XVI, altura em que o padre Diego Martínez de Coria y Maldonado afirmou convictamente que o infante castelhano Afonso de La Cerda tinha fundado conventos carmelitas em três lugares que lhe pertenciam: em Requena (Valência), em Gibráleón (Huelva) e em Moura... Devo esclarecer que este fidalgo era filho do infante D. Fernando de La Cerda, o herdeiro do rei Afonso X, *o Sábio*, que não tinha chegado a reinar em Castela e Leão porque faleceu antes do seu pai; deixara, no entanto, dois filhos menores (o citado Afonso, nascido em 1270, e um outro de nome Fernando, vindo ao mundo em 1275). Aproveitando a tenra idade dos sobrinhos, um segundo filho de Afonso X, chamado Sancho IV, *o Bravo*, apropriou-se do trono e governou o império castelhano-leonês entre 1284 e 1295. Quando chegou à idade adulta, Afonso de La Cerda reclamou a herança que lhe pertencia, em nome do pai, e fez guerra ao tio e ao sucessor deste (Fernando IV); contudo, não foi bem-sucedido e acabou por negociar

uma solução de compromisso, nos termos da qual renunciou à Coroa e recebeu, em troca, algumas compensações territoriais, incluindo o lugar de Gibraleón (1304).

Uma vez que Afonso de La Cerda era casado com uma francesa (Matilde de Brienne) e era filho de D. Branca (uma filha do muito célebre rei de França, São Luís, que se empenhou a fundo nas cruzadas e que protegeu fortemente os carmelitas em meados do século XIII), compreende-se melhor o seu empenho em fundações de cenóbios da Ordem do Carmo, nomeadamente em Requena e em Gibraleón (neste último caso, entre 1306 e 1320, período em que foi senhor da vila). Mais duvidosa é a sua ligação a Moura, que não parece ter integrado nunca o rol dos seus domínios; no entanto, como salienta Balbino Velasco Bayón (2001, p. 35), defensor desta segunda tese, «ainda hoje perdura, em Moura, o apelido La Cerda, que tem as suas próprias casas e ostentam o título de Viscondes de La Cerda». Pode, assim, ser que D. Afonso, embora não dispondo do senhorio desta vila fronteiriça do Alentejo, aqui tivesse bens que posteriormente poderá ter cedido aos carmelitas, de quem era manifestamente um fervoroso admirador.

Quando o convento de Moura foi fundado, em data que se desconhece mas que até pode ser das primeiras décadas de Trezentos, já existiam em Aragão diversos conventos carmelitas: em Huesca, em Lérida, em Valência, em Saragoça, em Barcelona, em Palma de Maiorca. É, por isso, possível — argumenta Velasco de Bayón — que tenham vindo de lá os primeiros habitantes do convento de Moura (e não da Terra Santa, com a qual Portugal até nem tinha muita ligação, devido às exigências da Reconquista peninsular).

O certo é que, em 1354, em Perpignan, foi subdividida a já existente província carmelita da «Espanha» em duas províncias: a da Catalunha e Baleares e a do resto da Espanha; foi obviamente nesta última que o convento de Moura foi integrado (juntamente com Gibraleón, Requena, Valência e outras seis fundações). A geografia da expansão carmelita em Espanha mostra bem que a força principal da ordem estava em Aragão (interessante elo com muito do que eu escrevi na primeira alínea deste capítulo), sendo relativamente débil a sua expressão em Castela (Velasco Bayón, 2001, pp. 36-37). Em Portugal, às fundações de Moura e de Lisboa, suceder-se-iam as de Colares (c. 1450, mas concluída apenas em 1528), da Vidigueira (1495), de Beja (1526), de Évora (1531)

e de Coimbra (c. 1536); nas ilhas, a Ordem do Carmo só entraria mais tarde, a partir de 1651 (Faial) e de 1663 (Funchal). Mas os carmelitas também cruzaram os mares para se afirmarem no Brasil (primeiros conventos em Olinda, em 1583, na Baía, em 1586, em Santos, em 1589, e no Rio de Janeiro, em 1590), onde desempenharam uma atividade importantíssima, nomeadamente ao nível da evangelização dos escravos. Claro que a ordem foi gravemente prejudicada pelo terramoto de 1755 (com muitos conventos abalados e frades carbonizados) e, ainda mais, pela extinção das ordens religiosas, em 1834 (com o célebre decreto de Joaquim António de Aguiar, o *Mata Frades*). A «restauração carmelita» dar-se-ia a partir de 1930 (*ibid.*).

Em jeito de comentário final a esta precária reconstituição, limitar-me-ei a enfatizar o significado do encontro (quaisquer que tenham sido a origem e a data precisas da fundação do convento de Moura) entre, por um lado, os cavaleiros hospitalários, marcados pelo seu envolvimento na guerra santa dos cruzados na Síria-Palestina, e, por outro, os frades de uma ordem cujas origens eremíticas remontavam igualmente à Terra Santa e que também nutriam grande veneração por Nossa Senhora; um encontro na planície alentejana, terra de reconquista, de guerra, de sacrifício, de devoção mariana, de espaços por ocupar propícios ao recolhimento e ao anacoretismo. O potencial é extraordinário e tenciono tirar bom partido dele já na próxima alínea deste estudo.

## O Sul e o santoral guerreiro

### *O espírito do Sul e as Ordens Militares:*

Na sua notável obra de síntese, intitulada *Identificação de um país* (1985), José Mattoso ensinou-nos que o Portugal medieval se construiu em momentos distintos (vol. 1: «Oposição»; vol. 2: «Composição») e sob diferentes formas, que resultaram da natureza diversa (geográfica, histórica, antropológica) e das origens profundas das várias regiões do nosso território. No mosaico final português, um Norte senhorial, densamente povoado e de relevo mais agreste, propício ao minifúndio, foi completado — até hoje — por um Sul concelhio, de ocupação menos intensa, feito de doces planícies a perder de vista, com uma forte herança muçulmana e conquistado pela força das armas.

É para este Sul que eu gostaria agora de conduzir o olhar do leitor, começando por evocar a sua ancestral tradição de religiosidade de

solidão e de martírio (as palavras são de Lurdes Rosa, 2013, p. 281), a que se juntou, sobretudo nos séculos XII e XIII, a vertente da «guerra santa». Nesta terra de fronteira instável, oscilando ao sabor das aventuras guerreiras, o estilo de vida era propício à existência de comunidades muito reduzidas, muitas vezes aninhadas em lugares isolados, aqui e ali protegidos por um acidente do relevo como aquele que se desenha entre Estremoz e o Redondo e que alguém batizou como «serra de Ossa» (653 metros de altitude).

Foi nesta zona meridional da nossa *finisterra* que se desenvolveu uma sacralidade de certo modo especial, em que se entrelaçavam diversas heranças: a das populações que habitaram esta faixa de território antes do triunfo do cristianismo (por exemplo: Romanos, Godos arianos, Muçulmanos), a dos mártires que tombaram às mãos deles, a dos cavaleiros cruzados «à maneira da Reconquista», a das populações que puderam preservar as suas tradições e ritos religiosos apesar de estarem sob o jugo político de alguém com outra crença (por exemplo: moçárabes), entre outras. Não por acaso, foi também neste quente Sul que se multiplicaram os eremitas (não apenas do lado cristão: recorde-se a tradição da guerra santa muçulmana e dos *ribats*) e que encontraram *habitat* natural algumas das correntes radicais de renovação religiosa que referi na primeira alínea deste capítulo. Penso, por exemplo, nas diferentes vagas de franciscanos da Observância ou da Estrita Observância, como os frades capuchos, que ali fundaram a sua Província da Piedade, contando também com o estímulo do duque de Bragança, o nosso já conhecido D. Jaime, trineto de Nuno Álvares Pereira e comanditário da primeira edição impressa da biografia do Condestável.<sup>248</sup>

Seria também a sul que começaria a invulgar história de João da Silva de Meneses (nascido em Campo Maior, em 1420), que ficou para a história como frei Amador ou beato Amadeu. Este homem (bom exemplo de sincretismo entre guerra, proselitismo religioso e angústia salvífica por excesso de riqueza e de poder) era oriundo de famílias da nobreza militar do Alentejo e de Ceuta (como o seu apelido bem denuncia) e precisamente entre estes dois espaços viveu a sua infância. Foi uma daquelas figuras que, tocadas pela vivência mística da relação com Deus e pela ânsia de reformismo religioso ativo, recusaram o mundo vão e superficial da corte e optaram por procurar sacrifício em terra de

Mouros. Tornar-se-ia depois um eremita de renome, tendo vivido cerca de uma década entre os eremitas jerónimos, no santuário de Guadalupe, num registo de vida contemplativa; mais tarde, criou e espalhou em Itália (onde faleceu [Milão, 1482]) a congregação dos amadeístas, que se integra bem na corrente da renovação franciscana e que defendia a existência de pequenos eremitérios rigorosos em lugares isolados e uma forma de vida orientada pela contemplação, pela penitência corporal e pela imitação genuína da vida de Jesus. Detentor de uma certa aura romanesca, e também com alguma fama de herético (devido sobretudo à sua polémica obra *Apocalypsis Nova*, repleta de evocações evangélicas e apocalípticas), este produto do Sul português afirmou-se não apenas pelo seu exemplo de austeridade, mas também de pregação e de estudo, o que ajuda a explicar a proteção que lhe dispensaram o duque de Milão e o papa Sisto IV, que o escolheu para seu confessor e que o ajudou a disseminar o seu movimento em congregações autónomas que dependiam do geral dos franciscanos.

Também a sua irmã, Beatriz da Silva (m. 1492), se distinguiu pelo seu alto misticismo contemplativo, num registo de oração contínua com fortíssima ligação afetiva à Paixão de Cristo e à Eucaristia, e com uma devoção intensa à Imaculada (reflexo da sua obsessão pela pureza) que recorda muito do que atrás ficou escrito acerca da Rainha Santa Isabel ou da princesa Santa Joana. Beatriz, que beneficiou da proteção da rainha castelhana Isabel, *a Católica*, viveu trinta anos num convento dominicano de Toledo, onde nunca professou, tendo acabado por lançar as bases de uma ordem religiosa original e autonomizada (embora de início juridicamente ligada a Cister): a Ordem da Conceição de Maria (que fundou em 1489, poucos anos antes de morrer), que, possuindo uma forte inspiração franciscana (em 1511, ficaria mesmo sujeita à Ordem dos Frades Menores), conheceria uma rápida expansão, o que também revela a invulgar capacidade destes Meneses para entrecruzar e sintetizar tendências religiosas vindas de trás e que não eram de sincronização fácil.<sup>249</sup>

Devo acrescentar, a propósito da história do beato Amadeu e em jeito de aperitivo à quarta alínea deste estudo, que o eremitismo configurava um tipo de religiosidade um pouco especial, uma vez que se construía numa errância mesclada de austeridade e de devoção fervorosa. Como observou Maria de Lurdes Rosa (2001-2002, pp. 419-420), esta foi talvez a forma de santidade que recolheu uma adesão espontânea

mais significativa; todavia, a hierarquia não deixava de a temer, e a consequência disso é que o culto dos santos eremitas foi quase sempre local. Daí, também, as diversas tentativas (dominicanas e não só) para absorver e para «requalificar institucionalmente» estes contemplativos, como adiante veremos.

Resta dizer que o Sul foi também um território e um «lugar sagrado» excepcionalmente relevante para as ordens religiosas militares, em especial para os cavaleiros do Hospital, de Avis e de Santiago. A simbiose entre religião e guerra que estava inscrita no próprio código genético dessas organizações (compostas por cavaleiros e por freires clérigos) e a circunstância de, a partir de meados do século XII, com as capturas de Santarém e de Lisboa, a fronteira entre cristãos e muçulmanos ter beijado as margens do rio Tejo, para nunca mais regredir, tornaram o Alentejo e o Algarve o espaço natural da Reconquista portuguesa; daí uma certa transferência para este território do espírito cruzadístico tardio, que invade grande parte do Ocidente na Baixa Idade Média, e também uma certa recriação de mitologias bélicas associadas a esses guerreiros-monges, que nos convida a pensar no florescimento de um «primeiro orientalismo europeu» (Rosa, 2013, p. 288), no sentido de recriação a poente do magnetismo da vivência religiosa e militar da para sempre perdida metrópole hierosolimitana.

Entre os polos meridionais mais emblemáticos da vivência religiosa das ordens militares, é inevitável distinguir os santuários de Vera Cruz de Marmelar (Portel) e de Santa Maria de Tavira. Ao primeiro se ligaram — como já expus — as famílias hospitalárias dos Farinhas e dos Pereiras, que ergueram o Santíssimo Lenho na batalha do Salado; ao segundo ficaram por de mais associados os frades espatários, principais intérpretes da reconquista do Algarve, a começar pelo seu principal mentor, Paio Peres Correia, mestre de Santiago à escala peninsular e que se fez ele próprio sepultar na Igreja de Santa Maria de Tavira, honrando assim a memória daqueles mártires cristãos (cinco cavaleiros, um comendador de Santiago e um mercador) ali mortos à traição pelos Mouros. Como sugeriu Paula Pinto Costa (2015), num trabalho que já amplamente aqui citei, Marmelar, com a sua Vera Cruz, e Flor da Rosa (onde se fez sepultar Álvaro Gonçalves Pereira, o pai de Nun'Álvares) configuram uma certa reconstrução do espaço identitário oriental e cruzadístico, que é tão próprio deste Sul português tardo-medieval e ao qual, como frisa Maria de Lurdes Rosa (2013, p. 284) — se vieram também associar,



em finais do século XIII ou já nos inícios de Trezentos, os eremitas-mendicantes da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, originariamente estabelecidos em Moura, na margem esquerda do Guadiana.

Embora, tal como previne Saul António Gomes (2010, p. 47), nesta altura a espiritualidade dos monges-guerreiros das ordens militares, no seu conjunto, seja já algo diversa da dos tempos anteriores, com uma dominante mais santiaguina e sobretudo peninsular, virada para a peregrinação, e menos hierosolimitana, julgo que, no tempo de Nuno Álvares Pereira, o Alentejo e o Algarve conservavam ainda bem viva a chama da guerra santa e da veneração dos santos mártires, que inscreveram em letras douradas no seu santoral guerreiro. Segundo Pedro Picoito (2010, pp. 74-75), este relevo foi algo de natural e esteve por detrás da dedicação de templos e de cultos institucionais, que promoviam uma especial identificação do martírio e que configuravam símbolos de identidade (a entrega à guerra santa como um «ato de amor» a Cristo e ao próximo, de caridade, sob o influxo da reforma gregoriana e dos seus valores), do mesmo modo que forneciam autênticos modelos de comportamento. Em alguns casos, esses símbolos dispunham de um alcance universal e possuíam raízes profundas; assim sucedia, por exemplo, com a Santa Cruz, ou Vera Cruz, cuja simbologia as ordens militares acolheram (não se esqueça que os cruzados eram apelidados de *crucesignati*, ou seja, «marcados com a cruz», em resultado do próprio ritual de partida para a Terra Santa). Todas as ordens militares têm insígnias cruciformes nas suas bandeiras e pendões e, por vezes, uma tal identificação coletiva assumiu mesmo a forma de culto; como nota também Pedro Picoito (*ibid.*), em Portugal conhecemos dois casos: o da Vera Cruz de Marmelar e o da Vera Cruz da igreja de Santiago do Cacém. Vale a pena olhar um pouco mais de perto para esta simbologia (que procurarei relacionar com as armas da família Pereira) e para alguns mártires do santoral guerreiro tardo-medieval português (como São Jorge e Santiago) representados no estandarte de Nun'Álvares Pereira.

*A Vera Cruz de Cristo e as armas dos Pereiras:*

Segundo Eusébio de Cesareia, o imperador Constantino, na sequência da visão milagrosa que teve na véspera da batalha de Ponte Milvio, escolheu a cruz como bandeira; a posterior descoberta da Vera Cruz foi atribuída a sua mãe, Santa Helena. Desde então, cresceu a devoção

dedicada à relíquia e, a partir da Terceira e Quarta Cruzadas (1189-1204), espalharam-se por toda a Europa fragmentos do Santo Lenho trazidos pelos peregrinos. A exemplo de outras alfaias religiosas, essas relíquias eram levadas para as operações militares, tal como sucedeu na tomada de Jerusalém, em 1099. No contexto da prática cristã de memorialização dos mortos, a Vera Cruz constituía a garantia máxima da eternidade dos crentes, uma «ponte entre vivos e mortos» (Fonseca e Marques, 2013, pp. 272-273).

Como já sabemos, segundo a tradição, a relíquia da Vera Cruz de Marmelar foi trazida da Terra Santa por D. Afonso Peres Farinha (prior do Hospital e antecessor de Álvaro Gonçalves Pereira); destinar-se-ia à Sé de Évora, mas, devido a alguns acontecimentos do domínio do maravilhoso, acabaria por ficar no mosteiro de Marmelar. Este cenóbio foi edificado entre 1258 e 1268, pelo cavaleiro beirão Afonso Peres Farinha, numa herdade doada aos hospitalários por um importante valido de D. Afonso III, chamado D. João Peres de Aboim (há estruturas arquitetónicas anteriores, que remontam ao período visigótico)<sup>250</sup>.

Depois da batalha do Salado (1340), o fragmento do Santo Lenho foi dividido em dois: um para a igreja de Vera Cruz de Marmelar e o outro para a Sé de Évora. Na igreja de Marmelar, o fragmento do Santo Lenho encontrava-se na capela do lado do Evangelho, num nicho protegido com portas e que tem as armas dos Pereiras, onde se guardava um relicário (hoje desaparecido), que, segundo a tradição, fora mandado executar por Nuno Álvares Pereira, mas que, mais provavelmente, terá sido encomendado pelo seu pai depois da vitória no Salado.<sup>251</sup>

No século XIV, a cristandade vive o rescaldo da perda da Terra Santa e valoriza-se a dimensão imaterial da comenda de Marmelar: a igreja de Vera Cruz adquire uma renovada importância graças ao significado atribuído à relíquia. Terá sido em meados deste século que mudou o orago da igreja, que seria de S. Pedro, passando agora Vera Cruz a constituir o topónimo identificativo da paróquia. Como expliquei, o Alentejo seria então um espaço de reprodução de uma toponímia associada à Terra Santa, em que, por um mecanismo de substituição e graças à relíquia, Marmelar se torna uma «terra de promessa», no mesmo sentido em que o era Jerusalém (Fonseca e Marques, 2013, p. 273).

O culto da Vera Cruz (símbolo do poder redentor da cristandade) era já muito antigo em Portugal, pois as festas da «Inventio Sancte

Crucis», em 3 de maio, e da «In exaltatione Sancte Crucis», em 14 de setembro, já se encontram no *Missal de São Mateus*, o mais antigo missal bracarense, copiado entre 1130 e 1150, na zona de Moissac.

São Teotónio, o primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra, terá tido um papel decisivo na difusão do culto da Vera Cruz; há inúmeros testemunhos materiais e associativos deste culto na onomástica e no orago de paróquias, capelas e confrarias; embora a maioria destes testemunhos se encontre na zona Centro-Norte de Portugal (especialmente na antiga arquidiocese de Braga), foi no Alentejo que se enraizaram as devoções mais fortes ao Santo Lenho, desenvolvidas em torno de relíquias: no mosteiro de Marmelar, na Sé de Évora e na igreja de Santiago do Cacém. Segundo a tradição, a relíquia de Santiago do Cacém teria vindo de Constantinopla com a princesa Vataça Lascaris, aia da Rainha Santa, que a terá mandado depositar por volta de 1330 na principal igreja dos seus domínios alentejanos.

Por fim, vale a pena referir que D. Dinis (1279-1325) tinha uma intensa devoção à Vera Cruz, pois, no seu testamento, manda devolver o Lenho de Nosso Senhor ao mosteiro de Marmelar, já que a relíquia tinha sido emprestada para adoração do rei e da Rainha Santa Isabel (Picoito, 2010, p. 77).

Vejamos agora, muito brevemente, a ligação da Cruz aos sinais da família do Condestável. As armas dos Pereiras são, do ponto de vista heráldico, uma cruz branca, florenciada, aberta ou vazia, em campo vermelho. O testemunho mais antigo das armas de Nuno Álvares que chegou até nós está numa pequena pedra de armas na frontaria da sua casa em Barcelos, que tem uma inscrição que a identifica como a casa do Condestável D. Nuno Álvares Pereira. Mas este símbolo heráldico já se encontra no túmulo do seu pai, D. Álvaro Gonçalves Pereira, no mosteiro de Flor da Rosa, e também no do seu avô, D. Gonçalo Gonçalves Pereira, na Sé de Braga (constituindo esta a sua primeira representação cromática). O uso desta heráldica terá começado com o conde D. Gonçalo Pires Pereira, grande comendador da Ordem do Hospital nos cinco reinos de Espanha e bisavô paterno de Nun'Álvares, pois também é usada pelos descendentes dos irmãos de D. Gonçalo Gonçalves Pereira (Seixas e Galvão-Telles, 2009, p. 206).

Nas refundições de 1360-1365 e de 1380-1385 do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, já sabemos que a estirpe dos Pereiras é enaltecida, nomeadamente o arcebispo de Braga, D. Gonçalo Gonçalves Pereira, e especialmente D. Álvaro Gonçalves Pereira, articulando-se este último com os Pimentéis e com a Ordem do Hospital e relatando-se a sua intervenção na batalha do Salado. Nesta narrativa, surge a primeira interpretação das armas dos Pereira que as relaciona com a relíquia da Vera Cruz. O fragmento do Santo Lenho, conservado na igreja da comenda de Marmelar e levado para a batalha pelo prior da Ordem do Hospital, protagonizou, recorde, uma intervenção milagrosa durante o combate; neste vivo relato, há repetidas referências às cores branca e vermelha da heráldica dos Pereiras, numa conceção simbólica em que, como explica Bernardo Vasconcelos e Sousa (1989, p. 29), o sangue e a cor vermelha são sinais de fulgor, de dor e de purificação.

A ideia da desproporção numérica (embora em inferioridade, conseguiram vencer), assim como o grande número de baixas do inimigo realçam a glória dos vencedores e evidenciam a intervenção divina (*ibid.*). Do mesmo modo, o testemunho dos muçulmanos, que reconhecem a incapacidade de Maomé («Mafamede») para os proteger, reforça e legitima a versão do narrador, que explica a vitória cristã como um milagre. Lembro que, antes do início do combate, Álvaro Gonçalves Pereira profetizou a vitória de D. Afonso IV graças à relíquia do Santo Lenho, a qual foi exibida simbolicamente por um clérigo com vestimentas alvas e montado numa mula branca, sendo então venerada por todos os combatentes.

A vitória (que passou a ser comemorada com celebrações litúrgicas: a festa da *Victoria Christianorum*, em 30 de outubro) ficou a dever-se à intervenção divina, consagrando assim o ideal de cruzada<sup>252</sup>. A interpolação sobre a batalha inscrita no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, com a invocação dos antepassados a revelar os valores da ética cavaleiresca e dando relevo ao papel desempenhado pelos nobres na vitória, tem claras motivações ideológicas. Os Pereiras apropriaram-se da memória da participação portuguesa na batalha do Salado, pois a refundição do livro do conde de Barcelos por eles promovida apresenta-os como os legítimos representantes da antiga nobreza portuguesa (Sousa, 1989, pp. 33-34). Como comentam Miguel Metelo de Seixas e João Bernardo Galvão-Telles (2009, p. 214), «a estratégia de afirmação linhagística passava pela construção de uma memória associada a relatos heróicos

cujos protagonistas logravam obter o auxílio divino mediante a aparição milagrosa da cruz (por vezes directamente associada a uma relíquia específica, como a Vera Cruz da comenda hospitalária de Marmelar) para alcançar uma vitória decisiva sobre o infiel»; frisava-se, deste modo, o seu contributo para a reconquista peninsular e para a edificação da monarquia portuguesa. As armas exibiam a ligação da linhagem com o sagrado, e a cruz florida adquiriu, portanto, uma carga profética, surgindo depois Nun'Álvares a concretizar os desígnios divinos.

Alguns estudiosos da Heráldica, como Braamcamp Freire ou o marquês de Abrantes, interpretam as cruces como uma derivação das insígnias das Ordens de Calatrava e de Avis, com as quais as linhagens tinham relação; no caso dos Pereiras, a cruz advém da ligação à Ordem Militar do Hospital de São João de Jerusalém. Sérgio Sodrê de Castro põe também a hipótese de as pontas floridas serem uma alusão à flor-de-lis, que era o emblema (generalizado em França) da devoção mariana.<sup>253</sup>

A escolha da cruz por parte dos Pereiras (e também pelos Teixeiras e pelos Pimentéis, com eles aparentados) explica-se pelo ambiente devocional, cultural e político vivido pelo mundo cristão da altura: «os varões da linhagem de Pereira quiseram conformar-se com um modelo de vida, expresso aliás na sua íntima relação com a Ordem do Hospital, de onde (...) poderão efetivamente ter colhido inspiração para as suas armas» (Seixas e Galvão-Telles, 2009, p. 214). Por fim, refira-se que, na Península Ibérica, a devoção à Santa Cruz radica tradicionalmente no episódio da batalha de Covadonga, em que Pelágio ostenta a cruz de carvalho. A cruz adquiriu um valor simbólico, sinal protetor dos cristãos na Reconquista, e por isso figura nas armas (e depois nos estandartes) de diversos reinos peninsulares. Em terras ibéricas, o uso da Vera Cruz deve ter funcionado como uma réplica apropriadora de um motivo hierosolimita, num contexto de afirmação da *Reconquista* como um local de guerra e de martírio com a mesma dignidade e legitimidade que a Terra Santa; esta equiparação também tornava mais fácil justificar os proveitos resultantes da concessão das bulas de Cruzada aos reis cristãos da Península Ibérica.

#### *São Jorge e Santiago:*

Segundo a tradição, São Jorge era um oficial do exército, originário da Capadócia (Ásia Menor), que, por ser cristão, foi martirizado nos finais do século III ou nos inícios do século IV.<sup>254</sup> Não se sabe exatamente

onde e quando isso ocorreu, pois não há nenhuma fonte primária que relate a sua vida e martírio; contudo, é seguro que o santo se tornou popular por todo o Império Romano do Oriente, a partir do século vi. O seu culto é atestado por diversas referências a igrejas e a mosteiros dedicados a São Jorge<sup>255</sup>. A cidade de Lydda (Lod), na Palestina, orgulha-se de possuir a sua sepultura, e os seus milagres foram testemunhados por peregrinos da Antiguidade Tardia que viajaram para a Terra Santa, como Teodósio, nos inícios do século vi, Antonino, no final do século vi, ou Epifânio, *o Monge*, no século viii.

A lenda de São Jorge é em forma de Paixão e incide essencialmente sobre a sua tortura e morte, não sobre a sua vida. O mais antigo manuscrito sobrevivente da Paixão de Jorge (o chamado palimpsesto de Viena) data de meados do século v e está escrito em grego; foi posteriormente enriquecido com fontes muito próximas. Conta que um imperador persa, Daciano, proclamou um édito convocando setenta e dois monarcas subordinados e ameaçou torturar os cristãos do seu reino. Neste contexto, Jorge da Capadócia, capitão do exército, dá tudo o que tem aos pobres, chega à corte e confessa a sua fé em Cristo. Depois de se recusar a fazer sacrifícios a ídolos, é sujeito a numerosas e prolongadas torturas: desde botas de ferro cheias de pregos, ou ferro e chumbo fundido na boca, até pregos martelados na cabeça. Mas Jorge não sente dor e, embora morra, é ressuscitado três vezes pelo arcanjo Miguel e ainda faz vários milagres durante a sua Paixão: conversão ao cristianismo do mágico Atanásio e da mulher do imperador (Alexandra); transformação de catorze troncos de madeira nas árvores originais; entre outros. Finge estar pronto para fazer sacrifícios aos ídolos, mas, no templo, chama o deus Apolo para fora da estátua e este admite que não é o verdadeiro Deus; Jorge manda-o então para o inferno e destrói todas as estátuas do templo. Por fim, Daciano manda executar Jorge, que reza, e, do céu, descerá o fogo que irá consumir o imperador e os setenta e dois reis. Jorge é decapitado e do seu corpo jorra água e leite, ao mesmo tempo que se dá um terramoto e uma tempestade, amedrontando a assistência. A Paixão termina com uma «nota» atribuindo a sua autoria a Passecras, um criado de Jorge que o acompanhou ao longo dos sete anos de tortura, que terminaram nas oitavas calendas de maio, ou seja, em 23 de abril; por isso, este é o dia associado a São Jorge, uma vez que a data da morte é sempre interpretada como o nascimento celeste.

Apesar de outras versões da Paixão diferirem desta mais antiga em alguns pormenores, contam todas mais ou menos a mesma história de como Jorge sobreviveu a numerosas e prolongadas torturas e de como foi fazendo vários milagres ao longo desse período. Todavia, esta narrativa terá sido reprovada pelo papa Gelásio, que, no Concílio de Roma de 494, supostamente, promulgou o *Decretum Gelasianum*, em que se dizia que algumas Paixões, entre elas a de Jorge, tinham sido compostas por heréticos (o que se compreende bem, tendo em conta que muitas destas santidades orientais constituíam reconfigurações dos deuses greco-romanos orientalizados). Note-se que alguns manuscritos atribuem este decreto ao papa Dâmaso (366-84), outros ao papa Hormisdas (514-23), enquanto alguns estudiosos defendem que ele não é sequer de origem papal. Seja qual for a proveniência do documento, ele revela bem a oposição eclesiástica a certo tipo de Paixões de santos, cujos pormenores fantásticos, embora apelativos para algumas pessoas, eram implausíveis; esse facto influenciou as redações posteriores da lenda de São Jorge, que tenderam a ser despojadas de alguns dos excessos da versão original<sup>256</sup>. Por exemplo, André, arcebispo de Creta nos séculos VII e VIII, compôs um elogio a São Jorge que se apresenta como muito mais verosímil historicamente: nele, Jorge é um tribuno do exército romano, o imperador é o romano Diocleciano (que existiu realmente e que é muito mais conhecido pela sua perseguição aos cristãos do que o imperador persa), os martírios acontecem em Nicomédia (cidade onde estava situado o palácio de Diocleciano no Oriente), as torturas são reduzidas em número e duram sete dias (e não anos), o número de milagres também é reduzido e Jorge morre apenas uma vez, e definitivamente.

Ao longo dos séculos, o culto de São Jorge foi-se difundindo, até abraçar quase toda a cristandade, ao mesmo tempo que adquiriu outros significados; assim como um cristão podia venerar vários santos (por exemplo, o do dia do seu nascimento, o da sua localidade e o da sua profissão), também um santo podia significar várias coisas, simultaneamente, para pessoas diferentes. Enquanto inicialmente era celebrado como um mártir exemplar, tornou-se depois patrono da agricultura<sup>257</sup>, do exército bizantino, da cruzada contra os não cristãos e do ideal medieval de cavalaria. As qualidades de São Jorge eram apelativas para pessoas em todo o mundo cristão e, por isso, ele foi adotado como patrono em cidades tão distantes entre si quanto Génova e Moscovo.



No século XI, foi-se difundindo um novo significado do culto de São Jorge no Ocidente. Ele fazia parte de um conjunto de santos que os bizantinos consideravam «santos militares», ou seja, santos que intercediam diretamente nas batalhas, a fim de influenciarem o resultado (ao contrário, por exemplo, do que sucedia com o São Martinho ocidental, que era um soldado que tinha abandonado a guerra). Embora alguns desses santos, tal como Jorge, tivessem sido soldados em vida, isso era interpretado metaforicamente, como uma forma de resistência por amor a Cristo; mas, quando os Bizantinos começaram a lutar contra os muçulmanos e os Eslavos pagãos, esta característica adquiriu outro significado, e estes santos apareciam nos céus durante as batalhas, encorajando os crentes; neste contexto, estas aparições tinham também que ver com uma tentativa de réplica a mitos e crenças orientais e, mais tarde, árabes. Este costume bizantino deve ter-se difundido no Ocidente com o movimento das Cruzadas; a forte presença de São Jorge no Oriente terá impressionado os *crucesignati*: recordem-se a magnífica Igreja de São Jorge de Mangana, em Constantinopla, reconstruída pelo imperador Constantino IX Monómaco (1042-1055), ou o «braço de São Jorge» (como também era conhecido o Helesponto), ou ainda a Porta e o Mosteiro de São Jorge, em Antioquia. Neste contexto, surgem relatos do aparecimento deste santo a ajudar os cristãos nas suas lutas contra os infiéis; por exemplo, conta a *Gesta Francorum* que, durante a tomada de Antioquia, em 1098, os cruzados foram socorridos por grande número de homens montados em cavalos brancos e com bandeiras brancas (o branco simbolizando a boa fé e a pureza do motivo, pois o sangue é lavado), liderados por São Jorge, São Mercúrio e São Demétrio; esta história da aparição em Antioquia foi incluída na maioria das narrativas das cruzadas. Mas há outras tradições da participação de São Jorge a ajudar os cruzados, como uma que envolve Raimundo de Aguilers: depois da tomada de Antioquia, apareceu-lhe uma figura que o mandou levar para Jerusalém os ossos de quatro santos que estavam enterrados na cidade; como um quinto caixão não é reconhecido, São Jorge volta a aparecer nessa noite e diz-lhe que leve as suas relíquias com as outras. Quando o exército alcança por fim Jerusalém, São Jorge (envergando uma armadura branca com uma cruz brilhante) surge novamente e condu-los à vitória. Estes acrescentos à lenda fizeram aumentar a sua popularidade na Europa, e São Jorge tornou-se o patrono dos cavaleiros cristãos que tentavam libertar a Terra Santa.

No século XIII, um outro aditamento teve grande influência no culto, veiculado pela *Legenda Aurea*, escrita pelo dominicano e arcebispo de Génova, Jacques de Voragine. Trata-se, como expliquei no final do primeiro capítulo, de uma coleção de vidas de santos composta em meados do século XIII e que se tornou um dos livros mais populares no Ocidente medieval. Na narrativa sobre a vida de São Jorge, a obra fala das etimologias do nome (significando «leme da terra», «areia sagrada», «lutador santo» ou «conselheiro peregrino»), relata dois milagres póstumos (a partir de Gregório de Tours e de Raimundo de Aguilers) e descreve o encontro do santo com um dragão (salvando uma princesa e convertendo a cidade ao cristianismo). Ora, esta associação tornaria Jorge mais famoso do que a sua heroica resistência à tortura ou a sua aparição aos cruzados: a partir de finais do século XIII, na imaginação ocidental, São Jorge era quase invariavelmente associado ao dragão<sup>258</sup>. Na *Legenda Aurea*, aparecem outros santos (como Santa Margarida, São Donato, Santa Marta ou o arcanjo São Miguel) a matar um dragão, simbolizando o triunfo do bem sobre o mal; esses dragões tinham uma certa qualidade etérea espectral, o que permitia matá-los ou subjugá-los com água benta, ou pelo sinal da cruz, não sendo necessário recorrer à força física. É importante lembrar que, para as gentes medievais, os dragões eram animais verdadeiros, incluídos nos bestiários e nas enciclopédias e que seriam até vislumbrados.<sup>259</sup>

Provavelmente, terá sido também devido à *Legenda Aurea* que se popularizou a chamada «cruz de São Jorge», pois Jacques de Voragine, ao recontar o aparecimento de São Jorge aos cruzados em Jerusalém, descreve-o envergando uma armadura com uma cruz vermelha. Talvez a mudança de cor da cruz se deva ao facto de o autor escrever em Génova: o brasão da cidade era uma cruz vermelha sobre fundo branco e São Jorge era o patrono da cidade. A partir do século XIII, o escudo ou armas de São Jorge que são representados na bandeira, no escudo ou na armadura do santo consistiam numa cruz simples vermelha («cruz gules») sobre fundo branco. A associação deste símbolo heráldico ao santo enfatiza a natureza cavaleiresca de Jorge (patrono do ideal de cavalaria) e permite ampliar a sua presença pelo recurso a sinais simbólicos.

São Jorge veio a ser associado a Inglaterra por iniciativa da Coroa, tornando-se mesmo, a partir dos séculos XIV e XV, o seu patrono nacional. Eduardo I, que reinou entre 1272 e 1307, tinha ido em cruzada quando ainda era príncipe e terá sido a intensidade dessa experiência

que o levou a escolher a «cruz de São Jorge» como símbolo usado em braçais e em pendões das suas tropas, funcionando como uma espécie de uniforme; a cruz era simples e fácil de reproduzir, ao mesmo tempo que emprestava uma aura de cruzada à sua guerra. Assim, Eduardo I usou São Jorge para justificar as suas guerras contra Gales e contra a Escócia e prescreveu a sua proteção a todos os setores do exército, tanto a cavaleiros como a peões. Outro facto importante na institucionalização de São Jorge em Inglaterra foi a fundação, por Eduardo III, nos finais da década de 1340, da Ordem da Jarreteira (uma confraria devocional de leigos). Embora formalmente dedicada à Santíssima Trindade, à Virgem Maria, a Santo Eduardo, *o Confessor*, e a São Jorge, não há dúvida de que este último era o mais importante deles: a Ordem reunia-se anualmente no dia da festa do santo, em 23 de abril. A qualidade de membro da Ordem da Jarreteira era uma das maiores honras que um súbdito podia alcançar, pelo que todos os cavaleiros aspiravam a sê-lo, mas muito poucos o conseguiam. Recordo que fizeram parte da Ordem da Jarreteira alguns portugueses, como D. João I (1400), os infantes D. Pedro (1427) e D. Henrique (1443) ou, ligeiramente mais tarde, o mais dedicado companheiro de armas do regente e duque de Coimbra, Álvaro Vaz de Almada (filho de João Vaz de Almada e sobrinho de Antão Vasques, que integraram o exército de Nuno Álvares Pereira).

A importância do culto de São Jorge em Inglaterra refletiu-se, portanto, em Portugal; supõe-se que tenha sido introduzido pelos cruzados, nomeadamente pelos ingleses que ajudaram D. Afonso Henriques a conquistar Lisboa, em 1147; um testemunho desta antiguidade é a sua presença no *Livro das Kalendas*<sup>260</sup>. O seu culto foi mais amplamente difundido em Portugal a partir do século XIV, por influência das forças inglesas que participaram nas guerras fernandinas e também ao lado de D. João I, nomeadamente na batalha de Aljubarrota. A devoção a São Jorge, que seria portanto muito familiar a Nuno Álvares Pereira, ampliou-se e difundiu-se sobretudo com a dinastia de Avis; «até então, o Santo invocado em atos militares era sobretudo Santiago, patrono da empresa da Reconquista, ou, quando muito, S. Miguel, o chefe das milícias celestes» (Barroca, 2000, II, 2, p. 1943). Crê-se, ainda assim, que, no reinado de D. Afonso IV, já se passou a utilizar a invocação de São Jorge como grito de guerra contra os inimigos, a par do brado «por Santiago!», para não se confundir com os berros por Santiago lançados pelos castelhanos.

Quanto a Santiago, é bastante mais conhecido na Península Ibérica do que São Jorge, pelo que serei mais sintético. Como é sabido, Tiago foi um dos doze apóstolos<sup>261</sup> e, segundo a tradição, depois da morte de Cristo foi enviado por Pedro à Península Ibérica para pregar o Evangelho, acompanhado por dois discípulos seus, Teodoro e Atanásio. Regressou à Palestina em 43 ou 44 e, por mandado de Herodes, foi decapitado no dia 23 de maio, tornando-se um dos primeiros mártires do cristianismo.

Como os executados não tinham direito a sepultura, o seu corpo foi recolhido pelos dois discípulos, que fugiram numa barca, encetando assim uma viagem milagrosa que os trouxe até à costa da Galiza. Aqui, depois de algumas peripécias, Teodoro e Atanásio enterraram o corpo do apóstolo numa tumba de mármore e construíram uma capela, onde viriam eles próprios a ser sepultados. Devido às perseguições de Roma aos cristãos, a memória destes túmulos acabaria por se dissipar; no entanto, a veneração de Tiago foi crescendo. Em data incerta, provavelmente em 813 ou 814, o eremita Pelayo, guiado por uma estrada desenhada por estrelas, descobriu o seu túmulo. Ao saber do achado, Afonso II, rei das Astúrias, foi logo venerar as relíquias, tornando-se assim o primeiro peregrino de Santiago.

Ainda segundo a tradição, em 844, o rei asturiano Ramiro II, estando em dificuldades na sua luta contra os Mouros, invocou a proteção de Santiago. O santo apareceu-lhe em sonhos e garantiu-lhe a vitória contra os infiéis, o que veio a acontecer na batalha de Clavijo; nascia, deste modo, a figura de «Santiago Mata-Mouros». Como é sabido, Santiago foi também proclamado patrono da Hispânia (onde era, aliás, visível uma certa rivalidade entre Compostela e Toledo).

É costume, ainda hoje, os peregrinos trazerem de Compostela uma vieira, como recordação da peregrinação cumprida à cidade galega que assumiu o nome do santo. Há várias lendas ou explicações para esta associação de Santiago à vieira (por exemplo, a abundância de marisco na costa galega), as quais não posso aqui evocar, mas permito-me lembrar que, desde a Antiguidade, a concha é associada ao renascer da vida (Cardoso e Almeida, 2005, pp. 15-22). Georgina Frazer, que estudou a história do culto e peregrinação a Compostela e o mito de Santiago, propôs-lhe diversas origens pagãs e definiu-o como «um produto sincrético, onde se contavam divindades celtas da vegetação, ligadas ao surgimento da primavera após a morte invernal, influências druídicas e,

sobrepondo-se-lhes, divindades romanas, mais ativas e poderosas — o *Sol Invictus* e os Dióscuros» (*in Rosa, 2010a, p. 118*). Carolina Michaëlis de Vasconcelos, pelo seu lado, sugeriu uma relação expressa entre as viagens das almas dos guerreiros caídos em combate (que a mitologia germânica conduzia até ao cemitério do Valhala pela mão das Valquírias), as aparições de Santiago e a Via Láctea — a «estrada real», ou «estrada da hoste», pela qual as almas subiam ao céu (*in Rosa, 2010a, p. 117*). É preciso, pois, como avisa Maria de Lurdes Rosa, valorizar a enorme funcionalidade mítica do culto de Santiago e não menosprezar as origens não eclesiásticas (ou eruditas) do mito do Santiago militar; estudos recentes têm, de resto, demonstrado a existência de uma inter-relação entre a cultura culta e aquilo a que chamamos de «cultura popular» (*ibid.*).

Também me parece interessante realçar que Santiago se foi «militarizando» à medida que a reconquista avançava para sul e que a Ordem de Santiago ia difundindo o seu culto; embora não se conheça nenhuma intervenção direta de Santiago no território português, ele começa a ser muitas vezes representado como guerreiro. Conforme observou Pedro Picoito (2010, p. 80), «de mártir passa a peregrino, quando Compostela se torna um influentíssimo local de peregrinação, e de peregrino a Mata-mouros, após a conquista de Coimbra em 1064 e o início das cruzadas».

Com tudo isso, registaram-se mudanças de natureza devocional e na própria iconografia de Santiago, tal como aconteceu com outros santos militares, incluindo com São Jorge. Tal facto documenta uma certa plasticidade destas devoções do santoral guerreiro, que vão interagindo com as próprias coordenadas eclesiásticas, que não são tão rígidas como por vezes se pensa. «Os cultos, os santos e as invocações difundidas pelas ordens militares devem enquadrar-se, pois, no contexto da nova atitude da Igreja face ao exercício das armas nos séculos XI-XII, visível no movimento da “paz de Deus”, na canonização de leigos combatentes e sobretudo nas Cruzadas» (Picoito, 2010, p. 73). Na Península Ibérica, as ordens militares tinham o cenário específico da Reconquista, da guerra contra o infiel; quando esta terminou, em meados do século XIII (com a tomada de Faro e das últimas bolsas de resistência muçulmanas no Algarve por D. Afonso III, graças precisamente ao precioso apoio da Ordem de Santiago), os mártires já não tinham a missão de proteger o reino apenas do Islão, mas também do adversário castelhano (*ibid.*).

Quanto à questão das aparições em batalha, Maria de Lurdes Rosa (2010a, p. 118) sugere que ela deve ser analisada sob o signo, não das origens, «mas das apropriações, manejamentos e re-representações». As narrativas medievais de batalhas, especialmente de cristãos contra muçulmanos, incluem frequentemente relatos de aparições de figuras e de entidades sobrenaturais (a maioria das vezes ajudando os cristãos, embora também os pudessem ameaçar): santos, anjos, guerreiros, cruzes ou mesmo a personificação de Cristo, muitas vezes acompanhados de sinais atmosféricos. Os relatos de aparições de «santos militares» atingem o auge no contexto das Cruzadas e da Reconquista, associados à noção de «guerra santa».

Curiosamente, era diferente a maneira como os clérigos e os cavaleiros consideravam estes santos. À medida que vão sendo apropriados pelos cavaleiros, estes apelam a uma ajuda militar concreta (e já não a um apoio moral ou religioso), surgindo os santos a batalhar ao seu lado. Ora, Santiago inscreve-se «na lista de santos e de sinais sobrenaturais que surgem em ocasiões de combates cristãos pela fé, na linha de uma das tendências do Cristianismo primitivo (a vitória da Cruz), fortemente reforçada pelo contexto cruzadístico» (Rosa, 2010a, p. 117). O mito do «exército fantasma» e/ou de «guerreiros brancos» (evocativo, talvez, dos cruzados mártires, segundo Pedro Picoito) foi, assim, absorvido pelo mito das intervenções guerreiras de santos cavaleiros e dos seus exércitos celestes. É preciso recordar que as batalhas campais eram sempre de resultado muito incerto, pelo que estimulavam o «recurso a elementos securitários da mais variada ordem, que por sua vez são re-interpretados» (Rosa, 2010a, pp. 118-119).

Por fim, refira-se que, nas narrativas do território português, a presença de Santiago não foi tão forte que, só por si, fosse capaz de dissipar os vestígios de outros seres sobrenaturais. Pelo contrário, o culto do mártir sepultado na Galiza sofreu uma forte concorrência e um dos sinais desse facto é a aparição de Cristo na batalha de Ourique, o que parece configurar um ponto de viragem quanto ao tradicional auxílio de Santiago a Afonso Henriques, porventura estimulado pelo contexto devocional de Santa Cruz de Coimbra (Rosa, 2010a, p. 120); mais tarde, com as guerras contra Castela (cujos homens de armas invocavam Santiago, como vimos suceder em Aljubarrota e em outros combates), a necessidade de encontrar um patronato alternativo fez-se sentir com

ainda maior premência. Desde pelo menos a «batalha real», a Virgem Maria começou também a impor-se, ainda que, nas suas descrições sobre a guerra dos portugueses no Norte de África, Zurara ainda refira uma frequente invocação de Santiago pelos guerreiros, circunstância que seria decerto muito incentivada pela ordem dos espatários (*ibid.*).

E já que o *excursus* me conduziu a África e a Maria, concluo lembrando que o Magrebe foi também um espaço de materialização do espírito de serviço dos guerreiros de Deus e um lugar de martírio desejado por muitos. Já antes evoquei a relação de homens como o beato Amadeu ou D. Jaime de Bragança com as campanhas marroquinas, que as recentes comemorações dos 600 anos da conquista de Ceuta vieram mostrar constituir para muitos historiadores de hoje mais uma continuação da velha reconquista portuguesa, agora do outro lado do mar, do que o verdadeiro início de uma nova gesta — a dos Descobrimentos. Foi em Marrocos que se deu o martírio dos cinco frades menores, cujo sacrifício lançaria Santo António na sua grande aventura espiritual, e foi também ali que se plasmou uma articulação inovadora entre profetismo, reformismo, martírio, franciscanismo, proselitismo e marianismo (pense-se na famosa Igreja de Santa Maria de África, mandada edificar pelo infante D. Henrique logo após a conquista e que se viria a tornar um verdadeiro santuário de peregrinação), com contornos muito interessantes e que merecem futura averiguação. A este respeito, e para fechar, recordo apenas o exemplo evocado por Maria de Lurdes Rosa (2010a, pp. 63 e 67), relativo às doze colunas de jaspe que D. João I trouxe de Ceuta em 1415 e que decidiu oferecer ao Mosteiro de Santa Catarina da Carnota, um cenóbio da observância franciscana, muito rigorista e que merecia a sua particular simpatia. Assim se cruzavam, muito simbolicamente, dois mundos doravante colocados em equação e para os quais o céu era o único limite admissível. A Vera Cruz, São Jorge, Santiago e Maria (todos presentes na bandeira do Condestável) farão parte dessa síntese, como a complementaridade (e também alguma concorrência) entre os protetores sagrados dos aventureiros portugueses ao longo das décadas seguintes claramente documentaria. Como veremos adiante, também o estandarte de Nuno Álvares Pereira foi exibido em campanhas africanas, nomeadamente no fracassado assédio a Tânger, em 1437.



## Os eremitas em Portugal

### *Os primeiros sinais:*

O tema das comunidades eremíticas portuguesas foi estudado inicialmente por José Mattoso (em 1972, de uma forma inovadora e multidisciplinar, aplicada ao fenómeno eremítico situado a norte, nos séculos XI e XII), depois por Ângela Beirante (em 1985, com a primeira análise pormenorizada das quase três dezenas de comunidades eremíticas existentes em torno da serra de Ossa) e, mais recentemente, por João Luís Inglês Fontes (2012), que a ele dedicou a sua tese de doutoramento, um trabalho de grande fôlego, originalidade e interesse, que neste ponto utilizarei como guia.

Datam de 1366 os testemunhos mais antigos de que dispomos acerca do fenómeno eremítico no Sul de Portugal.<sup>262</sup> Nesse ano, um vassalo do infante D. Fernando, chamado Gil Afonso, e a sua mulher (Maria Afonso), que moravam em Estremoz, doam a quatro eremitas (Mateus Jacobo, João, Luís e Martinho) um lugar isolado («apartado»), incluindo casa, pardieiro, chão e poço «para rezarem e beberem da água dele». No ano seguinte, há registo de uma doação de casas em Évora aos «pobres Pendençais», para se alojarem sempre que viessem à cidade; possivelmente, estes eremitas viveriam na serra de Ossa, entre Estremoz e Redondo. Em 1368, é a vez de o eremita João Fernandes, também da serra de Ossa, receber um alvará que protege a solidão e o isolamento dos homens que com ele ali vivem, ficando autorizado a recorrer, se necessário, às autoridades do concelho para impedir que pessoas estranhas se fossem instalar ao pé deles. Para os anos seguintes, há registo de outras doações: em Felgueira, no termo de Montemor-o-Novo (um pomar de regadio com água, árvores, casas e rossio, entregues por um mercador ao já citado Mateus Jacobo); no termo de Avis, em 1371, a favor de dois eremitões (um deles um «clérigo da pobre vida» chamado João); na serra de São Gens, no termo da vila do Canal, em 1374 (a Mateus: posterior eremitério de Vale da Infante); entre outros exemplos que referem a formação de pequenos núcleos informais de anacoretas na região da serra de Ossa. Um caso especialmente interessante para o meu propósito é o de Vale de Flores, no termo de Portalegre, onde se acha comprovada a presença de eremitas desde cedo, uma vez que, quando D. Fernando doou este lugar a Fernão Álvares Pereira, irmão de Nun'Álvares, em 23 de setembro

de 1375, se explica que «ali soíam [costumavam] de morar os da pobre vida»; um deles devia ser Álvaro (Esteves) da Prata, que aí tratara de fazer erguer uns muros de que ainda havia alguns vestígios em 1385, quando o lugar voltou a ser doado aos pobres, mas neste caso por Iria Gonçalves, a mãe de Nun'Álvares e de Fernão (recordo que este último morreria em Vila Viçosa, em finais do ano anterior, tendo os seus bens revertido a favor da progenitora).

A radiografia torna-se mais expressiva a partir de 19 de julho de 1376, dia em que um papa de Avinhão, Gregório XI, ordena ao chantre da Sé de Braga, Vasco Domingues, que promova uma inquirição acerca do modo de vida, dos costumes e das práticas religiosas daqueles pobres a que chamavam «eremitas». A ordem não resultaria de nenhuma angústia especial daquele prelado em relação a estes movimentos, ainda tão informais, mas sobretudo de um desejo de melhor conhecimento da realidade e também de averiguação da eventual necessidade de proteger esses intérpretes de uma vida despojada e contemplativa de eventuais dificuldades ou agressões. Ao que parece, João Fernandes, da serra de Ossa, que até teria recebido instrução universitária em Salamanca e em Paris, ter-se-á mesmo deslocado, por esta altura, a Avinhão. Em 8 de agosto do mesmo ano, Gregório XI expediria mais nove «letras», nas quais concedeu diversas mercês a doze eremitas que pertenciam às dioceses de Braga, do Porto, de Lamego, de Coimbra, de Lisboa, de Évora, de Zamora, de Leão e de Toledo; não ficamos a saber em que lugares, concretamente, habitava essa dúzia de indivíduos, mas dois dos referenciados têm o nome de «João Fernandes». Entre as graças concedidas, contava-se a concessão de absolvições plenárias em «artigo de morte», assim como uma licença para terem altar portátil, sobre o qual poderiam mandar celebrar a Eucaristia por um sacerdote capacitado para o efeito. Portanto, ainda a inquirição de Vasco Domingues não estava a correr e já o pontífice agraciava de forma benevolente os anacoretas de Portugal. Também D. Fernando assim procedeu, em 2 de dezembro do mesmo ano de 1376, ao conceder proteção ao eremita João Fernandes (regressado de Avinhão) e aos respetivos companheiros da «pobre vida»; nesta carta régia, são referidas algumas bulas de Gregório XI acerca dos pobres, que teriam sido concedidas a João Fernandes, num contexto de alguma tensão entre o arcebispo de Braga (D. Lourenço Vicente) e a Santa Sé (Fontes, 2012, pp. 31-35).

Vasco Domingues, que aliás foi também embaixador plenipotenciário de D. Fernando para o início da construção da primeira aliança luso-britânica (Vaz, 1973, *passim*), encarregou da tarefa que o papa lhe tinha colocado sobre os ombros as pessoas do bispo de Coimbra (D. João, que foi companheiro de Nun'Álvares nas negociações de Olivença, em 1398), do vigário do bispo de Lisboa e de um chantre de Évora (Mem Peres de Oliveira). Tirada a inquirição ao longo do ano de 1377, Vasco Domingues emitiu, em 2 de fevereiro de 1378, a sua sentença acerca dos «pobres ermitães», na sua maior parte habitantes das «montanhas e lugares ermos do bispado de Évora e comarca de além Tejo». A sentença revela que os indivíduos averiguados viviam «apartadamente e honestamente» e que faziam «as suas vidas em serviço de Deus, como pobres ermitães», sendo tidos por «fiéis cristãos», razão pela qual não deveriam «ser molestados, nem embargados, nem torvados» por nenhuns bispos, prelados ou eclesiásticos de grau inferior a estes. A decisão ilumina também a geografia dos eremitérios desta época (pelo menos daqueles que foram visitados pelo chantre de Évora, que certamente escolheu os lugares mais representativos): trata-se de locais isolados, situados nos termos de algumas vilas alentejanas (algumas delas próximas da fronteira com Castela), tais como Redondo, Montemor-o-Novo, Cabeço de Vide, Arraiolos, talvez Elvas (São Domingos da Brunheda) e a mata de Serpa; por vezes, indica-se mesmo a distância entre o eremitério e a vila mais próxima (meia légua, isto é, cerca de 2,5 km, no caso do de Montemor-o-Novo); a sentença revela ainda que os eremitas viviam, quer isoladamente, quer em pequenos grupos, até um máximo de quatro elementos. Entre os locais visitados, salientava-se já a serra de Ossa, com sete eremitas, que, no entanto, eram apenas alguns dos «pobres ermitães» que ali residiam, «quatro quatro [aos grupos de quatro] pelas serras como lhes é mandado pelo dito senhor papa» (Fontes, 2012, pp. 38-40).

Como se vê, à entrada do derradeiro quartel do século XIV, o género de vida dos eremitas gozava já de uma certa expressão, muito em especial no Alto Alentejo, em particular entre Estremoz e o Redondo. E, por outro lado, não havia razões para inquietude relativamente à ortodoxia deste movimento, nem quanto às intenções dos seus primeiros intérpretes: talvez por isso, a sentença refere também que Gregório XI expedira uma outra bula em que associava os próprios eremitas a um

projeto de visitação e de reforma dos prelados do reino, o que os convertia em potenciais «agentes capazes de promover a reforma religiosa» em Portugal! (Fontes, 2012, p. 37)

Ao todo, até 1378, conseguem-se identificar quatro dezenas de eremitas, embora não se saiba bem onde é que residia uma parte deles (c. 30 por cento). Conhece-se a proveniência de alguns (dioceses de Braga, Porto, Lamego, Coimbra, Lisboa e, sobretudo, Évora), mas, a avaliar pelos nomes, João Luís Fontes (2012, pp. 45-46) acredita que haveria também gente da Beira e do Algarve, além de alguns castelhanos (da Galiza, de Toro, de León, de Badajoz e de Toledo), o que pode ter que ver com a emigração e com o exílio de nobres e de eclesiásticos em Portugal, com os benefícios concedidos pela cúria papal de Avinhão e também com a capacidade de atração do modelo eremítico sobre uma área geográfica alargada. Muito mais difícil será determinar se este movimento alentejano, relativamente precoce (em Itália já era frequente, mas em Castela era ainda raro), seria puramente espontâneo, brotando do contexto religioso coevo e do ambiente tão próprio do Sul de Portugal (dois aspetos que descrevi com algum vagar em páginas anteriores) ou se, pelo contrário, resultaria de um contacto com movimentos organizados de vida regular (isto é, estruturados em função de uma regra), em especial com aqueles que nasceram no seio da Ordem dos Frades Menores, em particular pela mão dos franciscanos espirituais, que se tinham distanciado da comunidade dos seus para poderem assumir, em solidão, uma vivência mais fiel ao seu ideal contemplativo e ao seu desejo de pobreza, conforme o projeto original de São Francisco de Assis, expresso no seu próprio testamento (*ibid.*, pp. 47-48).

*Frei Vasco de Portugal e as possíveis influências externas:*

Em Itália, os movimentos de franciscanos radicais tenderam a subdividir-se em dois grupos: aqueles que romperam com as autoridades eclesiásticas e os que optaram por se manter num registo mais ortodoxo e que se submeteram, por isso, à obediência dos bispos locais, de maneira a contornarem as exigências de submissão aos gerais da Ordem dos Frades Menores. A Santa Sé recorreu à Inquisição para combater os grupos mais extremistas, que se espalharam entre o Sul da França (Languedoque, Provença) e a Itália, nomeadamente na Toscana e, sobretudo, na Úmbria (região do Centro de Itália, em torno de Perúgia), onde

se afirmaram grupos rigoristas de «frades espirituais da pobre vida», que ficaram conhecidos pelo nome de *fraticelli*, sob a liderança de Pedro de Macerata (frei Liberato, m. 1307) e de Pedro de Fossombrone (Ângelo Clarenó, m. 1337). As perseguições papais conduziram à atomização destes movimentos e à busca de soluções diferenciadas: uns sujeitaram-se às regras eclesíásticas já aprovadas (por exemplo, à de São Bento ou, em especial, à de Santo Agostinho), enquanto outros se abrigaram sob a proteção de prelados ou de reputados patronos leigos. Os grupos que ficaram sob a obediência episcopal eram, na sua maior parte, formados por leigos que apreciavam a solidão dos lugares isolados e que gostavam de levar uma vida baseada no trabalho manual, num ambiente de pobreza verdadeira, chamando a si o ideal e o carisma franciscanos (Fontes, 2012, pp. 48-49).

Entre os núcleos de *fraticelli* de obediência episcopal nasceu, a partir de 1374, a primeira geração de observantes, chefiada por frei Paoluccio de Trinci. Os respetivos adeptos ficariam conhecidos como «frades da pobre vida», uma etiqueta que se aplicaria mais tarde aos seus irmãos da Galiza, que a partir de 1392 — como já referi atrás — fundaram as suas primeiras casas no Norte de Portugal. Ao longo dos anos 1370, estes movimentos foram-se progressivamente autonomizando e diferenciando, sob a influência multiforme e plural do *fraticellismo* franciscano; esta evolução também foi possível porque o papa Gregório XI (de origem francesa e instalado em Avinhão) promoveu uma certa pacificação e integração desses grupos, embora zelando sempre pela respetiva ortodoxia e pela reserva de controlo jurisdicional do seu estilo de vida. Neste clima, em 1373, uma bula papal aprovou a chamada Ordem de São Jerónimo, que ficou sujeita à Regra de Santo Agostinho e às Constituições do mosteiro florentino de Santa Maria do Sepulcro; esta ordem manteria uma relação de proximidade com os círculos de *fraticelli* italianos de obediência episcopal e afirmou-se rapidamente em Espanha. O apoio de Gregório XI aos eremitas ligados a Paoluccio de Trinci e aos inícios da observância franciscana facilitou a (re)absorção dos *fraticelli* pela Ordem dos Frades Menores, conquanto separados — não sem forte polémica doutrinal e jurídica — em dois grupos distintos: os claustrais e os observantes. Tornava-se claro que a política papal, decerto pressionada pelo ambiente civilizacional e pelas exigências de pureza e genuinidade do laicado urbano da Baixa Idade Média, passava

por aprovar as reformas religiosas que se inspiravam na pobreza, na austeridade e na solidão, embora submetendo-as a uma regra, fosse a de Santo Agostinho, como sucedeu com os Jerónimos, fosse a de São Francisco, como no caso dos observantes (Fontes, 2012, pp. 49-51).

Em meados do século xiv, em Itália, entre os grupos de *fraticelli* de obediência episcopal, salientou-se a figura de Tomasuccio de Foligno (m. 1377 ou 1378), cuja aventura espiritual seria descrita por frei Justo da Rosa na obra *Legenda* (c. 1406/1436). É certo que este grupo irradiou para a Península Ibérica, em mais do que uma vaga, incluindo para Portugal, em data desconhecida mas pouco posterior a 1343. Segundo João Luís Fontes (2012, p. 55), é possível que os primeiros eremitas portugueses (aqueles que indiquei estarem referenciados a partir de 1366) tenham iniciado as suas experiências de isolamento na sequência de contactos com o primeiro grupo de discípulos de Tomasuccio que chegou à Península Ibérica, aportando em Portugal antes de se transferir para Castela, aproveitando as facilidades de trânsito fronteiriço através da planície alentejana.

Um possível elo entre os eremitismos italiano, português e espanhol será a figura de frei Vasco, nascido em Leiria, por volta de 1330. Tendo tomado contacto em Portugal com o primeiro grupo de Tomasuccio que aqui aportou, terá ficado entusiasmado com a mensagem dos *fraticelli* ao ponto de decidir partir para Itália, onde terá vivido cerca de três décadas junto do próprio Tomasuccio (a hipótese foi formulada por Sophie Cousemacker, em 1994, e parece verosímil). Já depois da morte do líder (1377/78), frei Vasco terá regressado à Península Ibérica, inserido num segundo grupo de discípulos do mentor italiano que estabeleceu contacto com os Jerónimos espanhóis na região de Toledo, provavelmente atraídos pela proximidade de experiências de vida; quando os Jerónimos aderiram ao papa de Avinhão, no início do Grande Cisma do Ocidente (1378), frei Vasco terá então regressado a Portugal, possivelmente empenhado em recriar aqui uma experiência de vida mais genuína e com menos risco de deslize institucional, cenobítico (como parecia estar a suceder aos poucos com a Ordem dos Jerónimos). Outra hipótese é a de ter estado em Toledo mais cedo (está documentada a sua presença no eremitério toledano c. 1372 ou 1373), acompanhando o próprio mestre Tomasuccio, tendo depois abandonado o lugar na sequência de um conflito com o arcebispo de Toledo acerca da organização dos

Jerónimos, aprovados pelo papa precisamente em 1373. Seja como for, e embora disponhamos ainda de poucos dados sobre esta matéria (por exemplo, não é absolutamente certo que seja ele o «frei Vasco da pobre vida» que, em 1376, solicita ao juiz de Évora Monte uma cópia das doações feitas aos anacoretas desse lugar, até porque ele não consta da inquirição tirada no ano seguinte pelo chantre eborense), sabemos que, em 1390, frei Vasco estava já a viver na Penha Longa (na serra de Sintra), numa comunidade que ele próprio deve ter fundado. Daqui partiria de novo, crê-se que, em 1405, para Castela, eventualmente na sequência da decisão de Bonifácio IX, em 1400, de autorizar os jerónimos a erguer duas casas em Portugal (uma justamente em Penha Longa e outra em São Jerónimo do Mato, no termo de Alenquer); é certo que promoveu uma nova fundação eremítica, neste caso na Andaluzia, mais concretamente em Valparaíso, nas proximidades de Córdova. Segundo João Luís Fontes, esta comunidade conservou durante bastante tempo um distanciamento prudente relativamente aos cada vez mais centralizados órgãos decisórios da Ordem dos Jerónimos, com isso preservando uma vocação eremítica mais pura e verdadeira. Foi em Valparaíso que frei Vasco de Portugal faleceu, em 1420, já em idade muito avançada (Fontes, 2012, pp. 53-61).

Se me demorei um pouco na evocação da figura de frei Vasco é porque ela parece ser, de facto, essencial para compreender as origens do eremitismo português. Ou seja, ela ajuda-nos a responder à questão crucial de saber se esse fenómeno nasceu espontaneamente no Alentejo ou se, pelo contrário, foi o resultado de uma corrente religiosa oriunda de Espanha, ou mesmo de Itália. Tratar-se-ia de «um movimento predominantemente popular inspirado no franciscanismo e que, por isso, rejeitou até muito tarde a organização comunitária, permanecendo fiel aos valores da solidão, da penitência, do trabalho manual e da pobreza, e sem enveredar por qualquer espécie de apostolado, nomeadamente da pregação popular, afastando-se, neste ponto, do exemplo dado por Tomasuccio na última fase da sua vida?» (Fontes, 2012, p. 56). Os dados disponíveis parecem apontar para uma resposta afirmativa; como admite João Luís Fontes, o carácter precoce (à escala ibérica) das primeiras referências portuguesas, a concentração inicial de fundações num âmbito restrito polarizado pela serra de Ossa, a provável relação com o eremitismo castelhano (já vimos que existem alguns toledanos



na primeira geração de anacoretas da Ossa) e, por fim, a proteção apostólica que foi dispensada e até reforçada com o desafio de colaboração na reforma do conjunto da Igreja portuguesa parecem confirmar, ainda que provisoriamente, aquela ideia. Por outro lado, a tese da inspiração italiana e franciscana do eremitismo português encontra natural reforço no carácter popular que este manifesta, na designação de Vasco e dos outros eremitas da Ossa como frades «da pobre vida» (tal como sucedia com os *fraticelli* italianos), na continuidade de um anacoretismo que se aliava ao despojamento voluntário, ao trabalho manual e à mendicância, e também — facto que o distingue do movimento dos jerónimos, que enveredaria aliás por um caminho mais intelectual e de entendimento com a Coroa e com a nobreza — na resistência à institucionalização e ao cenobitismo (Fontes, 2012, pp. 61-62).

Em conclusão, «os indícios reunidos apontam, por isso, para uma forte influência do eremitismo *fraticellesco* italiano sobre o português no precoce período de 1340-1380, que a possibilidade de identificação do frei Vasco da serra de Ossa com o fundador de Valparaíso vem confirmar e reforçar. O contacto direto dos eremitas com esta corrente ligada ao franciscanismo mais radical implicaria assim uma forma de vida pobre e solitária, com uma certa estrutura e não apenas um isolamento religioso pessoal, penitente, espontâneo, fragmentário e carismático, mas alheio a orientações doutrinárias e a qualquer forma de organização» (Fontes, 2012, pp. 62-63).

*Crescimento e afirmação:*

As guerras fernandinas contra Castela (entre 1369 e 1382) criaram algumas dificuldades, mas não impediram o florescimento de novas comunidades eremíticas no Sul de Portugal, esse território de perfil religioso singular. A partir de 1380, temos notícia da instalação de novas fundações no termo de Elvas e, chamo a atenção, também no termo de Palmela: refiro-me, neste último caso, ao eremitério de Alferrara, onde, em 1380, três «eremitães da pobre vida» (João Gouvinhas, Miguel e Vasco) são beneficiados com a doação, por um morador em Setúbal, de uma herdade junto à Fonte Santa, com a sua água; no ano seguinte, receberão mais uma parcela, das mãos de uma viúva sadina chamada Domingas Bacias. Como explica João Luís Fontes (2012, pp. 64-65), este eremitério palmelense de Alferrara situava-se na encosta sul da serra

dos Gaiteiros, ficando perto de Setúbal, uma vila em crescimento e que constituía a cabeça da mesa mestral da Ordem de Santiago, o que também ajuda a explicar a atração exercida pelos anacoretas sobre os habitantes da povoação à beira Sado.

Ao mesmo tempo, multiplicavam-se os grupos de eremitas residentes na serra de Ossa, havendo notícia da compra de parcelas de terra (por vezes com horta e pomar) e da doação aos «pobres» (por «amor de Deus») das primeiras cartas de sesmaria, nas regiões do Redondo e da serra de São Gens. O contexto revolucionário de 1383-1385 interrompeu a produção de diplomas sobre eremitérios, mas, ainda assim, é seguro afirmar que, na altura da sua eleição como rei de Portugal, nas cortes de Coimbra de abril de 1385, D. João I passou a ter sob a sua responsabilidade política um reino onde o eremitismo era já uma realidade adquirida (em especial no Sul, mas agora não apenas na serra de Ossa, chegando aos termos de Montemor-o-Novo e de Palmela ou Setúbal), configurando um fenómeno que começava então a atrair o interesse das populações e dos concelhos locais. A própria guerra com Castela terá levado a uma certa reorganização das comunidades eremíticas, suscitando — como veremos — um apoio declarado por parte da monarquia de Avis (Fontes, 2012, p. 68).

Foi logo no mês a seguir à assembleia de Coimbra que Iria Gonçalves doou, em Portalegre, aos eremitas João Espartim e Gonçalo da Beira, o seu lugar de Vale de Flores, que, como expus atrás, havia pertencido ao seu finado filho Fernão Álvares Pereira. Já sabemos que ali haviam morado, em tempos (antes de 1375) alguns eremitas; ora, a mãe de Nun'Álvares procura, na sua carta de doação (que tem data de 25 de maio de 1385) retomar e intensificar um tal uso e determina mesmo que os dois eremitas beneficiários ali morem e façam morar «pobres de sua vida bons e de boas condições, pelos quais Deus seja servido e o seu nome seja louvado»; Iria exprime claramente o desejo de que o eremitério tenha futuro, ao ordenar a João e a Gonçalo que, à sua morte, ali deixem pobres «de sua vida» que deem continuidade ao projeto. Significativa é também a relação expressa que a mãe do Condestável estabelece entre aquele eremitério e o centro de gravidade deste movimento alentejano, pois identifica os beneficiários como «os pobres da serra d'Ossa». Percebe-se, assim, que, pela sua antiguidade e talvez também pela validação que tinham obtido na sequência da

inquirição de 1376-1378, os eremitérios da serra de Ossa funcionavam como um modelo padrão para muitas das novas fundações, ainda que isso não excluísse a irrupção de outras comunidades congêneres, mais autónomas e espontâneas e sem filiação direta nas da região entre Estremoz e Redondo. Na verdade, tudo isto é mais fácil de intuir do que de dirimir com muita exatidão, uma vez que o fenómeno eremítico, pela sua própria natureza, é mais refratário à análise historiográfica, já que — ao contrário do que sucedia com as ordens religiosas — as respetivas fundações precedem o estabelecimento de um quadro normativo e institucional sólido (Fontes, 2012, pp. 71-72).

*Mendo Seabra e a ação reformadora:*

Com o crescimento das fundações eremíticas, e devido também à dinâmica muito própria destas microcomunidades, que por vezes se extinguíam naturalmente, ou enveredavam por caminhos diferenciados sob o impulso de novos protagonistas, um dos problemas que se pôs foi o da sua organização e reforma. Em grande medida, o (pouco) que conhecemos sobre esta matéria deve-se à ação de uma figura que nos interessa muitíssimo; refiro-me a Mendo Seabra (ou Mem Gomes de Seabra), um indivíduo que Rui de Pina refere como sendo criado de D. João I, a quem terá servido nas guerras contra Castela e, eventualmente, também na conquista de Ceuta. Pois Mendo Seabra configura um outro caso, apaixonante, de *fuga mundi*, uma vez que, em data anterior a 1407, abandona os círculos cortesãos para ingressar, não numa comunidade monástica reformista (como sucedeu em muitos dos casos que evoquei atrás), mas sim na vida eremítica! Terá começado por se estabelecer no eremitério de Felgueiras (no termo de Montemor-o-Novo), que sabemos existir desde pelo menos 1369. Uma doação de uma viúva (situação que se repete) prova que ele ali habitava com alguns companheiros, levando uma vida eremítica compatível com o «conselho e consentimento dos antigos pobres eremitães da Serra da Ossa». Em 1419, já o grupo se tinha transferido para um local próximo, na Ervedeira, tirando partido da generosidade daquela benfeitora; mais tarde, voltaria a deslocar-se, desta feita para Rio Mourinho (também no termo de Montemor-o-Novo), onde criou um novo eremitério, porventura num local com melhor acesso à água, o que era indispensável para o seu estilo de vida. De acordo com João Luís Fontes (2012, pp. 75-76),

os documentos sugerem o apoio do nosso já conhecido João Fernandes, regedor da serra de Ossa, a estas movimentações, uma vez que terá aplicado o dinheiro da venda de uma outra propriedade dos pobres para viabilizar o projeto de Mendo Seabra em Rio Mourinho.

Julgo que esta sintonia de procedimentos resultou também da circunstância de o novo adepto da vida anacoreta ser proveniente dos meios cortesãos e poder representar para o conjunto do movimento eremítico do Sul uma mais-valia importante. Isto ajudará a explicar o facto de a ação reformadora de Mendo Seabra se ter podido estender aos eremitérios das regiões de Setúbal, Almada e Palmela; penso, concretamente, na fundação de Mendoliva, no termo de Setúbal, cerca de 1420 (o testamento de Mendo, escrito no dia da sua morte, em 1442, revela que o lugar lhe foi cedido a título de sesmaria<sup>263</sup>), e nas reformas dos eremitérios de Alferrara e de Barriga, este último no termo de Almada, documentado desde 1414 e que «sempre antigamente fora dos pobres eremitães da dita vida» da «Regra dos pobres de Serra d'Ossa» (*ibid.*, p. 76). Aparentemente, e de forma original, Mendo Seabra terá tutelado o funcionamento daqueles três eremitérios (Mendoliva, Alferrara e Barriga), tendo-se afastado do de Rio Mourinho, que entregou aos pobres que aqui ficaram, dirigidos por um anacoreta chamado Luís. O cortesão-eremita terá, pois, ficado mais centrado em Mendoliva, colocando em Alferrara e em Barriga pobres da sua confiança, para gerirem estas fundações sob a sua autoridade. A relevância de Mendo Seabra no contexto do movimento eremítico português da primeira metade de Quatrocentos foi reforçada após o decesso de João Fernandes (provavelmente em 1428): com o desaparecimento da figura histórica do regedor da serra de Ossa, Mendo parece ter assumido um papel ainda mais ativo no acompanhamento dos eremitérios ligados àquela casa referencial, dedicando-se então à luta contra o despovoamento e degradação de alguns lugares (situação que se verificou, por exemplo, em Barriga), com o apoio de particulares, mas também dos monarcas e do infante D. João (o filho do rei da *Boa Memória* e de D. Filipa de Lencastre que se tornou administrador da Ordem de Santiago, a qual tinha interesses muito especiais em Almada e em toda a península de Setúbal).

Devo sublinhar que Mendo Seabra nunca perdeu o contacto com a corte régia, e é até muito interessante recordar um episódio reportado por Rui de Pina, na sua *Crónica de D. Duarte*: conta o cronista que, quando

o *rei eloquente* recebeu, no verão de 1437, em Santarém, a notícia de que a hoste que enviara para Tânger, sob a liderança do irmão Henrique, se encontrava cercada pelos muçulmanos e tinha poucas possibilidades de resistir, ficou extremamente angustiado...

... «fazendo que continuamente fosse remediado e visitado por físicos e homens de boa vida, especialmente fez que o viesse logo ver e estar com ele um [tal] Mem de Seabra, homem bem discreto, criado d’El-Rei D. João, a quem nas guerras passadas servira como valente cavaleiro, e apartou-se do mundo e fez junto com Setúbal uma casa de oratório da Regra da Serra d’Ossa, a que dizem agora de Mendo [Mendoliva]; porque deste [homem] recebia El-Rei para Deus e para o mundo, per autorizados exemplos, mui evidentes confortos.»<sup>264</sup>

Outros núcleos eremíticos se criaram, entretanto, entre 1385 e 1452, sem relação direta ou dependência estrita da serra de Ossa. Foi assim na serra de Tavira (em 1401), em Santa Margarida do Aivado (termo de Évora, desde 1406), no Ameal do Gorjão (termo de Vila Viçosa, em 1409), em São Brissos de Xarrama (onde aparece, na mesma altura, um Gonçalo que será provavelmente da família de Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade do infante D. Duarte e porventura o homem que assaltou em 1439/40 o convento franciscano de Alenquer para arrancar à vida monástica o seu filho Gonçalo, como recordei atrás), em Óbidos (antes de 1409 e com o sugestivo nome de «eremitério do Alentejo»), na mata de Montemuro (termo de Évora, em 1415), em Valbom (Vila Viçosa, c. 1416-1419), na Amieira (termo de Estremoz, muito perto da Ossa, em 1428), na Espadaneira (caso similar, a partir de 1439), na Junqueira (termo de Sines, em 1447) ou na Amieira do termo de Figueiró dos Vinhos, em 1448 (talvez sob o patrocínio do senhor local, pedindo-se neste caso a extensão a esta «província de pobres» dos privilégios da serra de Ossa), entre outros exemplos possíveis (Fontes, 2012, pp. 77-82).

Entre tantos casos, quase todos com uma geografia claramente meridional, vale também (muito) a pena realçar a presença, em 1410, de três eremitas junto do mosteiro de Flor da Rosa (onde fora sepultado, c. 1380, Álvaro Gonçalves Pereira), dirigidos por um indivíduo chamado Álvaro; estes anacoretas possuíam até, em conjunto com a comunidade eremítica refundada por Iria Gonçalves em Vale de Flores,

umas casas no interior da vila de Portalegre (repare-se no hábito de os eremitas contarem com casas de apoio no interior de algumas localidades). Curiosamente, estas casas portalegrenses eram também do «logramento» dos pobres da serra de Ossa (assim o diz o documento sobre os três eremitas de Flor da Rosa). Portanto, temos aqui um sugestivo triângulo: serra de Ossa — Flor da Rosa (isto é, Crato, sede da Ordem do Hospital) — Vale de Flores (Iria Gonçalves), que quase dispensa comentário!

*Carisma, estilo de vida e benfeitores:*

É altura de explicar que a popularidade crescente do movimento eremítico português do tempo de Nuno Álvares Pereira se deveu também à aceitação de que beneficiou junto das populações locais. Na verdade, como salienta João Luís Fontes (2012, pp. 89-90), as comunidades de anacoretas, além do contributo que davam para a renovação espiritual em curso, com o seu exemplo de despojamento e de dedicação aos princípios evangélicos, também podiam ter uma grande utilidade para os concelhos: além de se instalarem muitas vezes em terras de sesmaria abandonadas há décadas e que eles passavam a cultivar, os eremitas ajudavam a povoar os termos e a recuperar habitações degradadas. Graças a diversas cartas concelhias, percebemos que frequentemente lhes foram concedidas não apenas terras, mas também o usufruto dos recursos envolventes, cartas de coutada com demarcação do perímetro da sua área de intervenção (de modo a evitar-se a intrusão de estranhos e a circulação de animais ou a atividade venatória) e até o direito à manutenção de colmeias. Alguns desses documentos (por exemplo, um do Redondo, atribuído a João Fernandes em 1390, ou outro de Vila Viçosa, outorgado a Pedro Afonso em 1416) reconhecem expressamente o bom serviço prestado pelos eremitas.

A generosidade dos habitantes e dos núcleos vizinhos das fundações «da pobre vida» resultava também da ausência de atividade pastoral por parte dos eremitas (que não eram pregadores), da raridade da respetiva mendicância (eles trabalhavam com as suas próprias mãos, para sobreviver) e da sua presença ocasional no interior das povoações (por exemplo, para venderem as colheres de madeira que fabricavam, ou o mel que produziam), onde constituíam o exemplo de uma vida exemplar de renúncia, de pobreza e de sacrifício.

Não espanta, por isso, que as fundações de anacoretas tenham beneficiado da prodigalidade de vários tipos de benfeitores, desde gente modesta até membros da pequena ou da média nobreza local (por exemplo, escudeiros, alguns deles com ligações à Casa Real ou aos respetivos infantes). Entre os eremitas, encontramos gente ligada às ordens militares ou aos seus mestres, como por exemplo o «pobre» Fernando, que era filho do mestre Joane, físico do infante D. João (vamos encontrá-lo em Alferrara, em 1455), pelo que é natural que entre os benfeitores se identifiquem também pessoas ligadas ao serviço destas ordens (que tutelavam muitas povoações a sul do Tejo), por via do oficialato, ou às casas dos mestres ou familiares dos comendadores locais. Há também gente das Ordens a testemunhar atos importantes para a vida das comunidades eremíticas, e anacoretas a acompanhar figuras das ordens e a testemunhar outros atos, neste caso relativos à vida daquelas organizações. Por exemplo, Fernão Mascarenhas, que era comendador-mor de Santiago, testemunhou as doações feitas, em 1432, por Fernão Afonso Cicioso (uma figura muito interessante da primeira metade de Quatrocentos, que foi escudeiro e depois cavaleiro da casa do infante D. Henrique, membro da Ordem de Cristo, vereador e regedor de Évora e alcaide de Mértola, vila muito ligada aos espatários) aos «pobres» de Montemuro instalados no termo de Évora desde 1415; foi também nas «casas» de um ouvidor do infante D. João (mestre de Santiago) que Mendo Seabra entregou Rio de Mourinho aos «pobres»; e um escambo com este mesmo eremitério, realizado em 1469, foi testemunhado por João Garamaixo, cunhado de João Fernandes Mascarenhas, que era filho do citado comendador-mor da Ordem de Santiago (Fontes, 2010, pp. 100-101). Na sua maioria, os benfeitores são laicos, como aquele Afonso Anes, tabelião em Setúbal, que em 24 de fevereiro de 1426, juntamente com a sua mulher (Guiomar Esteves), doou um olival com o seu «chão», em «Almouquim», aos «pobres» do eremitério de Alferrara. Vale a pena reter este exemplo, com vista ao que adiante se dirá acerca da religiosidade de Nun'Álvares Pereira.<sup>265</sup>

Ora, se pensarmos que Fernão Afonso Cicioso, nunca devendo ter sido eremita, veio ainda assim a ter um papel de relevo no apoio à serra de Ossa a partir de 1437 (altura em que Mendo Seabra estava já fisicamente muito debilitado), chegando mesmo a integrar, em 1452, por ordem de D. Afonso V, o triunvirato de regedores nomeados para



superintender na resolução dos assuntos relativos aos «pobres»; e se recuperarmos agora a figura de Gonçalo Vasques, antigo capelão do desditoso infante D. Fernando e por este recordado no respetivo testamento, homem que sabemos ter trocado a corte pela vida eremítica em data não posterior a 1437, tendo vivido na serra de Ossa e sido escolhido por Mendo Seabra para cuidar do eremitério de Rio Mourinho, emparceirando com Fernão Cicioso no rol dos três juizes afonsinos da causa dos pobres; se fizermos essa articulação, bom, então teremos uma conjugação magnífica de interesses e de objetivos! Como resumiu João Luís Fontes num trabalho vestibular, Mendo Seabra, Gonçalo Vasques e Afonso Cicioso são «nomes que apontam para uma complexa tessitura de relações entre a Corte régia, os mestres das ordens [militares] e as edilidades locais, permitindo o concitar de apoios, incluindo os dos mestres de Santiago e Avis e de importantes membros das ordens militares, para as nascentes comunidades da pobre vida» (2010, p. 99).

*A proteção dos Pereiras e da dinastia de Avis:*

A afirmação das comunidades eremíticas em Portugal deve também muito ao apoio de algumas, raras, famílias nobres, em especial a família de Álvaro Gonçalves Pereira e do Santo Condestável. Na verdade, enquanto a generalidade das linhagens fidalgas optou por proteger organizações religiosas reformistas mais institucionalizadas (como os mendicantes da Observância ou os jerónimos), que lhes davam mais garantias de assistência religiosa «qualificada, próxima e continuada»<sup>266</sup> e de intercessão mais eficaz no trânsito para a vida eterna (os eremitas recusavam as capelas fúnebres e outras formas de mediação em prol dos defuntos), já os Pereiras não parecem ter tido receio ou hesitação alguma em comprometer-se com o pluriforme e indefinido movimento anacoreta. Além do investimento de Iria Gonçalves em Vale de Flores e do aparecimento de eremitas junto ao mosteiro de Flor da Rosa, poderia ainda citar o caso de Álvaro Pereira, freire da Ordem do Hospital e comendador de Vera Cruz de Marmelar e de São Brás de Lisboa, que, em 30 de março de 1420, doa aos pobres de Água dos Infantes uma cova na Igreja de Santa Maria de Portel (fundada por Nuno Álvares Pereira, como adiante veremos) para aí se poderem sepultar, em memória das «boas obras que a ordem e eu recebemos deles» (Fontes, 2012, pp. 93-94).

Não há, portanto, dúvida de que os Pereiras protegeram os eremitas, que de resto contaram com o beneplácito do fronteiro-condestável para se instalarem nos termos de alguns concelhos alentejanos, cujo senhorio pertencia a Nuno Álvares Pereira na sequência, sobretudo, do escambo celebrado com o rei em 1408 (cf. capítulo terceiro). A mesma atitude teria o conde de Arraiolos, D. Fernando, neto de Nun'Álvares e herdeiro direto de muitas daquelas possessões em Entre Tejo e Guadiana (*ibid.*).

Uma ocorrência que gostaria de isolar diz respeito a uma doação de casas em Lisboa, feita pelo almirante Carlos Pessanha, cunhado de Nun'Álvares Pereira, aos pobres da serra de Ossa, em 1425. Por gentileza da sua diretora, que muito agradeço, tive a oportunidade de estudar o documento da Biblioteca Pública de Évora relativo a esta doação e que diz o seguinte (neste caso, não atualizei a linguagem e a grafia, para o leitor poder apreciar o sabor da documentação medieval):

«De mim **Miçe Carillo Peçanho almyrante** por meu senhor el Rey nos reinos de Portugal e do Algarve, quantos esta carta virem sejam certos que **perante mim pareço Meendo [Seabra] pobre** e Symom e Barnabe e me disseram que Manuel Peçanho meu avoo e Miçe Bartollameu meu tio e Miçe Lançarote meu padre cujas almas Deus aja [já falecidos] demitiram [prescindiram de] **humas casas para pobres de bem viver que sam a par do Mosteiro da Trindade** que partem com casas da dita hordem e com adro do dito mosteiro. As quais casas se mostrou que foram dadas a pobres da Alemanha e era vontade por bem da doaçom que lhes delas foy feita que sempre andassem [estivessem nas mãos] em allemaes e porquanto pobres de tal terra aqui nom som [não há], é meu tallante e vontade he por serviço de Deus e por bem das almas dos finados que esto hordenarom andarem sempre as ditas casas em pobres de boa vida **Eu as dou e doo e faço delas pura doaçom aos pobres da Serra de Ossa deste dia para todo o sempre** com tal condiçom que eles tenham sempre hum pobre nas ditas casas de boa vida para estarem pobradas e acolha em ellas outros pobres quando hí [aí] chegarem que sejam de boa vida. E **outrosy lhes faço doaçom de hum pedaço de chão que está a par das ditas casas**, que elles possam em ello hordenar aquillo que entenderem por serviço de Deus. E se porventura os

ditos pobres desfalleçerem ou leixarem as ditas casas em despobração tenho por bem que eu ou aquelle que almyrante for em Portugal de meu linhagem possa poer nas ditas casas quem em ellas este [esteja] e [que] sejam pobres da boa vida. E por esto ser certo mandey dar aos ditos pobres da serra de Ossa esta carta asynaada por mim e aseellada do meu seello. Dante [dada] na cidade de Lixboa **23 dias do mês de julho** o almyrante o mandou Graviel Pires a fez. Era [do] nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de **1425 anos.**»<sup>267</sup>

Reservando-me um comentário mais integrador para a alínea seguinte, friso desde já que estas casas se situavam muitíssimo perto do Convento do Carmo (junto ao Mosteiro da Trindade, no chamado «bairro do almirante») e sublinho que a doação contou com a presença de... Mendo Seabra.

Por outro lado, o ambiente religioso vigente no seio da corte de Avis, que já comentei no início deste capítulo, o seu espírito reformista, a sua sensibilidade devocional e até — como observou João Luís Fontes (2012, pp. 96-97) — a sua visão caritativa e paternalista do relacionamento entre a corte régia, por um lado, e o conjunto da sociedade, por outro, estimularam fortemente o apoio da dinastia de Avis aos eremitas portugueses de finais de Trezentos e da primeira metade da centúria seguinte. O facto deteta-se logo com D. João I, que, poucos anos após a sua eleição, já ampara as incipientes comunidades de anacoretas, a quem concede isenções variadas, designadamente de pagamentos em peitas, fintas, talhas, pedidos, empréstimos, portagens, sisas e quaisquer outros direitos ou tributos concelhios<sup>268</sup>; mais tarde, colocará de novo os eremitas e os respetivos bens sob a proteção do manto real, proibindo que lhes fizessem mal e renovando e clarificando as mercês já concedidas, nomeadamente as relativas a isenções de pagamento de sisas e de portagens sobre produtos do seu próprio trabalho, incluindo fruta e colheitas de madeira vendidas nas vilas vizinhas, por eles ou por interpostas pessoas, ou então nos próprios eremitérios, onde muitos os procuravam (vejam-se exemplos dos anos 1406, 1410 e 1412 em Fontes, 2012, p. 98).

Ao todo, o fundador da dinastia de Avis terá emitido, entre 1385 e 1433 (as balizas do seu longuíssimo reinado), dezasseis diplomas a favor dos eremitas (do género dos que citei, mas também cartas de coutada e outros). Mas foi com D. Duarte que a proteção aos da «pobre vida»

atingiu o seu clímax: entre 1433 e 1438, no período de apenas um lustro em que reinou em Portugal, *o Eloquentes* promulgou nada menos do que quarenta e quatro cartas a favor dos anacoretas, com a particularidade de, neste rol, se incluírem agora licenças para alienação de bens em certos casos, isenções do malfadado encargo de dar aposentadoria, entre outros privilégios. Uma das mercês mais informativas consta de um diploma redigido na véspera de Natal de 1434 e consiste na confirmação aos eremitões de Montemuro de uma série de instrumentos de doação que haviam sido feitos no passado, a eles e ao seu oratório.<sup>269</sup> Em certos casos que compulsei, como, por exemplo, em documentos relativos aos eremitérios de Montes Claros (no termo de Borba) ou de Rio Mourinho, reconhece-se claramente a articulação entre a ação legislativa do monarca e a intervenção, no terreno, de Mendo Seabra<sup>270</sup>. Parece-me, portanto, absolutamente pertinente a conclusão de João Luís Fontes, segundo a qual D. Duarte (bom amigo de Nun'Álvares Pereira e, muito provavelmente, o homem da família real que lhe foi mais próximo durante os seus anos de vida no Convento do Carmo) acompanhou de perto a expansão do movimento eremítico; dispondo de mais terras, os «pobres» começaram até a recorrer a lavradores para a respetiva exploração e para o arrendamento de azenhas e de moinhos, tendo o monarca facilitado a fixação de gente naquelas propriedades, por via da concessão de privilégios; do mesmo modo, D. Duarte protegeu a integridade dos bens dos eremitas, proibiu a abertura de canadas (caminhos estreitos ou azinhagas), confirmou cartas de coutada e autorizou a instalação de colmeias em locais anteriormente proibidos (Fontes, 2012, pp. 100-104).

Ao mesmo tempo, a estratégia real orientou-se no sentido do fortalecimento gradual dos laços entre as diversas comunidades de eremitas, por um lado, e a serra de Ossa, por outro, tentando dessa forma valorizar o papel de vigilância e controlo do núcleo original do movimento sobre as restantes fundações. Assim, cartas de privilégio semelhantes às da serra de Ossa foram concedidas a outros eremitérios (como os ligados a Mendo Seabra), tornando as fundações localizadas entre Estremoz e Redondo o padrão e «arquivo centralizado» do movimento. Para isso, foram essenciais figuras como Mendo Seabra (que manteve «boa assistência» com D. João I, com D. Duarte e, provavelmente, ainda com o regente D. Pedro) ou como Gonçalo Vasques (o ex-capelão do infante

D. Fernando, príncipe que, desde 1434, fora também administrador da Ordem de Avis). Há sinais claros de sinergias entre Mendo Seabra e Gonçalo Vasques para uma gestão eficaz dos problemas dos eremitérios, por vezes com recurso à mediação de Fernando Afonso Cicioso (por exemplo, em Rio Mourinho), porque nem sempre as comunidades reagiam bem à tutela da serra de Ossa, prezando fortemente a sua autonomia (Fontes, 2012, pp. 104-109).

De uma forma geral, o infante D. Pedro prosseguiu esta política, que a própria Santa Sé secundou, por meio de bulas emitidas por Bonifácio IX (1389-1404), em que se isentavam os eremitas de pagamento de dízimos eclesiásticos sobre as suas terras e se lhes reconhecia o direito a possuir altares portáteis e sinos, a celebrar eucaristia e outros sacramentos por intermédio de sacerdotes idóneos, a escolher confessores que os pudessem absolver de forma plenária (incluindo em artigo de morte), ou a serem sepultados nos seus próprios eremitérios. Alguns exemplos de graças eclesiásticas incluem mesmo a possibilidade de terem altares fixos (e, portanto, pequenos templos, o que costumava exigir uma licença canónica do bispo diocesano) e a viverem em comunidades mais alargadas: já não os «quatro por quatro» da fase inicial, mas agora (segundo bula de 1407) até um máximo de doze «pobres» por eremitério, um número que, em 1433, o papa Eugénio IV alargaria para vinte!

Claro que tudo isto, pouco a pouco, suscitou grandes dificuldades de preservação da pureza originária do estilo de vida dos anacoretas, que foram formando pequenos povoados em que o ideal de solidão ficava claramente comprometido, em benefício de um maior desafogo económico, de uma maior ajuda mútua e de uma muito mais significativa capacidade de resolução das necessidades individuais e coletivas (Fontes, 2012, pp. 113-118).

*Incorporações e institucionalização:*

Julgo que a evolução que recordei ajuda a explicar uma maior vulnerabilidade das comunidades eremíticas às arremetidas absorcionistas de algumas fundações dos jerónimos (cujos pontos de contacto com os «pobres da serra de Ossa» já salientei) e dos loios, e aos cantos de sereia de algumas casas da observância franciscana e dominicana. O natural enfraquecimento do rigorismo original, em resultado do sucesso

obtido, as dificuldades de povoamento de certas fundações, as tensões entre comunidades por causa do predomínio da serra de Ossa (algo que parece não se ter verificado tanto na península de Setúbal, a começar por Alferrara, que sempre se manteve fiel àquela referência-mãe), tudo isso facilitou a absorção por outras ordens. Conhecem-se casos concretos de transferência direta de tutela de fundações, sobretudo em zonas um pouco exteriores ao centro de gravidade do movimento (por exemplo: o «oratório do Alentejo», no termo de Óbidos, foi entregue aos loios em setembro de 1434, numa cerimónia que contou com a presença do nosso já conhecido João Vicente, então bispo de Lamego). Outros eremitérios seriam abandonados, como o de Vale de Flores, que em 1436 passou para as mãos dos jerónimos, que acabariam também por largá-lo trinta anos depois (Fontes, 2012, pp. 120-130).

Ainda assim, porém, o «núcleo duro» do movimento eremítico do Sul português resistiria bem às investidas da concorrência religiosa. Em 1466, constituiria uma irmandade em torno da comunidade da serra de Ossa e, em 1482, acabou por aceitar o modelo mais centralizador da *Congregatio*. Daí resultariam, aliás, os primeiros textos normativos mais articulados, que, juntamente com a imposição (de origem pontifícia) do voto de castidade, definiriam a forma de vida dos eremitas de entre Estremoz e Redondo até à grande reforma ocorrida no ano de 1578. Nesta altura, os grupos eremíticos da serra de Ossa, que até 1536 não estiveram sujeitos a nenhuma regra aprovada, viriam por fim a filiar-se, com o estatuto de congregação autónoma, na Ordem de São Paulo Primeiro Eremita (Fontes, 2012, pp. 202-205 e pp. 471-475). Desaguava assim, mais de dois séculos depois, o fascinante percurso de um dos movimentos de renovação espiritual mais intensos e originais da história do Portugal em que viveu Nuno Álvares Pereira.

### **A religiosidade de Nun'Álvares: uma reinterpretação**

Construído o cenário, chegou o momento de regressar à figura de Nuno Álvares Pereira e de tentar perceber as motivações profundas da sua opção religiosa. Começarei por recordar o que nos dizem as fontes acerca do seu modo de vida, no período áureo da sua carreira; a seguir, evocarei as (poucas) informações de que dispomos hoje para reconstituir o seu quotidiano no Convento do Carmo, entre 1422 e 1431; por fim, reagrupando todos os dados, fornecerei a minha interpretação pessoal

sobre a entrada de Nun'Álvares no cenóbio por ele construído em Lisboa e sobre as suas preocupações e referências religiosas principais.

*De regresso às fontes — os bons costumes de Nun'Álvares:*

A *Crónica do Condestabre*, no seu capítulo 79, conta-nos que, quando atingiu a idade de 62 anos, apercebendo-se de que «a fraqueza se assenhoreava dele» e sentindo o reino em sossego e os infantes com maturidade suficiente para ajudarem o seu velho pai a tomar conta dele, «apartou-se a servir Deus em estado de pobre em Santa Maria do Carmo da cidade de Lisboa, que ele mandara fazer» (p. 197). Continuava, porém, a acompanhar os acontecimentos mais importantes no reino, decerto graças às visitas que recebia no Carmo ou às notícias que o infante D. Duarte lhe mandava; por isso, quando soube (em finais de 1424 ou, mais provavelmente, já em 1425<sup>271</sup>) que o rei de Tunes, com uma poderosa frota, se preparava para atacar a cidade de Ceuta, que ele próprio ajudara a conquistar, e que D. João I estava a organizar uma armada para ir em socorro da cidade, Nun'Álvares não hesitou: «não embargando a vida em que era, porque já disto era escusado, foi disposto para ir com eles. E, com a sua samarra, foi ver a nau em que havia de ir e mandou-a corrigir [preparar] à sua vontade, e foi para elo [para tal feito] prestes do que lhe cumpria e de armas que lhe o infante mandou dar, cá ele não as tinha tempo havia» (cap. 79, p. 197). A expedição, todavia, não chegou a zarpar de Lisboa, porque o rei tunisino, afinal, não atacou Ceuta daquela vez. Assim, o Condestável retomou a sua vida normal no Carmo, até à hora em que o Senhor o chamou para junto de si.

No capítulo seguinte (que é o último da narrativa), a *Crónica do Condestabre* começa por explicar que a *estória* ficaria incompleta se não falasse das obras divinas de Nun'Álvares; e é precisamente neste ponto que a biografia anónima, que até aí se centrara quase exclusivamente nas ações militares do seu herói, opta por recordar «as obras que fez por serviço de Deus, e sua vida quejanda foi e as virtudes de que usou até [ao] fim dos seus dias» (cap. 80, p. 198). Logo a abrir, o narrador evoca a castidade de Nun'Álvares, que terá sido absoluta desde novembro de 1383, altura em que veio do Minho a Lisboa para as exéquias do trigésimo dia da morte de D. Fernando (Fernão Lopes, na *CDJ*, II, cap. 200, recordo, não é tão radical, afirmando que Nuno, que nasceu em 1360, manteve castidade desde a morte de sua mulher, D. Leonor de Alvim, em finais de 1387).



Em qualquer dos casos, um exemplo raro, que sensibiliza o autor da *CC*: «(...) e isto com grande pena, por ser homem novo, mas tudo havia por bem e grande prazer por servir a Deus» (cap. 80).

A seguir, a biografia anónima realça outras grandes virtudes e obras de Nun'Álvares: ouvia duas missas por dia (três ao sábado e ao domingo), o que constituía grande exemplo para as gentes do Paço Real; confessava-se frequentemente; comungava quatro vezes por ano (Natal, Páscoa, Pentecostes e Santa Maria de Agosto); construiu templos e mosteiros vários, como a Igreja da Virgem Maria/São Jorge (onde foi a «batalha real»), o Mosteiro de Santa Maria do Carmo, a Igreja de Santa Maria de Vila Viçosa [Imaculada Conceição da sempre Virgem Maria], a Igreja de Santa Maria [da Lagoa] de Monsaraz, a Igreja de Santa Maria de Portel, a Igreja de Santa Maria de Sousel e a capela do Mosteiro de Santo Agostinho, em Vila Viçosa, além de ter completado a Igreja de Santa Maria [Nossa Senhora] dos Mártires de Estremoz, que D. Fernando deixara inacabada; «rezava suas oras» e, enquanto o pôde fazer, levantava-se à meia-noite para rezar as matinas como um religioso; jejuava às quartas-feiras, às sextas-feiras, aos sábados e em festas e dias santos, enquanto o corpo o pôde aguentar; praticava a caridade com todos, em especial com os pobres, a quem entregava a décima parte de todos os dinheiros que na sua casa recebia (fosse pela cobrança de rendas, fosse por mercês régias); dava de vestir aos pobres das suas terras, num sistema rotativo por comarcas (Entre Tejo e Guadiana e Campo de Ourique?), de maneira que, de dois em dois anos, todos eles recebessem panos para o seu vestuário; fornecia também tecidos e dinheiros aos escudeiros, aos homens pobres, a mulheres outrora honradas mas que agora passavam mal e a outra gente carenciada; enviava «pano para vestir», sempre que achava necessário, a cavaleiros, escudeiros e outras pessoas honradas, em especial àquelas que o acompanharam em serviço do rei (Fernão Lopes, no cap. 200 da *CDJ*, II, explica que andavam sempre com Nun'Álvares, para o guardar, trinta escudeiros com cavalos e arneses muito bons, e muito bem mantidos e vestidos, como nunca se vira); tinha muito pão (das suas rendas e bens), mas nunca o vendia: guardava-o em «bons covais» para as épocas de carestia, alturas em que o oferecia a quem dele mais necessitasse (ao ponto de, por vezes, ter de comprar cereal para si próprio!); num ano em que houve uma terrível carestia no reino vizinho e em que chegaram à sua comarca (à zona de

Estremoz, precisa a *CDJ, II*, cap. 200) uns quatrocentos castelhanos esfo-meados — entre homens, mulheres e crianças —, mandou identificá-los e entregar-lhes quatro alqueires de trigo por mês (em regime semanal, explica Fernão Lopes), distribuídos diretamente dos celeiros dele e durante quatro meses («até que Deus deu novidade de pão no reino de Castela» [*CDJ, II*]); quando entrou para o Mosteiro do Carmo, doou os seus bens aos netos, tornou vitalícias as terras e rendas que alguns dos seus velhos companheiros de armas tinham recebido de si em préstamo (o que reforça a interpretação que avancei no capítulo terceiro) e ainda entregou muito ouro, prata, dinheiro, joias, armas e roupas, além de cereal, azeite e roupas de cama a cavaleiros, a escudeiros e a pobres, «pelo amor de Deus»; perdoou («fez muitas quitas») dívidas de dinheiro, de pão e de sal a almoxarifes<sup>272</sup> e a rendeiros seus; e, com tudo isto, ficou apenas com «uma samarra de pano de Gales, o qual pano ele sempre vestiu até que Deus prove de o levar» (*CC*, cap. 80, p. 202).

Depois de entrar para o mosteiro, Nun'Álvares logo formulou três desejos: mendigar «pela vila» a sua própria comida; chamar-se apenas de «Nuno» (sem «consentir que lhe chamassem outro nome»); e «ir fora de terra e acabar lá, que não soubessem parte dele» (*ibid.*). Quando tomou conhecimento desta intenção, o infante D. Duarte, «porque o amava e prezava muito», veio visitá-lo ao Mosteiro do Carmo e rogou-lhe que desistisse de tais planos, «mas todavia sossegasse na terra e servisse a Deus, e não se fosse fora dela, e que em seus dias todavia se chamasse condestabre e não mudasse seu nome» (*ibid.*); segundo frei José Pereira de Sant'Anna, Nun'Álvares terá então respondido ao infante, seu amigo, que «o Condestável já estava morto e amortalhado», o que terá levado D. Duarte a regressar à corte impressionado com este «filho tão verdadeiro do grande Elias» (*Crón. Carm.*, I, III, 14, p. 418, desconte-se o exagero do cronista carmelita)...

O príncipe herdeiro terá ainda rogado a Nun'Álvares que «não pedisse por Deus como tinha em vontade, senão que pedisse a el-rei seu padre e a ele, e sobre isto o aficou [pressionou] muito» (*CC*, cap. 80). Perante tanta insistência, e «por lhe ser obediente», o velho Condestável «outorgou-lhe de o fazer assim como ele mandava, posto que fosse contra sua vontade»; em conclusão, o rei e o infante atribuíram a Nun'Álvares uma «boa tença de dinheiros em cada um ano em que se bem mantivesse ele e os que com ele estavam, a qual lhe era mui bem

paga» (*ibid.*). Com este dinheiro, Nuno e os seus companheiros ficaram «assaz abastados do que lhe[s] fazia mester, e ainda o condestabre dela fazia muitas esmolos» (*ibid.*, p. 203).

Fernão Lopes confirma, no essencial, este relato, com algumas precisões, como as que fomos anotando. Os cronistas convergem, portanto, quanto ao retrato geral do Condestável, que, mesmo nos «estrandos da guerra» (a expressão é de frei Pereira de Sant'Anna), se distinguia pelos seus hábitos religiosos, venerando os sacramentos e os sacerdotes, transportando na hoste um altar portátil, fazendo-se acompanhar de capelães e de confessores, organizando festas solenes no seu arraial (com procissões, círios, louvores aos santos, ações de purificação), exprimindo misericórdia pelos adversários (em especial mulheres, crianças e idosos), entre outros aspetos de ética cavaleiresca e guerreira que já tive a oportunidade de salientar no segundo capítulo.

Analisemos, agora, o que diz o *Sumario que o infante deu a mestre Francisco pera pregar do condestabre dom Nuno alvarez pereyra*, um texto que já apresentei no final do primeiro capítulo e que deve ter sido produzido, recordo, para um dos dois primeiros aniversários da morte de Nun'Álvares (em 1432 ou em 1433). Nesta minuta para orientar o pregador franciscano (D. Duarte, ainda infante, parece que já não deixava nada ao acaso), o príncipe instruiu mestre Francisco para repartir o seu sermão em três partes (tal como mandava a boa retórica cristã): na primeira, deveria explicar como Nosso Senhor coroou de glória Nun'Álvares no seu reino temporal; na segunda, como o coroou de honra, «em esta vida e na outra»; e, na terceira, como o Condestável deve servir de exemplo a todos os «bons estados» para alcançarem glória e honra terrena e celestial.

Na primeira parte, D. Duarte recomenda que mestre Francisco realce a disponibilidade de Nun'Álvares para «os feitos de nosso senhor Deus», a sua «boa disposição de corpo e de rosto, e força, e compleição, e manhas corporais», a sua «longa vida e saúde», o facto de ter sido «por todos amado e louvado por seus bons feitos e merecimentos» e de ter saído «muitas vezes vencedor de seus inimigos e nunca vencido»; o pregador deveria salientar ainda a ascendência nobre de Nun'Álvares, a forma como subiu a «grande estado» e como possuía «grande terra e riqueza», que sabia «bem lograr e possuir», e as «magníficas obras» a que deixou associado o seu nome.

Na segunda parte, o religioso da Ordem dos Frades Menores deveria dissertar sobre os bens da fortuna e sobre as virtudes teológicas (fé, esperança e caridade) e as virtudes cardeais ou «principais» (justiça, prudência, fortaleza e temperança), associando-lhes também o tópico da firmeza e perseverança.

Por fim, na terceira parte, o sermão haveria de precisar em que medida e por que razão é que a vida de Nun'Álvares poderia servir de exemplo aos «quatro estados». Aos senhores, porque soube guardar a lei de Deus, porque foi amado por todos, porque foi temido/respeitado pelos seus e pelos seus inimigos (devido à «grande fortaleza que em feitos de armas sempre mostrou») e porque soube governar bem «o seu estado, a sua casa e toda a sua fazenda», equilibrando as despesas com as receitas das suas rendas e mostrando eficiência e serviço de Deus em tudo. Aos cavaleiros, por «amar mui verdadeiramente e lealmente a seu senhor» e se dispor a muitos perigos, inclusivamente prontificando-se a sair do mosteiro para ir ajudar o monarca a socorrer Ceuta, ameaçada pelo rei de Tunes; isto além de ser sempre muito obediente e «prestes» para acatar o «mandado» do rei. Às mulheres, Nun'Álvares servia também de exemplo porque, antes de casar, foi modelo de boa vida e, depois do matrimónio, foi sempre leal à sua mulher, manteve castidade depois de enviuvar e viveu sempre de forma honesta, não apenas em «feitos de mulheres», mas também em «todas suas obras e trajos e ditos e mui santas e honestas cerimónias». Finalmente, exemplo aos próprios religiosos: por ter sido capaz de «renunciar [a] tudo quanto havia mui perfeitamente»; porque, «por sua obediência», ele «se nom contentou de viver per si, e mandou por hum pobre da serra cuja regra e obediência seguisse»; porque renunciou aos feitos deste mundo e nunca mais requereu nada ao rei nem ao infante (D. Duarte), nem diretamente, nem por interposta pessoa (mãe, irmã ou outra); e ainda pela «perseverança de seu bom viver», circunstância que esteve na origem do seu «perfeito acabamentoo» (*Sumario*, pp. 225-229).

Já na breve oração em latim, em forma de responsório litúrgico, que compôs em memória de Nun'Álvares, o infante D. Pedro evoca-o como «modelo de príncipes» e «espelho de contemplativos», como homem «firme e forte em combate», mas «comedido» e piedoso na hora da vitória, como alguém que era «justo e misericordioso» no tempo de paz e que também se revelou «obediente e devoto no claustro». Em

síntese, alguém que se comportou com «dignidade e brio» nos seus tempos de ação política e militar e que, por isso, alcançou «honra e glória» nos seus dias de vida e a «eterna bem-aventurança» no céu.<sup>273</sup>

*A vida no Carmo:*

Como adverti, sabemos bastante pouco sobre o que foram, em concreto, os anos finais da vida de Nun'Álvares, no Convento do Carmo, entre 1422/23 e 1431. Certamente, ele prosseguiria (se é que não intensificaria mesmo) os hábitos religiosos adquiridos até essa altura e que a *Crónica do Condestabre* nos dá a conhecer: rezas, missas, confissões, comunhões, jejuns<sup>274</sup>, entre outros. Frei Pereira de Sant'Anna sugere que os terá refinado por meio do porte do cilício e de outros rituais de mortificação do corpo (incluindo flagelações até sangrar), mas ignoro em que se baseia, a não ser em outras crónicas carmelitas anteriores, igualmente tocadas pelo desejo de exaltação do fundador do convento de Lisboa. Como recordou Aires Nascimento (2010, pp. 239-240), as referências carmelitas salientam que foi no Convento do Carmo que se prescreveram pela primeira vez, numa casa daquela Ordem, duas horas de meditação em comum por dia, um sinal de grande fervor religioso; indicam também que, na primeira metade do século xv, a Ordem admitia, não apenas professos (que constituíam a *fraternitas*), mas igualmente associados (que formavam a *confraternitas*). Nun'Álvares participaria decerto na liturgia comunitária e na recitação das Horas em honra e louvor de Deus e da Virgem Maria (*ibid.*, p. 279).

Além destes aspetos, a tradição refere que o donato, que ocupava uma pequenina cela à entrada do mosteiro, por cima de uns pilares e próxima da portaria<sup>275</sup>, se ocupava também dos pobres e dos doentes; segundo se conta (e aqui a tradição carmelita é essencial), à porta do convento distribuía esmolas e alimentos cozinhados numa grande caldeira de cobre que em tempos tinha pertencido à sua hoste; reconhecidos, os pobres compunham-lhe e cantavam-lhe trovas como esta: «O grande condestabre / Em o seu mosteiro / Dá-nos a sua sopa / Mais a sua roupa / Mais o seu dinheiro» (Fonseca, 2009, pp. 178-179). Tal como Luís Adão da Fonseca, não vejo razões para duvidar da veracidade deste género de relatos, que de resto é perfeitamente conforme às recomendações da Regra dos Carmelitas<sup>276</sup>.

Da tradição consta também uma (verosímil) grande dedicação de Nun'Álvares aos doentes e moribundos (que visitou em hospitais e

prisões e a cuja cabeceira terá velado muitas noites, nomeadamente no Carmo), assim como aos encarcerados no «tronco» de Lisboa, a quem faria chegar, na Sexta-Feira Santa, virtualhas e dinheiro para se soltarem os presos por dívidas (Vaz de Carvalho, 1960, pp. 643-644). Um outro aspeto muito interessante diz respeito a uma ermida que, alegadamente e porque o excesso de visitas inoportunas começara a perturbar o seu sossego, Nun'Álvares terá mandado construir, com autorização do prior, na cerca do Convento do Carmo: neste pequeno templo, dedicado a Nossa Senhora da Assunção, alega Jorge Cardoso, no *Agiolégio Lusitano* (de meados do século xvii, ed. de 1966, p. 202), que o velho Condestável passaria horas esquecidas, em suaves e santos colóquios com Deus e com a Santíssima Virgem (Vaz de Carvalho, 1960, pp. 642-643). Pereira de Sant'Anna acolhe esta versão e afirma, metaforicamente, que Nun'Álvares encontrou «o seu deserto» naquele espaço, «oculto aos olhos humanos, nas horas que lhe restavam de suas obrigações» e onde «estava na presença do Criador, como já abstraído da comunicação das Criaturas» (*Crón. Carm.*, I, III, 14, pp. 421-422).

E assim, em afazeres religiosos, em cuidados mil com os pobres e os enfermos, em recolhimento religioso na pequena cela do canto poente-norte (a que Matos Sequeira, citado por Velasco Bayón, diz que chamavam de início «casa do século» porque nela recebia Nuno, no início do seu retiro, alguns seculares seus amigos e companheiros<sup>277</sup>) e, certamente, também em tarefas de administração do cenóbio (atendendo às condições em que parece ter sido feita a respetiva doação aos carmelitas) se consumiria o quotidiano do Santo Condestável, naqueles anos outonais de 1422 a 1431, data do seu passamento.

Para finalizar, resta dar notícia de duas cartas originais que o donato Nuno terá escrito a familiares seus e que José Pereira de Sant'Anna garante que constavam ainda do cartório do Convento do Carmo em meados do século xviii. O cronista carmelita transcreve essas pequenas missivas (*Crón. Carm.*, I, III, 14, pp. 419-420), alegadamente escritas pela mão do Condestável e assinadas apenas por «Nuno de Santa Maria». A primeira é dirigida à neta Isabel («D. Zavel, minha netinha»), tem data de 11 de abril de 1429 e justifica com a sua «mui pouca saúde» a demora do autor em dar notícias à única filha de Beatriz Pereira; o tom é extremamente doce e carinhoso, compatível com a ternura de um avô já bem idoso. A outra carta surpreende pela sua dureza: dirige-se ao

genro D. Afonso (conde de Barcelos) e tem data de 6 de janeiro de 1430; nesta missiva, Nuno de Santa Maria utiliza um tom bastante amargo e repreende o viúvo de Beatriz por este não deixar em paz e, pelo contrário, andar a cobiçar, os bens das famílias daquelas a quem o Condestável fizera doações vitalícias, em recompensa pelos serviços militares que lhe haviam prestado; Nuno diz que, quando esses homens morrerem, os seus bens não de reverter a favor, não do genro, nem dos netos, mas sim do Mosteiro do Carmo, «onde hei-de viver mais do que vós pensades»; se a saúde lho permitir, o ancião avisa (ameaça?) que irá ver pessoalmente D. Afonso, mas deixa-lhe desde já uma advertência: «Olhai bem Senhor aquilo que fazeis, que é um grande desserviço a Deus, e que quem na terra não cumpre, não entra no céu». Não sei se estas cartas alguma vez foram escritas, mas permito-me confessar aqui as minhas dúvidas, tanto mais que a referência ao destino dos bens entregues vitaliciamente aos seus companheiros de armas não se compagina com o que sabemos acerca dos termos das doações outorgadas aos seus netos (ver capítulo terceiro), essas sim, documentalmente comprovadas.

*Nun'Álvares e a vida religiosa, luzes e sombras:*

Revistas as informações das fontes acerca dos bons costumes de Nuno Álvares Pereira em tempo de guerra e de paz, compiladas as magras informações de que dispomos acerca do que terão sido os seus últimos nove anos de vida (1422-1431), gostaria agora de tentar, ainda que de forma sintética, uma reinterpretação de conjunto da opção religiosa do Santo Condestável. O objetivo é, tendo em conta o tempo e o espaço em que ele viveu, a carreira que construiu e as relações que estabeleceu, compreender um pouco melhor a sua vivência religiosa, tentar identificar os elementos que nela podem ter predominado e, por fim, enquadrar de uma forma um pouco mais esclarecida a sua decisão de entrar no cenóbio de Lisboa (1422) e de vestir o hábito carmelita (1423). A minha preocupação principal será, por um lado, ser fiel e coerente com o cenário que construí ao longo deste capítulo e, por outro, evitar os anacronismos, as generalidades, as ideias feitas e as retroprojeções sobre o passado longínquo (neste caso, sobre os finais do século xiv e as primeiras décadas do século xv) de atitudes e de valores que (só) são próprios do nosso tempo.

Assim, em primeiro lugar, julgo que é prudente começar por recordar o mais óbvio: D. Nuno Álvares Pereira vive num tempo em que a



religião constitui o único guia para ler o mundo, o referente decisivo e insubstituível para a aferição de interrogações profundas e inevitáveis sobre o significado da vida, sobre o sentido último das coisas e sobre a salvação dos homens. Nuno é, além do mais, um nobre e um soldado, alguém que faz da violência organizada sob a forma de guerra a sua profissão, e não um mediador do sagrado, alguém que ajuda a conduzir os homens para Deus e que tem o poder de condenar ou de absolver a sua conduta. Os *bellatores* matam, os *oratores* rezam, as preocupações salvíficas, comuns a uns e a outros, colocam-se em patamares diferenciados. O Condestável é, além disso, o homem mais rico do País a seguir ao rei, acumulou títulos, terras, rendas, casas e meios de produção, influências, dependentes (vassalos, se lhos tivessem deixado ter); ele tem consciência da posição excecional que ocupa, das responsabilidades que lhe cabem, da extensão e aspereza do caminho espiritual que terá de percorrer para acautelar a sua própria salvação.

Em segundo lugar, Nun'Álvares vive num período da Idade Média muito especial: é uma época de animação e de convulsão económica, social e também religiosa, em que, perante novas inquietações e realidades, desabrocham novas propostas e se desenham novas pontes e caminhos: este é o «tempo de Penélope», de construção e de desconstrução, rumo a uma nova síntese. A época do Condestável é o tempo histórico da floração de movimentos religiosos de alguma radicalidade, de exigência de retorno à pobreza evangélica primitiva, de abertura a novos desafios por parte de um laicado urbano, que, graças também à sua maior literacia e capacidade económica, promove agora novas escolhas dentro da oferta religiosa existente e se mobiliza de forma original e muito mais autónoma para participar na vida espiritual da sua família ou da sua comunidade. Nun'Álvares não pode ter sido alheio a esta realidade. A corte régia está agora repleta de franciscanos, é sensível à *devotio moderna* e à intensidade de vivência religiosa que ela transporta consigo, as observâncias mendicantes estão a espalhar-se em Portugal precisamente nesta altura, a partir dos últimos anos de Trezentos. Dos círculos cortesãos, incluindo da família real, e também dos meios da nascente burguesia rural ou mercantil, começam a brotar casos de renúncia, de abandono do mundo (*fuga mundi*), de desvalorização do terreno em prol de um objetivo maior e diferente, escatológico, verdadeiramente redentor.

O Condestável é também, no fundo, um filho do Sul, vive os anos decisivos da sua formação como homem e como valido da Coroa na comarca de Entre Tejo e Guadiana, que percorre vezes sem conta. Aqui, teve a possibilidade de sorver as influências espirituais dominantes neste espaço, onde os mendicantes se afirmaram particularmente, onde os eremitérios grassaram a partir do terceiro quartel do século xiv, onde várias das ordens militares tinham os seus territórios de eleição, onde os carmelitas, com toda a força da sua devoção mariana, se estabeleceram pela primeira vez em Portugal, ali, naquela nesga de chão da margem esquerda do Guadiana.

Nun'Álvares é, além disso, um Pereira, filho e irmão de priores do Hospital, uma ordem que transportava consigo a memória heroica da guerra santa na Síria-Palestina, que mantinha acesa a chama da cruzada que brilhava ainda no Ocidente europeu e que, ali ao lado, perto de Portel, a Santa Vera Cruz de Marmelar tão bem simbolizava. Na península de Setúbal, onde também manteve interesses e investimentos, em especial na zona de Almada, era a Ordem de Santiago que pontificava, com a sua mística própria, o seu santoral guerreiro, os seus louros acumulados de ator principal da reconquista do Algarve.

Creio que a mundividência religiosa de Nuno Álvares Pereira é uma tapeçaria feita de todos estes fios; não como um extraterrestre, como um caso exótico e insólito, mas como um homem do seu tempo e que é produto das suas circunstâncias históricas, embora lhes acrescente também algo de próprio e de inconfundível. Julgo que, de entre todas as influências que citei, a que terá pesado mais decisivamente no «ser religioso» em que o Santo Condestável se tornou foi a dos eremitas da serra de Ossa. Sei que esta é uma interpretação um pouco contra a corrente, que tende a valorizar sobretudo a ligação dos Pereiras às ordens militares, ou de Nun'Álvares aos carmelitas, mas julgo que é uma leitura, não apenas possível, mas também pertinente e que até foi reconhecida no próprio tempo de vida do Condestável. Passarei de imediato a expor os meus argumentos.

Em primeiro lugar — e foi exatamente este aspeto que começou por despertar a minha atenção —, julgo que existe uma interpretação alternativa para aquele parágrafo do *Sumario* que o infante D. Duarte deu a mestre Francisco para pregar sobre Nun'Álvares, que diz: «(...) A segunda por sua obediência, que se non contentou de viver per si e

mandou por um pobre da serra cuja regra e obediência seguisse» (p. 228). Parece-me indubitável que estes «pobres da serra» são os anacoretas da serra de Ossa e — neste caso, ao contrário de Aires Nascimento (2010, p. 261) — julgo que o príncipe herdeiro não quis dizer que o Condestável enviou alguém «em seu lugar» para o representar junto daquela comunidade eremítica. Numa breve nota que inscreveu num trabalho recente, Maria de Lurdes Rosa (2014, p. 426, nt. 17), sem refutar a interpretação de Aires Nascimento (que, de resto, é admissível e até tem paralelos no tempo), alertou para outros entendimentos possíveis, nomeadamente o de que «Nuno se tenha procurado informar da forma de vida dos pobres da serra da Ossa por um destes». Ora, na minha modesta opinião, a expressão «mandou por um pobre» é isso que sugere; e irei mais longe: tendo em conta o grau de familiaridade do Condestável com as comunidades eremíticas alentejanas (ideia que reforçarei adiante), pode até ser que não se tratasse apenas de pedir informação sobre o seu modelo de vida, de requerer aconselhamento, mas também de tentar chamar esse modelo para junto de si, na fase final da sua vida. E aqui entra o meu segundo argumento.

Em 1425, como expus um pouco atrás, utilizando até um documento da Biblioteca Pública de Évora, um cunhado de Nun'Álvares, o almirante Carlos Pessanha, cedeu (fez «pura doação») aos eremitas da serra de Ossa de umas casas e de um «pedaço de chão» num local situado «a par do mosteiro da Trindade», ou seja, ao lado do Convento do Carmo; nessa altura, já Nun'Álvares residia no cenóbio havia três anos. Julgo ser muito provável que ele tenha tido alguma intervenção nesta transação, facilitada pelo marido de uma sua irmã (e que lhe devia a respetiva nomeação como almirante, friso), uma transação, além do mais, testemunhada por Mendo Seabra, o principal elemento de ligação entre a corte régia e o mundo dos eremitas do Sul de Portugal, um homem certamente das suas relações. Se esta interpretação for correta, então teremos que o Condestável, nos seus últimos seis anos de vida (1425-1431), terá tido como vizinhos, ao menos pontualmente, os «pobres da serra». Neste enquadramento, é inevitável pensar também numa das condições impostas por ele, quando entregou o Convento aos Carmelitas (se é que o documento sobre isto publicado por Sant'Anna não é um falso): a de receber quem quisesse no cenóbio, na sua pequena cela logo junto à portaria, à qual, alegadamente, se veio até a dar a

designação de «casa do século», em virtude de por ali passarem com alguma frequência pessoas que não eram religiosas em sentido estrito.

Em terceiro lugar, a intimidade de Nun'Álvares com os eremitas, em especial com aqueles que viviam entre Estremoz e o Redondo, é subliminarmente denunciada na *Crónica do Condestabre*. Não o referi antes, intencionalmente, mas volto agora ao assunto: quando decidiu ajudar os quatrocentos castelhanos que, desesperados com a falta de alimentos que havia em Castela, chegaram à comarca de Entre Tejo e Guadiana em busca de comida, foi justamente aos eremitas da serra de Ossa que recorreu para os identificar, organizar e materializar o seu apoio: «E deu carrego [encargo] a dois pobres da serra que andassem a [na] comarca de entre Tejo e Guadiana, que soubessem parte de todos os homens e mulheres e criaturas pequenas que ali eram, que com míngua de pão se vieram de Castela, e que lhos trouvessem [trouxessem] por escrito» (CC, cap. 80, pp. 200-201)! E, um pouco mais adiante: «e deu carrego àqueles mesmos dois pobres que, dos seus celeiros [dos celeiros do Condestável] lhe[s] fosse dado este pão cada mês para eles, e os pobres o fizeram por seu mandado» (*ibid.*). Em conclusão, os eremitas da serra de Ossa serviram de radar humano para localizar os castelhanos esfomeados que mereciam ajuda e, depois, atuaram como mediadores e agentes de Nun'Álvares para que fosse possível concretizar toda a operação, com vista ao sustento daqueles forasteiros enquanto durasse a crise em Castela; nada disto faria sentido se o grau de conhecimento e de confiança que tinha nos eremitas da serra de Ossa não fosse muito elevado. O Condestável geria uma casa opulenta e dispunha de oficiais próprios, mas foi aos «pobres da serra» que, naquela ocasião delicada, recorreu.

Em quarto lugar, a já citada oração que o infante D. Pedro compôs em memória de Nun'Álvares e que o rei D. Duarte enviou ao abade florentino D. Gomes, em apêndice à carta que lhe remeteu em 21 de julho de 1437, começa por dizer: «Norma principum, exemplum dominorum, speculum anachoretarum es, beate Nune». A tradução de Aires Nascimento (2010, p. 34) reza assim: «Modelo de príncipes, exemplo de senhores, espelho de contemplativos és tu, bem-aventurado Nuno!»; por vezes, em outras traduções, em vez de «espelho de contemplativos» podemos ler «espelho de religiosos» (A. J. Costa, 1960/2008, p. 251). Ora, com toda a humildade, julgo que aquilo que o futuro regente de Portugal quis mesmo dizer do Condestável é que ele fora «espelho

de anacoretas», ou seja, no fundo, e embora haja uma ligeira *nuance* de significado, «espelho de eremitas», pelo que considero preferível que se faça uma tradução literal da expressão utilizada, que se me afigura claramente intencional: «Modelo de príncipes, exemplo de senhores, *espelho de anacoretas* és tu, bem-aventurado Nuno!».

Em quinto lugar, invoco também, a favor da minha tese, a boa (e rara, para o padrão da nobreza da época) relação que a família dos Pereiras tinha com o fenómeno eremítico do Sul de Portugal. Lembro o investimento de Iria Gonçalves, mãe de Nun'Álvares, na refundação do eremitério de Vale de Flores (na região de Portalegre), a partir de 1385; lembro o aparecimento, em 1410, de notícias sobre um pequeno eremitério em Flor da Rosa, um «lugar de sonho» para o prior Álvaro Gonçalves Pereira, que ali fez questão de ser sepultado; lembro ainda que Álvaro Pereira, freire da Ordem do Hospital e comendador de Vera Cruz de Marmelar, doou, em 1420, aos «pobres» de Água de Infantes, uma cova na Igreja de Santa Maria de Portel (fundada pelo Condestável) para aí se poderem sepultar. Admito até, com facilidade, que futuras investigações possam vir a acentuar ainda mais esta ligação especial entre a família dos Pereiras e o movimento eremítico, que me parece atravessar gerações e ter sido também da simpatia do Condestável, que foi senhor de muitos dos territórios alentejanos em que aquelas comunidades se fixaram.

Guardei para o fim o *filet mignon* da minha argumentação. O leitor recordar-se-á decerto de eu ter descrito uma estranha doença de Nun'Álvares, ocorrida em 1398, provavelmente entre os meses de março e de maio (cf. capítulo segundo). Como ali expliquei, o testemunho da *Crónica do Condestabre* (que ao assunto dedica um extenso capítulo e um dos raros que não têm as matérias militares como tema central) indica-nos que a sua difícil recuperação se iniciou numa quinta na região de Palmela, em «Alfarrara, que é lugar mui saboroso e em que há muitas águas e árvores»; como então referi, aqui o desceram da liteira em que era transportado (ele nem sequer conseguia caminhar), «à porta de uma mui formosa e bem assentada quinta onde havia de pousar»; e o resultado foi quase instantâneo: ficou logo tão «ledo e aliviado que parecia ser são» (CC, cap. 67).

Pois bem, não creio que esta passagem, de que Gil Airas foi certamente a fonte, se não mesmo o autor (só este fiel escrivão da puridade,

a mãe Iria e a irmã Beatriz acompanharam de perto Nun'Álvares neste seu transe), seja inocente. É que, como agora também já sabemos, Alferrara — pois é deste local que, evidentemente, se trata — era um dos eremitérios mais importantes da região de Setúbal! E um eremitério muito ligado à ação de Mendo Seabra e muito conforme ao padrão e à regra de vida dos anacoretas da serra de Ossa... Não creio que tenha sido por acaso que, naquela hora tão difícil, foi para ali que levaram o Condestável, na esperança de o salvar. Mas há mais: logo à chegada, Nun'Álvares foi visitado por uma delegação de homens-bons de Setúbal, com quem folgou durante algum tempo, até que, à despedida, o anafado Lourenço Anes Cordovil se lembrou de lhe pedir que intercedesse sempre pelo concelho de Setúbal, o que o indispôs terrivelmente, como tive a oportunidade de contar. Creio bem que esta passagem da *CC* traduz metaforicamente o contraste entre dois mundos, entre duas vocações e formas de assumir a vida, um dilema que dilacerava Nun'Álvares naquela hora: o mundo vão, precário e limitado do quotidiano, da manobra política, do jogo de influências pessoais (que o homem-bom de Setúbal e os portadores de cartas que, por essa altura, arrasavam o Condestável personificavam); e o mundo muito mais puro e celestial dos eremitérios, terras da água e do mel, onde a intriga dava lugar à contemplação e a acumulação de favores e de riqueza cedia em toda a linha perante o exemplo salvador do despojamento. Julgo, sinceramente, que a história da doença de Nuno Álvares Pereira, passa também por este dilema existencial do nosso biografado.

Acrescento ainda duas notas: primeiro, que a referida delegação sadina integrava um tabelião, nomeado expressamente pela *CC* como Afonso Anes de Évora; ora, um Afonso Anes foi, juntamente com a sua mulher, um dos benfeitores do eremitério de Alferrara (a quem doou um olival com o seu «chão»), em 1426, ou seja, no tempo de vida de Nun'Álvares no Carmo (Fontes, 2012, p. 633). Segunda nota: pode até ser — embora eu aqui já me sinta menos seguro, uma vez que a homonímia é frequente e os nomes em causa não são raros — que este indivíduo seja o mesmo Afonso Anes de Évora que, em maio de 1386, em pleno alardo da Valariça, pouco depois do cerco de Chaves, recebeu do rei a confirmação de uma doação de bens (numerados foros em Évora e seu termo, no valor de 66 libras, incluindo diversos forrageais, casas, vinhas, chãos e um curral) que lhe tinha sido anteriormente feita por

Nuno Álvares Pereira.<sup>278</sup> Se for a mesma pessoa, é muito natural que se trate de um antigo companheiro de armas do Condestável, porventura até de um homem do núcleo duro da sua hoste.

Neste contexto, vejo com alguma naturalidade as referências carmelitas ao facto de Nun'Álvares ter mandado edificar na cerca do «seu» convento uma pequena ermida, alegadamente em honra de Nossa Senhora da Assunção (circunstância que, de resto, não parece ser única no mundo da Ordem do Carmo). E também julgo perceber melhor a informação do derradeiro capítulo da biografia anónima, segundo a qual os seus três grandes desejos para o final dos seus dias seriam: mendigar o seu sustento, chamar-se apenas de «Nuno» e «ir fora de terra e acabar lá, que não soubessem parte dele» (CC, cap. 80). Esta ideia de despojamento de identidade — que para um fidalgo era especialmente radical (significava cortar com a família e com os títulos de honra) —, de errância incógnita, e até de alguma mendicância, compaginam-se com o ideal de vida eremítico, tal qual o descrevi em páginas anteriores. Além disso, estou hoje convencido de que o facto de Nun'Álvares ter querido ficar apenas com o estatuto de donato (isto é, de *semifrater*, meio frade) da Ordem do Carmo não resultou apenas de uma postura de humildade: terá estado também relacionado com uma certa resistência à incorporação, à institucionalização, uma atitude que foi muito própria do mundo dos eremitas durante muitas décadas, tal como referi anteriormente.

Não quero com tudo isto negar a tão propalada familiaridade de Nun'Álvares, e do mundo das ordens militares em geral, com os ideais de cavalaria expressos nos romances arturianos, que tanto a *Crónica do Condestabre* como Fernão Lopes admitem ter influenciado poderosamente a mente do nosso herói. Gostaria, somente, de ajudar a aclarar esse elemento a uma outra luz, que me parece mais segura e comprovável, lembrando também a forte presença de eremitas nas novelas arturianas, como conselheiros espirituais dos cavaleiros andantes. A História é uma estrada sem destino, uma fascinante construção sempre em aberto, e o futuro permitirá avaliar melhor a pertinência da minha proposta. Por exemplo, será possível comprovar a presença de eremitas também na Sertã, bem perto de Cernache do Bonjardim (onde Nuno deverá ter nascido), em data anterior a 1454, época para a qual já foram identificados por João Luís Fontes (2012, p. 56)? Estará Fernão Lopes mais próximo da verdade do que até aqui pensávamos, quando comenta o estranho



episódio da oração do Condestável, entre penedos, no momento mais apertado de Valverde, passagem em que explica que o Condestável se apartou do resto do seu exército e dos seus mortais inimigos, «não como guiador da sua hoste, mas *como simples eremitão*, fora de todo o negócio» (*CDJ, II*, cap. LVII, p. 141)? São temas aliciantes, a que gostaria de poder regressar um dia.

De momento, existe uma outra questão que quero considerar e que, estando intimamente relacionada com a anterior, a prolonga num certo sentido: trata-se do desafio de justificar a construção do Convento do Carmo, a sua entrega aos religiosos de Moura e, sobretudo, a decisão de Nun'Álvares de nele habitar, primeiro sem tomar o hábito (1422), logo depois como donato carmelita (1423).

Em relação a este assunto, eu creio que o mais sensato será distinguirmos três fases, que devem também corresponder a deliberações tomadas separadamente e em momentos distintos da vida de Nuno Álvares Pereira. A primeira diz respeito à decisão de erguer o mosteiro; já vimos que ela deve ter sido assumida por volta de 1386, na sequência das vitórias obtidas na «batalha real» e em Valverde, e provavelmente a par, não só da resolução de erguer a capela de Santa Maria/São Jorge no campo de batalha de Aljubarrota, mas também da intenção régia de levantar o assombroso Mosteiro de Santa Maria da Vitória (vulgo: Mosteiro da Batalha), em comemoração e agradecimento pelo retumbante triunfo. Não creio que seja muito difícil justificar esta primeira decisão: Nun'Álvares terá querido assinalar o seu sucesso militar com um aparatoso monumento em Lisboa, no alto de uma colina virada para o castelo de São Jorge; a escala da obra era proporcional ao desejo do segundo homem mais poderoso do reino de glorificar o seu feito na própria cidade a quem D. João I devia a Coroa e que era já a capital indisputada do reino. Além disso, era uma forma de o Condestável, homem muito rico e titulado (era também mordomo-mor e tinha já recebido uma quantidade impressionante de mercês régias, sendo igualmente conde de Ourém e de Barcelos), começar a «espiritualizar a sua riqueza» ou, no dizer mais assertivo de Aires Nascimento, «transformar os bens terrenos em bens celestes, tornar os bens transitórios em bens eternos» (cf. a bula de Bonifácio IX, de 1395, ao bispo de Lisboa), provendo assim à sua própria salvação (Nascimento, 2010, pp. 262-263).

A segunda questão já é um pouco mais complicada: trata-se de saber por que razão D. Nuno escolheu, posteriormente, os carmelitas para habitarem o Convento do Carmo. Ignora-se a data desta decisão, embora se admita que o convite formal ao vigário-geral dos carmelitas de Moura date de 1392 (mencionando, porém, conversas anteriores sobre o assunto); creio que, nesta altura, com a guerra praticamente ganha, Nun'Álvares teria maior capacidade de observação e de interiorização da vivência religiosa própria do Sul de Portugal. Os seus contactos com os religiosos de Moura devem ter-se intensificado (não esqueçamos que o seu meirinho-mor, João Gonçalves, ali professou, em data que desconheço, mas a tempo de se tornar um dos primeiros monges do Convento do Carmo), em particular com frei Afonso de Alfama. Os carmelitas tinham inúmeros trunfos para seduzir e impressionar um homem com as origens, a carreira e o perfil de Nun'Álvares: evocavam, pelo seu passado, a guerra santa, as cruzadas e Jerusalém; qualquer que seja a forma exata da sua penetração em Portugal, tinham uma ligação provável à Ordem do Hospital, de que os Pereiras eram então os máximos representantes no reino; corporizavam uma tradição de eremitismo, de isolamento e de renúncia associada ao seu mítico fundador (o profeta-eremita Elias), circunstância que decerto agradaria ao Condestável; e, por fim, nutriam uma fortíssima devoção pela Virgem Maria, a quem ele próprio dedicou quase todas as igrejas que mandou erguer — as que a *CC* refere, conforme já indiquei, e ainda a Ermida de Nossa Senhora do Alcance (perto de Mourão), a Ermida de Nossa Senhora do Socorro (em Camarate, numa quinta sua) e a capela de Nossa Senhora da Orada, na ribeira de Alcaraviça (entre Estremoz e Vila Viçosa) —, isto além das peregrinações que fez a santuários com o mesmo orago (como a Senhora de Guadalupe, a Senhora da Orada ou a Senhora da Boa Nova, em Tercena) ou das invocações de Maria que atribuiu a lugares e a sítios a que outros acorriam em devoção, como a Senhora do Olival (a Senhora dos Remédios, na Sertã, ou a Senhora do Meio, nos Paços do Bonjardim), a Senhora da Escada (em Lisboa, atrás de São Domingos) ou mesmo a Senhora do Vencimento, por si invocada quando iniciou as obras de construção do Convento do Carmo (Nascimento, 2010, pp. 84-85, nt. 26).

Em síntese, os carmelitas, nesta sua fase de «reconversão europeia», representavam praticamente tudo aquilo que poderia sensibilizar Nuno

Álvares Pereira; o estranho não é que ele os tenha escolhido, bizarro seria é se não tivesse reparado neles, tão suavemente enraizados na delicada frontaria alentejana. Além disso, como lucidamente observa Aires Nascimento (2010, pp. 237-239), os carmelitas eram talvez menos formais, menos institucionais, davam-lhe garantias de se poderem moldar melhor ao projeto do convento lisboeta do que uma ordem reformada mais rígida e também mais interveniente, menos recatada.

A terceira questão é a mais complexa: por que motivo decidiu, por fim, o Condestável ir viver para o Carmo e ali morrer como donato? Creio que esta pergunta merece uma resposta em dois planos distintos, ainda que complementares: num âmbito humano e num âmbito religioso. No que diz respeito ao primeiro aspeto, devo recordar que Nun'Álvares é, nesta fase da sua vida (em 1422, aos 62 anos), um homem relativamente só, do ponto de vista familiar: é viúvo (nunca quis voltar a casar, após ter perdido a esposa aos 27 anos de idade), não tem filhos (Beatriz morrera há cerca de uma década) e restam-lhe a mãe (já extremamente idosa nesta época), o genro (com quem não estou certo de que tivesse uma boa relação) e os netos, Isabel, Afonso e Fernando. Estes teriam então perto de 20 anos de idade e geriam as suas próprias vidas: Isabel de Barcelos casou com o seu meio-tio (o infante D. João, mestre de Santiago), julgo que em 1424, enquanto os condes de Ourém (Afonso) e de Arraiolos (Fernando) faziam as suas carreiras na corte, em articulação com o pai, D. Afonso, conde de Barcelos e futuro duque de Bragança. Como mostrou Mafalda Soares da Cunha (1990, pp. 141-142), os três varões organizaram-se de forma a distribuírem entre si as diferentes áreas de intervenção social, o que garantiria aos Braganças uma influência e um peso político extraordinários na corte régia: enquanto o pai permanecia como paladino de um poder senhorial formidável à escala regional (concentrado no Norte do reino), Afonso era peça chave da diplomacia portuguesa desta época e Fernando intervinha nos negócios correntes do reino e no campo militar, incluindo nas campanhas africanas. Nem a geografia, nem o objeto prioritário das suas preocupações parecem tê-los aproximado muito do sogro ou do avô, manifestamente pouco interessado em prosseguir o jogo da política ativa e em continuar a frequentar os ambientes cortesãos.

Por outro lado, Nun'Álvares nunca parece ter sido um homem de residência muito fixa, ainda que haja longos períodos da sua vida que

permanecem inacessíveis ao nosso escrutínio (desde logo, a sua infância, mas também os anos de 1400 a 1415, por exemplo). Tendo nascido, provavelmente, em Cernache do Bonjardim, viveu a sua meninice entre este lugar, o Crato/Flor da Rosa (onde estava o pai), e, eventualmente, as terras da Sertã e adjacentes. Com 13 anos, foi para a corte régia, que balançava entre Santarém e Lisboa, ao sabor das necessidades, das épocas do ano e das recidivas da peste; só aqui esteve três anos (de 1373 a 1376), pois, logo que casou, foi com Leonor de Alvim para o Minho, para a zona de Celorico de Basto (possivelmente para a Quinta da Pedraça); porém, também aqui não sossegou muito tempo, pois foi mobilizado para a terceira guerra fernandina (1381/1382), tendo intervindo na região de Lisboa-Sintra. Logo no final do ano seguinte (em outubro de 1383), morria D. Fernando e começavam os episódios revolucionários de 1383-1385, com a guerra luso-castelhana a arrastar-se até praticamente ao final do século (em maio de 1400, ainda D. João I e o seu condestável cercavam Alcântara). Ora, durante estes anos de guerra intermitente, quando não estava em campanha com o rei, Nun'Álvares viveu sobretudo na comarca do Alentejo, mas as crónicas transmitem a ideia de que deambulava entre vários lugares (como Estremoz, Évora, Elvas ou Vila Viçosa), talvez como forma de controlar melhor a sua frontaria. A partir de 1389, com o início da construção do Convento do Carmo, o Condestável deve ter passado também muito tempo em Lisboa. E, nos primeiros três lustros de Quatrocentos, não sabemos bem o que se passou, mas o mais provável é que se tivesse dividido entre o Alentejo (estava em Arraiolos quando o rei e os infantes o convocaram para ir a Montemor-o-Novo, para discutirem em segredo o projeto de ataque a Ceuta), a região de Lisboa (por causa da finalização do mosteiro, designadamente das acomodações para os monges) e Almada (onde tinha os seus paços, de onde foram emitidos muitos documentos que citámos e onde geria interesses económicos diversos, a começar pelos esteiros e azenhas que referimos no capítulo terceiro). Em suma, Nun'Álvares nunca parece ter-se enraizado verdadeiramente em local algum, circulando tanto como um cavaleiro andante, e, se tinha preferência por qualquer lugar concreto, eu não o descortinei.

Assim, quando sentiu o peso da idade sobre os seus ombros maçados por anos e anos de campanhas violentas e outros desafios, tendo experimentado também o sabor da guerra em África (uma vez que

integrou a expedição a Ceuta, em 1415), este homem com pouca família, sem raízes e sem outros compromissos conhecidos pode muito bem ter olhado para o Carmo como a sua verdadeira casa; fora ele que a concebera, que acompanhara a sua difícil construção ao longo de muitos anos, ali investira uma parte significativa da sua fortuna; além disso, para lá tinha levado os seus amigos de Moura, que ele próprio ajudara a escolher, incluindo o seu velho meirinho-mor, companheiro de outras lutas. Viver em Lisboa, para Nun'Álvares, não era decerto um desenraizamento, e teria por perto alguns dos seus mais fiéis, a começar por Gil Airas, o seu escrivão da puridade, que detinha a quinta de Murfacém, na zona de Almada. Viver no Convento do Carmo a partir de 1422, por isso, não me parece ter sido uma decisão pessoal que o velho Condestável tenha tido dificuldade em assumir, sobretudo, creio, depois da morte prematura e muito penosa da filha Beatriz (por volta de 1412) e do passamento de muitos dos seus primevos companheiros de armas. Naquela altura, o seu distanciamento da corte régia já era por de mais evidente, as suas ambições políticas não deviam ser nenhuma, o tempo era de satisfazer outros cuidados. E aqui entra o segundo aspeto da questão.

Do ponto de vista religioso, a decisão de receber, naquele verão de 1423, das mãos de frei Afonso de Alfama, o hábito carmelita na condição de *semifrater*, sendo mais complexa de avaliar, parece-me fazer também todo o sentido. Logo no ano anterior, Nun'Álvares tinha doado aos netos o grosso dos seus bens e títulos, não sem antes salvaguardar a posição dos seus antigos soldados que permaneciam vivos. Fora o início de um despojamento carismático que o velho Condestável queria agora tornar absoluto: prescindir do nome de família (e que família!), abdicar dos cargos e dos títulos, reduzir-se à humilde e insignificante condição identitária de «Nuno», o donato carmelita. Com isto, ele terá resolvido a questão mais angustiante: a da relação entre a detenção de poder e a salvação da alma. Vestido com um simples tabardo ou samarra<sup>279</sup>, ajudando os pobres e os doentes, supervisionando a gestão do convento que fundara, o antigo fronteiro alentejano — desde muito cedo habituado a opções radicais (políticas, pessoais e militares), como nota Maria de Lurdes Rosa (2001-2002, p. 434) — consumava a sua *fuga mundi*, com tudo o que de redentor isso representava, em especial para um homem que havia sido tão poderoso quanto ele. No Carmo, pequena fortaleza espiritual meio-isolada dentro da grande urbe lisboeta, Nun'Álvares

encontrou o seu deserto, o seu «eremitério de cidade». Eventualmente travado pelo infante D. Duarte de uma opção mais radical, concretizou ali, naquela sua casa e junto de companheiros que conhecia há muitos anos, na cidade que vira nascer e afirmar-se a causa do mestre de Avis, o seu ideal de *contemptus mundi*: «anonimato, aniquilação total de identidade social, fusão em humildade radical com a morte corporal» (Rosa, 2014, p. 426); mas, também, porque a intensidade da devoção religiosa do velho Condestável ao longo de toda a sua vida não pode ser posta em causa, desejo de aprofundamento do espiritual, que lhe devolveu a densidade da sua vida interior e lhe permitiu encontrar na pobreza, como atitude evangélica, a revelação da sua plena humanidade (Nascimento, 2010, p. 95).

Não se trata de aniquilação, no sentido físico do termo, mas de inauguração de um tempo novo, de abertura ao escatológico, como salienta Aires Nascimento (*ibid.*, p. 280), ainda que eu o pressinta menos como um contemplativo puro e mais como um homem profundamente generoso e de boas ações integrado agora num outro mundo, o mundo do sagrado, da ascese e da preparação para a vida eterna. Como observou Pinharanda Gomes (2009, p. 189), «mais do que pobre, Nun'Álvares tem a vocação de administrador dos bens dos pobres». E, com isso, ele conquistou a sua verdadeira liberdade, mas não exatamente no sentido que lhe atribui Oliveira Martins, em palavras que ficaram célebres e que já fizeram correr rios de tinta: «Confundia a morte com o renascimento. As ideias niilistas invadiam-no sob uma das formas que a tentação do suicídio tomava na imaginação do tempo: a clausura. (...) Estava finalmente despido e nu, como viera ao mundo, agora que resolvera demitir-se dele absolutamente. Inundava-lhe a alma a satisfação infinita, mais do que de um dever cumprido: de uma ambição realizada. (...) Voltara à simplicidade ingénua pela estrada da santidade. Não tinha ódios, nem azedumes, nem cóleras: desde que se despira totalmente, parecia-lhe que tudo nadava num mar de leite. Atingira a liberdade absoluta, aniquilando-se. Ao fim de tantos trabalhos e pelejas, depois dos anos de hesitação e debate, concluíra que o Nada é a síntese suprema das coisas» (1983/2009, pp. 416-417).

Pelo contrário, sem niilismos, na sua pequena cela, na portaria do cenóbio (junto aos pobres), ou na capelinha que terá mandado construir na cerca do mosteiro, Nun'Álvares sentiria que estava, finalmente, a

viver uma existência autêntica, plena, e a construir a verdadeira ponte para a eternidade. No ambiente fraternal da sua pequena comunidade monástica, perto dos «pobres da serra», sem abdicar do controlo do convento que fundara, ele podia dar livre expressão à sua sensibilidade religiosa, nomeadamente à sua vocação mariana<sup>280</sup>, sem nunca deixar de ser ele próprio e aguardando serenamente a chegada da morte.

### **A morte do herói e o céu dos afetos**

*A data do decesso de Nun'Álvares:*

A discussão em torno da data da morte do Santo Condestável (frei José Pereira de Sant'Anna garante que ela ocorreu em 1 de novembro de 1431, tendo confirmado esse facto nos livros de óbitos e em outros documentos e memórias do cartório do Convento do Carmo, dez anos antes do terramoto) tem uma solução aparentemente simples; dispomos de dois testemunhos que considero decisivos a este respeito. O primeiro é o *Sumário* para a pregação de mestre Francisco, preparado pelo infante D. Duarte em data muito próxima de 1431; aqui se pode ler que «Nosso Senhor lhe outorgou tão perfeito acabamento em dia de Páscoa, recebendo em sua saúde quinta-feira da ceia do Senhor seu sacramento, e à sexta depois do meio-dia adoeceu e logo ao domingo seguinte morreu este nobre e virtuoso senhor Conde, dia de Páscoa, era [de] 1431, havendo 70 anos de sua idade» (p. 229).

O segundo testemunho provém de um *Breviário* dado a conhecer em 1958 pelo padre carmelita Kallenberg (1993, p. 261); trata-se de um manuscrito litúrgico depositado na Biblioteca Palatina de Parma e apresenta no respetivo cólofon (dístico final) a indicação «Breviário Completo segundo o uso do Santo Sepulcro do Senhor para os Frades da Ordem da bem-aventurada Maria do Monte Carmelo»; segundo Aires Nascimento (2010, p. 127), corresponde ao testemunho mais antigo do culto litúrgico de Nuno Álvares Pereira que se conhece. Kallenberg situa a sua produção entre 1456 e 1478, e Nascimento estima que ele possa ter chegado a Itália na sequência do casamento (em 1565) de D. Maria de Portugal (neta de D. Manuel I e filha de uma tetraneta de Nun'Álvares que descendia diretamente de D. Jaime de Bragança) com Alessandro Farnese, duque de Parma. O *Breviário*, que apresenta iluminuras que parecem remeter para a escola flamenga de Gand-Bruges, pode ter pertencido anteriormente a D. Isabel da Borgonha (filha de D. João I e



D. Filipa de Lencastre), figura cultural de grande relevo, apreciadora dos carmelitas e que ofereceu outras obras ao seu irmão D. Duarte, como, por exemplo, um *Livro de Horas*, e possivelmente também a *Vita Christi* de Ludolfo da Saxónia (Nascimento, 2010, pp. 134-136).

Qual o interesse deste manuscrito estrangeiro para a questão da fixação da data da morte do nosso Condestável? É que ele regista três festividades do «*proprium*» de Portugal, uma no primeiro dia de outubro (os mártires de Lisboa: Veríssimo, Máxima e Júlia), outra no dia 20 do mesmo mês (Santa Iria, virgem e mártir) e outra em 1 de abril («*Sanctus Nunus comes et confessor — totum duplex*»). Portanto, temos um calendário de festas religiosas que aponta essencialmente para a Flandres, mas onde se enxertaram elementos do «*proprium sanctorum*» da Igreja de Lisboa, incluindo a celebração do dia da morte de Nuno Álvares Pereira, aqui já referenciado (tanto quanto se sabe, pela primeira vez num livro litúrgico) como «santo». Deve-se também realçar que, como explica Kallenberg (1993, p. 261), a expressão «*totum duplex*» remete para o mais elevado grau da festa prevista na liturgia carmelita de outrora, ou seja, para uma dignidade e pompa assinaláveis. Este autor, que aponta também a presença de uma referência a Santo António no mesmo *Breviário* (em 13 de junho), lembra que o dia da festa litúrgica dos santos (*dies natalis sanctorum*) corresponde ao dia da sua morte (e não ao do seu nascimento, como por vezes se pensa), por ser esse o dia em que «santos nascem para o céu» (*ibid.*).

Em conclusão, o *Sumário* (de 1432 ou 1433) e o *Breviário* (do terceiro quartel do século xv) coincidem na identificação do dia 1 de abril de 1431 como a data do passamento de Nuno Álvares Pereira. O facto de, durante bastante tempo, a comemoração litúrgica do Condestável se ter feito em 1 de novembro resultará, segundo Aires Nascimento (2009, p. 47), da circunstância de, não tendo havido lugar à sua canonização, os carmelitas terem recorrido, de forma engenhosa, ao dia de Todos os Santos para o celebrar, evitando assim qualquer censura por ausência de reconhecimento das suas virtudes por parte da Santa Sé. Desse modo, pouco a pouco, foi-se perdendo a memória exata do dia do decesso, que no entanto o *Sumário* de D. Duarte e o *Breviário* de Parma nos permitem recuperar. Lembro que, em 1625, o Breve *Coelestis Jerusalem*, do papa Urbano VIII, proibiu todo e qualquer culto prévio a um candidato à santidade; o processo de *non cultu* tornou-se, assim, indispensável para

o avanço de uma causa; com isso, a Santa Sé pretendeu travar os «ímpetos santificadores» das comunidades locais e reafirmar (na linha do que tinha sido determinado no século XIII) a rigorosa exclusividade papal no processo de canonização (Rosa, 2000a, p. 345).

Resta acrescentar que, se o *Sumário* de D. Duarte não nos induz em erro, é extraordinário um homem (e desde logo, ou quase, um candidato à santidade) como Nun'Álvares, que já se admitiu ter nascido no dia de São João Batista (em 24 de junho), ter adoecido na Sexta-Feira Santa para vir a falecer em pleno domingo de Páscoa. Pela minha parte, aceitando embora, provisoriamente, esta solução, não me espantaria muito se amanhã outra investigação viesse obrigar-nos a retificar esta datação, que me parece poder ter sido ligeiramente retocada (tal como sucedeu no caso do dia da morte de D. João I [A. Sousa, 1984, *passim*]), de maneira a produzir um efeito tão impressionante.

*O passamento:*

Segundo a descrição de frei José Pereira de Sant'Anna (*Crón. Carmel.*, I, III, 18, pp. 456-459), em 1431 (isto é, a caminho dos seus 71 anos), Nun'Álvares já se encontrava muito debilitado, mal se podendo mover. Gostava então de ouvir histórias das Sagradas Escrituras que relatavam grandes sucessos da verdadeira Lei sobre os infiéis; e, na medida do que lhe era possível, continuava a frequentar a sua ermida na cerca do convento, cultivando a sua devoção por Elias e pela Virgem Senhora, de quem recebeu um dia, em resposta aos seus suspiros e por voz humana, o infalível anúncio da sua morte, que o Condestável recebeu sem qualquer temor e com alegria.

De acordo com esta reconstituição carmelita, Nun'Álvares pediu para morrer vestido com o seu Santo Hábito e requereu uma mortalha e uma cova para o seu corpo, suplicando que lhe dessem uma sepultura rasa e sem distinção, onde pudesse «esconder-se sem diferença do comum dos mais homens» (*ibid.*, p. 457). Recebeu, nos dias da sua agonia, a visita do rei e dos infantes, tendo o monarca abraçado, em lágrimas, o seu velho companheiro de tantas batalhas, neste que constituiu o seu último encontro e a sua emocionada despedida.

O infante D. Duarte terá então ficado de acompanhar de perto a evolução da doença, que os «professores de Medicina» não conseguiram curar. Consciente, Nun'Álvares requereu, no transe final, que lhe

dessem a Extrema-Unção, o que foi feito pelo prelado (deve tratar-se do provincial) na presença de toda a comunidade do mosteiro, profundamente desgostosa. Segundo Sant'Anna, as pessoas ilustres não se afastavam do convento, as humildes perguntavam por ele e os pobres que ele tinha favorecido com esmolas quotidianas mantinham-se na igreja do convento, em oração contínua.

Quando lhe começou a faltar a visão e, ao mesmo tempo, a respiração acelerou, Nuno percebeu que chegara a sua hora: despediu-se de todos com afetuosa ternura e rogou que o ajudassem a ter uma «morte feliz». Abraçado — durante toda a doença — a uma imagem de Cristo crucificado e balbuciando o nome de Jesus, pediu então que lhe lessem a *Paixão segundo São João*. Assim que o leitor chegou àquela passagem do Evangelho em que Jesus Cristo, falando com a senhora sua Mãe a respeito do amado discípulo, diz «Eis aqui o vosso filho», Nun'Álvares deu o seu último suspiro e entregou a alma ao Criador; e isto constituiu, para frei Pereira de Sant'Anna, um dos sinais da sua salvação.

Os sinos tocaram e todos choraram a morte do herói; a sensação de orfandade era geral, pois «faltava a uns o conselho, a outros o exemplo, a muitos o amparo, e a todos a consolação» (*ibid.*, p. 460). O rei e os infantes acorreram ao convento ainda o corpo «se compunha» dentro da apertada cela em que falecera. Correram lágrimas ilustres e o cadáver, amortalhado «no Hábito do seu uso», foi levado para o lugar do depósito, com acompanhamento dos príncipes. D. João I encarregou-se de organizar o funeral com pompa e circunstância e assistiu pessoalmente às cerimónias fúnebres; sobre estas, diz a *Crónica do Condestabre* (cap. 79, p. 197) que «El-rei e o infante [D. Duarte] lhe mandaram fazer suas exéquias mui honradamente, como em Espanha se não fez a homem de seu estado, ao qual cumprimento, per mandado d'el-rei e do infante, vieram muita gente e clerezia». A família real, em luto público, assistiu até ao fim às cerimónias, lamentando-se o príncipe herdeiro, D. Duarte, que «perdera o seu maior amigo», e acrescentando o rei que Nun'Álvares «fora sempre um dos seus olhos» (*Crón. Carmel.* I, III, 18, p. 461).

Conclui frei Pereira de Sant'Anna (que escreve, recorde, por volta de 1745) que havia muitos eclesiásticos presentes, oriundos de diferentes famílias religiosas com presença na corte. Pelo seu lado, muito povo tentava «tocar nele medalhas» e executar outras ações «só dirigidas aos que se ausentam do Mundo deixando segura opinião de santidade»; foi

necessária muita cautela para evitar os tumultos e a confusão dentro da Igreja do Carmo, onde o povo gritava, em altas vozes, «Santo!» (*ibid.*). Os mais dignos dos presentes (a seguir às pessoas reais) transportaram então o corpo para a sepultura rasa, aberta «no meio da Capela-mor, mais chegada às cadeiras que ficam da parte da Epístola» (*ibid.*, p. 462).

*A sepultura do donato:*

Nos inícios do século XXI, F. E. Rodrigues Ferreira e M. C. Machado Neves realizaram uma intervenção arqueológica relevante na Igreja do Convento do Carmo (2005, *passim*). Neste contexto, a sepultura de Nun'Álvares foi cuidadosamente escavada, tendo-se identificado trinta pequenos ossos que foram objeto de estudo cuidadoso (em janeiro de 2002) pela técnica de espectrometria de raio x. Os arqueólogos consideraram esta a mais curiosa de todas as sepulturas que escavaram no Carmo e registaram que o respetivo chão está situado «a uma cota de -117, em termos de pavimento primitivo»; as «paredes e parte do chão são de silharia, sendo este completado com tijoleiras. O *locus* para a cabeça, ao mesmo nível do pavimento da sepultura, não está, como seria de esperar, ao meio longitudinal da sepultura, mas colocado à esquerda», sendo também ele de silharia. Segundo os dois arqueólogos, em pleno século XV já não se utilizava este tipo de sepulturas, não se percebendo bem o que terá presidido à escolha daquele desenho; eventualmente, Nun'Álvares poderá tê-las visto em algumas das suas deambulações pelo País, assimilando-as a campas de antigos cavaleiros. Carlos Evaristo (2003-2006, p. 66) relaciona o estilo com as sepulturas de cavaleiros e de cruzados, e afirma que «o corpo, levado num esquife de madeira, enfeitado com cruces de ferro (das quais se encontraram algumas), foi deitado em cima de lajes de pedra, colocadas debaixo da terra e com um compartimento ou *locus* para a cabeça não estar em contacto com a terra e com a cal que foi deitada no corpo».

Quanto ao não uso de caixão, os dois arqueólogos explicam que tal não era, então, obrigatório, ficando ao critério do testamento do finado ou da vontade dos familiares; não se tratava tanto de uma questão financeira, porque o mais dispendioso costumava ser a inumação no interior do templo (Ferreira e Neves, 2005, p. 599). Confirmando o relato de Pereira de Sant'Anna sobre a localização da sepultura de Nun'Álvares, a investigação encontrou, além de espólio semelhante ao

das outras sepulturas das capelas da cabeceira da igreja (por exemplo: numismas de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V), um selo de chumbo de uma bula, que apresenta, no anverso, «Bonifatius PP VIII» (isto é, Bonifácio IX, que foi papa entre 1389 e 1404) e, no reverso, duas efígies com as respetivas siglas: «SPA» (São Paulo) e «SPE» (São Pedro). Consultado o Arquivo Secreto do Vaticano sobre a origem deste selo de bula (o pergaminho, obviamente, perdeu-se devido à ação do meio ambiente), a resposta não foi conclusiva, mas acredita-se que se trate da bula dirigida por Bonifácio IX, em 1389, ao bispo de Lisboa, confirmando a autorização a Nun'Álvares para a construção do Convento do Carmo. A exemplo do que por vezes sucedia na época, o Condestável terá querido ser sepultado com esta bula preciosa a seu lado, o que vem reforçar a convicção de que aquela seria de facto a sua campa, escavada do lado da Epístola, ou seja, «o menos “nobre” e num local de passagem obrigatória para se aceder ao presbitério, acto de profunda humildade, bem de acordo com a mentalidade da época» (Ferreira e Neves, 2005, pp. 595-596).

Também é interessante frisar que a escavação identificou um buraco vertical sensivelmente a meio da sepultura, à cota -95, com cerca de 140 mm de comprimento por 40 mm de diâmetro, do qual se tirou um molde de gesso. O facto recorda o testemunho de frei Simão Coelho (c. 1572), largamente repetido pelos cronistas carmelitas, segundo o qual o povo retirava terra da sepultura (como devoção e relíquia para curar maleitas e operar milagres) em tal quantidade que, a certa altura, já só lá chegavam utilizando uma cana com cinco ou seis palmos de comprimento (Ferreira e Neves, 2005, p. 597).

Da sepultura de Nun'Álvares constava um epitáfio em latim, certamente posterior ao decesso e devido à intervenção da Casa de Bragança, que rezava assim: «Aqui repousa aquele Nuno, Condestável, Fundador da Casa de Bragança, General exímio. Depois monge bem-aventurado; o qual, sendo vivo, desejou tanto o reino do Céu, que mereceu depois da morte viver eternamente com os Santos; pois, após numerosos troféus, desprezou as pompas e, fazendo-se humilde de príncipe que era, fundou, ornou e dotou este templo.»<sup>281</sup> Segundo a tradição, em retribuição por um «portentoso benefício» que recebera do «Conde Santo», D. Duarte ofereceu uma lâmpada [de azeite] de prata que esteve pendente durante muitos anos junto ao túmulo, ardendo de dia e de noite durante muitos

anos, diante da sua sepultura; a *Crónica dos Carmelitas* (I, III, 18, p. 464) afirma mesmo que esta informação foi confirmada pela consulta do livro de despesas da Casa Real.

Cerca de noventa anos mais tarde, uma rainha de Castela, Joana I (1479-1555, conhecida como *a Louca*), que era tetraneta de Nuno Álvares Pereira (descendia de D. Isabel e do infante D. João, mestre de Santiago), terá mandado fazer um bellissimo túmulo de alabastro para acolher os restos mortais do seu glorioso antepassado, que fez chegar ao Convento do Carmo cerca de 1522. Há também a possibilidade de este mausoléu ter sido encomendado por D. Afonso, duque de Bragança (e genro de Nun'Álvares) ou por D. Jaime de Bragança (seu trineto, fortemente associado, recorde, à impressão da *Crónica do Condestabre*).

O mais importante, todavia, para o nosso propósito, é frisar que este precioso túmulo (que viera acompanhado de um retábulo borgonhês de madeira todo entalhado e revestido a ouro, com os Passos da Paixão de Cristo, para ser utilizado no altar, onde se ofereciam diariamente a Nun'Álvares sacrifícios a Deus) levou à trasladação dos restos mortais do Condestável para um lugar mais digno da capela-mor do Carmo: junto ao presbitério, da parte da Epístola; aí se mandou fazer uma capela, com um belo arco em jaspe, onde se acomodou o túmulo e o retábulo que viera da Borgonha; a trasladação foi feita em 1522, sendo então prior frei Cristóvão Moniz, descendente de Gil Airas, o escrivão da puridade de Nun'Álvares (*Crón. Carm.*, I, III, 20, pp. 471-473).

Infelizmente, o terramoto de 1755 destruiu também este túmulo (as escavações detetaram ainda fragmentos vários de alabastro), mas Fernando Artur Grilo (2005, pp. 492-493) lembrou que dele foi feita uma réplica setecentista de madeira policromada (com 186 x 223 x 76 cm). Esta só foi possível graças ao cronista carmelita (descalço) frei Manuel de Sá (1673-1735), que incluiu na sua obra uma descrição do túmulo e o seu desenho: era de finíssimo alabastro, sentado sobre quatro leões de pedra; na face virada para o altar-mor, tinha as imagens da bandeira de Nun'Álvares em dois painéis divididos; nos laterais dos dois painéis, como remate, figuravam anjos com as armas do Condestável nas mãos; na face virada para a igreja, estava a figura do Santo Condestável enquanto mancebo, com uma maça de armas na mão e vestido de armas brancas; por cima da arca, surgia a figura do Condestável já morto, com

o hábito carmelita, tendo um bordão numa mão e um livro aberto na outra. A tradição diz que este túmulo foi esculpido em Bruxelas, embora haja quem defenda que terá sido feito em Itália.

Na altura da trasladação de 1522, D. João III, que presenciou o ato, não terá ficado muito convencido com o bom critério de escolha do local e, em 1548, a arca foi levada para o outro lado da capela-mor, dito do Evangelho, considerado mais digno, ao passo que o retábulo foi oferecido à Ermida de Nossa Senhora do Carmo, na Caparica (Grilo, 2005, p. 493; *Crón. Carmel.*, I, III, 20, pp. 473-474).

Segundo uma inscrição que constaria do próprio túmulo, o cofre com as relíquias do Condestável foi introduzido pela primeira vez neste túmulo-réplica em 1760<sup>282</sup>, cinco anos após o terramoto que arrasou a capital; aqui terá ficado até 1836, altura em que foi removido para o panteão régio de São Vicente de Fora, onde permaneceu até 1895, sendo depois levado para a capela doméstica ou privada dos cardeais-patriarcas, até 1918 (ano da beatificação de Nuno); nesta data, voltou a São Vicente de Fora, indo depois para Santa Maria de Belém<sup>283</sup>. Pensou-se então transferir a arca e o cofre com os restos mortais do Beato Nuno para o Mosteiro da Batalha, mas a ideia nunca se concretizou e o túmulo acabou por ser devolvido ao Convento do Carmo, onde ainda hoje se pode admirar<sup>284</sup>. Deve-se, no entanto, sublinhar que a reconstituição setecentista, embora mantendo a disposição geral das principais figuras, «inverteu dramaticamente o sentido da composição da esquerda, colocando Nossa Senhora com o Menino no centro da arca e destruindo assim o equilíbrio compositivo que decerto existiria no original» (Grilo, 2005, p. 494).

Na face que dava para a cabeceira da igreja estava uma estátua de Nun'Álvares equipado com armadura e armas brancas (alabarda e elmo); segundo Fernando Grilo, esta peça terá depois sido individualizada na estátua de madeira (com 150 x 70 x 32 cm) que ainda hoje se pode ver junto ao túmulo. Segundo a tradição, esta estátua faria parte integrante do túmulo, correspondendo talvez àquela que o desenho reproduzido por frei Manuel de Sá nos fornece ao pé do sarcófago. Todavia, pela sua conceção, Fernando Grilo pensa tratar-se antes de uma interpretação livre de outra estátua, uma vez que consiste numa figura de aparato, inspirada em outras estátuas famosas (como o *David* de Donatello); por essa razão, este investigador acredita que esta estátua de madeira pode



ter sido executada já no século XIX, fazendo eco da notícia setecentista que referia a existência de uma estátua do Condestável junto do seu túmulo (Grilo, 2005, p. 494). Outras estátuas e imagens (por exemplo, em buril estampado) de Nun'Álvares terão sido feitas em vários locais do País, como em algumas igrejas de Lisboa, das comarcas de Avis e Cernache do Bonjardim, em Moura e também na Sertã, onde se fabricou, em cera, uma estátua em tamanho natural, que viria a ser mandada desfazer pelo pároco local, porque os fiéis retiravam dela pedacinhos de cera para porem ao pescoço, em saquinhos, no fito de recobrem a saúde<sup>285</sup>.

*O culto popular e o livro dos milagres:*

A aura imensa de Nun'Álvares Pereira esteve na origem das muitas festas que foram promovidas em sua honra na igreja do Carmo, logo a partir do seu decesso. Frei José Pereira de Sant'Anna (*Crón. Carmel.*, I, III, 19, pp. 466-471) aponta quatro casos: o das mulheres dos cidadãos de Lisboa, um dia depois da Páscoa (primeira Oitava), com pandeiros e adufes, batendo palmas e cantando estribilhos; o dos moradores do Restelo, na segunda oitava do Espírito Santo, em que havia saltos dos batéis para terra, trombetas, acendimento de velas, danças, coplas e cantar de seguidilhas e de «portentos» (milagres); o dos moradores de Sacavém e dos lugares circunvizinhos (dos quais Nun'Álvares fora senhor: Camarate, Unhos, Catujal, Póvoa), em 24 de junho, dia de São João Batista e do nascimento do Condestável (neste caso não se conhece bem qual era o festejo concreto, mas também devia incluir música e, como oferta, traziam azeite para a lâmpada sepulcral); e o caso dos moradores de Almada e do seu termo, que vinham em 15 de agosto (dia da Assunção da Virgem), transportando muita cera lavrada e entoando muitos louvores cantados.

Estas festas são um sinal da devoção espontânea dos fiéis, que — como lembrou Domingos Maurício Gomes dos Santos (1928, p. 35) — iam introduzindo (com altares munidos da imagem do Condestável, com ex-votos, com missas) um culto não decretado, mas, a princípio, sancionado tacitamente e, depois, explicitamente aprovado pelos ordinários locais. O facto está relacionado com a tradição dos milagres que ocorriam junto à sepultura de Nun'Álvares ou que eram proporcionados a partir de relíquias suas. *A Crónica do Condestabre*, na sua derradeira frase,

diz o seguinte: «E ainda o dia de hoje, depois da sua morte, Deus, por sua mercê, fez e faz muitos milagres naquele lugar onde seu corpo jaz, que são assaz denotados e manifestos, por que devemos de entender que sua alma é com Deus na sua glória, a qual ele por sua mercê nos dê. Amen» (cap. 80, p. 203). Frei José Pereira de Sant'Anna, com base em crônicas carmelitas anteriores, incluindo o *Carmelo Lusitano* de frei Jorge Cotrim (m. 1678), arrola uma série de 221 milagres associados a Nuno Álvares Pereira, os quais teriam sido extraídos de um livro original manuscrito muito antigo; esta obra, «que com efeito vimos, e se guarda no Arquivo deste Convento», seria da autoria de Gomes Eanes de Zurara, tendo sido composta no tempo de D. Duarte (*Crón. Carmel.*, I, III, 21, p. 486).

Ora, este livro não chegou até nós, provavelmente por causa do terramoto-incêndio de 1755, mas Carlos da Silva Tarouca, que estudou o assunto, concluiu que, afortunadamente, dele foi feita uma cópia por Manuel Severim de Faria (1584-1655), um chantre da Sé de Évora que tinha igualmente transcrito a «Memória para a pregação de Nuno Álvares Pereira». Esta cópia sobreviveu e foi conservada na Biblioteca da Casa de Cadaval, em Muge (códice 4044), sob o título «Milagres do Sancto Condestabre, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo». De acordo com Silva Tarouca (1948, *passim*; e 1949, pp. 134-135), o texto de Cotrim que Sant'Anna utilizou, assim como um outro catálogo semelhante de milagres do Condestável (neste caso da autoria de um monge agostinho, frei Jerónimo Roman, m. 1597), dependem nitidamente, quanto aos factos miraculosos que relatam, aos nomes das pessoas envolvidas (algumas das quais são conhecidas) e aos lugares referenciados, do texto — mais antigo — de Manuel Severim de Faria. A avaliar pelos casos descritos, o rol original deve ter sido progressivamente compilado entre 1422 e 1451, pelo que considero provável que a sua encomenda se tenha ficado a dever a D. Duarte e a sua conclusão ao período da regência do seu irmão, o infante D. Pedro, e do seu filho, o rei D. Afonso V. Não se sabe exatamente qual a participação de Zurara neste processo, mas Tarouca admite que «talvez, no códice original, aparecesse o nome de Gomes Eanes de Azurara, na qualidade de tabelião, que autorizasse a compilação. Os homens dos séculos xvii e xviii pensaram que Azurara fosse o autor!» (1948, p. 163).

O mais provável, segundo o mesmo erudito, é que o códice original tenha sido «o resultado sucessivo dos relatos da boa gente que, obtida a

graça desejada do Santo Condestável, acorria ao seu convento e contava o que os beneficiados consideravam milagre. O Padre Sacristão apontava: “Fulano, morador na freguesia de tal, diz...”» (*ibid.*). Na mesma linha de ideias, Aires Nascimento (2010, pp. 34-35, nt. 17) defende que «o livro de milagres caracteriza-se muitas vezes por ser uma obra em aberto, pois os milagres vão sendo lançados à medida que eles são testemunhados e recolhidos perante a autoridade para isso creditada». Este autor lembra também que na biblioteca dos duques de Bragança, em Vila Viçosa, segundo um inventário de 1567 (realizado porque, à morte do duque D. Teodósio, em 1563, havia filhos menores), existia uma entrada que dizia «It Milagres do Condestable dom Nuno Aluares Pereira escrito de mão», o qual foi avaliado em 200 réis; a obra, todavia, perdeu-se, restando a referência a ela feita no inventário (em cópia do século xvii).<sup>286</sup> Aires Nascimento lembra também que Mário Martins estudou igualmente o assunto e aceitou a versão copiada por Severim de Faria; quanto à cópia atribuída a Zurara, antes no Convento do Carmo, terá passado, por causa das diligências para a canonização, «para Roma e por lá ficou», tendo sido parcialmente traduzida para italiano.<sup>287</sup> Pelo seu lado, Avelino de Jesus da Costa (1960/2008, pp. 249-250) afirma ter identificado em Madrid, na Biblioteca da Academia Real da História, uma outra cópia do mesmo rol dos 221 «Milagres do Sancto Condestabre»<sup>288</sup>.

No que diz respeito ao conteúdo, o rol de milagres de frei Sant’Anna (a partir da transcrição de Jorge Cotrim) apresenta 221 casos de pessoas que foram salvas ou profundamente agraciadas pela sua devoção a Nuno Álvares Pereira; os milagres ocorreram junto à sepultura ou em outros locais, mas a partir da posse de terra da campa do Condestável ou de algum objeto a ele diretamente associado; em casos mais raros, deu-se a própria aparição de Nun’Álvares. O conjunto pode subdividir-se em treze secções. Na primeira (com uma dúzia de casos), vêm os mortos que, por intercessão do Condestável, ressuscitaram; na sua maior parte, são crianças, filhas de gente humilde da zona de Lisboa; as mortes tinham sido causadas por fatores vários (afogamentos, febres, quedas, entre outros), e a ressurreição deu-se na sequência de rezas desesperadas e encomendações dos familiares, em alguns casos feitas sobre a campa de Nun’Álvares; as ressurreições foram imediatas e conduziram a agradecimentos, visitas e ofertas ao Mosteiro do Carmo (por exemplo: para oferta do peso da criança ressuscitada em trigo).

Na segunda secção, vêm as «aparições do Santo Condestável» a algumas pessoas, e «outras que por sua intercessão foram livres do Demónio que as atormentava». São casos geograficamente mais variados (Lisboa, Sardoal, Leiria) e, na maior parte, o Condestável aparece e cura a doença com o toque das suas mãos, respondendo assim às preces; em alguns casos, tratava-se de gente que não se confessava e que acumulava «culpas no cartório»; é visível que há também casos de epilepsia nesta secção.

A terceira secção (duas dezenas de casos) inclui os «enfermos de males nos olhos» que Nun'Álvares sarou; são homens, mulheres e crianças de várias localidades, que cegaram na sequência de acidentes ou doenças e que se curam pondo terra da sepultura do Condestável no(s) olho(s) e/ou rezando-lhe. Entre os agraciados está um antigo criado de Nun'Álvares (Domingos Bernardes, de Lisboa) e um criado do infante D. Fernando (Afonso Anes), além de um servidor de um fidalgo da Casa Real.

A quarta secção (com duas dezenas e meia de casos) reúne os «enfermos de ar, tolhidos e de outros males na cabeça»; são homens, mulheres e crianças de Lisboa e de outras localidades (Alhos Vedros, Aldeia Galega, Évora, Setúbal, Montemor-o-Novo, Cascais, Óbidos) que, na sua maioria, têm paralisias (faciais ou dos membros superiores e/ou inferiores) e se curam com preces intensas e com terra da sepultura do Condestável, retribuindo depois com romarias ao Convento do Carmo (um marinheiro prometeu ir ali nu, da cintura para cima). Este rol inclui um cavaleiro (Nuno Rodrigues, de Lisboa, que se curou de uma dor na cabeça usando o barrete que pertencera a Nun'Álvares), um pescador, um prior de Óbidos, entre outros. Nesta secção, há também casos de dores de dentes, de garganta («esquinência»: amigdalite) e de nariz.

Da quinta secção constam duas dezenas de casos de surdos e de mudos, e muitos doentes da garganta e do pescoço. Foram em geral curados com terra da sepultura, transportada ao pescoço ou ingerida com água. Há também casos de inchaços no pescoço, «alporcas» (escrófulas), que são clássicos na literatura taumatúrgica (milagreira) medieval. É nesta secção que se encontra o exemplo de Afonso Furtado, que era anadel-mor dos besteiros do conto (um ofício régio muito importante): curou-se de uma terrível dor no pescoço que o impedia de se mexer, mandando vir do Carmo o barrete de Nun'Álvares. Também

aqui está o caso de Fernão Anes, criado de Gil Airas, cujo filho, que era surdo, foi curado com terra da campa do Condestável que lhe foi colocada nas orelhas.

Na sexta secção, estão os doentes de moléstias graves no peito, estômago e coração: asma, «cancro», tosse, dores de estômago, vômitos, inchaços e outros; são geralmente curados com terra da sepultura do Carmo. Consta deste apartado um tal Lopo Afonso, amo do infante D. Afonso, que recuperou de uma dor terrível que tinha há três meses no coração por se ter encomendado a Nun'Álvares.

A sétima secção (uma dúzia de casos) inclui os curados de «queixas gravíssimas de braços, de costas, de ventre e de hidropisia»: gente com inchaços enormes, espinhas de peixe espetadas num dedo, lobinhos na mão direita (caso de um criado do infante D. Pedro, chamado Lopo Rodrigues), cólicas, umbigos de fora, entre outros. São geralmente curados com terra da campa levada para casa, acompanhada de preces intensas.

Na oitava secção (quase vinte casos) estão os curados de «roturas, ciática, almorroidas e de pedra»; muita gente «quebrada» e que se cura colocando terra da sepultura de Nun'Álvares no local afetado, ficando logo sarada. Aqui aparecem um escudeiro do conde D. Pedro (deve tratar-se de D. Pedro de Meneses, governador de Ceuta e conde de Vila Real) e um criado do conde de Ourém (neto do Condestável).

A nona e décima secções (ao todo, três dezenas e meia de exemplos) reúnem casos de «enfermidades de pernas e pés»: coxos, paráliticos, gente com gota e pernas fistuladas são curados por encomenda, promessa e devoção a Nun'Álvares. Entre os agraciados, constam um religioso dominicano de Lisboa, um clérigo de missa de Beja, um procurador da corte, um criado do infante D. João (a quem se lhe tinha metido um grande estrepe pela sola do pé, pelo que levou um estrepe de cera à sepultura e ficou curado), entre outros.

A décima primeira secção (uma dúzia de casos) inclui os curados de «febres e fluxos de sangue»: febres malignas, «sezões» (algo do género do atual paludismo), fluxo de sangue em mulher, sangue pelo nariz, e outros mais. Foram curados na linha dos exemplos anteriores. A décima segunda secção reúne só exemplos de mulheres de Lisboa, que foram livres dos «perigos de parto» — nados-mortos, crianças amputadas, entre outros.

Finalmente, a última secção apresenta uma dúzia e meia de casos de «enfermos de mal de quebranto, frenesis, quedas e outras doenças

não conhecidas». É uma secção muito heterogénea, onde podemos encontrar exemplos de «dores de quebranto», de «empôlas» grandes a sair do corpo, de lepra por ingestão de veneno, mas também de tormentas no mar durante seis dias, de fogo que fez arder casas (sem, contudo, danificar a terra da sepultura de Nun'Álvares que um morador na ferraria de Lisboa tinha sempre à mão, «em um esteio de pão»), de vinhas atacadas pelo «pulgão» ou pela lagarta e até de um preso que ansiava pela sua liberdade (o homem que o mandara deter pediu que o soltassem porque andava a ver Nun'Álvares vestido de frade a perguntar por ele). É neste rol que está o engraçado caso de um homem que tentou roubar a lâmpada de prata da campa do Condestável, mas depois não conseguiu acertar com a saída do mosteiro e foi apanhado. Igualmente curioso é o exemplo de um morador de Leiria que falsificara duas cartas a D. Duarte e fora preso; o rei mandou-lhe cortar as mãos, mas o homem fugiu na véspera da execução da sentença e, depois, o infante D. Pedro intercedeu por ele; D. Duarte aceitou reduzir o castigo, mas mandou-o chamar para lhe aplicar «uma dúzia de boas pancadas com um pau, por escarmento»; o indivíduo apresentou-se na corte, levou a primeira bordoadada do rei, mas depois prostrou-se em terra e implorou: «Senhor, à honra do Santo Condestabre, me não façais mais mal»; ao ouvir isto, D. Duarte atirou o pau fora e renunciou ao resto do castigo (*Crón. Carmel.*, I, III, 21, pp. 486-559).

Num trabalho muito interessante, Gilberto Moiteiro analisou este rol quatrocentista de 221 milagres associados a Nuno Álvares Pereira e concluiu que 69% são casos que ocorreram em Lisboa e cerca de 23% junto da própria campa do Condestável; um mapa que elaborou acerca da geografia dos miraculados lisboetas mostra que a maior parte dos casos diz respeito a gente das freguesias de São Nicolau, de São Julião e de Santa Maria da Madalena (a sudeste do Convento do Carmo), com onze a dezoito exemplos cada; seguem-se Santa Maria da Fé e Santo Estêvão de Alfama (mais a leste), com seis a dez casos cada; na cauda, aparecem as freguesias de Santa Justa (a mais próxima do mosteiro), de São Cristóvão, de Santa Cruz do Castelo, dos Mártires, de São Miguel de Alfama e de São Vicente de Fora, que era a mais distante, ficando situada a nascente do convento onde o Condestável viveu e morreu.<sup>289</sup>

Assim, temos que a distribuição espacial dos miraculados aponta para uma grande concentração nas freguesias que se aproximam mais

da ribeira de Lisboa e, dentro delas, com relevo para certos espaços, como a jubetaria<sup>290</sup>, as igrejas da Madalena, São Gião e São Nicolau e, muito especialmente, a Rua Nova dos Mercadores, que era a principal artéria da cidade. Por conseguinte, foi na zona ribeirinha da capital que o culto do Condestável mais se desenvolveu; era também aí que vivia mais gente e que a vida comercial e financeira da urbe era mais intensa e vibrante (incluindo o trânsito de embarcações e de mercadorias); todos os dias os transeuntes podiam, a partir dali, observar o Convento do Carmo, onde repousava o corpo do herói, lá no alto da colina de Vale Verde. Em síntese, a zona mais ocidental de Lisboa (a mais próxima do Carmo e que acompanhou melhor a tendência expansionista da cidade nos finais da Idade Média) foi aquela em que o culto de Nuno Álvares Pereira alcançou maior expressão (Moiteiro, 2004, pp. 127-129).

*Construir a memória do «Santo Conde»:*

Se o Condestável, quando era vivo, constituía já uma referência para a monarquia joanina e para a população em geral, depois de morto o seu potencial manifestou-se em todo o seu esplendor. Tanto a Coroa como a Ordem do Carmo, como ainda a Casa de Bragança, trataram de explorar esse capital simbólico da melhor forma possível e — acreditamos — com toda a convicção.

Como já sabemos, em carta enviada ao abade D. Gomes, em 21 de julho de 1437, D. Duarte mostra preocupação por ainda não lhe ter chegado cópia do desembargo sobre a canonização do Santo Condestabre, no sentido de se abrir a inquirição habitual nestas matérias. Ou seja, o papa Eugénio IV mandara dar início ao processo de canonização de Nun'Álvares, que na missiva do *rei eloquente* surge já apelidado de «santo».

Como revelou Domingos Maurício Gomes dos Santos (1960, p. 55), no dia 17 de julho de 1437, D. Duarte escreveu ao bispo de Viseu, que se encontrava no Concílio Geral de Basileia, uma carta onde descreve, com bastante minúcia, a aparatosa cerimónia que se tinha realizado em Lisboa, cinco ou seis dias antes: com toda a solenidade, fora proclamada a bula de cruzada (que trazia data de setembro de 1436) com vista à expedição que se iria fazer contra Tânger. De acordo com o relato do rei, a cerimónia implicara uma concentração geral (incluindo o rei, a rainha e os infantes) no Mosteiro do Carmo, onde tinha sido escutada a pregação de frei Martinho e publicada a «letra de cruzada» com as respetivas



indulgências, seguindo-se uma missa em honra da Virgem Maria e uma procissão pela cidade, com a «gaiola» que se trazia no dia do Corpo de Deus acompanhada pelos oficiais e pelos círios que era costume irem também no mesmo dia festivo. Ora, D. Duarte esclarece que, na referida «gaiola», estava colocado o relicário da cruz enviado pelo papa, a letra de cruzada e «uma bandeira do santo conde com que ele já fora em alguns bons feitos». A procissão foi até à Sé de Lisboa, onde o bispo de Ceuta, revestido de pontifical, subiu ao púlpito e fez um breve sermão, mostrando a bula e referindo as indulgências que todos haveriam de ter.

Temos, portanto, que, em data próxima do falecimento de Nun'Álvares, já a Coroa se referia a ele, abertamente, como «santo», e promovia diligências no sentido da respetiva canonização. É possível que tanto o *Sumário* (ou «esboço de panegírico», como lhe chama Tarouca [1949, p. 134]) do infante D. Duarte para a pregação de mestre Francisco como a oração litúrgica composta por D. Pedro, ou ainda o *Livro de Milagres* atribuído a Zurara tenham sido peças consideradas muito úteis na organização deste processo. Seria, obviamente, tentador acrescentar aqui a biografia anónima da *Crónica do Condestabre* e as narrativas do próprio Fernão Lopes (estas últimas certamente encomendadas por D. Duarte), mas sobre a respetiva génese, conteúdo e intencionalidade já me alonguei o suficiente no capítulo primeiro deste livro.

Nas instruções que o rei deu (em 10 de setembro de 1437) ao seu irmão D. Henrique, antes da partida da armada portuguesa para Tânger, pode-se ver que D. Duarte gostaria que o futuro *Navegador* tivesse em conta, nos feitos de guerra que iria praticar, os exemplos de D. João I e do «santo condestabre»<sup>291</sup>. Rui de Pina, pelo seu lado, acrescenta que, quando a hoste portuguesa, já em África, avançou sobre Tânger, levava «a imagem de Santa Maria, e a imagem do Condestabre Nun'Álvares, e o vulto d'El-rei Dom João e logo o lenho da Vera Cruz; e com estas relíquias e devoções, saiu o bispo de Évora bem acompanhado de suas gentes e de muitos religiosos que ali eram»<sup>292</sup>. Ou seja, mantém-se a tônica, que D. Duarte acarinharia nos seus próprios livros (a começar pelo *Leal Conselheiro*<sup>293</sup>), de exaltar o exemplo de Nuno Álvares Pereira e atribuir-lhe uma dimensão sagrada que correspondia ao culto popular (aparentemente bastante espontâneo) desencadeado logo após a morte do Condestável e que era muitíssimo conveniente para a dinastia de Avis, recém-chegada ao poder. No fundo, tratava-se de pôr a memória

de Nun'Álvares ao serviço da política e do engrandecimento de uma dinastia que dificilmente teria conquistado o poder sem a colaboração do grande Condestável; funcionava como uma sanção divina à entronização de um rei (D. João I, pai de D. Duarte), que, à partida, não apresentava credenciais suficientes para o ser. A estratégia vingou e, na segunda metade de Quatrocentos, é certo, mesmo em documentos eclesiásticos, que Nun'Álvares já era frequentemente referenciado por «santo». Por exemplo, recorde que Avelino de Jesus da Costa (1960/2008, pp. 249-250) realçou o testemunho do chantre de Évora, Martim Vasques, que fora criado do Condestável e que, em 22 de maio de 1470, instituiu por ele e pela sua família quarenta e seis aniversários anuais na Sé de Évora: «Este livro mandou fazer o honrado Martim Vasques, chantre e cónego desta igreja, criado do Conde Santo Dom Nuno Álvares Pereira, e capelão-mor de D. Fernando seu neto, Duque de Bragança» (Arquivo da Sé de Évora, códice CEC 4-XVII).

Do lado da casa de Bragança, que em bom rigor só se constituiu em 1442 (com a atribuição pelo regente D. Pedro do título de duque de Bragança ao conde de Barcelos, D. Afonso, marido de Beatriz Pereira), a apropriação da memória de Nun'Álvares é também totalmente compreensível e foi evidente. Como afirmei no final do capítulo terceiro deste livro, ela traduziu-se, desde logo, na geografia do património familiar dos Braganças, que recuperou áreas ligadas à lembrança do seu antepassado. Mas encontrou também expressão na já referida impressão da *Crónica do Condestabre* (em 1526, com as interpolações que já conhecemos), na tradução desta obra para latim (a pedido de D. Jaime, trineto de Nun'Álvares) e, de uma forma geral, no acarinhamento da memória do ilustríssimo fundador remoto da sua casa e linhagem. No citado inventário do Paço ducal de Vila Viçosa, da segunda metade do século XVI, encontramos referência a diversos objetos que traduzem a preocupação de ajudar a cultivar essa lembrança: retratos de Nun'Álvares (em «tábua»), panos de armar que relatam a sua história, a dita recolha de «Milagres do Condestable dom Nuno Aluares Pereira escrito de mão», além de alguns objetos pessoais, designadamente um relicário de prata que pertencera ao Condestável (Rosa, 2001-2002, pp. 436-438).

Quanto à Ordem do Carmo, tinha obviamente todo o interesse em exaltar a figura do fundador do grande Convento do Carmo e em inseri-la na galeria dos mais notáveis dos seus membros. Não por acaso,

grande parte da informação de que dispomos sobre a história de Nuno Álvares Pereira provém de crónicas carmelitas (em especial a de frei José Pereira de Sant'Anna) ou de trabalhos e estudos (como o de Balbino Velasco Bayón) ligados a esta instituição. Já em meados do século xv, também a Ordem do Carmo considerava o Condestável como um «santo»; uma das mais antigas referências que o comprovam encontra-se numa carta de autorização para sepultura perpétua dentro do grande mosteiro lisboeta, datada de 23 de setembro de 1453; neste documento, frei João da Charneca intitula-se «vigário da Ordem da Virgem Maria do Carmo, edificado pelo Santo Condestável em Lisboa» (Nóvoa, 2016, pp. 167-170).

*A estrada da canonização:*

Sobre toda esta base se construiria a própria história do processo de canonização de Nuno Álvares Pereira, que atravessou um arco de pelo menos 572 anos<sup>294</sup>. Não tendo o processo iniciado em 1437 pelo papa Eugénio IV, sob insistência de D. Duarte, surtido efeito imediato, por razões que se desconhecem, a causa seria retomada mais tarde, em especial depois do período de ocupação filipina (durante o qual a memória do Condestável não era obviamente muito grata). Assim, em 1641, D. João IV (duque de Bragança!), também em nome do episcopado português, requereu ao Sumo Pontífice o reconhecimento da beatificação de D. Nuno e a (re)abertura do processo para a causa da sua canonização. Tendo surgido prováveis dificuldades nas relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, o processo não foi avante, tal como viria a acontecer com os dois pedidos para a confirmação de culto apresentados pela Ordem carmelita à Santa Sé durante o século xvii. Gorados saíram também os esforços de D. Pedro II sobre o mesmo assunto, encetados nas cortes de 1674.

Em 1894, a cúria diocesana de Lisboa avançou com o processo de reconhecimento do culto «ab immemorabili» do Beato; foram nomeados oficiais para o efeito, interrogadas várias testemunhas e analisada a documentação existente; porém, a morte de alguns dos protagonistas deste novo impulso obstou à conclusão do processo. Alguns anos depois, o cardeal-patriarca, D. António Mendes Belo, retomou o assunto; na sequência destes esforços, em 23 de janeiro de 1918, num tempo de reatamento das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé (que tinham sido

abaladas pelo regime republicano), o papa Bento XV ratificaria a sentença da Congregação dos Ritos de dia 15 do mesmo mês, que reconhecia a antiguidade do culto ao Beato Nuno Álvares Pereira. Em 26 de março de 1919, a mesma Congregação autorizou as dioceses portuguesas e a Ordem do Carmo a inserir no seu calendário a memória litúrgica do novo beato, tendo igualmente aprovado os textos litúrgicos do ofício divino, da missa e do louvor a integrar no *Martyrologium* romano.

Restava agora avançar para a canonização do Beato. Em 1940, o papa Pio XII, na sequência de uma súplica do cardeal Cerejeira, autorizou o início do processo, que, em resultado de vicissitudes várias (nomeadamente a ocorrência da Segunda Guerra Mundial), apenas se viria a aproximar do seu termo em 2008, em resultado das diligências do cardeal-patriarca D. José Policarpo e da Ordem do Carmo; em 3 de julho deste ano, o papa Bento XVI (seguindo o parecer emitido pela Congregação Ordinária dos Cardeais em 7 de junho) autorizou a publicação de dois decretos, um reconhecendo as virtudes heroicas do candidato e outro atestando a cura milagrosa da senhora Guilhermina de Jesus, de Vila Franca de Xira (que recuperara a visão). Finalmente, em 21 de fevereiro de 2009, Bento XVI anunciou a canonização, que veio a realizar-se no dia 26 de abril do mesmo ano, em Roma. Foi um final luminoso para o filho de Álvaro Gonçalves Pereira e Iria Gonçalves.



## POSFÁCIO

Este livro procurou contar a história de uma vida, em todas as suas dimensões e dentro dos recursos e das fontes disponíveis. O protagonista desta narrativa é, seguramente, uma das personagens mais relevantes da grande aventura portuguesa. Em outubro de 1913, o jornal *O Século* fez um inquérito a diversas personalidades, questionando-as sobre qual seria «a mais bela figura» da História de Portugal. Nuno Álvares Pereira foi a personagem eleita, com oito votos, seguindo-se-lhe o infante D. Henrique e Afonso de Albuquerque (cada qual com quatro votos), D. João II e D. João de Castro (dois votos cada), D. Dinis, o Dr. João das Regras e Luís de Camões (um voto para cada uma).<sup>295</sup> Entre outubro de 2006 e março de 2007, a RTP promoveu o programa televisivo «Os Grandes Portugueses», coordenado por Maria Elisa Domingues; após uma votação que durou alguns meses, foi anunciada a lista dos «100 Mais»: Nun'Álvares figurava em 18.º lugar; à frente dele, ficaram — compreensivelmente, tendo em conta a natureza da iniciativa e o sistema de votação — dez personalidades do século xx (algumas delas ainda vivas na altura, como Mário Soares ou Eusébio), três diretamente ligadas à gesta dos Descobrimentos (o infante D. Henrique, D. João II e Vasco da Gama) e, fora estas, apenas D. Afonso Henriques, Santo António, Luís de Camões e o marquês de Pombal.

Não pretendi neste trabalho mais do que fornecer uma visão integrada da história de um dos maiores heróis portugueses. Sempre pensei que qualquer estudo que circunscrevesse a vida de Nuno Álvares Pereira à sua vertente militar, ou à sua figura religiosa, ou à sua condição de

grande senhor feudal e de ator político de uma época decisiva da história portuguesa constituiria sempre um contributo amputado e deformador. O meu objetivo foi, portanto, oferecer a um público alargado uma obra abrangente e tão fundamentada quanto possível, utilizando com igual entusiasmo e sem qualquer preconceito quer as fontes narrativas coevas quer a documentação disponível. Este é um livro para todos, admiradores ou não da figura histórica do Condestável, adeptos ou adversários da sua canonização, crentes ou não crentes. Não me moveu nenhuma intenção polémica: enquanto historiador apenas procurei situar a personagem no seu tempo histórico, compreender as suas ações e enquadrar os seus atos e as suas decisões, mesmo as mais difíceis.

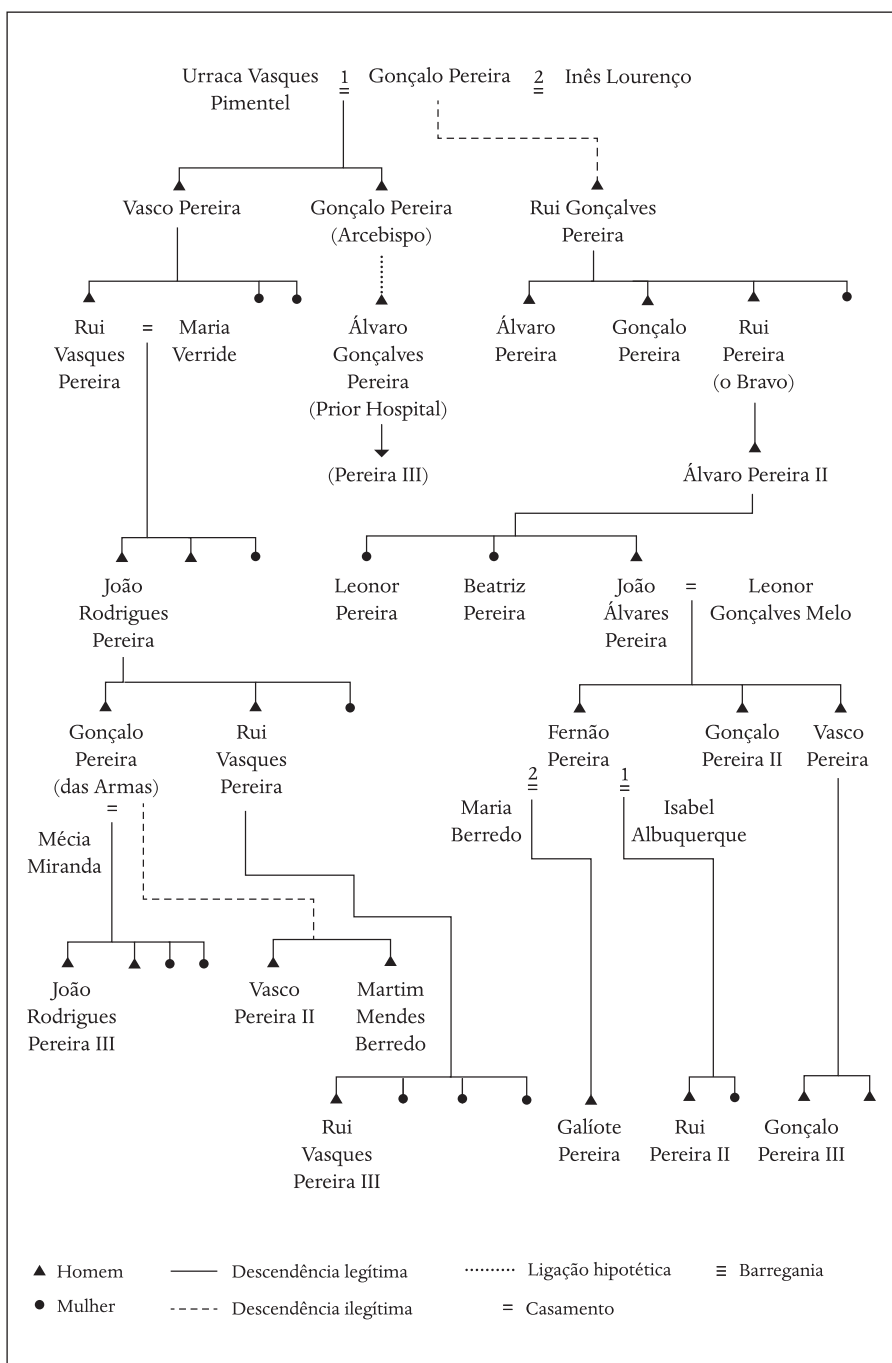
Também não desejei — nem para tal teria competência — fazer o estudo das formas de apropriação da memória de Nuno Álvares Pereira ao longo dos tempos, em especial nos séculos XIX e XX. Sobre isso, que daria decerto um novo livro, já outros se pronunciaram com intenso brilho, como sucedeu com Ernesto Castro Leal, Maria de Lurdes Rosa ou Sérgio Campos Matos.<sup>296</sup> A temática é apaixonante: compreender a forma como as diversas famílias políticas e religiosas (no Liberalismo, na fase final da Monarquia, no período da Primeira República ou durante o Estado Novo) se relacionaram com a figura histórica de Nun'Álvares e procuraram tirar partido do seu exemplo, ora numa vertente mais laica e heroica, ora noutra religiosamente mais comprometida, ora ainda em sínteses conducentes à construção de uma modalidade específica de «santidade patriótica» que conjugava a vertente cívica e a religiosa (Rosa, 2000a, p. 342); tudo isso me encanta e me fascina, mas não constitui o objeto deste livro. Não evoquei, por isso, movimentos como a «Cruzada Nuno Álvares» (fundada em 1918, no ano da beatificação e no rescaldo das aparições de Fátima em 1917), ou a escolha de Nuno Álvares Pereira como patrono da Mocidade Portuguesa, da Legião Portuguesa e do Exército Português (arma de Infantaria), matérias que me obrigariam a outros estudos e reflexões. Apraz-me, simplesmente, registar a força desta figura histórica, que, tantos séculos depois do seu desaparecimento, continua a apaixonar os portugueses e a ser motivo de debate. Mesmo para aqueles que não têm fé, o percurso religioso de Nun'Álvares, o culto popular espontâneo que lhe foi dedicado, o entusiasmo com que se viveu a sua canonização, em 2009, são deveras impressionantes e merecem o meu profundo respeito.



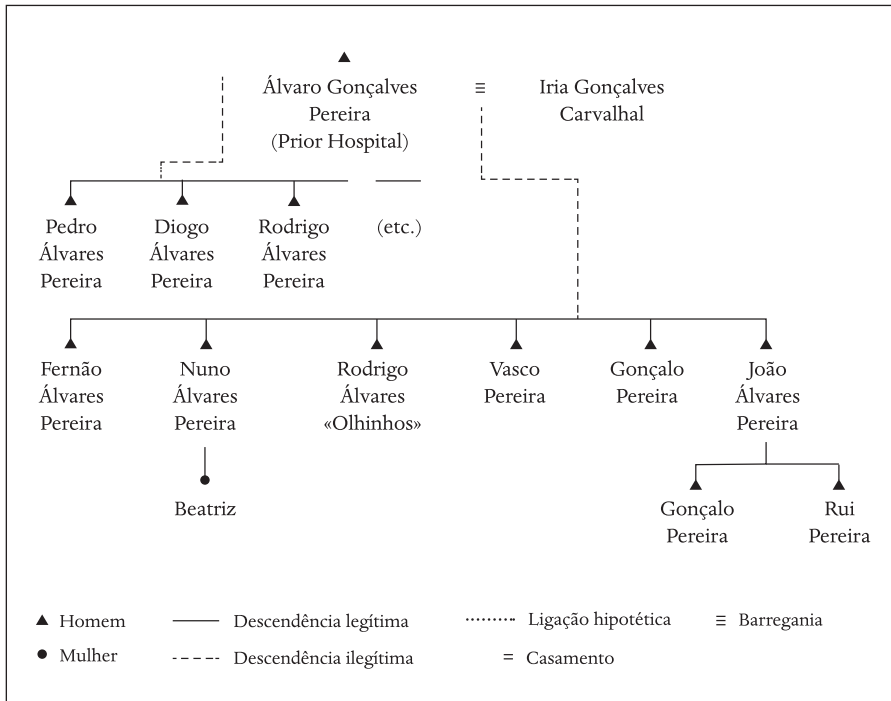
Tendo, na maior parte dos capítulos, procurado extrair ilações dos factos e das interpretações expostos, não me sinto agora na necessidade de apresentar uma «conclusão geral», em moldes clássicos. Desejo apenas exprimir a minha gratidão a todos aqueles que, antes de mim, se ocuparam desta extraordinária e multifacetada figura histórica, confessar o imenso prazer que tive em estudá-la e desejar que o meu modesto contributo possa servir de pretexto para novas investigações. Pela dimensão plural da sua atividade, pelo arrojo das suas atitudes e decisões, pela relevância que teve na história de Portugal dos séculos xiv e xv, é muito difícil aprisionar a figura de Nuno Álvares Pereira numa única palavra ou expressão. De todas as definições que tive a oportunidade de ler, a de que gosto mais é, ainda assim, a de Pedro Picoito, quando afirma que este homem — que inspirou poetas, cientistas, escritores, políticos, artistas, educadores — foi sobretudo, dentro das condicionantes do seu tempo histórico, «um homem que levou a sério a sua liberdade»<sup>297</sup>.



# ÁRVORES GENEALÓGICAS



Esquema genealógico da família Pereira, in Rita Costa Gomes, *A Corte dos reis de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Difel 1995, p. 78.



A família próxima de Nuno Álvares Pereira, in Rita Costa Gomes, *A Corte dos reis de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Difel 1995, p. 79.



# FONTES E BIBLIOGRAFIA

## 1. Fontes manuscritas

### BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA

\* Mosteiro de S. Paulo da Serra de Ossa, Livro 35, n.º 31.

### ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (Lisboa)

\*Chancelarias régias

— Chancelaria de D. Fernando (livros 1 e 3);

— Chancelaria de D. Duarte (livro 3)

\*Leitura Nova

— Além-Douro (livro 1);

— Direitos Reais (livros 1 e 2);

— Místicos (livros 1 e 4);

— Odiana (livro 2)

## 2. Fontes Impressas

ÁLVARES, Frei João, *Trautado da Vida e Feitos do Muito Vertuoso S.<sup>or</sup> Infante D.Fernando*, 2 vols., Coimbra, Universidade de Coimbra, 1959-1960. (Ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado.)

ANÓNIMO, *Cronica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1969. (Reprodução da edição de 1526, em comemoração da inauguração das novas instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa).



- CALADO, Adelino de Almeida (Ed. crítica com introd., notas e glossário), *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra ou Coronica do Condestabre*, col. «Acta Universitatis Conimbrigensis», Coimbra, por Ordem da Universidade de Coimbra, 1991.
- DIAS, João José Alves (Ed.), *Chancelarias Portuguesas: D. João I*, 4 vols., 11 tomos. Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006.
- DIAS, João José Alves (Ed.), *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*, 3 vols., 4 tomos, Lisboa, Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002.
- DÍEZ DE GAMES, Gutierre, *El Victorial. Crónica de Don Pero Niño*, Madrid, Ediciones Polifemo, 1989. (Edição, introdução e notas de Jorge Sanz.)
- DINIS, António Joaquim Dias (Dir. e Org.), *Monumenta Henricina*, 16 vols., Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-1974.
- DUARTE, D., *Leal Conselheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1999. (Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro.)
- DUARTE, D., *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, Lisboa, Estampa, 1982. (Edição diplomática de J. J. Alves Dias.)
- LOPES, Fernão; MACCHI, Giuliano (Ed. crítica), *Crónica de D. Fernando*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1975.
- LOPES, Fernão; FREIRE, Anselmo Braancamp (Ed.); CINTRA, Luís F. Lindley (Prefácio), *Crónica del Rei Dom João I da boa memória*, Parte Primeira, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1977.
- LOPES, Fernão; ENTWISTLE, William J. (Ed.), *Crónica del Rei Dom João I da boa memória*, Parte Segunda, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1977.
- LÓPEZ DE AYALA, Pero; MARTÍN, José-Luis (Ed., prólogo e notas), *Crónicas (Don Pedro Primero, Don Enrique Segundo, Don Juan Primero y Don Enrique Tercero)*, Barcelona, Editorial Planeta, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (Ed.), *Chancelarias Portuguesas: D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, INIC/Centro de Estudos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.
- MATTOSO, José (Ed. crítica), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vols. II/1 e II/2, nova série, col. «Portugaliae Monumenta Historica», Lisboa, Academia das Ciências, 1980.
- PIEL, Joseph-Maria (Ed.); NUNES, Irene Freire (Obra concluída por); CASTRO, Ivo (Introd.), *A Demanda do Santo Graal*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1988.
- PIEL, Joseph; MATTOSO, José (Ed. crítica), *Livro Velho de Linhagens*, vol. I, nova série, col. «Portugaliae Monumenta Historica», Lisboa, 1980.

- PINA, Rui de; ALMEIDA, M. Lopes de (Introd. e revisão), *Crónicas*, col. «Tesouros da Literatura e da História», Porto, Lello & Irmão Editores, 1977.
- SANT'ANNA, Fr. José Pereira de, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, 2 tomos, Lisboa, Oficina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745.
- ZURARA, Gomes Eanes de; BROCARD, Maria Teresa (Ed. e estudo), *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- ZURARA, Gomes Eanes de; BRAGANÇA, José de (Introd., novas anotações e glossário), *Crónica de Guiné*, Lisboa, Livraria Civilização, 1973.
- ZURARA, Gomes Eanes de; PEREIRA, Francisco Maria Esteves (Ed.), *Crónica da Tomada de Ceuta, por E-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

### 3. Estudos

- ALLMAND, Christopher, *Henry V*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1992.
- \_\_\_\_\_, *The De Re Military of Vegetius*, Cambridge University Press, 2011.
- AMADO, Teresa, *Fernão Lopes, contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.
- \_\_\_\_\_, «Fernão Lopes», in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 271-273.
- AMADO, Teresa; BRANCO, António, «Recensões Críticas: “Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra”», edição crítica da «Coronica do Condestabre» com introdução, notas e glossário de Adelino Almeida Calado, 1991, *Românica — Revista de Literatura*, n.º 3, Universidade de Coimbra, 1994, pp. 213-215.
- ARNAUD, José Moraes; FERNANDES, Carla Varela (Coords.), *Construindo a Memória. As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005.
- ARNAUT, Salvador Dias, «Froissart e João Fernandes Pacheco», *Revista Portuguesa de História*, t. III, 1947, pp.129-159.
- BARBERO, Alessandro, *Carlo Magno. Un padre dell'Europa*, Bari, Laterza, 2000.
- BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia medieval Portuguesa (862-1422)*, III vols. (vol. II, 2 tomos), Lisboa, FCG/FCT, 2000.
- \_\_\_\_\_, «Os Castelos das Ordens Militares em Portugal», in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Actas do Simpósio

- Internacional sobre Castelos, Câmara Municipal de Palmela, Edições Colibri, 2002, pp. 535-548.
- BRANCO, António Manuel da Costa Guedes, *Emergência de um herói (estudo da Crónica do Condestável)*, Faro, 1998, tese de doutoramento apresentada à Universidade do Algarve.
- BRIZZI, Giovanni, *Annibale. Come un'autobiografia*, Bologna, Bompiani, 2003.
- BUESCO, Ana Isabel, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.
- CARDOSO, António Homem; ALMEIDA, Lourenço de, *O Caminho Português de Santiago*, S. João do Estoril, Lucerna, 2005.
- CASTRO, Armando, «Padroados», in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. iv, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, p. 511.
- CASTRO, Ivo, «Matéria de Bretanha», in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 445-450.
- CARVALHO, J. Vaz de, «A Espiritualidade do Santo Condestável», *Brotéria*, vol. LXX, 1960, pp. 628-650.
- CIDADE, Hernâni, *Fernão Lopes é ou não o autor da Crónica do Condestabre?*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «O arcebispo D. Gonçalo Pereira: um querer, um agir», *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. A Catedral de Braga na História e na Arte (Séculos XII-XIX)*, Congresso Internacional, Actas, II-1, Braga, 1990, pp. 389-462.
- \_\_\_\_\_, *D. João I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- CÔRTE-REAL, Miguel Maria Telles Moniz, «Breve Genealogia do Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira», in OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de; MOITA, Cristina Pita Meireles Pistacchini; TEIXEIRA, Ismael Pereira (Coord.), *Olhares de Hoje sobre uma Vida de Ontem. Nuno Álvares Pereira: Homem, Herói e Santo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora/Ordem do Carmo em Portugal, 2009, pp. 195-204.
- COSTA, A. D. de Sousa, «Interdito», in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, pp. 337-338.
- COSTA, Avelino de Jesus da, *Cónego Avelino de Jesus da Costa no «Diário do Minho»*, Braga, Empresa do Diário do Minho, 2008.
- COSTA, Paula Pinto, «Álvaro Gonçalves Pereira: um homem entre a oração e a construção patrimonial como estratégia de consolidação familiar», *População e Sociedade*, n.º 23, junho, CEPESE, 2015, pp. 45-71.
- COUTINHO, Bernardo Xavier, *Iconografia e bibliografia condestabriana*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971.

- CUNHA, Mafalda Soares da, *Linhagem, parentesco e poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.
- DIONÍSIO, João, «Literatura franciscana no Leal Conselheiro de D. Duarte», *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, 13-14, 2001/2002, pp. 491-492.
- DUARTE, Luís Miguel, *Guerra pela Independência: 1383-1389. Aljubarrota, Matosinhos*, QuidNovi, 2006.
- \_\_\_\_\_, *D. Duarte*, Lisboa, Temas e Debates, 2007.
- DUBY, Georges, *O tempo das Catedrais*, Lisboa, Estampa, 1979.
- \_\_\_\_\_, *Guilherme, o Marechal. O melhor cavaleiro do mundo*, Lisboa, Gradiva, 1986.
- ESTEVES, Eunice Maria Lopes, *Nuno Álvares Pereira e a Casa de Bragança: O Poder e o Herói*, Lisboa, 2004, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- EVARISTO, Carlos, «D. Nuno Álvares Pereira, III Conde de Ourém», in *Os Condes de Ourém e os Viscondes de Vila Nova de Ourém*, Ourém, Regina Mundi Press I.C.H.R., 2003/2006, pp. 40-67.
- FERNANDES, Fátima Regina, «A linhagem dos Pereira no ocaso da Idade Média: um modelo de análise prosopográfica», in *Atas da IV Semana de Estudos Medievais*, Rio de Janeiro, 2001, pp. 45-56.
- \_\_\_\_\_, «A construção da sociedade política de Avis à luz da trajetória de Nuno Álvares Pereira», *A guerra e a sociedade na Idade Média — Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais*, vol. 1, Campo Militar de S. Jorge (CIBA), Porto de Mós, Alcobaça — Batalha, 2009, pp. 421-446.
- FERNANDES, Rogério, «D. Duarte e a educação senhorial», separata da *Vértice*, Coimbra, 1978.
- FERREIRA, Maria do Rosário, «A estratégia genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do Livro de Linhagens», in MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (Org.), *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular: homenagem a D. Pedro, conde de Barcelos*, Porto, 2011, pp. 99-129.
- FERREIRA, F. E. Rodrigues; NEVES, M. C. Machado, «Intervenção Arqueológica na Igreja do Convento do Carmo» in ARNAUD, António Moraes; FERNANDES, Carla Varela (Coord.), *Construindo a memória — As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 580-609.
- FLOR, Pedro Eugénio Dias Ferreira de Almeida, *A arte do retrato em Portugal, entre a Idade Média e o Renascimento*, Lisboa, 2006, tese de doutoramento apresentada à Universidade Aberta.
- FONSECA, Luís Adão da, «Nuno Álvares Pereira. Uma reflexão», in OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de; MOITA, Cristina Pita

- Meireles Pistacchini; TEIXEIRA, Ismael Pereira (Coord.), *Olhares de Hoje sobre uma Vida de Ontem. Nuno Álvares Pereira: Homem, Herói e Santo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora/Ordem do Carmo em Portugal, 2009, pp. 171-184.
- FONSECA, Luís Adão da; MARQUES, José, «O Culto da Vera Cruz» in FONSECA, Luís Adão da (Coord.), *Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional. Noudar e Vera Cruz de Marmelar*, Militarium Ordinum Anacleta, n.º 17, cap. 11, CEPESE e Fronteira do Caos Editores, 2013, pp.271-281.
- FONTES, João Luís Inglês, *Percursos e Memória. Do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais, Patrimonia, 2000.
- \_\_\_\_\_, «Entre a tolerância e a protecção: as ordens militares e as comunidades de eremitas da «pobre vida»», in *Ordens Militares e Religiosidade* (Homenagem ao Professor José Mattoso), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 91-104.
- \_\_\_\_\_, *Da «Pobre Vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*, Lisboa, 2012, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- FRANCE, John, «People against Mercenaries: The Capuchins in Southern Gaul» in ROGERS, Clifford J.; DeVRIES, Kelly; FRANCE, John (Eds.), *Journal of Medieval Military History*, vol. VIII, Woodbridge, The Boydell Press, 2010, pp. 1-22.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. III, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.
- GILLINGHAM, John, *Richard the Lionheart*, 2.ª ed. (1.ª ed. de 1978), Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1989.
- \_\_\_\_\_, «William the bastard at war», in STRICKLAND, Matthew (Ed. e Introd.), *Anglo-Norman Warfare*, Woodbridge, The Boydell Press, 1992, pp. 143-207.
- GOLDSWORTHY, Adrien, *Caesar, The Life of a Colossus*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 2006. (Tradução portuguesa: *César. A Vida de um Colosso*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2008).
- \_\_\_\_\_, *Antony and Cleopatra*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 2010. (Tradução portuguesa: *António e Cleópatra*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2012).
- \_\_\_\_\_, *Augustus: From Revolutionary To Emperor*. Londres, Weidenfeld and Nicolson, 2014. (Tradução portuguesa: *Augusto. De Revolucionário a Imperador de Roma*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016).

- GOMES, J. Pinharanda, *S. Nuno de Santa Maria. Nuno Álvares Pereira. Antologia de documentos e estudos sobre a sua espiritualidade*, Sintra, Zéfiro, 2009.
- GOMES, Rita Costa, *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.
- \_\_\_\_\_, *D. Fernando*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- GOMES, Saúl António, *Porto de Mós Medieval (Breves subsídios documentais para o seu conhecimento)*, Porto de Mós, Edição da Câmara Municipal, 1985.
- \_\_\_\_\_, *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental. Séculos XII a XIX*, Porto de Mós, Edição da Câmara Municipal, 2005.
- \_\_\_\_\_, «Monges e cavaleiros no Portugal medieval: os horizontes espirituais», in *Ordens Militares e Religiosidade* (Homenagem ao Professor José Mattoso), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 31-50.
- GOOD, Jonathan, *The Cult of St. George in Medieval England*, Woodbridge, The Boydell Press, 2015.
- GRILO, Fernando Jorge Artur, «A Escultura da Época Moderna. Reflexões a Propósito de uma Colecção» in ARNAUD, António Morais; FERNANDES, Carla Varela (Coord.), *Construindo a memória — As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 432-495.
- HESPANHA, António Manuel, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982.
- Houben, Hubert, *Federico II. Imperatore, uomo, mito*, Bolonha, Il Mulino, 2009.
- HUIZINGA, Johan, *O declínio da Idade Média*, Lisboa, Ulisseia, 1978. (Edição original: 1924).
- HUTCHINSON, Amélia P., «Nun'Álvares Pereira: a Portuguese hero in the Arthurian World»; in EARL, Tom; GRIFFIN, Nigel (Eds.), *Portuguese, Brazilian and African studies: Studies presented to Clive Willis on his retirement*, Warminster, Aris and Phillips, 1995, pp. 55-68.
- KALLENBERG, Arie G., «O Beato Nuno de Santa Maria», *Lumen*, vol. 24, 1960, pp. 275-282. [Publicado também por GOMES, J. Pinharanda in *S. Nuno de Santa Maria. Nuno Álvares Pereira. Antologia de documentos e estudos sobre a sua espiritualidade*, Sintra, Zéfiro, 2009.]
- \_\_\_\_\_, «O Santo Condestável e os primeiros Carmelitas em Portugal», *Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, Actas do Congresso Internacional de História, vol. I, Braga, 1993, pp. 259-265.
- KENNEDY, Hugh, *Crusader Castles*, Cambridge, University Press, 2001.
- KRUS, Luís, «Pereira, Gonçalo Gonçalves» in PEREIRA, José Costa (Coord.), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. II, 1986, pp. 100-101.

- \_\_\_\_\_, «Historiografia Medieval» in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 312-315.
- \_\_\_\_\_, «Crónica Geral de Espanha de 1344», in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993a, pp. 189-190.
- \_\_\_\_\_, «Crónica da Conquista do Algarve», in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993b, p. 176.
- \_\_\_\_\_, «Crónica de Portugal de 1419», in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993c, pp. 185-186.
- \_\_\_\_\_, *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian — JNICT, 1994.
- LEAL, Ernesto Castro, «Nun'Álvares, símbolo e mito nos séculos XIX-XX», *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 12, 2000, pp. 143-183.
- LE GOFF, Jacques, *Saint-Louis*, Paris, Gallimard, 1996.
- \_\_\_\_\_, *S. Francisco de Assis*, Teorema, 2001.
- LILLA, Mark, *A Grande Separação. Religião, Política e o Ocidente Moderno*, Lisboa, Gradiva, 2010.
- LOURENÇO, António de Jesus (O. Carm.), «Carmelitas (Ordem do Carmo)», in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 294-296.
- LUCAS, Maria Clara de Almeida, *Hagiografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, «Lopes, Fernão» (vol. IV, pp. 56-58) e «Sesmaria» (vol. V, pp. 542-543), in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979.
- \_\_\_\_\_, «Portugal na crise dos séculos XIV e XV», in SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, João Francisco, «Franciscanos e dominicanos confesores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias», in *Espiritualidade e Corte em Portugal: séculos XVI a XVIII*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa, 1993, pp. 53-60.
- MARTINS, Armando Alberto, *Guerras fernandinas, 1369-1382*, Lisboa, Quidnovi, 2008.
- \_\_\_\_\_, *D. Fernando, O Formoso, 1367-1383*, Lisboa, Academia Portuguesa da História — Quidnovi, 2009.



- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *A Vida de Nun'Álvares*, Lisboa, Guimarães Editores, 2009.
- MARTINS, José Saraiva, «O processo de canonização do beato Nuno», in OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de; MOITA, Cristina Pita Meireles Pistacchini; TEIXEIRA, Ismael Pereira (Coord.), *Olhares de Hoje sobre uma Vida de Ontem. Nuno Álvares Pereira: Homem, Herói e Santo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora/Ordem do Carmo em Portugal, 2009, pp. 155-159.
- MARTINS, Mário, «Frases de orientação nos romances arturianos e em Fernão Lopes», *Itinerarium*, Ano XXIII, n.º 95 (janeiro-março), 1977.
- MARTINS, Miguel Gomes, «Nuno Álvares e a arte da guerra», in *Atas do Colóquio: D. Nuno Álvares Pereira, o homem e a memória*, Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, 2004, disponível em [http://www.icea.pt/conferencia/conferencia1/conf01\\_03.pdf](http://www.icea.pt/conferencia/conferencia1/conf01_03.pdf) (consultado em 21 agosto 2016).
- \_\_\_\_\_, *Guerreiros Medievais Portuguese. De Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (Séculos XII-XV)*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, mitologia, imaginário nacional. A História no curso dos liceus (1895 — 1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- \_\_\_\_\_, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Consciência histórica e nacionalismo, Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- MATTOSO, José, *Identificação de um país*, (vol. 1: *Oposição*; vol. 2: *Composição*), Lisboa, Estampa, 1985.
- \_\_\_\_\_, *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Estampa, 1987.
- \_\_\_\_\_, «Livros de Linhagens», in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 419-421.
- \_\_\_\_\_, «Narrativas dos Livros de Linhagens», in *Obras Completas*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 183-285.
- \_\_\_\_\_, «A vida religiosa e espiritual nas Ordens Militares», in *Ordens Militares e Religiosidade* (Homenagem ao Professor José Mattoso), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 11-21.
- MENDONÇA, Manuela, «O franciscanismo dos monarcas do século XV», in *O Franciscanismo em Portugal: Actas*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996/2000, pp. 139-152.

- MIGUEL, Carlos Frederico Montenegro de Sousa, «Alçadas», in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, pp. 80-81.
- MIRANDA, José Carlos Ribeiro, «Como o rei Artur e os cavaleiros da sua corte demandaram o reino de Portugal», *Colóquio/Letras*, n.º 142, outubro-dezembro, 1996, pp. 83-102.
- \_\_\_\_\_, *A Demanda do Santo Graal e o Ciclo Arturiano da Vulgata*, Porto, Granito Editores e Livreiros, 1999.
- MOITEIRO, Gilberto Coralejo, «Da Lisboa de Nun'Álvares à Lisboa do Santo Condestável. Uma nova devoção na cidade dos reis de Avis», in Núcleo Científico de Estudos Medievais e Instituto de Estudos Medievais (Coord.), *A Nova Lisboa Medieval*, Actas do I Encontro, Lisboa, Edições Colibri, 2004, pp. 121-132.
- \_\_\_\_\_, *Os milagres quatrocentistas de Nuno Álvares Pereira: geografia e sociologia de uma peregrinação lisboeta*, Lisboa, 2006, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- \_\_\_\_\_, «Sobre Nun'Álvares Pereira... Notas historiográficas», *Lusitania Sacra*, 22, 2010, pp. 203-221.
- \_\_\_\_\_, *As dominicanas de Aveiro (c. 1450-1525): Memória e identidade de uma comunidade textual*, Lisboa, 2013, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MONTEIRO, João Gouveia, *Fernão Lopes. Texto e contexto*, Coimbra, Minerva, 1988.
- \_\_\_\_\_, Fernão Lopes e os cronistas coevos. O caso da «Cronica do Condestabre», *Revista de História das Ideias*, vol. 11, 1989, pp. 37-61.
- \_\_\_\_\_, «A Cultura Militar da Nobreza na primeira metade de Quatrocentos. Fontes e modelos literários», *Revista de História das Ideias*, vol. 19, 1997/1998, pp. 195-227.
- \_\_\_\_\_, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- \_\_\_\_\_, *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Coimbra, Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- \_\_\_\_\_, *Aljubarrota, 1385. A Batalha Real*, Lisboa, Tribuna da História, 2003.
- \_\_\_\_\_, *Lições de História da Idade Média (Sécs. XI-XIV)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.
- \_\_\_\_\_, *Quatre Études d'Histoire Militaire Médiévale Portugaise*, Coimbra, Palimage, 2007.

- \_\_\_\_\_, «The Battle of Aljubarrota (1385): A Reassessment», in ROGERS, Clifford J.; DEVRIES, Kelly; FRANCE, John (Eds.), *Journal of Medieval Military History*, vol. VII, Woodbridge, The Boydell Press, 2009, pp. 75-103.
- \_\_\_\_\_, «A Batalha de Atoleiros: ensaio geral para Aljubarrota?», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 12, 2012, pp. 113-134.
- \_\_\_\_\_, «O Chefe Militar», in LEAL, Ernesto Castro; ZÚQUETE, José Pedro (Coord.), *Grandes chefes da História de Portugal*, cap. II, Alfragide, Texto Editores, 2012a, pp. 52-59.
- MONTEIRO, João Gouveia; BRAGA, José Eduardo, *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins, *1415. A Conquista de Ceuta*, Lisboa, Manuscrito, 2015.
- MOREIRA, Filipe Alves, A «Crónica de Portugal de 1419»: fontes, estratégia e posteridade, Braga, F.C.G.-F.C.T., 2013.
- MORENO, Humberto Baquero, *Os Itinerários de el-Rei D. João I (1384-1433)*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.
- NASCIMENTO, Aires Augusto, «Hagiografia», in LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, pp. 307-310.
- \_\_\_\_\_, «As Livrarias dos Príncipes de Avis», *Biblos*, vol. LXIX, 1993a, pp. 265-287.
- \_\_\_\_\_, *Cernache do Bonjardim. Terra do Santo Condestável*, Lisboa, Associação Regina Mundi, 2009.
- \_\_\_\_\_, *Nuno de Santa Maria. Fragmentos de memória persistente*, Lisboa, Associação Regina Mundi, 2010.
- NÓVOA, Rita Luís Sampaio da, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e uso dos arquivos de família nobre nos séculos xv-xvi*, Lisboa, 2016, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- NUNES, António Pires, «D. João e D. Nuno. Chefes militares em Fernão Lopes», separata da *Revista Militar*, 1986.
- OLIVEIRA, Alcide, *Aljubarrota Dissecada*, 2.ª edição, revista e ampliada, Lisboa, Direção do Serviço Histórico-Militar, 1988.
- OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de, *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*, Santa Maria da Feira, FCG/FCT, 2013.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, «Para o estudo da religiosidade dos freires: as fontes e alguns problemas», in *Ordens Militares e Religiosidade* (Homenagem ao Professor José Mattoso), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 23-30.

- PAGARÁ, Ana; SILVA, Nuno Vassalo e; SERRÃO, Vítor, *Igreja de Vera Cruz de Marmelar*, Portel, Câmara Municipal de Portel, 2006.
- PAUL, Jacques, *Histoire intellectuelle de l'Occident médiéval*, Paris, Armand Colin, 1998.
- PEREIRA, Célia Nunes, *A Igreja do Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (1389-1755)*, Associação dos Arqueólogos Portugueses. Museu Arqueológico do Carmo, 2016.
- PEREIRA, Paulo, «A Igreja do Carmo no contexto lisboeta», in ARNAUD, António Morais; FERNANDES, Carla Varela (Coord.), *Construindo a memória — As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 21-39.
- PEREIRA, Rosa Gertrudes Longo Cameira, *Nuno Álvares Pereira na Corte de D. João I: poder senhorial/poder real*, Lisboa, 2002, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PICOITO, Pedro, *Nuno Álvares Pereira Revisitado*, 2009, disponível em <http://www.acgdangola.org/?p=7235> (consultado em 20 agosto 2016).
- \_\_\_\_\_, «As Ordens Militares e o culto dos mártires em Portugal», in *Ordens Militares e Religiosidade* (Homenagem ao Professor José Mattoso), Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, 2010, pp. 73-90.
- PINTO, Alexandre Sousa, «Nun'Álvares, o Homem, o Herói e o Santo», in OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de; MOITA, Cristina Pita Meireles Pistacchini; TEIXEIRA, Ismael Pereira (Coord.), *Olhares de Hoje sobre uma Vida de Ontem. Nuno Álvares Pereira: Homem, Herói e Santo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora/Ordem do Carmo em Portugal, 2009, pp. 33-37.
- PINTO, Jaime Nogueira, *Nuno Álvares Pereira*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.
- PINTO, Vítor Manuel da Silva Viana, *De Olhar atento e Ouvidos à escuta... A espionagem militar na cronística portuguesa de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*, Coimbra, 2015, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999.
- PRESTWICH, Michael, *Armies and Warfare in the Middle Ages. The English Experience*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1996.
- REBELO, Luís de Sousa, *A concepção do poder em Fernão Lopes*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.

- \_\_\_\_\_, «A alegoria final do “Livro da Virtuosa Benfeitoria”», *Biblos*, vol. LXIX, 1993, pp. 367-379.
- ROSA, Maria de Lurdes, «D. Jaime de Bragança entre a cortina e a vidraça: re-ver uma personagem para reler uma época», in CURTO, Diogo Ramada (Dir.), *O tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP, Difel, 1998, pp. 319-332.
- \_\_\_\_\_, «A religião no século: vivências e devoções dos leigos», in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.); JORGE, Ana Maria C. M.; RODRIGUES, Ana Maria S. A. (Coord.), *História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/Círculo de Leitores, 2000, pp. 423-505.
- \_\_\_\_\_, «Hagiografia e Santidade», in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000a, pp. 326-361.
- \_\_\_\_\_, «A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajetos de vida», *Lusitania Sacra*, 2.<sup>a</sup> série, 13-14, 2001/2002, pp. 369-450.
- \_\_\_\_\_, «Sociabilidade e espiritualidade na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais», *Lusitania Sacra*, t. XXI, 2009, pp. 75-124.
- \_\_\_\_\_, «Em torno de Álvaro Vaz, cavaleiro de Santiago (m. 1513): um estudo das formas de estruturação das elites sociais “intermédias” in FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente*, Actas do V Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2009a, pp. 187-245.
- \_\_\_\_\_, «Sagrado, devoções e religiosidade», in MATTOSO, José (Dir.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, pp. 376-401.
- \_\_\_\_\_, *Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*, Porto, Fio da Palavra, 2010a.
- \_\_\_\_\_, «A morte e o Além», in MATTOSO, José (Dir.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010b, pp. 402-417.
- \_\_\_\_\_, «Tendências recentes da medievalística na abordagem do fenómeno religioso medieval», in AMARAL, Clínio de Oliveria; BERRIEL, Marcelo Santiago (Dir.), *Religião e Religiosidades na Idade Média: poder e práticas discursivas*, Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2012, pp. 25-48.
- \_\_\_\_\_, «Exercício do poder e salvação da alma. *A fuga mundi* nos círculos cortesãos tardo medievais portugueses», in PITA, Isabel Beceiro (Dir.), *Poder, piedad y devoción. Castilla e su entorno (siglos XII — XIV)*, Madrid, Sílex, 2014, pp. 423-451.

- \_\_\_\_\_, «Da refundação da diocese a 1505», in PAIVA, José Pedro (Coord.), *História da Diocese de Viseu*, vol. I (século VI-1505) Viseu, Ed. Diocese de Viseu-Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, vol. I (século VI — 1505), pp. 517-568.
- RUSSEL, Peter E., *As Fontes de Fernão Lopes*, tradução portuguesa, Coimbra, 1941.
- \_\_\_\_\_, *The English Intervention in Spain & Portugal in the time of Edward III & Ricardo II*, Oxford, Claredon Press, 1955. (Tradução portuguesa: *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 2000).
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos, «Para a história do culto do B.º Nun'Álvares. Um documento inédito», *Brotéria*, vol. VII, 1928, pp. 393-398.
- \_\_\_\_\_, «O Infante Santo e a Cúria Pontifícia», *Brotéria*, vol. X, Lisboa, 1930, pp. 20-28.
- \_\_\_\_\_, *D. Duarte e as responsabilidades de Tânger (1433-1438)*, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- SARAIVA, António José, *O Crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- SCHMITT, Jean-Claude, *Religione, folklore e società nell'Occidente medievale*, Roma-Bari, Laterza, 1988.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo, «O condestável D. Nun'Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas», in OLIVEIRA, Humberto Nuno Lopes Mendes de; MOITA, Cristina Pita Meireles Pistacchini; TEIXEIRA, Ismael Pereira (Coord.), *Olhares de Hoje sobre uma Vida de Ontem. Nuno Álvares Pereira: Homem, Herói e Santo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora/Ordem do Carmo em Portugal, 2009, pp. 205-215.
- SERRÃO, Joel, «Apelação» in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, p. 164.
- SILVA, Manuela Santos, «Filipa de Lencastre e o ambiente cultural na corte de seu pai (1360-1387)», *Clio*, 16/17, 2008, pp. 243-258.
- \_\_\_\_\_, *Filipa de Lencastre. A rainha inglesa de Portugal*. Lisboa, Temas e Debates, 2009.
- SOUSA, António Caetano de, *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2.ª ed., 6 Tomos, Lisboa, 1933.
- SOUSA, Armindo de, «A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)», *Lucerna*, Porto, 1984, pp. 417-487.
- \_\_\_\_\_, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., série «História Medieval», n.º 4, Porto, I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, «O Sangue, a Cruz e a Coroa. A memória do Salado em Portugal», *Penélope*, n.º 2, 1989, pp. 27-48.
- \_\_\_\_\_, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 2000.
- \_\_\_\_\_, «Idade Média (séculos XI-XV)», in RAMOS, Rui (Coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Dir.); PINA, Isabel Castro; ANDRADE, Maria Filomena; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento — Guia Histórico*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- SOUSA, José Cordeiro de, «Andanças de Nuno Álvares segundo o autor anónimo da “Crónica do Condestabre”», *O Instituto*, vol. cxxix, 1967, pp. 107-155.
- TAROUCÁ, Carlos da Silva, «Onde está o Rol dos Milagres do B.º Nuno Álvares Pereira, escrito por Gomes Eanes de Zurara?», *Brotéria*, vol. XLVII, Lisboa, 1948, pp. 155-163.
- \_\_\_\_\_, «O “Santo Condestável” pode ser canonizado?», *Brotéria*, agosto-setembro, fasc. 2-3, 1949, pp. 129-140.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, 1983, pp. 45-89.
- TORRES, Rui de Abreu, «Almoxarife» (vol. I, p. 122), «Correição» (vol. II, p. 192), «Ouvidores» (vol. IV, p. 504), in SERRÃO, Joel (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979.
- VAZ, A. Luís, «Vasco Domingues. Plenipotenciário da Aliança Anglo-Portuguesa de 1373», separata de *O Arauto*, semanário de cultura, Braga, Órgão da Fundação António Cupertino de Miranda, 1973.
- VECHINA, José Carlos, «Carmelitas Descalços», in AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 297-300.
- VELASCO BAYÓN, Balbino, *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Lisboa, Paulinas Editora, 2001.
- VENTURA, Margarida Garcez, *O Messias de Lisboa: um estudo de mitologia política, 1383-1415*, Lisboa, Cosmos, 1992.
- WERMERS, Manuel Maria, *Nun'Álvares Pereira: a sua cronologia e o seu itinerário*, separata de *Lusitania Sacra*, t. V, 1960/1961.





## NOTAS

<sup>1</sup> Veja-se a lista das obras que existiam na «livraria» de D. Duarte em *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, ed. diplomática de J. J. Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 206-208.

<sup>2</sup> A *Légende dorée* (ou *Legenda aurea*, em latim, língua em que foi originalmente composta) foi escrita cerca de 1255 pelo dominicano Jacques de Voragine, nascido em Varaggio, entre 1228 e 1230, e eleito arcebispo de Génova em 1292. Trata-se de uma obra inspirada pela experiência da pregação popular junto de auditórios simples e crédulos, onde se reúnem — numa linguagem repleta de maravilhoso — as histórias de vida de muitas dezenas de santos e de mártires cristãos e onde se evocam também alguns acontecimentos da vida de Cristo e da Virgem Maria, de acordo com as datas do ano litúrgico. O tom geral é bastante próximo do ideal religioso dos mendicantes, exortando à caridade, ao despojamento e à humildade. De início, contava com 180 capítulos, mas foi objeto de interpolações fantásticas, tendo conhecido um sucesso arrebatador: até 1500, houve nada menos do que 70 a 90 edições, com tradução para francês, para inglês e para holandês por volta de 1476. Continuou a ser constantemente reeditada até ao século xx. Cf. Jacques Paul (1998, p. 291).

<sup>3</sup> Utilizarei, neste caso, a magnífica edição preparada, em 1991, por Adelino de Almeida Calado e publicada pela Universidade de Coimbra sob o título *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*. A opção pela designação «estória», em vez de «coronica» é justificada pelo autor nas pp. LIV-LXII da sua extensa introdução (trata-se de um «título factício», mais adequado ao tipo de obra, à época e ao texto), mas não colheu a simpatia de outros especialistas (cf. Amado e Branco, 1994, pp. 213-214). Por uma razão de comodidade, mantereí neste livro a designação tradicional de «Crónica do Condestabre» (a partir de agora citada apenas por *CC*).

<sup>4</sup> Para uma visão panorâmica da historiografia medieval portuguesa, veja-se, por todos, Luís Krus (1993, pp. 312-315), que aqui seguimos.

<sup>5</sup> Piel e Mattoso, 1980; Mattoso, 1980. Veja-se também a edição e comentário das principais narrativas dos *Livros de Linhagens* feita mais recentemente por José Mattoso (2001).

<sup>6</sup> Sobre o problema das duas refundições dos *Livros de Linhagens* geralmente admitidas pelos historiadores, não deve deixar de ver-se a interpretação alternativa proposta por Maria do Rosário Ferreira (2011).

<sup>7</sup> Cf. *A Demanda do Santo Graal*, edição de Joseph-Maria Piel, concluída por Irene Freire Nunes, com introdução de Ivo Castro, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1988.

<sup>8</sup> Cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória*, Parte Primeira, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1977, ed. preparada por Anselmo Braamcamp Freire, com prefácio de Luís F. Lindley Cintra [a partir de agora citada por *CDJ*, I]. Neste capítulo, Fernão Lopes refere-se expressamente à «sexta [idade] em que ora andamos, que há mil e quatrocentos e quarenta e três anos que dura» (p. 308). Esclareça-se que, salvo casos excepcionais (por exemplo, de algumas referências documentais, ou títulos de obras), em todas as citações que farei ao longo deste livro, que se dirige a um público alargado e não apenas universitário, optarei por modernizar a linguagem e atualizar a grafia, para que o leitor possa compreender mais facilmente o discurso das fontes; tentarei, contudo, fazê-lo sem que se perca totalmente o sabor do português medieval.

<sup>9</sup> Cf. Frei João Álvares, *Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso S.<sup>or</sup> Ifante D. Fernando*, ed. crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado, 2 vols., Universidade de Coimbra, 1959-1960.

<sup>10</sup> Cf. *Cronica do Condestabre de Portugal*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional, 1969 (reprodução da edição de 1526, em comemoração da inauguração das novas instalações da Biblioteca Nacional de Lisboa).

<sup>11</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança, Lisboa, Livraria Civilização, 1973.

<sup>12</sup> Há numerosas referências documentais a estas duas condições de Gil Airas. Ele surge como «escrivão da puridade» do Condestável num instrumento público feito em Almada, em 19 de setembro de 1404 (transcrito na *Chancelaria de D. João I*, vol. IV, t. 2, n.º IV-544, pp. 82-87); e é referido como «criado» de Nun'Álvares numa carta feita pelo próprio Gil Airas, em Borba, em 4 de abril de 1422 (transcrita na *Chancelaria de D. Duarte*, vol. I, t. I, n.º 31, pp. 27-30). Refira-se, entretanto, que, na *CC*, Gil Airas aparece como escrivão da puridade bem antes de 1404, como a seguir veremos.

<sup>13</sup> Cf. Fr. José Pereira de Sant'Anna, *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular Observância nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Domínios*, Lisboa, Oficina dos herdeiros de António Pedrozo Galram, 1745 [a partir de agora citada por *Crón. Carmel.*], vol. I, doc. XIX, pp. 824-835.

<sup>14</sup> Cf. carta de coutada em Évora a Iria Gonçalves, dada em Coimbra em 11 de maio de 1392: «nom sendo aí João Afonso de Santarém, seu companheiro Gil Airas a fez» (*Chanc. D. João I*, vol. II, t. 1, n.º II-604).

<sup>15</sup> Esta doação é referida numa confirmação de D. Duarte (Santarém, 24 de novembro de 1433) da doação feita por Nun'Álvares ao seu neto D. Afonso em Borba, em 4 de abril de 1422. Cf. *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 31, pp. 27-30.

<sup>16</sup> Tal como sucede no caso anterior, esta doação é referida numa confirmação de D. Duarte (Santarém, 30 de novembro de 1433) da doação feita por Nun'Álvares à sua neta D. Isabel, em Borba, em 4 de abril de 1422 (Leitura Nova, *Místicos*, Livro 1, fls. 19v.º-20v.º). Transcrito por R. Pereira, 2002, doc. xxxix, pp. 195-199.

<sup>17</sup> Em 1662, ainda há referência a enterramentos na capela dos Monizes, no Carmo (Freire, 1930, III, 53).

<sup>18</sup> Gil Airas é referido como cavaleiro já finado numa confirmação régia com data de Lisboa, 1 de setembro de 1437, relativa a uma doação feita pelo conde de Ourém, D. Afonso (neto de Nun'Álvares) a Diogo Gil (escudeiro da sua casa e filho

de Gil Airas) da quinta de Murfacém, no termo de Almada. O conde D. Afonso comprara a quinta a Leonor Rodrigues, que foi mulher de Gil Airas. Cf. *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 2, n.º 841, pp. 144-145.

<sup>19</sup> Eunice Esteves (2004, p. 65) recorda que «a crónica biográfica cavaleiresca é predominantemente redigida sob encomenda de uma casa senhorial, ou sob encomenda do próprio protagonista».

<sup>20</sup> Esta carta régia (ou, melhor, a sua confirmação pelos regentes, em 1439) foi publicada por Anselmo Braamcamp Freire na sua edição da *CDJ, I*, p. XLV (doc. I).

<sup>21</sup> Cf. Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom João I da boa memória*, Parte Segunda, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1977, ed. preparada por William J. Entwistle [a partir de agora citada por *CDJ, II*].

<sup>22</sup> Cf. a carta régia de 6 de junho de 1454 que determina a aposentação de Fernão Lopes *apud* A. Braamcamp Freire, *ob. cit.*, p. LVIII (doc. IV).

<sup>23</sup> *Idem, ibidem*, pp. LIX-LXII (docs. V e VI).

<sup>24</sup> João Dionísio (2001-2002, pp. 491-492).

<sup>25</sup> Sobre Frei Gil Lobo, homem de elevada estatura intelectual, autor da oração fúnebre por D. João I na Sé de Lisboa (em 25 de agosto de 1433) e personalidade que prestou «inúmeros serviços públicos, culturais e diplomáticos à coroa de Portugal» (foi autor de escritos e pareceres teológicos acolhidos por D. Duarte nas suas próprias obras, além de um dos membros da prestigiada embaixada portuguesa enviada por este monarca ao Concílio de Basileia, iniciado em 1431), veja-se também Duarte, 2007, p. 259.

<sup>26</sup> Cf. Margarida Garcez Ventura (1992, *passim*).

<sup>27</sup> No cotejo entre os dois textos (mais curto o de Fernão Lopes, muito mais extensa a carta de D. Duarte) salta à vista o acréscimo de um pormenor por parte do cronista: os infantes guardavam entre si a hierarquia existente entre os irmãos. Talvez isto tenha que ver com a salvaguarda da posição de D. Pedro após a morte do rei D. Duarte, no atribulado contexto da disputa pela regência de Portugal.

<sup>28</sup> Carlos da Silva Tarouca (1949, pp. 134-138) observou que este Sumário «parece ser o esboço do panegírico que devia ser pronunciado por ocasião da desejada canonização» de Nuno Álvares. Em 1433, D. Duarte, nessa altura já rei, redigiu algumas notas para outro sermão, neste caso o das exéquias fúnebres pelo monarca *da Boa Memória*, que ocorreram no Mosteiro da Batalha, em 29 de outubro (isto é, cerca de dois meses e meio após o decesso de D. João I); este sermão esteve a cargo de frei Fernando. Cf. *Livro dos Conselhos*, n.º 64, pp. 236-239; e Duarte, 2007, p. 207 e ss.

<sup>29</sup> Camáldulo: religioso de ordem monástica (beneditina) de inspiração eremítica fundada por São Romualdo de Ravena (m. 1027) em Camáldoli, na Toscana.

<sup>30</sup> Veja-se uma pequena biografia do abade D. Gomes em Domingos M. G. dos Santos (1930, p. 22, nt. 3; ou 1960, p. 13, nt.1).

<sup>31</sup> Santos, 1928, pp. 396-398; Tarouca, 1949, pp. 133-134; Nascimento, 2009, pp. 14-15.

<sup>32</sup> *Chancelaria de D. Pedro I*, n.º 543, pp. 222-229.

<sup>33</sup> *Chanc. D. Pedro I*, n.º 110, pp. 47-49 (legitimação de Pedro) e n.º 116, pp. 51-53 (legitimação de Rodrigo).

<sup>34</sup> Nem o autor anónimo da *CC* nem Fernão Lopes repetem a versão do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (tít. XXI G 15, p. 239), segundo a qual Álvaro Gonçalves Pereira teria igualmente sido conselheiro e privado do rei D. Pedro de Castela;

compreende-se a omissão, tendo em conta a guerra luso-castelhana que ambos os autores tinham de descrever... Mais significativa é a não referência à participação do prior na batalha do Salado (1340), facto a que já fiz alusão.

<sup>35</sup> Pode ler-se uma boa biografia de Álvaro Gonçalves Pereira em Miguel Gomes Martins, 2013, pp. 173-197. Relevante é também o estudo de Paula Pinto Costa sobre a mesma personagem (2015, *passim*). Voltaremos a estes assuntos no capítulo terceiro deste estudo.

<sup>36</sup> Oliveira Martins (1893/2009, p. 14, nt. 4) indica várias outras irmãs de Nun'Álvares, e os seus maridos, assim como outros filhos do prior Álvaro Gonçalves Pereira, mas as listas que apresenta não oferecem garantias, por escassez de abonações. O consagrado escritor chama Joana à esposa do almirante Carlos Pessanha, mas julgo tratar-se de Beatriz.

<sup>37</sup> Veja-se em Bernardo Xavier Coutinho (1971, *passim*) a publicação da recolha feita para a exposição comemorativa do sexto centenário do nascimento do Condestável, realizada em 1960.

<sup>38</sup> Como já observou Valério Aleixo Cordeiro, existe aqui uma incongruência, pois Nun'Álvares não usou a capa carmelita (Nascimento, 2010, p. 155).

<sup>39</sup> Esse quadro, encomenda do genro do Condestável (D. Afonso, conde de Barcelos), terá sido feito em vida de Nun'Álvares, pelo que a legenda diz «ao natural».

<sup>40</sup> Serão necessários mais dados históricos para esclarecer esta questão (Flor, 2006, p. 261).

<sup>41</sup> A atribuição foi feita por José de Figueiredo, com base em motivos de natureza técnica.

<sup>42</sup> Mais sóbrio, Fernão Lopes omite o relato criativo do jovem Nuno (*CDJ, I*, cap. 33, p. 59).

<sup>43</sup> *CC*, cap. 2, fl. III; *CDJ, I*, cap. 33, p. 59.

<sup>44</sup> Explica Miguel Gomes Martins (2013, p. 188) que esse João Fernandes chegara mesmo a substituir Álvaro Gonçalves Pereira temporariamente, como prior do Hospital, quando o pai de Nun'Álvares fora excomungado pelo papa Gregório IX, em dezembro de 1375 (por atraso na regularização das dívidas dos hospitalários portugueses).

<sup>45</sup> Embora o nome Barroso pareça remeter para a região de Montalegre e Boticas, («terras de Barroso»), nas proximidades de Chaves, onde de resto viria a falecer a filha única de Nun'Álvares (D. Beatriz Pereira), a verdade é que aquilo que sabemos sobre Vasco Gonçalves Barroso aponta mais para a zona de Celorico de Basto: segundo José Augusto Pizarro (1999, II, 45), esta personagem é referida como cavaleiro vassalo da casa de D. Afonso IV, em 1355; casou duas vezes, a primeira com Mécia Rodrigues de Vasconcelos, de quem não teve filhos, e a segunda (depois de 1365) com Leonor Pires de Alvim, de quem também parece não ter tido descendência. «Terá morado em Pedraça [Celorico de Basto], deixando os seus bens ao mosteiro de Refoios de Basto, onde foi sepultado» (*ibid.*).

<sup>46</sup> Como observa Aires Nascimento (2010, p. 215, nt. 109), a Casa de Nuno Álvares incluía certamente clérigos (confessor, capelão, pregador, esmoler, cantor e moços da capela), além de homens de armas (cavaleiros, escudeiros, pajens) e oficiais (para atividades laborais e a administração da justiça).

<sup>47</sup> Cf. Bernardo Vasconcelos e Sousa (2000, p. 171) e Paula Pinto Costa (2015, p. 57). Fernão Lopes (*CDJ, I*, cap. 35, p. 62) alude à decisão do rei e repete que Álvaro Camelo tinha direito ao priorado, mas não adianta mais pormenores.

<sup>48</sup> A *CC* (cap. 7) sugere que o (re)início da guerra se deveu a uma ofensiva do mestre de Santiago de Castela, mas, segundo Fernão Lopes, a iniciativa atacante foi claramente de D. Fernando: *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1975, cap. cxvi [a partir de agora citada por *CDJ*].

<sup>49</sup> Sobre o reinado de D. Fernando, devem ver-se Armando A. Martins (2008 e 2009) e Rita C. Gomes (2009).

<sup>50</sup> Cf. Maria José P. Tavares (1983, *passim*) e, em especial, José Mattoso (1987, pp. 277-293).

<sup>51</sup> Talvez se trate de Gonçalo Vasques de Azevedo, cujo posicionamento político em 1383-1385 deve decorrer também da circunstância de ter um filho (Álvaro Gonçalves) casado com uma filha do conde João Andeiro (Sancha).

<sup>52</sup> Na mesma ocasião, Gonçalo Vasques de Azevedo fora nomeado marechal do reino.

<sup>53</sup> Os Castros ficaram com boas razões para detestar Nun'Álvares: D. Pedro viu-se privado de grande parte da herança do pai, porque o título de conde de Arraiolos passaria para D. Nuno; por outro lado, Pedro de Castro casou com uma filha do poderoso conde de Barcelos e de Ourém, D. João Afonso Telo, mas este opôs-se ao mestre de Avis/D. João I e quem ficou com os dois condados foi igualmente Nun'Álvares! Cf. Fátima R. Fernandes (2009, pp. 441-442).

<sup>54</sup> O cronista explica que essas doações seriam válidas ainda que o mestre viesse depois a doar os mesmos bens a outra pessoa: «e dados por ele primeiro que pelo Mestre, que a sua dada fosse valiosa» (*CDJ, I*, cap. 88, p. 148).

<sup>55</sup> F. Lopes, *CDJ, I*, cap. 95, p. 160, onde se cita um saboroso comentário do almirante castelhano no momento do *sauve qui peut*: «Homem morto não troba soldo. Ande a bandeira e vá-se, ca depois que homem uma vez é desbaratado, mal torna ao campo de batalha»... Compare-se com López de Ayala, *Crónica del rey Don Juan Primero*, Año VI, 1384, cap. iv, p. 564: «Los otros recogieron en uno, e los de Portugal non les osaron más cometer».

<sup>56</sup> A *CDJ, I* (cap. 142, pp. 253-255) afirma mesmo que o sofrimento em Lisboa já era grande e que, na opinião do mestre, um ataque combinado e simultâneo ao arraial castelhano, com D. João de um lado e D. Nuno do outro, seria um «postumeiro remédio» para a situação. Fernão Lopes diz ainda que o mestre fizera alardo (revista militar) e achara consigo 1600 homens de armas («de lanças do soldo») mais 400 lanças dos moradores da cidade e muitos peões e besteiros, e pediu a Nun'Álvares que juntasse outras 320 lanças antes de se lhe reunir.

<sup>57</sup> Em 18 de julho de 1384, a frota vinda do Porto conseguira furar o bloqueio castelhano (apesar de algumas baixas e da morte de Rui Pereira em combate), mas os alimentos que introduziu na cidade não devem ter compensado o aumento significativo do número de bocas que a operação implicou.

<sup>58</sup> As torres albarrãs tinham origem muçulmana e consistiam em torreões destacados da muralha mas ligados a ela por um passadiço que geralmente apresentava uma abertura no chão, ao meio, para permitir o despejo de pedregulhos e de outros projéteis sobre os assaltantes. Este dispositivo permitia atacar por trás aqueles que chegavam para cercar uma praça; regra geral, surgem em pontos sensíveis da fortaleza, por exemplo, nas imediações das portas.

<sup>59</sup> Estes silêncios não devem ser inocentes e até podem estar relacionados: recorde-se que João das Regras casou com uma filha de Martim Vasques da Cunha (Leonor).

<sup>60</sup> A travessia de rios caudalosos era um enorme problema para os exércitos medievais. O conselho de guerra de Nun'Álvares ainda estudou a possibilidade de fabricar «almadias» (jangadas ou canoas), mas a operação acabou por não se concretizar.

<sup>61</sup> *CDJ, II*, cap. 18, p. 37.

<sup>62</sup> A partir daqui, e até ao final da batalha de Aljubarrota, deve ver-se: Monteiro (2003, p. 80 e ss.; 2009, *passim*); e Duarte (2006, p. 113 e ss.). O relato da *CC* está condensado no cap. 51, enquanto Fernão Lopes desenvolve largamente o tema na *CDJ, II*, entre os caps. 30 e 46.

<sup>63</sup> A expressão é de Alcide de Oliveira (1988, p. 91).

<sup>64</sup> Esta campanha é descrita, quer pela *CC* (cap. 54), quer pela *CDJ, II* (caps. 55 a 58).

<sup>65</sup> Fernão Lopes, mais uma vez, desvaloriza: «Hora nom fazendo sermão de algumas razões que outros escrevem que estes fidalgos com o Conde houveram, em que não houve nenhum arroído» (*CDJ, II*, cap. 74, p. 172). Sobre a trajetória dos fidalgos da Beira, em especial dos Cunha, veja-se a síntese de Fátima Regina Fernandes (2009, pp. 442-445).

<sup>66</sup> Inteligentemente, D. João I preferiu desposar Filipa à sua meia-irmã Catarina, que era neta de D. Pedro I de Castela. O rei português não estava interessado em mais conflitos com o reino vizinho e apenas fazia a guerra para conseguir a confirmação da paz com Castela.

<sup>67</sup> Segundo Fernão Lopes (*CDJ, II*, cap. 97), ficaram afetas à Casa da nova rainha, entre outras: D. Beatriz de Castro (irmã de D. Pedro de Castro), duas donzelas da casa dos Coutinhos, uma filha de Rui Pereira e outra do marechal Álvaro Pereira (já falecido). O mordomo-mor era Lopo Dias de Sousa (mestre de Cristo), o governador da fazenda era o velho chanceler fernandino e embaixador do mestre de Avis, Lourenço Anes Fogaça, e o copeiro-mor era Gonçalo Vasques Coutinho (e, por ele, Rodrigo Anes, copeiro do rei). Sobre D. Filipa de Lencastre, veja-se a notável biografia de Manuela Santos Silva (2014).

<sup>68</sup> Beatriz de Castro, que enviudara do conde de Maiorgas, viria a ser expulsa da corte (foi para Castela, onde viveu com «encetada fama»), na sequência de um caso amoroso com o camareiro do rei, Fernando Afonso, que acabou aliás por ser queimado vivo no Rossio. Cf. *CDJ, II*, cap. 139, pp. 283-285.

<sup>69</sup> A *CC* (cap. 80) afirma que Nun'Álvares foi casto desde finais de 1383, quando veio a Lisboa, às exéquias de trigésimo dia por D. Fernando; Fernão Lopes, sempre mais sóbrio e realista, diz que ele manteve castidade desde a morte da esposa, em 1387 (*CDJ, II*, cap. 200).

<sup>70</sup> Não consegui precisar quando é que Nun'Álvares se tornou conde de Arraiolos, mas é provável que tenha sido pouco depois do falecimento do conde D. Álvaro Peres de Castro, ocorrido em junho de 1384 (Fernandes, 2009, p. 439).

<sup>71</sup> Penso que o relevo dos Almadás nas narrativas que estou a utilizar, sobretudo em Fernão Lopes, terá também que ver com a circunstância de o mais indefetível apoiante do infante D. Pedro (e que por isso morreu com ele na batalha de Alfarrobeira, em maio de 1449) ser Álvaro Vaz de Almada, o lendário «conde de Avranches», que era filho de João Vaz de Almada e sobrinho deste Antão Vasques.

<sup>72</sup> Nessa altura, em Castela, já reinava Enrique III, casado com D. Catarina de Lencastre (irmã da nossa rainha Filipa); D. Juan I tinha falecido em 9 de outubro de 1390, em Alcalá de Henares, da queda de um cavalo.



<sup>73</sup> Como veremos no capítulo terceiro deste estudo, em 23 de agosto de 1385, o monarca doara em préstamo (enquanto fosse sua mercê) a Nun'Álvares todas as rendas e direitos que o rei tinha em Guimarães, Ponte de Lima, Valença, Vila Real, Chaves, Bragança e Atouguia, com todos os seus termos (*Chanc. D. João I*, vol. I, t. 2, n.º 785, p. 143).

<sup>74</sup> F. Lopes, *CDJ, II*, cap. 153, p. 322. Fátima Regina Fernandes (2009, p. 444, nt. 94) refere que, em 2 de maio de 1394, Martim Vasques da Cunha se viu obrigado a vender, com vista à constituição do património dos infantes de Avis, não apenas as terras de Sul e de Gufar, mas também as de Seia, Penalva, Sátão, Rio de Moinhos, Aguiar da Beira e Lousada, que tinha recebido em 21 de maio de 1384, devido ao «desserviço» do conde D. Enrique Manuel de Vilhena: cf. *Chancelaria de D. João I*, Liv. I, fl. 19v.<sup>a</sup>; e Livro II, fls. 94v.<sup>o</sup>-95.

<sup>75</sup> «Que el-Rei não se devia muito anojár da entrada daquelas companhas, pois em suas terras havia senhores e fidalgos a que encomendar podia que fossem a elas, posto que ele alá não fosse.»

<sup>76</sup> Dom Duarte, *Leal Conselheiro*, edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro, cap. xix, pp. 73-77.

<sup>77</sup> *Idem, ibid.*, cap. xx, p. 79.

<sup>78</sup> *CDJ, II*, cap. 182, p. 394. Como se vê, para o biógrafo de D. João I, os nove meses foi o tempo que as negociações duraram, e não (como sugere a *CC*) o novo período de tréguas que se acordou em Olivença.

<sup>79</sup> A data do nascimento de D. Afonso, filho bastardo de D. João I, ainda é objeto de dúvida: cf. Mafalda S. Cunha (1990, p. 31, nt. 28).

<sup>80</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 3, n.º II-1474, pp. 242-244.

<sup>81</sup> *Idem, ibid.*, com data de Frielas (termo de Lisboa), 1 de novembro de 1401.

<sup>82</sup> Existe um documento na Biblioteca Pública de Évora que me parece útil para a datação da morte de D. Beatriz. Diz respeito ao testamento de mestre João, de Vila Viçosa, que tem data de 2 de outubro de 1413, em que este declara pretender ser sepultado no adro da Igreja de Santa Maria de Vila Viçosa; no mesmo documento, mestre João deixa também uma parte dos seus bens a esta igreja, aos pobres da Igreja de São Pedro de Bencatel e aos frades do mosteiro da serra de Ossa. Parece, portanto, que a igreja já estaria pronta, ou quase, em outubro de 1413; ora, como sabemos que Nun'Álvares recebeu a notícia da morte da filha na altura em que estava em Vila Viçosa a acompanhar as obras de construção deste templo, parece razoável admitir que a morte de Beatriz não terá ocorrido depois de 1412 ou no máximo de 1413, embora muitos autores a situem em 1415. É, no entanto, possível que tenha ocorrido mais cedo, embora, se tivesse acontecido antes de 1411, fosse natural que tivesse sido referida por Fernão Lopes.

<sup>83</sup> Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta, por El-Rei D. João I*, edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

<sup>84</sup> Para o que se segue, veja-se Monteiro (2012a, pp. 52-59).

<sup>85</sup> Monteiro e Braga, 2009.

<sup>86</sup> Por exemplo: «É melhor dominar o inimigo pela fome, por ataques de surpresa ou pelo terror do que pelo combate, no qual a sorte costuma ter mais peso do que a coragem.» (Monteiro e Braga, 2009, p. 327)

<sup>87</sup> Sobre a espionagem em Portugal nas guerras dos séculos XIV e XV, deve ver-se Vítor Viana Pinto (2015).

<sup>88</sup> *CDJ, II*, cap. xxxii.

<sup>89</sup> *CDI, II*, cap. 199, p. 446. É provável que Fernão Lopes conhecesse a obra de Valério Máximo (que existia na biblioteca de D. Duarte) e alguns dos episódios das guerras antigas aí relatados. No tempo de Cipião, que é o tempo da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.), os Romanos ainda praticavam a guerra sob a égide do princípio da *fides*, isto é, da confiança, da honra e do respeito pela palavra dada (mesmo ao inimigo), algo que inspirou o direito internacional moderno.

<sup>90</sup> Cunha 1990, p. 19; Côrte-Real, 2009, p. 199.

<sup>91</sup> Como explica José Augusto Sottomayor Pizarro, existem algumas dúvidas sobre a existência de um irmão homónimo de Gonçalo Pires Pereira, o qual, segundo alguns autores (por exemplo: Cunha, 1990, p. 21; Fernandes, 2001, p. 45), teria sido, esse sim, comendador-mor da Ordem do Hospital em Castela (e tio-bisavô, em vez de bisavô paterno, de Nun'Álvares); contudo, «a documentação recolhida parece negar essa duplicidade (...), para além de indiciar a filiação de Gonçalo Pires em Maria Gravel» (Pizarro, 1999, II, pp. 302-303, nt. 38).

<sup>92</sup> O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (21G13, p. 238) conta que um dia, estando em Pereira, Gonçalo Pires terá oferecido 64 cavalos a fidalgos que eram chegados a ele; mas poderá tratar-se de uma construção elogiosa posterior, tendo em conta o valor que a magnanimidade tinha para a fama e o prestígio da nobreza medieval.

<sup>93</sup> Do primeiro casamento de Gonçalo Pires Pereira, com Urraca Vasques Pimentel, nasceram (além de Gonçalo Gonçalves Pereira, o avô paterno de Nun'Álvares): Vasco Gonçalves (o primogénito), que casou com Inês Lourenço da Cunha; Maria Gonçalves (que desposou Fernão Anes de Portocarreiro); e Teresa Gonçalves. Do casamento de Gonçalo Pires Pereira com Inês Lourenço de Carnes (filha do futuro mestre de Santiago, Lourenço Anes Carnes) resultou Estevainha Gonçalves II, que casaria em segundas núpcias com João Rodrigues Pimentel (mestre de Avis entre 1342 e 1351). Já de uma ligação amorosa do mesmo bisavô de Nun'Álvares com uma mulher chamada Maria Vasques nasceria Rui Gonçalves II (vassalo do conde D. Pedro de Barcelos e tio-avô de Nuno Álvares), o qual casou em primeiras núpcias com Berengária Nunes Barreto. Cf. Pizarro, 1999, III, 4.16.2.

<sup>94</sup> Como observa José Augusto Pizarro, um outro ramo dos Pereiras, o dos Homem-Froião, descendentes do primogénito de Pero Rodrigues Pereira e Maria Pires Gravel (Pero Pires Homem), terá aparecido nos meios cortesãos portugueses cerca de três quartos de século antes, mas não teria futuro, porventura em resultado da sua forte ligação ao partido de D. Sancho II (o monarca deposto na sequência da guerra civil de 1245-1248) e da sua posterior trajetória em Castela.

<sup>95</sup> Vejam-se as biografias dedicadas por Luís Krus (1986) e por Maria Helena da Cruz Coelho (1990) ao avô paterno de Nun'Álvares.

<sup>96</sup> A geração dos filhos de Vasco Gonçalves e Inês Lourenço da Cunha, citados em nota anterior.

<sup>97</sup> Cf. Bernardo V. e Sousa (2000, p. 167), Miguel G. Martins (2013, p. 173) e Paula P. Costa (2015, p. 47).

<sup>98</sup> Cf. M. G. Martins (2013, pp. 174 e 181) e P. P. Costa (2015, p. 47).

<sup>99</sup> Sobre tudo isto, veja-se a excelente biografia que Miguel Gomes Martins dedicou a Álvaro Gonçalves Pereira (2013, pp. 173-197).

<sup>100</sup> Para o que se segue, veja-se Paula Pinto Costa (2015, *passim*).

<sup>101</sup> Além do que se dirá a seguir, recorde-se que, como mostrei no capítulo anterior, foi também em 1356 que Álvaro Gonçalves instituiu os morgados a favor dos seus filhos Rodrigo e Pedro (o de Diogo seria fundado logo no ano seguinte).

<sup>102</sup> Cf. Martins (2013, pp. 187-188); e Costa (2015, pp. 54-55).

<sup>103</sup> Cf. (Costa, 2015, pp. 49-50); e Sousa (1989, *passim*).

<sup>104</sup> Veja-se a biografia dedicada por Miguel Gomes Martins (2013, pp. 129-147) a Afonso Peres Farinha, uma personagem extraordinariamente interessante, que, de cavaleiro andante pobretanas nascido em Farinha Podre (Góis), chegou ao estrelato na corte régia e na Ordem do Hospital, passando por mil aventuras na Terra Santa!

<sup>105</sup> Cf. Costa (2015, pp. 51 e 54); e Hugh Kennedy (2001, pp. 58-61).

<sup>106</sup> Cf., por exemplo, *Chanc. D. Pedro I*, n.º 511, pp. 206-207 (de Beja, 4 de março de 1361); *idem*, n.º 1000, pp. 468-469 (de Torres Vedras, 17 de abril de 1365); ou ainda *Chancelaria de D. Fernando*, Liv. I, fl. 160v.º (de Elvas, 17 de janeiro de 1375); e *idem*, Liv. II, fls. 61-61v.º (de Portalegre, 11 de maio de 1380). As *fintas* ou *talhas* eram contribuições forçadas que o rei podia autorizar os concelhos a lançar, de forma repartida entre todos os vizinhos, de modo a enfrentarem sobretudo despesas extraordinárias (por exemplo: obras em pontes, estradas, muralhas, encanamento de rios, envio de procuradores a cortes; festas ou cerimónias públicas; comparticipação em despesas gerais do reino): cf. A. M. Hespanha (1982, p. 280). A *anúduva* era a obrigação de servir pessoalmente nos trabalhos de reparação dos castelos e das muralhas onde a população se podia acolher em caso de perigo; com o tempo, passou a poder ser substituída pelo pagamento de um tributo, em metálico ou em espécie (Monteiro, 1999, pp. 160-162). O *juogado* era uma «circunscrição administrativo-judicial decalcada sobre uma unidade geográfica natural ou tradicional, colocada sob a direção de um juiz, assessorado por uma assembleia judicial» (Hespanha, 1982, p. 150).

<sup>107</sup> *Chanc. D. Pedro I*, n.º 759, p. 343 (de Lisboa, 1 de agosto de 1362).

<sup>108</sup> *Chanc. D. Pedro I*, n.º 357, pp. 140-142 (de Évora, 13 de fevereiro de 1359, em que se confirma carta de 1304 de D. Afonso IV alusiva a Santa Maria de Marvão, no bispado da Guarda); *idem*, n.º 337, pp. 132-133 (de Santarém, 15 de novembro de 1359, relativa a Santa Maria de Mação, no mesmo bispado); *Chanc. D. Fernando*, Liv. I, fls. 28v.º-29v.º (de Santarém, 23 de junho de 1368, respeitante a Santa Maria de Castelo de Vide, também pertencente ao bispado da Guarda). Como explicou Armando de Castro, os *padroados* e o direito de padroado remontam à época da reconquista neogoda e a sua origem está associada às contribuições de indivíduos laicos para a construção (ou reconstrução) de algum centro religioso, igreja ou mosteiro; isso dava aos doadores a possibilidade de obter algumas vantagens económicas (contribuições em género ou dinheiro, retiradas das rendas respetivas), podendo implicar também o direito de «apresentação», isto é, o poder de indicar ao superior eclesiástico, sempre que havia vacatura do cargo, o presbítero (pároco ou abade) que devia ocupar o lugar (Castro, 1979, IV, 511).

<sup>109</sup> *Chanc. D. Pedro I*, n.º 840, pp. 382-384.

<sup>110</sup> *Idem*, n.º 841, p. 384.

<sup>111</sup> *Chanc. D. Fernando*, Liv. I, fls. 17-17v.º (de Atouguia, 15 de setembro de 1367).

<sup>112</sup> *Idem*, Liv. I, fl. 17v.º.

<sup>113</sup> *Idem*, Liv. I, fls. 159v.º-160v.º (de Vila Viçosa, 8 de janeiro de 1375).

<sup>114</sup> *Chanc. D. Pedro I*, n.º 543, pp. 222-229 (de Elvas, 20 de maio de 1361).

<sup>115</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 1, n.º II-443, p. 235 (de Santarém, 2 de julho de 1390).

António Hespanha define *termo* como «núcleo da população predominantemente rural, habitando a área circunvizinha da cidade» (1982, p. 232, nt. 434).

<sup>116</sup> Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), *Leitura Nova, Direitos Reais*, Liv. I, fls. 85v.º-88v.º (1487).

<sup>117</sup> *Chanc. D. Fernando*, Liv. I, fl. 195.

<sup>118</sup> *Idem*, Liv. III, fl. 6 (de Santarém, 1 de fevereiro de 1382). As *menagens* (homenagens) eram juramentos de fidelidade prestados pelos alcaides àqueles de cujas mãos recebiam os castelos (ou a um seu representante acreditado); em Portugal, as menagens eram geralmente prestadas ao rei, que era o detentor principal das fortalezas, uma vez que aqui não vigorou a tradição dos castelos privados; havia, ainda assim, as fortalezas sob controlo direto das ordens militares, que estavam subordinadas aos respetivos mestres ou priores. Cf. Monteiro (1999, pp. 265-274).

<sup>119</sup> *Chanc. D. Fernando*, Liv. III, fl. 59 (de Rio Maior, 20 de janeiro de 1383). António Hespanha (1982, p. 139) apresenta a *quintã* (do latim: *quintana*) como uma das unidades agrárias de maior dimensão de um domínio senhorial.

<sup>120</sup> *Idem*, Liv. III, fl. 59v.º (de Rio Maior, 20 de janeiro de 1383). Sobre os aquantados em cavalos e armas para servir o rei nos finais da Idade Média portuguesa, veja-se Monteiro (1998, pp. 44-58).

<sup>121</sup> *Chanc. D. Fernando*, Liv. III, fl. 49v.º (de Rio Maior, 3 de março de 1383).

<sup>122</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 1, n.º 12, p. 16 (de Lisboa, 6 de março de 1384).

<sup>123</sup> *Crón. Carmel.*, Tomo I, pp. 812-813 (de Lisboa, 30 de março de 1389).

<sup>124</sup> *Crón. Carmel.*, Tomo I, Parte III, cap. VII, pp. 363-370.

<sup>125</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 2, n.º 800, pp. 151-152 (de Coimbra, 7 de abril de 1385).

<sup>126</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 736, pp. 114-115 (do Porto, 28 de abril de 1384). Em 19 de setembro de 1404, nos paços de Nuno Álvares Pereira, em Almada, estando presente o juiz pelo Condestável naquela vila (João Vicente), Gil Airas exibiu esta carta régia e, alegando que Nun'Álvares temia que ela se perdesse, requereu um traslado dela, pedido esse que foi satisfeito pelo tabelião. Transcrito em documento de Lisboa, 3 de novembro de 1423 (*Chanc. D. João I*, vol. IV, t. 2, n.º IV-544, pp. 82-87). As *alçadas* eram tribunais coletivos que circulavam pelo reino para recolher as queixas das populações e repor os direitos usurpados pelos grandes, em prejuízo do património público (Carlos Miguel, 1979, I, pp. 80-81). As *apelações* eram formas de recurso das decisões dos juízes, as quais, a partir de D. Dinis, tenderam a seguir apenas para a corte (J. V. Serrão, 1979, I, p. 164).

<sup>127</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 2, n.º 994, pp. 252-257 (de Estremoz, 12 de abril de 1436).

<sup>128</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 1, n.º 113, p. 65 (de Lisboa, 26 de maio de 1384).

<sup>129</sup> Talvez isto convide a retardar até finais de dezembro (data da morte de Fernão Álvares) a atribuição do condado de Arraiolos a Nun'Álvares, ainda que, em teoria, a concessão do título pudesse fazer-se sem a doação da vila.

<sup>130</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 1, n.º 454, pp. 239-240 (de Lisboa, 30 de agosto de 1384).

<sup>131</sup> *Idem*, vol. I, t. 1, n.º 347, pp. 181-182 (de Lisboa, 25 de setembro de 1384).

<sup>132</sup> *Idem*, vol. I, t. 1, n.º 141, p. 75 (de Lisboa, 2 de março de 1384).

<sup>133</sup> *Idem*, vol. I, t. 1, n.º 175, p. 87 (de Lisboa, 6 de maio de 1384).

<sup>134</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 674, p. 80 (de Abrantes, 30 de julho de 1385). *Quinto*, no sentido literal de 20% dos lucros resultantes daqueles bens (despojos capturados e resgates de prisioneiros).

<sup>135</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 675, p. 81 (de Abrantes, julho de 1385).

<sup>136</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 680, p. 82 (de Abrantes, 30 de julho de 1385).

<sup>137</sup> *Idem*, vol. I, t. 1, n.º 338, p. 175 (de Lisboa, 20 de setembro de 1384). A *correição* correspondia à ação desenvolvida pelo *corregedor* (magistrado que era o principal

representante da autoridade régia, criado por D. Afonso IV em substituição dos «meirinhos» e dos «adiantados») na comarca em que tinha jurisdição; a «correição» configurava uma arma decisiva no que diz respeito ao controlo da atividade política dos senhores das terras e dos respetivos abusos, tendo sido muito valorizada pela legislação fernandina de 1372 (R. A. Torres, 1979, II, p. 190; Hespanha, 1982, p. 283).

<sup>138</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 1, n.º 282, p. 147 (de Lisboa, 1 de outubro de 1384).

<sup>139</sup> *Idem*, vol. I, t. 1, n.º 284, pp. 147-148 (de Cidade [sic], 1 de outubro de 1384). Esta doação foi confirmada pelo (agora) rei em Guimarães, em 1 de junho de 1385, pela forma como fora feita por Nun'Álvares: *idem*, vol. 1, t. 2, n.º 695, p. 92.

<sup>140</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 833, p. 167 (de Coimbra, 2 de abril de 1385).

<sup>141</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 803, pp. 153-154 (de Coimbra, 3 de abril de 1385).

<sup>142</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 863, p. 184 (de Coimbra, 14 de abril de 1385).

<sup>143</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 714, p. 101 (de Coimbra, 20 de abril de 1385).

<sup>144</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 881, pp. 196-197 (de Coimbra, 8 de abril de 1385).

<sup>145</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 684, pp. 85-86 (de Tomar, 10 de agosto de 1385). Os *ouvidores* eram magistrados jurisdicionais que serviam, na corte régia ou nos senhorios particulares, para «ouvir» as partes em litígio, apurar as provas e apresentar o caso à decisão do senhor; a tendência, pelo menos no que respeita à corte, foi para haver uma certa especialização, por exemplo, com «ouvidores do crime» e «ouvidores do cível» (R. A. Torres, 1979, IV, p. 504). Sobre *corregedores*, *correição* e *meirinhos*, veja-se o que foi dito em nota anterior.

<sup>146</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 2, n.º 587, pp. 33-34 (de Santarém, 20 de agosto de 1385).

<sup>147</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 588, pp. 34-36 (de Santarém, 20 de agosto de 1385).

<sup>148</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 586, p. 32 (de Santarém, 21 de agosto de 1385).

<sup>149</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 785, p. 143 (de Santarém, 23 de agosto de 1385).

<sup>150</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 597, pp. 41-42 (de Santarém, 25 de agosto de 1385).

Salvador Dias Arnaut (1947, p. 131, nt. 1) afirma que este Gil de Outel era uma «notável pessoa» que tinha participado na eleição do mestre de Avis como rei de Portugal, nas cortes de Coimbra de 1385.

<sup>151</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 2, n.º 611, pp. 49-50 (de Santarém, 29 de agosto de 1385).

<sup>152</sup> *Idem*, vol. I, t. 2, n.º 547, p. 11 (do Porto, 8 de outubro de 1385).

<sup>153</sup> *Idem*, vol. I, t. 3, n.º 1012, p. 27 (do arraial de Chaves, 15 de janeiro de 1386).

<sup>154</sup> *Idem*, vol. I, t. 3, n.º 1141, pp. 103-104 (do arraial de Chaves, 27 de janeiro de 1386).

<sup>155</sup> *Idem*, vol. I, t. 3, n.º 1046, pp. 47-48 (do arraial de Chaves, 3 de fevereiro de 1386).

<sup>156</sup> *Idem*, vol. I, t. 3, n.º 1047, pp. 48-49 (do arraial de Chaves, 9 de março de 1386).

<sup>157</sup> *Idem*, vol. I, t. 3, n.º 1176, p. 125 (de Chaves, 17 de abril de 1386).

<sup>158</sup> Cf., p. ex., *Idem*, vol. I, t. 3, n.º 1333, p. 201 (de Chaves, 20 de abril de 1386): doação a Estêvão Pires Godinho, escudeiro do Condestável, de ferragiais na cerca da vila de Beja; e *Idem*, vol. I, t. 1, n.º 201, p. 102 (de Chaves, 22 de abril de 1386): doação em tença a dois irmãos (Gonçalo Vasques da Fonseca e Lourenço Rodrigues da Fonseca), escudeiros de Nun'Álvares, das 165 libras que os mouros de Faro tinham de pagar em cada ano.

<sup>159</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 1, n.º 200, pp. 101-102 (de Valariça a par de Torre de Moncorvo, 15 de maio de 1386).

<sup>160</sup> *Idem*, vol. II, t. 1, n.º II-193, pp. 119-120 (do Porto, 19 de agosto de 1386).

<sup>161</sup> *Idem*, vol. I, t. 3, n.º 1199, p. 136 (de Porto, 5 de fevereiro de 1387).

<sup>162</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, Liv. I, fl. 46 (de Porto, 13 de fevereiro de 1387); transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XIV, pp. 117-118).

<sup>163</sup> Esta mercê é conhecida de forma indireta, por meio de uma carta de confirmação de privilégios ao neto mais velho de Nun'Álvares (o conde de Ourém, D. Afonso), outorgada por D. Duarte no início do seu reinado: *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 36, pp. 32-33 (de Santarém, 25 de novembro de 1433). Este privilégio surge também num outro documento do mesmo género, em que o mesmo rei confirma ao outro neto (D. Fernando, conde de Arraiolos) as cartas de privilégios e liberdades concedidas por D. João I a Nun'Álvares Pereira: *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 262, pp. 110-112 (de Santarém, 9 de dezembro de 1433).

<sup>164</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 3, n.º 1368, p. 225 (de Braga, 1 de dezembro de 1387).

<sup>165</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, Liv. I, fls. 24-24v.º (de Braga, 13 de dezembro de 1387); transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XV, pp. 118-119).

<sup>166</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 265, pp. 114-115 (de Braga, 13 de dezembro de 1387). A confirmação de D. Duarte é de Santarém, 10 de dezembro de 1433.

<sup>167</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 1, n.º II-253, p. 147 (de Braga, 15 de dezembro de 1387).

<sup>168</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Além-Douro*, Liv. I, fls. 188v.º-189v.º (do arraial sobre Melgaço, 24 de fevereiro de 1388).

<sup>169</sup> O *mero e misto império* consistia no direito a exercer a justiça tanto nos feitos cíveis como nos feitos criminais; geralmente, esta era uma concessão reservada aos maiores senhores do reino, pois tradicionalmente o monarca chamava a si a punição de crimes graves; de acordo com a tradição romana, o *merum imperium* era o poder de julgar e de punir, enquanto o *mixtum imperium* estava relacionado com as atribuições próprias de um magistrado (Hespanha, 1982, p. 111, nt. 114; R. Pereira, 2002, p. 35).

<sup>170</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 3, n.º 1362, pp. 220-221 (do arraial de Campo Maior, 15 de novembro de 1388).

<sup>171</sup> *Idem*, vol. II, t. 1, n.º II-303, pp. 169-170 (de Évora, 7 de dezembro de 1388).

<sup>172</sup> *Idem*, vol. II, t. 1, n.º II-122, pp. 77-78 (de Lisboa, 30 de março de 1389).

<sup>173</sup> *Idem*, vol. II, t. 1, n.º II-443, p. 235 (de Santarém, 2 de julho de 1390): confirmação de D. João I.

<sup>174</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 66, pp. 51-52 (de Santarém, 4 de julho de 1390); o rei *eloquente* confirmou em Óbidos, no dia 9 de setembro de 1434.

<sup>175</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 1, n.º II-474, pp. 249-250 (de Évora, 26 de janeiro de 1391).

<sup>176</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 36, pp. 32-33 (de Évora, 13 de fevereiro de 1391); confirmação de D. Duarte em Santarém, 25 de novembro de 1433.

<sup>177</sup> Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, *Livro I de D. João (1384-1720)*, cópia, fls. 45-46v.º; transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XX, pp. 124-128, de Évora, 13 de abril de 1391).

<sup>178</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 1, n.º II-604, p. 310 (de Coimbra, 11 de maio de 1392).

<sup>179</sup> *Idem*, vol. IV, t. 2, n.º IV-544, pp. 82-87 (de Barcelos, nos paços de Nun'Álvares, 30 de outubro de 1391).

<sup>180</sup> *Idem*, vol. II, t. 1, n.º II-606, p. 311 (de Coimbra, 11 de maio de 1392).

<sup>181</sup> O rei confirma este escambo entre Nuno Álvares Pereira e Lopo Dias de Azevedo em 11 de maio de 1392 (*Chanc. D. João I*, vol. II, t. 1, n.º II-607, p. 312).



<sup>182</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 2, n.º II-1016, pp. 225-226 (do Porto, 27 de julho de 1395).

<sup>183</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 665, pp. 408-409 (de Évora, 18 de março de 1435): confirmação de carta de D. João I, de 28 de julho de 1396; o confisco de bens ao almoxarife ter-se-á ficado a dever à perda de uma certa soma de dinheiros respeitantes a uma renda.

<sup>184</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, Liv. IV, fl. 25v.º (de Lisboa, 7 de agosto de 1396). O documento explicita que o privilégio se aplica ao montaraz, ao escrivão, aos juizes e aos outros oficiais de Campo de Ourique apenas enquanto forem oficiais por Nun'Álvares em Campo de Ourique; nessa condição, não deverão pagar em peitas, talhas, fintas, serviços ou outros encargos desses concelhos, nem ir servir a nenhuma parte, nem serão obrigados a ter ofícios concelhios contra sua vontade, nem serão curadores de órfãos ou tutores, nem sacadores ou recebedores de dinheiros, nem estarão tão-pouco sujeitos a dar aposentadoria.

<sup>185</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 36, pp. 32-33 (de Santarém, 25 de agosto de 1397); confirmado por D. Duarte em Santarém, no dia 25 de novembro de 1433.

<sup>186</sup> *Chanc. D. João I*, Livro II, vol. II, t. 3, n.º II-1171, pp. 75-76 (do Porto, 1 de setembro de 1398). As *direituras* eram, tal como as *miunças*, prestações certas, pagas em géneros ou em dinheiro, devidas ao senhor pelos colonos que habitavam os casais existentes no interior de um domínio senhorial.

<sup>187</sup> *Idem*, vol. II, t. 3, n.º II-1456, pp. 219-220 (do Porto, 1 de setembro de 1398).

<sup>188</sup> *Idem*, vol. III, t. 1, n.º III-160, p. 71 (de Valada, 27 de maio de 1402). No documento imediatamente a seguir, emitido no mesmo local em 1 de junho do mesmo ano, D. João I dá a terra da Maia a Gil Vasques da Cunha, de quem já recebeu muitos serviços e «porque se partiu dos reinos de Castela e se veio pera servir-nos e [aos] nossos reinos» (*idem*, n.º III-161, pp. 71-73).

<sup>189</sup> *Crón. Carmel.*, Parte I, pp. 803-804 (de Lisboa, 28 de agosto de 1399).

<sup>190</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 3, n.º II-1082, p. 21 (de Lisboa, 27 de novembro de 1399). A carta menciona a escusa de servir por mar ou por terra e de prestar serviço em outros encargos e servidões concelhios.

<sup>191</sup> *Idem*, n.º II-1099, p. 31 (de Leiria, 15 de abril de 1401).

<sup>192</sup> *Idem*, n.º II-1473, pp. 240-242.

<sup>193</sup> *Idem*, n.º II-1474, pp. 242-244 (de Lisboa, 20 de outubro de 1401).

<sup>194</sup> *Idem*, n.º II-1441, pp. 201-205 (de Frielas, 1 de novembro de 1401); confirmada em Lisboa em 8 de novembro de 1401.

<sup>195</sup> José Augusto Freitas de Oliveira (2013, pp. 366-368). Também Saul António Gomes (2005), no seu monumental *corpus* documental relativo a Porto de Mós, realça a ligação de D. Nuno Álvares Pereira a esta última região, em especial a partir da batalha de Aljubarrota e da mercê régia de 20 de agosto de 1385; por exemplo, em documentos da Torre do Tombo, do Mosteiro de Alcobaça ou do Mosteiro da Batalha, podem ser encontradas cartas de venda ou de arrendamento (por exemplo: de vinhas) feitas por homens que atuavam como tabeliães do conde na sua vila de Porto de Mós.

<sup>196</sup> *Chanc. D. João I*, vol. II, t. 3, n.º II-1510, pp. 266-271 (de Lisboa, 29 de setembro de 1403).

<sup>197</sup> *Crón. Carmel.*, Tomo I, pp. 805-809 (dos paços de Nuno Álvares Pereira em Almada, em 28 de julho de 1404); transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XXX, pp. 155-164).

<sup>198</sup> *Crón. Carmel.*, Tomo I, pp. 809-812 (de Lisboa, em 29 de setembro de 1404); transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XXXI, pp. 164-170).



<sup>199</sup> *Crón. Carmel.*, I, III, cap. vi, pp. 360-362; e I, 809-812, onde se publica cópia da escritura deste ato de posse.

<sup>200</sup> *Chanc. D. João I*, vol. III, t. 1, n.º III-327, pp. 205-206 (de Lisboa, 31 de agosto de 1405).

<sup>201</sup> *Crón. Carmel.*, Tomo I, pp. 817-819 (de Almada, em 9 de setembro de 1406); transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XXXIII, pp. 171-174).

<sup>202</sup> *Crón. Carmel.*, I, III, 383, pp. 819-820; Sant'Anna data esta bula de 15 de agosto, mas trata-se de um erro, como demonstrou M. M. Wermers (1960/1961, p. 87, nt. 213): o documento refere a 16.º calenda de agosto, do ano quarto do pontificado de João XXIII.

<sup>203</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 263, pp. 112-113 (de Santarém, 10 de dezembro de 1433): D. Duarte confirma aqui (a pedido do conde de Ourém, D. Afonso, neto de Nun'Álvares) uma carta do pai, emitida em Sintra, em 22 de agosto de 1408.

<sup>204</sup> *Idem*, vol. I, t. 1, n.º 36, pp. 32-33 (de Santarém, 25 de novembro de 1433): D. Duarte confirma aqui (a pedido do conde de Ourém, D. Afonso, neto de Nun'Álvares) uma carta do pai, emitida em Sintra, em 28 de agosto de 1408.

<sup>205</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Direitos Reais*, Liv. II, fls. 247v.º-251v.º (de Sintra, último dia de agosto de 1408); transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XXXIV, pp. 175-184).

<sup>206</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 456, pp. 226-237 (de Lisboa, 3 de novembro de 1434): D. Duarte confirma aqui (a pedido dos «adiceiros») uma carta do pai, emitida em Lisboa, em 15 de outubro de 1408.

<sup>207</sup> IAN/TT, *Chancelaria de D. Duarte*, Liv. 3, fl. 45 (de Évora, 26 de março de 1435): D. Duarte confirma aqui (a pedido de Catarina Morena) uma carta do pai, emitida em Évora, em 5 de julho de 1409.

<sup>208</sup> *Chanc. D. João I*, vol. III, t. 3, n.º III-1035, pp. 127-129 (de Santarém, 14 de dezembro de 1412); e *Idem*, n.º III-979, pp. 105-107 (de Évora, 12 de dezembro de 1415). Ao que parece, Lopo Martins do Carvalhal não era pessoa bem-vista em Évora Monte, porque, em 28 de janeiro de 1416, em Estremoz, aquele concelho queixou-se ao rei dos grandes agravos que o arcediago lhe fazia (*idem*, n.º III-1143, pp. 199-200).

<sup>209</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 31, pp. 27-30 (de Santarém, 24 de novembro de 1433): o rei confirma aqui a carta de D. João I (Borba, 4 de abril de 1422).

<sup>210</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 260, pp. 105-108 (de Santarém, 9 de dezembro de 1433): o rei confirma aqui a carta de D. João I (de Évora, 4 de abril de 1422); esta carta foi feita por Gil Airas. É interessante verificar que foram tomadas medidas para que os mecanismos sucessórios relativos aos bens do conde de Barcelos e dos seus filhos não fossem condicionados pela chamada «Lei Mental», ainda em fase de cristalização jurídica; sobre este assunto, que não tenho possibilidade de desenvolver aqui, veja-se o documento constante da *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 291, pp. 137-142 (de Óbidos, 10 de setembro de 1434); e M. S. Cunha (1990, p. 63).

<sup>211</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Místicos*, Liv. I, fls. 19v.º-20v.º (de Santarém, 30 de novembro de 1433), onde se confirma carta de D. João I, de Borba, 4 de abril de 1422; transcrito por Rosa Pereira (2002, Doc. XXXIX, 195-199). Esta carta também foi feita por Gil Airas. Recorde-se que o infante D. João foi mestre de Santiago, uma ordem com forte implantação na península de Setúbal, e sabe-se que o casal (Isabel e João) investiu na região de Almada-Azeitão (Oliveira, 2013, p. 367).

<sup>212</sup> A carta de D. Fernando tem data de 22 de agosto de 1422 e a de D. Afonso de 24 de agosto do mesmo ano. Cf. também *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 67, pp. 52-54 (de Almeirim, 11 de dezembro de 1433); neste documento, *o Eloquent*

autoriza que a entrega dos dez moios de trigo e dos cinco tonéis de vinho pelos condes de Arraiolos e de Ourém seja substituída pela aquisição de bens para o mosteiro que rendam a mesma coisa, desde que não sejam adquiridos nos reguengos reais (isto porque os dois condes alegavam que, muitas vezes, não estavam na terra e nem sempre os seus oficiais eram suficientemente diligentes a satisfazer esta última vontade de Nun'Álvares).

<sup>213</sup> *Chanc. D. João I*, vol. iv, t. 1, n.º IV-371, pp. 246-250 (de Santarém, 19 de fevereiro de 1423). Os judeus queixaram-se de que Nun'Álvares tinha ordenado que as apelações e agravos do serviço real pago pelos judeus de Lisboa fossem enviados perante ele, Condestável, e os seus ouvidores; o rei ordenou que se fizesse como era anteriormente costume, ou seja, decidiu contra os oficiais de Nun'Álvares.

<sup>214</sup> *Crón. Carmel.*, I, III, cap. XIII, pp. 409-414.

<sup>215</sup> Sant'Anna situa o primeiro capítulo provincial dos carmelitas portugueses entre 6 e 23 de julho de 1423; nele terá sido eleito, por unanimidade, frei Afonso de Alfama (ou Leitão) como primeiro Provincial, ao mesmo tempo que frei Diogo Gil, pessoa «muito de estimação» de Nun'Álvares, foi eleito como prior do Carmo, em substituição de frei Gomes de Santa Maria, que resignara (*Crón. Carmel.*, I, III, pp. 408-409). Geralmente, associa-se a criação da província portuguesa da Ordem do Carmo à ação de Nun'Álvares; antes dele, os Carmelitas portugueses (por já não pertencerem à província castelhana) dependiam diretamente do superior geral da Ordem, em Roma, não dispondo de autodeterminação (Kallenberg, 1993, p. 263). De acordo com esta tradição, os primeiros Estatutos dos Carmelitas portugueses terão sido aprovados por D. João I, em 1424. No entanto, Velasco Bayón (2001, pp. 69-70) afirma que só em maio de 1425 se deu a (bem-sucedida) súplica de D. João I ao papa para a criação da província portuguesa da Ordem do Carmo, tendo-se realizado no mesmo ano o primeiro capítulo provincial, de que resultou a eleição de frei Afonso de Alfama e de quatro definidores (entre os quais Diogo Gil); nas atas do capítulo geral dos carmelitas celebrado no Pentecostes de 1425, já surge como provincial o P.º Afonso de Alfama.

<sup>216</sup> *Crón. Carmel.*, I, III, pp. 409-410, e I, pp. 822-824 (onde se publica a carta patente). Entre os definidores, figura frei Diogo Gil, que tinha acabado de ser eleito como novo prior do Carmo, em resultado da resignação de frei Gomes de Santa Maria, o prior original. A carta indica que Nun'Álvares demorara trinta e três anos a construir o mosteiro.

<sup>217</sup> Esta escritura foi publicada por frei José Pereira de Sant'Anna (*Crón. Carmel.*, I, pp. 824-825); está transcrita por Rosa Pereira (2002, doc. xxxv, pp. 185-187).

<sup>218</sup> Segundo Velasco Bayón (2001, p. 54), Nun'Álvares deve ter esperado, isso sim, pela autonomização da província portuguesa do Carmo, que, de acordo com este autor, chegaria apenas em 1425, permitindo a celebração do primeiro capítulo provincial.

<sup>219</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. i, t. 1, n.º 259, pp. 100-104 (de Santarém, 9 de dezembro de 1433). Por esta confirmação de D. Duarte, ficamos a saber que o instrumento de escambo foi feito no Mosteiro de São Domingos, em Coimbra, em 7 de novembro de 1424, mediante autorização do rei obtida na mesma cidade três dias antes e condicionada apenas à validação do conde de Barcelos.

<sup>220</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. i, t. 1, n.º 18, p. 14 (de Almeirim, 21 de dezembro de 1433).

<sup>221</sup> *Idem*, n.º 258, pp. 88-89 (de Almeirim, 22 de dezembro de 1433). Quase exatamente um ano depois, D. Duarte isentaria do odiado encargo de aposentadoria sete casas (e os respetivos moradores) que o Mosteiro do Carmo possuía na judiaria

de Lisboa, que tinham pertencido a David Negro e que haviam sido doadas ao convento por Nun'Álvares Pereira; o objetivo era «por se as ditas casas melhor alquilarem [arrendarem] e o dito mosteiro haver delas maior proveito» (*idem*, n.º 17, p. 13, de 21 de dezembro de 1434).

<sup>222</sup> O *interdito* consistia na privação, pela Santa Sé, de certos bens espirituais, como a celebração de ofícios divinos, ou a administração de sacramentos, ou ainda a receção de sepultura eclesiástica; a proibição (*interdictum*) podia afetar pessoas ou lugares, podendo em ambos os casos ser geral ou particular (A. D. S. Costa, 1979, III, p. 337).

<sup>223</sup> Como explica Aires Nascimento (2010, p. 257, nt. 19), esta bula existe no Arquivo Vaticano (Reg. Lat. 35, fls. 128v.º-129v.º) e foi publicada por A. Domingues de Sousa Costa nos *Monumenta Portugaliae Vaticana*, II (Braga, Ed. Franciscana, 1970, pp. CLXXV e ss.).

<sup>224</sup> Sant'Anna (I, 447-448) transcreve a carta de doação, datada de Vila Viçosa, 5 de julho de 1423. A relíquia teria sido tomada na tenda do rei de Castela, depois da batalha de Aljubarrota, pelo vassalo Álvaro Gonçalves de Sena; D. Juan I teria trazido este objeto precioso da Catedral de Burgos, e foi o único despojo da batalha real a que o Condestável se candidatou, com aprovação do rei. Nun'Álvares terá depois embelezado a Cruz, que andava num seu relicário em campanha, até ser roubada. A doação ao Convento do Carmo é, por isso, feita na expectativa de a relíquia ser recuperada, o que de facto veio a suceder quando o Condestável já vivia no cenóbio por si construído.

<sup>225</sup> *Crón. Carmel.*, I, III, 403. Aires Nascimento (2010, p. 260) inclina-se para situar no mês de maio de 1422 a entrada de Nun'Álvares no Carmo, lembrando que a *Crónica do Condestabre* (cap. 79) refere que ele serviu a Deus durante oito anos e onze meses, tendo morrido com 70 anos, a caminho dos 71 (o que, se admitirmos que Nun'Álvares faleceu em 1 de abril de 1431, apontaria para maio de 1422).

<sup>226</sup> Paulo Pereira (2005).

<sup>227</sup> Sobre esta matéria, veja-se também Mafalda S. Cunha (1990, p. 132).

<sup>228</sup> Jean-Claude Schmitt (1988, p. 14).

<sup>229</sup> O termo é de Mark Lilla: 2010.

<sup>230</sup> Michel de Certeau (1975), citado por Maria de Lurdes Rosa (2012, pp. 37-38).

<sup>231</sup> Jérôme Baschet (2009), citado por M. L. Rosa (2012, pp. 46-47).

<sup>232</sup> Sobre este assunto, deve ainda ver-se J. F. Marques (1993, *passim*); e M. Mendonça (1996-2000, *passim*).

<sup>233</sup> M. L. Rosa, 2001-2002, p. 430; e 2014, pp. 447-448.

<sup>234</sup> Os cartuxos eram uma ordem religiosa semi-eremítica, de clausura monástica, com uma orientação puramente contemplativa. Foi fundada por São Bruno em 1084 (em 15 de Agosto, dia da Assunção de Nossa Senhora), na montanha de Grenoble, tendo recebido estatutos próprios, adaptados da regra beneditina.

<sup>235</sup> M. L. Rosa (2014, pp. 431-433; e 2001-2002, pp. 442-443). As beguinas (o termo vem do francês: *beguine*) eram mulheres de vida penitente, que viviam em regime de pobreza e de clausura, sustentando-se com o seu próprio trabalho. O Mosteiro de Jesus de Aveiro foi autorizado por uma bula papal de 1461, tendo-se as obras iniciado no ano seguinte; começou a funcionar como clausura de freiras da ordem dominicana feminina em 1465.

<sup>236</sup> M. L. Rosa (2000, pp. 498-501; e 2014, pp. 428-429).

<sup>237</sup> M. L. Rosa (2014, pp. 424-425); e João Luís Fontes (2012, pp. 126-128).

<sup>238</sup> M. L. Rosa (2000, pp. 470-480; e 2001-2002, pp. 421-429).

<sup>239</sup> M. L. Rosa (2000, pp. 501-502; e 2014, pp. 434-435). Sobre a vivência das dominicanas de Aveiro, no período em apreço, é essencial ver-se Gilberto Moiteiro (2013).

<sup>240</sup> Sobre a figura do Infante Santo, deve ver-se a dissertação de mestrado de João Luís Fontes (2000).

<sup>241</sup> Como explica Domingos M. Gomes dos Santos (1930, p. 25, nt. 1) o «costume de Salisbúria» consistia basicamente na liturgia romana gregoriana, que, após a conquista normanda de Inglaterra, em 1066, se tinha tornado preponderante na Anglo-Saxónia; este modelo caracterizava-se por uma especial riqueza de paramentos e por um grande esmero na composição dos livros litúrgicos.

<sup>242</sup> O *esmolero* era, como o nome indica, o oficial que supervisionava as ações caritativas e as esmolos.

<sup>243</sup> Aires A. Nascimento (1993, pp. 286-287).

<sup>244</sup> M. L. Rosa (1998, *passim*; 2000, pp. 504-505; 2014, pp. 438-440).

<sup>245</sup> P. Kallenberg (1960/2009, p. 90). Sobre a história de Elias, deve ver-se a longa e bela evocação de Jaime Nogueira Pinto (2009, pp. 254-257).

<sup>246</sup> A. J. Lourenço (2000, p. 294), J. C. Vechina (2000, pp. 297-298) e M. L. Rosa (2013, p. 284).

<sup>247</sup> Maria de Lurdes Rosa refere-se nos seguintes termos à crónica de Pereira de Sant'Anna: «Para além de todos os problemas pontuais de fundamentação heurística, insere-se num paradigma de abordagem mitificante, com clara recusa de uma leitura histórica crítica real embora contenha citações de autores e aparato de fontes. Reagia ainda, se bem que de forma não totalmente explícita, às críticas dos Bolandistas [Jesuítas] sobre as origens da Ordem do Carmo, que tanta polémica causava desde finais do século xvii» (Rosa, 2013, p. 285).

<sup>248</sup> De acordo com Lurdes Rosa (2013, p. 289), nas três primeiras décadas de Quinhentos, os capuchos fundaram 16 conventos em Portugal, dos quais quase metade se localizava no Sul do País.

<sup>249</sup> M. L. Rosa (2001-2002, pp. 447-450; 2013, p. 289).

<sup>250</sup> A hipótese de a relíquia já pertencer ao mosteiro visigótico, aventada com alguma reserva por Ana Pagará (2006, pp. 51-52), parece improvável a Pedro Picoito (2010, pp. 76-77).

<sup>251</sup> Cf. A. Pagará, N. Vassallo e Silva, e V. Serrão (2006, pp. 59-61 e 183).

<sup>252</sup> Note-se que esta memória da intervenção divina perpetuada pelas fontes portuguesas (*Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* e *Crónica de 1419*: relato sobre o reinado de D. Afonso IV) não se encontra nas fontes castelhanas, onde não é referido o episódio da Vera Cruz (B. V. Sousa, 1989, pp. 32-33). Acrescente-se que o espírito de cruzada esteve presente nas razões que levaram os exércitos cristãos a reunir-se para esta batalha, a ponto de, em 1340, o papa Bento XII ter concedido uma bula de cruzada aos monarcas peninsulares.

<sup>253</sup> Sérgio Sodrê de Castro citado por Seixas e Galvão-Telles (2009, pp. 212-213).

<sup>254</sup> Sobre as origens e desenvolvimento das lendas e culto de São Jorge, veja-se Jonathan Good, 2015, *passim*, que aqui acompanho.

<sup>255</sup> Por exemplo, São João Silenciário refere um mosteiro em Jerusalém; Procópio de Cesareia diz que o imperador Justiniano (527-65) construiu uma igreja na Arménia; e o historiador Hesíquio de Mileto (nos inícios do século vi) regista várias igrejas de São Jorge em Constantinopla. Há também evidências do século vi relativas a um mosteiro em Jericó, a uma igreja em Edessa e a um mosteiro em Dorileia (na atual Turquia). São Jorge parece ter sido especialmente popular na Arábia e na Síria, pois é mencionado em várias inscrições dos séculos v e vi (Good, 2015, pp. 21-22).

<sup>256</sup> Contudo, as versões simplificadas da lenda não substituíram completamente as antigas, que continuaram a influenciar novas redações ao longo da Idade Média, especialmente no Ocidente, conservando-se assim a memória destes grandes heróis coevos.

<sup>257</sup> O nome *George* (de *geos* e *ergon*) significa «trabalhador da terra». A sua festa realiza-se, como disse, em 23 de abril, quando as culturas estão a começar a crescer em grande parte da Europa, o que pode ter induzido a uma conexão entre São Jorge e a agricultura.

<sup>258</sup> Embora o dragão já se encontre em três manuscritos latinos do século XII e esteja representado nos tímpanos do século XII, em Ruardean e em Brinsop, a *Legenda Aurea* é a principal fonte desta história no Ocidente. Não se sabe como se deu esta associação de São Jorge ao dragão, mas pode ter precedentes muito mais antigos, como a lenda grega de Perseu e Andrómeda (Good, 2015, pp. 40-41).

<sup>259</sup> No século VII, Isidoro de Sevilha, nas suas *Etimologias*, uma obra que influenciou os enciclopedistas ao longo da Idade Média, descreve o dragão como «a maior das serpentes».

<sup>260</sup> O *Livro das Kalendas* é um obituário da Sé Velha de Coimbra, escrito nos séculos XIII e XIV e que regista, dia a dia, as obrigações e encargos do cabido (ou seja, as comemorações necrológicas dos seus benfeitores), transcrevendo também o trecho correspondente do Martirológio Romano (a indicação do nome e uma pequena história dos mártires e santos cuja morte se assinalava nesse dia).

<sup>261</sup> Conhecido como Tiago, *o Maior*, para distinguir de outro apóstolo com o mesmo nome, dito *o Menor*.

<sup>262</sup> Para o que se segue, até final do parágrafo, veja-se, por todos, Fontes (2012, pp. 41-43).

<sup>263</sup> *Sesmaria* era o nome dado ao regime de concessão de terras baldias pelos concelhos aos moradores que se comprometessem a cultivá-las, dentro de um certo prazo e contra o pagamento de uma prestação (O. Marques, 1979, V, pp. 542-543).

<sup>264</sup> Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, cap. 36, p. 562.

<sup>265</sup> Fontes, 2012, pp. 90-91. Em 1448, um almoxarife do mestre de Santiago em Setúbal, chamado Martim Anes, doou também alguns bens aos pobres de Alferrara.

<sup>266</sup> As palavras são de João Luís Fontes (2012, p. 95).

<sup>267</sup> Biblioteca Pública de Évora, fundo pertencente ao Mosteiro de São Paulo da serra de Ossa, Livro 35, n.º 31.

<sup>268</sup> IAN/TT, *Leitura Nova, Odiana*, Liv. II, fls. 189v.º-190 (sem data, mas anterior a 18 de maio de 1390, data em que o monarca reitera a isenção de sisa, apesar das objeções do concelho de Évora).

<sup>269</sup> *Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 1, n.º 632, pp. 380-384 (de Évora, 24 de dezembro de 1384).

<sup>270</sup> Evoquem-se apenas dois casos: a confirmação e aprovação de doações feitas aos pobres de Montes Claros (*Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 2, n.º 1009, pp. 272-275, de Estremoz, 22 de janeiro de 1436); e a confirmação da passagem do governo do eremitério de Rio Mourinho para as mãos de «Luís, pobre» (*Chanc. D. Duarte*, vol. I, t. 2, n.º 1162, pp. 369-370, de Sintra, 9 de julho de 1436). Em ambos os casos, a figura de «Mem de Seabra» é expressamente referida.

<sup>271</sup> Esta minha estimativa de data baseia-se naquilo que Gomes Eanes de Zurara afirma na *Crónica do Conde dom Pedro de Menezes*: nesta obra (Livro II, capítulo 11), o cronista declara que este primeiro capitão e governador da praça, «passados nove anos

que Ceuta fora tomada», ou seja, em 1424, escreveu ao rei a pedir licença para lhe vir falar, em Portugal; o monarca autorizou e D. Pedro viajou para Lisboa, onde foi feito conde de Vila Real, no mesmo ano; ficou na capital uma temporada larga, mas, «passados nove meses que o Conde estava neste Reino», chegaram-lhe «certas novas, que El-rei de Tunes armava para vir sobre a cidade», o que obrigou D. Pedro a regressar de imediato a Marrocos.

<sup>272</sup> Recordo que os *almoxarifes* eram agentes fiscais régios (ou senhoriais, como no caso de Nun'Álvares) que tinham a seu cargo a cobrança de certas rendas ou impostos (Rui de Abreu Torres, 1979, I, p. 122).

<sup>273</sup> Segui aqui a tradução de Aires Nascimento (2010, p. 34); mas voltarei a este assunto um pouco mais à frente.

<sup>274</sup> Pinharanda Gomes (2009, p. 191) afirma que Nun'Álvares se excedia no cumprimento do cap. xi da Regra dos Carmelitas, levando o jejum até ao «último grau» e cumprindo ao sábado a chamada «dieta eliana» (pão molhado em água).

<sup>275</sup> Esta pequena cela foi recriada no âmbito do Quartel da Guarda Nacional Republicana, que ocupa hoje, parcialmente, o Convento do Carmo. Ignoro qual o grau de fidedignidade da reconstituição e da identificação do local. Agradeço, muito reconhecidamente, ao oficial da GNR, senhor João Merca, a grande gentileza de me ter facultado o acesso a este espaço.

<sup>276</sup> Pinharanda Gomes (2009, p. 189) afirma que o modelo de vida de Nun'Álvares antecipa o comentário canónico e constitucional do capítulo 9 da Regra: «nam paupertatis voto nos devovimus et vivamus, individualiter et comuniter, vitam simplicem, omnia evitantes quae pauperum sensibilitatem offendunt» (*Constitutiones*, Pars II, cap. iv, p. 47).

<sup>277</sup> Velasco Bayón (2001, p. 48). A obra (em três volumes) de Gustavo de Matos Sequeira, intitulada *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história de Lisboa*, foi editada entre 1939 e 1941, em Lisboa.

<sup>278</sup> *Chanc. D. João I*, vol. I, t. 1, n.º 200, pp. 101-102 (de Valariça a par de Torre de Moncorvo, 15 de maio de 1386); documento já citado no terceiro capítulo desta obra.

<sup>279</sup> Para a exegese do significado preciso dos dois termos («tabardo» e «samarra»), comece-se por ver Aires Nascimento (2010, p. 240, nt. 170).

<sup>280</sup> As seis capelas da Igreja do Carmo que deixou acabadas antes de falecer foram todas dedicadas à mãe de Deus, com diferentes invocações: do Carmo, dos Prazeres, da Boa Morte, da Encarnação, do Pranto e da Conceição (Carvalho, 1960, p. 648).

<sup>281</sup> A tradução é de Balbino Velasco Bayón (2001, pp. 57-58) e a versão latina é a seguinte: «Ille Come-stabilis Braganti nominis author / Nunus adest, Dux maximus, hic monachus que Beatus, / Qui Regnum ascivit vivens sortitus in aevum / Coelum cum superis: nam post numerosa trophea / Consumpsit pompas, humilis / que ex Principe factus / Hoc Templum posuit, co- / luit, censumque dicavit.»

<sup>282</sup> Aires Nascimento (2010, p. 296, nt. 16) afirma que, em 21 de março de 1768, as ossadas do Condestável passaram para uma arca de madeira que imitava o mausoléu e que foi mantida na capela do presbitério.

<sup>283</sup> Aires Nascimento (2010, p. 296, nt. 16) indica que a transferência das ossadas, em 1918, foi feita para a Ordem Terceira do Carmo, de forma silenciosa e num momento conturbado da vida nacional.

<sup>284</sup> Carlos Evaristo (2003-2006, pp. 61-64) apresenta uma reconstituição diferente: afirma que, devido aos buracos feitos na sepultura original para se retirar terra, em 1522, os restos mortais tiveram de ser removidos e selados num nicho que para o



efeito foi aberto na parede, perto do altar-mor, coberto por uma placa identificadora; em 1531, os restos mortais terão sido removidos da parede e colocados num outro túmulo, e só em 1542 o magnífico túmulo de alabastro (encomendado pela rainha Joana, «a Louca», e esculpido em Florença) recebeu as suas cinzas, apresentando na tampa a efígie jacente de Nun'Álvares, em relevo, e a imagem do seu estandarte; ao lado, terá ficado sepultada a mãe, Iria Gonçalves, falecida já depois do filho. O mesmo autor afirma ainda que o túmulo de D. Nuno foi trasladado em 1548 para o presbitério, por ser um local mais digno, por ordem de D. João III. Após o terramoto de 1755, as relíquias passaram para uma réplica tumular de madeira, até 1856, sendo depois postas numa simples urna de madeira forrada a veludo; em agosto de 1912, foram depositadas num relicário esculpido em prata, colocado na Ordem Terceira, perto das ruínas do Carmo. De acordo com Carlos Evaristo, em 1961, as relíquias de Nun'Álvares terão percorrido o País inteiro, tendo sido roubadas no Norte (para não mais serem recuperadas); Oliveira Salazar terá abafado o caso e, em 1967, mandou levantar o monumento equestre fronteiro ao Mosteiro da Batalha; um outro osso autêntico, guardado na Igreja do Santo Condestável, em Lisboa, veio substituir os que foram roubados do relicário; este continua hoje na Capela da Ordem Terceira e o túmulo oficial de Nun'Álvares Pereira está na Igreja do Santo Condestável, construída na década de 1940 para ser o Santuário Nacional de D. Nuno.

<sup>285</sup> Avelino J. Costa (1960/2008, p. 250) e *Crón. Carmel.* (I, III, 19, pp. 464-465).

<sup>286</sup> Sobre a livraria ducal de Vila Viçosa, veja-se o recentíssimo e valioso estudo de Ana Isabel Buescu (2016, *passim*).

<sup>287</sup> Aires Nascimento (2009, pp. 58-59, nt. 64).

<sup>288</sup> Acrescentarei que, em 1727, frei Manuel de Sá, nas *Memórias Históricas da Ordem de N. S. do Carmo da Província de Portugal*, publicou também o rol de milagres, dizendo que os copiou do caderno escrito na época do rei D. Duarte, por Gomes Eanes de Zurara, ao tempo ainda guardado no Convento do Carmo de Lisboa. O assunto foi objeto da atenção de Gilberto Moiteiro numa comunicação que apresentou, no dia 29 de junho de 2006, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do III Seminário Aberto 2006, subordinada ao tema «O Livro de Milagres de Nuno Álvares Pereira. História de um texto». Agradeço a Gilberto Moiteiro ter-me dado conhecimento desse importante trabalho, ainda inédito.

<sup>289</sup> Moiteiro (2004, pp. 126-127); e ainda Moiteiro (2006, *passim*).

<sup>290</sup> A «jubetaria» era a rua dos jubeteiros ou algibebees, os comerciantes que vendiam roupas baratas, novas ou usadas.

<sup>291</sup> *Livro dos Conselhos de el-rei D. Duarte (livro da cartuxa)*, edição diplomática de João José Alves Dias, Lisboa, Estampa, 1982 (n.º 21, p. 123).

<sup>292</sup> Rui de Pina, *Crónica do Senhor Rey D. Duarte* (cap. xxiii, p. 541).

<sup>293</sup> Por exemplo, no cap. xx do *Leal Conselheiro* (p. 79), D. Duarte escreve, a propósito da sua doença de «humor menencorico» (cf. o que sobre isto disse no capítulo segundo), que «aquele santo Condestabre per semelhante houve aqueste sentimento».

<sup>294</sup> Para o que se segue, veja-se Saraiva Martins (2009, pp. 155-159), Pinharanda Gomes (2009, pp. 21-28) e Aires Nascimento (2009, p. 56).

<sup>295</sup> Ernesto Castro Leal (2000, pp. 143-183).

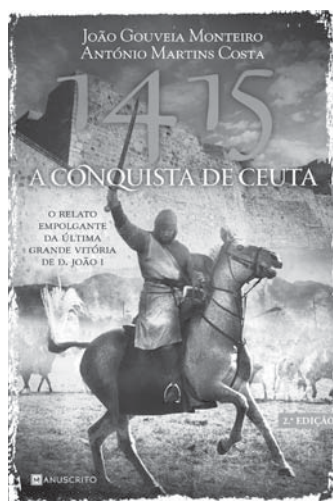
<sup>296</sup> E. C. Leal (2000), M. L. Rosa (2000), S. C. Matos (1990).

<sup>297</sup> Pedro Picoito (28 de abril de 2009).









1415 - A Conquista de Ceuta – O relato empolgante  
da última grande vitória de D. João I  
João Gouveia Monteiro e António Martins Costa

A 21 de agosto de 1415, trinta anos depois do triunfo em Aljubarrota, os portugueses, novamente liderados por D. João I, conquistaram a primeira praça portuguesa no Norte de África. Seis séculos passados sobre a tomada de Ceuta, os historiadores João Gouveia Monteiro e António Martins Costa trazem-nos uma reconstituição empolgante desta operação militar, pela voz de quem a viveu e relatou. Ao longo destas páginas, somos conduzidos por Gomes Eanes de Zurara, autor da *Crónica da Tomada de Ceuta*, pelo alferes-mor do rei, João Gomes da Silva (uma das figuras mais importantes da primeira corte avisina e uma testemunha presencial da expedição) e ainda pelo olhar de uma terceira personagem: o Infante D. Henrique, informador privilegiado de Zurara, seu amigo pessoal e, sem dúvida, o principal herói da *Crónica da Tomada de Ceuta*. A partir das recordações destes três homens, acompanhamos a concentração da armada no Restelo, a 24 de julho de 1415, o período do cerco e da tomada da praça, vivemos as suas dificuldades, os seus receios, até à data do regresso da frota ao Algarve, já em setembro do mesmo ano, consumada que estava a conquista e decidida que fora, pelo rei, a manutenção da praça africana. Aqui se fala — recorrendo a uma centena de documentos, a mapas, a desenhos e a fotografias — de guerra e de grandes heróis, mas também de ambições de paz e do contributo de muita gente anónima para conservar aquela que foi, durante mais de quatro décadas, a única possessão ultramarina portuguesa.

